

**Temporalidades**  
Revista de História

Dossiê Temático:  
**Revoltas e Revoluções  
no Século XX**



**Revista Discente do Programa  
de Pós-Graduação em História  
da UFMG**  
[www.fafich.ufmg/temporalidades](http://www.fafich.ufmg/temporalidades)

**Edição 24 - Vol. 9, nº2**  
**Mai./Ago.2017**  
**ISSN: 1984-6150**



## Ficha Catalográfica

Temporalidades [recurso eletrônico] /Departamento de História,

T288 Programa de Pós-Graduação em História. –  
Edição 24, v. 9, n. 2 (mai./ago. 2017) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2017.

Quadrimestral a partir de 2013

Títulos e resumos em português e inglês

ISSN: 1984-6150

Modo de acesso: <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades>  
<http://seer.ufmg.br/index.php/temporalidades/index>

1. História - Periódicos 2. Historiografia - Periódicos I. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de História.

CDD 901

## Publicação Indexada

Sumários.org (Brasil)

Periódicos Capes (Brasil)

Latindex (México)

Diadorim (Brasil)

Open Aire (U. E.)

PKP Index (Estados Unidos)

Livre! (Brasil)

## Endereço:

Temporalidades Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG  
Av. Antonio Carlos, 6627 - Campus Pampulha.  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), 4º andar.  
31270-910 – Belo Horizonte/MG, Brasil

e-mail: [temporalidades@gmail.com](mailto:temporalidades@gmail.com)

homepage: [www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)

Os direitos de publicação desta edição são da Universidade Federal de Minas Gerais - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Departamento de História – Setembro/2017.



# Expediente

**Universidade Federal de Minas Gerais**  
Reitor: Jaime Arturo Ramírez

**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**  
Diretor: Prof. Dr. Orestes Diniz Neto

**Departamento de História**  
Chefe: José Newton Coelho Meneses

**Collegiado de Pós-Graduação**  
Coordenador: Douglas Átila Marcelino

**Editor Chefe**  
Prof. Dr. Magno Moraes Mello

**Conselho Editorial 2017**  
Ana Carolina Rezende Fonseca  
Felipe Silveira de Oliveira Malacco  
Gislaine Gonçalves Dias Pinto  
Henrique Brener Vertchenko  
Isabela Cristina Rosa  
Jéssica Bley da Silva Pina  
João Batista Teófilo Silva

**Conselho Editorial Consultivo Nacional**  
Adriana Romeiro (UFMG)  
Adriana Vidotte (UFG)  
Angelo Adriano Faria de Assis (UFV)  
Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)  
Benito Bisso Schmidt (UFRGS)  
Bruno Tadeu Salles (UEG)  
Carlos Alvarez Maia (UERJ)  
Diego Omar da Silveira (UEA)  
Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)  
Eduardo França Paiva (UFMG) Eliana Regina de Freitas Dutra (UFMG)  
Francismary Alves da Silva (UNIR)  
George F. Cabral de Souza (UFPE)  
Henrique Estrada Rodrigues (UFMG)  
Igor Salomão Teixeira (UFRGS)  
Iranilson Buriti de Oliveira (UFCG)  
João Pinto Furtado (UFMG)  
Jonas Marçal de Queiroz (UFV)  
Jorge Luiz Bezerra Nóbrega (UFBA)  
José Antônio Dabdab Trabulsi (UFMG)  
Júnia Ferreira Furtado (UFMG)  
Kátia Gerab Baggio (UFMG)  
Leandro Duarte Rust (UFMT)  
Márcia Sueli Amantino (Universo)  
Marco Morel (UERJ)  
Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)  
Mauro Lúcio Leitão Condé (UFMG)  
Milene de Cássia Silveira Gusmão (UESB)  
Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)

Paulo Pinheiro Machado (UFSC)  
Raquel Costa Santos (UESB)  
Regina Helena Alves da Silva (UFMG)  
Roberta Guimarães Franco Faria Assis (UFLA)  
Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)  
Samantha Viz Quadrat (UFF)  
Sérgio Ricardo da Mata (UFOP)  
Soleni Biscouto Fressato (UFBA)  
Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (UFPB)  
Tiago Luís Gil (UnB)  
Virginia Maria Trindade Valadares (PUC-MG)  
Yllan de Mattos Oliveira (UFRRJ)

**Conselho Editorial Consultivo Internacional**  
Claudia Damasceno Fonseca (Universidade Paris 3-Sorbonne Nouvelle)  
Fátima Sebastiana Gomes Lisboa (Université Paul Valéry, Montpellier III)  
Fernanda Olival (U.Évora-CIDEHUS)  
Fernando Jesus Bouza Alvarez (Universidade Complutense de Madrid- UCM)  
Hal Langfur (University of Buffalo)  
Hernán Pas (Universidad Nacional de La Plata)  
José Manuel Santos (Universidad de Salamanca)  
Mafalda Soares da Cunha (U.Évora)  
Maria de Deus Beites Manso (U.Évora)  
Nuno M. M. P. Tarouca Camarinhas (CEDIS)  
Pedro António de Almeida Cardim (UNL)  
Roberta Giannubilo Stumpf (Centro de História do Além-Mar – CHAM)  
Seth W. Garfield (University of Texas)

**Revisão**  
Ana Carolina Rezende Fonseca  
Felipe Silveira de Oliveira Malacco  
Gislaine Gonçalves Dias Pinto  
Henrique Brener Vertchenko  
Isabela Cristina Rosa  
Jéssica Bley da Silva Pina  
João Batista Teófilo Silva

**Diagramação**  
Ana Carolina Rezende Fonseca  
Gislaine Gonçalves Dias Pinto

**Capa**  
Foto: "The Bolshevik October", 1918, fotógrafo desconhecido – Foto galeria da Revista TIME (HULTON/ GETTY).  
Montagem por Gislaine Gonçalves Dias Pinto

**Open Journal Systems/Banco de Dados**  
Felipe Silveira de Oliveira Malacco  
Jéssica Bley da Silva Pina



## Agradecimento aos pareceristas *ad hoc* e ao Conselho Consultivo

A revista *Temporalidades* é uma publicação discente, que almeja divulgar trabalhos científicos de excelência, que contribuam para o incremento dos debates na área de História. Esse objetivo vem sendo atingido graças à colaboração prestimosa de inúmeras pessoas, em especial dos pareceristas *ad hoc*, que, a partir de todas as regiões do Brasil, disponibilizam seu tempo e seus conhecimentos para a avaliação criteriosa dos textos confiados ao periódico. Agradecemos a esses pesquisadores pelo seu trabalho voluntário, na certeza de que, graças ao seu empenho e dedicação, esta edição de *Temporalidades* desponta como mais um capítulo de sucesso na trajetória acadêmica da revista. Agradecemos também, nesse espaço, aos membros do Conselho Consultivo que estão sempre a nossa disposição.

Adriana Angelita da Conceição (UFSC)  
Adriano Cecatto (UFMG)  
Alcebíades Costa Filho (UFPI)  
Alexandre Bellini Tasca (UFMG)  
Alfons Carles Salellas Bosch (UFRGS)  
Ana Luiza Setti Reckziegel (UPF)  
Ana Paula Palamartchuk (USP)  
Anderson da Silva Almeida (UFAL)  
André Mascarenhas Pereira (UFMG)  
André Mendes Capraro (UFPR)  
Angelo Adriano Faria de Assis (UFV)  
Bertone Sousa (UFT)  
Charles Sidarta Machado Domingos  
(Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia Sul-Rio-Grandense)  
Cristiano Pinheiro de Paula Couto  
(Universidade de Coimbra)  
Danilo Ferreira da Fonseca (UNIOESTE)  
Darcio Rundvalt (UEPG)  
Dolores Puga Alves de Sousa (UFMS)  
Eduardo José Reinato (PUC – GO)  
Edvanir Maia da Silveira (UVA)  
Elias Alfama Moniz (Universidade de  
Santiago)  
Elton Silva Salgado (UESB)  
Fábio da Silva Sousa (UFMS)  
Felipe Azevedo Cazetta (UNIMONTES)  
Francisco Alcides do Nascimento (UFPI)  
Giliard da Silva Prado (UFU)  
Gustavo Freitas Pereira (UFPI)  
Hugo Gonçalves Rocha (UFMG)  
Iarê Lucas Andrade (URCA)  
Ilana Waingort Novinsky (USP)  
Janaína Lacerda Furtado (MAST)  
Janaina Zito Losada (UFSB)

Jayme Lúcio Fernandes Ribeiro (IFRJ)  
João Arthur Ciciliato Franzolin  
(Universidade de Flensburg - ALE)  
João Oliveira Ramos Neto (IF Goiano)  
José Airton de Farias (Colégio Ari de Sá  
Cavalcante)  
José Alves Dias (UESB)  
José Antonio Ferreira da Silva Júnior  
(UNICAMP)  
José Luis Bendicho Beired (UNESP)  
Kátia Gardênia da Silva Coelho (UECE)  
Kátia Gerab Baggio (UFMG)  
Leonardo Guedes Henn (UNIFRA)  
Loque Arcanjo Junior (UEMG)  
Luciane Silva de Almeida (UFMG)  
Luiz Antonio Dias (PUC/SP)  
Luiz César de Sá Jr. (UFRJ)  
Luiz Gustavo Santos Cota (Faculdade  
Dinâmica do Vale do Piranga)  
Luiz Mário Ferreira Costa (USP)  
Maria Silvia Betti (USP)  
Marilda Aparecida Ionta (UFV)  
Marisangela Terezinha Antunes Martins  
(UFRGS)  
Mateus Rezende de Andrade (UFMG)  
Nadya Maria Deps (UNIRIO)  
Peter Johann Mainka (Universidade de  
Würzburg)  
Pollianna Gerçossimo Vieira (UFOP)  
Rafael Athaides (UFMS)  
Raíssa Brescia dos Reis (UFMG)  
Raul Amaro Lanari (UNI -BH)  
Ricardo Marques de Mello (UNESPAR)  
Rodrigo Farias de Sousa (Universidade  
Candido Mendes)  
Rundsthen Vasques de Nader (UFRJ)



Sandra de Souza Machado (UnB)  
Silvia Regina Liebel (UDESC)  
Sônia Maria de Meneses Silva (URCA)  
Sônia Maria Schio (UFPEL)  
Taciana Almeida Garrido de Resende  
(IFMG)  
Thiago Henrique Mota Silva (UFMG)  
Thissiane Fioreto (Universidade Federal  
da Grande Dourados)  
Uilson Nunes de Oliveira (UNIOESTE)  
Vivian Luiz Fonseca (FGV)



## **SUMÁRIO**

- Editorial: "Revoltas e Revoluções no século XX".....4**  
Henrique Brener Vertchenko; João Batista Teófilo Silva

## **Dossiê**

- Apresentação do Dossiê.....8**  
Luiz Duarte Haele Arnaut

- Educação e clandestinidade: memórias de comunistas brasileiros na União Soviética (1953-1955) / Education and clandestinity: memories of Brazilian communists in the Soviet Union (1953-1955).....12**  
Amanda Assis de Oliveira; Éder da Silva Silveira

- Cultura política comunista em Montes Claros - reflexões e apontamentos / Communist political culture in Montes Claros – reflections and notes.....32**  
Guilherme Costa Pimentel

- Cara y cruz: a Conferência Tricontinental sob os olhares do semanário Marcha / Cara y cruz: the Tricontinental Conference through the lenses of semanario Marcha.....49**  
Lídia Maria de Abreu Generoso

- O Republicanismo de Hannah Arendt: o pensamento contra a barbárie / The Republicanism of Hannah Arendt: the thought against the barbarism.....76**  
Sérgio Cruz de Castro Lima

## **Artigos Livres**

- O trânsito de Vênus: a ciência entre a política e a vocação / The transit of Venus: the science between politics and vocation.....88**  
Alexandra do Nascimento Aguiar

- “Casas bandeiristas” na construção da identidade paulista: um estudo da casa seiscentista de Santana de Parnaíba/SP / “Casas bandeiristas” in the construction of the identity of the native of São Paulo: the case of the seventeenth-century house of Santana de Parnaíba/SP.....107**  
Daniel Martins Barros Benedito

- Quixadá e o golpe de 1964: memórias (des)encontradas em face ao novo regime / Quixadá and the coup of 1964: memories (un) founds in face to the new regime.....121**  
Danilo Vieira Coelho



<b>O monumento ao Marechal Floriano Peixoto (1910) e a construção do imaginário republicano/</b> The monument to Marechal Floriano Peixoto (1910) and the making of the republican imaginary.....	<b>142</b>
David Danziger Regenberg	
<b>La Epopeya de Artigas, identidade e união nacional uruguaia no governo batllista (1903-1910) /</b> <i>La Epopeya de Artigas</i> , Identity and Uruguayan National Union in the Batllist Government (1903-1910) .....	<b>159</b>
Elvis de Almeida Diana	
<b>Transformações técnicas das lutas sob uma óptica da História Social: o boxe inglês entre os séculos XVIII e XIX /</b> Technical transformations of fighting from a Social History perspective: the english boxing between the eighteenth and nineteenth centuries.....	<b>178</b>
Fabrício Pinto Monteiro	
<b>Petróleo, uso práctico del pasado y construcción de heroicidad en una historieta argentina: “Enrique Mosconi. Una historia de novela” /</b> Oil, practical use of the past and construction of heroism in an Argentine cartoon: “Enrique Mosconi. A novel story” .....	<b>204</b>
Gabriel Alejandro Carrizo	
<b>O Vigia de O Sol é Para Todos: representações do racismo e das relações raciais sulistas na obra de Harper Lee /</b> <i>The Mockingbird's Watchman</i> : racism and southern race relations in Harper Lee's work.....	<b>217</b>
Henrique Rodrigues de Paula Goulart	
<b>Sobre os “vendavais”: história, memória e a efígie de Costa e Silva (Taquari/RS, 1976-2016) /</b> About the “gales”: history, memory and the Costa e Silva's effigy (Taquari/RS, 1976-2016) .....	<b>232</b>
Márcia Solange Volkmer; Jandiro Adriano Koch	
<b>Chico Buarque: dramaturgo (1967-1978) /</b> Chico Buarque: dramaturgist (1967-1978) .....	<b>253</b>
Mariana Rodrigues Rosell	
<b>Minha honra se chama lealdade: a mítica cavaleiresca no imaginário nacional socialista – usos propagandísticos de um passado lendário (1933 – 1945) /</b> My honor is loyalty: The chivalry myth in the national socialista imaginary – propagandistic uses of a legendary past (1933-1945) .....	<b>279</b>
Mauricio da Cunha Albuquerque; Fernando de Oliveira Botafogo; Rafael Oliveira Mansan	
<b>O pincel de Timantes: pintura, erudição e panegírico na História da América Portuguesa, de Sebastião da Rocha Pita (1730) /</b> Timanthes' Brush: Painting, Learning and Panegyrics in Sebastião da Rocha Pita's <i>História da América Portuguesa</i> (1730) .....	<b>299</b>
Pedro Telles da Silveira	
<b>Súditos da “Princesa do Igaraçu”: trabalhadores em Parnaíba-PI na década de 1970 /</b> Subjects of the “Princess of Igaraçu”: workers in Parnaíba-Pi in the 1970s.....	<b>324</b>
Pedro Vagner Silva Oliveira	



## Transcrições Documentais Comentadas

- O último discurso de Amílcar Cabral: um projeto de Estado binacional para Guiné-Bissau e Cabo Verde (1973) .....** 348  
Daniel Precioso

## Entrevistas

- Entrevista com Daniel Aarão Reis Filho.....** 366  
Henrique Brener Vertchenko; João Batista Teófilo Silva



## Editorial

O número 24 da Revista Temporalidades inaugura a chegada de seu novo Conselho Editorial (2017/2018) eleito pela comunidade discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. Os desafios têm sido muitos e são atravessados pelo atual cenário de desmantelamento do Estado brasileiro do qual as universidades públicas são vítimas. Contudo, nossas ações seguem sendo norteadas pelo propósito de ofertar à comunidade acadêmica instrumento de relevância para a divulgação do conhecimento histórico em sua múltipla diversidade, e esperamos seguir contribuindo para o fortalecimento das publicações em nossa área e afins.

Este dossiê, “Revoltas e Revoluções no século XX”, inspirou-se no centenário da Revolução Russa completado em 2017. Esse acontecimento histórico não apenas inaugurou um novo regime que por longo tempo permaneceu no poder, mas também serviu de inspiração para outros projetos revolucionários. É objeto de investigação consolidado, mas que ainda levanta questões e polêmicas, e guarda distintas dimensões que carecem de análise mais aprofundada. Como é comum em efemérides que assinalam números redondos, 2017 colocou o tema da Revolução Russa em evidência, trazendo consigo seus temas correlatos: o comunismo, o totalitarismo, a União Soviética e os muitos projetos revolucionários, vitoriosos ou derrotados, do século XX.

O século que o historiador Eric Hobsbawm chamou de “breve” em “Era dos Extremos”, presenciou mais (e maiores) revoluções do que qualquer outro da história escrita. O ato fundamental desses processos, a Revolução de Outubro de 1917, produziu, segundo ele,

[...] de longe o mais formidável movimento revolucionário organizado da história moderna. Sua expansão global não tem paralelo desde as conquistas do islã em seu primeiro século. Apenas trinta ou quarenta anos após a chegada de Lenin à Estação Finlândia em Petrogrado, um terço da humanidade se achava vivendo sob regimes diretamente derivados dos ‘Dez dias que abalaram o mundo’[...]<sup>1</sup>.

A Revolução Russa, aquela que talvez prometesse concretizar o que a Revolução Francesa não foi capaz, evidenciava que, segundo as palavras de Hobsbawm, “A humanidade estava à espera de uma alternativa”<sup>2</sup>. E a passagem dessa espera à ação para buscar alternativas se deu de diversas maneiras e intensidades em inúmeras partes do globo ao longo do século. São eventos, processos e projetos com implicações políticas, sociais, econômicas e culturais que colocavam em cena ao

<sup>1</sup> HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos:** O breve século XX . São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 62

<sup>2</sup> \_\_\_\_\_ . **A era dos extremos**, p 62.



menos a possibilidade de transformações radicais acerca do estar no mundo e em sociedade.

Não resta dúvida, portanto, de que o século passado foi cenário de intensa efervescência política e a Revolução Russa desponta como acontecimento ímpar ao lado da Revolução Cubana de 1959. Tais eventos refletem as utopias, as mudanças de paradigmas e a bipolarização geopolítica que marcaram profundamente aquele século. Seus ecos ainda se fazem presentes e 2017 estimula que os olhares e as atenções de muitos se voltem para esse tema: seja para tão somente relembrá-lo ou lançar novas perspectivas sobre velhas questões. Discutir a “revolução” em suas amplas dimensões representa desafio instigante e necessário.

Oportunamente, agradecemos ao Professor Luiz Duarte Haele Arnaut, do Departamento de História da UFMG, organizador deste dossiê. Buscando aprofundar alguns pontos, esta edição traz ainda entrevista com o historiador Daniel Aarão Reis, que há longo tempo pesquisa o tema e sobre o qual fez algumas reflexões que muito contribuem para o adensamento dos debates. Agradecemos ao nosso entrevistado por sua contribuição com este número.

Os trabalhos que compõem a seção de Artigos Livres trazem reflexões diversas que, esperamos, sirvam de estímulo para novos diálogos no debate historiográfico e ajudem a consolidar a Revista *Temporalidades* como espaço sofisticado de divulgação do conhecimento.

“O trânsito de Vênus: a ciência entre a política e a vocação”, de Alexandra do Nascimento Aguiar, discute o papel do Imperial Observatório do Rio de Janeiro na mobilização internacional ocorrida em 1882 para estudar o trânsito de Vênus e como a participação do Brasil nesse evento foi objeto de embate político entre partidos, Legislativo e Executivo.

“Casas bandeiristas’ na construção da identidade paulista: um estudo da casa seiscentista de Santana de Parnaíba/SP”, de Daniel Benedito, se vale da memória tecida pelos órgãos de preservação do patrimônio em torno do tombamento de uma casa de taipa de pilão na cidade Santana de Parnaíba, São Paulo, e da criação de um museu no local que apaga o pertencimento dessa casa a ex-escravos para enaltecer a mítica do passado bandeirante paulista. Discute-se, assim, as relações entre história e memória, políticas culturais, preservação do patrimônio e exclusões promovidas por determinados projetos de nação.

“Quixadá e o golpe de 1964: memórias (des)encontradas em face ao novo regime”, de Danilo Vieira Coelho, problematiza a construção de algumas memórias forjadas na cidade de Quixadá, interior do Ceará, a respeito do golpe civil-militar que inaugurou uma ditadura no Brasil, atentando para as disputas de narrativas acerca desse acontecimento histórico.



“O monumento ao Marechal Floriano Peixoto (1910) e a construção do imaginário republicano”, de David Regenberg, apresenta as diferentes leituras que esse monumento, construído no Rio de Janeiro sob os princípios da arte positivista, suscita e como se liga à formação e disputa pelo imaginário republicano no Brasil.

“*La Epopéya de Artigas*, identidade e união nacional uruguaia no governo *batllista* (1903-1910)”, de Elvis de Almeida Diana, propõe reflexão sobre a revitalização da identidade nacional uruguaia oficial a partir da obra de Juan Zorilla de San Martín, publicada em 1910, acerca da independência liderada pelo herói nacional José Artigas.

“Transformações técnicas das lutas sob uma óptica da História Social: o boxe inglês entre os séculos XVIII e XIX”, de Fabrício Pinto Monteiro, discute como a História Social pode contribuir para se compreender as transformações técnicas de formas de luta no tempo.

“Petróleo, uso práctico del pasado y construcción de heroicidad en una historieta argentina: ‘Enrique Mosconi. Una historia de novela’”, de Gabriel Alejandro Carrizo, aborda os usos prácticos do passado a partir de uma análise de diferentes usos da figura do General Enrique Mosconi - símbolo máximo do nacionalismo petrolífero na Argentina -, seja por nacionalistas, peronistas, militares e setores da esquerda que o reivindicaram ao longo do século XX.

“O *Vigia* de *O Sol é Para Todos*: representações do racismo e das relações raciais sulistas na obra de Harper Lee”, de Henrique Goulart, propõe-se a uma leitura crítica do romance *O Sol é Para Todos*, publicado em 1960 e adaptado para o cinema em 1962. Tem como foco as representações históricas produzidas sobre os embates raciais vividos pelo Sul dos Estados Unidos no contexto do Movimento pelos Direitos Civis, comparando-as a versão original da obra, intitulada de *Vá, coloque um vigia*.

“Sobre os ‘vendavais’: história, memória e a efígie de Costa e Silva (Taquari/RS, 1976-2016)”, de Márcia Solange Volkmer e Jandiro Adriano Koch, traz uma análise do processo de produções de sentidos e usos do busto do ex-ditador Arthur da Costa e Silva, construído em Taquari em 1976 e posteriormente demolido em 2016, bem como os impasses ocasionados por essa demolição no tempo presente.

“Chico Buarque: dramaturgo (1967-1978)”, de Mariana Rodrigues Rosell, busca, a partir de uma análise das quatro peças teatrais escritas por Chico Buarque – “Roda Viva”, “Calabar, o elogio da traição”, “Gota d’Água” e “Ópera do Malandro” -, traçar uma linha de trabalho entre elas, contribuindo para o adensamento das abordagens que relacionam história e teatro.



“Minha honra se chama lealdade: a mítica cavaleiresca no imaginário nacional-socialista – usos propagandísticos de um passado literário (1933-1945)”, de Maurício da Cunha Albuquerque, Fernando de Oliveira Botafogo e Rafael Oliveira Mansan, se debruça sobre artefatos publicitários do Partido Nazista que evocam ícones, símbolos e padrões imagéticos baseados na figura do cavaleiro medieval enquanto construção mítica.

“O pincel de Timantes: pintura, erudição e panegírico na *História da América Portuguesa*, de Sebastião da Rocha Pita (1730)”, de Pedro Telles da Silveira, lança o olhar para problemas da historiografia setecentista a partir da análise da obra de Rocha Pita, particularmente dos usos que este fez de referências pictóricas, gerando uma escrita da história próxima ao panegírico.

Encerrando a seção de Artigos Livres, “Súditos da ‘Princesa do Igaraçu’: trabalhadores em Parnaíba-PI na década de 1970”, de Pedro Wagner Silva Oliveira, analisa a partir da imprensa os trabalhadores que moravam e trabalhavam nos povoados da Ilha Grande de Santa Isabel, lançando luz sobre esses sujeitos históricos.

Com esses artigos, a Revista Temporalidades reafirma seu compromisso com a produção e o debate acadêmico, e com a circulação do conhecimento histórico. Desejamos a todas e a todos uma ótima leitura!

**Henrique Brener Vertchenko**

**João Batista Teófilo Silva**



# Dossiê Temático: Revoltas e Revoluções no Século XX

## Apresentação

**Prof. Dr. Luiz Arnaut**  
Universidade Federal de Minas Gerais

“– Senhor, o povo tomou a Bastilha.

– É uma revolta?

– Não, Senhor, é uma revolução.”

O diálogo entre o Duque de Liancourt e Luís XVI, na manhã do dia 15 de julho de 1789, nos remete diretamente às questões do presente dossiê: Revolta e Revolução. Ao longo dos últimos dois séculos, ambas foram constantes. Os séculos XIX e XX podem ser descritos como os séculos das revoltas e revoluções.

A ideia da revolta sofreu poucas modificações ao longo deste período. Grosso modo, pode ser descrita como ação de contestação de um estado de coisas ou autoridade, uma insurreição, um levante. Suas marcas seriam a contestação que, mesmo quando vitoriosa, não objetiva organizar uma nova ordem social ou sistema político pelo recurso da violência. Neste sentido, marcaria mais um descontentamento, uma recusa de uma situação dada e menos uma proposta de transformação ou de futuro. O que não nos autoriza a considerá-las como irracionais ou como não informadas por uma lógica de ação. Em “A economia moral da multidão”, Thompson demonstra a existência de noções legitimadoras nos motins de subsistência na Inglaterra do século XVIII.<sup>1</sup> A suposição e o resgate das convicções e concepções que informavam as revoltas também se fazem presentes nos estudos de Rudé e Hobsbawm<sup>2</sup> e são constitutivos da chamada História social.<sup>3</sup>

A constante que percebemos ao tratar das revoltas, na sua recorrência como ação, foi

---

1 THOMPSON, E. P. **La economía moral de la multitud en la Inglaterra del siglo XVII**: Tradición, revuelta e lucha de clase. Barcelona, Crítica, 1979, pp. 62-134 ; Ver também \_\_\_\_\_. **A História vista de baixo. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, Unicamp, 2001, pp. 185-202. A data original da publicação está indicada entre colchetes.

2 HOBSBAWM, E. J. **Rebeldes Primitivos**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978; RUDÉ, G. **A multidão na História**. Rio de Janeiro, Campus, 1991; RUDÉ, G. e HOBSBAWM, E. J. **Capitão Swing**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1982; HOBSBAWM, E. J. **Bandidos**. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1975; RUDÉ, G. **Ideologia e protesto popular**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

3 Dos décadas de Historia Social. **Historia Social**. Valênciia, nº 10, Primavera-verano 1991.



acompanhada de reflexões teóricas que alteraram as análises sobre a prática. No entanto, o percurso do conceito não sofreu revezes profundos e nem suscitou debates tão apaixonados como o de revolução.

Revolução, revoluções, revolucionário indicam um longo percurso pelas quais a ideia vem se transformando ao longo dos últimos séculos, pelo menos. A título de exemplo, recuperemos a crítica de Hobsbawm ao hoje clássico *Da revolução* de Arendt.<sup>4</sup>

A autora demonstra notável percepção sobre as motivações e os mecanismos psicológicos dos indivíduos (...) e tem lampejos ocasionais de clarividência, isto é, às vezes faz afirmações que, embora particularmente não sejam bem assentadas em evidência ou argumentos, impressionam o leitor como verdadeiras e reveladoras. Mas isto é tudo. E não basta. Haverá leitores, sem dúvida, que acharão a obra de Hannah Arendt interessante e proveitosa, mas é improvável que entre eles se incluam os estudiosos das revoluções, sejam eles historiadores ou sociólogos<sup>5</sup>.

Por outro lado, a presença deste vocábulo nos projetos e movimentos políticos comprometidos em manter o *status quo* é revelador da trajetória sinuosa do termo Revolução. Os Nazistas nomearam como “revolução legal” as medidas legais implementadas entre 1933 e 1935. No Brasil, duas as ditaduras que surgiram para combater os movimentos sociais tidos como ameaças comunistas à ordem, autoproclamaram-se revoluções: 1930 e 1964.

As transformações da ideia de revolução nos últimos trezentos anos podem ser esquematizadas em momentos. O primeiro foi a substituição da restauração presente na Revolução Inglesa pela ideia de ruptura, inauguração, da novidade que emerge na Revolução Francesa.<sup>6</sup> Durante esta última, a inovação foi coroada com o surgimento e uso da noção de revolucionário. Segundo Condorcet, “de *révolution*, nous avons fait *révolutionnaire*; et ce mot, dans son sens général, exprime tout ce qui appartient à une *révolution*”<sup>7</sup>. O revolucionário levou ao paradoxo de uma revolução feita em nome da liberdade mas que instaura um despotismo inédito: “O governo da Revolução é o despotismo da liberdade contra a tirania<sup>8</sup>”. Em outras palavras, “a confluência paradoxal entre a defesa do regime republicano e a recusa de seus princípios<sup>9</sup>”. Apesar da derrota da revolução em 1799 com o 18 Brumário e da França em 1815, a revolução continuou a ser uma fonte de inspiração

4 ARENDT, H.. **Da Revolução**. São Paulo, Ática, 1988.

5 HOBSBAWM, E. J. Hannah Arendt e a Revolução. **Revolucionários**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p. 208.

6 \_\_\_\_\_. **Da Revolução**, 1988; OZOUF, M. Revolução. **Dicionário crítico da Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989, PP. 840-853

7 CONDORCET, Antoine-Nicolas de. Sur le sens du mot "révolutionnaire". **Journal d'Instruction sociale**. 1 jun 1793.

8 ROBESPIERRE, M. de. Sobre os princípios de moral política que devem guiar a Convenção Nacional na administração interna da República. **Discurso e relatórios na Convenção**. Rio de Janeiro, Eduerj/Contraponto, 1999, p. 150.

9 BIGNOTTO, N. **As aventuras da virtude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 311.



ao longo do século XIX. Uma revolução que sempre recomeça, pois é sempre a mesma.<sup>10</sup>

Ao longo dos novecentos, a ideia de revolução se desloca de uma ocorrida no passado para outra que, no futuro, é animada pela ideia de igualdade, germe da eterna subversão. Em 1917, a Revolução de Outubro aparece como esta promessa sendo cumprida. Não por acaso, um dos primeiros relatos sobre a queda do czarismo recebe o título de *Os dez dias que abalaram o mundo*.<sup>11</sup> O evento desde seu início é saudado não em termos de uma história russa ou local, mas como transformação na história do mundo, da humanidade. Já nasce como espetáculo, como garantia de futuro grandioso, aspecto que a Revolução Francesa só adquiriu após 1792. As esperanças e o fascínio por Outubro de 1917 foram gerais e contaminaram todo o Ocidente.<sup>12</sup> Para muitos, como Goldman, a expectativa inicial se transformou em frustração.<sup>13</sup> Nesta chave é que devemos entender as considerações de Guérin em “Irmãos gêmeos, irmãos inimigos” em *Por un marxismo libertário*.<sup>14</sup>

Em resposta às mobilizações e partidos que buscavam reproduzir à Revolução em seus países, apareceu no entre guerras movimentos conservadores nacionalistas antiliberais e anticomunistas, a chamada Terceira Via, que incorporou em seu vocabulário o termo *revolução*. Este recurso pode ser interpretado tanto como evidência do capital simbólico da ideia, quanto a sua aceitação junto aos grupos descontentes.

Paralelamente, duas noções se confundem no conceito: o projeto de transformação social e o momento de assalto ao poder. Assim, as duas ideias que o Duque de Liancourt distinguiu em 1789, reencontram-se após 1917.

Após 1917, *revolução* passou a se referir a 1917 e não mais a 1789. A vitória de Outubro resultou, apesar das críticas anarquistas e mesmo liberais, no aumento de adeptos e defensores da revolução. De um lado, assistimos a criação de Partidos Comunistas no mundo inteiro ao longo da década de 1920, por inspiração soviética e orientação da Terceira Internacional. Nos anos 1930, a proposta de aliança com a democracias liberais para o combate ao fascismo aumenta esse prestígio. Ao término da Segunda Guerra, nas disputas com os EUA, a pátria da Revolução apoia os movimentos que se opunham à dominação ocidental direta ou indireta, ao colonialismo e ao imperialismo. Por conseguinte, a revolução aparece como a forma de luta tanto contra essa

10 TOCQUEVILLE, A. de. **Lembranças de 1848**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 87.

11 REED, J. **Os dez dias que abalaram o mundo**. São Paulo: Círculo do Livro, S/d.

12 FERRO, M. **O Ocidente diante da Revolução Soviética**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

13 GOLDMAN, E. O fracasso da Revolução Russa IN: WOODCOCK, G. **Grandes escritos anarquistas**. Porto Alegre: LP&M, 1981. pp. 140-150.

14 GUÉRIN, D. **Por un marxismo libertario**. Barcelona: Jucar, 1979.



dominação, quanto contra as injustiças que a constituem. Os movimentos do chamado Terceiro Mundo buscam a sua libertação na chave da revolução.

Se 1917 foi um espetáculo, seu final em 1991 foi um anticlímax. A URSS ruiu por dentro, não foi derrotada por nenhum de seus inimigos históricos e não deixou uma civilização de herança.<sup>15</sup> No centenário da Revolução, as comemorações, publicações e debates acadêmicos em vários países não tiveram equivalente na Rússia ou qualquer das ex-repúblicas soviéticas.

Os artigos aqui reunidos tratam do tema da revolução tanto na chave dos movimentos inspirados de alguma forma na *revolução*, estes pensados como transformação e construção de uma sociedade menos injusta, quanto como conceito que nos ajuda a organizar e pensar os processos históricos. Os trabalhos nesse dossiê apresentados possuem, ainda que pesem as diferenças em suas empirias, algumas linhas de força, centradas especialmente na discussão da luta contra diversos tipos de dominação.

A discussão do republicanismo, defendida em “O Republicanismo de Hannah Arendt: Pensamento contra a barbárie”, torna-se imperativa pelos limites entre legalidade e legitimidade postos em questão pelo governo revolucionário. Já o artigo “Cara y cruz: a Conferência Tricontinental sob os olhares do semanário *Marxa*” estuda a influência da Revolução ao longo do século XX, com especial eco na América Latina. “O último discurso de Amílcar Cabral: um projeto de Estado binacional para Guiné-Bissau e Cabo Verde” enfrenta a questão da luta contra o domínio colonial nesses países de África. Por sua vez, “Cultura política comunista em Montes Claros – reflexões e apontamentos” trata da militância nos idos de 1948 a 1970. Por fim, redes de solidariedade e sociabilidade internacionalistas na presença de estudantes na URSS podem ser avaliadas em “Educação e Clandestinidade: memórias de comunistas brasileiros na União Soviética (1953-1955).

Luiz Arnaut

---

15 FURET, F. **O passado de uma ilusão**. São Paulo, Siciliano, 1995.



# Educação e clandestinidade: memórias de comunistas brasileiros na União Soviética (1953-1955)

## Education and clandestinity: memories of Brazilian communists in the Soviet Union (1953-1955)

**Amanda Assis de Oliveira**  
Graduada em História  
Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC  
amandaassis1903@gmail.com

**Éder da Silva Silveira**  
Doutor em História - Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS,  
Professor da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC  
eders@unisc.br

**Recebido em:** 11/08/2017

**Aprovado em:** 13/09/2017

**RESUMO:** O objetivo desse artigo é analisar como foram registradas as experiências educativas de comunistas brasileiros enviados à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) entre 1953 e 1955. Discutimos também as possíveis interseções entre Educação e Clandestinidade e como isto pode contribuir para a construção de uma educação comunista na e para a clandestinidade. A metodologia se pauta na análise de conteúdo de memórias de comunistas brasileiros na URSS. Como fontes são utilizados dois livros de caráter autobiográfico escritos por brasileiros que tiveram experiências de educação na antiga URSS: *Memórias de um Stalinista*, de Hércules Corrêa, e *O Retrato*, de Osvaldo Peralva. A partir dessa análise é possível compreender as práticas educativas desses sujeitos e os sentidos que construíram sobre suas experiências. Em seu conjunto elas permitem perceber algumas práticas, formas e funções de uma educação clandestina relacionada às escolas preparatórias de quadros na URSS que, dentre outros objetivos, visava uma instrumentalização teórica e prática em prol de uma revolução.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação comunista, Clandestinidade, Cultura política comunista, Memória.

**ABSTRACT:** The goal of this article is to analyze the educational experiences of Brazilians communists who were to Union of Soviet Socialist Republics (USSR) that were recorded between 1953 to 1955. I also discussed the possible intersections between Education and Clandestinity and how that contribute to the construction of a communist education in and for clandestinity. As sources, two autobiographical books were utilized: *Memórias de um Stalinista* from Hércules Corrêa and *O Retrato* from Osvaldo Peralva. From that analysis, it is possible to comprehend the educational practices of these subjects and the senses that built on these experiences. Together they allow us to perceive some practices, forms and functions of a clandestine education related to the preparatory schools of cadres in the USSR that, among other goals, aimed at a theoretical instrumentalization and practice in favor of a revolution.

**KEYWORDS:** Communist education, Clandestinity, Political communist culture, Memory.



## Introdução

Esse recorte de pesquisa faz parte de um projeto maior chamado “Educação Clandestina e Traição: uma história da educação dos comunistas do Brasil da Guerra Fria”<sup>1</sup>. A pesquisa é vinculada à linha Educação, Trabalho e Emancipação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul. Ao longo desses anos de pesquisa, pudemos identificar algumas características da educação comunista no Brasil e no exterior que estão estreitamente ligadas ao contexto da Guerra Fria (1945-1991). No Brasil, o Partido Comunista do Brasil<sup>2</sup> (PCB) atuou na ilegalidade<sup>3</sup> por grande parte desse período. Como forma de resistência, redes de educação clandestina foram importantes para viver os períodos de repressão e para garantir a sobrevivência de partidos colocados na ilegalidade. Nesse sentido, o PCB ministrou diferentes cursos, alguns dos quais também serviram para o ingresso de militantes em escolas preparatórias de quadros revolucionários na URSS. Muitos comunistas escreveram suas experiências em livros de memórias relatando as viagens e atividades desenvolvidas em solo soviético.

As escolas do Komintern originaram-se em Lênin quando, desde o início do século XX, passou a defender a ideia de que o Partido Comunista da União Soviética deveria formar “revolucionários profissionais”. Na publicação “Que fazer”, em 1902, destacou que a tomada do poder através de uma Revolução não se daria apenas através da consequência de um processo econômico. Ela dependeria fortemente da disposição e atuação de um Partido Revolucionário, solidamente organizado e dirigido por revolucionários profissionais.<sup>4</sup>

Embora o Komintern<sup>5</sup> houvesse se extinguido em 1943, o seu sucessor direto, o Kominform<sup>6</sup>, continuou regendo a organização dos cursos, que visavam, acima de tudo, a preparação de dirigentes aptos na teoria e na prática marxista-leninista.

<sup>1</sup> Projeto financiado via edital ARD/PPP 2014 da FAPERGS/CNPq- Execução 2016-2018.

<sup>2</sup> No ano de 1961, o PCB passou a chamar-se Partido Comunista Brasileiro. Quem herdou o antigo nome foi o PCdoB, um partido criado no ano de 1962, depois de uma grande cisão dentro do próprio PCB. Ver mais em: PANDOLFI, Dulce Chaves. **Camaradas e companheiros:** memória e história do PCB. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Fundação Roberto Marinho, 1995.

<sup>3</sup> O PCB foi cassado no ano de 1947 durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, após um curto espaço de 2 anos na legalidade. Antes disso, o partido havia passado por uma dura clandestinidade imposta pelo Estado Novo (1937-1945). O partido continuou nessa condição até o término da Ditadura Militar em 1985. Ver mais em: ABREU, Alzira Alves de. **Partido Comunista Brasileiro (PCB).** In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em 24 de abril de 2017.

<sup>4</sup> SILVEIRA, Éder da Silva. **Por que ele?** Educação, traição e dissidência comunista na trajetória de Manoel Jover Teles, o “Manolo”. Jundiaí, São Paulo: Paco Editorial, 2016, p. 146.

<sup>5</sup> Termo dado a Terceira Internacional Comunista (1919-1943). Criada por Vladimir Lênin, ela tinha como objetivo reunir os Partidos Comunistas do mundo em prol da extirpação do capitalismo.

<sup>6</sup> Centro de informações dos Partidos Comunistas, criado por Stálin em 1947, visava organizar a ação comunista, sobretudo nos países socialistas do leste europeu. Foi dissolvido após a publicidade do Relatório Kruschev. Ver mais em: SOTANA, Edvaldo Correa. **Relatos de viagens à URSS em tempos de Guerra Fria:** uma prática de militantes comunistas brasileiros. Curitiba: Aos quatro ventos, 2006.

Como uma intersecção entre a História da Educação e a Nova História Política, o principal objetivo desse artigo é analisar como foram registradas as práticas educativas de comunistas enviados à URSS através de livros de caráter autobiográfico de brasileiros que participaram das escolas de preparação de quadros revolucionários entre 1953 e 1955. Discutimos também as possíveis relações entre Educação e Clandestinidade e como isto pode contribuir para a construção de uma educação comunista na e para a clandestinidade.

As fontes utilizadas nesse artigo compreendem duas obras autobiográficas de antigos comunistas brasileiros que participaram dos cursos de formação na URSS entre os anos supracitados: *O Retrato*, de Osvaldo Peralva<sup>7</sup>, e *Memórias de um Stalinista*, de Hércules Corrêa<sup>8</sup>. Essas fontes autobiográficas são, acima de tudo, fontes de memória. Isso implica concebê-las, dentre outras possibilidades, como discursos sobre si que mesclam elementos de experiências que foram vividas, imaginadas ou compartilhadas com um conjunto de atribuições de sentido que se dá posterior ao vivido. Além disso, é necessário considerar que

a memória não tem compromisso com a crítica, com uma operação mental de validar ou não seus movimentos através de problematizações. Difere ainda da História como campo de produção de conhecimento. A memória pode ser história, mas não é história por si só. É vestígio. Apesar de indomável, esforça-se em assegurar permanências, manifestações sobreviventes de um passado, a capacidade de viver o já inexistente. A memória é, então, também o lugar de permanências.<sup>9</sup>

Para analisar tais memórias foi necessário ter cuidado no tratamento dado à interpretação das fontes, pois há um limite tênue entre o vivido e o narrado. Essas obras foram escritas *a posteriori* às viagens à URSS, quando os dois autores já haviam deixado o partido e, não raro, elas também carregaram os impactos da desilusão com o socialismo ou com o próprio PCB no momento em que foram escritas.

A memória é tecida de lembranças e esquecimentos. Como afirma Pollak, “a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado”<sup>10</sup>. Os pesos relegados às experiências

<sup>7</sup> Osvaldo Peralva (1918-1992). Ex-membro do PCB, o jornalista foi membro ativo do partido por mais de duas décadas. Em 1962, publicou *O Retrato*, um livro-denúncia que simbolizou o seu rompimento com o comunismo, onde apresenta registros minuciosos a respeito do período em que esteve na URSS.

<sup>8</sup> Hércules Corrêa (1930-2008). Ex-líder comunista e sindicalista, também foi fundador e dirigente do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e deputado estadual pelo PTB. Dentre os diversos textos de sua autoria, destaca-se *Memórias de um Stalinista*, importante fonte na qual o autor registra diversas passagens sobre cursos promovidos pelo PCB no Brasil e no exterior.

<sup>9</sup> STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. História, Memória e História da educação. In: \_\_\_\_\_ (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. III - Século XX. 4<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Vozes, 2011, p. 420.

<sup>10</sup> POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992, p. 4.

colaboram para que alguns pontos do passado sejam sacralizados e outros sejam relegados à escuridão. Conforme observou Barros, a memória não é um mero “espaço inerte” onde as lembranças são adicionadas, mas um espaço político e simbólico que constituem o ser social.<sup>11</sup>

Osvaldo Peralva escreveu *O Retrato* no início dos anos 1960, logo após sair do partido, no contexto da publicidade do Relatório Kruschev, que denunciou os crimes do Stalinismo. Seu ressentimento é nítido, e sua obra, inclusive, foi usada como propaganda anticomunista durante a Ditadura Militar. Já Hércules Corrêa escreveu *Memórias de um Stalinista* durante os anos 1990, após sair do PCB, segundo consta em suas memórias, devido à crise do socialismo e o iminente fim do bloco soviético. Ao contrário de Peralva, seu relato não carrega críticas tão amargas, embora seja evidente o tom nostálgico em relação às experiências na URSS.

As memórias autobiográficas não são a História em si, mas representações de um passado que sofre alterações e atribuições de sentido nos quadros do presente. Como historiadores devemos ter cuidado às ressignificações que daremos a elas:

Na memória fica o que significa [...], na história se ressignifica o que fica, esta é a violência do historiador que com seus conceitos atribuem novos significados ao que ficou guardado nas memórias: recortando-as reconstruindo-as, desmanchando suas telas. Violar memórias faz com que seja gestada a História que está sempre em busca de um novo sol para orientá-la.<sup>12</sup>

Dessa forma, a metodologia aplicada se pauta na análise de conteúdo das fontes autobiográficas. Como aponta Roque Moraes, a análise de conteúdo é usada para interpretar documentos e textos em um nível maior que a de uma leitura comum.<sup>13</sup>

Cronologicamente, a análise de conteúdos pode abranger as seguintes fases: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Na primeira fase [...] organizamos o material a ser analisado. Nesse momento, de acordo com os objetivos a questões de estudo, definimos, principalmente, unidade de registro, unidade de contexto, trechos significativos e categorias. [...] Na segunda fase, o momento é de aplicarmos o que foi definido na fase anterior. É a mais longa. Pode haver necessidade de fazermos várias leituras de um mesmo material. A terceira fase [...] devemos tentar desvendar o conteúdo subjacente ao que está sendo manifesto. [...] nossa busca deve se voltar [...] para ideologias, tendências e outras determinações características dos fenômenos que estamos analisando.<sup>14</sup>

A primeira fase da análise de conteúdo é fundamental para uma pesquisa, pois é através

<sup>11</sup> BARROS, José D'Assunção. História e memória: uma relação na confluência entre tempo e espaço. **Mouseion**, Canoas, vol. 3, n.5, p. 35-67, Jan-Jul/2009.

<sup>12</sup> ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Violar memórias e gestar história: abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um “parto difícil”, **Clio- Série História do Nordeste**, nº15, p. 39-52, 1994, p. 50.

<sup>13</sup> MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n.37, p. 7-32, 1999.

<sup>14</sup> GOMES, Romeu. A análise de dados em Pesquisa Qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 78-79.

da categorização e organização dos dados que podemos dar início ao processo de interpretação dos mesmos. Conforme Gomes, trabalhar com categorias implica agrupar ideias e elementos em torno de um conceito que os abrangem.<sup>15</sup> Para tal fim, utilizamos as seguintes categorias de análise: formas, conteúdos, sentidos e funções das práticas educativas na URSS para os sujeitos comunistas pesquisados. Ao analisar tais questões, discutimos o conceito de Cultura Política Comunista. Esse conceito é utilizado para compreender os motivos que levaram comunistas brasileiros a adentrar na luta clandestina em prol do ideal revolucionário.

Estudos sobre práticas educativas de comunistas na clandestinidade são escassos aqui no Brasil, apesar da existência de uma série de documentos que revelam informações sobre redes de educação clandestina entre os comunistas, tanto no Brasil como no exterior. Em uma busca rápida nas bases do Portal de Periódicos da CAPES e da Scielo, por exemplo, podemos perceber uma parca produção sobre o tema. Nesse sentido, esse artigo se origina da busca de compreensão dessas práticas educativas na e para a clandestinidade.

As práticas educativas não formais de comunistas na clandestinidade possuem uma grande gama de fontes de pesquisa que podem ser utilizadas na pesquisa histórica.<sup>16</sup> Dentre elas, estão as fontes autobiográficas de comunistas que viveram períodos de clandestinidade. É evidente que cada conjunto de fontes carrega particularidades que exigem cuidados metodológicos específicos. Em relação às memórias e narrativas autobiográficas, é importante considerar, por exemplo, se foram registradas antes ou após 1956, ano em que pesadas denúncias de crimes e arbitrariedades cometidos por Stálin e o stalinismo ganharam publicidade. O impacto de tais denúncias deve ser considerado no contexto dos registros produzidos a partir da segunda metade do século XX, pois marcaram as narrativas de tais sujeitos.

A partir dessas notas introdutórias, o texto segue em dois momentos. Inicialmente, discutiremos as aproximações entre Educação e Clandestinidade, bem como a concepção de Cultura Política. Em seguida, apresentaremos a análise das fontes e suas respectivas práticas educativas.

### **Educação, clandestinidade e cultura política comunista**

O Partido Comunista do Brasil (PCB) foi criado no ano de 1922, objetivando, ao longo de sua história, uma revolução proletária como a que havia acontecido na Rússia, em 1917. O

<sup>15</sup> \_\_\_\_\_. A análise de dados em Pesquisa Qualitativa. p, 80.

<sup>16</sup> Dentre essas fontes vale salientar os cursos programáticos ministrados pelos partidos comunistas, as cartilhas e livros literários que integravam o conjunto de obras que os militantes deveriam estudar, os textos, teses e resoluções encontrados nos jornais comunistas, inquéritos policiais, assim como as fontes relativas às memórias dos militantes.

partido foi criado por um grupo de egressos do anarquismo, no qual se destacava a figura de Astrojildo Pereira.<sup>17</sup>

Segundo depoimentos de Afonso Schimidt e Edgard Leuenroth, a primeira proposição no sentido de se estruturar um Partido Comunista de âmbito nacional no Brasil partiu de um misterioso personagem inglês, que segundo Leuenroth chamava-se Ramison, embora seu nome não tenha sido registrado em nenhum documento da época. Este inglês, que seria membro do Secretariado Sul-Americano, passando pelo país em fins de 1921, surpreendeu-se com a inexistência de um Partido Comunista. Dirigiu-se então ao jornal anarquista *A Vanguarda*, sendo encaminhado para Edgard Leuenroth, a quem propôs a fundação de um partido deste tipo no Brasil. Leuenroth, como anarquista, recusou-se, mas indicou Astrojildo Pereira, que se encontrava no Rio de Janeiro. Este foi chamado e chegou a São Paulo depois de três dias. Leuenroth o apresentou ao inglês, mas não assistiu ao encontro deste com Astrojildo, que logo depois retomou ao Rio de Janeiro, onde seria o principal artífice da fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB).<sup>18</sup>

O PCB demorou dois anos para ser aceito como um partido ligado à Internacional Comunista. As teses do II Congresso do partido podem apontar que até os anos 1930 “o PCB era muito mais um partido simpatizante do marxismo do que verdadeiramente um partido de tipo bolchevique, marxista-leninista.”.<sup>19</sup>

Nos primeiros anos, o partido não conseguiu um grande número de membros e sua atuação era limitada. Astrojildo Pereira tornou-se Secretário Geral pouco depois da sua fundação. Ele foi atingido por uma diretriz vinda do PCUS (Partido Comunista da União Soviética) durante uma conferência do Komintern. Conhecida como “obreirismo”, esta era uma orientação para que o partido comunista fosse composto e dirigido por verdadeiros proletários. Dessa forma, muitos intelectuais acabam se afastando do mesmo.

Como observou Heitor Ferreira Lima, um importante dirigente da época e que chegou a exercer o cargo de Secretário Geral por um curto período, “a imposição do obreirismo [...] e o domínio do sectarismo provocará uma ruptura na evolução do PCB jamais superada.”<sup>20</sup> Astrojildo, dessa forma, foi afastado do cargo de Secretário Geral pelo Comitê Central do PCB, em 1930.

A partir de 1934, “a história do comunismo no Brasil se confunde com a história de Luís

<sup>17</sup>Astrojildo Pereira (1890-1965) nasceu em Rio Bonito, Rio de Janeiro. Advindo do anarquismo, foi um dos fundadores do PCB, em 1922. Atuou como Secretário Geral até 1930, quando em um processo de proletarização do partido, a Comissão Central decidiu destituir-lo do cargo. No ano de 1931 ele se retira do PCB, retornando apenas em 1945. Ver mais em: BELOCH, Israel. **Astrojildo Pereira**. In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em 2 de maio de 2017.

<sup>18</sup> PACHECO, Eliezer. **A formação da esquerda no Brasil**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008, p. 72

<sup>19</sup> \_\_\_\_\_ . **A formação da esquerda no Brasil**. p, 85.

<sup>20</sup> LIMA, Heitor Ferreira. **Caminhos Percorridos**. Brasiliense: São Paulo, 1982, p. 10

Carlos Prestes.<sup>21</sup> Prestes<sup>22</sup> foi uma figura quase lendária do comunismo brasileiro. O mítico apelido de “cavaleiro da esperança” que lhe foi atribuído estava vinculado à história de um homem que, no contexto dos movimentos tenentistas da década de 1920, percorreu milhares de quilômetros do interior brasileiro contra a República Velha. Seu nome como membro do Partido Comunista do Brasil não era, inicialmente, do agrado do Comitê Central. Seu ingresso se deu apenas por mediação do PCUS.

Na sua história, o PCB passou por duas grandes cisões: em 1962, com a criação do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e, em 1992, com a criação do Partido Popular Socialista (PPS). Desde a fundação do PCB, tentou-se criar um vínculo com os movimentos sindicais e a classe trabalhadora, conforme as táticas que orientaram a composição de um partido “das massas”. Entretanto, como consequência direta da Guerra Fria e de seu conflito ideológico entre os blocos capitalista e socialista, o PCB acabou na ilegalidade por um longo período, perpassando por governos autoritários como o Estado Novo (1937-1945) e a Ditadura Militar (1964-1985). A dura clandestinidade imposta ao partido marcou de forma significativa o trabalho e a vida dos sujeitos nela inseridos.

A clandestinidade é um elemento importante para a compreensão das práticas educativas não formais de comunistas brasileiros. Como um conceito polissêmico, a clandestinidade pode significar uma maneira de resistência a governos repressivos e, por outro lado, também pode significar uma maneira de isolamento relativo do indivíduo.

[...]A condição de clandestino é, por definição, cerceadora. Ao clandestino não estão disponíveis todas as escolhas. A restrição da disponibilidade de escolha é usual à condição humana, mas no caso dos clandestinos é forçosamente reduzida e mais ainda, condicionada dialeticamente. Mas ao militante clandestino, a mais banal das ações disponíveis a qualquer outro, requeria um minucioso conjunto de ações de segurança visando suas condições e as condições da organização a que pertencia.<sup>23</sup>

---

<sup>21</sup> PACHECO. **A formação da esquerda no Brasil.** p, 135.

<sup>22</sup> Luís Carlos Prestes (1898-1990) nasceu em Porto Alegre. Membro do exército, foi um dos participantes das revoltas tenentistas dos anos 1920. A revolta culminou na Coluna Prestes (1925-1927), que percorreu vinte e cinco mil quilômetros pelo interior brasileiro e terminou na Bolívia, onde teve contato com o comunismo. Em 1931, Prestes vai para a URSS a convite do país para estudar teoria marxista-leninista. Por influência do PCUS, foi admitido no PCB e, após voltar ao Brasil com Olga Benário, logo se tornou Secretário Geral do partido. No comando da Aliança Nacional Libertadora (ANL), inseriu-se no conjunto das insurreições conhecido como Intentona Comunista. A partir de então, o PCB passou por grandes períodos na clandestinidade. Ver mais em: ABREU, A. A.; CARNEIRO, Alan. **Luís Carlos Prestes.** In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em 24 de abril de 2017.

<sup>23</sup> LACERDA FILHO, Mozart. **A experiência da clandestinidade política:** relatos orais de ex-militantes de esquerda durante a ditadura militar (1964-1979). 2011. Tese (doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- UNESP- Campus de Franca. Franca, UNESP, 2011, p. 17-18.

O sujeito clandestino poderia se encontrar nessa situação tanto por imposição como por escolha, o que sugere que essa condição poderia provocar significados e experiências diferentes, dependendo de como cada indivíduo vivia a clandestinidade. Hércules Corrêa afirmou em suas memórias sobre os anos 1950 que, apesar dessa condição, “[...] atuávamos abertamente, ou melhor, apenas aqueles que não haviam se tornado ratos da clandestinidade, viciados na vida em aparelhos, e que participavam de movimentos sociais, tais como sindicatos e associações.” E continua: “concordávamos que não podíamos dizer a ninguém para onde estávamos indo, nem que nossa delegação compunha-se de um bando de comunistas. No resto, nos sentíamos liberados.”<sup>24</sup> Peralva, por exemplo, foi mais enfático. Para ele, a luta clandestina exigia uma disciplina “quase militar”.<sup>25</sup>

Na Cultura Política Comunista, a clandestinidade também preparava o comunista para uma dura realidade em prol do partido e de um projeto de revolução. Diógenes Arruda, que foi importante liderança comunista no Brasil, destacou que entre os deveres do(a) militante estava:

Guardar rigorosamente os segredos do Partido e manter sempre vigilância e firmeza comunista no trabalho clandestino, na atividade legal de massas e diante de qualquer inimigo de classe do proletariado, dando, se necessário, a própria vida - o ódio de classe ao inimigo e a fidelidade ilimitada ao Partido são imprescindíveis em todos os domínios e circunstâncias.<sup>26</sup>

Arruda apresentou alguns elementos que constitui a cultura política comunista: o aspecto formador da clandestinidade, o ódio ao inimigo de classe e a extrema fidelidade ao partido, “dando a vida se necessário”. O conceito de Cultura Política é importante aqui, pois explica como o comunismo transpassa os vínculos partidários. De forma geral, é possível através desse conceito problematizar e entender elementos presentes em trajetórias e narrativas autobiográficas sobre os motivos de adesão ao comunismo e as experiências de seus militantes. O conceito de Cultura Política Comunista é compreendido como um

conjunto de valores, tradições, práticas, e representações políticas partilhadas por determinado grupo humano, expressando identidade coletiva e fornecendo leituras comuns do passado, assim como inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro.<sup>27</sup>

Uma exemplo do que constituía esse conjunto de valores é um certo dito que circulava entre os comunistas. Esse ditado popular representa as motivações que levaram os sujeitos

<sup>24</sup> CORRÊA, Hércules. **Memórias de um Stalinista**. Rio de Janeiro: Opera Nostra, 1994, p. 11.

<sup>25</sup> PERALVA, Osvaldo. **O Retrato: impressionante depoimento sobre o comunismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1962.

<sup>26</sup> ARRUDA, Diógenes. **A educação revolucionária do comunista**. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000, p. 17.

<sup>27</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A cultura política comunista: alguns apontamentos. In: NAPOLITANO, M.; CZAJKA, R.; MOTTA, Rodrigo P.S. (orgs.). **Comunistas brasileiros: Cultura política e produção cultural**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, p. 18.

políticos a ingressar no movimento comunista.

Na cultura partidária do PCB (Partido Comunista Brasileiro) circulava dito interessante, expressão metafórica das motivações que levariam as pessoas a aderirem ao movimento comunista. Segundo essa formulação, haveria três fontes que sensibilizariam os indivíduos favoravelmente ao comunismo, correspondentes a órgãos do corpo humano: cérebro, estômago e coração. Alguns aderentes eram convencidos pelo cérebro, conquistados pela argumentação teórica e filosófica marxista; outros eram tangidos pelo estômago, ou seja, as necessidades materiais, a pobreza, e se identificavam com o comunismo na expectativa de verem sua situação social melhorar; já o terceiro grupo era tocado pelo coração, quer dizer, sua aproximação com a esquerda devia-se a força da sensibilidade.<sup>28</sup>

O cérebro representa a intelectualidade e a teoria marxista, o estômago representa as dificuldades materiais, a fome e a miséria do proletariado e, por fim, o coração, os vínculos mais afetivos e sensíveis com a ideia de um outro sistema-mundo. Todas essas representações constituíam um imaginário e uma cultura comunista. Como aponta Motta, a cultura política comunista abarca variados símbolos e representações: o vermelho, o amor à URSS, o hino “A Internacional”, a comemoração do primeiro de maio, a comemoração da Revolução de outubro de 1917, o universalismo, o laicismo, um vocabulário próprio, o ardor e a idolatria a líderes carismáticos como Stálin, Lênin e Prestes, o ódio contra os EUA e ao seu imperialismo, etc. A educação comunista tinha o papel de sustentação de toda essa gama de representações políticas ao mesmo tempo em que por elas era influenciada.<sup>29</sup>

Mas, afinal, que educação é essa? Qual(is) sua(s) ligações com a clandestinidade vivenciada por esse grupo? Quais os espaços encontrados na clandestinidade para o seu desenvolvimento? Encaramos nesse estudo a educação como uma prática social que atua em duas direções: “1. No desenvolvimento de suas forças produtivas; 2. No desenvolvimento de seus valores culturais”.<sup>30</sup> Além disso, partilhamos da ideia de que todo processo educativo expressa uma doutrina que se aporta em uma filosofia de vida, em uma concepção de ser humano e de sociedade.<sup>31</sup> Conforme Paulo Freire, a educação é uma ferramenta para a transformação social que visa, acima de tudo, o diálogo e a emancipação do sujeito.<sup>32</sup> Um de seus objetivos é quebrar os grilhões que prendem os sujeitos em uma sociedade opressora.

A educação comunista almejava a práxis que “implica a ação e a reflexão dos homens

<sup>28</sup> MOTTA. **A cultura política comunista**: alguns apontamentos. p., 18-19.

<sup>29</sup> \_\_\_\_\_. **A cultura política comunista**: alguns apontamentos. p., 20.

<sup>30</sup> BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2002, p. 9.

<sup>31</sup> FREITAG, Barbara. **Escola, estado e sociedade**. São Paulo: Livraria Editora, 1986.

<sup>32</sup> FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 18 ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988.

sobre o mundo para transformá-lo”.<sup>33</sup> Nesse ponto de vista, a teoria só tinha sentido se unida à prática constante. Para os comunistas, era através da formação de militantes versados em teoria e prática marxista que se poderia chegar a uma revolução.

Em períodos de repressão vividos no Brasil da Guerra Fria, a constituição de movimentos e redes de educação clandestina foram fundamentais para garantir a sobrevivência do partido colocado na ilegalidade. A própria clandestinidade servia como espaço e agente educativo. Segundo Maria da Glória Gohn, há três formas de educação: a educação formal, a educação informal e a educação não formal. A educação formal está relegada aos encargos do Estado e possui conteúdos previamente demarcados. A educação informal é feita pelo sujeito em momentos de socialização com a família, no bairro, com os amigos, etc., ocorrendo de forma espontânea. Já a educação não formal é aquela que se dá através de processos que visam o compartilhamento de experiências e ações de cunho coletivo a partir de certas intencionalidades.<sup>34</sup> Dessa forma, a educação comunista é um exemplo de educação não formal, pois estava fora dos encargos e do controle do Estado, marcada por intencionalidades. Durante a ditadura militar, inclusive a polícia política reconheceu o papel da Educação para os comunistas no Inquérito Policial Militar 709: “graças ao trabalho de Educação que o partido (no caso, o PCB) conseguia sobreviver, preparando-os para tarefas gerais ou especiais”, expressou o documento.<sup>35</sup>

A educação comunista poderia ocorrer em diferentes espaços e práticas sociais de militância política, bem como através de cursos ocorridos dentro e fora do Brasil. Não havia uma regra específica de como organizar os cursos no Brasil. Eles poderiam durar poucos dias ou semanas. Geralmente, eram organizados em “aparelhos”<sup>36</sup> clandestinos com conteúdos programáticos específicos. Em suas memórias, Heitor Ferreira Lima citou alguns temas que havia estudado:

Passei a frequentar, à noite, com assiduidade, aquele órgão de classe, estabelecendo novas relações de amizade, lendo os livros de sua biblioteca sobre o comunismo, o anarquismo, a revolução russa, o materialismo mecanicista, a emancipação da mulher, enfim, assuntos absolutamente estranhos para mim, que me informavam, no entanto, de questões diferentes

<sup>33</sup> \_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. p. 87.

<sup>34</sup> GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Ensaio: aval.pol.públ.Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p.27-38, mar. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S01044036200600010003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01044036200600010003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 26 agosto de 2016.

<sup>35</sup> O COMUNISMO no Brasil. **Inquérito Policial 709**. V. 2. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1967, p. 48.

<sup>36</sup> “O termo alude ao conjunto de medidas e lugares para atividades e a segurança de militantes na clandestinidade. Ao contrário das células, nos aparelhos atuavam os revolucionários profissionais, ativistas que viviam exclusivamente do partido e para ele.” FERREIRA Jorge. **Prisioneiros do Mito**: Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956). Rio de Janeiro: Eduff: Mauad, 2002, p. 95



das novas.<sup>37</sup>

Heitor Ferreira Lima observou que em alguns desses cursos também havia o ensino de línguas. “Lembro-me de terem organizado dois cursos: um de filosofia, ministrado pelo estudante de engenharia, Sávio Antunes, e outro de francês, dado por Rodolfo Coutinho, recém-chegado da Europa.”<sup>38</sup>

Em tom diferente, Osvaldo Peralva relatou que os manuais de teoria marxista seguiam rigorosamente os modelos soviéticos. Além disso, também havia o ensino de práticas de combate que serviam para a luta diária no partido.

Nesses cursos transmitia-se a experiência de funcionamento da máquina partidária, forneciam-se rudimentos de Economia Política e Filosofia, tudo rigorosamente de acordo com os compêndios soviéticos. Em alguns deles, marginalmente, ensinava-se a fabricar *bombas Molotov*, a enfrentar a cavalaria, jogando punhados de cortiça no chão para que os animais escorregassem e caíssem, outras lições mais de lutas de rua.<sup>39</sup>

Dentre os cursos ministrados nos aparelhos clandestinos do PCB havia alguns que também serviam para preparação e/ou seleção de militantes para o ingresso em escolas preparatórias de quadros na URSS. Em geral, esses cursos preparatórios eram disponibilizados para os principais dirigentes do partido. O próximo tópico vai falar mais sobre esse tema.

### **Memórias de uma educação clandestina: práticas educativas na URSS (1953-1955)**

A Revolução Russa foi um marco histórico do mundo contemporâneo. Para Eric Hobsbawm, a Revolução Bolchevique teve mais repercussões que a própria Revolução Francesa:

a Revolução de outubro teve repercussões muito mais profundas e globais que sua ancestral. Pois se as ideias da Revolução Francesa, como é hoje evidente, duraram mais que o bolchevismo, as consequências práticas de 1917 foram muito maiores e mais duradouras que as de 1789. A Revolução de Outubro produziu de longe o mais formidável movimento revolucionário organizado na história moderna.<sup>40</sup>

A revolução inspirou comunistas do mundo inteiro a sonhar com um mundo melhor. Todo o desejo por uma sociedade mais justa não estava tão longe depois dos acontecimentos de 1917. Moscou era como a Meca do comunismo, todos desejavam ir para lá. Lênin e Stálin transformaram-se em figuras sacralizadas.

Jorge Ferreira, em “Prisioneiros do Mito: cultura e imaginário político dos comunistas no

<sup>37</sup> LIMA. **Caminhos percorridos.** p, 35-36.

<sup>38</sup> \_\_\_\_\_. **Caminhos percorridos.** p, 38.

<sup>39</sup> PERALVA. **O retrato.** p, 11.

<sup>40</sup> HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos:** o breve século XX 1914-1991. 2º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p, 62.

Brasil (1930-1956)”, pontua sobre a cultura política comunista. Segundo ele, em muitos aspectos, ela assemelhava-se com a relação do homem (sic) com o sagrado em outras sociedades e épocas:

De maneira similar aos antigos ritos de passagens, também presentes em épocas mais próximas nas sociedades secretas, o novato experimentava o ritual simbólico da morte e da ressurreição. Ser comunista, diziam eles, significava abandonar, para sempre, uma vida sem certezas, fragmentada, incoerente e conduzida passivamente pelos acontecimentos de uma realidade ininteligível para ter o domínio absoluto sobre seu próprio ser e libertar os povos da escravidão econômica, da opressão política e da miséria.<sup>41</sup>

Toda a sacralização do comunismo deveria justificar a abnegação de seus membros em prol do partido a ponto de deixarem suas famílias para passar alguns anos na tão sonhada URSS. Em suas memórias, Hércules Corrêa mencionou como foi difícil contar para sua família que iria participar de um curso em solo soviético. “Eu era casado, tinha um filho - o Diógenes - de um ano e dez meses, na época. Como eu previra, foi duro dar as novidades à minha mulher”.<sup>42</sup> Ao mesmo tempo, havia uma grande felicidade em saber que iria conhecer o país: “A verdade é que eu estava eufórico. Nunca havia viajado ao exterior e, como seriam apenas 60 dias, não acreditei que isso fosse perturbar minha família tanto assim”.<sup>43</sup>

Osvaldo Peralva registrou questões semelhantes. Entretanto, para ele, havia um grande pesar em deixar sua família.

Conhecer Moscou, a Meca do comunismo internacional, era a grande aspiração acariciada por todos nós. E esta possibilidade agora me inundava de alegria. Mas eis que, ao mesmo tempo, em sentido contrário, intervieram outros sentimentos. É que, estreitamente vinculados a mim pelo amor, pelo contato diário, por um hábito de convivência que se transformara em necessidade, existiam duas pessoas – minha filha, de três anos de idade, e a mulher com quem me casara fazia quatro anos, e a ideia de separação provocava em mim uma angústia sufocante.<sup>44</sup>

O culto à URSS era imensurável. Antes da viagem, segundo consta nas memórias de Osvaldo Peralva, Diógenes Arruda teria exigido a mais completa humildade ante os soviéticos: “até os limpadores de rua em Moscou eram mais dignos e possuíam mais méritos que qualquer de nós, pois eles constituíam parte do povo que tinha feito sua revolução proletária e estava ajudando-nos a fazer a nossa.”<sup>45</sup>

Não havia apenas uma escola para a formação de quadros na URSS, mas, sim, uma “rede

<sup>41</sup> FERREIRA, Jorge. **Prisioneiros do Mito:** Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956). Rio de Janeiro: Eduff: Mauad, 2002, p. 68.

<sup>42</sup> CORRÊA. **Memórias de um Salinista.** p, 10.

<sup>43</sup> \_\_\_\_\_. **Memórias de um Salinista.** p, 10.

<sup>44</sup> PERALVA. **O retrato.** p, 7.

<sup>45</sup> \_\_\_\_\_. **O retrato.** p, 13-14.

de escolas” organizadas pelo Komintern e, posteriormente, pelo Kominform. Segundo Lazitch, o objetivo dessas escolas era

formar não apenas ideologicamente os alunos mas, também, na prática, o de aprender como ser militante na ação cotidiana, como forjar um partido revolucionário e, em seguida, tomar o poder, seja de uma organização sindical, seja de um Estado.<sup>46</sup>

Osvaldo Peralva e Hércules Corrêa foram participar de uma escola de formação de quadros revolucionários na URSS no ano de 1953. Hércules Corrêa relatou que antes de ser selecionado para a formação na URSS participou de um curso clandestino chamado “curso Stálin”, que servia de seleção para a ida à antiga União Soviética. Como um curso clandestino nos aparelhos do PCB, ele precisava sair e entrar de olhos vendados para não saber o local onde estava. Segundo o autor, “o curso durou 30 dias”. Segundo ele, “se soubesse o que estava em jogo, durante as aulas, não teria me sacrificado tanto para aprender o que era ensinado.”<sup>47</sup> Ainda segundo Corrêa, eram os maiores dirigentes do partido que davam o curso. “Tivemos professores como Jacob Gorender, Mário Alves, João Massena Meio, Carlos Marighella, Diógenes Arruda - enfim, a nata dirigente do Partido, na época.”, observou.<sup>48</sup> Mais tarde ele descobriria que, para sua surpresa, estava disputando uma vaga com Jorge Amado, e devido a prerrogativa de obreirização do partido, ele teria conseguido mais pontos que o colega intelectual por ter participado de greves e lutas sindicais.

Osvaldo Peralva não relatou em suas memórias a participação do “curso Stálin”, porém, asseverou:

Agora achava-me em meio de vasta chácara, no quintal de uma casa que era peça integrante do aparelho clandestino do Partido. Por aquela época servia de sede a mais um curso de 15 dias, de marxismo-leninismo, do qual participavam umas trinta pessoas, em sistema de internato. Mesmo sem ser aluno, desempenhando outra tarefa, eu me enquadrava no regime vigente, ajudando nos serviços domésticos, dormindo em esteiras no chão e entrando na escala de plantonistas que se revezavam durante a noite, armados ou desarmados, conforme o caso, atentos a quaisquer ruídos ou fenômenos estranhos que surgissem.<sup>49</sup>

Não é possível ter certeza se esse curso referenciado por Peralva era o “curso Stálin”. O autor só observou que um homem importante do aparelho, sem citar nomes, lhe deu a notícia: “Bem, então vai-te preparando discretamente [...] porque dentro de uma ou duas semanas vais

<sup>46</sup> Apud SILVEIRA, E. S.; MORETTI, C. Z.; VILLARRUEL, A. Memórias de uma Educação Clandestina: a formação de quadros revolucionários comunistas brasileiros na antiga União Soviética. In: REUNIÃO REGIONAL DA ANPED: Educação, movimentos sociais e políticas governamentais. 2016, Curitiba, p. 223

<sup>47</sup> CORRÊA. **Memórias de um Stalinista.** p. 7.

<sup>48</sup> \_\_\_\_\_, **Memórias de um Stalinista.** p. 8.

<sup>49</sup> PERALVA. **O retrato.** p. 6.

embarcar para o exterior [...] Vais para a URSS.”<sup>50</sup> Talvez, Peralva tenha participado desse curso apenas como organizador, por ser um quadro importante e secretário de Diógenes Arruda. Entretanto, a inexistência de tal relato não significa que ele não tenha tido semelhante experiência.

O curso preparatório de quadros na URSS durou dois anos. Segundo Hércules Corrêa, ele havia sido informado que o curso duraria apenas 60 dias, mas quando chegou à escola recebeu a seguinte informação do diretor da escola: “Em nome do Comitê Central, quero lhes informar que estamos todos aqui para fazer um curso de marxismo-leninismo que vai durar dois anos!”<sup>51</sup> Além disso, por medida de segurança, eles poderiam receber apenas uma carta a cada seis meses de seus familiares. Ao todo, a turma contava com 43 comunistas brasileiros.

Osvaldo Peralva escreveu em suas memórias que recebeu essas informações ainda no Brasil, e que quando perguntou ao homem do aparelho quanto tempo iria ficar fora ele respondeu: “uns dois ou três anos”.<sup>52</sup>

Nossa turma [...] se compunha de quase 50 membros, caracterizando-se por sua heterogeneidade. Entre nós havia gente procedente de todos os cantos do país, pretos e brancos, homens e mulheres, solteiros e casados: trabalhadores braçais e intelectuais, ex-militares profissionais e reservistas de terceira categoria, militantes de células e altos dirigentes do Comitê Central - mas todos funcionários remunerados do pesado aparelho burocrático do PCB.<sup>53</sup>

A escola para onde Corrêa e Peralva foram se localizava em um antigo monastério, nas proximidades de Moscou. A turma fora recebida por um “soviético, o diretor da escola, auxiliado por um tradutor, que nos transmitia as boas-vindas em espanhol.”<sup>54</sup>

Ali funcionaram os cursos - especiais para brasileiros- da antiga Universidade Lênin, rebatizada de Escola Superior do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética. A sede central era na cidade mesma de Moscou, mas muitos de seus professores se deslocavam diariamente para outros pontos, onde funcionavam filiais destinadas a estrangeiros, a fim de ali ministrar aulas, com a ajuda de tradutores.<sup>55</sup>

Hércules Corrêa registrou que entre seu grupo de colegas “ficaram Moacyr Werneck de Castro e Armênio Guedes”, e que foi graças a eles que aprendeu alguma coisa do curso. Além disso, “pessoas como Osvaldo Peralva, Apolônio de Carvalho. [...] Mário Alves (o mais brilhante, naquela turma), Pedro Pomar e Antônio Paim deram uma demonstração infinita de solidariedade

<sup>50</sup> \_\_\_\_\_, **O retrato.** p. 7.

<sup>51</sup> CORRÊA. **Memórias de um Stalinista.** p. 15.

<sup>52</sup> PERALVA. **O retrato.** p. 7.

<sup>53</sup> PERALVA. **O retrato.** p. 15.

<sup>54</sup> CORRÊA. **Memórias de um Stalinista.** p. 15.

<sup>55</sup> PERALVA. **O retrato.** p. 14.

para com seus colegas.”<sup>56</sup> Peralva relatou que antes de iniciar o curso em si tinha-se “uma curta fase de adaptação, na qual se proferiam conferências sobre questões elementares do marxismo e sobre a situação internacional”, e que “alguns professores insistiam em banalidades, supondo que nossa ignorância não tivesse limites.”<sup>57</sup>

Com o início do curso, os dois comunistas tiveram reações diferentes. Hércules Corrêa parece ter tido muita dificuldade de aprender as matérias ensinadas. Segundo ele, as aulas não eram pensadas para operários de instrução básica. Ele observa que a maior parte dos livros eram em inglês ou francês, apenas uns 20% em espanhol, mas:

não havendo remédio, o negócio era estudar. Dessa vez, as matérias seriam Filosofia, Economia Política, Teoria e Tática do Movimento Comunista Mundial, História do Partido Comunista, Russo, História do Movimento Sindical Internacional, Economia Socialista, Geografia Econômica e Política do Mundo, História dos Povos da URSS, História da Cultura Russa. Aliás, todas as aulas eram dadas em russo, com o tradutor retransmitindo-as em espanhol. Só seis meses mais tarde foram arrumar um tradutor espanhol que sabia russo. Com efeito, para mim e muitos outros, as tais aulas se constituíram num verdadeiro martírio. Eu fazia muitas anotações em classe, mas o que eu escrevia geralmente não tinha muita ligação com o que era ensinado nas aulas. Eram divagações, muitas e muitas dúvidas. Entrei em desespero e pedi para voltar ao Brasil. Negativo, me responderam, até porque na turma havia portuários: ferroviários, mineiro e tecelões, como eu, com idênticas dificuldades.<sup>58</sup>

Osvaldo Peralva, como jornalista, não teve tanta dificuldade. Ele, inclusive, teria ajudado os seus colegas. A organização do curso pediu aos participantes que se organizassem em grupos de estudo, “para que os alunos mais instruídos ajudassem os outros.”<sup>59</sup>

Tínhamos ainda o estudo do russo, considerado de grande importância porque nesse idioma, conforme acentuou um professor, falaram e escreveram “o gênio da revolução proletária, Vladimir Ilitch Lênin, e seu fiel discípulo, o grande Ióssif Vissariônovitch Stálin”. E mais: História aos Povos Russos; História Universal do Movimento Operário; e diversas matérias relacionadas com o funcionamento dos partidos Comunistas. Havia também o ensino da língua portuguesa, que estava a meu cargo e de mais dois colegas e à qual quase ninguém ligava importância, a começar por José Souza. A língua oficial, para nós, era o espanhol, pois os soviéticos não tinham tradutores preparados em português. Revezavam- se três tradutores: um espanhol, Pérez, e dois russos- Minieiev e Gália. À medida que o professor falava, o tradutor traduzia para o espanhol.<sup>60</sup>

Mesmo não tendo tanta dificuldade nas matérias como outros colegas, Peralva considerava o curso “intensíssimo”, pois, segundo ele, os soviéticos afirmavam que o curso era

<sup>56</sup> CORRÊA. **Memórias de um Stalinista**. p. 18.

<sup>57</sup> PERALVA. **O retrato**. p. 15.

<sup>58</sup> CORRÊA. **Memórias de um Stalinista**. p. 17.

<sup>59</sup> \_\_\_\_\_ . **Memórias de um Stalinista**. p. 17.

<sup>60</sup> PERALVA. **O retrato**. p. 15-16.

de 3 anos, mas fora reduzido pela metade do tempo. Tinha-se “6 horas de aula por dia, com intervalo de 10 minutos de uma para outra. Iam de 9 às 12 horas, quando se interrompiam para o almoço, prosseguindo às 13 e terminando às 16 horas.”<sup>61</sup> Para Peralva, um dos objetivos principais da escola era difundir toda a experiência revolucionária soviética e, dessa forma, fazer a revolução no próprio país através de uma disciplina específica: História do PCUS. Para ele, essa matéria tratava da “arte da revolução”.

Em verdade, tratava-se aqui de transmitir-nos toda a experiência de lutas do PCUS, que participara de três revoluções - as três maiores revoluções do primeiro quartel deste século, no mundo: a de 1905-1907, a de fevereiro- março de 1917 e a de outubro-novembro também de 1917. Todas as particularidades da tática e da estratégia empregadas nessas revoluções, todos os meios e formas de atrair, mobilizar e dirigir as massas trabalhadoras para as lutas insurrecionais, as características daquilo que Lênin chamava de *situação revolucionária*, a experiência dos erros cometidos tanto pelo PC como por outros partidos, nesses movimentos, enfim tudo isso que constituía a *arte da revolução* foi compendiado e ministrado em aulas para nós, através dessa cadeira: História do PCUS.<sup>62</sup>

Além dos conteúdos programáticos, a escola oferecia momentos de recreação para amenizar a sensação de enclausuramento. Essa sensação era constante, pois pouco se saia de lá e quando isso ocorria havia uma severa supervisão. Como afirmou Peralva, “nas raras vezes em que nos foi permitido ir à cidade - a um teatro, a um museu, ao metrô, íamos em grupos, sob o comando dos tradutores.”<sup>63</sup>

Disseram-nos, ainda no Brasil, que ficaríamos estudando na cidade mesma de Moscou, teríamos aulas de segunda a sexta-feira e, aos sábados pela tarde e aos domingos sairíamos em grupos de três a passear na cidade. A realidade, porém, foi diferente. Passamos três meses encerrados na Escola tendo apenas como mensagem um vasto quintal todo cercado por muros de três metros de altura e policiado por guardas durante toda a noite.<sup>64</sup>

Toda essa proteção aos alunos pode ser vista a partir de dois ângulos da cultura política comunista. O primeiro, ligado ao medo ao inimigo externo. O segundo, à traição. Para compreender o primeiro elemento é necessário relembrar que o curso ocorreu nos anos 1950, época do auge da Guerra Fria. O capitalismo era um inimigo a ser combatido. Havia um medo exacerbado de que esses estudantes poderiam de alguma forma cair nas mãos do inimigo imperialista, sendo que, caso isso ocorresse, todo investimento desses dois anos não teria valido a pena: “O PCB e o PCUS não podiam estar gastando tempo e dinheiro preciosos para formar

<sup>61</sup> \_\_\_\_\_. **O retrato**, p. 16.

<sup>62</sup> PERALVA. **O retrato**, p. 15.

<sup>63</sup> \_\_\_\_\_. **O retrato**, p. 22.

<sup>64</sup> \_\_\_\_\_. **O retrato**, p. 47.

quadros revolucionários e entregá-los à polícia do inimigo de classe!”.<sup>65</sup>

Por outro lado, o estigma da traição sempre esteve muito presente dentro do comunismo. Pior que um inimigo externo era um inimigo interno. Era melhor ter todos sob controle para que não houvesse nenhuma forma de sublevação, pois “em cada aluno viam um possível agente do imperialismo americano infiltrado nas fileiras do movimento comunista.”.<sup>66</sup> O discurso da traição é muito impactante neste imaginário. A traição, como um componente da cultura comunista, mobilizava valores e imagens que, política e pedagogicamente, serviam como “elemento de controle e um instrumento eficaz para a manutenção de um poder disciplinar que, centralizado no núcleo dirigente, operacionalizava, juntamente com outros fatores, formas de manter a coesão partidária.”<sup>67</sup>

Além disso, qualquer camarada se achava no direito de fazer críticas sobre problemas absolutamente íntimos de qualquer outro. Todos os atos, gestos e atitudes de uma pessoa eram notados e censurados pelos demais; quaisquer defeitos eram destacados e exibidos em público. Nunca vira em toda a minha vida tanta hostilidade mútua e gratuita, mesmo quando se manifestava em tom de pilheria. Todos os nomes feios do léxico partidário- individualismo, pequeno-burguês, liberalóide, nacionalista - todas as frases feitas: subestimação da tarefa, falta de espírito autocrítico, ideologia estranha ao proletariado, origem de classe, tendência fracionista- eram atirados, como pedras, por uns contra outros. O homem tornava-se o lobo do homem. E, a rigor, nenhum de nós escapou a isso.<sup>68</sup>

Dessa forma, as atividades recreativas na escola eram importantes válvulas de escape. Hércules Corrêa contou que o diretor da escola mandou construir “uma quadra de patinação no inverno e um campo de futebol no verão” e que a mando dele “recebemos patins, esquis, chuteiras [...] fomos ao Balé Bolshói muito mais vezes do que estava previsto no programa.”<sup>69</sup> Em uma dessas atividades de patinação no gelo, Côrrea teria trombado com o próprio Peralva: “Trombei com o Peralva, caímos, e ele sofreu uma luxação no tornozelo, ou quebrou o pé, não me lembro bem.”<sup>70</sup>

Uma outra atividade do curso, muito apreciada pelos brasileiros, era viajar pela URSS. Para a referida turma, ela teria acontecido entre julho e agosto de 1954. Segundo Hércules Corrêa, “o programa incluía uma visita a Stalingrado. [...] recebemos uma preleção [...] para o fato de sermos clandestinos na União Soviética, que nossa estada ali não poderia tomar-se conhecida

<sup>65</sup> \_\_\_\_\_. **O retrato.** p. 47.

<sup>66</sup> \_\_\_\_\_. **O retrato.** p. 47.

<sup>67</sup> SILVEIRA. **Por que ele?** p. 47.

<sup>68</sup> PERALVA. **O retrato.** p. 38-39.

<sup>69</sup> CORRÊA. **Memórias de um Stalinista.** p. 25.

<sup>70</sup> \_\_\_\_\_. **Memórias de um Stalinista.** p. 25.

pelas forças imperialistas".<sup>71</sup>

Esse “passeio” era uma forma de complementação do curso, onde conheciam-se fábricas, fazendas coletivas e outras obras do país. Era uma maneira de os soviéticos mostrarem as realizações do socialismo para que os comunistas de outros lugares fossem encorajados a também fazê-las.

Quem pensou que estávamos fazendo uma viagem de férias normal, enganou-se. Era, na verdade, uma complementação do curso. Em oito dias, por exemplo, teríamos apenas quatro horas para ir às compras. Tínhamos, isso sim, de conhecer os benefícios da coletivização rural, visitar museus, teatros - na verdade, estava tudo programado, a começar por um documentário em filme sobre a famosa Batalha de Stalingrado.<sup>72</sup>

O documentário sobre a batalha de Stalingrado poderia ter a função de ressaltar aos brasileiros o quanto os soviéticos foram corajosos durante a Segunda Guerra Mundial na luta contra o nazismo. A vitória soviética em Stalingrado foi uma das responsáveis pela vitória final contra o Eixo. Além disso, o documentário ressaltava a figura de Stálin, como afirmou Corrêa em suas memórias: “o hino se interrompe, e o locutor grita: “Glória aos povos da União Soviética!”, “Glória eterna a Stálin!”.<sup>73</sup> A sacralização dos líderes comunistas era um componente de suma importância na cultura política comunista, principalmente a figura de Josef Stálin. “Assim, para os militantes, a maneira energética, inflexível, rigorosa e até mesmo cruel de Stálin ao lidar com os inimigos e os adversários políticos tornou-se componente da identidade comunista.”<sup>74</sup> Stálin havia morrido no ano de 1953 e a denúncia e a discussão de seus crimes ocorreria em 1956, pouco tempo depois do término do curso.

Peralva viu aquela viagem pela URSS de um ponto de vista diferente. Para ele, ela tornou-se tão enfadonha quanto as aulas em Moscou, ou até pior, pois havia um grande controle por parte da organização soviética para que os alunos não saíssem da “rota” da viagem, mostrando-lhes apenas o que queriam que vissem: “nos sentíamos como feras enjauladas sendo exibidas através da Rússia e que, em face do regime nela vigente, nosso mosteiro parecia um paraíso perdido.”<sup>75</sup>

Na viagem a Górkí (atual Níjni Novgorod), Peralva relatou algumas das atividades realizadas.

<sup>71</sup> \_\_\_\_\_. **Memórias de um Stalinista**. p. 26-27.

<sup>72</sup> \_\_\_\_\_. **Memórias de um Stalinista**. p. 27.

<sup>73</sup> \_\_\_\_\_. **Memórias de um Stalinista**. p. 26-27.

<sup>74</sup> FERREIRA. **Prisioneiros do Mito**: Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956). p, 85.

<sup>75</sup> PERALVA. **O retrato**. p. 55.

Visitamos fazendas coletivas, fábricas, usinas hidrelétricas em construção, a República Autônoma Tártara (20 minutos apenas), encravada em território russo, e museus, museus, museus. Nas fábricas, os diretores nos mostravam “as máquinas” em seguida nos discursavam em seus gabinetes, citando números, que nós copiávamos e, por último nos banqueteavam. Partíamos então para outra visita.<sup>76</sup>

O curso de formação de quadros terminou por volta de abril de 1955. Segundo Osvaldo Peralva, o diretor da escola enfatizou “a confiança em que cumpriríamos nossa honrosa e histórica missão”.<sup>77</sup> Esse, afinal de contas, era o principal objetivo da ida a URSS: fazer a revolução no Brasil. Para o autor “os elementos mais categorizados, os quadros da oficialidade, deveriam sair da escola do PCUS.”<sup>78</sup>

Osvaldo Peralva continuou sua missão em Bucareste, como um membro do Kominform. Ele atuou no jornal “Por uma paz duradoura, por uma democracia popular” até que o relatório Kruschev trouxesse à tona os crimes do stalinismo e fizesse tal *bureau* político ser dissolvido. Ao voltar ao Brasil, Peralva ainda participou das discussões sobre o relatório, mas ao perceber que o PCB camuflou todos esses questionamentos, saiu do partido com um forte ressentimento e desilusão com o comunismo. Em *O retrato*, ele resume sua experiência sobre a escola de formação de quadros da seguinte maneira:

A Escola, em Moscou, para a formação de revolucionários de tipo bolchevista, não se restringia ao ensino dos fundamentos teóricos do marxismo-leninismo. Através da pressão ideológica e do próprio regime de internato, onde se fazia a apologia da obediência cega e o endeusamento de tudo que fosse soviético, buscava-se transformar cada aluno num indivíduo despersonalizado, sem quaisquer interesses ou vontade que não fossem os interesses e a vontade da direção do Partido; que aceitasse voluntariamente uma disciplina supermilitarizada, sendo capaz de cumprir, sem vacilar, as ordens mais absurdas; que não tentasse pensar, a não ser por meio de chavões, para evitar desvios da linha do Partido, fixada pela direção suprema; que considerasse a fidelidade ante a URSS e o PCUS como “a pedra de toque do internacionalismo proletário”, constituindo-se dentro de seu próprio partido num homem de Moscou.<sup>79</sup>

Hércules Corrêa retornou ao Brasil logo após o término do curso. Segundo consta, foi designado chefe de delegação pela sua origem proletária. Ao chegar ao país foi surpreendido pelo fato de que, “ao contrário do que o Partido havia se comprometido a fazer”, sua família recebeu

<sup>76</sup> \_\_\_\_\_. **O retrato**. p. 51.

<sup>77</sup> \_\_\_\_\_. **O retrato**. p. 17.

<sup>78</sup> \_\_\_\_\_. **O retrato**. p. 11.

<sup>79</sup> PERALVA. **O retrato**. p. 9.

pouquíssima assistência<sup>80</sup>.

Tivemos como objetivo colocar essas duas memórias em confronto para ter um panorama geral da educação comunista na URSS, cujo objetivo era a formação de quadros revolucionários em prol de uma revolução. Além disso, as duas narrativas têm pontos de vistas diferentes sobre tais acontecimentos. Enquanto Hércules Corrêa significou a experiência na URSS em tom nostálgico, Osvaldo Peralva, através dela, rompeu com o partido, passando a atacar sua ideologia.

### **Considerações finais**

Uma viagem à antiga União Soviética mexeria com qualquer um. O culto àquele país era um importante ponto da cultura política comunista e pode ser visto nas memórias dos dois sujeitos. As duas fontes, no geral, relatam questões semelhantes sobre o curso na URSS, porém com cargas emocionais distintas: Osvaldo Peralva fez inúmeras críticas à escola e ao modelo socialista. Hércules Corrêa também fez críticas, porém, bem mais brandas. O tom nostálgico aos tempos de outrora prevalecerá em sua obra.

Ao analisar tais obras pode-se perceber que a missão que os levou a estudar na antiga União Soviética era bem clara: estudar para fazer a revolução no Brasil. Os que eram enviados para a escola eram aqueles sobre os quais o PCB depositava grandes expectativas, pois seriam os principais quadros que comandariam a revolução.

Os conteúdos ensinados no curso incluíam economia, filosofia, o ensino do russo, história do PCUS, movimento sindical mundial, história da cultura russa, teoria comunista e política. Segundo os relatos, havia como “complementação do curso” viagens com o objetivo de conhecer as obras do socialismo: museus, teatros, fábricas e fazendas coletivas.

Vale relembrar, ao final dessa pesquisa, que o campo de exploração de estudos sobre a educação não formal de comunistas na clandestinidade é amplo e ainda pouco explorado, com um conjunto grande de fontes que já foram supracitadas. Através desse texto almejamos explorar questões específicas sobre o recorte relacionado às “escolas de formação de quadros” através dos livros de Hércules Corrêa e Osvaldo Peralva, porém, sem esgotar todas as possibilidades de análise e de pesquisa que o tema permite.

---

<sup>80</sup> CORRÊA. **Memórias de um Stalinista.** p. 28.



# Cultura política comunista em Montes Claros - reflexões e apontamentos

Communist political culture in Montes Claros - reflections and notes

**Guilherme Costa Pimentel**

Doutorando em História

Universidade Federal de Minas Gerais

guilhermecosta09@yahoo.com.br

**Recebido em:** 15/12/2016

**Aprovado em:** 25/08/2017

**RESUMO:** Este trabalho tem por objetivo delinear e compreender os aspectos constitutivos da cultura política comunista. Para tanto, foi analisada a militância, entre os anos de 1948 a 1970, de alguns comunistas de Montes Claros através da documentação do fundo *Departamento de Ordem Política e Social (DOPS-MG)* contida no *Arquivo Público Mineiro (APM)*. O suporte teórico será feito através do diálogo com as obras: "Desafios e possibilidades na apropriação de culturas políticas pela historiografia" de Rodrigo Motta, "Culturas políticas e historiografia" de Serge Berstein além de "Os prisioneiros do mito" de Jorge Ferreira. Cultura política é uma ferramenta metodológica que tem oferecido explicações mais satisfatórias aos comportamentos políticos do que noções como o cálculo e a estratégia, a busca por segurança ou os mais diversos estruturalismos. Portanto, delinear e compreender a cultura política comunista faz-se necessário à medida que confere maior inteligibilidade ao comportamento político de importantes sujeitos históricos do passado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunismo, Cultura política, Militância.

**ABSTRACT:** This paper aims to outline and understand the constitutive aspects of communist political culture. For that, the militancy of some Communists in Montes Claros was analyzed from 1948 to 1970 through the documentation of the Department of Political and Social Order (DOPS-MG) contained in the Public Mining Archives (APM). The theoretical support will be made through dialogue with the works: "Challenges and possibilities in the appropriation of political cultures by the historiography" of Rodrigo Motta, "Political cultures and historiography" of Serge Berstein besides "The prisoners of the myth" of Jorge Ferreira. Political culture is a methodological tool that has offered more satisfactory explanations to political behaviors than notions such as calculation and strategy, the search for security or the most diverse structuralisms. Therefore, delineating and understanding communist political culture becomes necessary as it gives greater intelligibility to the political behavior of important historical subjects of the past.

**KEYWORDS:** Communism, Political culture, Militancy.

## Introdução

Como explicar que a Itália e a Alemanha mergulharam no fascismo enquanto esse fenômeno permaneceu marginal em uma França estruturalmente semelhante? Como explicar que a Alemanha, industrializada e com uma burguesia culta e evoluída, mergulhou no nazismo enquanto o Reino Unido, conhecendo tensões semelhantes, se manteve fiel à democracia liberal? Estas são



indagações feitas por Berstein<sup>1</sup> ao defender que as tradicionais chaves interpretativas da historiografia contemporânea têm se revelado insatisfatórias para explicar fenômenos políticos como esses.

Analogamente, este trabalho também busca explicações satisfatórias para o comportamento político entre os anos de 1948 a 1970 de alguns comunistas residentes na cidade norte-mineira de Montes Claros. Embora este município tenha abrigado diversos comunistas e simpatizantes, a documentação<sup>2</sup> do fundo *DOPS-MG* do arquivo público mineiro indicou que Porfírio Francisco e David Rodrigues, vulgo David Dentista, desenvolveram uma militância mais atuante que os demais. Durante a maior parte do recorte temporal observado neste trabalho, o primeiro comunista atuou como fotógrafo viajante. David Rodrigues, por sua vez, era dentista prático.

Durante aqueles anos de 1948 a 1970 esses e outros militantes lutaram pela sindicalização de trabalhadores rurais, mantiveram contatos com comunistas de outras cidades, assinaram e distribuíram jornais do PCB, empenharam-se pela legalização dessa legenda, cumpriram suas mais variadas determinações, se engajaram pela eleição de candidatos por ela apoiados, foram constantemente vigiados pelas forças de repressão, integraram uma organização clandestina após o golpe de 1964 e por esta razão foram presos e torturados.

Como explicar as semelhanças entre os ritos, as visões de passado e os projetos de futuro apresentadas entre o comportamento político dos comunistas de Montes Claros e daqueles de outras regiões do Brasil? Como explicar a crença obstinada que os comunistas de Montes Claros mantiveram no caráter naturalmente revolucionário dos trabalhadores? Como explicar a celebração do aniversário de Prestes por aqueles militantes ou a quase adoração que devotavam a essa liderança política? Como explicar a sujeição quase inquestionável às determinações do PCB? Sobretudo, como explicar por que os comunistas de Montes Claros, não obstante tantas adversidades, continuaram militando no período de 1948 a 1970? Rémond<sup>3</sup> defende que, embora o político tenha autonomia própria, é também influenciado por fatores econômicos, sociais e

<sup>1</sup> BERSTEIN, Serge. *Culturas políticas e historiografia*. In: Orgs. Cecília Azevedo... [et al.]. **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. 544 p.

<sup>2</sup> Segundo Motta, no processo de produção, conservação e entrega dos arquivos do DOPS à sociedade civil muitos documentos se perderam. Além disso, antes de serem entregues às instituições públicas de memória os arquivos dos DOPS estaduais passaram por uma depuração. Logo, não se pode reduzir a militância de Porfírio Francisco, David Dentista e demais comunistas de Montes Claros àquilo que as fontes disponíveis indicam. Muitos fatos podem não ter sido detectados pelos órgãos mineiros de segurança, outros podem ter sido detectados, mas registrados em documentação destruída. Para maiores informações ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Ofício das sombras. Revista do Arquivo Público Mineiro* – RAPM, Belo Horizonte, MG, Brasil, vol. XLII, nº 1, 2006, pp 52-67.

<sup>3</sup> RÉMOND, René. Do Político. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. 472 p.



culturais. Logo, não se pode reduzir o comportamento político a motivações meramente políticas e racionais. Muitas vezes os indivíduos fazem escolhas políticas que não lhes são determinadas pelo seu status socioprofissional, muitas vezes toma partido que divergem de seus interesses materiais. O historiador:

[...] deve admitir que os homens são movidos por outras circunstâncias que não as racionais ou utilitárias. Nada impõe tanto essa certeza quanto o fenômeno da guerra, que continua a ser o mais irredutível a toda explicação lógica, por sua profunda irracionalidade: em termos puramente racionais, nada pode justificar que o indivíduo consinta em perder a vida. Forçoso é reconhecer que há mais coisas em política que nos sistemas de explicação<sup>4</sup>.

Conforme Berstein<sup>5</sup> abordagens empíricas dos fenômenos políticos mostram que os comportamentos de atores políticos como os cidadãos explicam-se mais claramente em função de um complexo sistema de representações por eles partilhadas. Esse sistema foi denominado como “cultura política” pelos historiadores e tem se revelado uma chave explicativa mais satisfatória dos comportamentos políticos do que noções como o cálculo, a busca por segurança, o ódio e a inveja ou os mais diversos estruturalismos.

Por conseguinte, este trabalho analisará a militância dos comunistas de Montes Claros a partir da noção de cultura política. Para tanto, serão imprescindíveis as reflexões de Ferreira<sup>6</sup> que aponta vários dos traços constitutivos da cultura política comunista. Dessa forma, além de corroborar os postulados desse autor, ilustrando-os com mais situações concretas, este trabalho visa também acrescentar e discutir novos traços constitutivos da cultura política comunista.

Segundo Motta<sup>7</sup> essa noção passou a ser apropriada pelos historiadores, sobretudo os franceses, a partir de fins dos anos 1980 e início da década seguinte. Todavia, apenas recentemente no Brasil os historiadores se deram conta das potencialidades que as culturas políticas oferecem à compreensão do passado. Ao levar em conta a dimensão cultural e a influência das paixões e receios ou a fidelidade a tradições e a crenças, as culturas políticas revelam novas dimensões explicativas dos comportamentos políticos, renovando esses estudos. Dessa maneira, acabam por indicar que determinados comportamentos políticos são influenciados por crenças, hábitos, leituras de mundo, etc., arraigados na cultura de um grupo.

<sup>4</sup> \_\_\_\_\_. Do Político, p. 446-447.

<sup>5</sup> BERSTEIN. **Culturas políticas e historiografia.**

<sup>6</sup> FERREIRA, Jorge. **Os prisioneiros do mito:** Cultura e imaginário políticos dos comunistas no Brasil (1930-1956). Niterói: EduFF: Rio de Janeiro: MAUAD: 2002.

<sup>7</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de culturas políticas pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Culturas Políticas na História:** Novos Estudos. Belo Horizonte: Argymetvm, 2009. 232 p. ; il. (p. 13-37)



Por cultura política, segundo Berstein<sup>8</sup> os historiadores entendem um sistema de representações interdependentes que conforma a visão que seus adeptos têm da sociedade, de sua organização, do lugar que nela ocupam, dos problemas de transmissão do poder, etc. Esse sistema de representações, que não é fixo e imutável, deve ser partilhado por um grupo suficientemente expressivo da sociedade. Ultrapassando a noção de partido, sendo inclusive anterior a este, uma cultura política varia conforme a região, as épocas e tipos de civilização em que existe. Desse modo a religião, os modos de vida privada, as estruturas de sociabilidade, a organização do ensino, as regras morais, as questões militares, dentre outros aspectos, podem ou não integrá-la. Porém, um substrato filosófico, um vocabulário, ritos e símbolos específicos, uma visão comum de passado, projetos comuns de futuro e uma sociedade idealizada, incluindo aí a organização do poder, sempre integram uma cultura política.

### **Leituras de passado e projetos de futuro partilhados**

Ferreira<sup>9</sup> aponta que não bastava ao sujeito declarar-se enquanto um comunista, uma vez que esta não era somente uma posição política. Era mais do que isto, era um modo de vida. Para ser digno do nome de comunista, conforme aquele autor, o militante deveria passar por uma transformação de ordem interior, deveria abandonar os vícios inerentes à sociedade capitalista, tais como o egoísmo e as vaidades. O militante deveria apresentar superioridade moral e intelectual, deveria ser o aluno mais aplicado e o trabalhador mais dedicado, deveria ser firme, discreto e modesto além de ser um bom pai, bom esposo e bom amigo. Estes elementos compunham o “leque das virtudes” que transformariam o indivíduo em um homem novo, um homem comunista.

É razoável inferir que estes elementos remetem ao conjunto de valores e práticas políticas compartilhadas por um grupo humano e que lhes confere identidade, apontados por Motta<sup>10</sup> enquanto uma das características da cultura política. Ferreira<sup>11</sup> aponta que os comunistas se deixaram envolver por valores inerentes às sociedades tradicionais, ressignificando e dessacralizando seus mitos, a exemplo da crença num paraíso e em um redentor da humanidade. Conforme aquele autor:

A linguagem dos revolucionários modernos, embora agressiva e radicalmente laicizada escamoteava antigas tradições da mitologia escatológica e milenarista. Em suas versões, antigas ou modernas, no mito do Fim do Mundo o essencial não é o fim, o término, por meio da catástrofe, mas o começo, o início de uma era grandiosa. [...] Em linguagem secularizada, mas não menos combativa, os comunistas também pregavam que o aprofundamento das contradições do

<sup>8</sup> BERSTEIN. *Culturas políticas e historiografia*.

<sup>9</sup> FERREIRA. *Os prisioneiros do mito*.

<sup>10</sup> MOTTA. *Desafios e possibilidades na apropriação de culturas políticas pela historiografia*.

<sup>11</sup> \_\_\_\_\_. *Os prisioneiros do mito*.



sistema capitalista e o agravamento dos sofrimentos humanos aceleravam a libertação dos povos<sup>12</sup>.

Mas também, prossegue esse autor os comunistas inventaram suas próprias tradições. O novo militante, digno de se autoproclamar e ser qualificado enquanto um comunista deveria reconhecer e manejar os termos, os jargões e as expressões correntes na linguagem partidária. O “[...] novo militante tinha que assimilar hábitos, costumes, valores e normas de conduta que, submetidos a regras e convenções, ensinavam a ele comportamentos que ofereciam sentido para o grupo<sup>13</sup>. ” Percebe-se novamente neste trecho um conjunto de valores e práticas políticas compartilhadas por um grupo humano e que lhes confere identidade. Quando Motta<sup>14</sup> aponta que uma cultura política é constituída por leituras comuns do passado e projetos comuns para o futuro, resultado inclusive de tais leituras, é preciso mencionar a seguinte análise:

Sofre o nosso país, o impacto de uma estrutura arcaica, atrasada, com sua economia deformada pela dominação do imperialismo, sobretudo do norte-americano, associado a setores da burguesia nacional, e do latifúndio que, abarcando imensas áreas de terras férteis não as faz produzirem, enquanto a grande massa camponesa sem terra, vegeta na mofe e na miséria, sem ter aonde produzir. Vivemos assim, num país imensamente rico, com uma população extremamente pobre<sup>15</sup>.

O trecho supracitado faz parte de uma matéria publicada no Jornal de Montes Claros. David Dentista, Porfírio Francisco e Taurindo Paschoal, signatários desta matéria, concluem-na da seguinte maneira: “Tudo por um governo[sic] nacionalista e democrático; Tudo pela Reforma Agrária; Pela Limitação de remessa de lucros; Por aumento geral de salários e o décimo terceiro mês, Pelo respeito das Liberdades democráticas e sindicais [...].<sup>16</sup>”

Os trechos em questão deixam claro que David Dentista e Porfírio Francisco entendem que grande parte dos problemas do Brasil se deve à exploração estrangeira, por eles qualificada como “imperialista”. Apresentam como soluções ao “atraso” vivido pelo Brasil, dentre outras medidas, a formação de um governo nacionalista e a limitação das remessas de lucros ao exterior pelas multinacionais.

Posicionamento semelhante pode ser visto em um telegrama de protesto enviado por Arthur Machado ao governador mineiro no ano de 1948. Este militante junto a outros “patriotas e anti-imperialistas de Montes Claros” estava indignado pela execução do vereador William Dias “a

<sup>12</sup> FERREIRA. *Os prisioneiros do mito*, p. 54.

<sup>13</sup> \_\_\_\_\_. *Os prisioneiros do mito*, p. 79-80.

<sup>14</sup> MOTTA. *Desafios e possibilidades na apropriação de culturas políticas pela historiografia*.

<sup>15</sup> PASTA 0234 {Antecedentes políticos e sociais} abr. 1964 - fev. 1972 Documento 111. Matéria publicada em *Jornal de Montes Claros*, edição do dia seis de junho de 1962.

<sup>16</sup> PASTA 0234 {Antecedentes políticos e sociais} abr. 1964 - fev. 1972 Documento 111.



mando dos bandidos ingleses da Morro Velho". A mesma bandeira que o vereador, "combatente da classe operária e do povo mineiro" havia empunhado até a morte continuaria hasteada, pois Arthur Machado e os "patriotas anti-imperialistas" de Montes Claros estavam decididos a sacrificarem suas vidas "[...] para libertar a Pátria da opressão estrangeira."<sup>17</sup> Durvalino Teles<sup>18</sup>, outro comunista daquela cidade norte-mineira, em novembro de 1948 enviou ao governador de Minas Gerais um telegrama onde também protestava contra a morte de William Gomes<sup>19</sup>. O telegrama enviado dizia:

"Nome Comissão Municipal pró-aumento de salários, órgão luta reivindicações trabalhadores montesclarenses [sic], protesto energeticamente contra monstruosa chacina Nova Lima na qual perdeu vida heroico Líder trabalhadores mineiros William Dias Gomes. Saudações anti-imperialistas."<sup>20</sup>

Mais uma vez o posicionamento contrário à atuação no Brasil das grandes empresas internacionais. Emblemático também é o conteúdo dos cartazes afixados por David Dentista e Elzito Belfort em uma madrugada de fevereiro de 1956 no centro de Montes Claros. Dentre outros, constava naqueles cartazes os seguintes pontos:

- 2 – Luta pela paz, por uma política de defesa da soberania nacional e de entendimento e relações pacíficas com todos os povos.
- 3 – Luta intransigente em defesa do petróleo demais riquezas nacionais, contra a pilhagem dos monopólios norte-americanos e em defesa da indústria nacional.
- 4 – Luta pela melhoria das condições de vida das massas trabalhadoras e populares contra a carestia, pelo aumento dos salários dos operários, pela elevação dos vencimentos funcionalismo, pelas reivindicações econômicas das massas camponesas, dos estudantes, das mulheres, dos artesãos, dos pequenos e médios comerciantes e industriais<sup>21</sup>.

Perante os debates construídos pode-se apontar que os comunistas de Montes Claros, defendiam uma política econômica de viés eminentemente nacionalista. Por "nacionalista", eles entendiam, dentre outras medidas: a limitação das remessas de lucros ao exterior pelas grandes empresas, o monopólio e a proteção estatal aos recursos ambientais (terrás, minerais, petróleo,

<sup>17</sup> [PASTA 0237 / {Antecedentes políticos e sociais}](#) Documento 18.

<sup>18</sup> [PASTA 0099 {Reforma agrária}](#) jul. 1956 - nov. 1963 Documentos 36 e 37. Relatório de antecedentes políticos-sociais de Durvalino Teles, datado de 01 de fevereiro de 1962.

<sup>19</sup> Segundo Coelho (2006) William Dias era um líder comunista que foi eleito vereador em 1947 pela cidade de Nova Lima onde trabalhava como mineiro na Companhia Morro Velho. Foi morto por capangas daquela empresa que reprimiam a comemoração do aniversário da Revolução Russa, organizada por comunistas daquela cidade. A ação da empresa Morro Velho ligava-se também à repressão de uma greve ocorrida um mês antes e também organizada por comunistas de Nova Lima. As autoridades policiais, do Ministério do Trabalho e da imprensa responsabilizaram os próprios comunistas pela repressão de que foram vítimas e que culminou na morte de William Dias. Para maiores informações ver: COELHO, Victor de Oliveira Pinto. O ardil anticomunista – estudo de caso (1948-1949). In: **Revista História Social** nº 12, 2006, (Dossiê Revoltas Populares).

<sup>20</sup> Aspas do documento. O relatório que contém esta informação sobre Durvalino Teles foi produzido em fevereiro de 1962 e tinha como tema principal a atuação de Ligas Camponesas em Minas Gerais. Foram citados, de modo secundário, os antecedentes de alguns indivíduos apontados como envolvidos em assuntos relacionados àquelas Ligas, dentre eles Durvalino Teles.

<sup>21</sup> [PASTA 4764 {Montes Claros}](#) out. 1937 - ago. 1956 Documento 55.



água, etc.) e a proteção ao capital e à indústria nacionais. É possível também apontar que os comunistas entendiam que os problemas nacionais, em sua maioria, advinham da exploração “imperialista”, iniciada quando ainda da colonização do Brasil e com a qual setores nacionais compactuavam por se beneficiarem economicamente. Neste sentido, os comunistas compartilhavam esta leitura comum do passado, a partir da qual formulavam projetos para o futuro. Portanto, é lícito sugerir que a defesa de uma política econômica nacionalista e a imputação de grande parte dos males brasileiros à exploração estrangeira são elementos constitutivos da cultura política comunista.

### **Sujeição, débito, fidelidade e devoção ao PCB**

A grande sujeição às ordens do PCB, a intransigência, o dogmatismo e o autoritarismo que permeavam as relações entre os militantes comunistas apontados por Ferreira<sup>22</sup> são mais alguns traços da cultura política comunista. Os militantes de Montes Claros receberam livros, materiais de propaganda e instruções da direção mineira do PCB, recebiam orientações sobre os candidatos que deveriam apoiar e sobre as ações e campanhas que deveriam executar. Segundo o comunista David Dentista:

[...] em obediência às instruções do PCB “engajaram-se os membros do Comitê Municipal, até o eclodir da Revolução de março de 1964, em diversas frentes de luta, como por exemplo: movimentos de Apoio à candidatura de JK, Movimento de apoio à candidatura do Marechal Lott, Movimentos Grevistas; Movimentos diversos para legalização do PCB, Movimento de apoio à candidatura de Simeão Ribeiro Pires à prefeitura de Montes Claros, tendo él (sic) sendo eleito, Movimentos de Reformas de Bases, Reforma Agrária, Panfletagem e Frente de Mobilização Popular [...]”<sup>23</sup>.

Fica clara a relação vertical entre a célula montes-clarense do PCB e a direção mineira desta legenda. Esta conduta faz parte de uma noção, identificada por Ferreira<sup>24</sup>, que se entranhou na cultura dos militantes comunistas. Estes se viam como soldados, pois entendiam o Partido Comunista como um Estado-Maior que exigia disciplina férrea e obediência incondicional. Nota-se, portanto, que os comunistas de Montes Claros não tiveram uma atuação inteiramente autônoma.

Em 1958, seguindo determinações do PCB, Porfírio Francisco, que então residia em Belo Horizonte, retornou a Montes Claros. O comunista iria “[...] preparar a base eleitoral que apoiaria

<sup>22</sup> FERREIRA. **Os prisioneiros do mito.**

<sup>23</sup> PASTA 0037{1} / {Partido Operário Comunista - investigação} Documento 33. Trecho de um depoimento prestado por David Dentista em 12 de maio de 1969 na colônia penal de Neves em decorrência de seu envolvimento pós-1964 com uma organização de esquerda. Nesta ocasião David Dentista afirmou que filiou-se ao PCB em 1954 “induzido” por Porfírio Francisco.

<sup>24</sup> \_\_\_\_\_. **Os prisioneiros do mito.**



Simeão Ribeiro à prefeitura de Montes Claros e Pedro Santos à Vice-Prefeito, José Aparecido de Oliveira a Deputado Federal e Rení Rabelo a Deputado Estadual [...].”<sup>25</sup> Em 1959 aquele comunista participou de um congresso sindical em São Paulo. Recessando a Montes Claros fundou, sob orientação do PCB, um conselho que reunia dois sindicatos. Este conselho sindical tinha por objetivo aglutinar uma base operária de apoio político às determinações do PCB.

Este comportamento de Porfírio Francisco de grande sujeição às determinações do Partido, segundo Ferreira<sup>26</sup> tem explicação e não se restringia apenas ao comunista de Montes Claros. Pelo contrário, a total dedicação ao Partido, a sujeição às determinações deste, não importando os riscos, os custos financeiros, as consequências emocionais, pessoais e familiares era comum entre os militantes comunistas. A vida destes, continua aquele autor, era totalmente absorvida pelas exigências do Partido, que atuavam como um verdadeiro massacre sobre os quadros partidários. Não importava, para os dirigentes de células, para os comitês centrais, se os militantes eram capacitados para as tarefas, não lhes importava os custos a serem arcados por estes últimos. Importava-lhes, somente, que os militantes cumprissem as tarefas que lhes eram designadas.

Contudo, em 1958 ou 1959<sup>27</sup> foi oficialmente publicada a expulsão de Porfírio Francisco do PCB através do Jornal Novos Rumos<sup>28</sup>. O comunista sempre se dedicou ao partido, recendo e cumprindo duas orientações. Todavia, seu empenho, as energias devotadas e os sacrifícios pessoais, financeiros e familiares parecem não ter sido suficientes para o PCB. O que justifica esta conduta partidária?

A resposta a esta questão, conforme Ferreira<sup>29</sup>, pode ser encontrada ainda na década de 1920. Não foram poucos os militantes que, durante aqueles anos, demonstraram dúvidas com relação ao modo como um comunista deveria se portar. As respostas vieram em fins dos anos de

---

<sup>25</sup> PASTA 0037{1} / {Partido Operário Comunista - investigação} Documento 26.

<sup>26</sup> Este autor discute os comportamentos e crenças dos comunistas obedecendo ao recorte temporal compreendido entre 1930 a 1956. Neste último ano, conforme o autor ocorrem cisões nas crenças e comportamentos comunistas que eram ditados pelo PCB que por sua vez se espelhava no modelo soviético. Tais cisões têm origem na denúncia feita por Kruschev dos crimes de Stalin. A partir de então o PCB repensa muitas de suas práticas. Muito embora Ferreira estabeleça em 1956 o fim de seu recorte temporal argumenta-se aqui que muitos dos comportamentos, apontados pelo próprio autor, que informaram a conduta do PCB durante décadas subsistiram à consciência de que o modelo soviético-stalinista não era infalível.

<sup>27</sup> Em depoimento prestado na colônia penal de Neves em maio de 1969 Porfírio Francisco não se recordou ao certo o ano em que foi publicada sua expulsão do PCB.

<sup>28</sup> “Lançado no Rio de Janeiro, então a capital federal, em 28 de fevereiro de 1959, Novos Rumos foi um semanário de circulação nacional editado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), à época denominado Partido Comunista do Brasil. Junto com A Classe Operária, Voz Operária (substituído por Novos Rumos) e Imprensa Popular, também criados pelo PCB, foi um dos mais importantes jornais da esquerda brasileira. Foi extinto em 19 de abril de 1964, em consequência do golpe que iniciou a ditadura militar no Brasil.” Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/artigos/novos-rumos>. Acesso em: 04/04/2014.

<sup>29</sup> FERREIRA. **Os prisioneiros do mito.**



1929 e 1930 quando ficou conhecida a “bolchevização” do PCB. Os dirigentes deste partido passaram a comparar o partido russo a outros partidos comunistas, concluindo que somente organizações moldadas à imagem soviética seriam capazes de obter êxito. Em razão disto:

Desde o início dos anos 30, portanto, os militantes brasileiros aprenderam que ser comunista era, antes de tudo, definir-se como bolchevista, ou seja, pertencer a um partido monolítico na doutrina e centralizado nas decisões; mostrar-se intolerante com dissensões internas, recorrendo às expulsões e às purgas para resolvê-las; adotar uma concepção sectária, atacando duramente outros partidos e movimentos de esquerda; defender o marxismo-leninismo como única ideologia consequentemente revolucionária, decorando alguns jargões e *slogans* importados pela IC; imaginar-se um soldado da revolução internacional em guerra contra a burguesia, as classes médias e o próprio mundo<sup>30</sup>.

Duro e implacável com os nazifascistas, prossegue esse autor, Stálin revelava-se igualmente severo e intransigente na defesa da unidade do Partido. A vigilância do líder soviético, admirada pelos militantes brasileiros, voltava-se com energia implacável contra os inimigos internos. Estes eram acusados de traírem a causa revolucionária e os crimes e conspirações a eles imputadas eram sinceramente aceitas pelos militantes do PCB. Neste sentido, a maneira enérgica, inflexível e até mesmo cruel de Stálin em lidar com os inimigos e adversários políticos tornou-se um componente da identidade comunista.

Logo, as práticas culturais que surgiram com a bolchevização do partido, aliadas à maneira stalinista de ser, rigorosa, inflexível, autoritária e até mesmo cruel, permitiram que o autoritarismo e a intolerância mediassem as relações hierárquicas entre os comunistas. Advém destas concepções a noção de infalibilidade das lideranças e dos dirigentes comunistas, cujas decisões não eram passíveis de questionamentos. Em razão destas concepções abundam episódios em que militantes sinceros e devotados sofreram as piores injustiças cometidas pelo partido, que iam da simples expulsão a justiçamentos (assassinatos) macabros.<sup>31</sup>

Portanto, a exclusão de Porfírio Francisco pode ser creditada à absorção pelo PCB de influências do Partido Comunista (PC) soviético dirigido por Stálin. Um Partido Comunista essencialmente monolítico, autoritário, centralizador e que não permitia dissensões. Um militante sincero e devotado sofreu a injustiça de ser desligado do PCB devido às concepções sectárias, monolíticas e autoritárias desta instituição. Mas há que se considerar ainda que embora tenha recebido e seguido algumas determinações do PCB e que tenha até mudado de cidade por instrução deste, o comunista Porfírio Francisco não era totalmente submisso às orientações partidárias.

<sup>30</sup> FERREIRA. *Os prisioneiros do mito*, p.81.

<sup>31</sup> \_\_\_\_\_, *Os prisioneiros do mito*.



Portanto, a expulsão deste comunista pode ser também melhor explicada devido à sua insubmissão e questionamento das determinações partidárias.

Manoel dos Santos<sup>32</sup>, outro comunista de Montes Claros, trabalhou na barbearia do senhor Ivo Barbosa no ano de 1952. Em declarações<sup>33</sup> prestadas à Delegacia de Polícia de Montes Claros (DPMC) o senhor Ivo Barbosa afirmou que passado algum tempo Manoel dos Santos lhe confessou ser comunista e passou a receber jornais em sua barbearia. Em virtude da orientação política de seu funcionário, o senhor Ivo Barbosa disse-lhe em certa ocasião: “Senhor Manoel, como barbeiro o senhor é ótimo elemento, mas não serve para trabalhar comigo, porque tem idéias comunistas”. O comunista respondeu a seu empregador que preferia deixar a barbearia a deixar o Partido.

Arthur Machado, prestando depoimento<sup>34</sup> na então Delegacia de Vigilância Social<sup>35</sup> (DVS), disse que militou pelo PCB enquanto esta legenda ainda estava na legalidade. Quando, porém, o registro eleitoral do PCB foi cassado, ele não se empenhou em tentar trazer essa legenda à legalidade. Apesar disto, conservou para si “uma simpatia ardente pelo partido”. Como, entender as atitudes de Manoel dos Santos e de Arthur Machado com relação ao Partido?

A resposta para esta questão atravessa o sentimento, identificado por Ferreira<sup>36</sup>, do militante comunista de débito para com o Partido. Esta instituição, cuja inicial deve sempre ser grafada com letra maiúscula, é responsável por revelar a verdade ao comunista e o modo como o presente e o futuro se desenrolarão. O sentimento de dívida para com o Partido advém da consciência política, dos conhecimentos teóricos, das experiências de luta, das instruções para revolucionar o mundo e destruir privilégios milenares que são fornecidas por aquela instituição ao militante. Todavia, por mais que se dedicasse, obedecesse e se esforçasse pela causa revolucionária o militante estaria sempre em débito para com o Partido. Em qualquer situação ele era sempre um devedor. Caso acertassem, os méritos caberiam ao Partido, caso errasse, só a ele cabia a responsabilidade pela falha.

<sup>32</sup> PASTA 0234 {Antecedentes políticos e sociais} abr. 1964 - fev. 1972 Documentos 110 a 112. Documento datado de 29 de maio de 1964. As informações a seguir relativas a Manoel dos Santos foram retiradas deste relatório.

<sup>33</sup> O relatório abordado não informa qual foi a ocasião, como e o que motivou o senhor Ivo Barbosa a ser chamado a prestar declarações em 14 de junho de 1955 na DPMC.

<sup>34</sup> PASTA 3853 {Inquérito Policial} maio 1964 - ago. 1969 Documentos 21 e 22. Documento datado de 01 de julho de 1964. As informações a seguir foram retiradas destes documentos.

<sup>35</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Comunismo e anticomunismo sob o olhar da polícia política. In: **Locus, revista de História**. v. 16, nº 1 (2010). Segundo esse autor no início de 1964 Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais, extinguiu o antigo DOPS devido às reminiscências ditoriais desta instituição e às pressões de setores democratas e progressistas. Como substituta foi criada a Delegacia de Vigilância Social (DVS) que, segundo o texto enviado à Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), manteria parte das atribuições de sua antecessora, mas se preocuparia com a valorização humana e o fortalecimento da democracia. Contudo, logo após o golpe de 1964 os policiais ligados àquela instituição conseguem reaver a antiga sigla do DOPS, fato que para eles representou uma grande vitória.

<sup>36</sup> FERREIRA. **Os prisioneiros do mito.**



## Os trabalhadores são revolucionários por natureza

Os comunistas de Montes Claros, sobretudo Porfírio Francisco e David Dentista e especialmente após o golpe de 1964, afirmaram diversas vezes que iriam conquistar os camponeses, sublevar as massas, dirigir os trabalhadores, e organizar os estudantes. Todas estas ações seriam feitas sob a égide do comunismo, o que seria acatado pelos trabalhadores, estudantes e camponeses, acreditavam os comunistas. Em uma fazenda na zona rural do município norte-mineiro de Francisco Sá aqueles dois militantes, ao lado de outros companheiros, “concitavam os presentes a se unirem em torno [sic] da bandeira comunista.”<sup>37</sup>

Para os comunistas, o proletariado surgia como um sujeito histórico que desencadearia a revolução. Duvidar desta afirmação dentro do partido significava grave falta ideológica e, por qualquer razão, aquele que demonstrasse o mais superficial questionamento sobre o caráter transformador da classe operária deveria rever sua própria identidade de revolucionário. Não poderia haver divagações. Como um dogma, a revolução era inevitável e os proletários, dirigidos por seu partido, estariam à frente dela, cumprindo, assim, a missão histórica que lhes foi reservada<sup>38</sup>.

Portanto, a convicção comunista no proletariado enquanto um sujeito histórico homogêneo, consciente, com identidade definida e, acima de tudo, naturalmente revolucionário, constitui uma faceta da cultura política comunista. Este aspecto, magistralmente identificado por Ferreira<sup>39</sup>, confere inteligibilidade à militância comunista, executada tantas vezes a despeito de tudo e contra tantas adversidades.

Não há dúvida de que Porfírio Francisco e David Dentista estavam imbuídos da convicção de que trabalhadores urbanos e rurais e estudantes tinham uma identidade natural de interesses, se sentiam enquanto um grupo coeso e portador dos mesmos anseios. Convictos de que esses agentes históricos eram naturalmente revolucionários, aqueles dois comunistas se incumbiram da tarefa de sublevá-los. Perante a apatia daqueles atores sociais Porfírio Francisco e David Dentista se encarregavam de lhes revelar a verdade, de lhes mostrar o cenário de opressão e miséria em que viviam, despertando naqueles grupos o espírito revolucionário que neles acreditava estar latente. Logo, é possível que a auto incumbência de “conscientizar” e “mobilizar” os trabalhadores rumo à revolução seja mais um traço constituinte da cultura política comunista.

<sup>37</sup> Processo nº 000.005 de 29/12/1961. Endereço topográfico: 03/50/311. Departamento de Pesquisa e Documentação Regional (DPDOR-Unimontes). As informações relativas à militância em uma fazenda da zona rural do município de Francisco Sá foram retiradas deste documento.

<sup>38</sup> FERREIRA. **Os prisioneiros do mito**, p.27.

<sup>39</sup> \_\_\_\_\_, **Os prisioneiros do mito**.



Em um episódio de militância rural, David Dentista, Porfírio Francisco além de Cirilo e José Gomes, se esforçaram por incutir nos colonos de uma fazenda do município de Francisco Sá o desejo pela sindicalização. Em visita àquela propriedade rural, segundo depoimento de um dos colonos, os comunistas versaram sobre a reforma agrária e defenderam a necessidade de organização sindical dos camponeses, pois estes “[...] viviam mal-tratados pelos patrões [...].” Outro daqueles colonos ficou incumbido de receber as contribuições sindicais. Inicialmente relutou, mas cedeu após alguma pressão. Colocou, porém, a condição de que só receberia as contribuições daqueles que o procurassem voluntariamente. Todavia, esse mesmo colono se retirou daquela reunião antes de seu término porque iria assistir a uma “reza” na casa de outro lavrador. Esta declaração leva a crer que ele priorizava a instância religiosa e não a instância política como campo para a resolução de suas mazelas e busca por melhores condições de vida.

Os comunistas chegaram, inclusive, a levar os trabalhadores daquela propriedade rural a um comício em Montes Claros. Neste, segundo o depoimento de outro dos colonos daquela fazenda, vários homens discursaram. Um deles chegou a falar sobre outros países onde as condições de vida das pessoas eram melhores, afirmado que no Brasil seria preciso que os colonos tomassem as terras de seus patrões, se preciso com espingardas.

Talvez atraídos pelas promessas de efetivação da reforma agrária alguns colonos daquela fazenda aderiram à proposta de criação de um sindicato gerido pelos comunistas de Montes Claros. Contudo, abandonaram-na tão logo o dono daquela propriedade conversou com alguns colonos informando-lhes sobre a natureza comunista dessa proposta. Possivelmente, as implicações policiais também assustaram os colonos que, além disso, certamente ficaram receosos em serem expulsos das terras onde viviam pelo dono da fazenda.

Não obstante estas adversidades, não obstante a apatia dos camponeses e de outros agentes históricos populares, os comunistas de Montes Claros não esmoreciam. A militância de Porfírio Francisco e David Dentista é prova irrefutável de que ambos acreditavam no caráter naturalmente revolucionário dos trabalhadores, dos camponeses e dos estudantes. Essa crença, segundo Ferreira<sup>40</sup> enraizou-se no imaginário político comunista, tornando-se algo visível, quase palpável.

Porfírio Francisco pregou a reforma agrária também em outras cidades do Norte de Minas convicto de que suas palavras não encontrariam ouvidos surdos, convicto de que despertaria o revolucionário adormecido em cada camponês. Para tanto, não mediou esforços financeiros, pessoais e familiares. Contudo, a adesão massiva não vinha. Mas, Porfírio Francisco não

---

<sup>40</sup> FERREIRA. **Os prisioneiros do mito.**



desanimava. Ferreira<sup>41</sup> entende essa crença fervorosa no caráter revolucionário dos trabalhadores como algo curioso e surpreendente. Este autor, ao analisar as mais diversas situações históricas percebe que raras foram aquelas onde a classe trabalhadora atuou no sentido de uma ruptura radical com o capitalismo. Como exemplo:

Nos Estados Unidos, entre fins do século XIX e início do século XX, as lutas sindicais foram radicalizadas e extremamente violentas, mas sem questionar a ordem capitalista. Em diversos países europeus, mesmo nos momentos de graves conflitos sociais, os trabalhadores, apesar das condições políticas favoráveis, abdicaram ao poder, preferindo o pacto ao rompimento. A Alemanha, no início dos anos 20, foi o caso mais exemplar. Após a II Guerra Mundial, as revoluções vitoriosas ficaram a cargo de estratos sociais oriundos do campo, a exemplo da China e do Vietnã, contrariando frontalmente as crenças dos comunistas. Nos países africanos e latino-americanos que experimentaram revoluções socialistas, como Angola, Moçambique, Nicarágua e Cuba, é contraproducente falar em proletariado, enquanto no leste europeu os regimes comunistas surgiram no rastro dos movimentos antifascistas e instaurados, de fato, pelo Exército Vermelho. Embora os trabalhadores, em diversas situações, tenham se mostrado profundamente irados com a ordem política e social que viveram, cujo exemplo mais emblemático foi a Rússia de outubro de 1917, é difícil, historicamente, sustentar a idéia do caráter revolucionário do proletariado. No entanto, tal concepção sedimentou-se na cultura e no imaginário político de milhões de militantes comunistas durante decênios<sup>42</sup>.

No entanto, Porfírio Francisco e os demais comunistas de Montes Claros não se atentavam para estes aspectos uma vez que já tinham bem interiorizada a cultura política comunista. Segundo Berstein<sup>43</sup> esse processo de interiorização é empreendido pelo indivíduo durante sua formação intelectual, suas experiências de vida e é arraigado pelo hábito de analisar os mais diversos fatos à luz da grade de leitura oferecida por sua cultura política. Advém daí a força e a permanência de uma cultura política na vida de um indivíduo, pois se inicialmente ela é resultado de múltiplas experiências, de aprendizagem e formação intelectual, uma vez adquirida passa a retirar sua vitalidade da interiorização. Dessa maneira, o indivíduo julga novas situações com base em experiências anteriores, pois tem uma grade de leitura, oferecida por sua cultura política, bem consolidada dentro de si. É a cultura política quem leva o indivíduo a se identificar quase instintivamente com um grupo, a compreender seu discurso, a partilhar de seus valores e esperanças, a adotar sua ótica de análise e a aderir às múltiplas organizações que difundem sua mensagem.

Logo, Porfírio Francisco organizou e participou de sindicatos em Montes Claros e Belo Horizonte com o objetivo de levar a palavra comunista aos trabalhadores, para despertar nestes o

<sup>41</sup> \_\_\_\_\_, **Os prisioneiros do mito.**

<sup>42</sup> FERREIRA. **Os prisioneiros do mito.** p. 28-29.

<sup>43</sup> BERSTEIN. **Culturas políticas e historiografia.**

espírito revolucionário que traziam guardado dentro de si. Aquele militante e David Dentista participaram do Partido Operário Camponês<sup>44</sup> (POC), cujo programa visava “[...] o contrôle [sic] do movimento estudantil e dos sindicatos, para futuramente saírem para a conquista do Camponês, quando então estariam em condições de fazerem a Revolução Socialista.”<sup>45</sup> Ao postularem que controlariam sindicatos, estudantes e camponeses, certamente aqueles comunistas partiam do princípio de que estes grupos eram ou estariam receptivos às propostas comunistas. Partiam também do pressuposto de que naquele momento, fins da década de 1960, a sociedade como um todo estava insatisfeita e queria o fim do regime instaurado em 1964.

Essa obstinação comunista advinha também, conforme aponta Ferreira<sup>46</sup>, da crença na inevitabilidade da revolução no Brasil. Os comunistas estavam imbuídos da convicção de que não só o Brasil, mas o próprio mundo estava numa jornada irreversível em direção ao comunismo. A verdade já fora revelada por Engels e Marx através do texto fundador, *O Capital*. Os comunistas sabiam, portanto, que com o natural desenvolvimento do capitalismo, com as contradições insolúveis inerentes a esse sistema, a revolução socialista era questão de tempo. Logo, permaneciam inexoráveis, nada os fazia amainar, nada os desanimava, pois a crença, traço constitutivo da cultura política comunista, realmente era forte.

## O culto a Prestes e a solidariedade entre os comunistas

Outro elemento empiricamente observado na militância dos comunistas de Montes Claros é o culto à personalidade de Prestes. Na madrugada do dia três de janeiro de 1951, junto a outros comunistas, Durvalino Teles estourou bombas em Montes Claros. Quando detido “confessou” que estava comemorando o aniversário de Luiz Carlos Prestes. Além disso, os arquivos do *DOPS-MG* conservam fartos exemplos de poesias e elogios em homenagem àquela liderança política, publicados por militantes de diversas regiões do estado mineiro em jornais da imprensa comunista.

Segundo Ferreira<sup>47</sup> a comemoração de aniversários e datas marcantes era uma norma entre os militantes comunistas. A cada ano na data do aniversário de Prestes, por exemplo, os jornais comunistas eram tomados por textos que exaltavam a figura daquele líder. As manchetes das matérias ilustram a exaltação à figura de Prestes, uma vez que o apresentam, dentre outros, como

<sup>44</sup> Organização na qual ingressaram em torno de 1968, formada principalmente por estudantes universitários de Belo Horizonte.

<sup>45</sup> PASTA 0037{1} / {Partido Operário Comunista - investigação} Documento 29.

46 FERREIRA, Os prisioneiros do mito.

FERREIRA. Os prisioneiros do mito. 47



um “cavaleiro da esperança”, “líder do proletariado” e “herói do povo brasileiro”. Este culto à personalidade de Luiz Carlos Prestes é mais um traço constitutivo da cultura política comunista.

Comportamentos também demonstrados pelos comunistas de Montes Claros foram a solidariedade para com outros companheiros detidos. Em agosto de 1956, por exemplo, alguns comunistas de Montes Claros enviaram uma carta<sup>48</sup> ao Congresso Nacional onde protestavam contra a prisão do militante Elzito Belfor. Este militante, no episódio em que afixava cartazes de madrugada no centro de Montes Claros, se esforçou por proteger David Dentista de consequências policiais. Em dezembro de 1961 Matias Marceneiro, outro comunista de Montes Claros, impetrhou um *habeas corpus* solicitando a imediata soltura de dois de seus companheiros que foram detidos por coletarem assinaturas para requererem a legalização do PCB. Ademais, interrogados antes e após o golpe de 1964 os comunistas de Montes Claros se esforçaram por eximir e/ou não delatar seus companheiros. No entanto, estas tentativas frequentemente esbarravam nas pressões feitas sobre os depoentes e, especialmente, na utilização da tortura física, comum no período pós-golpe de 1964.

### Considerações finais

Os comunistas, não importava a dificuldade das situações vividas, recorriam à crença, por eles laicizada, de que estavam empenhados numa luta do Bem contra o Mal, de onde inevitavelmente sairiam vitoriosos, implantando então uma sociedade justa e fraterna<sup>49</sup>. Mas, quando analisada de retrospecto salta aos olhos a precariedade dos de que dispunham os comunistas de Montes Claros. Eram homens casados, chefes de família, oriundos das camadas populares, mas tinham também que ser comunistas. Tinham que viajar, tinham que participar de congressos, tinham que panfletar, visitar zonas rurais, recolher assinaturas, frequentar reuniões sindicais. Enfim, tinham que se dedicar a uma militância extenuante ao mesmo tempo em que tinham que ser trabalhadores e chefes de famílias.

Porém, segundo Ferreira<sup>50</sup> os militantes não se deixavam abater pelas situações mais adversas, tristes e angustiantes, pelo contrário, encaravam-nas com desprezo. Mesmo as conjunturas mais desfavoráveis, a exemplo da ascensão do fascismo ou da repressão política mais feroz, eram entendidas como transitórias e como uma demonstração do desespero inimigo.

<sup>48</sup> PASTA 0237 / {Antecedentes políticos e sociais} abr. 1957 – marc. 1967 Documento 22. Relatório de antecedentes de Arthur Machado, datado de 26 de maio de 1964.

<sup>49</sup> FERREIRA. **Os prisioneiros do mito.**

<sup>50</sup> \_\_\_\_\_, **Os prisioneiros do mito.**



Portanto, os comunistas aceitavam as privações, angústias, dores físicas e morais com otimismo, pois já haviam decifrado a História e sabiam que revolução redentora não tardaria.

Os comunistas de Montes Claros, sobretudo Porfírio Francisco e David Dentista, militavam, seguiam as ordens do PCB, saíam em busca dos estudantes, trabalhadores e camponeses. No entanto, esses agentes históricos permaneciam apáticos e a revolução não vinha. Mas, cientes nos dogmas da fé comunista, aqueles militantes não se perguntavam se os trabalhadores realmente eram revolucionários, se realmente apreciavam o comunismo, se o aceitariam. Aliás, sequer se perguntavam se os trabalhadores realmente sabiam o que era o comunismo. Esta questão é de fundamental importância tendo em vista que o Brasil cultivava, segundo Motta<sup>51</sup>, um sentimento anticomunista desde os primórdios da Revolução Russa. Este sentimento foi potencializado desde então pela imprensa, pela Intentona Comunista e pela Indústria do Anticomunismo<sup>52</sup>. O comunismo era socialmente tão mal visto que a pecha de comunista tinha por objetivo desvalorizar a imagem de um indivíduo, privá-lo de promoções profissionais, torná-lo alvo de investigações e perseguições policiais, etc<sup>53</sup>. Todavia, como lembra Ferreira<sup>54</sup> cogitar a hipótese de que os trabalhadores não eram naturalmente revolucionários constituía um atentado à fé comunista, uma verdadeira heresia.

Portanto, talvez somente o entendimento que os militantes interiorizaram a cultura política comunista seja suficiente para conferir inteligibilidade aos comportamentos políticos que demonstraram. Somente a crença na inevitabilidade da revolução capitaneada pelo proletário, traço constitutivo da cultura política comunista, explica a militância desenvolvida contra tantas adversidades. Somente o conhecimento do processo de “bolchevização” do PCB, indicada por Ferreira<sup>55</sup>, torna compreensíveis comportamentos como o dogmatismo, a intransigência, o autoritarismo, o culto à personalidade de Prestes, a grande sujeição às ordens do PCB e o sentimento de débito para com essa legenda. Somente o conhecimento de que os comunistas entendiam o proletariado como um agente revolucionário por natureza explica tanta insistência em sublevar estes atores históricos e mostrar-lhes a “verdade”. Somente o conhecimento e entendimento das leituras de passado e projetos de futuro que os comunistas partilhavam torna inteligível a militância que desenvolveram. Portanto, somente a identificação de todos estes traços

<sup>51</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O Perigo é Vermelho e vem de Fora**: O Brasil e a URSS. Locus: Revista de História. Juiz de Fora, v. 13 n. 2, jul. – dez. 2007.

<sup>52</sup> MOTTA. Rodrigo Patto Sá. **A “Indústria” do Anticomunismo**. Anos 90. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul Porto Alegre. N° 15. 2001/2002.

<sup>53</sup> \_\_\_\_\_. **O Perigo é Vermelho e vem de Fora**.

<sup>54</sup> FERREIRA. **Os prisioneiros do mito**.

<sup>55</sup> \_\_\_\_\_. **Os prisioneiros do mito**.



como constituintes da cultura política comunista torna compreensível o seu comportamento político.



# ***Cara y cruz: a Conferência Tricontinental sob os olhares do semanário Marcha***

*Cara y cruz: the Tricontinental Conference through the lenses of semanario Marcha*

**Lídia Maria de Abreu Generoso**

Mestranda em História

Universidade Federal de Ouro Preto (Ouro Preto – MG)

lidigeneroso@gmail.com

**Recebido em:** 15/08/2017

**Aprovado em:** 12/09/2017

**RESUMO:** O presente artigo estuda a Conferência Tricontinental à partir da cobertura deste evento publicada no semanário uruguai *Marcha*. Traçamos os ecos e recepções da Conferência, com especial atenção para as reações e polêmicas suscitadas entre as esquerdas uruguaias e latino-americanas. O semanário surge aqui como espaço privilegiado para este estudo em função do vasto e diverso perfil de seus colaboradores. Entre reportagens, artigos, *encuestas*, editoriais e cartas dos leitores, a Conferência de Havana suscitou debates acalorados acerca das possibilidades da revolução em África, Ásia, e mais especialmente nesse caso, América Latina. O semanário não se furtou à publicação de seus críticos, que apontaram limitações, contradições e ausências da reunião; tampouco às de seus defensores que, avidamente, ressaltaram sucessos e importância material e simbólica da conferência. A cobertura acerca da Conferência colocou em questão, ainda, as solidariedades, desavenças e fidelidades entre múltiplos setores das esquerdas e a Revolução Cubana, deixando claro o papel central que a ilha assume nos debates sobre revolução e anti-imperialismo ao longo das décadas de sessenta e setenta do século XX.

**PALAVRAS-CHAVE:** Conferência Tricontinental, Revolução Cubana, semanário *Marcha*.

**ABSTRACT:** This article studies the Tricontinental Conference through the lenses of its coverage published on the Uruguayan weekly *Marcha*. We trace the echoes and receptions of the Conference, paying special attention to the reactions and controversies it raised among the Uruguayan and Latin American lefts. The weekly publication appears here as a fruitful space for this study to develop, due to the vast and diverse profile of its collaborators. Among news reports, articles, *encuestas*, editorials and readers' letters, the Conference held in Havana raised heated debates over the possibilities of the revolution in Africa, Asia, and more especially, in this case, Latin America. The weekly publication did not avoid the publication of the Conference's critics, who pointed out its limitations, contradictions and absences. Its defenders also found space in its pages, avidly reiterating the Conference's successes and its material and symbolic importance. The coverage on the Tricontinental also mobilized the solidarities, allegiances and impasses between many sectors of the left and the Cuban Revolution, placing the island at the center stage of the debates over revolution and anti-imperialism through the 20<sup>th</sup> century's sixties and seventies.

**KEY-WORDS:** Tricontinental Conference, Cuban Revolution, *Marcha*.



O povo colonizado não está sozinho. A despeito dos esforços do colonialismo, suas fronteiras são permeáveis às notícias, aos ecos.<sup>1</sup>

## Havana, 1966

A Conferência Tricontinental de Havana foi um marco importante na história das esquerdas dos três continentes, na medida em que congregou, de maneira pioneira em seu formato e abrangência, movimentos revolucionários e de libertação nacional de África, Ásia e América Latina. Um total de 82 delegações compareceram à conferência, representando governos asiáticos e africanos que recentemente haviam alcançado sua independência política, movimentos de libertação nacional africanos e asiáticos, bem como movimentos guerrilheiros e partidos de esquerda latino-americanos, intelectuais, jovens e diversos órgãos da imprensa mundial, que deram ampla cobertura ao evento. A Conferência, conduzida no icônico *Hotel Havana Libre*, estrutura de 25 andares que pertencera à rede Hilton antes do triunfo da Revolução Cubana, é associada por Roger Faligot<sup>2</sup> a uma torre de Babel. Para além de 82 nacionalidades quantificadas, convergiram ali uma profusão de línguas, ideias, cores, vestimentas, experiências, trajetórias. Tentar narrá-la nestas páginas esbarra nos limites daquilo que o trabalho disciplinarmente atribuído aos historiadores não permitiria explorar em demasia. Entre os limites do que se pode conhecer e a vontade de saber, continuamos.

Entre as pesquisas acerca da Conferência, destacam-se os trabalhos de Robert J. C. Young<sup>3</sup>, Anne Garland Mahler<sup>4</sup> e Said Boumama<sup>5</sup>. Em *Postcolonialism: an historical introduction*, Robert J. C. Young afirma que o termo *tricontinentalismo*, cunhado por ele para definir a orientação política da Conferência, “sugere uma cultura alternativa, uma epistemologia ou sistema de conhecimento alternativo”<sup>6</sup>. O autor

<sup>1</sup> FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005. p. 88.

<sup>2</sup> Roger Faligot aborda os antecedentes da Conferência e seu decurso, dando especial atenção às atividades do Comitê Internacional Preparatório e às discussões que ganharam destaque durante a reunião. FALIGOT, Roger. **Tricontinentale**. Quand Che Guevara, Ben Barka, Cabral, Castro et Hô Chi Minh préparaient la révolution mondiale (1964-1968). Paris: Editions La Découverte, 2013. 631p.

<sup>3</sup> YOUNG, Robert J. C. **Postcolonialism: an historical introduction**. Oxford: Blackwell Publishing, 2001; YOUNG, Robert J. C. **Postcolonialism: a very short introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2003 (Kindle Edition).

<sup>4</sup> MAHLER, Anne. **Beyond the Color Curtain**: Empire and Resistance from the Tricontinental to the Global South. Tese de Doutorado, Emory University, 2013. 195p.

<sup>5</sup> Said Boumama aborda a Conferência e seus desdobramentos, incluindo capítulo acerca da atuação do organismo internacional criado ali, a Organização de Solidariedade dos povos de África, Ásia e América Latina (OSPAAAL). Cf: BOUAMAMA, Said. **La Tricontinentale**. Les peuples du Tiers-Monde à l'assault du ciel. Genebra e Paris: Éditions du CETIM e Syllepse, 2016, 192p.

<sup>6</sup> Todas as traduções publicadas neste artigo, das fontes ou da bibliografia utilizada - do inglês, do francês e do espanhol para o português - são de responsabilidade integral da autora. YOUNG. **Postcolonialism**, 2003, posição 528 (Kindle).



busca ressaltar os laços incontornáveis que conectam as lutas anticoloniais e anti-imperialistas daquele período ao que posteriormente se conformaria como uma forma de crítica pós-colonial às epistemologias ocidentais. Na medida em que congregou pela primeira vez posicionamentos provenientes dos três continentes, fortemente opostos à colonização, ao imperialismo e, principalmente, aos seus impactos na política e na cultura, a Conferência Tricontinental é apontada pelo autor como uma espécie de mito fundacional do pós-colonialismo/tricontinentalismo. Segundo Anne Garland Mahler, por sua vez, a “globalização capitalista contemporânea cria um imenso potencial para solidariedade entre movimentos políticos [e sociais] de base [grassroots]”<sup>7</sup>. A autora argumenta que o conceito de resistência subalterna global, encapsulado pelos acadêmicos no termo *Sul Global*, deve ser vinculado ao legado da Conferência Tricontinental de Havana.

Em geral, há uma tendência de que os trabalhos acerca da Conferência Tricontinental e de seus desdobramentos – aqui incluímos a então fundada Organização de Solidariedade dos Povos de África, Ásia e América Latina (OSPAAL), a revista *Tricontinental*, os cartazes produzidos pela organização, entre outros – tenham como horizonte uma preocupação explícita com as formas de internacionalização da resistência no presente. Nas palavras de Said Bouamama, “[a] memória das lutas passadas é uma arma dos dominados e os esquecimento delas é uma arma dos dominantes”<sup>8</sup>. Para esse autor, as esperanças trazidas à Conferência Tricontinental, ainda que desgastadas, continuam na ordem do dia. Afinal, se as mudanças de contexto não significaram o fim da dominação, da exploração ou do imperialismo, mas uma rearticulação de seus meios de atuação, então uma “reapropriação das lutas das gerações anteriores”<sup>9</sup> pode nos oferecer caminhos e reflexões importantes, bem como inspiração e fortalecimento.

Na esteira do trabalho de Claudia Gilman, buscamos aqui pensar os sessenta/setenta como uma época marcada pela certeza de que o mundo estava prestes a mudar, de que os povos de África, Ásia e América Latina (o então chamado Terceiro Mundo) eram o sujeito histórico desta revolução e de que o “carro furioso da história”<sup>10</sup> atropelaria aqueles que se colocassem no caminho daquela transformação. Cravada no início do ano de 1966, a Conferência encapsula, em seus doze dias de

---

<sup>7</sup> MAHLER, **Beyond the Color Curtain**, p. 4.

<sup>8</sup> BOUAMAMA. **La Tricontinentale**, p. 187.

<sup>9</sup> BOUAMAMA. **La Tricontinentale**, p. 188.

<sup>10</sup> GILMAN, Claudia. **Entre la pluma y el fusil: debates y dilemas del escritor revolucionario en America Latina**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003. p.37.



atividades, as consignas e expectativas que marcaram aquela longa década dos *sessenta/setenta*. As polêmicas em torno de sua realização, que percorrem desde a seleção das delegações atendentes às resoluções ali aprovadas, trazem à tona não só as certezas do período, mas também os impasses e contradições que marcaram essa época. Ir além da apresentação das certezas, e explorar os dilemas e suas resoluções, é um pouco do que buscarmos fazer aqui.

A perplexidade perante a abrangência e o significado da Conferência não é um traço que marca apenas as leituras acadêmicas conduzidas no presente, mas é algo que marca a experiência de seus próprios contemporâneos e participantes. Nas palavras de um documento oficial do governo estadunidense, Havana sediou o que foi “provavelmente, o mais poderoso encontro de forças pró-comunistas, anti-americanas na história do hemisfério ocidental”<sup>11</sup>. Em seu discurso de abertura das atividades da Conferência, o presidente de Cuba, Osvaldo Dorticós Torrado, já indagava

O que justifica uma reunião de representantes dos povos dos três continentes? O que une os milhões de homens e mulheres de África, Ásia e América Latina? Quais são os objetivos comuns capazes de propiciar uma reunião como esta? Idiomas distintos, peculiaridades nacionais diversas, raças diferentes, tradições múltiplas e graus variados de desenvolvimento econômico e cultural não constituem obstáculos para essa reunião, nem para a unidade de propósitos que a convoca. É, simplesmente, que independentemente dos caminhos estratégicos ou táticos que cabe a cada povo escolher, todos os que estão aqui têm profundamente comprometida sua história, seu presente e seu futuro.<sup>12</sup>

A Conferência Tricontinental demarcou-se como um movimento anticolonial e anti-imperialista, aspecto que compartilhou com a Conferência de Bandung (1955)<sup>13</sup> e com outras reuniões internacionais realizadas no período<sup>14</sup>. Entretanto, foi além destes, na medida em que elaborou uma interpretação bastante complexa acerca da História Global, identificando colonialismo, imperialismo e neocolonialismo como formas interconectadas de exercício da dominação. Ademais, posicionou-se

<sup>11</sup> US GOVERNMENT, Introduction. In: **The Tricontinental Conference of African, Asian and Latin American Peoples**: a staff study. 1966. Disponível em: <<http://www.latinamericanstudies.org/tricontinental.htm>>. Acesso em: 05 mai. 2017.

<sup>12</sup> Discurso de abertura pronunciado pelo presidente de Cuba, Osvaldo Dorticós Torrado. Arquivo Histórico Digital da OSPAAAL. Não está disponível on-line. Acessado em Havana, Cuba, em junho de 2017.

<sup>13</sup> O volume de trabalhos publicados acerca da Conferência de Bandung é imenso, e não cabe aqui nos alongarmos demasiadamente em sua análise. Cf. LEE, Christopher (ed.). **Making a World After Empire: The Bandung Moment and Its Political Afterlives**. Athens: Ohio University Press, 2010. 400p.

<sup>14</sup> Albert Paul-Lentin (1977) e Robert J. C. Young (2005) abordam o caminho percorrido desde a Conferência de Bandung à Conferência de Havana; da postulação da equidistância à adoção de posições mais duras e ousadas na crítica anti-imperialista. Cf. LENTIN, A. P. De Bandung à Havana (1967). In: SANTIAGO, Theo. **Descolonização**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. p.37-60. (Republicado e traduzido de *La lutte Tricontinentale* (1966), publicado pela François Maspero); YOUNG, Robert J. C.. Postcolonialism: from Bandung to the Tricontinental. **Historein**, Athens, v. 5, p. 11-21, 2005.



enquanto crítica do capitalismo e defensora da via armada e da “revolução” como métodos primordiais para a transformação do mundo. Nesse sentido, a Tricontinental é herdeira simbólica dos esforços de Bandung e dos Não-Alinhados<sup>15</sup> por uma maior solidariedade entre os continentes do sul, mas distingue-se deles especialmente em seu caráter combativo, sua crítica ferrenha ao imperialismo estadunidense, sua defesa da via revolucionária e seu formato.

A Conferência Tricontinental estendeu à América Latina uma estrutura análoga à adotada pela Organização de Solidariedade Afro-Asiática (OSPAA)<sup>16</sup>. De maneira inovadora, esta organização e seus encontros contavam com a presença concomitante de governos estabelecidos – algo já tradicional perante às relações internacionais – e movimentos de libertação nacional, partidos à esquerda, entre outras formas de representação dos “ *povos*”. Incorporava, portanto, grupos que ainda lutavam por sua independência e grupos que não alcançaram os governos de suas nações, subvertendo a forma tradicional das Relações Internacionais, espaço de atuação reservado aos Estados Nacionais. Estender o formato da OSPAA à América Latina, por sua vez, provou-se um desafio à parte. Quem representa os  *povos* latino-americanos? A cobertura publicada em *Marcha* deixa claro o quanto complexa é a resposta a essa pergunta, permeada por disputas teóricas e práticas, travadas nacional e internacionalmente.

Em entrevista acerca da preparação da Conferência, o presidente de seu Comitê Internacional Preparatório (CIP), o marroquino Mehdi Ben Barka, afirma que o principal mérito da Conferência Tricontinental era fazer convergir “as duas grandes correntes contemporâneas da revolução mundial”<sup>17</sup>, respectivamente libertação nacional e socialismo. O presidente do Comitê Internacional Preparatório não se furta a fazer elogios à Revolução Cubana, ao afirmar que esta é a “concretização

---

<sup>15</sup> A Conferência de Bandung aconteceu em 14 de Abril de 1955 e reuniu líderes políticos dos países recém-independentes da África e da Ásia que reivindicavam o direito de viverem livres de controle e intervenções estadunidenses ou soviéticas, defendendo por isso uma estratégia de não-alinhamento e equidistância. As principais lideranças da Conferência foram Ahmed Sukarno, da Indonésia, Jawaharlal Nehru, da Índia, Gamal Abdel Nasser, do Egito e Kwame Nkrumah, da Costa do Ouro (atual Gana). Para um panorama dos espaços de diálogo internacional entre o “Terceiro Mundo” no período, conferir VIGEVANI, TULLO. **Terceiro Mundo: conceito e história.** São Paulo: Editora Ática, 1990. 100p.

<sup>16</sup> Se os trabalhos acerca da Tricontinental e da OSPAAAL são escassos, ainda mais limitado é o número de trabalhos produzidos acerca da OSPAA. Até onde sabemos, a Organização ainda não foi objeto de um estudo sistemático e específico, ainda que seja mencionada na maioria dos trabalhos que estudaram a OSPAAAL, como parte de seus antecedentes e, como veremos em seguida, parte dos dilemas enfrentados pela Conferência. Acerca da atuação da OSPAA no âmbito cultural, conferir YOON, Duncan McEachern. **The Global South and Cultural Struggles: On the Afro-Asian People's Solidarity Organization.** 2012. Disponível em: <<http://blogs.cornell.edu/globalsouthproject/files/2012/09/Yoon-1317jzt.pdf>>. Acessado em: 10 de fevereiro de 2017.

<sup>17</sup> BEN BARKA, Mehdi. El portador del mensaje. **Tricontinental**, n. 1, jul-agosto, 1967. Havana. p. 87.



das duas correntes”<sup>18</sup>. A busca pela equidistância, que fora tão cara aos representantes de Bandung onze anos antes, havia sido substituída pela unidade contra um imperialismo que, como apontam as resoluções da Conferência de Havana, tem nome: *yankee*. Em seguida, Ben Barka elenca os critérios que foram adotados durante o processo de seleção das delegações.

Realizamos uma divisão de trabalho: a Organização Afroasiática [OSPAAA] estabelece e estuda a lista para as organizações de Ásia e de África. Os companheiros latino-americanos, membros do Comitê Internacional Preparatório [CIP], estabelecem a lista para as organizações do continente latino-americano. [...]

O primeiro princípio: que haverá uma delegação por país. Quando o partido for a força fundamental do país, como por exemplo Cuba, Venezuela, e quando haja uma frente organizada, será, pois esta frente [ou partido] que será convidada [...], naturalmente, existe uma situação delicada em países onde existem várias organizações anti-imperialistas, então o Comitê Preparatório convida essas organizações a constituir um Comitê Nacional para a Conferência dos três continentes; [...]

Existem três critérios que foram decididos no Cairo, por proposição feita pelos companheiros da América Latina. A saber: estas organizações devem ser representativas, quer dizer, ter uma *base popular*; segundo, ser *anti-imperialistas* e, terceiro, aceitar trabalhar pela *unidad* contra o imperialismo na Conferência. [Grifo nosso]<sup>19</sup>

Enfim, a Conferência Tricontinental congregou um Terceiro Mundo em busca de independência política e econômica, cujo eixo político e ideológico deslocava-se à esquerda. A conferência dos três continentes contou com delegações chinesa e soviética, e foi forçada a lidar com os crescentes embates teóricos (e também práticos) que haviam culminado no cisma sino-soviético anos antes, aspecto que fica extremamente claro na cobertura do evento publicada pelo semanário *Marcha*. Seu estudo à contrapelo esbarra, necessariamente, nas vicissitudes que marcam as histórias das esquerdas, *no plural*. Ao fim desta reunião de proporções surpreendentes, aprovaram-se algumas dezenas de declarações temáticas, e declarações gerais que, além de condenar o imperialismo *yankee*, previam a criação de mecanismos para a coordenação e unificação dos esforços ali reunidos, dentre os quais o mais importante foi certamente a fundação da Organização de Solidariedade dos Povos de África, Ásia e América Latina (OSPAAAAL).

<sup>18</sup> \_\_\_\_\_. *El portador del mensaje*, p. 87.

<sup>19</sup> \_\_\_\_\_. *El portador del mensaje*, p. 88-89.



## ***La cara y la cruz: a cobertura da Conferência Tricontinental nas páginas do semanário Marcha***

O objetivo do presente artigo é oferecer análises e reflexões que permitam ampliar as compreensões acerca da Conferência. As edições selecionadas do semanário uruguai *Marcha* se constituem como espaço privilegiado para a condução deste estudo, em função da sua pluralidade e da ampla circulação de intelectuais uruguaios e latino-americanos em suas páginas. Por esse motivo, a cobertura oferecida pelo semanário foi permeada de posições polêmicas, réplicas e tréplicas, conformando uma multiplicidade bastante interessante de interpretações, críticas e defesas. O compromisso do semanário com essa pluralidade foi abertamente expresso por uma nota do corpo editorial, na qual se afirma que

Ao vincular tantas e tão diversas opiniões, *MARCHA* quis oferecer aos leitores, com a maior amplitude, como sempre procura fazê-lo, todos os elementos possíveis para formar juízo. [...] Liberdade de opinião, que muito nos esforçamos para garantir, não é ecletismo.<sup>20</sup>

O compromisso do semanário com a vinculação de opiniões “tantas” e “tão diversas” coincide com as leituras elaboradas sobre ele pela historiografia. Mabel Moraña define a publicação como um “produto plural”<sup>21</sup>, marcado por “afinidades e acordos tácitos, [...] alianças estratégicas que não eliminam as discrepâncias nem aspiram a um consenso artificial”<sup>22</sup>; em sua postura com relação à Revolução Cubana, por sua vez, *Marcha* teria sido uma “interlocutora tenaz e rigorosa”<sup>23</sup>. Segundo Claudia Gilman, parte da pluralidade de *Marcha* durante o período abordado aqui deve-se à possibilidade de “ler-se ao menos um duplo olhar ou imagem da sociedade”<sup>24</sup> e do anti- imperialismo: um olhar mais intimamente ligado ao ideal democrático defendido por seu fundador Carlos Quijano; e um segundo olhar que passa a reconhecer, cada vez mais, a necessidade da violência. Esse segundo olhar é atribuído pela autora às novas gerações de repórteres<sup>25</sup> incorporados ao seu *staff* durante os

---

<sup>20</sup> Marcha y la Conferencia. **Marcha**, Montevideo, ano XXVII, n. 1293, 18 de fevereiro de 1966, p. 18.

<sup>21</sup> MORAÑA, Mabel. Introdução. In: MACHIN, Horacio; MORAÑA, Mabel (eds.). **Marcha y América Latina**. Pittsburgh: Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana / Universidad de Pittsburgh, 2003. p.11.

<sup>22</sup> \_\_\_\_\_. Introdução, p.11.

<sup>23</sup> \_\_\_\_\_. Introdução, p.12.

<sup>24</sup> GILMAN, Claudia. Batallas de la pluma y la palabra. MACHIN, Horacio; MORAÑA, Mabel (eds.). **Marcha y América Latina**. Pittsburgh: Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana / Universidad de Pittsburgh, 2003. p.279.

<sup>25</sup> Entre estes recém-incorporados repórteres a autora cita Carlos Núñez e María Esther Gillio, uruguaios que posteriormente se tornariam colaboradores importantes da revista *Tricontinental*, fundada pela Conferência e publicada à partir de 1967.



anos sessenta, que adotam uma postura crescentemente ligada aos movimentos de libertação nacional.<sup>26</sup>

Em suas páginas, o semanário congregou sessões voltadas a reportagens e ensaios políticos e sessões ligadas à crítica cultural e literária. O historiador Mateus Fávaro Reis, por sua vez, convida as pesquisas sobre o semanário a irem além de uma leitura dicotômica entre as páginas de cultura e as páginas de política (como defendeu um de seus editores, Emir Rodríguez Monegal), e insiste que os historiadores devem atentar para as “tensões e articulações entre as páginas vistas como culturais e políticas no semanário”<sup>27</sup>.

No período entre 31 de dezembro de 1965 e 24 de maio de 1966, *Marcha* publicou mais de 50 textos diretamente relacionados à Conferência de Havana. Artigos, editoriais, reportagens, ensaios, e um grande volume de cartas dos leitores permearam suas páginas, com contribuições advindas de diversos cantos da América Latina. Entre as discussões conduzidas ali, ganham destaque o processo de formação das delegações latino-americanas – com especial atenção ao caso uruguai, por motivos óbvios –; o cisma sino-soviético e seu impacto decisivo no tom das discussões da reunião; a Revolução Cubana e seu crescente protagonismo sobre este cenário internacional; e o conflito árabe-israelense, expresso na Conferência por meio da recusa a convidar uma delegação israelense e da aprovação de resoluções que, de maneira bastante explícita, tomam o partido dos povos árabes.

Às vésperas da reunião, Carlos Nuñez inicia desde a ilha uma série de reportagens acerca da Conferência com algumas impressões iniciais. Principal correspondente de *Marcha* a assistir a Conferência, o autor escreveu uma série de reportagens<sup>28</sup> sobre o evento, além de ter conduzido uma importante *encuesta*<sup>29</sup> entre os intelectuais atendentes. Entre as previsões às quais se arrisca estão os principais pontos de divergência que se expressariam ali: o cisma sino-soviético, os embates entre a

---

<sup>26</sup> GILMAN. *Batallas de la pluma y la palabra*, p.279.

<sup>27</sup> REIS, Mateus Fávaro. **Políticas da leitura, leituras da política**: uma história comparada sobre os debates político-culturais em Marcha e Ercilla (Uruguai e Chile, 1932-1974). Tese de doutorado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2012. p. 18.

<sup>28</sup> NUÑEZ, Carlos. El Tercer Mundo en la Habana. **Marcha**, ano XXVI, n. 1287, 31 de dezembro de 1965, p.8; NUÑEZ, Carlos. Bien está lo que bien acaba. **Marcha**, ano XXVII, n. 1288, 14 de janeiro de 1966, p.18-19; NUÑEZ, Carlos. Cuba a nivel de potencia. **Marcha**, ano XXVII, n. 1289, 21 de janeiro de 1966, p. 15; NUÑEZ, Carlos. Y ahora, en que campo está Cuba? **Marcha**, ano XXVII, n. 1293, 18 de fevereiro de 1966, p.18.

<sup>29</sup> A encuesta começou a ser publicada em 4 de fevereiro, e estendeu-se por outras quatro edições do semanário. NUÑEZ, Carlos. Encuesta: El papel de los intelectuales en la liberación nacional. **Marcha**, ano XXVII, n. 1291, 4 de fevereiro de 1966, p. 20.



linha pacifista e linha armada e os embates entre marxistas e não-marxistas.

O processo de formação das delegações latino-americanas, como indicamos na sessão anterior, foi coordenado pelo Comitê Internacional Preparatório segundo os seguintes critérios: base popular significativa, posição anti-imperialista e disposição a trabalhar pela unidade. No caso do Uruguai, a organização formalmente convidada pelo CIP foi a *Frente Izquierda de Liberación* (identificada pelo peculiar acrônimo FIdeL), organização ligada ao Partido Comunista uruguai e criada com o objetivo de constituir uma plataforma de esquerda unificada para disputar as eleições de 1962<sup>30</sup>. O convite suscitou uma série de debates acalorados, como veremos à seguir.

Também inaugurando a cobertura da Conferência publicada no semanário *Marcha*, Sarandy Cabrera escreveu um artigo intitulado “Cara y Cruz de la Conferência de Cuba”<sup>31</sup>, no qual critica duramente a FIdeL, o processo de seleção da delegação uruguai e a própria Conferência. Para Sarandy Cabrera<sup>32</sup>, falta à Tricontinental o “espírito de Bandung” e os esforços para fazer uma conferência que preze pela inclusão, pelo consenso e pela unanimidade. A Conferência Tricontinental acontecia em um momento inoportuno, logo após a OSPAA ter tido dificuldades [que Sarandy Cabrera não explora] com a realização de sua reunião de 1965.

Segundo o autor, isso não se deve ao acaso, mas é uma ação proposital; Cabrera dá a entender que a conferência de Havana é uma tentativa soviética de subverter e diluir a OSPAA neste momento de fragilidade, substituindo-a por uma organização menos permeável à influência chinesa. O autor alega, ainda, que entre as delegações latino-americanas convidadas há um predomínio de partidos ligados à linha de Moscou, já que os PCs teriam sido tomados como ponto de referência. Após contatados, estes se tornaram os responsáveis pela divulgação da conferência, a criação de Comitês Nacionais, seleção dos membros da delegação, ou formação de “frentes”. Pior ainda, no caso uruguai, segundo o autor, a FIdeL (e extensivamente, o Partido Comunista Uruguai) não haviam desempenhado trabalhos de divulgação e propaganda da Conferência. “Há quem pensa que se trata de uma omissão cuidadosamente preparada”<sup>33</sup>, afirma.

---

<sup>30</sup> FERREIRA, André Lopes. A unificação das esquerdas no Uruguai e a via chilena ao socialismo: a importância da unidade popular no processo de criação da frente ampla. **Perseu: História, Memória e Política**. São Paulo, nº 9, Ano 7, 2013, p.94.

<sup>31</sup> CABRERA, Sarandy. Cara y Cruz de la Conferencia de Cuba. **Marcha**, ano XXVI, n. 1287, 31 de dezembro de 1965, p. 14.

<sup>32</sup> Sarandy Cabrera foi um escritor e jornalista uruguai que atuou como colaborador ativo do semanário *Marcha*.

<sup>33</sup> \_\_\_\_\_, Cara y Cruz de la Conferencia de Cuba. p. 14.



Ainda segundo Sarandy Cabrera, a FIdeL não pode ser o único a representar a esquerda anti-imperialista uruguaia. A frente uruguaia, acusa ele, teria sido selecionado como representante pelo próprio Fidel Castro, de maneira "divisionista" e "sectária". A organização não é representativa de todos os grupos anti-imperialistas uruguaios e exclui mais que inclui, na sua opinião. Enfim, Sarandy Cabrera advoga que a delegação uruguaia deveria ter sido composta pela *Mesa por la Unidad del Pueblo*, espaço de debate recém-criado e que buscava congregar uma maior gama de representantes da esquerda uruguaia.

O autor chega a criticar até mesmo a presença da União Soviética na reunião, e afirma temer que a "coexistência pacífica" ganhe espaço entre as delegações da Conferência, cujo objetivo deve ser a luta anti-imperialista. As críticas de Sarandy Cabrera ganham ainda mais sentido quando acompanhadas de sua biografia. Segundo Pablo Rocca, o renomado escritor e jornalista uruguaio, "a partir de 1967 [...] ia e vinha da China, onde permaneceu entre 1963 e 1965"<sup>34</sup>. Tal aspecto de sua biografia permite situá-lo em relação aos debates do período, já que suas críticas giraram em torno de pontos similares aos suscitados – exaustivamente – pela delegação chinesa presente na Conferência Tricontinental. Em vias de conclusão, afirma de maneira pessimista que

Todos esses problemas mal resolvidos ou não resolvidos terão sua repercussão na Tricontinental [...]. Quem se põe de costas para as forças anti-imperialistas do mundo e cria os "dirigentes" da revolução, indicados por decreto, se equivoca.<sup>35</sup>

*Cara y Cruz*, termo que intitula o artigo de Sarandy Cabrera, alude em castelhano às duas faces de uma mesma moeda. Em carta enviada à *Marcha*, José Jorge Martínez cobra de Sarandy Cabrera uma abordagem mais equilibrada da Conferência, afirmando que o autor tece uma apresentação injusta e enviesada. "Inutilmente buscamos em suas 5 colunas algo que pudesse se assemelhar à Cara: tudo nele é Cruz. Isso é justo? Acreditamos que não"<sup>36</sup>. Martínez era membro da FIdeL e do Partido Comunista Uruguai, e trabalhou como subdiretor do *El Popular*, publicação diária do PCU<sup>37</sup>. Em sua carta, tece uma série de comentários acerca do artigo de Cabrera, além de devolver ao autor de *Cara y cruz* as

---

<sup>34</sup> ROCCA, Pablo. **35 años en Marcha**: mapa de la escritura en el semanário Marcha (1939-1974). Havana: Casa de las Américas, 2015, p.198.

<sup>35</sup> CABRERA, Sarandy. Cara y Cruz de la Conferencia de Cuba. **Marcha**, ano XXVI, n. 1287, 31 de dezembro de 1965, p. 15.

<sup>36</sup> MARTÍNEZ, José Jorge. Con Sarandy Cabrera. **Marcha**, ano XXVII, n. 1288, 14 de janeiro de 1966, p. 3.

<sup>37</sup> MARTÍNEZ, José Jorge. **Crónicas de una derrota**: testimonio de un luchador. Montevidéu: Ediciones Trilce, 2003. 160p.



acusações de divisionista e sectário.

Martínez faz questão de ressaltar a importância da Conferência como um espaço de reunião pioneiro, na medida em que integra a América Latina nos esforços coordenados de solidariedade afro-asiática; entre seus méritos estava precisamente seu potencial para a resolução de divergências entre as esquerdas e permitir o intercâmbio de experiências. A possibilidade de estabelecer um quadro oficial de apoio ao Vietnã e à Revolução Cubana também são mencionados pelo autor. Segundo Martínez, a *Mesa por la Unidad de los Pueblos* não representara o Uruguai na Conferência porque seus esforços eram recentes e ainda limitados, não havia consenso suficiente entre seus membros e, afinal, a FIdEL foi a entidade oficialmente convidada pelo CIP.

Outro tema que permeou a polêmica entre Sarandy Cabrera e José Jorge Martínez foi precisamente a definição de quais foram os antecedentes da Conferência Tricontinental. Cabrera atribui a organização da Tricontinental à reunião de partidos comunistas latino-americanos realizada em Cuba em 1964, argumento que fundamenta sua tese de que a Tricontinental é uma manobra política soviética. Martínez, por sua vez, corrige o equívoco do primeiro, atribuindo a gestação da conferência dos três continentes à participação de Cuba na OSPAA na condição de membro convidado (sem direito a voto), que se inicia em 1961. Já neste ano o Comitê de Solidariedade Afro-asiático começara a estudar a possibilidade de realizar a Tricontinental.

É interessante perceber como questões de política internacional como o conflito sino-soviético são aqui articuladas e atualizadas à luz de disputas e alianças nacionais. As polêmicas acerca da seleção e formação da delegação uruguaia, e de maneira geral, das delegações latino-americanas, se estendeu por ainda alguns meses. A Frente Anarquista Uruguaia (FAU) e o Partido Socialista Uruguai (PSU) escreveram notas acerca de suas respectivas exclusões da Conferência, publicadas na sessão *Carta de los lectores* do semanário. Em sua nota<sup>38</sup>, a FAU reitera que a Conferência foi pouco divulgada no Uruguai. Acusa a FidEL, organização responsável por realizar as chamadas para formação da representação uruguaia unificada, de não constituir um Comitê Nacional nem partilhar os materiais e informações sobre a conferência com as demais organizações uruguaias. Ademais, a FAU cobra que a FidEL adote postura distinta durante as preparações da reunião da Organização Latino Americana de Solidariedade

---

<sup>38</sup> Frente Anarquista Uruguaia. Tricontinental (II). **Marcha**, ano XXVII, n. 1290, 28 de janeiro de 1966, p. 2.



(OLAS)<sup>39</sup>, prevista para realizar-se no ano seguinte, e passe a incorporar membros de outros grupos atuantes no Uruguai.

A carta do Partido Socialista Uruguai (PSU), por sua vez, apoia e reconhece a importância histórica da Conferência, ao passo que critica àqueles que "se arrogaram a representação da esquerda uruguai"<sup>40</sup>. Ao lado de Cabrera e da FAU, o PSU acusa a organização de não se esforçar para divulgar a conferência e não convidar os demais à formação de uma delegação unitária. Reitera que havia um espaço de diálogo em âmbito nacional onde isso poderia ter sido feito: a *Mesa por la Unidad del Pueblo*. O PSU pede explicações, afirmando que ainda que a FIdel tivesse sido o único convidado, deveria ter informado ao CIP que não era o único representante da esquerda anti-imperialista uruguai e pleiteado a participação das demais organizações. A atuação da FIdel contradiz a dita unidade que se defende e afirma em discursos.

A unidade, palavra que estava na ordem do dia da Conferência, provava-se um desafio colossal. Os dilemas que permearam a formação das delegações latino-americanas articularam disputas nacionais à luz de embates de política internacional (alinhar-se à China, à Cuba, à União Soviética), práticas e métodos de ação (foquismo, guerra popular prolongada, via democrática, guerrilha urbana, entre outros) e leituras teóricas do marxismo (marxismo-leninismo, maoísmo, trotskismo, anarquismo...). Esses dilemas, por sua vez, não foram exclusividade da delegação uruguai. Muitas das delegações foram obrigadas a enfrentá-los, especialmente aquelas que optaram pela formação de Comitês Nacionais e Frentes. A Conferência Tricontinental, por sua vez, foi palco de inúmeras disputas, e percebê-las é um desafio que segue em aberto para os pesquisadores de História da América Latina.

Em sua edição de 18 de fevereiro de 1967, *Marcha* abre espaço em suas páginas para a

---

<sup>39</sup> Após a Conferência Tricontinental, uma reunião especial de representantes latino-americanos, que contou com a presença de lideranças como Salvador Allende e Fidel Castro fundou a Organização Latino-americana de Solidariedade (OLAS), determinando que esta se reuniria no ano seguinte, e indicando os membros do comitê organizador desta nova conferência. Seguindo moldes semelhantes à OSPAAAL e a OSPAA, a OLAS deveria coordenar a solidariedade e a cooperação entre os movimentos e partidos de esquerda latino-americanos em sua luta contra o imperialismo estadunidense. A primeira e única reunião da OLAS aconteceu no ano seguinte, em Havana. Para mais informações sobre as repercuções da participação uruguai na OLAS, conferir: VILLAÇA, Mariana. Cuba e a esquerda uruguai: o encontro da OLAS (Organización Latinoamericana de Solidaridad, 1967) nas páginas de Marcha. Projeto História, São Paulo, v.59, pp.309-336, Abri.-Jul. 2017.

<sup>40</sup> Partido Socialista Uruguai. Tricontinental (IV). *Marcha*, ano XXVII, n. 1290, 28 de janeiro de 1966, p. 4.



publicação de um artigo de opinião de Adolfo Gilly intitulado *Respuesta a Fidel Castro*<sup>41</sup>. segundo o qual a Tricontinental tinha sido uma conferência “sem glória e sem programa”<sup>42</sup>. Para Gilly, a conferência havia sido marcada por uma clara oposição programática cortada pelo conflito sino-soviético: de um lado, a defesa da coexistência pacífica pelos soviéticos; de outro, os chineses e sua defesa da revolução mundial. Para o autor argentino, o posicionamento cubano, em aliança com os soviéticos, tinha colocado Cuba em uma posição absolutamente contraditória, que impedia que os cubanos professassem uma verdadeira defesa da via revolucionária. Tal movimento cubano teria sido seguido pelos representantes latino-americanos da Conferência que, ao apoiarem a coexistência pacífica, estariam aliando-se à Moscou e ao reformismo.

O artigo responde ao discurso de encerramento da Conferência Tricontinental pronunciado por Fidel Castro, que dedicou quase tanto tempo à aclamação dos sucessos da reunião quanto a tecer duras críticas ao trotskismo, ao movimento guerrilheiro guatemalteco MR-13 e a Adolfo Gilly.<sup>43</sup> A polêmica se inicia porque Gilly havia publicado um artigo nos semanários *Marcha*<sup>44</sup>, em 1965, afirmado que Che Guevara deixara a ilha de Cuba por causa de divergências políticas com Fidel Castro, acerca da URSS e os caminhos da revolução mundial. Castro dedicou vários minutos de seu discurso desferindo críticas ferrenhas ao trotskismo e a Adolfo Gilly – aos quais atribui a invenção e difusão destas afirmações. O líder cubano teceu, ainda, duras críticas ao movimento guerrilheiro guatemalteco MR-13, liderado por Antonio Yon Sosa e defendido por Adolfo Gilly em artigo que, segundo Castro<sup>45</sup>, teria sido publicado meses antes na revista estadunidense *Monthly Review*.

Para Castro, não bastava atacar o intelectual argentino, era preciso mostrar que este apoiava os movimentos “equivocados”, ainda que os argumentos de Castro contra o MR-13 e o trotskismo sejam, no mínimo, vagos. O cubano afirma reiteradamente que o trotskismo atuava como arma do

---

<sup>41</sup> O artigo em questão também foi publicado na revista da esquerda estadunidense *Monthly Review*, consultada durante a elaboração deste artigo. GILLY, Adolfo. A Conference without glory and without program. *Monthly Review: a socialist independent magazine*. 1966, abril, vol. 17, n. 11.

<sup>42</sup> \_\_\_\_\_, *A Conference without glory and without program*. p. 1.

<sup>43</sup> CASTRO, Fidel. *At the Closing Session of the Tricontinental Conference* [1966]. Disponível em: <<https://www.marxists.org/history/cuba/archive/castro/1966/01/15.htm#cuban-support>>. Acessado em: 10 de janeiro de 2017.

<sup>44</sup> GILLY, Adolfo. Las causas de la renuncia del Che. *Marcha*, ano XXVI, no 1277, 22 de outubro de 1965, p.19.

<sup>45</sup> CASTRO, Fidel. *At the Closing Session of the Tricontinental Conference* [1966]. Disponível em: <<https://www.marxists.org/history/cuba/archive/castro/1966/01/15.htm#cuban-support>>. Acessado em: 10 de janeiro de 2017.



imperialismo, na medida em que divulgava as mesmas “calúnias” sobre o paradeiro de Guevara que eram propagadas pela imprensa “dos imperialistas”. Segundo o Fidel Castro, apenas aqueles que não conhecem a história revolucionária poderiam defender o trotskismo, por ignorância ou ingenuidade. Cuba e seu processo revolucionário, por outro lado, deviam ser defendidos, afinal, o movimento revolucionário cresce “acima de tudo por causa do exemplo da revolução cubana, [...] por causa das vitórias da revolução cubana, por causa da posição de Cuba contra o inimigo”<sup>46</sup>.

É importante ressaltar que Gilly se equivoca em inúmeras de suas afirmações acerca de delegações na conferência, chegando a afirmar que a maioria das delegações latino-americanas eram subordinadas aos partidos comunistas, à coexistência e ao reformismo soviético. Tal afirmação será refutada de maneira contundente pelo argentino Jose Vazeilles, tanto nas páginas do semanário *Marcha*<sup>47</sup> quanto nas páginas da própria revista *Monthly Review*<sup>48</sup>. Ali, Vazeilles expõe detalhadamente a composição das delegações latino-americanas presentes na Conferência.

Em oito países o PC não tinha representação: Peru, Panamá, Haiti, México, Porto Rico, as três Guianas. Em três países o PC era minoria: Brasil, Argentina e República Dominicana. Em dois países, Cuba e Guatelama, o PC segue a linha revolucionária (luta armada). Em um país, Paraguai, o PC faz parte do front revolucionário. Em um país, Venezuela, a linha revolucionária do PC, conjuntamente com a linha paralela do MIR (Movimiento de Izquierda Revolucionária), forma o comando político das guerrilhas (ambas organizações tem braços que apoiam a via pacífica, mas estas não estiveram representadas na Conferência). Em outras palavras, *um total de 15 delegações abertamente apoiaram a linha da revolução* [grifo nosso]<sup>49</sup>.

Só era possível, afinal, apontar seis delegações latino-americanas em linha com a proposta reformista e pacífica. Nesse sentido, Vazeilles indaga: “o que significa pintar delegados latino-americanos que, com armas às mãos, estão desenvolvendo uma prática revolucionária sólida, como um rebanho de ovelhas, abjeto, servil à Moscou?”<sup>50</sup>. Vazeilles não foi o único a criticar o polêmico artigo de Adolfo Gilly, ainda que talvez tenha sido quem o fez de maneira mais sofisticada e detalhada. As edições de *Marcha* dos dias 4 e 11 de março contaram, cada uma, com duas cartas acerca do artigo

<sup>46</sup> CASTRO, Fidel. **At the Closing Session of the Tricontinental Conference** [1966].

<sup>47</sup> VAZEILLES, José. Tricontinental: internacionalismo y revolución, **Marcha**, ano XXVII, n. 1301, 29 de abril de 1966, p. 18.

<sup>48</sup> VAZEILLES, Jose. The Tricontinental Conference: concrete internacionalism and revolution. **Monthly Review**: a socialist independent magazine. 1966, junho, vol. 18, n. 22, p. 28-34.

<sup>49</sup> \_\_\_\_\_. The Tricontinental Conference: concrete internacionalism and revolution. p.31.

<sup>50</sup> \_\_\_\_\_. The Tricontinental Conference: concrete internacionalism and revolution. p.34.



de Adolfo Gilly, intituladas “Gilly tiene razón”<sup>51</sup>, “Gilly no tiene razón”<sup>52</sup>, “Gilly”<sup>53</sup>, “Tricontinental”<sup>54</sup> e “Del Che, Violeta y las Cavernas”<sup>55</sup>. Uma carta<sup>56</sup>, publicada no dia 01 de abril de 1966, chega a advogar pela proibição do semanário *Marcha*, já que o conteúdo “calunioso” contra a Conferência Tricontinental – especialmente o artigo de Adolfo Gilly e as cartas de seus defensores – eram um desserviço e promoviam a desinformação e o divisionismo.

O cisma sino-soviético permeou não só o processo de formação e seleção das delegações presentes na Conferência, mas dominou os próprios debates conduzidos em Havana. Marcel Niedergang afirmaria em artigo sobre a Conferência que os delegados estavam com “um pedaço do coração em Pequim e a cabeça em Moscou”<sup>57</sup>, expressando que a defesa das vias pacíficas encontrava-se em crise naquele momento. Os convites de Havana à adoção da luta armada e de Pequim à “insurreição permanente e generalizada”<sup>58</sup> ganhavam força. Enfim, a luta armada foi a ponta de lança da reunião, especialmente entre os latino-americanos, ainda que essa defesa viesse sempre acompanhada do reconhecimento da necessidade de uma “análise correta das condições objetivas e subjetivas da luta em cada país”<sup>59</sup>.

Mesmo entre os conferencistas mais ponderados, parecia ser consenso que eventos como a Guerra do Vietnã e a invasão da República Dominicana “provam que o caminho pacífico se encerrou”<sup>60</sup>. Entretanto, a predominância de discursos e resoluções em franca defesa da luta armada incomodou alguns uruguaios, entre eles um leitor que escreve em carta à *Marcha*, sob o pseudônimo de “idealista”:

Os que, em um princípio, supusemos que da Conferência Tricontinental sairiam delineamentos verdadeiramente práticos e utilizáveis, em prol da reivindicação das massas populares, devemos reconhecer que nos equivocamos. As resoluções dessa conferência, preconizando o uso da violência como meio de mudar a ordem das coisas em benefício dos povos do nosso continente, não pode conformar-nos.

<sup>51</sup> W. M. Gilly tiene razón. **Marcha**, ano XXVII, no 1294, 4 de março de 1966, p.2.

<sup>52</sup> LOMBA, Violeta López. Gilly no tiene razón. **Marcha**, ano XXVII, no 1294, 4 de março de 1966, p.2.

<sup>53</sup> LATENDORF, Alexis. Gilly. **Marcha**, ano XXVII, no 1295, 11 de março de 1966, p.3.

<sup>54</sup> Centro de Estudios Latinoamericanos Regional Cordoba Argentina. Tricontinental. **Marcha**, ano XXVII, no 1295, 11 de março de 1966, p.3.

<sup>55</sup> El ‘joven de hoy’. Del Che, Violeta y las cavernas. **Marcha**, ano XXVII, no 1296, 18 de março de 1966, p.3.

<sup>56</sup> SIRIO, Edmundo. Prohibir a “Marcha”! **Marcha**, ano XXVII, no 1298, 1 de abril de 1966, p.3.

<sup>57</sup> JAGAN, Cheddi apud NIEDERGANG, Marcel. Los partidos comunistas encabezan la revolución? **Marcha**, ano XXVII, n. 1291, 4 de fevereiro de 1966, p. 16-17.

<sup>58</sup> \_\_\_\_\_. Los partidos comunistas encabezan la revolución? p.16.

<sup>59</sup> \_\_\_\_\_. Los partidos comunistas encabezan la revolución? p.16.

<sup>60</sup> \_\_\_\_\_. Los partidos comunistas encabezan la revolución? p.17.



Sabemos que é necessária uma revolução na América Latina, *mas creemos que essa revolução deve ser de ideais, de conceitos e não de sangue.* [Grifo nosso]<sup>61</sup>

Na leitura de Marcel Niedergang, a Tricontinental evidenciava uma situação *paradoxal*, bem como um momento de mudança na atuação de muitos partidos comunistas latino-americanos. Até 1964, a maior parte das ações revolucionárias na América Latina receberam duras críticas dos PCs. As derrotas da luta armada eram atribuídas não ao reforço do combate às esquerdas que se deu após o caso cubano, com apoio estadunidense, mas a um descuido com a preparação política e um romantismo idealizado. Durante a Tricontinental, entretanto, os comunistas se veem obrigados a dinamizarem-se para manterem-se relevantes, e isso significa flexibilizar as posições acerca da luta armada e disporem-se ao diálogo com outros movimentos anti-imperialistas e de esquerda. É para isso que aponta, também, Carlos Nuñez. Na leitura do autor, a criação da OLAS como organização suplementar às Conferências de PCs latino-americanos, consiste na tentativa de buscar uma via que supere os dilemas do comunismo internacional de maneira "independente, sem subserviência ideológica"<sup>62</sup>.

Para Carlos Nuñez, a Conferência foi fundamental para solidificar a posição protagonista de Cuba no cenário internacional. Ao perguntar-se sobre a "audácia e envergadura" da política externa cubana nesse momento, o autor alude à busca de um possível "poli-centrismo"<sup>63</sup>, à tentativa de "solucionar as contradições intensificando-as"<sup>64</sup>. Cuba centralizava em torno de si a atenção dos movimentos anticolonialistas e anti-imperialistas, ao passo que reivindicava para si o lugar de uma espécie de "fiel da balança" entre eles, mediando inclusive os diálogos entre os defensores da luta insurreccional e os optantes pela linha pacífica, mantendo relações com ambos, ainda que se posicione discursivamente em favor dos primeiros. Cuba é descrita como o grande vencedor da Conferência, na medida em que torna-se sede tanto da Organização de Solidariedade dos Povos de África, Ásia e América Latina (OSPAAAL)<sup>65</sup>, e nomear Osmany Cienfuegos como seu Secretário-Geral, quanto da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS).

---

<sup>61</sup> IDEALISTA. **Tricontinental (VI). Marcha**, ano XXVII, n. 1291, 4 de fevereiro de 1966, p.2.

<sup>62</sup> CASTRO, Fidel apud NUÑEZ, Carlos. Cuba a nível de potencia. **Marcha**, ano XXVII, n. 1289, 21/01/1966, p. 15.

<sup>63</sup> NUÑEZ, Carlos. **Bien está lo que bien acaba**, p.18-19.

<sup>64</sup> **Bien está lo que bien acaba**, p. 19.

<sup>65</sup> Cuba torna-se sede provisória, até que se defina, na Segunda Conferência Tricontinental prevista para ocorrer no Cairo dois anos depois, o destino final da organização. Entretanto, a reunião do Cairo nunca se concretizou, de modo que Cuba mantém até hoje a Secretaria Geral da OSPAAAL, cuja sede segue sendo em Havana.



Ainda segundo Nuñez, Cuba afirma manter-se distante do conflito sino-soviético. O afastamento entre Cuba e China se dá em função da polêmica comercial em torno do arroz, que inicia-se dias antes da Conferência Tricontinental. Para o autor, a disputa sino-cubana consiste em uma prática, material, e não doutrinária; do ponto de vista doutrinário, a posição cubana se aproxima mais da posição chinesa. Isso se dá tanto do ponto de vista da defesa da via insurrecional quanto do ponto de vista da independência que os movimentos nacionais devem ter para deliberações segundo critérios nacionais próprios. O autor defende Cuba das acusações de ter se aliado a Moscou. Nuñez afirma ter perguntado a um dirigente cubano que não identifica em sua reportagem sobre a atuação de Cuba como ponto de apoio da política externa soviética, ao que o dirigente responde – com um otimismo característico – que foi “a URSS quem se dobrou à linha cubana”<sup>66</sup>. O repórter uruguai resume os debates da Conferência afirmando que

A China não reconhece a unidade na práxis sem conciliação ideológica; portanto, uma vez que essa não é possível, a unidade prática se dará sem a China; na medida em que Moscou se mostre permeável às necessidades da unidade, essa se fará com a URSS, quiçá inclusive em torno da URSS, mas sem que isso signifique dar aval a priori a qualquer tese ou tática.<sup>67</sup>

“Pequim manteve, em todas as comissões e em todos os campos, a ofensiva”<sup>68</sup>, e para Nuñez, foi derrotada. Segundo Niedergang, as discordâncias com os chineses e a irritação dos delegados para com essa delegação estavam muito mais ligadas às “políticas de obstrução” e a “repetição monótona”<sup>69</sup> das críticas à política soviética de coexistência pacífica. A tônica da reunião ecoava, afinal, os chamados de Pequim à internacionalização da luta anti-imperialista. Entretanto, a maioria dos delegados defendia a necessidade da unidade perante o inimigo, que os chineses quase inviabilizaram com suas reiteradas críticas aos soviéticos.

A principal – quiçá única – vitória chinesa na Conferência foi o formato final da OSPAAAL. Nesse âmbito, a principal questão em pauta era definir se a OSPAA continuaria existindo e uma nova organização de caráter tricontinental seria criada (proposta defendida pelos chineses), ou se ambos os

---

<sup>66</sup> NUÑEZ, Carlos. *Y ahora, en que campo está Cuba?* p.18.

<sup>67</sup> \_\_\_\_\_. *Y ahora, en que campo está Cuba?* p.18.

<sup>68</sup> \_\_\_\_\_. *Cuba a nivel de potencia*, p.15.

<sup>69</sup> NIEDERGANG. *Los partidos comunistas encabezan la revolución?* p. 16-17.



esforços seriam unificados sob uma única organização (proposta defendida pelos soviéticos).<sup>70</sup> O resultado encontrado para o dilema foi, 1) a manutenção da Organização de Solidariedade Afro-asiática; 2) a criação de um organismo latino-americano, a Organização Latino-Americana de Solidariedade e 3) a criação de um órgão tricontinental, a Organização de Solidariedade dos Povos de África, Ásia e América Latina (OSPAAL).

Outro grupo que é apontado como vitorioso na Conferência é o grupo dos países árabes, bem-sucedidos em aprovar uma série de resoluções acerca do conflito árabe-israelense e em favor da Palestina. É importante notar – algo que foi apontado exaustivamente nas páginas do semanário – que tampouco os movimentos anti-imperialistas de Israel foram convidados a participar da Conferência Tricontinental. As polêmicas em torno do caso de Israel, que se iniciaram com pedidos de explicações em cartas de leitores, se estenderam por alguns meses. Organizações argentinas como a Juventud Judia Revolucionaria<sup>71</sup> e a Juventud Sionista Socialista Mordejai Anilevich<sup>72</sup> cobravam do Comitê Internacional Preparatório convite para uma delegação israelense que representasse as esquerdas anti-imperialistas daquele país. O corpo editorial de *Marcha*, inclusive, emitiu uma nota apoiando essas pretensões, mas a carta não obteve resposta. (O Presidente do CIP, o marroquino Mehdi Ben Barka, desapareceu em Paris às vésperas da conferência, e foi substituído em algumas de suas funções pelo representante da República Árabe Unida (RAU)<sup>73</sup> Yousef El Sebai.)

Se neste primeiro momento a posição das cartas era de reconhecer a importância da Conferência e pleitear a participação de Israel, a polêmica se agrava significativamente após o término da reunião. Entre as resoluções aprovadas ali, afirmava-se que o território de Israel era utilizado como “base militar do imperialismo” no Oriente Médio. Israel aparece inúmeras vezes entre as resoluções e antecedentes, tendo sido mencionada não só sua atuação na Palestina, mas suas ações em cooperação com o “mundo livre” no Congo, na Nigéria, e – claro – sua ação militar conjunta com França e Inglaterra contra o Egito anos antes, após a nacionalização do Canal de Suez. Israel é, ainda, acusado

---

<sup>70</sup> ZOLOV, Eric La Tricontinental y el mensaje del Che Guevara. Encrucijadas de una nueva izquierda. **Palimpsesto**, v. VI, n. 9, enero–junio, 2016, p.1-13.

<sup>71</sup> SCHILLEP, Herman. Juventud Judia Revolucionaria: Carta. **Marcha**, ano XXVII, n. 1288, 14 de janeiro de 1966, p.2.

<sup>72</sup> ANILEVICH, Juventud Sionista Socialista Mordejai. Exclusiones en la Tricontinental. **Marcha**, ano XXVII, n. 1288, 14 de janeiro de 1966, p.2.

<sup>73</sup> El Sebai nasceu no Egito, que durante o período compreendido entre 1958 e 1971 utilizou a denominação República Árabe Unida (RAU). O nome advém da breve união entre Egito e Síria que se inicia em 1958 e vê seu ocaso em 1961, quando um golpe de Estado na Síria volta a separar os dois países.



de oferecer apoio logístico, medicamentos e até mesmo armas a Portugal, aos Estados Unidos e às forças reacionárias do Yemen. A Conferência aprova duas resoluções sobre a Palestina, das quais destacamos os seguintes pontos:

1. CONSIDERA que *o sionismo é um movimento imperialista* por natureza, com propósitos agressivos e expansionistas, e no referente a seus métodos, tem uma estrutura *racista e fascista*.
  2. CONSIDERA que o estado sionista de emigrados é uma *base imperialista*, um instrumento útil e obediente do imperialismo para a agressão e penetração econômica, política e cultural e para a infiltração, e como tal, Israel constitui uma *ameaça à segurança e à paz mundial* e um impedimento ao desenvolvimento do progresso nesta região.
  3. CONSIDERA o direito da Palestina a libertar-se como uma extensão dos direitos inerentes e inalienáveis de todos os povos a defenderem-se.
  4. CONDENA o movimento sionista e *a existência de Israel* no território ocupado da Palestina.
  5. PEDE o *rompimento das relações políticas* com Israel, seu *bloqueio econômico* e cultural e *expulsão* das organizações internacionais, particularmente exorta a todos os partidos e comitês progressistas a redobrar seus esforços para combater a infiltração e penetração sionista em seus países respectivos e a cancelar os acordos firmados com Israel.
- [...]
9. APOIA PLENAMENTE a *Organização de Libertação Palestina* (OLP) em sua luta pela independência deste território. [...]<sup>74</sup>

As reações às duras palavras desta resolução inundaram<sup>75</sup> as páginas do semanário *Marcha*. O conteúdo das resoluções foi acusado de ser “anti-judio”<sup>76</sup>, “anti-israelense”<sup>77</sup>, “racista”<sup>78</sup> e “chauvinista”<sup>79</sup>. O artigo de Julio Adin expressa de maneira bastante clara a forma como essa resolução foi recebida: um “convite à morte”<sup>80</sup>.

Agora são 'os condenados da terra' quem nos negam o direito de somar nossa voz à deles; de oferecer nossa solidariedade requerida de todos, exceto de nós. Não há lugar para nós entre os combatentes. Rechaçam nossa presença. Nos tiram a esperança. Nos negam o direito de existir. Que devemos fazer, suicidar-nos?<sup>81</sup>

O autor chama atenção para o fato de que a Conferência distingue representantes de governos

<sup>74</sup> Resolución sobre Palestina. Arquivo Histórico Digital da OSPAAAL. Acessado *in loco*, junho de 2017.

<sup>75</sup> Dos 55 textos publicados no semanário sobre a Tricontinental, 15 tratavam especificamente do conflito árabe-israelense, do não-convite a uma delegação de Israel e das resoluções aprovadas sobre esse tema.

<sup>76</sup> Anônimo. Tricontinental (V). *Marcha*, ano XXVII, n. 1291, 4 de fevereiro de 1966, p.2.

<sup>77</sup> Anônimo. Tricontinental (V). *Marcha*, ano XXVII, n. 1291, 4 de fevereiro de 1966, p.2.

<sup>78</sup> R. P. Injusticias en la Tricontinental. *Marcha*, ano XXVII, no 1296, 18 de março de 1966, p.5.

<sup>79</sup> ADIN. *Invitación a morir*, *Marcha*, ano XXVII, n. 1293, 18 de fevereiro de 1966, p. 15.

<sup>80</sup> \_\_\_\_\_. *Invitación a morir*, p. 15.

<sup>81</sup> \_\_\_\_\_. *Invitación a morir*, p. 15.



em todos os casos, exceto no caso de Israel. Diversos países foram representados por partidos e movimentos da luta armada, e não por seus governos. Para Adin, essa resolução entra em desacordo com os princípios da conferência, entre eles o de autodeterminação dos povos. Adin aponta que há uma contradição entre as políticas externas de Cuba e URSS acerca de Israel adotadas até então e o conteúdo aprovado na Conferência Tricontinental. Fidel sempre fora simpático a Israel, e teceu boas relações com os kibuts de Mapam. O autor acusa as delegações de Cuba e da URSS, que até então reconheciaram politicamente o Estado de Israel, de utilizá-lo como “moeda de troca”<sup>82</sup> para conseguir o apoio dos países árabes.

Para a Juventude Sionista Socialista Mordejai Anilevich, se o sionismo é o movimento de libertação nacional do povo judeu, então ele é também parte da luta antiimperialista, em defesa do domínio pelos judeus de seu território nacional e meios de produção. Para essa organização, a resolução promove a desunião, quando movimentos antiimperialistas judeus e palestinos deveriam se unir e lutar contra seu inimigo comum: o imperialismo. Para eles, ainda, a resolução vai contra o direito do povo judeu à sua existência e autodeterminação, contradizendo os próprios princípios que guiam a luta antiimperialista e a moral revolucionária. Em suas palavras de conclusão, afirmam que “a paz e o socialismo no Oriente Médio serão com Israel ou não serão”<sup>83</sup>, em defesa de uma solução que prevê a existência dos dois estados, Israel e Palestina. Muitos dos textos reiteram que em Israel há camponeses, trabalhadores e burgueses; e portanto, luta de classes.<sup>84</sup> Nas palavras de Adin,

A resolução de Havana não faz distinção entre direita e esquerda. Entre política reacionária e progressista. Entre as forças da paz e da guerra. Entre os israelenses anti-imperialistas e pró-imperialistas. Não denuncia a política regressiva de um governo, mas condena todo um povo.<sup>85</sup>

Dante Tomassini, por sua vez, afirma que os posicionamentos em defesa de Israel são caracterizados por “clássico fanatismo” e “sectarismo dogmático”. Para o autor, Israel atua em favor do imperialismo, inclusive contando com sua ajuda financeira e militar. Todas as vezes em que o autor fala sobre a esquerda judia/israelense, ironiza colocando o termo entre aspas. Tomassini se lança em

---

<sup>82</sup> \_\_\_\_\_. *Invitación a morrir*, , p. 15.

<sup>83</sup> Anônimo. Tricontinental (V). **Marcha**, ano XXVII, n. 1291, 4 de fevereiro de 1966, p.2.

<sup>84</sup> ANILEVICH, Juventud Sionista Socialista Mordejai. Carta: Tricontinental (VII). **Marcha**, ano XXVII, n. 1291, 4 de fevereiro de 1966, p.3.

<sup>85</sup> ADIN. *Invitación a morrir*, , p. 15.



defesa da resolução aprovada na Tricontinental, afirmando que esta é a expressão de uma ideologia proletária, ao passo que o sionismo é uma “ideologia burguesa”<sup>86</sup>. O autor define o Estado de Israel como “um engendro das forças reacionárias e contrarrevolucionárias sionistas a serviço do imperialismo na última etapa do capitalismo”<sup>87</sup>. Por meio da leitura da resolução, bem como das acaloradas opiniões apresentadas em *Marcha*, entrevê-se um acirramento significativo das tensões entre Israel e os países árabes, que pouco mais de um ano depois culminaria na Guerra dos Seis Dias<sup>88</sup>.

Foi na edição de *Marcha* publicada no dia 15 de abril de 1966 que se expôs de maneira mais contundente as respostas do corpo editorial do semanário às questões suscitadas em Havana. O editorial desta edição, intitulado *En busca de un camino*, encerra-se com a afirmação clara de que ele deve ser considerado um comentário sobre as resoluções da Conferência Tricontinental “desde um ponto de vista uruguai”<sup>89</sup>. Provavelmente escrito por Carlos Quijano, editor-chefe da publicação, o texto afirma que não há saída para os atuais problemas uruguaios senão por meio da revolução; entretanto, as condições necessárias para uma revolução uruguaia bem sucedida não estão dadas. De modo que “não haverá, não pode haver, autênticas revoluções nacionais”<sup>90</sup> em países tão pequenos quanto o Uruguai, sem que haja uma revolução de magnitude continental. A principal posição pleiteada ali afirma a necessidade de “firmar as bases de uma força autenticamente nacional e anti-imperialista”<sup>91</sup> que possa unificar os partidos de esquerda que atuam no Uruguai naquele momento. Essa demanda torna-se ainda mais urgente na medida em que se aproxima o período eleitoral.

*Unidad pero no solo para dentro*<sup>92</sup>, por sua vez, oferece uma espécie de continuação do editorial publicado naquela mesma edição. Se analisados conjuntamente, estes artigos permitem entrever o quanto a necessidade de articular perspectivas nacionais e perspectivas globais foi uma tarefa árdua, enfrentada de maneira bastante complexa pela esquerda uruguaia. Sem fugir do debate crítico e em

---

<sup>86</sup> TOMASSINI, Dante. La Tricontinental y la cuestión judía. **Marcha**, ano XXVII, n. 1299, 15/04/1966, p.3.

<sup>87</sup> \_\_\_\_\_. La Tricontinental y la cuestión judía, p.3.

<sup>88</sup> Ocorrida entre 5 e 10 de junho, a Guerra dos Seis Dias consolidaria de maneira definitiva a ocupação israelense em territórios que anteriormente pertenciam aos árabes, e agravando ainda mais as relações entre Israel e seus vizinhos. Partes das Colinas de Golã sírias, da Península do Sinai pertencentes à República Árabe Unida (RAU), e da Cisjordânia, na fronteira com a Jordânia, passam ao controle de Israel; centenas de milhares de palestinos são deslocados e se refugiam nos países vizinhos.

<sup>89</sup> MARCHA. En busca de un camino. **Marcha**, ano XXVII, n. 1299, 15 de abril de 1966, p. 5.

<sup>90</sup> \_\_\_\_\_. **En busca de un camino**, p.5.

<sup>91</sup> \_\_\_\_\_. **En busca de un camino**, p.5.

<sup>92</sup> GUTIERREZ, Carlos María. Unidad pero no solo para dentro. **Marcha**, ano XXVII, n. 1299, 15/04/1966, p. 13.



busca de *cara y cruz*, o artigo de Gutierrez acerca da Conferência convida a uma análise exaustiva do imperialismo, do campo socialista, e do cisma sino-soviético.

Na medida em que um processo unitário evita este exame, arquivando-o sob o rótulo 'pontos que separam' e adotando a cômoda solução já utilizada de que essa atitude crítica é divisionista ou infecunda, seguirão soltas pontas que são imprescindíveis para firmar a unidade que se procura.<sup>93</sup>

Gutierrez reitera as afirmações do editorial: se o imperialismo é um fenômeno de escala continental, então também o devem ser os planos para seu enfrentamento. Os planos nacionais devem, portanto, coordenarem-se com os planos continentais. Havana, segundo o autor, constitui-se como um ponto de referência, não só dos temas que mobilizou e dos consensos alcançados, mas também dos impasses encontrados. A Tricontinental permitiu “medir a sinceridade dos propósitos de unidade”<sup>94</sup>. Em um balanço final da Conferência e da cobertura oferecida por *Marcha*, Carlos Maria Gutierrez aponta, entre os equívocos identificados na Conferência, a rigidez do processo de formação de delegações - que excluiu as esquerdas de Israel e a Mesa por la Unidad del Pueblo uruguai - e a resolução sobre Israel. O texto se encerra enfatizando o papel da OLAS, cuja criação o autor identifica como um dos principais méritos da Conferência Tricontinental. A questão acerca de quem representará a delegação uruguai fica postulada, conjuntamente com a demanda de que a representação enviada à OLAS seja mais representativa do que aquela que fora enviada a Havana. Segundo Gutierrez, a formação desta nova delegação deve dar-se por meio de um processo unitário, que preze pelo “enfrentamento de pontos de vista - demasiado fecundo e positivo para que seja descartado por sua inegável dificuldade”<sup>95</sup>.

\*

Além dos aspectos explicitamente políticos da Conferência, a cobertura do semanário *Marcha* nos traz uma série de relatos especialmente interessantes por sua dimensão sensível, que nos convidam a imaginar, sentir, um pouco do que teria sido aquela experiência. Segundo Carlos Núñez, a Conferência Tricontinental caracterizava-se pela “ausência do protocolo engomado”<sup>96</sup> que dominava as relações internacionais. Ademais, a recepção acalorada oferecida pelos cubanos era digna de nota,

<sup>93</sup> \_\_\_\_\_. **Unidad pero no solo para dentro**, p.13

<sup>94</sup> GUTIERREZ. **Unidad pero no solo para dentro**, p.13

<sup>95</sup> \_\_\_\_\_. **Unidad pero no solo para dentro**, p.13

<sup>96</sup> NUÑEZ. **El Tercer Mundo en la Habana**, p. 9.



juntamente com seu “apaixonado grau de politização”<sup>97</sup>.

Nunca, em nenhuma reunião ao nível mundial ou continental, me encontrei como aqui com corredores de gente aplaudindo os delegados, na rua, no aeroporto, na saída dos hotéis, com um sentido de participação que se nota, em toda ordem, como [aspecto] definitivo da Cuba revolucionária. [...] Não exagero nem um pouco ao dizer que, em menos de 24h, encontrei mais cubanos preocupados com a situação do Uruguai que conheço uruguaios atentos ao continente.<sup>98</sup>

Relatos que mesclam a cobertura estritamente política de Conferência à tentativa abordá-la sob uma perspectiva que valoriza as experiências cotidianas e sensíveis de seus participantes também abundaram nas páginas de *Marcha*. Nesse sentido, o artigo de Marcel Niedergang oferece o interessante relato acerca das dificuldades encontradas pelas esquerdas latino-americanas, em especial as dificuldades para estabelecer contato entre si, compartilhar informação e constituir alianças políticas; o bloqueio estadunidense, por sua vez, influenciava os caminhos percorridos pelas delegações. Chegar em Cuba para a Conferência, por exemplo, foi uma tarefa difícil, e voltar para casa após encerradas as atividades, mais ainda.

Um comandante da *Frente Sur* de Colômbia gastou um mês e meio para chegar em Havana, depois de peripécias e incidentes de itinerário cujos detalhes não se pode revelar aqui. O responsável militar venezuelano da guerrilha do Oriente precisou de vinte dias de viagem, e alguns dirigentes políticos de organizações revolucionárias tinham deixado seus países há dois meses. Retido no México, o líder das Ligas Camponesas do nordeste brasileiro, Francisco Julião, - que tinha conseguido abandonar o Rio logo depois de sua saída da prisão - não pode unir-se à Tricontinental. Alguns delegados africanos e asiáticos acharam muito longa a viagem até Havana. Mas o que diriam os chilenos - obrigados ao rodeio por Praga - ou até mesmo vizinhos mais próximos de Cuba, como os dominicanos e jamaicanos, que precisaram cruzar duas vezes o Atlântico para retornar quase que ao seu ponto de partida?<sup>99</sup>

Tudo isso valia à pena, afirma o autor, já que apesar dos riscos, de “quaisquer que sejam as consequências era necessário provar que Cuba não está isolada politicamente e manifestar essa unidade e essa solidariedade frente ao imperialismo norteamericano”<sup>100</sup>. Luis Pedro Bonavita, membro da delegação uruguaiã que também oferece seu relato nas páginas de *Marcha*, é bastante perspicaz quanto às limitações e desafios da conferência, sendo um dos poucos a apontar um limite incontornável dos

<sup>97</sup> \_\_\_\_\_. *El Tercer Mundo en la Habana*, p. 9.

<sup>98</sup> \_\_\_\_\_. *El Tercer Mundo en la Habana*, p. 9.

<sup>99</sup> NIEDERGANG. *Los partidos comunistas encabezan la revolución?* p. 16-17.

<sup>100</sup> \_\_\_\_\_. *Los partidos comunistas encabezan la revolución?* p. 16-17.



esforços empreendidos em Havana: o linguístico.

Os idiomas oficiais da Conferência eram o espanhol, o francês, o inglês e o árabe. Mas em quantas línguas se expressavam os dramas dos povos da África e da Ásia? A dor só se pode expressar na língua de quem sofre, e um percebia que a intensidade da denúncia era muito mais forte que a versão irremediavelmente incompleta [desvalida] das traduções.<sup>101</sup>

Apesar destas dificuldades, Bonavita ressalta os méritos da Tricontinental, na medida em que foi um momento que rompeu com o isolamento entre os povos do mundo. Os argumentos contra seu formato que buscam deslegitimar sua representatividade<sup>102</sup> - a presença de movimentos revolucionários e de libertação nacional, e não apenas governos - são, na verdade, críticas àquilo que foi seu principal mérito: reunir povos. Para o autor, é desse mérito que surge o medo dos imperialistas frente à Tricontinental, já que é por trás da formalidade de organismos com a OTAN e a OEA, por trás precisamente de sua construção *formalmente* perfeita, que se escondem “a dominação, a entrega, exploração e o crime contra os povos”<sup>103</sup>. Era do interesse dos imperialistas, afinal, que “os prostrados não saibam que outros se levantam. Até que a Primeira Conferência Tricontinental da Havana invalidou a técnica do silêncio”<sup>104</sup>.

Pensar a crença na revolução mundial iminente que dominou os sessenta/setenta a partir de uma perspectiva que valoriza as sensibilidades compartilhadas pelos grupos que atuavam naquele momento nos parece um caminho bastante interessante e, em alguma medida, pouco explorado. As respostas dos intelectuais à *encuesta*<sup>105</sup> conduzida por Carlos Nuñez em Havana permitem enxergar alguns aspectos que marcaram as sensibilidades deste momento de convulsão política e social. A encuesta conduzida por Nuñez exemplifica de maneira bastante clara as aproximações entre as páginas de política e as páginas de cultura do semanário *Marcha*. Nuñez inicia a apresentação da *encuesta* se

---

<sup>101</sup> BONAVITA, Luis Pedro. **Marcha**, ano XXVII, n. 1292, 11 de fevereiro de 1966, p.19.

<sup>102</sup> Estes argumentos estiveram presentes na cobertura publicada no chamado “mundo livre” sobre a Conferência, bem como nos debates e resoluções acerca dela aprovados pela OEA. COVARRUBIAS, Ana. Cuba and Mexico: A Case for Mutual Nonintervention. **Cuban Studies**. 1996, vol. 26, p. 121-141.

<sup>103</sup> BONAVITA. **Cronica de la Tricontinental**. p.19.

<sup>104</sup> \_\_\_\_\_. **Cronica de la Tricontinental**. p.19.

<sup>105</sup> A encuesta de Nuñez é abordada de maneira extensa por Adriane Vidal Costa (p.67-72). De maneira mais ampla, sobre o tema do papel dos intelectuais e sua relação com as revoluções na América Latina, conferir: COSTA, Adriane Vidal. **Intelectuais, política e literatura na América Latina** – o debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa. São Paulo: Alameda, 2013; GILMAN, Claudia. **Entre la pluma y el fusil**: debates y dilemas del escritor revolucionario en America Latina. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003; MISKULIN, Silvia Cezar. **Os intelectuais cubanos e a política cultural da Revolução** (1961-1975). São Paulo: Alameda, 2009.



perguntando:

O que faziam aqui, junto aos exóticos gorros de pele dos zimbabuianos, entre os rostos curtidos dos guerrilheiros venezuelanos e o olhar ardido de uma heroína vietnamita, homens como Vargas Llosa, como Alberto Moravia, como Manuel Rojas? Quer dizer: em que ponto do caminho que esta Conferência se propunha a abrir podiam convergir interesses e inclinações superficialmente (aparentemente) tão dispares?<sup>106</sup>

As respostas oferecidas indicam que a crença em um mundo transformado pela revolução eram compartilhadas naquele momento não só por aqueles que pegavam em armas, mas contaminava também os meios intelectuais. Adriane Vidal Costa chama atenção para o fato de que se cobrava desses intelectuais a tarefa “não apenas de defender a revolução, mas de realizá-la em seus respectivos países, onde a realidade nem sempre era favorável”<sup>107</sup>. Entre os latino-americanos, especialmente, predomina a necessidade de compromisso ou de auto-definição. Exceções a esse posicionamento foram escassas; o escritor peruano Mario Vargas Llosa distingue entre o escritor e o intelectual, defendendo a opinião de que escritor deve resguardar sua espontaneidade criativa, ainda que acredite que tanto o escritor quanto o intelectual devem participar da libertação nacional como cidadãos.<sup>108</sup>

Os demais intelectuais latino-americanos, como o poeta colombiano Jorge Zalameda, defendem que nos atuais tempos de ebuição política, o trabalho do artista não é “dedicar-se à análise introspectiva”<sup>109</sup> mas assumir o papel de “testemunho de seu tempo”<sup>110</sup> e “participar da mudança da sociedade”<sup>111</sup>. Seguindo linha de raciocínio semelhante, a resposta oferecida por Elvio Romero, particularmente, chama a atenção para o aspecto especialmente sensível da relação entre intelectuais e revolução. Os intelectuais, para Elvio Romero, devem escrever sobre a revolução e se compromete com ela por que *sente*, como “expoentes máximos da espiritualidade e da consciência de seu povo”<sup>112</sup>. Ele lamenta que entre os intelectuais paraguaios esse não seja o caso, e poucos deles tenham ocupado

---

<sup>106</sup> NUÑEZ, Carlos. Encuesta: El papel de los intelectuales en la liberación nacional. **Marcha**, ano XXVII, n. 1291, 4 de fevereiro de 1966, p. 20.

<sup>107</sup> COSTA. **Intelectuais, política e literatura na América Latina**. p.71.

<sup>108</sup> LLOSA, Mario Vargas. Encuesta: El papel de los intelectuales en la liberación nacional. **Marcha**, ano XXVII, n. 1291, 4 de fevereiro de 1966, p. 20. Vale adicionar que o posicionamento político de Mario Vargas Llosa sofrerá mudanças significativas ao longo dos anos seguintes. Cf: COSTA. **Intelectuais, política e literatura na América Latina**.

<sup>109</sup> ZALAMEA, Jorge. Encuesta: El papel de los intelectuales en la liberación nacional. **Marcha**, ano XXVII, n. 1293, 18 de fevereiro de 1966, p. 22.

<sup>110</sup> \_\_\_\_\_. Encuesta: El papel de los intelectuales en la liberación nacional, p. 22.

<sup>111</sup> \_\_\_\_\_. Encuesta: El papel de los intelectuales en la liberación nacional, p. 22.

<sup>112</sup> ROMERO, Elvio. Encuesta: El papel de los intelectuales en la liberación nacional. **Marcha**, ano XXVII, n. 1291, 4 de fevereiro de 1966, p. 21.



“o lugar que as circunstâncias exigiram: as trincheiras”<sup>113</sup>.

É quase *impossível* conceber nestes tempos um pensador ou um artista que evite tomar-se por essa respiração coletiva, esperançosa de ver transformada a terra que o acalenta. [...] Vemos nesta primeira Conferência de Solidariedade dos povos de África, Ásia e América Latina, quando as palavras se *incendeiam de ira* frente a inqualificáveis atos agressivos que repugnam pelo tamanho de sua vileza[.] *Quando se é capaz de sentir - como se fosse mesmo o coração do mundo - o padecimento imenso de outros povos que não o seu*, [capaz] de ver a si mesmo sangrando se alguém, em Santo Domingo, em Vietnã, derrama seu sangue por uma dignidade sem a qual não vale a pena viver.<sup>114</sup>

Entre os cubanos, surge um problema bastante específico, o do papel do intelectual na construção do socialismo. Recorrentemente, como exemplo de vinculação entre intelectuais e libertação nacional, cita-se Fidel Castro e Che Guevara como exemplos a serem seguidos, ao passo que intelectuais cubanos como Lisandro Otero<sup>115</sup> e Roberto Fernández Retamar defendem em suas respostas a necessidade do compromisso do intelectual com a Revolução.<sup>116</sup> Retamar defende ainda que se supere o conceito "tradicional e vulgarizado" que só considera intelectual ao 'literato, ao filósofo e ao artista"<sup>117</sup>. Os governantes, técnicos, economistas, diplomatas, professores, jornalistas, etc, todos estes são intelectuais; sendo o governo é uma atividade intelectual e política. O papel de um intelectual, além de suas tarefas cidadãs, é interpretar a revolução, produzir compreensões acerca do "nossa mundo, o mundo subdesenvolvido, o Terceiro Mundo"<sup>118</sup>. O artista, por sua vez, deve expressar o fervor e as tensões do processo de transformação. Enfim, Retamar defende que os intelectuais devem "servir" à revolução, enquanto Lisandro Otero defende que seu papel é “ser mais um”<sup>119</sup> entre as fileiras revolucionárias.

### Considerações finais

Re-apropriar-se do legado da Conferência Tricontinental, ação pela qual advogam tantos de seus estudiosos, apresenta desafios enormes e demanda do historiador operar com jogos de escala que permitam alternar o nacional, o regional, o continental e o internacional. O presente trabalho buscou

<sup>113</sup> \_\_\_\_\_. *Encuesta: El papel de los intelectuales en la liberación nacional*, p. 21.

<sup>114</sup> ROMERO. *Encuesta: El papel de los intelectuales en la liberación nacional*, p. 21.

<sup>115</sup> OTERO, Lisandro. *Encuesta: El papel de los intelectuales en la liberación nacional*. *Marcha*, ano XXVII, n. 1291, 4 de fevereiro de 1966, p. 20.

<sup>116</sup> RETAMAR, Roberto Fernández. *Encuesta: El papel de los intelectuales en la liberación nacional*. *Marcha*, ano XXVII, n. 1927, 25 de março de 1966, p.18.

<sup>117</sup> \_\_\_\_\_. *Encuesta: El papel de los intelectuales en la liberación nacional*, p.18.

<sup>118</sup> \_\_\_\_\_. *Encuesta: El papel de los intelectuales en la liberación nacional*, p.18

<sup>119</sup> OTERO. *Encuesta: El papel de los intelectuales en la liberación nacional*, p. 20.



contribuir para a produção historiográfica acerca da Conferência e seus desdobramentos, experimentando com distintos jogos de escalas espaciais e temporais, com o objetivo de ampliar a compreensão das complexidades desse evento. Os desafios encontrados pela escritura do presente artigo não são, em todo, distintos daqueles enfrentados pelos participantes da Conferência Tricontinental. Inseridos em um processo de internacionalização das lutas e globalização dos capitais, também as mulheres e homens citados aqui foram forçados a produzir leituras que permitissem operar com múltiplas escalas temporais e espaciais; auxiliassem a navegar os caminhos das esquerdas e do anti-imperialismo; as contradições e limites da atuação em uma Conferência de tamanha magnitude. Esses são alguns dos dilemas enfrentados em *Marcha*, publicação que encerra sua cobertura sobre a Tricontinental reiterando que o “enfrentamento de pontos de vista”<sup>120</sup> é inegavelmente difícil, fecundo e positivo para uma possível unidade entre as esquerdas.

---

<sup>120</sup> MARCHA. En busca de un camino. **Marcha**, ano XXVII, n. 1299, 15 de abril de 1966, p. 5.



# O Republicanismo de Hannah Arendt: o pensamento contra a barbárie

The Republicanism of Hannah Arendt: the thought against the barbarism

**Sérgio Cruz de Castro Lima**

Mestre em História

Universidade Severino Sombra (Vassouras-RJ)

sergiocruz0609@gmail.com

**Recebido em:** 20/06/2016

**Aprovado em:** 15/09/2017

**RESUMO:** Este artigo objetiva analisar o pensamento político de Hannah Arendt e suas principais características. O nosso argumento é que Arendt desenvolveu um ideário em que busca a preservação da pluralidade e de uma escrita da História que mobiliza todo um ideal contra o Totalitarismo. Os valores arendtianos compõem o que chamamos de tradição esquecida, um viés de pensamento republicano para pensar a barbárie do tempo em que ela viveu. O Republicanismo, por seu turno, tem como principais aspectos: o governo das leis, a liberdade como participação política e a igualdade entre os pares.

**PALAVRAS-CHAVE:** Hannah Arendt, Republicanismo, Barbárie.

**ABSTRACT:** This article aims to analyze the political thought of Hannah Arendt and its main features. Our argument is that Arendt developed one ideology that seeks to preserve the plurality and a historiography that mobilizes all ideal against Totalitarism. The values of Arendt make up what we call the forgotten tradition, a Republican bias to think the time barbarism in which she lived. The Republicanism, in turn, has the main features: the government laws, the freedom as political participation and the equality among peers.

**KEY-WORDS:** Hannah Arendt, Republicanism, Barbarism.



## A tradição republicana e Hannah Arendt

Hannah Arendt (1906-1975) foi uma pensadora que, conforme ela mesma frisou, nunca se filiou especificamente a uma corrente de pensamento. Até por isso, sempre pairou a dúvida sobre em qual espectro do pensamento político ela estaria: direita ou esquerda.<sup>1</sup> Para muitos, essa não filiação está na origem da demora para ser reconhecida no meio acadêmico. Em vários países, como no Brasil, o pensamento dela foi recepcionado no meio acadêmico após a década de 1980.<sup>2</sup> De outra forma, a dificuldade reside no fato de se tratar de um ideário bastante peculiar em relação ao marxismo e ao liberalismo, por exemplo. Arendt foi essencialmente marcada pela ascensão do Totalitarismo, particularmente pelo Nazismo Alemão, uma vez que na condição de judia ela teve que se refugiar fora da Alemanha, estabelecendo-se nos Estados Unidos.<sup>3</sup>

A chave para compreendê-la é nos perguntar sobre o que mais a afligia em relação à ascensão do Totalitarismo. Nesse sentido, parece-nos que as questões a serem refletidas são: como pôde o totalitarismo surgir? Por quais motivos a Tradição do Pensamento Político nunca pensou sobre o assunto? Como salvaguardar - ante o Totalitarismo - a Democracia e a República? Ao longo desse artigo analisaremos as questões supracitadas e, consequentemente, verificaremos o que mobilizou Arendt a pensar o político. Entendemos que outra questão a ser colocada é sobre a peculiaridade do ideário arendtiano e se podemos aproximá-la, como pensadora do político, de alguma tradição.

Nessa perspectiva, apesar de Arendt não verificar na tradição as características que poderiam salvaguardar a sociedade contra os movimentos totalitários, ela busca na História do Pensamento Ocidental o que chamou de tesouro perdido, ou tradição esquecida.<sup>4</sup> *Grosso modo*, esses fragmentos esquecidos se caracterizam não pelo que está aparente, na superfície, mas pelo que está, como nos informa Arendt, no “fundo do oceano”. Encontra-se em Arendt, dessa forma, um republicanismo adaptado às circunstâncias do século XX com todas as suas singulares características. De modo geral, traçaremos, nas linhas que se seguem, o que seria inerente à tradição republicana desde a Antiguidade greco-romana, no intuito de situarmos melhor o que

<sup>1</sup> A esse respeito, ver a entrevista de Arendt a Gunter Gaus em: ARENDT, Hannah. **Compreender**: formação, exílio e totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

<sup>2</sup> CAVALCANTI, Berenice. Hannah Arendt em companhia de historiadores. In: BIGNOTTO, Newton; MORAES, Eduardo Jardim de (Orgs.). **Hannah Arendt**: diálogos, reflexões, memórias. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

<sup>3</sup> Após a fuga da perseguição nazista, Arendt refugia-se primeiro em Paris - onde firma amizade com Walter Benjamin. Posteriormente, vai para os Estados Unidos e se estabelece no meio universitário.

<sup>4</sup> Há vários trabalhos sobre o tema. Dentre outros, podemos destacar: DUARTE, André. **O Pensamento à Sombra da Ruptura**: política e filosofia em Hannah Arendt. São Paulo: Paz e Terra, 2000.



apresentaremos ao longo do texto.<sup>5</sup>

Sobre o conceito de Republicanismo, de forma específica, há diversos pesquisadores que tratam do tema, tais como: Philip Petit,<sup>6</sup> Richard Dagger,<sup>7</sup> Maurizio Viroli<sup>8</sup> e Skinner.<sup>9</sup> Mas não só. No Brasil, há excelentes trabalhos sobre o assunto,<sup>10</sup> como, por exemplo, a obra *Matrizes do Republicanismo*, na qual os autores traçam um percurso da Tradição de Pensamento do Republicanismo, desde a Antiguidade Romana, com Cícero e Políbio - dois pensadores essenciais para o entendimento do assunto - passando pelo Humanismo Cívico, pela Revolução Inglesa (século XVII) e pelas Revoluções Francesa (1789) e Americana (1776).

Em linhas gerais, conforme a teoria das formas de governo, a palavra República, oriunda do latim, tem sua origem no termo grego *politeia*. Esta representava o que Aristóteles chamava de governo misto,<sup>11</sup> já que a Democracia constituía-se na tirania da maioria e a Aristocracia na tirania da minoria. A República, em sua essência, busca atender ao bem comum. Para tal, necessita-se da participação política. Conforme Sérgio Cardoso,

ultrapassa-se, enfim, a definição abstrata de um regime de governo de todos os homens livres em vista da sua liberdade - a democracia - pela definição da *politeia* como regime de todos os homens livres, ricos e pobres, empenhados na busca de um bem verdadeiramente comum<sup>12</sup>.

É importante lembrar que para o bom funcionamento da República, o ideal é uma numerosa classe média. O interessante é que Tocqueville observou essa numerosa classe média nos Estados Unidos.<sup>13</sup>

Verifica-se uma conceituação interessante sobre republicanismo em Bignotto:

se não podemos pretender que haja uma unidade perfeita entre os autores, que muitas vezes defendem posições bastante diferentes com relação a problemas contemporâneos, é verdade que o republicanismo se caracteriza como uma corrente de pensamento que concede grande valor à política e à vida ativa<sup>14</sup>.

Na mesma linha e diferenciando o conceito liberal de liberdade da conceituação

<sup>5</sup> Dentre outros, podemos destacar: BIGNOTTO, Newton (Org.). **Matrizes do Republicanismo**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013. Da mesma forma, ver: BIGNOTTO, Newton (Org.). **Pensar a República**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

<sup>6</sup> Cf. PETIT, Philip. **Republicanism: a theory of freedom and government**. Oxford University Press, 1982.

<sup>7</sup> Cf. DAGGER, Richard. **Civic Virtues: Rights, Citizenship, and Republican Liberalism**. Oxford University Press, 1997.

<sup>8</sup> Cf. VIROLI, Maurizio. **Republicanism**. New York: Ed. Hill and Wang, 2002.

<sup>9</sup> Cf. SKINNER, Quentin. **As Fundações do Pensamento Político Moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

<sup>10</sup> Dentre outras, ver: BIGNOTTO. **Matrizes do Republicanismo**. Da mesma forma, ver: BIGNOTTO. **Pensar a República**.

<sup>11</sup> Cf. ARISTÓTELES. **A Política**. São Paulo: Ed. Escala, [19--]

<sup>12</sup> CARDOSO, Sérgio. Que república? Notas sobre a tradição do “governo misto”. In: BIGNOTTO, Newton (Org.). **Pensar a República**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 39.

<sup>13</sup> Cf. TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América: leis e costumes**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

<sup>14</sup> BIGNOTTO. **Matrizes do Republicanismo**.



republicana, Adverse nos informa: “a tradição republicana sempre se recusou a entender a liberdade primeiramente em termos individuais: antes de tudo ela é pública, o que significa que não pode ser reduzida a um direito a ser garantido pelo poder público”<sup>15</sup>. De uma forma geral, analisaremos como as características do Republicanismo - importância da participação política (*vita activa*)<sup>16</sup> visando ao bem comum, separação entre vida privada e vida pública, governo das leis, dignidade do que é próprio do âmbito político - permeiam as ideias políticas de Hannah Arendt.

### **Arendt e a liberdade**

Em *Quatro Ensaios sobre a Liberdade*, Isaiah Berlin estabelece que há dois tipos de liberdade: positiva e negativa. “Minha tese é que historicamente a noção de liberdade ‘positiva’ – em resposta à pergunta ‘Quem é o dono?’ divergia daquela de liberdade ‘negativa’, que objetivava a responder a questão ‘Em que área exerço meu domínio?’”<sup>17</sup>. Explica que a liberdade positiva tem como fundamento a participação política, enquanto que a liberdade negativa tem como premissa limitar o poder do governo, de forma a evitar a interferência na vida privada do cidadão. Entretanto, Berlin analisa o que há em comum nos dois modos de liberdade.

A essência do conceito de liberdade, nos seus sentidos ‘negativo’ e ‘positivo’, é manter à distância algo ou alguém - outros que invadem o meu campo ou impõem sua autoridade a mim, ou suas obsessões, medos, neuroses, forças irracionais - intrusos e déspotas de todos os tipos<sup>18</sup>.

Hannah Arendt, por sua vez, preconizava a importância da virtude política do cidadão como meio de evitar o Totalitarismo. Nesse sentido, mobiliza de forma sistemática a liberdade como ação na esfera pública. Ao analisar a antiga democracia grega enaltece que a participação no âmbito público era sinônima de liberdade. Não é à toa que argumenta: “para a pergunta sobre o sentido da política existe uma resposta tão simples e tão concludente em si que se poderia achar outras respostas dispensáveis por completo. Tal resposta seria: o sentido da política é a liberdade”<sup>19</sup>

Quem participava das deliberações públicas era livre e quem cuidava dos assuntos da casa estava no âmbito da necessidade, não sendo livre. Essa distinção é relevante para mostrar que quem ia à cena pública não levava as preocupações da vida privada. Era inconcebível confundir o

<sup>15</sup> ADVERSE, Helton. Republicanismo. In: AVRITZER, Leonardo; BIGNOTTO, Newton et al. **Dimensões Políticas da Justiça**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2013.

<sup>16</sup> Para verificar uma importante distinção entre *vita contemplativa* e *vita activa* ver: BIGNOTTO. **Pensar a República**. Ver também: BIGNOTTO, Newton (Org.). **Origens do Republicanismo Moderno**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

<sup>17</sup> BERLIN, Isaiah. **Quatro Ensaios sobre a liberdade**. Brasília: Ed. Unb, 1981. p. 24.

<sup>18</sup> \_\_\_\_\_. **Quatro Ensaios sobre a liberdade**, p.160.

<sup>19</sup> ARENDT, Hannah . **Da Revolução**. São Paulo/Brasília: Editora Ática/Editora da UnB, 1988. p. 38.



público com o privado. Quem não participava da política estava privado de algo importante para a condição humana, já que a liberdade caracterizava o ser humano.

Na opinião dos antigos, o caráter privativo da privatividade, implícito na própria palavra, era sumamente importante: significava literalmente um estado no qual o indivíduo se privava de alguma coisa, até mesmo das mais altas e mais humanas capacidades do homem.<sup>20</sup>

No tocante ao ideário arendtiano, necessita-se analisar sob quais condições ela mobiliza um pensamento com viés republicano. Para tal, devemos considerar a peculiaridade dos acontecimentos que marcaram a modernidade e, mais especificamente, a sociedade na qual e para a qual ela viveu. Verifica-se, nesse sentido, que se trata de uma sociedade sob a égide do Totalitarismo - Nazismo e Stalinismo -, sociedade em que perdeu-se o sentido positivo da liberdade preconizada por Arendt e em que o *homo economicus* torna-se a figura predominante; sociedade na qual o que é próprio do âmbito do político torna-se, portanto, derivação da economia; enfim, uma sociedade de massas interessada em ganhos privados e sem participação política.

As características supracitadas caracterizam os tempos sombrios vividos por Arendt.<sup>21</sup> Dessa forma, ela aciona um pensamento que visa a salvaguardar a república e a liberdade, não obstante sua descrença com a sociedade de seu tempo.

### **Igualdade e diferença em Arendt**

O tema da igualdade é fundamental para se pensar o Republicanismo. A possibilidade dos cidadãos se encontrarem na praça pública para debater os assuntos da *polis* – igualdade entre os pares por meio da fala e da ação – está na caracterização do pensamento republicano.<sup>22</sup>

Tocqueville, por exemplo, elaborou um pensamento em que, devido à inevitabilidade da igualdade democrática e seus perigos – despotismo democrático e tirania da maioria – buscou mobilizar o interesse bem compreendido para salvaguardar a Democracia na modernidade.<sup>23</sup> Hannah Arendt também pensou nessa perspectiva, visto que o desejo pela igualdade<sup>24</sup> (ganhos privados) e a ausência de liberdade como participação política - condições *sine qua non* da sociedade de massas – culminou em Totalitarismo.

A conciliação entre igualdade e liberdade passa a ser uma preocupação central para os

<sup>20</sup> ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 48

<sup>21</sup> \_\_\_\_\_. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>22</sup> É comum nas obras de Arendt encontrarmos o argumento sobre a liberdade. Especialmente, ver: \_\_\_\_\_. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1997.

<sup>23</sup> JASMIN, Marcelo G. **Alexis de Tocqueville**: a historiografia como ciência da política. Rio de Janeiro: Ed. Acess, 1997.

<sup>24</sup> ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.



pensadores dos séculos XIX e XX.<sup>25</sup> A concepção do que é ser livre e do que é a igualdade e a ênfase que ora recai num ou outro caracteriza um modelo de se pensar a sociedade, que se convencionou chamar de esquerda, direita etc.<sup>26</sup> Em Arendt, verifica-se uma preocupação com a igualdade numa sociedade de massas, assim como um pensar sobre a abolição das diferenças. A pluralidade e a tolerância à diversidade tornam-se primordiais para evitar a atomização dos indivíduos numa sociedade massificada e no que poderia resultar dessa massificação,<sup>27</sup> as experiências do Totalitarismo.

### O sentido da Revolução em Hannah Arendt

Segundo Arendt, é somente com a Revolução Francesa que a palavra passou a adquirir o sentido que tem hoje, sendo que ela constitui um divisor na compreensão do termo. Mesmo no início de tal revolução, o sentido ainda é o antigo.

O conceito moderno de revolução, inextrinavelmente ligado à noção de que o curso da História começa subitamente de um novo rumo, de que uma História inteiramente nova, uma História nunca antes conhecida ou narrada está para se desenrolar, era desconhecido antes das duas grandes revoluções no final do século XVIII<sup>28</sup>.

Nesta afirmação, Arendt já estabelece o que é a revolução no sentido moderno, ao mostrar que está relacionada ao novo, a uma ideia de que algo inédito está por surgir, apesar de que o conceito não está ligado somente à ideia do novo, pois também implica a constituição da liberdade, entendida como a fundação de um mundo público onde exista a possibilidade da liberdade vir à tona. Para acontecer a Revolução é necessária a violência, pois o embate para a derrubada do poder a exige.<sup>29</sup> No decorrer do processo revolucionário não se pode prever os rumos que irá tomar, ela se torna imprevisível e possibilita, até mesmo, contrariar os anseios revolucionários primordiais, considerando que novos atores podem assumir a frente do processo, subjugando ou eliminando os atores do início.<sup>30</sup>

Por ser a Revolução Francesa uma espécie de referência em termos de revolução, é dela que se extraí, em grande medida, o moderno conceito. Daí, os elementos que compuseram esta revolução serem o modelo para a análise do termo, sem pormenorizar ou questionar por que ela é que nos serve de referência e não outra Revolução. Quanto ao significado primeiro da palavra,

<sup>25</sup> Sobre a conciliação entre igualdade e liberdade, ver: VIANNA, Luiz Werneck. O problema do americanismo em Tocqueville. In: **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

<sup>26</sup> BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda**. São Paulo: Ed. Unesp, 1995.

<sup>27</sup> ARENDT. **Origens do Totalitarismo**.

<sup>28</sup> \_\_\_\_\_. **Da Revolução**, p. 23.

<sup>29</sup> \_\_\_\_\_. **Sobre a Violência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

<sup>30</sup> Nesse sentido, para um importante trabalho sobre os rumos de uma Revolução, ver: TOCQUEVILLE, Alexis de. **O Antigo Regime e a Revolução**. Brasília: Editora UNB, 1997. Arendt trabalha o argumento em: ARENDT. **Da Revolução**.



deve-se rememorar que é bem distinto da concepção moderna, mas que não é tão antigo quanto se pode pensar.

A palavra revolução foi originalmente um termo astronômico, que cresceu em importância nas ciências naturais com o *De revolutionibus orbium coelestium* de Copérnico. Nesse emprego científico, o vocábulo reteve seu preciso significado latino, designando o movimento regular, sistemático e cíclico das estrelas, o qual, visto que todos sabiam que não dependia da influência do homem e que era, portanto, irresistível, não era certamente caracterizado nem pela novidade, nem pela violência. Ao contrário, a palavra indica claramente uma recorrência, um movimento cíclico [...] Nada poderia estar mais distanciado do significado original da palavra *revolução* do que a idéia que se apoderou obsessivamente de todos os revolucionários, isto é, que eles são agentes num processo que resulta no fim definitivo de uma velha ordem, e provoca o nascimento de um novo mundo<sup>31</sup>.

Aplicado primeiramente às ciências naturais para designar o movimento das estrelas, observa-se que este significado é bastante diferente do atual. O termo adquiriu uma aplicação política no século XVII, usado em 1660 na Restauração da Monarquia Inglesa e em 1688, na Revolução Gloriosa.<sup>32</sup> Revolução, dessa forma, tem o significado de restaurar uma ordem existente no passado e permanece assim até nas Revoluções Francesa e Americana, lembrando que os protagonistas iniciais das duas visavam a voltar a uma ordem perturbada. “Eles alegavam, com toda sinceridade, que desejavam o retorno dos velhos tempos em que as coisas eram como deviam ser”<sup>33</sup>. Cabe lembrar que Restauração não significa Conservadorismo, pois o termo conservador serviu para designar uma reação à Revolução Francesa no século XIX.<sup>34</sup>

É importante fazer uma distinção: na Revolução Americana, os mesmos que a iniciaram foram até o fim na sua condução; na Francesa, os que a iniciaram não conseguiram conduzi-la por todo momento, por isto mesmo, havendo várias fases durante o processo revolucionário.

Para Arendt, é com a Revolução que o novo pode surgir. Sendo assim, sempre há a possibilidade de um novo começo, de uma natalidade.<sup>35</sup> Afirma-se, portanto, a promessa da política - a constituição da liberdade sob um novo corpo político. Nesse sentido, mesmo com a experiência totalitária no século XX ocorridas em nome de uma classe - Stalinismo - ou de uma raça - Nazismo -, a possibilidade do novo sempre se coloca como condição de esperança para as gerações vindouras.

A fundação de um corpo político adquire um significado precípua no pensamento político de Arendt, sendo o momento primordial para o nascimento da liberdade que, nos termos

<sup>31</sup> ARENDT. *Da Revolução*, p. 34.

<sup>32</sup> \_\_\_\_\_. *Da Revolução*.

<sup>33</sup> \_\_\_\_\_. *Da Revolução*, p. 35.

<sup>34</sup> \_\_\_\_\_. *Da Revolução*.

<sup>35</sup> Uma análise sobre o recomeçar em Arendt encontra-se em: DUARTE. *O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt*.



arendtianos, deve permear a *polis*. A Revolução Americana, para ela, configura-se no modelo pensado por Arendt para pensar a Constituição da liberdade.<sup>36</sup> Em contraposição, a Revolução Francesa, apesar de ter colocado em seus primórdios a questão da liberdade, culminou em despotismo ao enfatizar a igualdade em detrimento do ser livre caracterizado por Arendt. É importante destacar que, no tocante à análise arendtiana da Revolução Francesa, há uma crítica em virtude de ter verificado tal Revolução essencialmente sob a época jacobina, deixando de lado, em grande parte, outros momentos revolucionários em que a liberdade não foi obscurecida em nome da igualdade.

O que é necessário ressaltar, de qualquer modo, é a importância da Revolução para um novo começo. A possibilidade, sempre aberta, para a constituição da promessa da política: a liberdade.<sup>37</sup>

### **A historiografia em prol da pluralidade**

A afirmação tocquevilleana de que o passado não pode deixar de lançar suas luzes sobre o futuro, sob o risco da barbárie, está inscrita numa historiografia presentista<sup>38</sup> que almeja criar um espaço público de pluralidade em que o interesse possa ser bem compreendido.

A partir dessa premissa e sob a influência de tal forma de se fazer História, Hannah Arendt questiona se toda uma tradição foi rompida<sup>39</sup> e se, dessa forma, não há mais como lançar luzes sobre o futuro. As questões que se impõem, a partir da premissa supracitada são: toda a tradição foi perdida ou ainda nos restou algo após o totalitarismo? Como Arendt mobiliza uma historiografia que preza pela liberdade? E, por último, mas não menos importante, quais são as possibilidades do bem viver após a barbárie dos campos de concentração?

Sob a influência de Walter Benjamin,<sup>40</sup> Arendt se questiona por que a Tradição de Pensamento Político Ocidental não refletiu sobre a possibilidade do Totalitarismo e da barbárie advinda. Ao que ela conclui que houve um rompimento da tradição. Na esteia de Benjamin, ela busca os fragmentos dessa tradição rompida - como o pescador de pérolas que não se contenta em ficar na superfície e vai ao fundo do oceano rastrear suas riquezas e limitações.<sup>41</sup> No rastro oceânico, Arendt encontra fragmentações do que poderia nos clarificar quanto à experiência

<sup>36</sup> ARENDT. **Da Revolução**.

<sup>37</sup> \_\_\_\_\_. **A promessa da política**. São Paulo: Difel, 2009.

<sup>38</sup> Sobre a historiografia presentista em Tocqueville, ver: JASMIN, Marcelo G. **Alexis de Tocqueville: a historiografia como ciência da política**.

<sup>39</sup> Sobre o rompimento da tradição conforme Arendt, ver: DUARTE, André. **O pensamento à sombra da ruptura: política e ruptura em Hannah Arendt**.

<sup>40</sup> ARENDT, Hannah. **Homens em Tempos Sombrios**. Ver também: DUARTE, André. **O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt**.

<sup>41</sup> Sobre a metáfora do pescador de pérolas, ver: \_\_\_\_\_. **O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt**.



totalitária do século XX, indo ao encontro de uma tradição esquecida, o republicanismo. A fim de preservar as características desse republicanismo, Arendt mobiliza o *storyteller*.<sup>42</sup> O “contador de histórias” arendtiano objetiva evitar o isolamento dos indivíduos numa sociedade atomizada, em que o indivíduo situado numa sociedade de massas deixaria de lado o conviver em prol de uma vida estritamente relegada à intimidade do âmbito privado.

Aos riscos de uma vida estritamente privada é que Arendt aciona todo um ideário para salvaguardar a República. O *storyteller* seria aquele que através do diálogo e da conversa com os pares, remediaria o isolamento do ser da modernidade, ou seja, as estórias conservariam a pluralidade e a *vita activa* contra a barbárie. De forma metafórica, assim como Tocqueville almejou que as luzes do passado fossem lançadas para as gerações vindouras, o ideal arendtiano deseja que o *storyteller* ilumine a sociedade contra as formas da barbárie.

### Fundação do mundo político

Se para Arendt, a possibilidade do bárbaro ronda as formações sociais que se retiram da *vita activa*, e se ela mobiliza um pensamento contra o que poderia nos levar novamente aos campos de concentração, a possibilidade do novo, do recomeçar, sempre é uma esperança de que, diante da barbárie, surja no corpo político a novidade trazendo consigo a promessa da política. Conforme Arendt, o sentido da política é a liberdade.<sup>43</sup> Não em sentido negativo como nos liberais (liberdade de ir e vir e de não ser oprimido). Mas em sua positividade - sou livre enquanto participante dos assuntos referentes à *polis* - assuntos comuns que envolvem a fala e a ação num âmbito público.

As Revoluções seriam o momento em que sempre haveria a possibilidade do começo. Dessa forma, a partir do processo revolucionário se instauraria um corpo político em prol da liberdade.<sup>44</sup> É preciso ressalvar, no entanto, que nem toda Revolução que começa em nome da liberdade estabiliza-se indistintamente dessa maneira. Retomando Tocqueville, no decorrer de um processo revolucionário fica difícil fazer uma previsão sobre os eventos a seguir. Os acontecimentos se tornam ingovernáveis.<sup>45</sup> A Revolução Francesa, por exemplo, culminou, segundo Arendt, no caminho da igualdade em detrimento da liberdade, sendo conduzida pela questão social, pela necessidade. No entender dela, tomando como paradigma essa Revolução, o esquecimento da primazia da participação política em nome de uma pretensa igualdade seria uma

<sup>42</sup> Uma análise interessante do *storyteller* em Arendt encontra-se em: MATOS, Olgária Chain F. Matos. O *storyteller* e o *flâneur*: Hannah Arendt e Walter Benjamin. In: BIGNOTTO, Newton.; MORAES, Eduardo Jardim de. (Orgs.). **Hannah Arendt**: diálogos, reflexões, memórias.

<sup>43</sup> ARENDT, Hannah. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

<sup>44</sup> \_\_\_\_\_. **Da Revolução**.

<sup>45</sup> TOCQUEVILLE, Alexis de. **Lembranças de 1848**: as jornadas revolucionárias em Paris. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.



armadilha, que, no caso específico francês, resultou no terror jacobino. Dessa forma, a Revolução na França ocasionou em libertação e não em liberdade.<sup>46</sup> Esse problema, na teoria arendtiana, pode culminar na tirania.

Em contrapartida, a Revolução Americana foi norteada pela política, sendo um modelo mais próximo dos conceitos de Arendt. Nunca é demais lembrar que no caso francês os estudos de Arendt são conduzidos quase exclusivamente sob o período jacobino. No argumento arendtiano, mesmo com toda a sua descrença ante o fenômeno totalitário, a esperança sempre reside no reinício da liberdade.

### **Uma tentativa de aproximação de Arendt com Tocqueville no tocante à possibilidade da barbárie na modernidade**

Alexis de Tocqueville pensou a sociedade de sua época tendo como mote o princípio de que a igualdade é um fato irreversível da modernidade.<sup>47</sup> A reflexão tocqueviliana busca responder à seguinte indagação: como salvaguardar a república numa sociedade em que o desejo pela igualdade torna-se a condição fundamental da existência?

Num outro tempo, Arendt, de forma não muito diferente de Tocqueville, buscou responder ao questionamento: como salvaguardar a República numa sociedade de massas, onde emergiu o totalitarismo, o terror, os campos de concentração e uma lógica burguesa de vida em que o âmbito privado e o gozo por bens materiais estão acima de outros valores? A partir dos quesitos supracitados podemos tentar algumas aproximações no tocante ao entendimento da modernidade.

Tocqueville preocupou-se com um aspecto perigoso da democracia: o despotismo democrático.<sup>48</sup> Problema este que na concepção tocqueviliana se efetivaria devido ao desejo pela igualdade, pelos bens materiais, sem a contrapartida da participação política. Ele tentou solucionar tal problema sob o princípio de que o adquirir bens para gozo no âmbito privado era algo irreversível. Não obstante, o interesse particular, a fim de não degenerar a República, teria que ser bem compreendido,<sup>49</sup> conciliando a igualdade com o interesse público e a participação política. Na perspectiva de Tocqueville, a modernidade, com suas características peculiares,

---

<sup>46</sup> ARENDT. **Da Revolução**.

<sup>47</sup> TOCQUEVILLE. **A Democracia na América**: leis e costumes. Para um comentador sobre o assunto, ver: VIANNA, Luiz Werneck. O problema do americanismo em Tocqueville. In: **A revolução passiva**: iberismo e americanismo no Brasil.

<sup>48</sup> RHEINARDT, Mark. **The Art of Being Free**: Taking Liberties with Tocqueville, Marx, and Arendt. New York: Cornell University Press. 1997. Ver, também: JASMIN. **Alexis de Tocqueville**: a historiografia como ciência da política.

<sup>49</sup> TOCQUEVILLE. **A Democracia na América**: sentimentos e opiniões.



necessitaria da tradição do Republicanismo a fim de evitar o despotismo democrático.<sup>50</sup>

Arendt, por sua vez, mobilizou a tradição esquecida do Republicanismo para, da mesma forma que Tocqueville, salvaguardar a sociedade de seu tempo da degeneração. Num outro contexto, sob a barbárie dos campos de concentração, ela vislumbrou que sem a liberdade política, sem a participação dos cidadãos na esfera pública, a sociedade de massas correria um sério risco, que, no limite, poderia resultar nas condições que culminaram no totalitarismo. A democracia, na concepção arendtiana, sempre corre o risco do que se constituiu na experiência totalitária.

Outro problema diagnosticado por Tocqueville é a tirania da maioria<sup>51</sup> que, numa sociedade de iguais, também seria uma forma de degeneração. Tal tirania ocorreria devido a uma visão única dos indivíduos nas formas de se conceber e pensar a sociedade. As minorias, as diferenças, poderiam, dessa forma, ser eliminadas pela igualdade, não só ante a lei mas também pelos prazeres exclusivos nos bens para a vida privada: pensamento único numa sociedade de iguais.<sup>52</sup>

Por seu turno, de forma similar a Tocqueville, Arendt verifica o perigo de uma sociedade de massas, de pensamento único em adquirir mercadorias, cujo resultado já teria mostrado sua faceta para a esfera pública. É interessante observar que ela, já na década de 1960, cuida de preservar as diferenças contra a homogeneização massificada. Talvez, o maior exemplo da importância das diferenças no argumento arendtiano seja sua análise da integração judicializada no caso “Little Rock”.<sup>53</sup>

No tocante à historiografia, encontram-se em Tocqueville e Arendt muitos pontos em comum. Nesta, há uma mobilização do *storyteller* para a preservação da pluralidade, da convivência e da amizade (*philia*).<sup>54</sup> Nele, um acionamento da escrita da História para interferir no presente, presentismo,<sup>55</sup> em prol da participação na esfera pública.

Enfim, nas linhas acima, traçamos um esboço, *grosso modo*, das continuidades entre Tocqueville e Arendt. Tais continuidades não se resumem às linhas traçadas, pois este não é o

<sup>50</sup> \_\_\_\_\_, **A Democracia na América: leis e costumes.**

<sup>51</sup> RHEINARDT. **The Art of Being Free: Taking Liberties with Tocqueville, Marx, and Arendt.** Ver, também: JASMIN. **Alexis de Tocqueville: a historiografia como ciência da política.**

<sup>52</sup> QUIRINO, Célia Galvão. **Dos infortúnios da igualdade ao gozo da liberdade.** São Paulo: Humanitas, 2001.

<sup>53</sup> Sobre o caso “Little Rock”, ver: BOHMAN, James. **The Moral Costs of Political Pluralism: The Dilemmas of Difference and Equality in Arendt’s “Reflections on Little Rock”.** In: KOHN, J. et MAY L.. **Hannah Arendt Twenty Years Later.** Londres: Mit Press, 1996. Em Arendt, ver: ARENDT, Hannah. **Responsabilidade e Julgamento.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

<sup>54</sup> No tocante à amizade como um dos valores do republicanismo, ver: ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco.** São Paulo: Abril Cultural, 1973.

<sup>55</sup> Sobre a historiografia presentista, ver: JASMIN. **Alexis de Tocqueville: a historiografia como ciência da política.**



nosso objetivo no presente artigo. Fica, no entanto, uma lembrança de dois pensadores que mobilizaram características do Republicanismo para pensar a modernidade contra a barbárie.

### Considerações Finais

A indagação de Arendt, a qual permeou todo o seu pensamento, constituiu-se na inquietação ante a barbárie de seu tempo e sob quais condições ela emergiu nas formações sociais por ela analisadas.

Ao identificar as origens do Totalitarismo, Arendt perscrutou toda a História do Pensamento Político Ocidental no intuito de compreender o fenômeno, sem precedentes, das experiências totalitárias. Não se satisfazendo com o que encontrou, nem com os lugares comuns, buscou na tradição do Republicanismo o que foi esquecido e que poderia nos ajudar a entender a barbárie e salvaguardar a República.<sup>56</sup> A pluralidade, a *philia* e a convivência entre os pares - em conciliação com a igualdade - fazem parte do arcabouço arendtiano vislumbrando um futuro melhor para as gerações a seguir.

A promessa da política, em Arendt, o recomeçar, a natalidade, sempre trazem a esperança da formação de um corpo político perpassado pela liberdade e pela *virtú* maquiaveliana.<sup>57</sup>

Para as condições atuais, um trabalho sob a inspiração do republicanismo, intitulado *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna*,<sup>58</sup> de Robert Putnam, evoca a importância da liberdade como participação política. Para Putnam o fato do norte da Itália ser mais desenvolvido que o Sul, está alicerçado na participação política nortista.

Pensando com Hannah Arendt, a República degenerar-se-ia pela indiferença cívica. Da mesma forma, a participação, sem a devida tolerância à pluralidade, sinalizaria a decadência da República. Visto nesta perspectiva, o tema abordado neste artigo continua atual.

---

<sup>56</sup> DUARTE. **O pensamento à sombra da ruptura:** política e filosofia em Hannah Arendt.

<sup>57</sup> Sobre a *virtú* maquiaveliana, ver: BIGNOTTO, Newton. **Maquiavel Republicano**. São Paulo: Loyola, 1991.

<sup>58</sup> PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia:** a experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.



# O trânsito de Vênus: a ciência entre a política e a vocação

The transit of Venus:  
the science between politics and vocation

**Alexandra do Nascimento Aguiar**

Doutora em História

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

alexaaguiar13@gmail.com

**Recebido em:** 11/04/2017

**Aprovado em:** 12/08/2017

**RESUMO:** Em 1882, o Imperial Observatório do Rio de Janeiro tomou parte da mobilização internacional para estudar o trânsito de Vênus, como é definido pelos astrônomos. O fenômeno foi considerado oportunidade singular para a Astronomia, pois, de acordo com os cálculos, só ocorreria novamente no século XXI. No entanto, a participação do país no evento científico foi transformada em objeto de embate político entre os partidos e entre as esferas do Executivo e do Legislativo. O presente artigo tem como proposta refletir sobre a pesquisa científica dentro do debate político parlamentar e a percepção sobre o lugar do Brasil na comunidade científica internacional do século XIX.

**PALAVRAS-CHAVE:** Transito de Vênus, Câmara dos Deputados, Partido Conservador.

**ABSTRACT:** In 1882, the Imperial Observatory of Rio de Janeiro had a participation in an international scientific mobilization to study the transit of Venus, as defined by astronomers. The phenomenon was considered a unique opportunity for astronomy in this period, because, according to the calculations, it would only happen again in the 21st century. However, the brazilian participation in the scientific initiative was transformed in an object of political conflict between the political parties and between the spheres of the Executive and the Legislative, too. This article aims to describe and analyze the parliamentary political debate about scientific research as well as the perceptions about the possibilities of Brazil in the international scientific community of the nineteenth century.

**KEY-WORDS:** Transit of Venus, Chamber of Deputies, Conservative Party.



## Cenário político de 1882

Dois discursos por Max Weber inspiraram o título, *A Política como vocação* e *A ciência como vocação*<sup>1</sup>, nos quais o sociólogo analisou as possibilidades de construção de trajetórias e seus sentidos revelados ou subentendidos nos referidos campos. Na concepção de Weber, dedicar-se à ciência significava que a importância dos resultados de pesquisa não tinha, necessariamente, finalidade utilitária. Faz-se ciência pelo conhecimento como o valor em si, ainda que a produção científica nem sempre seja percebida no cotidiano a curto prazo<sup>2</sup>.

A maioria dos debates científicos, nos oitocentos, ficava restrita entre pares, parte desses cientistas formada no exterior. Havia publicações como a *Revista Brasileira – Jornal de Ciências, letras e artes* (1857), *Sciencia para o Povo* (1881) e *Revista do Observatório* (1886), com artigos de pesquisadores nacionais e estrangeiros, pouco compreendidos pelos leigos nessas áreas e que não atingiam o grande público. A última publicação era mensal e destinada a divulgar as pesquisas em astronomia do Imperial Observatório do Rio de Janeiro, contava com Luís Ferdinand Cruls, diretor da instituição, como um dos redatores<sup>3</sup>.

O Imperial Observatório do Rio de Janeiro foi criado no Primeiro Reinado, em 1827, quando o Brasil necessitava de instituições próprias que lhe conferissem a feição de Estado moderno. Domingues acrescenta que, no Segundo Reinado, os estudos sobre as ciências naturais receberam atenção política como instrumento de identificação e controle de riquezas naturais, integrando regiões do país pouco exploradas e tendo em vista seu aproveitamento para expandir a agricultura<sup>4</sup>. Da mesma forma, a Astronomia deveria prestar serviços de utilidade tais como determinação de meteorologia, hora certa e regulagem dos cronômetros, atividades secundárias, segundo Videira<sup>5</sup>, contudo também imprescindíveis para a observação dos astros.

Uma parcela da classe política brasileira compreendia os estudos na área das ciências naturais e a Astronomia como hobby exótico e dispendioso quando a atividade de pesquisa não estava voltada para o incremento da produção agrícola e a industrial. Essa percepção foi evidenciada no embate entre os poderes Legislativo e Executivo, ocorrido em 1882, cujo tema central foi o Imperial Observatório do Rio de Janeiro e a representação da Astronomia brasileira na comunidade científica internacional. Para essa análise, cujo enfoque é a visão política

<sup>1</sup> WEBER, Max. *Ensaios de Sociologia*. 5<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1982.

<sup>2</sup> \_\_\_\_\_, *Ensaios de Sociologia*, p. 170.

<sup>3</sup> HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio Augusto Passos. *Ciência, civilização e república nos trópicos*. Rio de Janeiro, Mauad; Faperj, 2010.

<sup>4</sup> DOMINGUES, Heloisa M. Bertol. As ciências naturais e a construção da nação brasileira. In: **Revista de História da USP**. Revista de História 135 (1996). 41-60.

<sup>5</sup> VIDEIRA, Antônio Augusto Passos. Luís Cruls e o Prêmio Valz de Astronomia. In: **Cronos** (Natal), Valencia, v. 7, n. q, p. 85-104, 2004.



conservadora sobre a pesquisa científica, optei como recorte pelos discursos dos deputados Antônio Ferreira Viana e Domingos de Andrade Figueira, ambos do Partido Conservador fluminense, em resposta ao pedido de crédito para a observação da passagem de Vênus, feito pelo Ministro do Império, Rodolfo Epifânio de Sousa Dantas, Partido Liberal. A verba seria destinada ao Imperial Observatório, instituição subordinada ao Ministério do Império.

Cabe mencionar que o Ministro da Marinha, Bento Francisco de Paula Souza, apresentaria outra solicitação de crédito para a mesma finalidade, direcionado à comissão chefiada por Antônio Luís von Hoonholtz (Barão de Teffé), diretor da Repartição Hidrográfica, departamento subordinado a este ministério, e que seguiria para o posto de observação nas Antilhas. A solicitação de verba extra pelos dois ministérios estava relacionada à participação do Brasil no Congresso da Comissão Internacional da Passagem de Vênus, integrado por 14 países e ocorrido em Paris, em outubro de 1881. O país foi representado por Emmanuel Liais, diretor do Imperial Observatório do Rio de Janeiro na época<sup>6</sup>.

Abro parênteses para apresentar o contexto político em que ocorreu o pedido de verba para a observação do trânsito de Vênus. Era o cenário da primeira legislatura por eleição direta no Brasil (1881-1884), quadro político criado pela reforma eleitoral de 1881, conhecida como Lei Saraiva, que introduziu o voto direto no país. A reforma era parte do programa do Partido Liberal de 1869, em defesa da moralização da representação política. Pretendeu-se, pela exclusão dos votantes, eliminar as fraudes e a violência nas eleições e, principalmente, trazer a oposição partidária para o Parlamento *pari passu* ao partido da situação, impedindo a formação de Câmaras com predomínio quase total de um único partido. O Partido Liberal foi vitorioso nas urnas, porém governou sob a pressão da oposição conservadora, que buscou obstaculizar a governabilidade dos liberais através de coalizões com deputados governistas descontentes e de obstruções de votação de projetos e de pedidos de recursos encaminhados pelos ministérios<sup>7</sup>.

O governo Liberal já se mostrava desconfortável porque a euforia pela reforma da eleição direta se esgotara e os deputados governistas se mostravam impacientes devido à ausência das

<sup>6</sup> Nesse Congresso foram apresentadas as instruções para a observação do trânsito de Vênus e Emmanuel Liais determinou a localização dos postos de observação do Brasil, dois no próprio país, no Imperial Observatório do Rio de Janeiro e em Olinda, e no exterior, São Tomás (Antilhas) e Punta Arenas (Chile). Ver MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. **“Nos braços de Vênus às poltronas da Academia”**. Artigos Navegator, no. 1/2005. [http://revistanavigator.com.br/navig1/art/N1\\_art1.pdf](http://revistanavigator.com.br/navig1/art/N1_art1.pdf) Acesso em 24/03/2017.

<sup>7</sup> O Partido Liberal foi maioria com 75 deputados contra 47 representantes do Partido Conservador. Entretanto, a divisão interna dos liberais e a expressiva oposição conservadora resultaram na queda de quatro Gabinetes e, por fim, na dissolução desta legislatura, antecipando as eleições seguintes.

reformas do programa de 1869 nos projetos parlamentares<sup>8</sup>. A insatisfação dos correligionários chegou ao ápice com o pedido de demissão por Martim Francisco (PL-SP)<sup>9</sup> da presidência da Câmara por discordar da orientação antirreformista do Gabinete presidido por Martinho Campos (PL-MG). Ao mesmo tempo, Martinho Campos recebia o apoio da oposição conservadora por relegar o programa de seu próprio partido.

O discurso de Martinho Campos se adequava à percepção do Partido Conservador sobre o papel do governo. Ambos sustentavam solucionar a crise econômica do país como prioridade e, como política de Estado, administrar os recursos materiais e atender às demandas de infraestrutura que privilegiasse a agricultura, ou beneficiasse à economia de modo geral. Menciono alguns aspectos da economia do período, pois o déficit financeiro seria o principal argumento do Partido Conservador para obstar projetos do governo Liberal e, em especial, sobre o Imperial Observatório do Rio de Janeiro.

A economia brasileira nos anos 1880 se sustentava sobre os impostos arrecadados com importação e exportação, que representavam 70% do total da receita. O café contribuía com mais de 60% das exportações, com predomínio da Província do Rio de Janeiro que, ainda, se destacava enviando 41% para o mercado externo, seguida por São Paulo (35%) e por Minas Gerais (21%). O açúcar ocupava apenas 10% da fatia de exportação, porém era significativo na receita das províncias de Pernambuco e Alagoas. O algodão esteve entre os principais produtos brasileiros nas décadas de 1850 e 1860 e após a seca de 1877-79 foi reduzido a 4%, sustentando-se com o mercado interno. A participação do fumo nas exportações registrou queda no decênio de 1880, e prejuízo para a Província do Rio Grande do Sul, a principal produtora. Diante do espaço da agroexportação na economia, a industrialização não se mostrava atraente no Império, contribuindo apenas com 10% no Produto Interno Bruto, concentrado em alimentos e bebidas, têxtil e vestuário. Os gastos militares deixaram de ser o maior montante nas despesas do Estado após a década 1870, reduzidos a 20%, possivelmente devido ao fim das revoltas internas e da guerra do Paraguai. A dívida pública externa e interna seguiu crescendo na década de 1880, alcançando mais de 30% da despesa total, paralela à inflação e registrando cerca de 1,2% ao ano até o final da monarquia<sup>10</sup>.

<sup>8</sup> Em linhas gerais, o programa do Partido Liberal de 1869 propunha como prioridades a reforma eleitoral com eleição direta, a reforma do judiciário visando autonomia da esfera e a extinção gradual da escravidão.

<sup>9</sup> Ao longo do artigo a filiação partidária dos deputados será indicada como PC para Partido Conservador e PL para Partido Liberal, seguida da sigla da província que o elegeu.

<sup>10</sup> ABREU, Marcelo de Paiva; LAGO, Luiz Aranha Correa do. A economia brasileira no Império, 1822-1889. In: **Departamento de Economia**. PUC-Rio, 2010.



Eram recorrentes as reclamações dos dois partidos sobre os gastos dos governos adversários serem excessivos, e atribuíam um ao outro a responsabilidade sobre o saldo negativo. Conservadores e liberais acusavam-se mutuamente, ora sobre o desperdício do dinheiro público em obras mal feitas ou desnecessárias, ora de negócios desvantajosos para o país. A seca de 1877-79 era lembrada como agravante da situação financeira e, como ocorreu na transição do governo Conservador para o Liberal, os partidos imputavam um ao outro a incompetência administrativa diante do desastre natural. Deputados da oposição e da situação contrários às investidas para acabar com a escravidão no país alardeavam que medidas nesse sentido significavam derrocada da economia e instabilidade social.

### **A passagem de Vênus pela Câmara dos Deputados**

É nesse cenário que se insere o pedido de crédito para o Imperial Observatório do Rio de Janeiro, apresentado pelo ministro do Império, Rodolfo Dantas (PL- BA). O valor de 30.000\$000 seria destinado ao financiamento da comissão para a observação da passagem do planeta Vênus pelo disco solar. O ministro ressaltava a participação do Brasil no evento como “da maior conveniência” por ser um convite do governo da França e porque colocaria o país ao lado das “nações cultas”, concluindo que a solicitação era “indeclinável necessidade” e partia do próprio Imperador<sup>11</sup>.

A historiografia já abordou o interesse de Pedro II pelas ciências e pela tecnologia e seu envolvimento nas instituições de conhecimento, desde o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, passando pelo Colégio Pedro II, e suas viagens ao exterior e participações em eventos científicos. O Imperador financiou intelectuais, artistas, profissionais e cientistas, cujas produções contribuíam para a construção de uma imagem de nacionalidade em que se misturavam paisagem e indígenas próprios do país às representações de civilização e progresso que aproximassesem o Brasil do modelo europeu<sup>12</sup>.

O pedido de crédito para a pesquisa foi submetido à Câmara dos Deputados no momento em que o Imperial Observatório passava por troca de direção devido a um conflito pessoal entre cientistas da instituição<sup>13</sup>. Refiro-me a tal episódio apenas para contextualizar a nomeação de Luís Ferdinand Cruls como diretor do Imperial Observatório do Rio de Janeiro. Em 1878, Emmanuel

<sup>11</sup> **Anais da Câmara dos Deputados**, 07 de março de 1882, p. 173.

<sup>12</sup>Ver o capítulo Formando uma cultura local: “a ciência sou eu”. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: o imperador e sua confraria. SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para ciência**: a formação da comunidade científica no Brasil. Brasília: MCT, 2001, p. 9. <http://livroaberto.ibict.br/handle/1/757>.

<sup>13</sup> Ver OLIVEIRA, Januária Teixeira de; VIDEIRA, Antônio Augusto Passos. As polêmicas entre Manoel Pereira Reis, Emmanuel Filiais e Luiz Cruls, na passagem do Século XIX para o Século XX. **Revista da SBHC**, v. 1, p. 42-52, 2003.



Liais, diretor do observatório, havia demitido Manuel Pereira Reis, o primeiro astrônomo, e seus assistentes por divergências. Em resposta, Pereira Reis começou a desqualificar o trabalho científico do Imperial Observatório através dos jornais, além de ficar à frente de um projeto concorrente, fundando em 1881 o Observatório da Escola Politécnica, instituição na qual ele era professor. Nesse mesmo ano, Liais seguiria para a França, onde representou o Brasil no Congresso Internacional da Passagem de Vênus, e Luís Cruls o substituiria como diretor interino, considerando que ocupava o cargo de primeiro astrônomo que pertencera à Pereira Reis. Ainda sob a sombra da desavença com Pereira Reis, Liais alegou doença e, licenciado, não retornou ao cargo no Imperial Observatório, quando Cruls assumiria a direção da instituição em caráter definitivo<sup>14</sup>.

O empenho de Pedro II sobre a participação brasileira na observação internacional da passagem de Vênus não se limitava a sua curiosidade pessoal pelas ciências, pois envolvia prestígio científico para o Brasil e a reconquista de respeito para a instituição, abalado junto à opinião pública devido às críticas do ex-funcionário Pereira Reis.

O pedido de crédito extraordinário para a comissão de observação da passagem de Vênus entrou em discussão na Câmara e o primeiro deputado a se pronunciar foi Martim Francisco Filho (PL-SP). Este afirmou não se opor ao crédito, porém, pediu para incluir uma emenda na proposta do governo, prevendo 60.000\$000 destinados ao financiamento das experiências com balão realizadas por Júlio César Ribeiro de Souza. O inventor havia aprimorado o voo dos balões contra o vento e seu trabalho foi reconhecido pela Sociedade dos Aeronautas da França, valendo-lhe também o convite pelo adido militar da Rússia para demonstrações no país<sup>15</sup>.

A emenda de Martim Francisco Filho (PL-SP) tinha como signatários seu pai, também Martim Francisco (PL-SP), e quatro deputados conservadores, Antônio dos Passos Miranda (PC-AM), José Ferreira Cantão (PC-PA), Guilherme Francisco Cruz (PC-PA), Samuel Wallace MacDowell (PC-PA)<sup>16</sup>, os três últimos representavam a província natal e de trajetória do inventor Júlio César Ribeiro de Souza. Contudo, a proposta foi rejeitada pelo presidente da Câmara, João Ferreira de Moura (PL-BA), argumentando que o Regimento não acolhia tal justificativa. Martim Francisco Filho rebateu que o pedido de crédito do governo apenas significaria aumento de verba, e que a negativa do presidente prejudicaria o desenvolvimento de outros projetos semelhantes. Os argumentos do deputado não demoveram Ferreira de Moura, que encerrou de

<sup>14</sup> HENRIQUES, Vania Patalano. **O gosto do estudo e da observação:** a Revista do Observatório e a astronomia brasileira no final do século XIX. Tese de doutorado. UFF, 2010, p. 62.

<sup>15</sup> **Anais da Câmara dos Deputados**, 22 de março de 1882, p. 116-117.

<sup>16</sup> **Anais da Câmara dos Deputados**, 22 de março de 1882, p. 116-117.



maneira irredutível, “por essa elasticidade tudo teria relação”<sup>17</sup>. Martim Francisco Filho reagiu à recusa do presidente da Câmara retirando o apoio ao governo, “entende que se S. Ex. sustenta a sua opinião, coage os que assinaram a emenda a votar contra o crédito que entra em discussão”<sup>18</sup>. O diálogo demonstra a dinâmica de negociações no Parlamento, em que as questões de Estado eram apreciadas como troca de favores e apoio políticos ou queda de braço entre os partidos, em detrimento de projetos relevantes para o país.

Este foi apenas o início das discussões sobre o crédito para financiar a comissão para observação do trânsito de Vênus, que passou a ser tema de embate entre o governo e a Câmara. As críticas à concessão de verba para a pesquisa do Imperial Observatório adquiriram contorno partidário e ideológico<sup>19</sup> na fala do deputado Ferreira Viana (PC-RJ). O deputado discursou enfatizando aspectos do projeto que ele via como inadequados ao momento financeiro e diante de outras demandas do país:

[...] em nome de S. Majestade, o nobre ministro [Rodolfo Dantas] declarou que era de indeclinável necessidade que se votasse esse crédito. Ora, Sr. Presidente, uma necessidade indeclinável é uma necessidade irresistível, e contra o irresistível só se opõe o insensato. [...] O Poder Executivo não veio fazer uma imposição à Câmara, nem encarecer por este modo as vantagens do crédito; porque, se para ver passar Vênus pelo disco solar é de indeclinável necessidade dar dinheiro, imagine V. Ex. de que expressões usaria o governo se tivesse de pedir dinheiro para outras necessidades palpitantes e vivas do Império? (Muito bem)<sup>20</sup>

O deputado associava a expressão “indeclinável” às despesas que o governo havia assumido com a compra de instrumentos para a observação do fenômeno e que, portanto, significava que o Estado selara compromisso antes de consultar a Câmara. Ferreira Vianna considerava desnecessários os gastos feitos pelos departamentos estatais e como um dos problemas da administração pública, que ele exemplificou pela documentação em português e em francês distribuída pela repartição hidrográfica. Por se tratar de uma repartição nacional, segundo ele, não havia razão para dobrar o custo com publicações em outro idioma que não a língua portuguesa. Ele criticava a supervalorização de profissionais estrangeiros nas instituições brasileiras e a erudição comprehensível apenas entre pares:

<sup>17</sup> *Anais da Câmara dos Deputados*, 22 de março de 1882, p. 116-117.

<sup>18</sup> *Anais da Câmara dos Deputados*, 22 de março de 1882, p. 116-117.

<sup>19</sup> Utilizo o conceito de ideologia de acordo com Nisbet, “ideologia é qualquer conjunto de ideias morais, econômicas, sociais e culturais razoavelmente coerente, possuindo uma relação sólida e óbvia com a política e o poder político; mais especificamente, é uma base de poder para possibilitar o triunfo do conjunto de ideias.” NISBET, Robert. **O Conservadorismo**. Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 9.

<sup>20</sup> *Anais da Câmara dos Deputados*, 22 de março de 1882, p. 117.



Não devo crer que sejamos tão estranhos à astronomia que só possam interessar aos estrangeiros as observações astronômicas de um estabelecimento criado por nós e mantido a nossa custa.

E tanto mais o digo quanto é certo que abalizados astrônomos do nosso século não se desdenharam de escrever obras de astronomia popular para vulgarizar os conhecimentos desta ciência; e se essas observações, como diz o nobre deputado, só podem interessar aos estrangeiros, desde já me enfileiro com aqueles que tiveram a intenção de acabar com esse estabelecimento<sup>21</sup>.

O parlamentar atribuía ao diretor-chefe do Imperial Observatório, o belga Luís Ferdinand Cruls, ares de superioridade em relação ao Brasil por preferir publicar a produção científica da instituição em francês, “é para que não tenha ele o incômodo, sendo por nós pago o honrado, de aprender a língua do país em que vive”. Ele questionava também a ausência de aplicação da astronomia na vida prática, sendo, por isso, uma ciência distante da sociedade, especialmente para a maioria que não dominava a língua francesa<sup>22</sup>.

O próprio Ferreira Vianna admitia desconhecer o assunto – “sou inteiramente hóspede da ciência dos astros” – para julgar as demandas da comissão científica do observatório e se era cabível o projeto oferecido pelo governo. Sendo assim, ele ressaltou que analisaria o pedido de crédito pelo aspecto financeiro, se este era justificável como despesa para o país. O deputado fundamentou o parecer expondo à Câmara um breve histórico da astronomia: as origens da ciência na antiguidade e na astrologia; a relação com a religião e com a política; o interesse de Cícero e Juliano na Roma antiga. Até chegar à astronomia como ciência em sua época, que ele identificava como a ciência do homem que não se contentava com a superfície da terra, “e temos outro resultado desta ciência que é inevitável, anda sempre em conjunto com quase todas as ciências, mas principalmente com esta, a *astromania* (hilaridade)”<sup>23</sup>. Os taquígrafos registraram risos por diversas vezes em seu discurso, que tratava o tema com ironia.

Para ele, tal pedido de crédito pelo Ministro do Império era desperdício de dinheiro, embaraço administrativo e excentricidade do Imperador. Além de demonstrar a falta de unidade daquele governo, pois contrariava a fala do presidente do Conselho, Martinho Campos, que priorizaria a recuperação financeira como programa.

Como despesa, o deputado não via como enquadrar o crédito dentro das classificações para concessão de recurso financeiro. Este não poderia ser definido como verba para manutenção do observatório, tampouco crédito extraordinário porque, segundo ele, “as tábuas da

<sup>21</sup> *Anais da Câmara dos Deputados*, 22 de março de 1882, p. 118.

<sup>22</sup> *Anais da Câmara dos Deputados*, 22 de março de 1882, p. 4.

<sup>23</sup> *Anais da Câmara dos Deputados*, 22 de março de 1882, p. 5.



passagem de Vênus pelo disco solar estão assentadas por matemáticos astrônomos, mesmo em português, até o ano 3000”<sup>24</sup>, portanto, se estava previsto não era extraordinário. Também não poderia ser crédito especial, cuja finalidade era exclusiva para a produção. Logo, ele não podia concordar que a Câmara autorizasse o crédito:

Como justificar esta despesa e este empréstimo diante do mundo e, principalmente, diante do nosso pobre contribuinte?!

Desejava ver e ouvir o mais qualificado de todos os cidadãos brasileiros pelo seu prestígio, pela sua eloquência e pelas suas virtudes demonstrar ao nosso contribuinte a necessidade de calcular a paralaxe do sol à custa de sua algibeira! (Riso) Quem ganha o dinheiro com o seu suor, tem direito de o gastar em benefício seu.

Nós não podemos dispor, como sábios astrônomos ou como sábios admiradores de qualquer fonte de ciência, do dinheiro dos nossos constituintes sem que lhes demonstremos que dessa despesa vem uma utilidade certa para o país<sup>25</sup>.

A visão sobre as ciências como entretenimento por seu caráter não imediatista e não obrigatoriamente pragmático é evidenciada no discurso de Ferreira Vianna. O deputado afirmou ignorar a existência do observatório astronômico brasileiro até então, e considerava suas pesquisas como “efemérides” e seus resultados como “ruídos”<sup>26</sup>. Segundo suas constatações, o observatório recebia pequeno subsídio no período de sua fundação, e suficiente a ponto de transferir verba, e essa boa administração resultava da direção composta por oficiais de engenharia e matemáticos, especialistas na astronomia. As direções seguintes só fizeram extrapolar as despesas da instituição, pois a orientação que predominava no Estado era a utilização de verbas além do necessário para o funcionamento e para a manutenção de seus departamentos:

Olha-se com escândalo para as sobras e logo, a repartição a qual pertence a verba começa a inventar reformas, a imaginar melhoramentos, progressos e a dizer ao ministro: a nação brasileira é uma nação atrasada, não toma parte em congressos, não figura nas grandes representações das ciências, não está enfim de binóculo em punho a ver os astros. (Hilaridade)<sup>27</sup>

Na sua análise, o Imperial Observatório começou a receber maior atenção após a primeira viagem de D. Pedro II ao exterior, em 1871, surgindo, assim, demandas por instrumentos mais modernos e pelo aprimoramento do espaço físico da instituição. Ferreira Vianna destacou as

<sup>24</sup> *Anais da Câmara dos Deputados*, 22 de março de 1882, p. 8.

<sup>25</sup> *Anais da Câmara dos Deputados*, 22 de março de 1882, p. 8.

<sup>26</sup> *Anais da Câmara dos Deputados*, 22 de março de 1882, p. 8.

<sup>27</sup> *Anais da Câmara dos Deputados*, 22 de março de 1882, p. 8.



novas aquisições de instrumentos que sequer haviam sido montados, como a luneta Equatorial, e o observatório já intencionava comprar outros, “quase tive uma síncope quando soube que há ali um vidro que chamam ‘objetiva’ e que custou 20.000\$000 contos de réis! (Risos)”?<sup>28</sup> Suas censuras se voltaram contra o mau uso dos instrumentos, que não pôde ser evitado nem com a chegada de profissionais e cientistas, pois se eram especialistas, “pessoas de muita lição neste assunto”, não havia justificativa para o desperdício de dinheiro.

O deputado censurou o peso financeiro que tais instituições traziam para o Estado, recorrendo à imagem do mecenato no Renascimento. O desconhecimento e o deslumbramento dos patrocinadores das artes e das ciências alimentavam o excesso de liberdade na produção e os investimentos sem retorno ou abaixo das expectativas:

Como aconteceu à Lourenço de Médici, denominado o Magnífico; magnífico porque com luxo perdeu o seu país. Este Lourenço empenhou-se em proteger as artes e a sua proteção acendeu o furor pela arte ainda nas almas sem o raio do gênio. [...] Daí o conceito que li em uma obra artística, a História das Artes na Itália, escrita por um homem de espírito liberal que assevera as artes liberais: a astronomia, a astrologia não podem crescer e prosperar se não nos governos absolutos<sup>29</sup>.

As instituições representativas dos governos liberais exerciam o papel de controlar o financiamento de tais obras pelo Estado. Controle que, segundo ele, não fizeram em relação ao Imperial Observatório, e cujas despesas haviam dobrado desde 1875 até chegar ao pedido de crédito injustificável de 1882. Enquanto no Observatório de Paris, referência internacional, a maior parte da verba se destinava aos instrumentos e materiais, no observatório brasileiro era direcionado ao pagamento de pessoal<sup>30</sup>.

Após as críticas ao projeto, Ferreira Vianna assentiu em conceder o crédito estritamente para honrar o compromisso feito pelo governo, contudo, ressaltou que este se tratava de responsabilidade pessoal do ministro. Na visão do parlamentar, o estudo sobre os astros era exotismo praticado pelos *lords* ingleses, porém estes o faziam sem recorrer aos cofres públicos. Segundo ele, no Brasil não havia amantes da astronomia, por isso a instituição convidava nomes estrangeiros para compor seu quadro, e ainda assim o Observatório não havia apresentado resultados à altura das instituições europeias do gênero. Por isso, o país se subordinava aos países referenciados em ciências no século XIX:

<sup>28</sup> *Anais da Câmara dos Deputados*, 22 de março de 1882, p. 9.

<sup>29</sup> *Anais da Câmara dos Deputados*, 22 de março de 1882, p. 9.

<sup>30</sup> *Anais da Câmara dos Deputados*, 22 de março de 1882, p. 9.



Fique, pois, o Sr. Ministro do Império certo de que os nossos missionários astronômicos vão desempenhar o papel dos condutores de instrumentos para os sábios de França (riso); por outra (o parlamento admite a frase familiar) vão fazer um grande pick-nick, (riso) em que entramos com a parte material e os franceses com a espiritual, com o talento astronômico, com a ciência, com os conhecimentos práticos que adquiriram com observações semelhantes e no estudo contínuo da matéria. [...]

Somos acompanhadores, simples sequazes, testemunhas, como é uma tocha diante de um defunto (riso). Nós nada exprimimos, absolutamente nada, astronomicamente falando, somos quantidades nulas na ciência astronômica. Não é nessas observações que se aprende, é nas dos próprios observatórios<sup>31</sup>.

Ele julgava o projeto insustentável pelo aspecto financeiro e por não ser proveniente da sociedade, da Assembleia ou do Gabinete, porém, do capricho do Imperador. No entanto, o deputado concluiu que o crédito seria concedido, mesmo contra sua vontade, para uma missão que não contribuiria em nada ou seria inútil para o país. A frase de encerramento de seu discurso resumia as ideias do Partido Conservador, referindo-se aos pesquisadores do Observatório: “que trazem de lá, dessas alturas em que se acha o indefinido [...] a lei da constância, a lei da harmonia, a lei da conservação”<sup>32</sup>.

Apenas dois dias depois, Rodolfo Dantas discursou na Câmara tentando reverter o impacto da fala de Ferreira de Vianna, cujos argumentos, segundo ele, haviam convencido até mesmo os parlamentares favoráveis e que agora votavam contra o pedido de crédito. Dantas ressaltou que a presença do Brasil no evento era de muita importância para o desenvolvimento da ciência e que esta encontrou apenas um inimigo na História... a “Inquisição”, esta última palavra foi dita pelo deputado Afonso Celso Jr (PL-MG) em complemento à fala do ministro<sup>33</sup>.

Para refutar as acusações de Ferreira Vianna contra o excesso de gastos com a equipe do Observatório, o ministro apresentou o balanço de despesas com o pessoal da instituição, comparando-o a de Paris. Também rebateu o deputado sobre as publicações do Observatório em outros idiomas e não o português, justificando que as demais instituições no mundo também o faziam em francês, alemão e inglês visando comparar resultados científicos a serem divulgados em livros e revistas especializados. Dantas ressaltou que outros países se preparavam para tomar parte da comissão mesmo em situação de instabilidade econômica. E esse não era o caso do Brasil, que, além disso, fora convidado oficialmente pelo governo francês e por isso estava “moralmente” obrigado a participar:

<sup>31</sup> *Anais da Câmara dos Deputados*, 22 de março de 1882, p. 10.

<sup>32</sup> *Anais da Câmara dos Deputados*, 22 de março de 1882, p. 12.

<sup>33</sup> *Anais da Câmara dos Deputados*, 24 de março de 1882, p. 156.



Seria singular, entretanto, que nesse concerto de todos os povos que se preparam para tomar parte na observação de um fenômeno científico de tal importância, assistíssemos nós com a indiferença do selvagem aos trabalhos que em nosso território o estrangeiro tem de fazer, quando aliás, possuímos um estabelecimento que muito pode concorrer para o brilho do nosso nome (apoiados) e para os bons resultados da observação<sup>34</sup>.

Ao longo do discurso, o Ministro do Império recebia apartes do deputado Domingos de Andrade Figueira (PC-RJ), também contrário ao projeto. Diante da negativa de Dantas de que o governo houvesse assumido qualquer compromisso financeiro sobre a comissão científica, o deputado simplesmente afirmou, “estimo muito sabê-lo porque fico mais desembaraçado para negar o meu voto de crédito”<sup>35</sup>. Dantas respondeu que, embora o assunto fosse relevante para o governo, ainda assim aguardaria a resposta da Câmara, única à qual competia a decisão sobre a despesa pública.

O tema se prolongou nesta sessão parlamentar com o retorno de Ferreira Vianna, ao se retratar para diminuir a impressão negativa de seu discurso junto à opinião pública. O deputado Conservador se declarou “arrependido de ter se envolvido nesta discussão dos astros”, pois estava sendo acusado de ser “inimigo da astronomia”. Entretanto, o seu argumento era que esta comissão ou as pesquisas realizadas pelo Observatório não expressavam os interesses do homem comum, alheio aos debates científicos, e que custearia o empreendimento mesmo sem compreender seus propósitos ou resultados:

...quero que o dinheiro que ajunta a nação brasileira com o suor de seu rosto, explorando a natureza ingrata deste solo duro, só possa ser disposto por sua vontade ou pela de seus delegados imediatos. (Apoiados. Muito bem)

A verdadeira liberdade assenta exatamente no poder que tem o parlamento de impedir despesas que não estão, nem na consciência do contribuinte, nem nos interesses da nação. Não admito despesas resolvidas atrás dos reposteiros<sup>36</sup>.

A fala do deputado aponta para o papel do Legislativo de vigilância e delimitação da esfera de ação do Poder Executivo, bem de acordo com as monarquias liberais consolidadas ao longo dos oitocentos. Nessa concepção, governar era estritamente administrar a máquina pública para a preservação da ordem social e da propriedade. E ainda que o liberalismo e o conservadorismo se apresentem como ideologias em oposição, ambas convergem sobre o alcance das ações do Estado, pois os liberais têm como diretriz limitar sua ação, enquanto os conservadores já acreditam que a ação do Estado é restrita<sup>37</sup>.

<sup>34</sup> *Anais da Câmara dos Deputados*, 24 de março de 1882, p. 156-157.

<sup>35</sup> *Anais da Câmara dos Deputados*, 24 de março de 1882, p. 158.

<sup>36</sup> *Anais da Câmara dos Deputados*, 24 de março de 1882, p. 17.

<sup>37</sup> PEIXOTO, Antônio Carlos. *Liberais ou Conservadores?* In: PEIXOTO, Antônio Carlos et alii. **O liberalismo no Brasil Império**. Origens, conceitos e prática. Rio de Janeiro: Revan, 2001, p. 28.



Naquele cenário de 1882, a resistência de Ferreira Vianna e de Andrade Figueira deve ser interpretada como reafirmação da visão de mundo conservadora da qual o Partido Conservador era apenas o repositório político. Cabe lembrar que o pensamento conservador tem como essência a defesa da preservação da ordem, a percepção sobre a propriedade em seus sentidos material e imaterial e a crítica à liberdade irrestrita como subversiva porque despreza a hierarquia social construída sobre a tradição. Na censura de Ferreira Vianna, o Estado havia se desviado de sua função ao promover ideias sem finalidade prática, como a comissão para o trânsito de Vênus, ou no contexto do recrudescimento do abolicionismo, não conter seus avanços que perturbavam a ordem pública e econômica:

Todas as manhãs faz-me a honra de visitar muito cedo, um amigo íntimo, particular. A primeira pergunta infalível que lhe faço é: — O imperador ainda vive? (riso) Sim. Pois... louvado seja Deus! Temos mais um dia de ordem e tranquilidade.

Segunda pergunta: — Ainda há quem se preste a ser seu ministro? (Hilaridade) Ele me diz: — sim. Pois, louvado seja Deus e aqueles que se prestam a ser seus ministros. (Hilaridade prolongada). [...]

E assim vos digo: é mais fácil reorganizar as finanças no desbarato em que vão, encher os abismos dos déficits crescentes; é mais fácil fazer despesas como esta da observação de Vênus e outras, impunemente, do que restabelecer a ordem moral do país (muito bem). Essa é a grande questão.

O país está trabalhado por ideias de anarquia, de rebelião; as ambições cresceram demais; os homens não querem o trabalho, o trabalho está condenado, estigmatizado (muito bem)<sup>38</sup>.

O deputado encerrou o discurso reafirmando seu papel de fiscalizar as finanças do Império e cuja obrigação, naquele momento, era resistir ao pedido de crédito para a comissão científica.

O embate entre o Executivo e o Legislativo foi noticiado pela *Revista Illustrada* que ressaltou a exagerada atenção dispensada pelos deputados ao tema:

Segunda-feira, é ainda Vênus que traz o Sr. Ferreira Vianna à tribuna.

Vênus deve estar satisfeita dessa homenagem, embora às avessas; mas sempre mais agradável do que a indiferença.

[...] O Sr. Andrade Figueira, um deputado sério, perde, entretanto duas horas a falar sobre o assunto [...].

Terça-feira, ainda Vênus...

Muito amor à Vênus devem ter os nossos deputados.

Amor à Vênus ou à retórica. Porque olhem que se tem feito muitos discursos para não dizer cousa nenhuma. Enfim, o crédito foi aprovado, apesar do único discurso notável que se fez relativamente a esta questão: o discursos do Sr. Ferreira Vianna.

<sup>38</sup> **Anais da Câmara dos Deputados**, 24 de março de 1882, p. 18.



Arre! Que os nossos deputados são fastidiosos!<sup>39</sup>

### **“Não passamos de um país de plantadores de café...”**

O discurso de Andrade Figueira apontava a existência de alternativas para o financiamento da comissão, tais como “sobras da receita do exercício”, crédito ordinário na lei de orçamento ou a consignação de fundos destinados a serviços diversos. Ele também sugeriu a criação de um imposto exclusivo ou o uso de verba ordinária, porém, discordava da expedição como empreendimento justificável para novo crédito. Na opinião do deputado, o governo procurava ostentar inclinações que o país não possuía para se nivelar às nações europeias, relegando a real vocação brasileira no mapa mundo cultural e econômico:

Eis aí como raciocinou o nosso governo fidalgo.

Nem outra causa podia esperar-se dele tratando-se de uma expedição de navio de guerra às Antilhas à terra d’América, onde primeiro aportou Colombo, à qual se vai dar notícia da existência do Império americano, não como um país de plantadores de café, de cana, de borracha (apartes), de fumo e algodão, mas como um povo de observadores astronômicos...<sup>40</sup>

As expressões-chave “governo fidalgo” e “país de plantadores” evidenciam dois projetos antagônicos de Brasil: o progressista, que buscava aproximar o país dos padrões de desenvolvimento tecnológico e industrial e introduzir os novos debates científicos e sociais. E o conservador, para o qual as demandas nacionais eram norteadas pelo papel agroexportador do país e que se confundia, na visão de Andrade Figueira, com o papel desempenhado pelos “plantadores”. Estes requisitavam um governo de engajamento nos problemas concretos da economia, da escravidão e do controle social, sobretudo, em favor da lavoura, considerada o motor da nação. Na crítica do deputado, o governo se ocupava com especulações e com abstrações para forjar sua presença na modernidade, porém descolado das necessidades do país real:

Pretende-se, porém, que seria uma vergonha para esse país não figurar neste concerto europeu, universal. Estes concertos universais suscitam em geral da parte do orador extrema desconfiança. Quando ouve dizer — sistema universal, exposição universal, panaceia universal, enfim todos estes títulos com pretensão de universais, fica imediatamente suspeitoso de que esta pompa no estilo oculta contrabando.

É o que acontece com este fenômeno, com este concerto universal para observar Vênus<sup>41</sup>.

<sup>39</sup> Revista Illustrada, nº 293 – abril de 1882, p. 6.

<sup>40</sup> Anais da Câmara dos Deputados, 27 de março de 1882, p. 167.

<sup>41</sup> Anais da Câmara dos Deputados, 27 de março de 1882, p. 173.



O parlamentar reafirmou que “não passamos de um país de plantadores de café” e, portanto, o Brasil não poderia ser nivelado às demais civilizações que consolidaram a investigação científica como tradição ao longo de suas trajetórias. Andrade Figueira apontava como entraves para o desenvolvimento das ciências no país, o pouco tempo de existência do Estado para o amadurecimento de tal aptidão e a carência de instrução da população:

Eis o embaraço da instrução entre nós. É como a queixa de que os jornais literários e científicos não têm entre nos leitores; é como a queixa de que os homens de letras no nosso país, se não são empregados públicos, morrem de fome, o que o orador acredita bem. Mas qual é a razão? A razão é porque não há gosto pela ciência entre a população, e não há gosto porque ela não possui os primeiros rudimentos. Não é porque o espírito brasileiro não tenha toda a capacidade para as ciências e para a literatura, mas faltam-lhe os rudimentos.

Pois, como é possível que uma população que não conhece os princípios rudimentares das matemáticas possa apreciar a astronomia? Como é possível que uma população que não conheça o A B C possa apreciar as letras, ler os discursos dos grandes oradores sagrados e profanos?

É manifesto que é preciso formar o fundo, o capital, por assim dizer, da instrução deste país [...]<sup>42</sup>.

Os debates prosseguiram no dia seguinte, quando outros deputados também se manifestaram. Os conservadores se mantiveram coesos contra a proposta de crédito, enquanto os liberais os acusavam de apenas usar a questão para atacar o governo. No quarto dia, a redação do projeto foi alterada e aprovada<sup>43</sup> e, finalmente, seguiu para o Senado.

O pedido de crédito foi visto com reticências por parte dos senadores. Considerações irônicas foram extraídas da questão pelo senador Silveira da Motta, representante pelo Partido Liberal, “nós ainda não estamos ocupados com as questões de Vênus e, entretanto, o ministério, segundo consta, está em risco de morrer de mal venéreo (riso) da Câmara dos Deputados”<sup>44</sup>. O mesmo senador governista ainda censurou o projeto com os mesmos argumentos dos deputados da oposição, “isso não passa de uma brincadeira de mau gosto porque não temos ninguém para mandar fazer essa observação. É só para figurar no barulho e pelo prazer de representar um mau papel gastando de mais a mais, para isso o que não temos”<sup>45</sup>. Para o senador, o governo deveria tratar apenas de questões práticas e que julgava reconhecidas pela população:

Querem consolar este pobre povo brasileiro, contenta-lo, dizendo-lhe: ‘Sr. povo, você agora ficará sabendo a distância que vai da Terra ao Sol! Oh! Que grande necessidade satisfeita! Esses *caipiras* todos ficarão sabendo a que distância do Sol está o nosso planeta! Não é uma verdade especulativa,

<sup>42</sup> *Anais da Câmara dos Deputados*, 27 de março de 1882, p. 175.

<sup>43</sup> *Anais da Câmara dos Deputados*, 29 de março de 1882.

<sup>44</sup> Senador Silveira da Motta. *Anais do Senado*, sessão em 01 de abril de 1882, p. 6.

<sup>45</sup> Senador Silveira da Motta. *Anais do Senado*, sessão em 15 de abril de 1882, p. 118.



senhores, embora de aplicação científica, que deva preocupar um governo para desvia-lo do caminho de economias [grifo da própria fonte]<sup>46</sup>.

Apesar da polêmica nas duas casas parlamentares, o crédito foi concedido ao Ministério do Império, porém negado ao Ministério da Marinha<sup>47</sup>. Diante dessa negativa, a verba de 30.000\$000 foi complementada com “donativos particulares” para financiar a comissão científica<sup>48</sup>:

Está decidido, o nosso observatório verá Vênus passar: por lei de n. 3.102, foi concedido do crédito extraordinário de 30 contos necessário para uma comissão ir ver a deusa... É uma paixão como outra qualquer; mas, cuidado! Como observa o Dr. Ferreira Vianna, quem gasta muito com Vênus, acaba por gastar mais caro com mercúrio!<sup>49</sup>

Luís Cruls, diretor do Imperial Observatório, trabalhou intensamente para concretizar a comissão, construiu um simulador no terreno do Imperial Observatório onde ele treinou as equipes de observadores que sairiam do Rio de Janeiro: Julião de Oliveira Lacaille (Pernambuco), Antônio Luís von Hoonholtz, o Barão de Teffé (Antilhas) e a dele próprio que seguiria para o Chile, e orientou sobre os métodos e os instrumentos para realizar a pesquisa<sup>50</sup>.

Àquela altura a “passagem de Vênus” entrara no vocabulário cotidiano impulsionado pelos debates parlamentares e pela imprensa. A popularidade do assunto é evidenciada no uso do evento em propagandas de cigarros<sup>51</sup>; capas da *Revista Illustrada*<sup>52</sup> e chistes sobre a expectativa com a missão astronômica: “como o céu ele é imenso, como o céu ele é azul; mas tem ele sequer uma pequena Vênus para ser observada? Pedro d’Alcântara”<sup>53</sup>. Os preparativos para a participação do Brasil no evento científico foram cobertos por dois dos periódicos de maior circulação na Corte na década de 1880, a *Revista Illustrada* e a *Gazeta de Notícias*. Havia o desejo de reconhecimento internacional para a Comissão Astronômica Brasileira:

<sup>46</sup> Senador Silveira da Motta. **Anais do Senado**, sessão em 29 de maio de 1882, p. 91.

<sup>47</sup> As propostas de pedido de crédito pelo Ministério do Império e pelo Ministério da Marinha foram fundidas em um único projeto pela Câmara dos Deputados, e enviado ao Senado. Este rejeitou a fusão e negou a verba em separado à Marinha, sob o argumento de que não havia pessoal habilitado no referido ministério para essa comissão. **Anais do Senado**, sessão em 05 de maio de 1882, p. 356-357.

<sup>48</sup> Relatório apresentado à Assembleia Legislativa na terceira sessão da décima oitava legislatura pelo Ministro e secretário de Estado dos negócios do Império Pedro Leão Velloso, p. 70. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1749/> Acesso em 27/07/2017.

<sup>49</sup> **Revista Illustrada**, nº 313 – Agosto de 1882, p. 7.

<sup>50</sup> HENRIQUES, Vania Patalano. **O gosto do estudo e da observação**: a Revista do Observatório e a astronomia brasileira no final do século XIX. Tese de doutorado. UFF, 2010, p. 164.

<sup>51</sup> **Gazeta de Notícias**, 05 de março de 1883, p. 4.

<sup>52</sup> **Revista Illustrada**, nº 317 – Setembro de 1882 e nº 324 – Dezembro de 1882.

<sup>53</sup> **Revista Illustrada**, nº 328 – Dezembro de 1882, p. 7.



E nós que esgrimimos tanto para que o Brasil fizesse figural! Os jornais norte-americanos, o New York Times e outros da conta dos países que se preparam para observar a passagem de Vênus pelo sol, citam a França, a Inglaterra, a Espanha, Rússia, Áustria, Suíça, Itália, San Martino... e nem uma palavra do pobre vizinho Estado<sup>54</sup>.

A expedição da Marinha seguiu para as Antilhas em 22 de setembro de 1882, chefiada pelo Barão de Teffé (Capitão de Mar e Guerra), composta por Francisco Calheiros da Graça (Capitão Tenente e astrônomo), Arthur Índio do Brasil (Primeiro Tenente) e pelos auxiliares Barros Lobo (Guardião da Armada) e João Gonçalves (Marinheiro)<sup>55</sup>. No dia 26 de outubro, Luis Cruls e Moreira de Assis (mecânico do Observatório) partiram para Punta Arenas (Chile) após receberem a visita de Pedro II na embarcação, que lá permaneceu durante todo o dia até o momento do navio zarpar do porto<sup>56</sup>.

Em 06 de dezembro, dia da passagem de Vênus, a Comissão chefiada pelo Barão de Teffé estava a postos na Ilha de São Tomás, aparelhada para a investigação científica. Entretanto, a divergência em menos de um segundo sobre os cálculos para o fenômeno e as mudanças das condições climáticas — chuva e ventos fortes — na parte da manhã impediram o sucesso da observação do trânsito de Vênus pelo disco solar<sup>57</sup>. Após quatro tentativas de observação do fenômeno, a fala do Barão de Teffé nos dá a dimensão da frustração que se abateu sobre sua expedição, e o próprio ponderava sobre o significado de reportar ao Brasil os resultados da pesquisa:

A lembrança do prazer e deleite mesmo que o malogro da minha missão proporcionaria aos despeitados, me punha de um péssimo humor. Com efeito, trabalhara mais de um mês e meio sem descanso, a princípio exposto ao sol ardente [...] depois de todas estas fadigas, vieram as nuvens e a chuva, como mero capricho da natureza, inutilizando tantos esforços era, na verdade, uma decepção horrível<sup>58</sup>.

A partir da tarde a visibilidade foi, progressivamente, melhorando e permitiu a observação pela equipe de Teffé nas Antilhas. A equipe de Luís Cruls foi a mais feliz, pois conseguiu observar o fenômeno dentro das expectativas. Pedro II esteve no Imperial Observatório do Rio de Janeiro para acompanhar a observação do trânsito de Vênus ao lado da equipe de astrônomos,

<sup>54</sup> Revista Illustrada, nº 317 – Setembro de 1882, p. 3.

<sup>55</sup> Gazeta de Notícias, 22 de setembro de 1882, p. 1.

<sup>56</sup> Notas de Viagem pelo Capitão de Fragata Luiz de Saldanha. **Revista Marítima Brasileira**. Ano Terceiro – Vol. 5. Rio de Janeiro: Lombaerts & C. – Editores, 1883, p. 14.

<sup>57</sup> Ofício do Barão de Teffé publicado pelo periódico em **Gazeta de Notícias**, 05 de janeiro de 1883.

<sup>58</sup> Citado por MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. “**Nos braços de Vênus às poltronas da Academia**”. Artigos Navegator, no.1/2005. [http://revistanavigator.com.br/navig1/art/N1\\_art1.pdf](http://revistanavigator.com.br/navig1/art/N1_art1.pdf) Acesso em 24/03/2017.



porém as nuvens impediram a visualização do planeta<sup>59</sup>. Em Olinda, onde o Presidente de Província também compareceu no observatório para o evento, o céu também esteve encoberto<sup>60</sup>.

Entre janeiro e fevereiro de 1883, as duas equipes retornaram ao Brasil e seus integrantes foram laureados pelo Imperador Pedro II. Os membros das expedições receberam a Ordem Rosa: o Barão de Teffé foi condecorado com honras de grandeza, Luís Cruls foi nomeado Comendador, enquanto os demais foram titulados nos graus de Cavaleiro e Oficial dessa ordem, e outros receberam a Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo<sup>61</sup>. Cabe mencionar a visibilidade dos trabalhos individuais proporcionada pela participação na expedição. Gustavo Rumbelsperger, naturalista e ajudante da Comissão de Cruls, teve sua coleção de mineralogia, botânica e zoologia enviada para o Museu Nacional pelo Ministro do Império, pouco tempo depois de seu retorno, e visitada pelo Imperador<sup>62</sup>. Calheiros e Índio do Brasil foram convidados pelo Barão de Teffé para tomar parte de nova comissão, desta vez sobre a longitude das costas do Brasil, resultando na invenção de um instrumento de medição dos níveis das marés por Índio do Brasil<sup>63</sup>.

A atuação da Comissão Brasileira na observação do trânsito de Vênus daria ao país reconhecimento na comunidade científica internacional. Em abril do mesmo ano, Luís Cruls recebeu o Prêmio Valz da Academia de Ciências de Paris por suas pesquisas com cometas. A premiação ressaltou o apoio de Pedro II ao trabalho de Cruls e significou a superação da crise de credibilidade que o Observatório atravessava. Para Hervé Faye, o astrônomo que concedeu o prêmio, este era “um encorajamento e como uma manifestação do alto conceito que vós fazeis dos serviços que deverão ser prestados à ciência pelo Observatório do Rio”<sup>64</sup>. Deve ser mencionado que Luís Cruls era originalmente formado em engenharia e sua trajetória como astrônomo, segundo Videira, provavelmente, foi construída no Imperial Observatório do Rio de Janeiro<sup>65</sup>. O reconhecimento se estendeu ao Barão de Tefé, cujo relatório sobre o trânsito de Vênus foi recebido como contribuição valiosa para a Astronomia e lhe valeu a indicação à Academia de Ciências de Paris<sup>66</sup>.

<sup>59</sup> Revista Illustrada, nº 324 – Dezembro de 1882. Não paginado.

<sup>60</sup> Diário de Pernambuco, 08 de dezembro de 1882, p. 2.

<sup>61</sup> Gazeta de Notícias, 14 de março de 1882, p. 1.

<sup>62</sup> Gazeta de Notícias, 19 de março de 1883, p. 1.

<sup>63</sup> ABREU, Alzira Alves. **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República** [Recurso eletrônico]: 1889-1930. Editora FGV, 2015. Acessado em 26/03/2017.

<sup>64</sup> Citado por VIDEIRA, Antônio Augusto Passos. Luís Cruls e o Prêmio Valz de Astronomia. **Cronos** (Natal), Valencia, v. 7, n. q, p. 85-104, 2004.

<sup>65</sup> Citado por VIDEIRA, Antônio Augusto Passos. Luís Cruls e o Prêmio Valz de Astronomia. **Cronos** (Natal), Valencia, v. 7, n. q, p. 85-104, 2004.

<sup>66</sup> MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. “**Nos braços de Vênus às poltronas da Academia**”. Artigos Navegator, no.1/2005. [http://revistanavigator.com.br/navig1/art/N1\\_art1.pdf](http://revistanavigator.com.br/navig1/art/N1_art1.pdf) Acesso em 24/03/2017.



Em outubro de 1883, o periódico *Brazil*, do Partido Conservador, publicou um artigo em que destacava os esforços isolados de agricultores para manter os engenhos de açúcar do Rio do Janeiro. O artigo censurava a falta de apoio do governo aos projetos para melhorar a produção em decadência, e alegava que se não havia recurso financeiro para ajudar a lavoura, como poderia ter para financiar “expedição científica do Ceará, observação da passagem de Vênus e congresso da instrução”<sup>67</sup>? O crédito concedido à comissão de Astronomia continuaria a ser lembrado como gasto desnecessário porque não empregado na atividade considerada vital para o país, a lavoura.

### Considerações finais

Como foi observado em uma publicação no *Jornal do Commercio*, a respeito da resistência de deputados e de senadores em conceder o crédito ao Imperial Observatório, “o Brasil não pode conservar-se alheio a este movimento, sob pena de não corresponder ao seu papel. Uma grande nação não vive exclusivamente para produzir e consumir, mas tem o alto dever de contribuir para o progresso geral da ciência”<sup>68</sup>. Tal debate parlamentar expõe a percepção de parte da classe política sobre a pesquisa científica como atividade estranha às demandas da estrutura econômica e social do país, fundamentada sobre a agroexportação e sobre a escravidão. As falas dos deputados do Partido Conservador descrevem um Brasil limitado por essa mesma estrutura, em que a alfabetização aparece como privilégio de poucos e a máquina governamental funciona para os privilegiados pela educação e pela propriedade, especialmente a propriedade fundiária, que se representava como a essência da nação.

Nesse quadro, a pesquisa científica aparecia ora como passatempo exótico, e por isso não devia constar entre as preocupações do país, ora como simples recurso para aperfeiçoamento de atividades econômicas. O trabalho realizado pela comunidade científica, representada aqui por Luís Cruls, pelo Barão de Teffé e suas equipes de astrônomos, era invisível para a população, que não conseguia percebê-lo no cotidiano, e para o Estado, que não valorizava o conhecimento científico como expressão intelectual do país oficial e tampouco do país real. Nas vozes dos parlamentares, compreendia-se por país oficial, a cafeicultura, as tensões sobre a iminente abolição da escravidão e a expansão das estradas de ferro para incrementar a economia. O país real era a carência de instrução da maioria da população, a visão de mundo criada em torno da lavoura e seus valores simbólicos que alcançavam mesmo as cidades. A comunidade científica era o país imaginado, comprimindo-se entre o país oficial e o país real, idealizava e concretizava um Brasil que ela percebia além dos interesses tão somente políticos e econômicos.

<sup>67</sup> **Brazil**, 11 de outubro de 1883, p. 2-3.

<sup>68</sup> **Jornal do Commercio**, 22 de março de 1882, p. 1.



# **“Casas bandeiristas” na construção da identidade paulista: um estudo da casa seiscentista de Santana de Parnaíba/SP**

**“Casas bandeiristas” in the construction of the identity of the native of São Paulo: the case of the seventeenth-century house of Santana de Parnaíba/SP**

**Daniel Martins Barros Benedito**

Graduado em História  
Universidade Federal de São Paulo (São Paulo)  
martins.barros@unifesp.br

**Recebido em:** 09/04/2017

**Aprovado em:** 30/08/2017

**RESUMO:** Este artigo investiga a história que circulou nos órgãos de preservação do patrimônio, levando ao tombamento de uma casa de taipa de pilão na cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, apontada como sendo uma construção seiscentista, porém não comprovada pela pesquisa histórica. Foi tombada em 1957 e utilizada para instalação de museu entre 1962 e a atualidade, contando com uma nova museografia a partir de 2014. Apesar de ter documentada uma história de que a casa pertenceu a ex-escravos, a exposição atual não mostra esse elemento, pelo contrário, omite-o e mostra a história sobre os primeiros moradores dela baseada na história mítica dos bandeirantes. O motivo dessa mudança é entendido como sendo parte de uma política cultural exitosa do projeto de nação de agentes dos órgãos de preservação do patrimônio que trabalharam a memória coletiva e as exclusões a partir de gostos pessoais.

**PALAVRAS CHAVE:** Casas Bandeiristas, História-memória, Santana de Parnaíba.

**ABSTRACT:** This article investigates the history that circulated in the organs of preservation of the patrimony, leading to the tipping of a house of pounded clay in the city of Santana de Parnaíba, State of São Paulo, indicated as being a seventeenth - century construction, but not proved by the research Historical. It was registered in 1957 and used for installation of a museum between 1962 and present, with a new museography from 2014. Despite having documented a history of the house belonging to former slaves, the current exhibition does not show this element, at least On the contrary, he omits it and shows the story about the first inhabitants of it based on the mythical history of the bandeirantes. The reason for this change is understood to be part of a successful cultural policy of the nation project of agents of the organs of preservation of the patrimony that worked the collective memory and the exclusions from personal tastes.

**KEYWORDS:** Bandeirista Houses, History-memory, Santana de Parnaíba.



## Seleção dos bens da nação

Lowande<sup>1</sup> aponta para o surgimento de uma “bibliografia” sobre patrimônio e um balanço das práticas patrimoniais quando ocorrem “carências de sentido” no que vinha sendo praticado. Foi assim quando houve a substituição de Rodrigo Melo de Franco Andrade por Renato Soeiro e depois por Aloísio Magalhães na direção do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Olhando para este passado e para prática, convencionou-se sintetizar o que o órgão fez sob a direção do Dr. Rodrigo como fase heróica. Verificamos perdas de sentido nos monumentos não intencionais, ou seja, que não foram criados deliberadamente para rememoração, tal como nas estátuas<sup>2</sup>, mas que no processo de consagração foram refeitos nas temidas restaurações estilísticas. Não estão claros os valores mobilizados para o tombamento e se os bens tombados fossem objeto de estudos e tombamentos na atualidade, necessitariam de uma maior explicação de sua escolha, pois são na verdade projetos próprios dos especialistas, mantendo a população longe desse debate.

Este artigo é um resumo de um trabalho de conclusão de curso de graduação em História pela UNIFESP sob a orientação de Lucília Santos Siqueira e de certa maneira se vincula ao grupo de estudo sob sua orientação, o GVEPP – Grupo de Visitas, Estudo e Pesquisa em Patrimônio. O objetivo dessa investigação é entender a história que se produziu e circulou nos órgãos de preservação e suas releituras sobre a casa supostamente seiscentista de Santana de Parnaíba, cidade da região metropolitana de São Paulo, Estado de São Paulo.

A metodologia consistiu na análise da documentação produzida no período de tombamento, ocorrido de 1957 até 1959, quando houve uma breve pesquisa para inscrição no livro do tombo e sua restauração. Entretanto, observamos na superintendência do IPHAN, em São Paulo, outros documentos “apócrifos” de grande importância para compreender melhor a atividade administrativa, jurídica e de certa maneira remontar o passo a passo da ação, que não foram incluídos nos processos nº 557-T de 1958 e 520-T. A periodização da documentação armazenada na superintendência paulista do IPHAN recua aos anos de 1941 e estende-se até

<sup>1</sup> LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. Orientando-se em meio a lapsos: considerações sobre a produção historiográfica relativa às políticas públicas de preservação patrimonial no Brasil. **Revista CPC**, São Paulo, n.15, p. 050-066, nov. 2012/abr. 2013

<sup>2</sup> Sobre os monumentos intencionais dos não intencionais ver: RIEGL, A. **El culto moderno a los monumentos**. Madrid: Machado Libros S.A, 2008, p. 29. Os monumentos intencionais a construção de sentido é algo intrínseco e a memória sobre o monumento imediata seja pela coisa só ou por suas legendas de identificação já o monumento não intencional o valor e o sentido são construídos com maior dificuldade e relembrar por qual motivo tem valor é mais difícil.



meados de 2009. Cruzando os dados obtidos pela análise das fontes com todo referencial teórico escrito sobre a atuação do IPHAN, de Luis Saia à restauração, pode-se visualizar um panorama em consonância com a temática da edição da Revista *Temporalidades*.

Nas brochuras turísticas de Santana de Parnaíba, sites e outros instrumentos de divulgação do turismo, a casa térrea de nº 09 é apresentada como sendo a única casa bandeirista urbana do segundo século. São duas casas vizinhas, sendo uma térrea de nº 09, apresentada como do século XVII. Possui janelas e portas com verga reta e esquadrias de cor preta, pelo uso do extrato de nogueira. Conta também com janelas de assento, popularmente conhecidas como conversadeiras. A outra edificação de dois pavimentos e com duas numerações, 19 e 25, é um sobrado que possui esquadrias em cor verde e as portas e janelas com arco abatido, apresentada como do final do século XVIII e início do XIX.

No atual museu instalado nas duas casas, existem diversos painéis com narrativas sobre a história local, divididos em módulos temáticos. O módulo de arquitetura é assinado pelo arquiteto Victor Hugo Mori e apresenta detalhes da casa seiscentista, entretanto sem citar os termos bandeirista urbana ou bandeirista. Mori aponta também que tanto a casa térrea quanto a de dois pavimentos foram construídas e cobertas por um mesmo telhado, detalhe que podemos constatar através de uma marca na parede de Taipa, que possui uma parte construída com a técnica do adobe, o que marcaria os séculos XVII e XVIII respectivamente.

Não foi considerada para fins de tombamento uma pesquisa mais apurada sobre esses imóveis, como demonstraremos ao longo do texto, sendo usado um recurso turístico muito comum na cidade de Santana de Parnaíba, de se vincular tudo à história dos sertanistas conhecidos como bandeirantes e por muitas vezes é feita uma associação da propriedade dessas construções a essas figuras míticas de forma arbitrária e sem critérios de análise aprofundados.

O processo de seleção dos bens culturais nacionais a serem protegidos foi uma iniciativa da elite dos intelectuais brasileiros em torno de Capanema na era Vargas:

Essa geração de jovens intelectuais e políticos [...] converteu sua tomada de consciência do legado barroco em ponto de partida de toda uma política de revalorização daquele repertório que eles mesmos mapearam e definiram como uma “identidade nacional” iluminista no tropico dependente [...] amostra requintada e reverenciada das culminâncias de seu universo simbólico e, ao mesmo tempo, o inventário, arrolado à sua imagem e semelhança, dos grandes feitos, obras e personagens do passado. A política do patrimônio ostenta essa marca classista em tudo que lhe diz respeito.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001



Dentro dessa elite, o discurso não foi homogêneo, contando com as mais diversificadas correntes sobre a evolução da nação. Lowande<sup>4</sup> aponta para o grupo em torno da sociedade de etnografia e folclore de São Paulo com Mário de Andrade e Luis Saia, sendo sua versão de nação a cultura primitiva paulista dita mameluca.

Em 1944, dentro do projeto editorial da Revista IPHAN, Luis Saia publicou um artigo intitulado “Nota Sobre Arquitetura Rural Paulista do Segundo Século” lançando sua versão e sua orientação dentro da repartição sobre um tipo de residência rural que “induzem a considerar como solução arquitetônica típica para fazendeiros mais abastados do Século XVII”. Em sua definição, consta que este tipo arquitetônico é construído em forma retangular com paredes em taipa de pilão, com quatro inclinações de telhado, nas proximidades de um riacho a meia encosta e com o seguinte esquema: faixa fronteira com capela, alpendre, quarto de hóspede, corredor central, quartos nos fundos e laterais. Dentro deste artigo, a casa seiscentista de Santana de Parnaíba é pouco apresentada, são citados apenas os elementos comuns às outras casas. Esses detalhes, segundo Saia, sugeririam uma longevidade comparável a essas casas rurais, porém, apesar de pesquisas, não foram descobertas precisamente informações importantes.

Ao analisarmos São Paulo nas origens das práticas patrimoniais, observamos que o Estado de São Paulo não foi destino favorito desses intelectuais por várias razões explicadas por sua história, como os estrangeirismos, ecletismo e classicismo, trazidos pela riqueza do café, o que excluiu as vilas operárias, festas populares e estações ferroviárias que teriam uma importância rememorativa muito grande para grupos que não dispunham de recursos para verem protegidos elementos de seu passado. Os projetos de nação dos especialistas eram levados a cabo às vezes durante uma vida toda ou tombando capelas, igrejas, quartéis, fortes ou edificações civis.

Durante as festividades do IV centenário da fundação da cidade de São Paulo (1954), várias ações foram feitas por políticos e intelectuais resgatando um passado glorioso, heróico e fantasioso da pobreza dos sertanistas, maloqueiros, mamelecos ou portugueses de São Paulo<sup>5</sup>. Arbitrariamente, durante a restauração de uma casa nos “padrões” estabelecidos por Luis Saia como sendo seiscentista, a casa do Butantã, Saia escreve um artigo mudando o nome das casas que ele passou a vida estudando de casas rurais sedes de fazendas para Casas Bandeiristas<sup>6</sup>.

<sup>4</sup> LOWANDE. Orientando-se em meio a lapsos: **Revista CPC**, p. 050-066.

<sup>5</sup> SPOSITO, Fernanda. **Santos, heróis ou demônios? Sobre as relações entre índios, jesuítas e colonizadores na América meridional** (São Paulo e Paraguai, séculos XVI e XVII). Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: FFLCH/USP, 2013.

<sup>6</sup> SAIA, Luís. **Morada Paulista**. São Paulo: Editora Perspectiva – 3<sup>a</sup> ed. – 1<sup>a</sup> reimpr. 2005.



Cada um dos intelectuais tinha o seu projeto de nação, buscando para isso patrimonializar seus projetos, tal qual aconteceu com os pedidos de tombamento encabeçados por Lucio Costa. Com o apoio da rede de intelectuais ufanistas, a partir de 1954, Costa se propôs a realizar o tombamento da casa seiscentista de Santana de Parnaíba. Herman Hugo Graeser ficou incumbido de localizar os proprietários da casa térrea e do sobrado. Localizou apenas dados referentes aos donos do sobrado, que moravam no bairro paulistano do Ipiranga, porém em relação à casa térrea seiscentista, nosso objeto de estudo, Graeser não encontrou nenhuma informação.

Para realizar a pesquisa histórica, foi emprestada a professora efetiva do magistério secundário oficial, Maria Regina da Cunha Rodrigues. O trabalho de pesquisa foi postergado até depois do tombamento do imóvel em 1959, ano em que estava acontecendo a restauração. O Ministro de Educação e Saúde havia feito um pedido para que o governo do Estado de São Paulo cedesse uma professora para realizar as pesquisas e o IPHAN se encarregaria de remunerá-la. A questão de falta de pessoal sempre foi e é um dos grandes impasses no patrimônio, de início com o patrimônio edificado e nos tempos atuais com o patrimônio imaterial. Nesse caso, houve a necessidade de pedir por empréstimo os serviços da servidora estadual. Nas orientações de Lucio Costa observamos:

[...] Contudo, não é necessário nem mesmo talvez aconselhável o recurso a historiadores de profissão uma vez que a curiosidade de ofício os conduz insensivelmente a pesquisas laterais demoradas e absorventes com prejuízo dos informes simples e precisos que interessam à repartição. (...) O que importa é a circunspeção do pesquisador [...].<sup>7</sup>

Em diversas ocasiões, pode-se verificar que a pesquisadora cobrou o IPHAN sobre seus pagamentos, como por exemplo no ofício enviado por Luis Saia ao Rio de Janeiro que faz menção ao trabalho realizado por Maria Regina, na produção de 150 fichas de janeiro a abril de 1959:

Finalmente incerto de quanto se deva pagar à Dona Maria Regina pelo seu trabalho, embora desde as suas primeiras indagações, eu tenha me abstido de opinar, devo juntar a este relatório uma cópia de carta da referida pesquisadora de data de 11 de fevereiro de 1959, a qual há referências a respeito da remuneração que recebia como professora efetiva do magistério secundário oficial do Estado. Julgo este dado interessante para o processo de avaliação da remuneração devida a senhora Maria Regina.<sup>8</sup>

No serviço do patrimônio, os historiadores não foram grandes expoentes de produção de pesquisa ou de decisão sobre os bens da nação. Em um ofício durante as pesquisas para o tombamento, no ano de 1957, Luis Saia aponta que a pesquisadora estava desalinhada em relação

<sup>7</sup> RIBEIRO, Marcus Tadeu Daniel. Entre o ser e o coletivo o tombamento das casas históricas. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília: IPHAN, 2012.

<sup>8</sup> Documentos armazenados na Superintendência do IPHAN em São Paulo.



a uma forma de trabalho que Saia achava mais “interessante”. Maria Regina seguia por várias linhas, estudando de arquitetura tradicional a inventários e testamentos, buscando uma enorme quantidade de documentos, dos mais variados tipos, como recibos de pagamentos de imposto predial, na tentativa de localizar o proprietário; entretanto, após orientação de Saia, ela dedicou-se apenas a alguns documentos inéditos, descobertos a partir do relato oral de moradores sobre um testamento do proprietário daquela residência. Dessa maneira, foi localizado um testamento de 1860 de Francisco de Paula Barros, arquivado na 3<sup>a</sup> Vara de Família e Sucessão, Fórum de São Paulo. Esse testamento faz referência direta à edificação e informa os direitos de herança: a casa passaria aos escravos de Francisco de Paula Barros, sendo que no testamento aparece o nome do “escravomenino Valério” e com a morte do último que se utilizaria da casa, a posse ficaria para a padroeira Nossa Senhora de Santa Ana. O falecimento do herdeiro “ex-escravo” Valério de Paula Barros ocorreu 1927.

A empreitada de tombar as casas que Luis Saia determinava como uma espécie de valor nacional, inserindo a participação paulista nos bens da nação, lograva êxito porque encontrava ressonâncias em várias pessoas interessadas na (re)construção do passado Paulista. Em meados dos anos 50, vemos uma atuação firme na construção de uma identificação eficaz com os símbolos Paulistas; construção de uma mesma identidade para os migrantes, imigrantes e da população de todo o Brasil, na crença de São Paulo como locomotiva do progresso do país, como um destino manifesto desde os bandeirantes.

### **Rede de apoio à memória bandeirista**

[...] Correspondendo às transformações materiais e étnicas da cidade, transformavam-se também as relações históricas com o passado colonial. A criação do Museu Paulista e do próprio Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo metabolizaram a recuperação idealizada das elites ancestrais de São Paulo, sobre as quais pesava a ignorância documental e factual – e pairava o espectro da miscigenação e do obscurantismo de linhagem. Ao mesmo tempo em que se destruíram os vestígios materiais, foram sendo reconstruídos os feitos bandeirantes, enaltecidos pelo pioneirismo que legara ao país a configuração geográfica arrancada à Coroa espanhola. À louvação dos feitos sertanistas correspondeu ainda o enaltecimento da raça, síntese entre o gentio e o colonizador, que excluía naturalmente o negro africano [...].<sup>9</sup>

Dentro das esferas governamentais, essa atuação aparece nas ações do governo do Estado de São Paulo que promulga uma série de leis que corroboram para o que estamos falando. A primeira delas é o Decreto nº 26.218, de 3 de agosto de 1956 que cria os Museus Históricos e

<sup>9</sup> MARINS, Paulo César Garcez. O Parque Ibirapuera e a construção da identidade paulista. **Anais do Museu Paulista**, história e cultura material, São Paulo, v. 6-7, p. 9-36, 1998-1999.



Pedagógicos; outra é o Decreto Lei nº 32.767 de 16 de Junho de 1958, que dispõe sobre um grupo de trabalho que faria a reconstituição do “Quadro Histórico dos Municípios do Estado de São Paulo, preservação de seus patrimônios históricos, pesquisas e demais atividades relacionadas com o estudo da evolução histórico-social do Estado”. No mesmo ano, por meio do Decreto Lei 33.980, de 19 de novembro, Jânio Quadros cria a Rede de Museus Históricos e Pedagógicos e a não menos importante Lei 10.247 de criação do CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo). O Serviço de Museus sob o comando de Vinícius Stein Campos formatou a criação dos museus em períodos históricos diferentes: O Colonial, o Monárquico e o Republicano<sup>10</sup>. Outros museus foram criados depois por outros decretos, eis a necessidade do tombamento em nível estadual para a instalação de um museu no imóvel:

Decreto Nº 40.444, de 23 de Julho de 1962, que “autoriza a instalação, em Santana do Parnaíba, do Museu Histórico e Pedagógico Anhanguera”: “Considerando que a tradicional cidade de Santana do Parnaíba possui restaurada pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, *a casa do Anhanguera*, local que se presta à instalação de um museu histórico nos moldes dos que vem sendo criados na Secretaria da Educação”, traz ainda que “Considerando finalmente que a figura de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, precisa ser melhor cultuada e conhecida das novas gerações”.

Quem promulgou tal decreto foi o Governador do Estado de São Paulo, Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto, cinco anos depois do tombamento efetuado pelo IPHAN, em 1958. Essa rede de intelectuais que, interessados na sociedade bandeirista, fizeram a consolidação do mito no intuito de implementar suas ideias. A partir de então, para todo sempre a casa passa a ser difundida como sendo a casa que morou o Anhanguera<sup>11</sup>, porém não há registro documental de tal antiguidade e de seu primitivo morador. O tombamento realizado pelo CONDEPHAAT não acrescenta nenhuma informação nova, foi apenas uma compilação das informações do processo do IPHAN.

Ao analisarmos que conhecimento histórico esse museu exibiu para seu público, abre-se outro leque de autores clássicos, onde dentre eles aponta-se a contribuição do sociólogo Maurice Halbwachs e do professor Ulpiano T. Bezerra de Menezes. Faremos um breve esboço de algumas ideias dos dois para subsidiar a discussão. Nunca foi falado ao público, que se têm mais perguntas

<sup>10</sup> MISAN, Simona. **A Implantação dos Museus Históricos e Pedagógicos do Estado de São Paulo (1956 - 1973)**. Tese de Doutorado, USP/FFLCH, São Paulo, 2005.

<sup>11</sup> Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera foi um sertanista que explorou o Brasil central, nas proximidades da atual região de Goiás seu filho com o mesmo nome nasceu em Santana de Parnaíba, no inicio do século XVIII existe um regimento, incentivo e permissão para exploração das minas de Goiás ver mais em PALACÍN, Luis. **Sociedade colonial (1549-1599)**. Goiânia: Ed. da UFG, 1981.

do que respostas, sobre os moradores dessa casa, seus hábitos, costumes e tradições. Foi referendada e apresentada como legítima toda uma historiografia produzida no início do século XX sobre os sertanistas ou bandeirantes, basta dizer que o brasão de armas do município de Santana de Parnaíba foi desenhado por Afonso d'Escagnolle Taunay, que foi diretor do Museu Paulista popular Museu do Ipiranga e que a figura do bandeirante foi usada no discurso daquele museu. A documentação existente sobre a casa e sua história é apenas um testamento do século XIX onde um proprietário, Francisco de Paula Barros, sem filhos ou parentes próximos, deixa sua casa para que seus cinco escravos utilizem o imóvel até o último vir a falecer e quando ocorresse este momento a casa passaria à posse de Nossa Senhora de Santana. Depois do decreto de criação do museu, o problema aumenta muito.

Escritores como o poeta Paulo Bomfim entre outros intelectuais mais apaixonados pelo tema difundiram nos jornais que aquela foi a casa onde morou Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, sertanista que ameaçou os índios perguntando onde havia ouro. Caso os índios não revelassem, ele ameaçava queimar as águas dos rios. Teria colocado fogo em um líquido transparente como água só que era aguardente e assustava os índios, que o chamavam de feiticeiro *Anhanguera*. A museografia desde então passa a fazer o inverso do que propõe o professor Ulpiano que seria ir do artefato (cultura material) para a sociedade, não da sociedade que é projetada nos poucos objetos musealizados. No texto “Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico<sup>12</sup>” dentre as várias reflexões destaco a dualidade entre museu fórum, do debate e da construção do conhecimento, para o museu templo, lugar de culto e sem questionamento. Outra questão tentadora: existe conhecimento histórico dentro de um museu de história? A resposta parece óbvia, mas não é, os museus em seus discursos oficiais passam a compor elementos da memória coletiva, no caso a substituição do morador da casa “um ex-escravizado” ou os ex-escravos, para um bandeirante, que pelos documentos, nunca morou nela.

Maurice Halbwachs conceituou a memória como sendo tudo que flutua, o vivido, o múltiplo, o sagrado, a imagem o afeto, o mágico e a História exclusivamente do campo crítico, problemático e laicizante<sup>13</sup>. O museu tendeu a materializar o construto social dominante para memória coletiva, ao invés de considerar a história dos dominados ou da sociedade como um todo, as linhas entre memória e história ficaram tão tênues e maleáveis que torna-se tarefa difícil contrariar mais de 60 anos de um discurso. E para além, houve uma política de educação patrimonial, em todos os

<sup>12</sup> MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Ser. v.2 p.9-42 jan./dez.1994

<sup>13</sup> DOSSE, François. **História e Ciências Sociais**. Trad. Fernanda Abreu. Bauru, SP: Edusc. 2004.



lugares, voltada a considerar monumentos como verdades históricas mesmo que tenham sido criadas deliberadamente para lembrar ou esquecer algo. As fantasiosas estátuas, pinturas e elementos presentes em praças, museus e livros didáticos que possuem monumentalidade intencional, com intenção de memória, da monumentalidade assegurada pela ancianidade, o tempo e a antiguidade garantiu importância histórica. Os anacronismos ficam claros nas estátuas dos bandeirantes que para o grande público são retratos fieis daqueles tempos.

Tratando das transformações que ocorreram no campo do patrimônio na segunda metade do século XX, quando se amplia a noção de histórico e artístico para a de patrimônio cultural, ampliando também a memorabilidade do fato histórico, emergem novas perspectivas rompendo com o ufanismo paulista dos bandeirantes em favor da história indígena ou da perspectiva da história social e cultural da escravidão, não reverberou tanto no discurso turístico da cidade. No CONDEPHAAT<sup>14</sup>, os erros são ainda mais grosseiros. Um que foi bastante intrigante é o caso da divulgação da casa no site do órgão de preservação:

Localização: Praça da Matriz, 9, esquina com a Rua Álvaro Luís do Vale. Número do Processo: 00354/73. Resolução de Tombamento: Ex-Ofício em 13/10/1980. Livro do Tombo Histórico: inscrição nº 139, p.25, 29/05/1981. O bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, é reconhecido por suas investidas pelos sertões de Minas e Goiás à procura de ouro no século XVIII. No início deste século, após a Guerra dos Emboabas, se estabeleceu na Vila de Parnaíba e tornou-se proprietário deste imóvel. Fonte Processo de Tombamento.

Essa informação foi retificada e consta agora da seguinte maneira:

Localização: Praça da Matriz, 9, esquina com a Rua Álvaro Luís do Vale. Número do Processo: 00354/73. Resolução de Tombamento: Ex-Ofício em 13/10/1980. Livro do Tombo Histórico: inscrição nº 139, p.25, 29/05/1981. Em Santana de Parnaíba ainda são encontrados exemplares da arquitetura paulista tradicional. As casas situadas no Largo da Matriz nº 9, 19, e 23, na realidade formam um conjunto dos mais antigos e significativos. Até o momento é difícil dizer se todo o conjunto constituiu uma única residência, o que é provável, cuja construção dataria do século XVII, ou seria composto de 2 unidades, conforme se encontra atualmente. A casa nº 9, segundo Luis Saia repete partidos de residências bandeirísticas do século XVIII adaptada para a área urbana. Essa casa é conhecida como a "casa de Anhanguera" que a teria habitado, segundo a tradição. Edificação térrea possui telhado de três águas e beiral ricamente adornado com cachorros. De dimensões reduzidas, apresenta apenas dois lanços de cômodos e um sótão que servia de depósito de gêneros. De propriedade do IPHAN, é administrada pela Prefeitura Municipal que nela instalou o Museu Casa do Anhanguera. Fonte: Processo de Tombamento.

---

<sup>14</sup> De acordo com a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) tem a função de proteger, valorizar e divulgar o patrimônio cultural no Estado de São Paulo. Nessa categoria se encaixam bens móveis, imóveis, edificações, monumentos, bairros, núcleos históricos, áreas naturais, bens imateriais, dentre outros.



Para o valor rememorativo intencionado, Alois Riegl<sup>15</sup> aponta que existe o desejo do eterno presente. A ação fundamental e direta dos monumentos intencionais é a “restauração”. Esta categoria de monumentos, em conflito com o valor de antiguidade está dada desde o princípio e de modo permanente. Sem restauração, os monumentos começariam rapidamente a deixar de ser intencionados; por outro lado, o valor de antiguidade é por natureza inimiga mortal do valor rememorativo intencional. Nos processos, não ficam explicitadas as justificativas nem quais valores pautaram a escolha dessa casa, como foi demonstrado nesse estudo. Autores explicam essa prática institucional com pareceres e instruções bem escassos e enxutos em que:

[...] considerava-se desnecessário elaborar justificativas consistentes – com um mínimo de objetividade –, o valor histórico dos bens não requeria melhor tratamento e a prioridade era assegurar a preservação das edificações pelo tombamento. Sabia-se de antemão o que tinha valor e porque tinha valor e, portanto, sabia-se de antemão o que deveria ser preservado; as discordâncias, pontuais, não chegavam a deflagrar debate ou reflexão sobre os bens em questão [...]<sup>16</sup>

A existência de vários indivíduos de prestígio acadêmico, político, econômico ou social que identificamos, com uma atuação parecida, uma rede de pessoas que tem o intuito de construir a memória paulista com a manipulação simbólica do bandeirante. Construção visível na obra de Luis Saia, em 1944 em um artigo sobre as casas grandes paulistas que depois da comemoração do IV centenário da cidade de São Paulo ficaram conhecidas como casas bandeiristas. As analogias de Luis Saia foram decisivas no tombamento das edificações, ele está tratando de uma história que relaciona as edificações, não explicando especificamente casa a casa. Há carência de informações indispensáveis para a compreensão dos processos evolutivos que ocorreram nessas casas. Para o arquiteto Carlos A. C. Lemos, Luis Saia chega a conclusões extremamente simpáticas, porém de difícil comprovação. Não basta olhar as 12 residências bandeiristas e a casa urbana de Parnaíba, “é preciso que se conheça a história da região no que diz respeito à economia, com seus sistemas de transporte, à sociedade com seus hábitos, etc.”.<sup>17</sup>

### **O que lembrar e o que esquecer**

Luis Saia teria construído uma imagem para a casa bandeirista par e passo das obras e não com base nos levantamentos específicos e no que as restaurações estariam revelando, tendo

<sup>15</sup> RIEGL, A. **El culto moderno a los monumentos**. Madrid: Machado Libros S.A, 2008

<sup>16</sup> SIQUEIRA, Lucília Santos. A história que foi usada nos tombamentos e na conservação da Casa do Conselheiro Rodrigues Alves Lucília. **Revista CPC**, São Paulo, n.19, p.49–79, jun.2015.

<sup>17</sup> LEMOS, Carlos A. C. **Casa paulista**: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café. São Paulo: EDUSP, 1999.



elaborado de uma maneira que, ao final das restaurações, as casas teriam muito mais semelhanças do que anteriormente, possibilitando um estado completo que pode jamais ter existido. Para Mayumi<sup>18</sup>, com o tempo as casas grandes ou casas bandeiristas passam de uma construção ideológica do bandeirante à condição de documento histórico e artístico.

Conforme o exposto, ao longo da segunda metade do século XX, circularam informações e se produziu conhecimento sobre esta casa seiscentista em diversos meios e lugares, ainda que limitados. Os órgãos de patrimônio debruçaram-se sobre ela a fim de patrimonializá-la e de restaurá-la; os órgãos públicos da cultura prepararam-na para receber um museu e elaboraram discurso sobre a edificação que o abrigava; os jornais publicaram diferentes matérias sobre a proteção da casa e seu uso como museu; por fim, estudiosos do âmbito universitário, da arquitetura e da história, produziram bastante conhecimento sobre as casas bandeiristas, na tentativa de compreender os vestígios coloniais de São Paulo. É importante salientar aqui, contudo, que essas esferas não dialogaram.

Direcionando o olhar para o foco deste trabalho – a história que circulou sobre a casa seiscentista<sup>19</sup> – basta ver que nos processos de tombamento e nos documentos posteriores que ainda estão armazenados nos órgãos de patrimônio não há referência à bibliografia, às notícias sobre o tombamento e à abertura do museu que insistem na atribuição da edificação ao Anhanguera; o Museu Histórico e Pedagógico, ainda muito tempo depois de sua inauguração se apresentava como “do Anhanguera”. Ao procurar a história que se tentou proteger com esse tombamento presente nos processos e nas notícias de jornais verificou-se que ela não é a mesma obtida pela responsável pela pesquisa histórica. É possível observar na prática como os historiadores eram profissionais pouco valorizados no serviço do patrimônio.

Essas decisões às pressas são visíveis em outros monumentos, como na conhecida casa do Sítio do Padre Inácio. Luis Saia pede a Dom Clemente da Silva Nigra que localize na cidade de Cotia um padre de nome Inácio. De maneira muito apressada, Dom Clemente diz ter havido em Cotia um padre de nome Inácio Francisco do Amaral e que sua tia já idosa tinha problemas de locomoção até a cidade, por isso solicitou realizar missas na capela da casa.

Nigra verificou que a Tia de Inácio era Luiza, viúva de Francisco Soares Medela, filho do famoso Roque Soares Medela, que havia criado fazenda em uma sesmaria de Cotia em 1721, então

<sup>18</sup> MAYUMI, Lia. *Taipa, canela-preta e concreto*: estudo sobre o restauro de casas bandeiristas. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

<sup>19</sup> Processo do IPHAN nº 557-T de 1958 e pelo Condephaat nº 00354 de 1973.



Saia associou a casa a Medela. Os inventários e outras fontes elucidam muita coisa, ao fazer o percurso de olhar documentos como: maços de população de Cotia, pesquisa em cartórios dos proprietários antecessores, registros paroquiais, etc. Num dos maços de população, Lemos<sup>20</sup> descobre Luiza Leme de Barros, viúva, 62 anos, residindo com três filhas e Inácio Francisco Amaral, portanto indica que o famoso Inácio morava com Luiza numa outra casa, que foi erguida com a técnica do pau de sebe ou taipa de mão, informação que aparece nos testamentos e inventários.

Ao que consta nos documentos, uma das filhas de Luiza, Ana Barros, é quem de fato herdou a casa que erroneamente recebe o nome de casa do padre Inácio. Essa herança consta no testamento de óbito de seu tio, Padre Rafael Antonio de Barros. Rafael foi o único que construiu casa com a técnica da taipa de pilão dentro da sesmaria de seu pai, os demais usaram taipa de mão. Portanto, a casa “Sítio do padre Inácio” deveria ser denominada sítio do padre Rafael. Os documentos afundam nesse exemplo a tese de Saia dessa residência representar a época áurea do bandeirismo. Cruzando as datas dos documentos, Lemos<sup>21</sup> pôde inferir que a casa deve ter sido erguida em meados do século XVIII, quando o bandeirantismo já estava decaído, portanto, a edificação não foi do padre Inácio e não é tão antiga quanto parece.

Mayumi<sup>22</sup> faz uma análise pertinente do trabalho de Julio Katinsky que aponta o mérito de Luis Saia que “em primeiro lugar, restaurou algumas casas e estabeleceu publicamente os primeiros critérios para a sua caracterização”. Para a autora essa frase de Katinsky possui duas leituras possíveis:

Como delegado do IPHAN em São Paulo, Saia foi o principal responsável pelo achamento e em seguida pelas primeiras restaurações, das residências rurais bandeiristas. Todavia, o que significaria, na afirmação de Katinsky, a “caracterização” dessas casas? À primeira vista a idéia parece ser a de apreender as particularidades do objeto arquitetônico através da observação, mensuração e da pesquisa, e em seguida, eventualmente, deixar registrada essa caracterização. Neste sentido foi Saia, de fato, o responsável pelos pioneiros levantamentos arquitetônicos e de informações documentais sobre as casas bandeiristas, através do que se constituiu uma caracterização arquitetônica, social, econômica e histórica daqueles edifícios. Contudo, há outra leitura possível da afirmação de Katinsky, da qual se pode depreender que “através das restaurações se estabeleceram publicamente os primeiros critérios para a caracterização das casas bandeiristas”. Poder-se-ia, então, supor que foi através das obras de restauração das casas que ocorreu a sua caracterização? Ou, dito de outra forma: teria sido a casa bandeirista caracterizada a partir das restaurações? Se a resposta for

<sup>20</sup> LEMOS. *Casa paulista*.

<sup>21</sup> LEMOS. *Casa paulista*.

<sup>22</sup> KATINSKY, Júlio R. *Casas bandeiristas: nascimento e reconhecimento da arte em São Paulo*. Tese de doutorado, IG-USP, 1976.



afirmativa, a restauração pode ser entendida também como momento em que ocorreu a “construção” de uma “imagem” pretendida para a casa.<sup>23</sup>

A falta de certeza sobre a casa faz emergir, em efeito cascata, inúmeros outros equívocos com ou sem intencionalidade. Conforme apontamos no início deste artigo, durante a primeira metade do século XX, podemos enxergar a construção de uma determinada rede de pessoas com o interesse comum de promover certo ufanismo paulista; uma rede de pessoas articuladas para inúmeras iniciativas que visavam à construção da memória paulista. Grande parte dos moradores mais antigos da cidade ainda chamam a casa de Casa do Anhanguera mesmo seu nome ficando Museu Anhanguera.

Os bens tombados sofrem a ação administrativa e jurídica que para fins práticos deve ser embasada em elementos que justifiquem esta escolha. A casa térrea foi inscrita no livro do tombo de bens históricos, já o sobrado no livro do tombo de belas artes, o que demonstra que processos que orbitavam em torno de determinadas construções de sentido do que seria o patrimônio histórico e artístico nacional, ou seja, os projetos encabeçados pelo pessoal do Rio de Janeiro, de São Paulo ou de outras localidades não geravam grandes debates se não entrassem em conflito.

[...] No entanto, é preciso agora dirigir o olhar para os aspectos menos notados (no tempo e no espaço) dessas práticas, que igualmente as constituem. “O nariz torcido de Lucio Costa” passaria a representar, assim, mais a necessidade de acatamento de pontos de vista discordantes, que a autoridade absoluta dos quadros dirigentes. É necessário investigar, desse modo, se essas práticas foram mesmo forjadas pela imposição de pontos de vista dominantes, ou se se constituíram, na verdade, num espaço de disputa pela implementação de interesses individuais ou grupais específicos. Um empreendimento cultural do porte do que foi pretendido pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), isto é, a proteção de um patrimônio cultural disperso numa área de mais de oito milhões de quilômetros quadrados, precisou, necessariamente, contar com o apoio de intelectuais detentores das mais diversificadas versões sobre a evolução da nação (talvez o único ponto consensual entre eles).<sup>24</sup>

Deixando a casa seiscentista de Santana de Parnaíba/SP e outros monumentos desatualizados e carentes de sentido. Qual a razão de terem sido preservados, tombados, que memória ou que história narra? No senso comum muitas pessoas acham que os monumentos que foram preservados por serem históricos, quando na verdade emergem outras questões que levaram a escolhas e exclusões. Essa seleção e essa direção no olhar provocaram a existência de varias

<sup>23</sup> MAYUMI, Lia. **Taipa, canela-preta e concreto:** estudo sobre o restauro de casas bandeiristas. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

<sup>24</sup> LOWANDE. Orientando-se em meio a lapsos: **Revista CPC**, p. 050-066.



versões, do bem em si, à apresentada pelo museu e no caso da versão do serviço do patrimônio (Atual IPHAN) sobre o bem e notamos um uso prático do passado na consagração do patrimônio.



# Quixadá e o golpe de 1964: memórias (des) encontradas em face ao novo regime

Quixadá and the coup of 1964: memories (un) founds in face to the new regime

Danilo Vieira Coelho

Mestrando em História

Universidade Estadual do Ceará

danilo.vieira@aluno.uece.br

Recebido em: 04/07/2017

Aprovado em: 11/09/2017

**RESUMO:** Neste artigo, são analisadas algumas memórias forjadas na cidade de Quixadá, no Sertão Central do Ceará, sobre o golpe civil-militar que interrompeu o processo democrático brasileiro em 1964. Buscaremos investigar como diversificados sujeitos sociais encararam a instalação da ditadura, bem como as relações estabelecidas com o regime. Utilizaremos como fontes principais entrevistas realizadas com moradores de Quixadá que vivenciaram o período, buscando evidenciar suas diversas experiências durante os tempos de autoritarismo. O arcabouço de narrativas coletadas mostrou um conjunto de memórias que se confrontavam, numa disputa de sentidos, significados, visões e percepções sobre o mesmo momento histórico. Neste sentido, a pesquisa se apresentou como reveladora, em virtude do silêncio que recobre todo esse período em Quixadá, até agora, minimamente trabalhado pela historiografia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Memória, Cidade, Golpe de 1964.

**ABSTRACT:** In this article, we analyze some memories forged in the city of Quixadá, in the Sertão Central of Ceará, about the civil-military coup that interrupted the Brazilian democratic process in 1964. We will investigate how diverse social persons have faced the installation of the dictatorship, as well as the relations established with the political regime. We will use as main sources interviews with residents of Quixadá who lived the period, seeking to highlight their diverse experiences during times of authoritarianism. The framework of collected narratives showed a set of memories that confronted each other, in a dispute of meanings, visions and perceptions about the same historical moment. In this sense, the research is revealing, due to the silence that covers all this period in Quixadá, until now, minimally worked by historiography.

**KEYWORDS:** Memory, City, 1964 Coup.



## Introdução

São conhecidas as artimanhas da memória. Imersa no presente, preocupada com o futuro, quando suscitada, a memória é sempre seletiva. Provocada revela, mas também silencia.<sup>1</sup>

O trabalho aqui proposto pretende analisar memórias de moradores da cidade de Quixadá que vivenciaram a instauração do regime militar no país em 1964. Adotando a metodologia da História Oral, procuramos forjar uma discussão sobre as memórias socialmente construídas no município durante o golpe de Estado que depôs o presidente brasileiro João Goulart. Durante a pesquisa, serão utilizados principalmente trechos de quatro entrevistas realizadas no ano de 2015 com sujeitos sociais que vivenciaram aquele período.

Tomando como foco analítico principal Quixadá, média cidade do Sertão Central do Ceará, privilegiamos os depoimentos de indivíduos que tiveram suas experiências marcadas pelo convívio no cenário político-social quixadaense nos momentos anteriores e posteriores ao golpe. Através de uma análise sobre as falas coletadas, notamos sobremaneira diferentes representações e discursos dos moradores locais em relação ao movimento golpista.

Entre as várias narrativas, algumas delas entravam em amplo embate com a memória oficial. Nesses casos, a imagem com a qual nos deparamos no início da pesquisa, de Quixadá como uma cidade que não sofreu arbitrariedades dos militares e perseguições políticas no momento de instalação do novo regime, caía por terra. A força simbólica desse discurso apontava para muitas outras histórias, além das tratadas pela historiografia local. Fornecia assim, pistas sobre uma cidade até então desconhecida pelos próprios moradores que presenciaram a época. Dava informações sobre possíveis atingidos pela repressão política, o posicionamento das elites municipais em relação ao golpe, seus desdobramentos em Quixadá etc.

No que diz respeito aos entrevistados, abordaremos aqui o memorialista e escritor João Eudes Costa, o ex-vereador José Lopes Filho, o músico e artista plástico Raimundo Waldizar Viana e, por último, o trabalhador rural e sindicalista João Ventura dos Santos. Foi utilizada no transcorrer do trabalho também outra entrevista pertencente a outro acervo histórico.<sup>2</sup> A escolha dos entrevistados levou em conta principalmente aqueles indivíduos que participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao período do golpe de 1964,

<sup>1</sup> REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004, p. 119.

<sup>2</sup> Destaca-se a entrevista com a dona de casa Alserina de Menezes Correia de Lima que se encontra arquivada no acervo da *Associação 64/68 Anistia*. Esta reúne informações sobre sujeitos perseguidos pelo regime militar no Ceará.



procurando evidenciar a complexidade das experiências sociais relatadas. Levamos em conta também outros personagens que vieram à tona a partir do contato com a memória de nossos entrevistados.

Tendo isso em vista, tentaremos mostrar num quadro mais complexo os reflexos do golpe, de forma que nos seja possível perceber as relações da sociedade quixadaense com o mesmo. As muitas versões sobre esse acontecimento histórico e seus desdobramentos em Quixadá que tivemos acesso através das entrevistas, denotam os significados do golpe presentes nas memórias de nossos narradores. Significados estes que tentaremos interpretar e dialogar no decorrer desse trabalho, procurando iluminar as “zonas cinzentas”<sup>3</sup> que encobrem os tempos de ditadura na cidade.

Considerando essas reflexões, as páginas que se seguem são destinadas a interpretar e problematizar um emaranhado de sentidos sociais e políticos sobre o golpe, colocando em evidência múltiplas representações do passado compostas a luz da experiência social, material e histórica de cada um de nossos interlocutores.

### **O golpe de 1964 entre histórias e memórias**

Então aqui no Nordeste o pessoal, num vou dizer que todos eram analfabetos, tem não, tinha muitas pessoas de valor, mas a maioria era indiferente a esse movimento. Pra eles tanto fazia uma coisa quanto outra né? Mas de qualquer maneira, havia as pessoas mais esclarecidas que sempre era contra o período de ditadura né?<sup>4</sup>

Com as palavras acima o memorialista quixadaense João Eudes Costa começou a tecer em sua narrativa um olhar acerca da ditadura dos badalados anos de 1960. Em seu relato, observa-se que além de descrever questões relacionadas ao nível de escolaridade da população quixadaense à época, busca destacar com ênfase que grande parte das pessoas, na sua concepção, seriam indiferentes aos acontecimentos que ocorriam no cenário político nacional, a exemplo do movimento golpista que depôs João Goulart em 1964.

Nesse período, com 30 anos de idade, João Eudes era funcionário do Banco do Brasil desde os seus 18. Trabalhou nessa instituição por 31 anos até sua aposentadoria. Atualmente é membro e fundador da Academia Quixadaense de Letras (AQL), além de escritor de diversos livros sobre a história da cidade, a exemplo de *Retalhos da História de Quixadá*, uma de suas obras mais conhecidas

<sup>3</sup> LABORIE, Pierre. Memória e opinião. In: AZEVENDO, Azevedo; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 84.

<sup>4</sup> Depoimento de João Eudes Costa de 81 anos idade. Entrevista realizada pelo autor em Quixadá, em 25/09/2015.

e que ocupa um lugar importante perante os estudos que se debruçam sobre o processo histórico quixadaense.

Apresentado na cidade como um historiador local, embora não se reconheça como tal, pois alega não ter essa formação, João Eudes representa uma das pessoas mais conhecidas em Quixadá. Sua memória é profundamente marcada pela escrita de seu livro, primeira obra historiográfica disseminada massivamente nas repartições públicas, a começar pelas escolas da cidade e pela FECLESC/UECE<sup>5</sup>, um dos principais centros de formação de historiadores do Sertão Central cearense. Tudo isso contribuiu de forma significativa para que seu livro se tornasse uma referência para pesquisas que abordam a história local. De acordo com o historiador Nathan Pereira Barbosa:

Essa importante obra historiográfica procurou construir um discurso alicerçado em aspectos morais, religiosos, regionalistas e naturais, sobre o que seria ser “quixadaense”, “sertanejo”, “cearense” e “brasileiro”. Por isso, se entende que se trata de um livro que contribuiu para a construção de um imaginário local generalizante e reproduutor de mitos e estereótipos. [...] Sua obra ganhou aos poucos um status de história oficial por intermédio de um tipo específico de discurso e das diversas estratégias de legitimação e aproximação com os políticos locais.<sup>6</sup>

Nas narrativas de João Eudes percebemos visivelmente seu gosto e empolgação ao falar da história do município, em especial do contexto político, demonstrando que a “memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado”<sup>7</sup>. Durante as entrevistas é notório seu olhar atento aos questionamentos, os detalhes das perguntas, a calma em respondê-las. Sentado no sofá da sala de sua casa, que, aliás, costuma ser frequentada por pessoas de escalas econômicas variadas da sociedade, evitava relatar questões que tivessem ligações com o cenário político atual. Embora não tenha tido envolvimento direto com a política, seu círculo de sociabilidade variava desde políticos a intelectuais, contribuindo para que se tornasse um sujeito com certa influência nas decisões relativas à cidade de Quixadá.

Assim, no momento do golpe, aparecerá como conselheiro de alguns políticos locais, como é o caso do industrial e prefeito da cidade José Okka Baquit, evidenciando sua posição enquanto intelectual atuante e influente nos bastidores políticos da década de 1960. Notamos sua proximidade com o meio político quando recordou sobre informações relativas ao golpe:

Nós tomamos conhecimento de detalhes porque eu era muito amigo da Rachel de Queiroz, e fui exatamente com o José Baquit fazer uma visita a ela. E o Jânio

<sup>5</sup> Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central da Universidade Estadual do Ceará.

<sup>6</sup> BARBOSA, Nathan Pereira. **Memorialistas do Sertão Central**: memória, identidade, cultura historiográfica e legitimação do discurso em Quixadá e Quixeramobim (1992-2002). 182 f. Dissertação (Mestrado em História e Culturas) - Universidade Estadual do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2015, p.79.

<sup>7</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. p. 04.



Quadros tinha renunciado. Naquele tempo da renúncia do Jânio Quadros, ele prometeu dizer o motivo da renúncia. Aí nós fomos pra Rachel de Queiroz, e ela tinha marcado pra 7 horas numa rádio, rádio nacional do Sul ne? E a Rachel de Queiroz disse: num vão não que ele num vai dizer nada não, aí contou todos os detalhes, aí eu estava lá em casa com general fulano de tal que era muito amigo nosso. Aí ele recebeu um telefonema que fosse imediatamente que o Jânio Quadros ia renunciar. O PSD que era o partido da oposição já tinha preparado porque ele mandou o vice-presidente o Jango pra uma missão lá na China. E então ele renunciando quem ia assumir era o presidente do Congresso que era Ranieri Mazille parece se eu num tô enganado. Então ficou isso em segredo, aí na hora o Jânio Quadros renunciou, fingir uma viagem pra voltar como ditador ne? Mas aí quando ele chegou no aeroporto já tava a notícia que o Ranieri Mazille já tinha assumido a presidência da República (Grifos nossos).<sup>8</sup>

Essa passagem de memória revela alguns traços das relações estabelecidas por João Eudes com outros intelectuais de bastante influência na cidade de Quixadá, a exemplo de Rachel de Queiroz, escritora de renome nacional, pertencente a uma tradicional família local. Essa escritora, vale destacar, além de ter demonstrado abertamente apoio ao golpe de 1964, mantinha vínculos diretos de amizade com os militares, como no caso de Castelo Branco, um dos principais articuladores do movimento golpista. Em sua obra autobiográfica, intitulada *Tantos Anos*, Rachel de Queiroz descreve da seguinte forma o que teria acontecido para ela em 1964:

O golpe de 31 de março a gente previu, mas não se foi avisado de nada. Nem se tinha como avisar. Antes, quando ele estava ainda em Pernambuco, o general Castelo, quando vinha ao Rio, nos telefonava e ia lá em casa para saber se a gente “estava conspirando”. Eu perguntava aos outros como é que eu faria quando ele viesse e fizesse indagações. Eles diziam: “Conta logo tudo, o que a gente quer é que ele se comprometa. [...] Como eu já disse, nós estávamos no Ceará, no sertão. Logo depois recebemos um telegrama dele assinado marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.<sup>9</sup>

Dessa forma, enquanto partícipe desse processo, Rachel de Queiroz assume uma posição de destaque como uma das principais defensoras da intervenção militar. No trecho acima extraído de sua obra, percebe-se que é montado um verdadeiro cenário para a descrição da trama do golpe, utilizando uma narrativa de suspense, em que se intercalam reuniões e telefonemas durante a conspiração golpista, vivenciada pela escritora, quando estava no Sertão do Ceará. Em seus posicionamentos políticos, Rachel de Queiroz enxergava o presidente deposto João Goulart não como um legítimo representante da nação brasileira, mas como um profundo herdeiro das tradições trabalhistas de Vargas, um de seus principais inimigos políticos. Tais aspectos talvez forneçam uma chave explicativa para a percepção dos motivos que levaram a escritora a demonstrar simpatia e apoio ao golpe civil-militar. Apoio este, como é importante lembrar, que se estendeu aos anos

<sup>8</sup> Depoimento de João Eudes Costa em 25/09/2015.

<sup>9</sup> QUEIROZ, R. de; QUEIROZ, M<sup>a</sup> L. de. *Tantos anos*. Rio de Janeiro: ARX, 1998, p. 205.



posteriores a 1964.

Nesse sentido, percebemos que as relações de João Eudes com os altos escalões golpistas conferem sentido a algumas de suas considerações sobre o regime de 1964. No caso específico do golpe, entre algumas de suas colocações, destacou em sua narrativa que a cidade de Quixadá fora beneficiada com o golpe, principalmente no campo educacional:

Agora a revolução em Quixadá, quando eu fui escrever esse livro tomei conhecimento de uma coisa importantíssima. Fora os colégios ali do instituto Sagrado Coração de Jesus das irmãs e o colégio é Valdemar de Alcântara que chamava o colégio do padre, fora esses dois colégios que tinha era o primeiro e segundo grau, que tinham sido fundados é, pelo padre Luiz Braga Rocha, o vigário que foi dom Adélio da geração passada aqui no Quixadá. Todos os outros colégios foram criados no período da revolução. O estadual, municipal, Nemézio de Bezerra Filho, o José Martins Rodrigues. Enfim, todas as escolas daí então foram fundadas na revolução.<sup>10</sup>

Nesse depoimento, ocorre um entrecruzamento entre as memórias do entrevistado com informações obtidas durante o processo de elaboração de seu livro *Retalhos da História de Quixadá*, misturando as fontes de suas lembranças. Diante disso, João Eudes recorre a outros elementos culturais para realizar a composição de suas memórias, estabelecendo assim condições para sua legitimidade<sup>11</sup>. Sua narrativa também expõe uma questão pertinente e pouco elucidada no cenário local: a construção e fundação de uma série de instituições escolares em Quixadá nos pós-1964. Isto está relacionado em grande parte à preocupação do Estado em promover uma modernização conservadora através de uma educação cívica sob a ótica da Doutrina de Segurança Nacional, em contrapartida a uma descaracterização e esvaziamento do ensino de Ciências Sociais e Humanas nas escolas de ensino fundamental, médio e superior, como mostrou a historiadora Selva Guimarães Fonseca.<sup>12</sup>

Dessa maneira, percebemos que as narrativas de João Eudes exprimem além do engrandecimento dos grupos políticos dominantes, a posição de um sujeito social que acredita que os impactos do golpe e da ditadura recaíram em maiores proporções sobre cidades que detém de um poder econômico maior, a exemplo do eixo Rio-São Paulo. Para ele “a cidade quanto maior, mais evoluída, mais tem divergências de opiniões né?”<sup>13</sup>. A narrativa engendrada pelo narrador representa uma memória hegemônica sobre o golpe na cidade de Quixadá, ou seja, uma memória

<sup>10</sup> Depoimento de João Eudes Costa em 25/09/2015.

<sup>11</sup> MAIA, Edmilson Alves. **Memórias de luta:** ritos políticos do movimento estudantil universitário (Fortaleza, 1962-1969). Fortaleza: Edições UFC, 2008, p. 156.

<sup>12</sup> FONSECA, Selva Guimarães. O ensino de História e o golpe militar de 1964. In: Seminário 40 anos do Golpe de 1964. **1964-2004:** 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004, p. 369.

<sup>13</sup> Depoimento de João Eudes Costa em 25/09/2015.



que prevalece em relação as outras, utilizando sobretudo o aporte escrito como forma de se legitimar.

Seus depoimentos em relação ao golpe se assemelham em alguns aspectos aos elencados pelo ex-vereador José Lopes Filho. Do mesmo modo que João Eudes, José Lopes destaca nas narrativas que as manifestações contraditando o golpe e o regime militar ocorreram de maneira mais consistente noutras regiões do país

Tinha as revoltas lá pro Sul, Sudeste. Guerrilha contra as Forças Armadas aquela coisa. [...] Aqui em Quixadá não teve movimento nenhum. Nem de comunista, e nada contra ninguém. [...] Em tempo nenhum houve essas coisas de revoltas, movimentos. Mesmo movimentos sociais de partidos políticos não, só em eleição.<sup>14</sup>

Recordou ainda que:

Na época da revolução foi de 31 de março de 64 então ficou todo mundo naquela aí depois quando foi passando. Tinha era aqui os militares, ainda houve reunião na Câmara. Eles inda vasculharam alguma coisa aqui atrás de comunista, num era essas coisas.<sup>15</sup>

José Lopes vinha exercendo o cargo de vereador na cidade desde 1962, quando foi eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Sua primeira eleição foi em 1958, quando residia em Banabuiú, distrito de Quixadá, que posteriormente seria elevado à categoria de cidade. Nesse local foi lançada sua candidatura ao cargo de vereador, sendo eleito em 1958 e assumindo o cargo em 1959. Foram seus primeiros passos pelo caminho da política e sua primeira eleição das sete consecutivas para vereador.

No momento do golpe, José Lopes exercia a função de presidente da Câmara dos Vereadores de Quixadá, onde permaneceu entre os anos de 1964 e 1965. Atualmente trabalha como comerciante no município, não mantendo vínculos diretos com a política local. Em suas narrativas notamos certa simpatia pela “ordem” instaurada no Brasil a partir do golpe de 1964. Nesse sentido, sua postura não se diferencia da compartilhada por outros vereadores atuantes na época. À primeira vista, quando questionado se foi favorável ao movimento golpista, recordou que:

Naquele tempo não. Eu vim do interior. Nasci e me criei no Sertão e não tinha ligação com política. Para mim era só o que a gente ouvia falar, mas hoje eu pensando nas coisa eu já acho que era necessário. Eu, por exemplo, se houvesse aquela coisa, eu era favorável. Porque as coisas andavam um pouco chafurdada. E os militares só pecaram numa coisa. Foi querer ficar por muito tempo. [...] Mas eu dou muito valor a ordem, as coisas quando tem ordem acho muito bonito. Você sabe de uma coisa, democracia é uma coisa muito importante. Que eu acho também que uma democracia pode ser exercida com ordem, com respeito, com

<sup>14</sup> Depoimento de José Lopes Filho de 84 anos de idade. Entrevista realizada pelo autor em Quixadá, em 09/09/2015.

<sup>15</sup> Depoimento de José Lopes Filho de 84 anos de idade. Entrevista realizada pelo autor em Quixadá, em 22/04/2015.



dignidade, com decência. Mas do jeito que a gente está mesmo não tem, num existe. Hoje em dia é tudo chafurdado. É mensalão, é tanta coisa. Coisas que ninguém sabe nem onde vai parar (Grifos nossos).<sup>16</sup>

Nessa passagem percebemos que José Lopes se vale de “experiências anteriores para julgar os fatos novos, sem precisar refazer as etapas de sua trajetória, analisando pela ótica adquirida as situações novas”<sup>17</sup>. Sua narrativa desde os primeiros trechos se encontra entrelaçada e influenciada por alguns acontecimentos políticos do presente, levando em conta que a memória se apresenta como uma instância em movimento, estando sempre sofrendo modificações em relação ao presente. Isso porque as “experiências novas ampliam constantemente as imagens antigas e no final exigem e geram novas formas de compreensão”<sup>18</sup>. Num outro momento de seu relato José Lopes recordou ainda que:

O que eu sempre imaginava era o seguinte. Eles falavam mais nos comunistas. Então, houve a revolta e andaram se armando contra o exército, as Forças Armadas aí a coisa esticou. Porque guerra é guerra. Falam que houve muita morte, mas não. No meu modo de pensar num houve, num ouvia falar. As coisas foram para vamos dizer uma revolução, chamava-se sempre a revolução de 1964. Pra mim uma coisa pequena. Num foi coisa de muito reboliço. Agora esse povo que queriam mudar, davam a entender que queriam mudar era o regimento. Nós vivíamos num regime democrático naquela época, democracia.<sup>19</sup>

Essa narrativa apresenta um traço característico dos defensores do golpe: a busca constante em denotar o período da ditadura como democrático. Isso se repete em outros trechos de suas narrativas, na qual a apropriação de um discurso legitimador para o regime constitui um aspecto inteiramente visível. A atribuição do termo ‘revolução’ ao invés de golpe é elemento comum nas narrativas não somente de José Lopes, mas também de João Eudes. No entanto, essa sintonia de José Lopes com o golpe levanta questionamentos, já que ele foi eleito vereador em 1962 pelo PTB, partido do então presidente João Goulart.

José Lopes recordou ainda que durante o golpe “no decorrer do tempo foi que a gente viu alguma coisa, mas logo, imediato, ninguém viu nada. Por exemplo, os que torciam mais por essas coisas foram os que ficaram na ARENA [Aliança Renovadora Nacional]. Foi criado os dois partidos”<sup>20</sup>. Com o reordenamento partidário realizado em 1965 pelo presidente Castelo Branco, José Lopes ingressou no MDB (Movimento Democrático Brasileiro), novo partido criado

<sup>16</sup> Depoimento de José Lopes Filho em 09/09/2015.

<sup>17</sup> BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVENDO, Azevedo; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria; QUADRAT, Samantha Viz. **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 43

<sup>18</sup> THOMSON, Alistair. Recompondo a memória: questões sobre a relação entre história oral e as memórias. **Projeto História**. N.º 15, São Paulo: PUC, 1997. pp. 51-71. p. 57.

<sup>19</sup> Depoimento de José Lopes Filho em 09/09/2015.

<sup>20</sup> Depoimento de José Lopes Filho em 09/09/2015.



juntamente com a ARENA a partir da expedição do AI-2. Seus posicionamentos e narrativas por vezes soam contraditórios, visto que fazia parte do partido de oposição ao regime, mas seus discursos davam a entender que o Brasil estava no caminho “certo” com a consolidação do poder nas mãos dos militares. Nos depoimentos, é bastante perceptível que suas memórias adotam o discurso da ordem dos tempos da ditadura em contraponto ao caos do presente da democracia.

A questão de uma suposta “ordem” tida durante o regime militar brasileiro transita livremente no interior de seus relatos. Alguns desses elementos também estão presentes em narrativas do músico e artista plástico Raimundo Viana. De acordo com este:

No tempo da ditadura existia ordem, existia moral. Num sei todo mundo tinha moral, mas existia. Você podia sair daqui e sentar num banco de praça desse qualquer hora da noite, você num era molestado por ninguém naquela época porque existia aquele rigor né? Eu sei que era um rigor exagerado, mas existia. E hoje não você num pode mais chegar numa praça dessa e ficar num banco de praça até certas horas da noite que você vai assaltado qualquer hora da noite. No tempo da repressão, no tempo da ditadura num tinha isso não. Eu vou dizer que seja um medo, num sei, pode ser que seja um medo, mais você tinha medo de fazer mal os outros porque você era castigado ta entendendo? Se você fosse fazer um mal a uma pessoa ou qualquer coisa um crime você fazia, mais sabia que ia ser punido. Hoje, você faz mal, diariamente nós vemos o sujeito fazendo o mal às pessoas e não tem, num existe punição (Grifos nossos).<sup>21</sup>

Nesse relato, Raimundo Viana realiza uma comparação entre períodos temporais distintos, relatando questões que tem interesse em pontuar. Deste modo, “a seletividade de quem narra e o que narra é indissociável de valores e princípios que constituem e instituem a trama do relato a partir do presente”<sup>22</sup>. Seu testemunho ao se remeter a uma dimensão individual, possibilita enriquecer “a análise social tornando suas variáveis mais numerosas, mais complexas e também mais móveis”.<sup>23</sup>

No momento do golpe, Raimundo tinha 27 anos de idade e trabalhava numa loja de tecidos chamada Armazém Alvorada, onde permaneceu trabalhando entre os anos de 1960 a 1969. Não era casado e tinha uma paixão muito forte pela música, área na qual iria exercer trabalhos profissionais posteriormente. Chegou a participar da Banda de Música de Quixadá. Atualmente é compositor, músico e artista plástico na cidade, sendo responsável por realizar desenhos de capas

<sup>21</sup> Depoimento de Raimundo Waldizar Viana de 77 anos de idade. Entrevista realizada pelo autor em Quixadá, em 11/12/2015. Grifos nossos.

<sup>22</sup> MONTENEGRO, Antônio Torres. História e memória de lutas políticas. In: MONTENEGRO, Antônio Torres, RODEGHERO, Carla S., ARAUJO Maria Paula (Orgs.). **Marcas da memória**: história oral da anistia no Brasil. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012, p. 30.

<sup>23</sup> REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Tradução: Débora Rocha – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 23.



de livros bastante conhecidos, a exemplo de *Retalhos da História de Quixadá* de João Eudes Costa, seu amigo pessoal.

Em suas narrativas podemos constatar que, embora relate não ser muito atento aos acontecimentos políticos nacionais, sempre nos fornecia uma fagulha de memória sobre o período, na qual demonstrava seu entrelaçamento com o mundo político. Segundo ele “[...] nunca me liguei assim pra esse negócio de me amarrar na política, de saber o que é que tá acontecendo”<sup>24</sup>. Apesar de falar isso, na maior parte das vezes expunha claramente nas narrativas um universo de interações políticas. Em alguns momentos, demarcava nitidamente sua posição e visão social-política de Quixadá em tempos de ditadura. Em geral, os episódios narrados incluíam um repertório fixo de casos, que se intercalavam com suas experiências enquanto músico. Embora essas histórias, à primeira vista parecessem simplesmente de caráter descritivo, um olhar mais aprofundado mostrava que cada uma delas possuía um feixe de efeito que ajudava Raimundo Viana a memorizá-las.

Da mesma forma que João Eudes, demonstrava prazer em relatar suas memórias. Aos poucos, sentado na cadeira de seu ateliê, ao lado dos inúmeros quadros pintados retratando personagens conhecidos da cidade, ou construções históricas, ia compondo suas memórias e apresentando seus pontos de vista. Enfim, passou a descrever os significados daqueles tempos e suas experiências de convivência na sociedade brasileira com a presença do autoritarismo. Era comum nas suas narrativas, bem como nas do restante dos entrevistados a mistura entre elementos do presente com acontecimentos do passado. Para explicar essa questão concordamos com as palavras de Alistair Thomson ao destacar que:

A memória “gira em torno da relação passado-presente, e envolve um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências relembradas”, em função das mudanças nos relatos públicos sobre o passado. Que memórias escolhemos para recordar e relatar (e, portanto, relembrar), e como damos sentidos a elas são coisas que mudam com o passar do tempo.<sup>25</sup>

Notamos algumas dessas questões através das entrevistas realizadas com os moradores quixadaenses que presenciaram o golpe de 1964. A partir delas, pudemos ter acesso a um conjunto de experiências sociais que, mesmo tendo passado mais de cinquenta anos do golpe não estão plenamente perdidas, nem tão pouco estabelecidas. Assim, por ora, após essas indagações pertinentes para nosso debate, vale a pena retomar alguns pontos de destaque nas narrativas de Raimundo Viana. Apesar das flutuações que a memória passa em virtude do momento em que está

---

<sup>24</sup> Depoimento de Raimundo Waldizar em 11/12/2015.

<sup>25</sup> THOMSON, Alistair. **Recompondo a memória**, p. 57.



sendo articulada ou expressa, notamos alguns detalhes pertinentes durante as entrevistas realizadas com esse entrevistado.

Diferente dos outros, quando questionado sobre os desdobramentos do golpe em Quixadá, atribuiu destaque para a presença de perseguições políticas na cidade. Recordou que “a gente via o que acontecia aqui. [...] Das perseguições, mas que houve aqui, perseguições houve. Houve mesmo. Quixadá era uma cidade considerada como uma cidade comunista”<sup>26</sup>. Algumas leituras podem ser retiradas desse curto, mas instigante fragmento de narrativa. Num sentido amplo, os trechos relatados permeiam e repetem-se constantemente quando o entrevistado recorda a pequena cidade de Quixadá nos anos de 1960, e nos períodos anteriores e posteriores. O fato de considerar a cidade como sendo comunista está relacionado a sua análise de que sempre existiu muitas pessoas de esquerda nesse município.

A palavra comunista funciona, neste sentido, como um sinônimo que indica, quase sempre, sujeitos que têm posições, posturas e comportamentos de esquerda. Exemplo que bem demonstra essas marcas da memória de Raimundo Viana pode ser notado quando rememora alguns traços políticos do prefeito de Quixadá na época José Baquit. Segundo ele “Quixadá era uma cidade que aqui tinha muita gente de esquerda. [...] O José Baquit ele tinha os ideais comunistas. [...] Assim, ele foi prefeito e tinha esse ideal de ajudar o próximo. Ele ajudou muito as pessoas pobres”<sup>27</sup>. Esse depoimento exemplifica melhor como o narrador intercala a utilização dos termos comunismo e esquerda para explicar características peculiares de Quixadá e de alguns políticos locais. Todos esses aspectos corroboraram conforme a memória do narrador para que a cidade sofresse intensa repressão política do regime militar. Em outro trecho de sua narrativa revelou o seguinte:

[...] naquele tempo a perseguição foi grande. Aqui tinha cara que fugia. Quando via rapaz a polícia vem aí, a polícia federal vem aí. Então aquela coisa. Então Quixadá toda vida foi assim, teve esse de comunismo ne? [...] A perseguição vinha mesmo viu! Vinha e aqui eles chegaram até a invadir, eles num invadiram casa não, mas chegaram tudo armado de fuzil. Chegar assim e escalar o fuzil.<sup>28</sup>

O modo relutante como Raimundo Viana conta suas memórias entra em disputa com a de outros narradores, a exemplo de João Eudes Costa. O ponto de embate entre seus depoimentos tem como eixo central as questões relacionadas às perseguições políticas em Quixadá. Isso decorre do fato de que, enquanto o primeiro destaca com ênfase sua ocorrência, o segundo, embora

<sup>26</sup> Depoimento de Raimundo Waldizar em 11/12/2015.

<sup>27</sup> Depoimento de Raimundo Waldizar em 11/12/2015.

<sup>28</sup> Depoimento de Raimundo Waldizar em 11/12/2015.



reconheça sua existência, ameniza de certa maneira sua intensidade. Em relato, João Eudes recordou que:

Aqui houve. Dizer que num houve perseguição não, houve desse pessoal que eu citei, mas num foi assim uma coisa assim de terror, de chegar assim na cidade e bater no povo como na ditadura Vargas, num era assim não. Eles sofreram pressão política. [...] Quer dizer essa agressão moral houve, mas assim pessoa individual né? Num houve na coletividade.<sup>29</sup>

Nesse trecho extraído da narrativa de João Eudes, percebemos além dos pontos de divergência em relação à memória de Raimundo Viana, também a existência de elementos que não estiveram presentes em nenhum momento nos depoimentos dos outros entrevistados, sobretudo quando narrou que a ditadura do Estado Novo (1937-1945) fora mais repressiva que a ditadura militar da década de 1960 em Quixadá. Interessante perceber que, nesse caso, o regime militar instaurado no país em 1964 não reprimiu alguns intelectuais de renome nacional e local que mantinham fortes laços de amizade com João Eudes, a exemplo de Rachel de Queiroz. Em contraponto a isso, durante o período estado-novista a referida autora sofreu enorme repressão, chegando a ser presa e ter seus escritos por vezes destruídos e proibidos. Levemos em conta, é claro, que a escritora adotou posicionamentos políticos divergentes nesses dois momentos da história política brasileira. No entanto, os fatores apresentados acima podem, de alguma maneira, terem influenciado a memória de João Eudes acerca da ditadura militar.

Na cidade de Quixadá, apesar de João Eudes “minimizar” algumas vezes os efeitos da ditadura, como evidenciam suas narrativas, em seu livro *Retalhos da história de Quixadá* mostra de maneira clara que as coisas não foram tão simples assim, já que várias pessoas da cidade de classes sociais das mais diversas foram interrogadas pelos militares como suspeitas de integrarem o esquema revolucionário do advogado e deputado estadual Francisco Julião, importante liderança das Ligas Camponesas no Estado de Pernambuco. Dentre estas se destacam o Dr. José Maria de Oliveira, promotor de justiça de Quixadá, porque tinha realizado uma viagem a Cuba, José Brás, funcionário do Banco do Brasil, Evandro Holanda, fazendeiro, Francisco Brasileiro Filho, estudante, Ribamar Ribeiro, funcionário público e José Alves Pereira<sup>30</sup> que era agricultor, sindicalista e vereador que teve seu mandato cassado pelo regime militar<sup>31</sup>. Alguns desses nomes aparecem em trechos da memória de nossos entrevistados ao rememorarem o período. Entre eles,

<sup>29</sup> Depoimento de João Eudes Costa em 25/09/2015.

<sup>30</sup> Não encontramos documentos referentes a sua cassação de mandato, no entanto, em uma operação militar realizada em 1964, visando a desestruturação dos sindicatos em Quixadá, José Alves Pereira é mencionado, já tendo sido preso em abril deste mesmo ano.

<sup>31</sup> COSTA, João Eudes. **Retalhos da história de Quixadá**. Fortaleza: Editora ABC, 2002, p. 347.



um em particular nos chamou atenção quando veio à tona na memória de Raimundo Viana, não havendo sido mencionado em outros depoimentos. Segundo ele:

E aqui tinha o Pio e também era comunista. [...] Ele era comunista de carteirinha. [...] Ele era sucateiro e tinha até um defeito. Ele era deficiente. Ele puxava de uma perna e tinha um braço morto. Ele era deficiente sabe? Ele vendia sucata ali na [rua] Tenente Cravo. Sucateiro numa maneira de dizer assim coisas de novas e usadas, coisa usada. Objeto que ele pegava e comprava barato para vender depois. Realmente vamos dizer um sucateiro mesmo. Esse aí também era pra valer. Era comunista. [...] Pois o Pio era conhecido rapaz.<sup>32</sup>

Pio Freire de Lima<sup>33</sup> foi preso em Quixadá, onde residia com sua família, entre os dias 31 de março e 1 de abril de 1964, portanto, logo nas primeiras horas após a deflagração do movimento golpista. De acordo com o depoimento concedido por sua esposa Alserina Lima ao membro da *Associação 64/68 Anistia* Mario Albuquerque:

Meu falecido marido foi preso duas vezes. [...] Ele sustentava a família com o que ganhava de uma sucata de venda de ferro velho e carvão. Nossa casa foi invadida pelo destacamento local da polícia militar, revirando tudo e deixando a casa na maior bagunça. Foi espancado na frente de todos, de vizinhos e curiosos e da família, inclusive de um filho pequeno que até hoje faz tratamento, tem problemas mentais, não sei se por conta desse episódio, de ver o pai sendo espancado e a casa toda revirada pela polícia. Pio Freire ficou mais ou menos 05 dias preso no quartel da Polícia Militar em Quixadá. A acusação era e que era subversivo e comunista e que atuava agitando os camponeses da região. Durante o período em que passou preso no quartel eu levava a comida dele todo dia, pois eles não davam, e ouvi dele que estava sendo muito pressionado para delatar os comunistas da cidade, esconderijos das armas e para incriminar o prefeito da época, Dr. Baquit, como pessoa ligada aos comunistas. Ameaçavam ele de manda-lo para o 23 BC, onde, diziam, os comunistas estão sendo fuzilados. Como nada provaram contra ele, foi solto. Porém a pecha de comunista ficou, o que trouxe muitos constrangimentos para ele e a família. O negócio da sucata sofreu prejuízo, as pessoas evitavam realizar negócios com ele e passámos por sérias dificuldades econômicas.<sup>34</sup>

Esse detalhado relato demonstra rastros da repressão desencadeada sobre alguns sujeitos nos momentos iniciais do golpe. Retrata de forma esmiuçada as experiências de uma mulher que teve sua vida, sua família e sua realidade social alterada em 1964. A partir daí a privação de liberdades e de defesa de seus ideais passa ser algo sólido na sociedade quixadaense. Mais do que isso, por ter seu marido estigmatizado pelos agentes militares como comunista e agitador, passa a ser vista com olhares “preconceituosos” por parte da população local. Por causa disso, talvez destacou que o negócio mantido com seu marido enfrentou problemas financeiros. Em alguns casos, os sujeitos taxados como comunistas eram mantidos sobre ampla vigilância, de modo que

---

<sup>32</sup> Depoimento de Raimundo Waldizar em 11/12/2015.

<sup>33</sup> Pio Freire faleceu em 1991 com 69 anos de idade.

<sup>34</sup> Depoimento de Alserina de Menezes Correia de Lima em 04/07/2016. *Arquivo Anistia 64/68*.



as ruas onde residiam passavam a serem locais obrigatórios de passagem da polícia<sup>35</sup>. Não temos indícios de que isso tenha ocorrido com Pio Freire, mas é algo que certamente não pode ser descartado.

Ainda no que diz respeito ao caso de Pio Freire, destaquemos que, como apontou anteriormente sua esposa, ele chegou a ser preso duas vezes, sendo a primeira em 1964. Já a segunda ocorreu em 1972, num dos momentos mais repressivos do regime militar brasileiro. Conforme o relato colhido de sua esposa:

A segunda prisão ocorreu em 1972, no seu local de trabalho, que continuava a sendo a sucata. Dessa vez a coisa foi pior, pois quem prendeu foi a Polícia Federal e levaram ele direto para Fortaleza. Não lembro mais quanto tempo ele passou lá, mas foi mais ou menos um mês. Visitei ele poucas vezes, umas três vezes, pois com o filho doente e a sucata para cuidar não poderia ausentar-me por muito tempo de Quixadá. Depois tinha uma advogada cuidando do caso, Dr. Wanda. Sei que na Polícia Federal ele foi torturado, soube por outras pessoas, pois a mim mesmo ele não disse nada, mas estava muito magro e abatido e com ar de assustado. Quando voltou para casa já não era mais o mesmo, descuidou da sucata, fugia do convívio social, andava meio esquivo e se assustava por qualquer coisa, principalmente quando entrava alguém em casa sem avisar.<sup>36</sup>

Nessa passagem, notamos como a tortura não somente física como também psicológica praticada pelos militares provocou transformações no cotidiano de Pio, a ponto de causar mudanças em seu comportamento e nas práticas sociais. Todas essas ações tiveram consequências marcantes em sua vida, a começar pela implantação de uma “política do medo”, acompanhada da perda dos meios de subsistência, gerando dificuldade para que conseguisse ser inserido novamente no mundo do trabalho. Sua prisão já no processo de implantação do golpe foi a única de que tomamos conhecimento. Depois de março de 1964, como vimos anteriormente, vários moradores da cidade de Quixadá serão interrogados como suspeitos de praticarem atos subversivos e manterem ligações com grupos comunistas. Isso se relaciona, de certo modo, com o que Raimundo Viana nos relatou ao descrever que:

Aqui tinha muito comunista. [...] Eu não estou dizendo. Ai eu também andei também querendo ser comunista, mas depois não num dá para mim não. Mais naquele tempo a perseguição foi grande. [...] Aqui tinha cara que fugia. Quando via, rapaz a polícia vem aí, a polícia federal vem aí. Então aquela coisa. Então Quixadá toda vida foi assim, teve esse de comunismo, né?<sup>37</sup>

A presença consistente do comunismo em Quixadá representa, de longe um dos pontos mais tocados e evidentes nas narrativas de Raimundo Viana, em relação a memória de outros

<sup>35</sup> MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória:** a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1994, p. 129.

<sup>36</sup> Depoimento de Alserina de Menezes Correia de Lima em 04/07/2016.

<sup>37</sup> Depoimento de Raimundo Waldizar em 11/12/2015.

entrevistados. Seus depoimentos nos levam a entender que a presença de uma série de sujeitos considerados comunistas na cidade fazia com que ela fosse bastante visada pelas forças militares. Sobre essas questões José Lopes, numa postura semelhante à de Raimundo, nos relatou que com o desencadeamento do golpe os militares realizaram investigações na cidade de Quixadá com o intuito de identificar possíveis elementos comunistas.<sup>38</sup>

A maioria desses aspectos aparece nas narrativas de nossos entrevistados ao recordarem a época. É claro que com alguns pontos em comum, mas também com distinções, em virtude da multiplicidade de experiências vivenciadas. No dizer de Alessandro Portelli, a diversidade de memórias demonstra a singularidade dos sujeitos, bem como que “cada entrevista é importante por ser diferente de todas as outras”.<sup>39</sup>

Entre as narrativas que mais apresentam pontos divergentes está a do trabalhador rural e sindicalista João Ventura dos Santos. Ao falar de suas primeiras experiências a respeito do golpe de 1964, lembrou que não havia conhecimento da radicalização política que norteava o presidente brasileiro João Goulart por parte de diversos segmentos da sociedade no momento do levante militar. Sentado no sofá de sua casa, em uma quinta-feira à tarde, ao lado de sua filha, recordou sob um olhar atento que “[...] o trabalhador rural sabia de nada não, eles iam pelo que até os patrões dizia. Que acreditavam mais nos patrões do que qualquer outra coisa”<sup>40</sup>. Sua narrativa apresenta-se como um fio condutor na compreensão tanto das relações travadas entre proprietários de terra e trabalhadores rurais no período, como também fornece subsídios para entendermos que nem todos os sujeitos tinham uma noção clara, do que de fato ocorria no cenário político nacional em 1964. Recordou ainda que:

Aquela história de golpe militar, e de revolta tudo pro trabalhador ele não entendia. O que ele entendia era que alguém começou a dizer que o golpe militar não queria reforma agrária que era divisão da terra, aí os trabalhadores começaram a entender. Sim, também porque os sindicatos foram fechados, e os trabalhadores tivam com aquela esperança que ia haver reforma agrária, ter mais liberdade, aí ficou aquela mágoa e gente foi preso, gente morreu, e os sindicatos foram fechados, não foi só o [...] de Quixadá pra você ter uma ideia.<sup>41</sup>

Embora relate não entender o significado do golpe, tinha conhecimento que, de uma maneira ou de outra, esse evento representou uma quebra no processo democrático brasileiro. Em sua narrativa, notamos que foi somente aos poucos que passou a compreender os significados

<sup>38</sup> Depoimento de José Lopes Filho em 22/04/2015.

<sup>39</sup> PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**. N. ° 15, São Paulo: PUC, 1997. pp. 13-51. p. 17.

<sup>40</sup> Depoimento de João Ventura dos Santos de 80 anos de idade. Entrevista realizada pelo autor em Quixadá, em 03/12/2015.

<sup>41</sup> Depoimento de João Ventura dos Santos em 03/12/2015.



políticos do mesmo, principalmente quando percebeu sua contrariedade aos “interesses” da classe dos trabalhadores rurais, que almejavam a implantação da reforma agrária, enquadrada nas propostas reformistas defendidas por João Goulart.

Nesse sentido, o golpe teria interrompido conforme a memória do entrevistado um processo de mudanças na estrutura rural quixadaense e brasileira, atingindo expressivamente os movimentos sociais do campo, organizados sob a forma de sindicatos. O resultado disso tudo para o trabalhador rural foi, de acordo com João Ventura, um misto de tensões e sentimentos, os quais ele pontua como tendo ficado “aquela mágoa”, em virtude da não realização da reforma agrária e de transformações na esfera fundiária que proporcionassem melhorias nas relações de trabalho da classe.

No período, Quixadá, bem como grande parte do Ceará, passavam por momentos de profunda tensão no ambiente agrário, sobretudo no que diz respeito a cobrança da renda da terra, ocasionando constantes conflitos entre trabalhadores e proprietários. Isso foi algo que permeou de forma massiva todos os primeiros anos da década de 1960. Em matéria publicada pelo jornal *Terra livre*, em 1963, foi destacada a intensa luta elencada pelos trabalhadores do Ceará contra as perseguições capitaneadas pelos proprietários frente aos camponeses que, até então, buscavam conquistar seus direitos por intermédio da organização sindical.<sup>42</sup> Os conflitos no campo se intensificaram à medida que os trabalhadores abraçaram as causas reformistas e a busca pelos direitos enquanto categoria social. Entretanto, essa experiência organizacional engendrada pela classe trabalhadora foi drasticamente interrompida com o fechamento dos sindicatos, como mencionou João Ventura em seu depoimento.

No ano de 1964, com 29 anos de idade, João Ventura residia no distrito de Ibaretama, zona rural do município de Quixadá, que posteriormente seria elevado à categoria de cidade. Somente na década de 1970 passou a morar na sede de Quixadá, onde começou a trabalhar como secretário geral no Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). Em suas narrativas, observamos uma forte memória ligada aos tempos de trabalho, ao movimento sindical e as dificuldades vivenciadas pela classe trabalhadora, em meio às explorações praticadas pelos proprietários rurais na região. Sua memória resgata constantemente as formas de opressão sofridas por esses sujeitos no cenário quixadaense, sobretudo em inícios da década de 1960, quando se tem a mobilização dos trabalhadores através da sindicalização rural.

---

<sup>42</sup> Luta Organizada. *Terra Livre*, São Paulo, abril de 1963, p. 04.



Ao tecer suas memórias, recordou que, de certo modo, algo que atrapalhava no acesso a informações sobre o cenário nacional no período do golpe eram as limitações dos meios de comunicação. No entanto, recordou que:

Quando surgiu o golpe foi derrubando logo o Jango e uma junta militar composta por os quatro militares forte da época, um deles era o General Castelo Branco e um Ranieri Mazzilli e outros. Depois eles determinaram que quem ficava na primeira época era o Castelo Branco que era até cearense.<sup>43</sup>

Embora Castelo Branco tenha constituído um dos principais coordenadores da conspiração militar resultante no golpe de 1964, João Ventura enfatiza que seu governo “não foi muito ruim não”. Por ser cearense, acreditava que Castelo Branco tinha conhecimento das problemáticas enfrentadas pelos trabalhadores do campo, apesar de reconhecer sua colaboração para o sucesso do golpe. Num outro momento de seu relato, destacou não ter sofrido perseguição política após o golpe na cidade de Quixadá:

Eu não sofri aqui no Quixadá, eu não sofri perseguição de militares. Eu te disse anteriormente, que a gente fazendo assistência, num se reunindo, num fazendo propaganda, o que tinha muito medo e que fazia medo até o povo era ser comunista, num dando papel de comunista, até o quartel aceitava muito bem a gente. Eu fui muito querido aí quando entrei logo pelo delegado, deixava eu resolver questões de trabalhadores dentro do quartel, aquelas questões que a gente resolvia de acordo, ne?<sup>44</sup>

Algumas partes desse depoimento sugerem que o tempo em que o entrevistado fala provavelmente remeta-se à segunda metade da década de 1960 e meados da de 1970. Os indícios que apontam isso se desenrolam em dois momentos. No primeiro, isso ocorre quando João Ventura narra a respeito da impossibilidade da realização das reuniões no meio sindical ou rural. Esse período corresponde ao momento que segue ao golpe, onde ocorre a desarticulação de sindicatos rurais espalhados por todo o país, inclusive os de Quixadá. A reabertura dos sindicatos se dará somente em 1967, baseando suas atividades num caráter assistencialista<sup>45</sup>, o que talvez forneça uma explicação histórica para o fato de João Ventura ter mencionado a questão da “assistência” em seu relato. O outro momento de sua narrativa que fornece sinais que indicam uma temporalidade mais recente, relaciona-se ao período em que teve uma atuação mais significativa junto ao sindicalismo no município, ou seja, nos anos de 1970, quando atuou como secretário no Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

---

<sup>43</sup> Depoimento de João Ventura dos Santos em 03/12/2015.

<sup>44</sup> Depoimento de João Ventura dos Santos em 03/12/2015.

<sup>45</sup> Em Quixadá, com a reabertura dos sindicatos em 1967, passaram a ser oferecidos aos associados alguns serviços assistencialistas, a exemplo do tratamento médico e oftalmológico. Isso seria provavelmente a “assistência” na qual João Ventura descreve, ou pode indicar também uma “assistência” mais ligada as questões trabalhistas, intermediadas pelos sindicatos.



Além dessas questões já apontadas, o relato de João Ventura é bem significativo para demonstrar além de suas relações estabelecidas com os militares nesse momento histórico, a institucionalização de um medo ligado em sua maior parte ao comunismo. Esse medo era capaz de atingir de forma significativa várias camadas da sociedade brasileira, tendo materialidade própria nas inúmeras histórias transmitidas de boca a boca, de prisões, perseguições, entre outras ações praticadas contra sujeitos taxados como comunistas, o que talvez nos explique porque João Ventura destacou “que fazia medo até o povo ser comunista”.

A viva memória de João Ventura, nos mostra ainda um dos principais elementos que levaram ao desfecho do golpe: o anticomunismo entre alguns setores da sociedade brasileira. De acordo com ele:

Ave Maria! A palavra comunista naquele tempo [...] se dissesse que você era comunista a igreja tinha raiva de você, odiava que você levava aquele nome; os patrões tinham raiva, porque os comunistas queriam pegar as coisas dos outros. E os trabalhadores da igreja, todo mundo vivia naquele tempo o catolicismo predominava, a igreja condenava: “meus filhos, cuidado! Não vão entrar no comunismo!”.<sup>46</sup>

As representações gravadas na memória de João Ventura acerca do comunismo denotam a força de um imaginário social criado ao longo do processo histórico brasileiro, mas que ganhou maior amplitude na década de 1960, mais em 1964. Segundo o historiador Rodrigo Patto Sá Motta “na crise de 1964 o argumento mais forte apresentado nos discursos favoráveis à derrubada do governo foi o anticomunismo, mesclado às acusações de que Jango pretendia implantar um regime autoritário de esquerda”.<sup>47</sup>

Grande parte dessas questões, e do contexto político e social no qual país e a cidade de Quixadá perpassavam nesse período, vinha à tona aos poucos na memória de João Ventura, através da ressignificação de suas experiências. Tudo isso nos mostrou como cada sujeito interpreta e organiza suas experiências sociais, além de como essas próprias experiências foram vividas, sentidas, seus trajetos, escolhas e hesitações. Em nosso caso, de uma maneira geral, acreditamos que existe um ponto chave no estudo da memória de moradores quixadaenses sobre o golpe de 1964. Esse ponto representa principalmente a problematização da memória socialmente construída em torno desse evento, percebendo que tão importante quanto reconstruir essa história, é compreender a própria memória sobre o golpe, dentro de seu conteúdo simbólico e imaginário,

<sup>46</sup> Depoimento de João Ventura dos Santos em 03/12/2015.

<sup>47</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O anticomunismo militar. In: Seminário 40 anos do Golpe de 1964. **1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004, p. 293.

levando em consideração as disputas de memórias travadas em torno desse acontecimento histórico na cidade de Quixadá.<sup>48</sup>

### Breves considerações finais

De acordo com Michael Pollak, existe uma competição e um conflito entre memórias concorrentes<sup>49</sup>. Uma tenta se afirmar como mais legítima do que a outra. Notamos a expressão disso durante o processo de realização e transcrição das entrevistas desse trabalho. Para alguns moradores de Quixadá, como no caso de José Lopes, homem de tradição política, durante o regime militar vivia-se uma democracia: “nós vivíamos num regime democrático naquela época, democracia”.<sup>50</sup> Já para João Ventura, homem do campo, inserido no movimento sindical, aquilo não poderia ser chamada de democracia:

Essa palavra democracia para o trabalhador rural, ainda é uma palavra um pouco estranha. Tem até gente que confunde burocracia com democracia ainda né? Imagina naquele tempo, então eles comia, o político inteligentemente dizia: “não é muito democrata pra acontecer isso é democracia, a vida é assim mesmo” consolava os eleitores, consolava os moradores, o carro tinha 50 moradores 60. Tenha cuidado para não ir na onda de comunista, alguns enrolavam dizendo assim: “nós tamo numa democracia, o governo é muito bom, faz isso faz aquilo, tem médicos aí no sindicato, tem dentista de graça, o que vocês querem mais? Isso é democracia”. Aquilo não era democracia, na verdade não era. [...] Não porque aí era o tempo da tortura, como é que você se pode dizer que tinha democracia na época num canto que não podia fazer uma música, comentando o sofrimento do pessoal que tava sendo preso, que tava sendo torturado, que era colocado no navio e jogado no mar, ninguém podia nem falar nisso. [...] Isso é democracia um negócio desse?<sup>51</sup>

Essa narrativa mostra que nesse entrecruzamento de memórias existem distintas percepções sobre o passado, visto que a memória é “campo de tensões, é componente dos próprios processos de luta, ocupa um lugar específico na redefinição das relações de poder, sendo campo e instrumento de conflitos”<sup>52</sup>. O depoimento de João Ventura também faz refletir sobre a tentativa de legitimidade do regime militar brasileiro como democrático, pois tanto militares quanto civis que participaram do golpe de 1964 apareciam como defensores de uma dada forma de democracia, que segundo eles, buscava a normalização da legalidade. Esse discurso se estendeu durante todo o tempo em que a ditadura se manteve ativa, inclusive em seus momentos mais repressivos.<sup>53</sup>

<sup>48</sup> ARAÚJO, Maria Paula. Disputas em torno da memória de 68 e suas representações. In: FICO, Carlos e ARAÚJO, Maria Paula (Orgs.). **1968 – 40 Anos depois**: História e Memória. Rio de Janeiro: 7 letras, 2009, p.17.

<sup>49</sup> POLLAK, Michael. Memória, silêncio, esquecimento. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3 – 13. p. 04.

<sup>50</sup> Depoimento de José Lopes Filho em 09/09/2015.

<sup>51</sup> Depoimento de João Ventura dos Santos em 03/12/2015.

<sup>52</sup> MAIA, Edmilson Alves. **Memórias de luta**, p. 260.

<sup>53</sup> REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil**: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984. Londrina: Eduel, 2013, p. 68.



Perante isso, verificamos assim que as narrativas de João Ventura, João Eudes, José Lopes e Raimundo Viana apontam para uma direção na qual percepções múltiplas sobre um dado acontecimento histórico emergem. O importante nesse caso é levarmos em consideração aquilo que Alistair Thomson chama de “as várias camadas da memória individual e a pluralidade de versões sobre o passado, fornecidas por diferentes narradores”<sup>54</sup>. É preciso entender também que, embora cada um deles nos relate variadas experiências sociais, fruto de diferentes vivências ao longo de suas trajetórias de vida, compartilham daquilo que podemos chamar de uma mesma “estrutura de sentimentos”<sup>55</sup>, ou seja, em seus depoimentos estão presentes traços de um mesmo contexto político, social e histórico, embora esses traços sejam apresentados de formas distintas em cada composição de memória.

Rememorar 1964 para esses sujeitos apresenta-se não como uma ação do passado, mas, sobretudo do presente. Os acontecimentos ocorridos no âmbito nacional e local nesse ano, podem até serem esquecidos, descartados, apagados, porém, do ponto de vista social, as coisas não aparecam ser tão simples assim. “Lembremos, no entanto, que temos uma grande vantagem em relação aos que viveram 1964: sabemos o final da história”<sup>56</sup>. Diante disso, temos a noção de que cada memória, experiência e lembrança desse período, por mais subjetividades que contenham, ampliam o horizonte de compreensões sobre de golpe de 1964 em Quixadá, e acima de tudo, denotam como foi construída sua imagem por parte de sujeitos históricos, que por meio de reminiscências desses anos mostram traços da época, à medida que vão reelaborando suas memórias no seio das relações sociais.

O silêncio rompido sobre os desdobramentos do golpe na cidade possibilitou dar maior visibilidade a sujeitos e vozes nem sempre ouvidas, ou relegadas da compreensão histórica. Fez com que novos atores sociais viessem à baila, mostrando seu papel e a importância de suas memórias na reconstrução do passado, seja através de memórias individuais ou coletivas. Assim, tratar de 1964 a partir da memória, significa buscar entender uma fase difícil e cheia de simbologias dentro da história do país, na qual assim como a memória, é alvo de constantes disputas políticas que vão se ressignificando com o passar do tempo.

Foi tendo em mente isso que buscamos analisar as diferentes memórias que, entre outras coisas, nos possibilitaram reconstruir algumas percepções e tensões geradas por um acontecimento

---

<sup>54</sup> THOMSON, Alistair. **Recompõndo a memória**, p. 57.

<sup>55</sup> WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 130.

<sup>56</sup> CASTRO, Celso. Os militares e a memória do regime de 1964. In: Seminário 40 anos do Golpe de 1964. **1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004, p. 278.



histórico que traz consigo significados diversos para os que o presenciaram e para os que tiveram notícias dele através dos jornais, canais de TV, documentários etc. Apesar da ampla bibliografia brasileira que trata do tema, muito ainda resta a ser aprofundado no conhecimento de um passado que, como apontou Walter Benjamin, “traz consigo um índice misterioso que o impede a redenção”.<sup>57</sup>

---

<sup>57</sup> BENJAMIM, Walter. **Magia e técnica, arte e política:** ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 223.



# O monumento ao Marechal Floriano Peixoto (1910) e a construção do imaginário republicano

The monument to Marechal Floriano Peixoto (1910) and the making of the republican imaginary

**David Danziger Regenberg**

Graduando em História

Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ (Rio de Janeiro – RJ)

davidanziger@gmail.com

**Recebido em:** 15/04/2017

**Aprovado em:** 11/07/2017

**RESUMO:** O texto aborda o monumento ao Marechal Floriano Peixoto, inaugurado no Rio de Janeiro em 1910, projetado por Eduardo Sá, sob os princípios da arte positivista, contemplado em concurso realizado pela Comissão Glorificadora do Marechal Floriano Peixoto. A pesquisa parte da discussão sobre a formação e disputa pelo imaginário republicano no Brasil e busca contribuir com novas formas de abordar o monumento, privilegiando uma análise que pensa o monumento de fato como obra de arte através da ideia de arte narrativa do relevo de Rosalind Krauss. A partir de José Reginaldo Santos Gonçalves e Reinhart Koselleck busca-se apresentar as diferentes leituras que o monumento suscita e como falha em sua tentativa de construção de um imaginário republicano para o Brasil, retomando o trabalho de José Murilo de Carvalho.

**PALAVRAS-CHAVE:** Monumento, Floriano Peixoto e Eduardo Sá.

**ABSTRACT:** This text addresses the monument to Marechal Floriano Peixoto, inaugurated on Rio de Janeiro in 1910, designed by Eduardo Sá, following the principles of positivist art, thanks to a contest promoted by the Comissão Glorificadora do Marechal Floriano Peixoto. The research starts from the discussion on the formation and the dispute for the republican imaginary of Brazil and attempts to contribute with new ways to address the monument, privileging an analysis that thinks the monument as in fact a work of art through Rosalind Krauss' idea of the narrative art of the relief. Building on José Reginaldo Santos Gonçalves' and Reinhart Koselleck's work there is an attempt to highlight the different readings the monument arouse and how it fails to create a republican imaginary for Brazil, evoking José Murilo de Carvalho's work.

**KEYWORDS:** Monument, Floriano Peixoto and Eduardo Sá.



## Introdução

Caminhar pelo Centro do Rio de Janeiro é algo que pode suscitar uma multiplicidade de impressões. Mas algo que não se destaca regularmente nessa experiência é a percepção dos muitos monumentos históricos da região. Em meio à multidão de pessoas que se deslocam com pressa, na vizinhança da Câmara dos Vereadores, do Theatro Municipal, da Biblioteca Nacional, do Museu Nacional de Belas Artes, do Cinema Odeon, permanece o Monumento ao Marechal Floriano Peixoto. De fato, ele nomeia a Praça Floriano, mais conhecida como Cinelândia. As diversas manifestações políticas que frequentemente ocupam o local agem como se o conjunto escultural, que se ergue em uma grande coluna, não estivesse lá. Seu uso mais comum é servir de assento para moradores de rua ou trabalhadores cansados, mostrando certa adaptação ao entorno. De forma geral, muitos dos monumentos históricos do Rio de Janeiro repousam em esquecimento político, e, vistos por certa perspectiva, em total integração ao seu local, pois simplesmente não chamam atenção senão sob seus aspectos mais básicos enquanto matéria: um local para sentar, um ponto de referência, uma sombra. Analisá-los é tentar pensar sobre seu fracasso enquanto projeto político e simbólico na cidade. Meu objetivo neste texto é refletir sobre o monumento ao Marechal Floriano Peixoto, inaugurado no Rio de Janeiro em 21 de abril de 1910, no local da atual praça Floriano.

Os monumentos são uma parte constitutiva do tecido social urbano e um lócus privilegiado para a inscrição de símbolos e alegorias em seu seio. Seguindo as indicações de David Harvey em seu texto *Consumismo, espetáculo e lazer*<sup>1</sup>, que se tornam mais apropriadas visto o contexto comum de amplas reformas de intuito modernizador reconfigurando o espaço urbano tanto na Paris de meados do século XIX discutida por Harvey quanto no Rio de Janeiro de começo do século XX aqui discutido, os monumentos constituem uma tentativa de conferir visibilidade e legitimidade a determinados regimes políticos pela sua inserção material e espetacular na cidade. O próprio drama das grandes obras públicas e sua festividade, segundo Harvey, contribui para a formação dos monumentos enquanto símbolo de poder. Parte de sua força e necessidade, mesmo que tenha algo de paradoxal, vem de sua tentativa de conexão com um passado mitificado ao mesmo tempo que se articula um tempo novo, moderno, que reconfigura a própria cidade. Todavia, como aponta o autor ao final de seu texto, esta forma privilegiada também poderia ser espaço de disputa entre projetos políticos distintos. Desta forma, tento analisar o monumento ao Marechal Floriano Peixoto não só em sua forma acabada, mas em sua dimensão processual que lhe conferiu existência,

---

<sup>1</sup> HARVEY, David. Consumismo, espetáculo e lazer In: **Paris, capital da modernidade**. São Paulo: Boitempo, 2015, pp. 281-299.

isto é, temporal. Ademais, a partir do livro *Como as sociedades recordam*<sup>2</sup> de Paul Connerton, a dimensão ritualística dos monumentos é enfatizada. Sob tal perspectiva, a inscrição material do monumento na cidade corporifica uma espécie de metanarrativa social das figuras pátrias e dos grandes acontecimentos, a qual se vale da mobilização de elementos de um repertório tradicional, no caso, o da escultura.

A bibliografia sobre monumentos brasileiros não é particularmente vasta. No contexto deste artigo, destaco duas obras: a *A Formação das Almas*<sup>3</sup>, trabalho fundamental de José Murilo de Carvalho, de 1990, e a tese de doutorado *Filósofos em Tinta e Bronze: arte, positivismo e política na obra de Décio Villares e Eduardo de Sá*<sup>4</sup>, defendida por Elisabete da Costa Leal, orientanda de José Murilo de Carvalho. O primeiro, já célebre, é de grande importância para o estabelecimento deste campo de estudos ao investigar a criação do imaginário da República no Brasil a partir de sua proclamação em 1889. Seu enfoque foi a disputa pela hegemonia deste imaginário nascente e mostra fundamentalmente como este processo não ocorreu como esperado, ou seja, como o imaginário republicano não conseguiu se estabelecer com sucesso no Brasil. Já a pesquisa de Elisabete da Costa Leal busca, na esteira das ideias de seu orientador, analisar a influência da produção de dois artistas positivistas - Décio Villares e Eduardo Sá -, na construção do imaginário republicano, enfocando as redes de relações entre encomendantes e artistas e as obras que surgiram desta rede.

Partindo sobretudo destas duas obras, o presente trabalho busca dar continuidade a essa linha de estudos através de outra abordagem teórica. Tentarei apontar três outras possíveis formas de investigar o Monumento ao Marechal Floriano Peixoto: o monumento como escultura em si; como categoria discursiva; e suas diversas apropriações. Para pensar sobre o monumento como obra de arte em si mesma, como escultura de fato, utilizo como referencial teórico o texto de Rosalind Krauss *Tempo Narrativo: a questão da Porta do Inferno*<sup>5</sup>. Neste ensaio, encontrado no livro “Caminhos da Escultura moderna”, fundamental para a compreensão da escultura moderna, a teórica da arte apresenta a noção de frontalidade da escultura como forma de direcionamento único

---

<sup>2</sup> CONNERTON, Paul. **Como as sociedades recordam**. Oeiras: Celta Editora, 1993. O autor destaca também uma dimensão muito importante que não é abordada neste trabalho, que é a das cerimônias comemorativas públicas e a do hábito. Seria interessante, portanto, para entender o relativo fracasso do projeto político ligado aos monumentos cariocas, tentar trabalhar a partir destas dimensões que me parecem não terem se constituído com força no espaço público urbano ligado aos novos símbolos republicanos.

<sup>3</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>4</sup> LEAL, Elisabete da Costa. **Filósofos em Tinta e Bronze: arte, positivismo e política na obra de Décio Villares e Eduardo de Sá**. 298f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Social, Rio de Janeiro, 2006.

<sup>5</sup> KRAUSS, Rosalind E.. *Tempo Narrativo: a questão da Porta do Inferno* In: **Caminhos da Escultura Moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1998, pp. 9-47.

de leitura temporal da obra, sendo que o relevo ao ser lido apresenta e direciona uma narrativa histórica dotada de sentido. Para pensar sobre o monumento como categoria discursiva, não mero objeto de representação, mas como uma forma de ação própria, proponho como referencial teórico algumas ideias apresentadas por José Reginaldo Santos Gonçalves em seu livro *Antropologia dos Objetos: Coleções, Museus, Patrimônios*<sup>6</sup>. Nesta obra, o autor apresenta maneiras distintas pelas quais o discurso monumental ou cotidiano se constroem, em particular em suas relações com a história e a memória. E por último, para pensar a apropriação não planejada dos monumentos, sua efetiva existência no espaço público, o referencial teórico será *War Memorials: Identity Formations of the Survivors*<sup>7</sup>, de Reinhart Koselleck. Seu argumento principal é que os monumentos existem em sua materialidade indissociável de sua historicidade, já que sempre são lidos e relidos segundo as circunstâncias de cada momento histórico.

### **A disputa e a formação pelo imaginário republicano brasileiro**

Antes de discutir em detalhes o Monumento ao Marechal Floriano Peixoto, é necessário situá-lo em contexto mais amplo. Segundo José Murilo de Carvalho, diversos grupos estavam engajados com a proclamação da República no Brasil em 1889: os positivistas e seu projeto de Ditadura Republicana; os civis e seu projeto de liberalismo à americana; os militares deodoristas, que não possuíam projeto político estruturado, agindo principalmente de acordo com os princípios e interesses de sua corporação; e os jacobinos e seu projeto de democracia direta, por mais que estes tenham tido uma influência bastante limitada.<sup>8</sup> Entretanto, a República não se encontra pronta e acabada automaticamente a partir deste ato: seu caráter será disputado pelos diferentes atores com visões de mundo e projetos políticos distintos.<sup>9</sup> Neste sentido, a disputa pelo imaginário republicano implicava o próprio caráter do regime e sua legitimação. Com recursos variados, os republicanos buscavam consolidar suas narrativas históricas como forma de validar seus distintos projetos políticos. Um espaço fundamental de disputa era o campo das imagens. Pinturas, esculturas, monumentos, símbolos e alegorias eram objetos eminentemente políticos da disputa pelo imaginário da República. Estes buscavam construir visões do passado, concepções de presente e perspectivas para o futuro.<sup>10</sup>

Benedict Anderson, em seu importantíssimo livro *Comunidades Imaginadas*, enfatizou a

<sup>6</sup>GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: Museu, Memória e Cidadania, 2007.

<sup>7</sup>KOSELLECK, Reinhart. War Memorials: Identity Formations of the Survivors In: *The Practice of Conceptual History: Timing History, Spacing Concepts*. Stanford: Stanford University Press, 2002, pp. 285-326.

<sup>8</sup>CARVALHO, A formação das almas, pp. 9, 24-9.

<sup>9</sup>\_\_\_\_\_, A formação das almas, p. 35.

<sup>10</sup>\_\_\_\_\_, A formação das almas, pp. 10-3.



dimensão imaginária da nação, enquanto uma entidade coletivamente inventada que busca adquirir legitimidade e soberania política.<sup>11</sup> De certo modo, trata-se do mesmo processo. Anderson destacou a nação enquanto fenômeno "modular", criado sob determinadas circunstâncias históricas, mas capaz de ser prontamente reinventado em outras condições a partir desse modelo. É neste aspecto que Partha Chatterjee critica Anderson em seu texto *Whose Imagined Community?*, pois para esse autor as formas de se imaginar uma nação podem ser radicalmente distintas.<sup>12</sup> Ele enfatiza não só as reivindicações políticas, mas a dimensão cultural da nação e a própria invenção de uma cultura nacional. É neste sentido que se deve entender a disputa pelo imaginário republicano e pelos monumentos nacionais.

Neste contexto os monumentos, de forma geral, foram investidos de uma capacidade privilegiada de representar a identidade nacional e sua memória. Segundo José Reginaldo Santos Gonçalves,

a identidade de uma nação pode ser definida pelos seus monumentos - aquele conjunto de bens culturais associados ao passado nacional. Estes constituem um tipo especial de "propriedade": a eles se atribui a capacidade de evocar o passado e, desse modo, estabelecer uma ligação entre passado, presente e futuro. Em outras palavras, eles garantem a "continuidade" da nação no tempo.<sup>13</sup>

Mais amplamente, o autor afirma que "Na medida em que associamos ideias e valores a determinados espaços ou objetos, estes assumem o poder de evocar visualmente, sensivelmente aquelas ideias e valores."<sup>14</sup> Este era o esforço empreendido por cada grupo no contexto da formação do imaginário republicano: conseguir imprimir seu conjunto de ideias, valores e narrativa histórica aos monumentos da República ou a suas figuras associadas. Segundo Gonçalves, os monumentos têm um papel ativo na medida em que são produzidos e possuem como princípio norteador a exposição pública e a educação sentimental, moral, histórica e cívica da população.<sup>15</sup> A ideia é disseminar sua narrativa para consolidá-la junto à população. É claro que no caso brasileiro, a população a ser educada é limitada por uma série de concepções sociopolíticas, restringindo-se, de grosso modo, a uma elite urbana letrada. Ainda assim, os monumentos e a ideia de educação cívica eram centrais na construção do imaginário republicano.

O concurso que levou à construção do Monumento ao Marechal Floriano Peixoto foi

---

<sup>11</sup> ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

<sup>12</sup> CHATTERJEE, Partha. *Whose Imagined Communities?* In: *The Nation and its fragments: colonial and post-colonial histories*. Princeton: Princeton University Press, 1993, pp. 3-13.

<sup>13</sup> GONÇALVES, **Antropologia dos objetos**, p. 122.

<sup>14</sup> \_\_\_\_\_, **Antropologia dos objetos**, p. 122.

<sup>15</sup> \_\_\_\_\_, **Antropologia dos objetos**, p. 153.



presidido pelo Major Agostinho Raimundo Gomes de Castro, militar positivista convicto, que possuía uma relação próxima com a Igreja Positivista Brasileira (IPB), apesar de não ser membro e manter frente a ela autonomia de ação e ideias.<sup>16</sup>

Em 1904, foi colocada pela Comissão Glorificadora do Marechal Floriano Peixoto a pedra fundamental do monumento na então Praça Tiradentes (atual Praça Floriano), local já de referência na cidade, próximo do Theatro Municipal, da Biblioteca Nacional e da Escola Nacional de Belas Artes. Para selecionar o monumento, foi realizado um concurso público de maquetes, cujas exigências eram ser brasileiro e ter os mesmos princípios dos militares florianistas que encabeçavam a Comissão, ou seja, princípios positivistas. Deve-se destacar que o próprio Marechal Floriano Peixoto não era positivista. Somente dois artistas participaram do concurso e o projeto de Eduardo Sá foi escolhido como vencedor frente ao de Correia Lima. Ainda assim, tanto a maquete quanto o concurso sofreram duras críticas pela imprensa e por outros do meio artístico. Os ataques consistiam no que se dizia ser a feiura do projeto, seu uso excessivo de símbolos e demasia de elementos. Ademais o concurso era tido como sectário por suas exigências de participação, visto como incongruente com o uso de verba pública, adquirida através de subscrição popular. Seu resultado também foi visto como manipulação da IPB, o que ela negou.<sup>17</sup>

Neste ponto, é necessário avaliar as relações entre florianistas e positivistas. José Murilo de Carvalho considera que na medida em que Floriano se aproximava do modelo de "Ditador Republicano" - afirmando uma administração forte, centralista, moralista, popular, antibacharellesca, contra o grande capital, e fundamentalmente como o "Consolidador da República", - havia certa proximidade entre florianistas e positivistas, embora em desacordo em outros pontos.<sup>18</sup> Deste modo, positivistas e florianistas eram frequentemente associados no discurso público, apesar desta conexão ser também negada pelos líderes da IPB, visto que discordavam do uso da violência, sua ação nas ruas e seu militarismo.<sup>19</sup> Neste contexto, vale destacar que a IPB não compareceu oficialmente à inauguração do monumento ao Marechal Floriano Peixoto, apesar de seus líderes terem ido individualmente. Esta ação provavelmente consistiu numa tentativa de dissociação do florianismo aos olhos públicos.<sup>20</sup>

### **Eduardo Sá e a concepção de arte positivista**

Antes de uma efetiva análise do Monumento ao Marechal Floriano Peixoto, é importante

<sup>16</sup> LEAL, *Filósofos em Tinta e Bronze*, pp. 173-84.

<sup>17</sup> \_\_\_\_\_, *Filósofos em Tinta e Bronze*, pp. 241-3.

<sup>18</sup> CARVALHO, *A formação das almas*, p. 42.

<sup>19</sup> LEAL, *Filósofos em Tinta e Bronze*, pp. 184-91.

<sup>20</sup> \_\_\_\_\_, *Filósofos em Tinta e Bronze*, p. 243.



apresentar brevemente a trajetória do autor da obra, o escultor, pintor e restaurador Eduardo Sá (1866-1940), e a concepção de arte positivista que dirigiu sua produção de forma geral e este monumento em particular.

Aluno da Academia Imperial de Belas Artes (AIBA) de 1883 a 1886, Eduardo Sá estudou com os dois mais célebres pintores brasileiros do gênero histórico – Pedro Américo e Victor Meirelles –, além do escultor Rodolfo Bernadelli, com quem teve aulas particulares de escultura. Apesar de sua dedicação e de algumas premiações, não obteve grande destaque como aluno. Terminada sua formação na AIBA, ele partiu para a Europa para continuar seus estudos, custeado pela própria família. De 1888 a 1890, estudou sobretudo pintura e desenho na célebre Academia Julian, em Paris..

Como nos diz Elisabete da Costa Leal, foi na Europa que o artista teve seu primeiro contato com o pensamento positivista ortodoxo e aderiu aos princípios de tal doutrina nos âmbitos político, religioso, estético e pessoal. Tal adesão orientou sua produção artística e lhe rendeu duras críticas e certa marginalização no meio. Ainda assim, não foi ligado oficialmente à IPB, apesar de ter trabalhado diversas vezes para a instituição e mantido uma relação próxima com ela. Somente no final de sua vida, já doente, recebeu uma pensão da instituição. No virada do século XIX para o XX, realizou ou planejou realizar várias obras em homenagem ao Marechal Floriano Peixoto, possuindo também relações próximas com diversos florianistas. Apesar de cultivar essas relações, o que pode ser um dos principais fatores para ter vencido o concurso da Comissão Glorificadora do Marechal Floriano Peixoto, sua visão da figura do Marechal iria passar por significativas transformações.<sup>21</sup>

Em sua tese, Elisabete da Costa Leal caracteriza Sá como o "artista positivista perfeito" segundo os princípios da própria doutrina, um seguidor fiel da leitura ortodoxa da estética comtiana.<sup>22</sup> Deve-se destacar, de maneira geral, que a formação artística de Sá foi orientada pelos princípios acadêmicos enrijecidos que vigoravam ainda na Academia Imperial de Belas Artes em finais do século XIX.

Desta maneira, para entender melhor o trabalho de Eduardo Sá, é necessário compreender a concepção de arte positivista que norteava o trabalho deste artista. Leal vê bastante proximidade entre os princípios estéticos de Sá e da IPB. Ambos buscavam seguir a estética comtiana, porém com algumas particularidades. A arte, para os positivistas ortodoxos e para a doutrina estética

<sup>21</sup> \_\_\_\_\_, **Filósofos em Tinta e Bronze**, pp. 106-119.

<sup>22</sup> \_\_\_\_\_, **Filósofos em Tinta e Bronze**, p. 113.



comtiana, era vista de maneira pragmática. Como diz Leal sobre a estética positivista, "(para esta) As obras não tinham valor em si (estético, nem pecuniário), somente valor prático de adoração doméstica ou cívica. (...) Animação popular, entusiasmo, sensibilização eram as funções da arte."<sup>23</sup>. A função da arte se enquadraria, dentro da doutrina positivista, num papel de promoção dos sentimentos altruístas e morais através da sensibilização e da mobilização emocional. Assim, a arte serve ao culto da Humanidade, já que o culto não é possível sem imagens. Neste sentido, ela se torna um meio privilegiado e essencial para homenagear as grandes figuras históricas e suas contribuições para o desenvolvimento da Humanidade. Deste modo seria promovido o reconhecimento histórico e a reabilitação da memória dos homenageados. Algo a ser destacado dentro da simbologia da arte positivista é a importância da representação da figura feminina, pois esta sempre seria a imagem da Humanidade. Esta figura, contudo, sempre deve ser representada em seus papéis moralizados, como mãe, esposa ou filha, e jamais como sensual, pois isto seria uma degradação, devido ao papel da arte na sensibilização e na educação moral.<sup>24</sup>

Para os líderes da IPB, em seus termos, o que uma obra de arte devia atingir era a "síntese perfeita"<sup>25</sup>. De acordo com Leal, esta consiste em um composição estética capaz de resumir uma ideia múltipla em uma só unidade: desta tudo haveria de se resumir ou deduzir, do contrário a obra ficaria obscura ou incompleta. Deste conceito é explicada a grande quantidade de figuras, símbolos e elementos nas obras de arte positivistas, pois deveriam ser capazes de tudo apreender. A unidade a ser representada é eminentemente histórica, visto o caráter cultual da arte para o positivismo. Assim, cada trabalho deve apresentar, nas palavras de Leal, "uma síntese explicativa do passado", que consiste na interpretação positivista do desenvolvimento histórico, enfatizando o papel das grandes figuras.<sup>26</sup> De forma a atingir tal síntese explicativa e a unidade da obra, era de suma importância a concepção da obra realizada pelos sacerdotes ou filósofos positivistas. Para tanto, era possível inventar cenas históricas e ainda pensá-las como verdadeiras, pois, subordinadas à interpretação positivista da história, contribuiriam para se atingir a síntese perfeita.

<sup>23</sup> \_\_\_\_\_, *Filósofos em Tinta e Bronze*, p. 166.

<sup>24</sup> \_\_\_\_\_, *Filósofos em Tinta e Bronze*, pp. 163-8.

<sup>25</sup> \_\_\_\_\_, *Filósofos em Tinta e Bronze*, p. 169.

<sup>26</sup> \_\_\_\_\_, *Filósofos em Tinta e Bronze*, p. 169.



**Figura 1** - Vista frontal ao monumento ao Marechal Floriano Peixoto. Retirada de: <http://mubevirtual.com.br/images/esculturas/6050099037d27172359a91d5312ab6a4.JPG>. Acesso em: 21/02/2017.



**Figura 3**- Vista frontal da parte superior do monumento: a bandeira nacional ao vento englobando o Marechal Floriano Peixoto ao centro, a alegoria da Pátria saindo da bandeira e no relevo as figuras de José Bonifácio, Tiradentes e Benjamin Constant. Retirada de: <http://mubevirtual.com.br/images/esculturas/845e9867644e82f4fc3714dcf4dcba4f.JPG>. Acesso em: 21/02/2017.



**Figura 2** - Vista dianteira da parte superior do monumento: crianças brincando, representando as futuras gerações. Retirada de: <http://mubevirtual.com.br/images/esculturas/d4c4d9efe166865e249947c17947f167.JPG>. Acesso em 21/02/2017.



**Figura 4** - Lateral da parte inferior do monumento: a raça branca portuguesa, representada pelo poema *Caramuru*, de Santa Rita Durão. Imagem autoria própria.



**Figura 5** - Lateral da parte inferior do monumento: a raça negra, representada pelo poema *A Cachoeira de Paulo Afonso*, de Castro Alves. Imagem de autoria própria.



**Figura 6** - Lateral da parte inferior do monumento: a raça indígena, representada pelo poema *Y-Juca Pirama*, de Gonçalves Dias. Imagem de autoria própria.



**Figura 7** - Lateral da parte inferior do monumento: Anchieta e a catequese, do poema *Anchieta*, de Fagundes Varela. Imagem de autoria própria.



**Figura 8** - Vista frontal da base do monumento: uma mulher oferece uma flor como símbolo de fraternidade. Imagem de autoria própria.



## O Monumento ao Marechal Floriano Peixoto

A experiência de estar frente ao Monumento ao Marechal Floriano Peixoto é algo peculiar. Em parte, pois o grande conjunto não impõe sua presença na movimentada praça. Assim, confrontá-lo se torna levemente irônico, como olhar para um gigante esquecido num canto. Claramente, o monumento é secundário no cenário local, sendo ignorado pela maioria dos passantes. Os que parecem ter maior familiaridade com ele são os moradores de rua. Parar, sentar e observar, nesta região, é uma experiência socialmente marcada. Fazê-lo, portanto, atrai atenção e desperta olhares. Observar algo tomado como pouco relevante também. No próprio contato com o conjunto escultural uma sensação estranha é despertada. O monumento não possui nenhum sinal claramente visível que o identifica: exige um verdadeiro esforço ou conhecimento prévio saber do que ele se trata. Ademais, o conjunto principal é de difícil visão, pois o sol e a distância atrapalham. Há outros elementos que também chamam atenção do olhar: pombos, sujeira, desgaste do material. Desta forma, a experiência suscitada tanto produz quanto exige um certo deslocamento.

O monumento consiste numa grande coluna, cuja base é composta por cinco nichos.<sup>27</sup> O central, disposto na frente do monumento, apresenta uma figura feminina tranquila e resoluta, oferecendo uma flor, representando a fraternidade na simbologia positivista. Cada um dos outros quatro nichos representa uma parte da história do povo brasileiro, na visão do autor, através de um poema, que canta as raças da nação brasileira e a religião católica. O poema *Caramuru*, de José Maria Durão, representa a raça branca e a matriz portuguesa da nação brasileira. A postura firme, o rifle na mão, o olhar levantado apresentam o português como vigoroso, forte e racional, especialmente em contraposição com o indígena que contracena este nicho, nu, apresentando um olhar temeroso direcionado ao português e sentado numa altura inferior. Para representar a raça indígena, foi escolhido o poema *Y-Juca Pirama*, de Gonçalves Dias, que mostra dois indígenas praticamente nus em uma cena de sofrimento e tragédia, mas guardando uma postura honrosa e altiva. É interessante notar o modelo de corpos dos indígenas, musculosamente esculpidos. Para representar a influência da religião católica, foi escolhido o poema *Anchieta*, de Fagundes Varela, que mostra a catequese de uma jovem índia, já vestida em trajes europeus. Para representar a raça negra, há a representação dos personagens Lucas e Maria, do poema *A Cachoeira de Paulo Afonso*, de Castro Alves. Na escultura, os dois personagens fogem de mãos dadas descalços, vestidos com trapos: o homem exibe sua forte musculatura e possui um instrumento cortante na mão, enquanto a mulher revela parcialmente os seios. O poema retrata o amor impossível dos escravos, revelando a escolha por

<sup>27</sup> Para a descrição do monumento utilizei como referência LEAL, **Filósofos em Tinta e Bronze**, pp. 243-9 e minha própria observação.



mostrar o sofrimento e as mazelas da escravidão. Em cada face da coluna há um baixo-relevo representando os colaboradores de Floriano na defesa da República: o general Gomes Carneiro, como representante do Exército, o Almirante Jerônimo Gonçalves, como representante da Marinha, o General Fonseca Ramos, como representante da polícia e Júlio de Castilhos, como representante dos civis.

A parte principal do monumento, entretanto, está em seu topo. Lá está o conjunto escultural dominado pela bandeira nacional. Na parte frontal, em baixo relevo na bandeira, que serve como fundo, estão as faces dos heróis nacionais José Bonifácio, Tiradentes e Benjamin Constant. Ao centro, está Floriano em pé, portando uma espada e ao lado de um canhão. Todavia, a figura principal deste conjunto é a figura feminina que funciona como alegoria da Pátria que sai da bandeira apontando para o horizonte e para o futuro da nação. Na parte posterior da bandeira, há crianças brincando representando as futuras gerações.

Elisabete da Costa Leal faz uma análise iconográfica e historiográfica que julgo bastante acertada sobre o monumento. A autora afirma que este é composto principalmente por dois discursos: "um, a história pátria, centrada na composição étnica e na história republicana; outro, a mensagem positivista de exaltação da mulher"<sup>28</sup>. Isto se deve à percepção de Sá sobre a falta de grandiosidade de Floriano. Desta forma, buscava desviar o foco da atenção destes para outros elementos que julgava mais dignos de monumentalidade. Assim, de fato não há elementos que tratem da personalidade ou da biografia do Marechal Floriano Peixoto, somente são utilizadas alegorias para representar seu papel na defesa da República. Portanto, certos símbolos militares seriam inevitáveis, apesar de serem contra os princípios positivistas. Neste sentido comprehende-se melhor a presença de vários elementos que buscam neutralizar tal militarismo, como crianças e mulheres. De forma geral, o monumento é irremediavelmente positivista e busca apresentar os princípios positivistas de culto à Humanidade e sua visão da história.<sup>29</sup>

As análises de Leal, bastante corretas, ressentem-se contudo de pensar a escultura nos termos próprios da escultura. Este movimento só é esboçado quando a autora critica o posicionamento do monumento, pois a iluminação faz com que a bandeira do conjunto principal sombreie as figuras, reduzindo sua visibilidade, e quando fala que "a opção de colocar o homenageado no alto da coluna (...) não foi satisfatório do ponto de vista visual, pois quase não é possível ver a figura de Floriano"<sup>30</sup>. Sugiro pensar este monumento nos termos de análise propostos

<sup>28</sup> \_\_\_\_\_, **Filósofos em Tinta e Bronze**, p. 251.

<sup>29</sup> \_\_\_\_\_, **Filósofos em Tinta e Bronze**, pp. 249-51.

<sup>30</sup> \_\_\_\_\_, **Filósofos em Tinta e Bronze**, p. 244.



por Rosalind Krauss, em seu texto *Tempo Narrativo: a questão da Porta do Inferno*, em que a teórica americana analisa a obra de Rodin, escultor francês, cuja obra é central para se pensar a escultura moderna. Embora não nos interesse aqui a obra de Rodin, vale ressaltar a afirmação da autora de que "a escultura, a arte em geral, é fundamentalmente ideológica"<sup>31</sup>. E afirma que "o modelo racionalista, ao que se prende o neoclassicismo, traz dentro de si dois pressupostos básicos: o contexto através do qual o entendimento se desenvolve é o tempo; e, no caso da escultura, o contexto natural da racionalidade é o relevo"<sup>32</sup>, forma em que a figura tridimensional permanece presa a um fundo plano. Assim, o racionalismo inerente ao neoclassicismo, movimento artístico intrinsecamente relacionado à Revolução Francesa, pressupunha relações de causa e efeito que se desvelariam no plano temporal. A história seria compreendida então como uma narrativa cujo sentido seria progressivamente revelado, contendo explicações e significados que se reforçam. Os gêneros de pintura e monumento histórico eram privilegiados dentro desta concepção.<sup>33</sup> O meio para que o sentido histórico se manifestasse nas obras de arte era a composição. Neste sentido, a frontalidade para a visualização do relevo das obras é de suma importância: esta permite ver as obras como uma unidade narrativa organizada. Nas palavras de Krauss:

A frontalidade do relevo obriga o observador a se posicionar diretamente diante da obra para vê-la e, dessa forma, assegura que o efeito da composição de modo algum seja diluído. Além disso, o meio de expressão relevo depende da relação entre as figuras esculpidas e o plano de fundo. Uma vez que se comporta como o fundo ilusionista de uma pintura, esse plano abre um espaço virtual através do qual as figuras podem dar a impressão de se movimentarem. Nesse movimento - a aparente emergência do fundo para frente - o escultor pode projetar os valores temporais da narrativa. Mais importante, o meio relevo interliga a visibilidade da escultura e a compreensão de seu significado, pois, do ponto de observação único, à frente da obra, todas as implicações gestuais, todo o significado da forma serão necessariamente transmitidos.

O relevo, portanto, permite ao observador compreender simultaneamente duas qualidades recíprocas: a forma em sua evolução no espaço do plano de fundo e o significado do momento representado em seu contexto histórico.<sup>34</sup>

Tal concepção neoclássica de arte se aproxima bastante da concepção de arte positivista - a síntese perfeita - descrita anteriormente ao enfatizar a dimensão de unidade do relevo e sua narrativa histórica. Isto provavelmente se deve à predominância do racionalismo neoclássico na produção de arte acadêmica, tanto no Brasil quanto na França. Assim, tais elementos podem ser pensados não somente no plano do discurso da arte, mas também na forma da arte. Portanto, pode-se tentar pensar o monumento ao Marechal Floriano Peixoto por este prisma, aspectos que

<sup>31</sup> KRAUSS, Tempo Narrativo: a questão da Porta do Inferno In: **Caminhos da Escultura Moderna**, p. 12.

<sup>32</sup> \_\_\_\_\_, Tempo Narrativo: a questão da Porta do Inferno In: **Caminhos da Escultura Moderna**, p. 12.

<sup>33</sup> \_\_\_\_\_, Tempo Narrativo: a questão da Porta do Inferno In: **Caminhos da Escultura Moderna**, p. 12.

<sup>34</sup> \_\_\_\_\_, Tempo Narrativo: a questão da Porta do Inferno In: **Caminhos da Escultura Moderna**, pp. 15-6.

escapam às análises tão importantes que realizam José Murilo de Carvalho e Elisabete da Costa Leal. Ao analisar frontalmente o conjunto principal do monumento, na emergência do relevo, o movimento parte das faces dos heróis nacionais ao fundo, subindo em direção à bandeira pelas três figuras, alcançando a figura feminina de alegoria da Pátria. Deste modo, a partir de uma análise que considera o monumento como escultura, como obra de arte de fato, e em seus próprios termos, é possível ver como a figura do Marechal Floriano Peixoto é eclipsada do movimento proposto pela obra, sendo eclipsada também da narrativa histórica nacional elaborada no monumento. A figura do herói, apesar de sua centralidade, se torna secundária no monumento.

Outra forma de análise que pode ser interessante para pensar o monumento ao Marechal Floriano Peixoto é a narrativa da monumentalidade<sup>35</sup>, proposta por José Reginaldo Santos Gonçalves. O autor retoma a ideia de narrativa épica, proposta por Bakhtin, para analisar a categoria de patrimônio cultural como composta por dois tipos de narrativas diferentes: a da monumentalidade e do cotidiano, esta remetendo à narrativa do romance, no texto de Bakhtin.<sup>36</sup> Assim, proponho tomar essa ideia de narrativa de monumentalidade para pensar sobre os discursos dos monumentos. Gonçalves afirma que esta narrativa é marcada por um passado histórico nacional repleto de heróis e fundadores, congelados num passado histórico acabado e perfeito. A mediação entre o presente e este passado é feita pela tradição, tomada como exemplo e cultuada, jamais questionada ou relativizada, e pelo culto, visto que os heróis devem ser tratados com reverência. O paradigma é o da memória nacional a ser preservada e transmitida e não o do conhecimento ou da experiência.<sup>37</sup> É possível traçar paralelos entre a caracterização deste tipo de narrativa e a narrativa do monumento ao Marechal Floriano Peixoto. Neste, a visão de passado histórico se apresenta cristalizada e bem integrada. A participação das raças na formação da nação brasileira é enquadrada dentro de um todo perfeito, pois mesmo que tenha havido algum sofrimento, tais mazelas são reparadas na integração nacional através da República. Ademais, é a presença das grandes figuras, os heróis e fundadores da nação e da República que é destacada e merecedora de culto e reverência. Estes exemplos, dentro da concepção de arte positivista, devem sensibilizar a população e guiá-la para uma ação moral.

Todavia, esta concepção de tradição e esta visão do passado no começo do século XX não estavam bem estabelecidos no Brasil, como pressupõe o discurso da monumentalidade. Desse modo, o monumento ao Marechal Floriano Peixoto não esteve isento de críticas. Leal destaca que

<sup>35</sup> GONÇALVES, *Antropologia dos objetos*, p. 143.

<sup>36</sup> \_\_\_\_\_, *Antropologia dos objetos*, p. 143.

<sup>37</sup> \_\_\_\_\_, *Antropologia dos objetos*, pp. 144-5.



"Sá foi acusado por artistas e pela imprensa de ter feito apenas um resumo da história pátria, com um civismo confuso e uma prodigiosa propaganda à Religião da Humanidade, quase esquecendo Floriano"<sup>38</sup>. Ademais, o monumento foi criticado pela abundância de figuras que eclipsavam a figura do homenageado, além de não se compreender bem o uso de figuras de mulheres, crianças, flores e poesia num monumento a um militar.<sup>39</sup> Carvalho destaca que o monumento foi bastante controverso, sendo entendido como uma tentativa sectária de apropriação da memória de Floriano pelos positivistas. Isto seria particularmente escandaloso, pois este jamais teria sido positivista ou apoiado estes e suas propostas mais do que outras, e principalmente por se tratar de uma figura cara a todos os republicanos.<sup>40</sup>

Pensando a partir do texto de Reinhart Koselleck, *War Memorials: Identity Formations of the Survivors*, pode-se compreender o motivo de reações tão diversas ao conjunto dedicado ao Marechal Floriano Peixoto. O autor, ao tratar especificamente dos monumentos aos mortos em batalhas, mas de maneira que não julgo restrita a tal nível de particularidade, afirma que a experiência de observação de monumentos tem a função de atribuir identidades. Claro que essa tentativa de atribuição não encontra um observador passivo, pois estes sempre reagem de alguma forma, seja aceitando, rejeitando ou estabelecendo alguma outra atitude intermediária.<sup>41</sup> Isto ocorre fundamentalmente pois os monumentos são de fato uma construção coletiva. Cabe aos observadores lerem-nos e tomarem posição frente a este e sua narrativa. Koselleck posteriormente afirma que a projeção de identidade pretendida pelos realizadores do monumento frequentemente lhes escapa, ficando nas mãos dos observadores e assumindo novos contornos.<sup>42</sup> Para o autor,

The connection between a demand for meaning in political and social terms and its visual expression is established by the formal language of memorials that is supposed to reach the sensibility of observers. Both the forms and the sensibility are subject to historical transformation, but they apparently change along different temporal rhythms. Hence the identities that a memorial is intended to evoke melt away - in part because the forms, once shaped, begin to speak another language than the one from which they were initially fashioned. Memorials, like all works of art, have a surplus potential to take on life of their own. For this reason, the original meaning of countless memorials is no longer recognizable without recourse to inscriptions or other empirically comprehensible reference signals.<sup>43</sup>

<sup>38</sup> LEAL, *Filósofos em Tinta e Bronze*, p. 250.

<sup>39</sup> \_\_\_\_\_, *Filósofos em Tinta e Bronze*, p. 251.

<sup>40</sup> CARVALHO, *A formação das almas*, p. 48.

<sup>41</sup> KOSELLECK, *War Memorials*, p. 287.

<sup>42</sup> \_\_\_\_\_, *War Memorials*, p. 288.

<sup>43</sup> \_\_\_\_\_, *War Memorials*, p. 234. Tradução feita pelo autor do original: "A conexão entre a demanda por significado em termos sociais e políticos e sua expressão visual é estabelecida pela linguagem formal dos monumentos que deve atingir a sensibilidade dos observadores. Tanto a forma quanto a sensibilidade estão sujeitas à transformação histórica, mas elas aparentemente se transformam em temporalidades distintas. Por isso as identidades que um

A partir de tal argumentação é possível compreender melhor as críticas e as diversas apropriações realizadas por diferentes grupos do Monumento ao Marechal Floriano Peixoto. Em particular, pode-se entender melhor a reação popular ao monumento, através da anedota contada por José Murilo de Carvalho: "Eram tantas figuras que, segundo Francisco de Assis Barbosa, se dizia à época que Floriano do topo do monumento parecia gritara: 'Aqui não sobe mais ninguém!'"<sup>44</sup>. Sobretudo, a partir de tal linha de raciocínio é possível compreender melhor a argumentação de Carvalho sobre a falha da formação do imaginário republicano através deste caso específico. Este autor afirma a importância da existência de uma comunidade de sentido prévia (conceito tomado de Baczko), que delimita as possibilidades de criação de um novo imaginário ou transformação do antigo. Seria como o solo para novas plantas a serem introduzidas: se esse não for fértil, as novas plantas irão morrer.<sup>45</sup> É neste sentido que o autor fala do rápido desencanto geral com o regime republicano e da falta de penetração destes novos símbolos no imaginário nacional.<sup>46</sup> Em sua visão, isto ocorreu pelas "contradições que marcaram o início do regime, mesmo entre os que o promoveram. Contradições que não desapareceram com o correr do tempo."<sup>47</sup>. De forma geral, aponta para a falha da formação do imaginário republicano.<sup>48</sup>

### **Considerações finais**

Este texto buscou analisar o Monumento ao Marechal Floriano Peixoto, tendo como base fundamental os textos de Elisabete da Costa Leal e José Murilo de Carvalho. Por meio destes foi apresentado o contexto mais geral de formação e disputa pelo imaginário republicano no Brasil e o contexto mais específico da construção deste monumento em particular, passando por seus principais atores e princípios dirigentes dentro do quadro da arte positivista. A partir desta base, tentou-se apresentar novas possibilidades de investigação e análise, tendo como referência os textos de Rosalind Krauss e José Reginaldo Santos Gonçalves. Por meio destes, pretendeu-se pensar o monumento tanto como obra de arte, tendo como referência a arte narrativa do relevo, e como discurso a partir da narrativa da monumentalidade. Por fim, o texto de Koselleck ajudou a pensar as diversas apropriações críticas possíveis deste monumento e quais foram de fato seus efeitos

---

monumento tenta invocar se dissipam - em parte por que a receptividade sensível escapa à linguagem formal presente e em parte por que as formas, uma vez moldadas, começam a falar uma língua diferente da qual foram inicialmente criadas. Monumentos, como todas as obras de arte, possuem um potencial de assumir vida própria. Por essa razão, o sentido original de inúmeros monumentos não é mais reconhecível sem o recurso a inscrições ou outros sinais de referência empiricamente compreensíveis".

<sup>44</sup> CARVALHO, *A formação das almas*, p. 48.

<sup>45</sup> \_\_\_\_\_, *A formação das almas*, p. 13.

<sup>46</sup> \_\_\_\_\_, *A formação das almas*, pp. 34-5.

<sup>47</sup> \_\_\_\_\_, *A formação das almas*, p. 53.

<sup>48</sup> \_\_\_\_\_, *A formação das almas*, p. 54.



políticos, desejados ou não. Isto se articula às pesquisas tão importantes de Carvalho, que apontam para a falha da formação do imaginário republicano.

Longe de esgotar o tema ou as abordagens, com este artigo pretende-se principalmente apresentar perspectivas de análise que ainda não haviam sido tão exploradas num campo também ainda pouco desenvolvido. Assim, há ainda muitos estudos a serem feitos, principalmente estudos que busquem ferramentas de análise de outras disciplinas para a história, tanto do ramo da crítica das artes visuais quanto da antropologia, para enriquecer a pesquisa sobre monumentos.



# ***La Epopeya de Artigas, identidade e união nacional uruguaia no governo batllista (1903-1910)***

***La Epopeya de Artigas, Identity and Uruguayan National Union in the Batllist Government (1903-1910)***

**Elvis de Almeida Diana**

Mestre em História

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

eaediana844@gmail.com

**Recebido em:** 18/04/2017

**Aprovado em:** 19/07/2017

**RESUMO:** No início do século XX, o Uruguai foi palco de profundas reformas implementadas pelos dois primeiros governos *colorados batllistas* (José Batlle y Ordóñez e Claudio Williman), após um longo período de guerras. Como forma de recuperar a identidade uruguaia em pleno período reformista e buscar uma união nacional, o poeta Juan Zorrilla de San Martín (1855-1931) foi incumbido, em 1907, pelo então governo *batllista* de Claudio Williman, de produzir uma obra que revigorasse os símbolos nacionais uruguaios. Dessa forma, foi publicada a obra *La Epopeya de Artigas*, em 1910, na qual Zorrilla de San Martín reconstrói os fatos da independência uruguaia liderados por José Artigas (1764-1850), considerado o herói da nação. Nessa direção, o que buscamos, por meio deste artigo, é propor uma reflexão sobre como esta obra contribuiu para que a intenção oficial de revitalização da identidade nacional uruguaia fosse levada a cabo naquele momento por meio da construção de uma "memória enquadrada", na expressão de Michael Pollak, que buscasse a união política da nação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Uruguai, Identidade nacional, Juan Zorrilla de San Martín.

**ABSTRACT:** In the early twentieth century, Uruguay was the scene of profound reforms implemented by the first two Batllist governments (José Batlle y ordóñez and Claudio Williman) after a long period of wars. As a way of recovering Uruguayan identity in the midst of a reformist period and seeking a national union, the poet Juan Zorrilla de San Martín (1855-1931) was commissioned, in 1907, by the Batllist government of Claudio Williman to produce a work that would reinvigorate the Uruguayan national symbols. In this way, La Epopeya de Artigas was published in 1910, in which Zorrilla de San Martín reconstructs the facts of Uruguayan independence led by José Artigas (1764-1850), considered the hero of the nation. In this direction, what we seek, through this article, is to propose a reflection on how this work contributed so that the official intention of revitalizing the Uruguayan national identity was carried out at that moment by means of the construction of a "framed memory", in the expression of Michael Pollak, who sought the political union of the nation.

**KEYWORDS:** Uruguay, National identity, Juan Zorrilla de San Martín.



## Nação, Identidade e memória nacional

Ao debruçar-se sobre o tema da nação e das nacionalidades na Europa, Ernest Gellner argumenta que “o nacionalismo não é o despertar das nações para a autoconsciência: ele *inventa* as nações onde elas não existem”<sup>1</sup>. Por sua vez, Benedict Anderson, ao analisar esta visão de Gellner, ressalta que este último parte da ideia de que o termo “nação” está relacionado a uma “invenção” possuidora de um sentido de “falsidade”.<sup>2</sup> É justamente aí que Anderson argumenta a favor da definição de nação não como algo “falso”, mas sim como uma “comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana”<sup>3</sup>. E o autor prossegue afirmando que

Ela é *imaginada* porque os membros das mais minúsculas das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles.<sup>4</sup>

E, além de ser “imaginada”, conforme as considerações de Anderson, a nação também consistiria em uma “comunidade”, ou seja, algo capaz de superar todos os tipos de problemas internos como, por exemplo, a exploração e a desigualdade, e estabelecer um sentimento de “camaradagem” geral entre seus membros, de acordo com o autor norte-americano.<sup>5</sup> Por sua vez, no que tange às Américas, Anderson defende que, embora os ideais do Iluminismo, da Revolução Francesa e da Independência dos EUA tenham contribuído para as independências dos países latino-americanos, não seria possível afirmar que os mesmos elementos tenham sido determinantes para a criação e consolidação de uma consciência nacional pós-independência nos Estados já criados de forma antecipada a este sentimento.<sup>6</sup>

Nesta direção apontada por Anderson, ao recorrer às ponderações de Ulpiano T. Bezerra de Meneses em relação às questões identitárias e dialogar com este autor sobre este assunto, Maria Lígia Coelho Prado chama a atenção para o fato de que a identidade não é algo que já existiria antes mesmo da formação das diversas sociedades e grupos, os quais já herdariam, do passado, estes valores de forma totalmente acabada e, por isso, não estaria isenta de análises.<sup>7</sup> Dentro desta discussão sobre a questão nacional e o patriotismo que esses intelectuais buscavam construir nas

<sup>1</sup> GELLNER apud ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas:** Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 32, Grifo do autor.

<sup>2</sup>ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas:** Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 33.

<sup>3</sup> \_\_\_\_\_. **Comunidades Imaginadas**, p. 32.

<sup>4</sup> \_\_\_\_\_. **Comunidades Imaginadas**, p. 32. Grifo do autor.

<sup>5</sup> \_\_\_\_\_. **Comunidades Imaginadas**, p. 34.

<sup>6</sup> \_\_\_\_\_. **Comunidades Imaginadas**, p. 34.

<sup>7</sup> MENESES apud PRADO, Maria Lígia Coelho. Uma introdução ao conceito de identidade. In: **Cadernos de Seminário Cultura e Política nas Américas**, Volume 1, 2009, p. 67.

populações dos países latino-americanos, Paulo Miceli, ao trabalhar o caso brasileiro, vem a contribuir de forma considerável ao relacionar o engendramento desses sentimentos cívicos com uma “finalidade” que os mesmos poderiam proporcionar ao levantar a questão sobre em que consistiria o nacionalismo/patriotismo. De acordo com Miceli, pelo fato de a nação não ser algo já “acabado” ou “dado como pronto” para a eternidade – ponto em que concorda com Prado -, sempre haveria a necessidade de transformar esses sentimentos em algo “palpável” e, assim, dar um caráter “material” aos mesmos ao longo da história.<sup>8</sup>

Nesse sentido, ao considerarmos o fato de que a nação não é algo “pronto” e sustentável de forma eterna, acreditamos ser pertinente ter em mente o papel da memória em meio a essas “elaborações mentais” sobre a nação, assim como Miceli ressalta.<sup>9</sup> Isso nos remete a um diálogo direto com a definição de “memória” que o historiador francês Jacques Le Goff realiza. De acordo com Le Goff, a memória desperta a atenção do Estado e este, por sua vez, elabora e produz documentos e monumentos com o intuito de “[...] conservar os traços de qualquer acontecimento do passado [...]”<sup>10</sup>. Ainda neste sentido, Le Goff se estende em sua definição ao argumentar que

A apreensão da memória depende deste modo do ambiente social [...] e político [...]; trata-se da aquisição de regras de retórica e também da posse de imagens e textos [...] que falam do passado, em suma, de um certo modo de apropriação do tempo [...].<sup>11</sup>

Ainda dentro deste debate sobre a questão da necessidade de construção do patriotismo enquanto algo “palpável” apresentada a nós por Miceli e da definição de “memória” colocada por Le Goff, tem relevância a contribuição do sociólogo austríaco Michael Pollak acerca da ideia de “memória nacional”<sup>12</sup>. Segundo Pollak, para que o objetivo de construir-se a memória nacional seja alcançado, “um intenso trabalho de organização é indispensável para superar a simples ‘montagem’ ideológica, por definição precária e frágil”<sup>13</sup>. Ainda segundo as ponderações de Pollak, ao nos debruçarmos sobre o estudo das memórias coletivas tais quais as memórias nacionais, consequentemente, realizaremos uma análise das funções dessas memórias, buscando compreender as tentativas de definir e reforçar determinados sentimentos de pertencimento a certas coletividades, entre elas a própria nação.<sup>14</sup>

Nesse sentido, “a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das

<sup>8</sup> MICELI, Paulo. **O mito do herói nacional**. São Paulo: Contexto, 1988, p. 13.

<sup>9</sup> \_\_\_\_\_. **O mito do herói nacional**, p. 13.

<sup>10</sup> LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão. 5<sup>a</sup> Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 419.

<sup>11</sup> \_\_\_\_\_. **História e Memória**, p. 419.

<sup>12</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Trad.: Dora Rocha Flaksman. **Estudos Históricos**. V. 2, n. 3, 1989, p. 3-15, p. 9.

<sup>13</sup> \_\_\_\_\_. Memória, esquecimento, silêncio, p. 9, aspas do autor.

<sup>14</sup> \_\_\_\_\_. Memória, esquecimento, silêncio, p. 9.

instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade [...]”<sup>15</sup>. Nessa direção, ainda segundo o sociólogo austríaco, quando essa recorrência ao passado ocorre com o intuito de manter-se uma coesão nacional, há necessariamente um “enquadramento da memória”, de forma que esta última não pode ser construída de forma arbitrária e, justamente por isso, esse “enquadramento” se utiliza dos elementos que a história fornece para tal finalidade, elementos estes que podem ser interpretados e associados a muitos outros referenciais.<sup>16</sup>

Ao considerarmos as ponderações dos autores supracitados, damos destaque especificamente à interligação entre as ideias colocadas por Prado e Meneses, Miceli e Pollak, no que tange ao recorrente esforço de reinterpretação da identidade nacional por meio da recorrência a elementos da história do país e da construção de uma “memória nacional” como forma de dar um alicerce significativo ao passado da nação. Nesse sentido, é preciso ter em mente que essa construção do “patriotismo palpável”, assim como destacou Miceli, foi conduzida, grosso modo, tanto pelos intelectuais, quanto pelos artistas latino-americanos, tendo estes ficado, por sua vez, incumbidos de construir, aos poucos, a imagem de suas respectivas nações após as independências<sup>17</sup> e, também, assim como especificou Anderson, pelos “[...] funcionários-peregrinos e impressores locais crioulos”<sup>18</sup>.

Além destes dois grupos elencados por Anderson, os quais ficaram encarregados de elaborar e construir o sentimento nacional em cada país latino-americano após as independências, podemos considerar, também, aqueles que Jorge Myers denomina como “os letreados patriotas”, os quais teriam exercido o papel de “[...] artífices [...] das novas identidades regionais que começavam a surgir das ruínas do império caído [...] um ‘intelectual’ cuja tarefa se definia como ‘porta-voz’ [...] dos interesses de sua pátria natal”<sup>19</sup>.

A partir destes “letreados patriotas” apresentados a nós por Myers, acreditamos ser pertinente considerar, também, aqueles autores latino-americanos que recorreram à escrita da história como forma de buscar no passado elementos para a construção da nacionalidade em seus

<sup>15</sup> \_\_\_\_\_. Memória, esquecimento, silêncio, p. 9.

<sup>16</sup> POLLAK. Memória, esquecimento, silêncio, p. 9.

<sup>17</sup> BAGGIO, Kátia Gerab. Reflexões sobre o nacionalismo em perspectiva comparada. As imagens da nação no México, Cuba e Porto Rico. *Varia Historia*, n. 28, dez. 2002. p. 41.

<sup>18</sup> ANDERSON. *Comunidades Imaginadas*, p. 106. O “crioulo” (ou *criollo*) seria o indivíduo nascido na América ou em outra parte do mundo que não a Europa, mas que possuía a descendência europeia. Para mais informações sobre este assunto, ver: ANDERSON. *Comunidades Imaginadas*, p. 84.

<sup>19</sup> MYERS, Jorge. El letrado patriota: los hombres de letras hispanoamericanos en la encrucijada del colapso del império español em América. In: ALTAMIRANO, Carlos (dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. Vol. 1. Buenos Aires: Katz, 2008, p. 121-122. Aspas do autor. Todas as citações deste trabalho referentes à bibliografia em idioma estrangeiro (espanhol) ou concernentes às fontes primárias analisadas são traduções livres, realizadas pelo autor deste artigo.



respectivos países. Sobre este ponto, Fernando J. Devoto afirma que umas das maiores características da Europa e da América, no século XIX, foi a atuação de “homens de letras” preocupados em construir relatos sobre o passado da nação recém-independente, ou seja, letrados que, incumbidos ou não pelos novos Estados e motivados pela necessidade de dar coesão a certos grupos sociais daquele contexto, passaram a se debruçar sobre a elaboração de relatos históricos com o intuito de dar destaque aos nacionalismos do período pós-independência nos novos estados nacionais.<sup>20</sup> Ainda de acordo com Devoto, “nesse marco, a historiografia poderia brindar instrumentos coesivos e identificatórios sob a forma de um relato das origens, entendido como uma espécie de ‘auto-biografia’ da nação [...]”<sup>21</sup>.

Nessa direção, ao enfatizarmos especificamente o caso uruguai, além da atuação de Francisco Bauzá (1849-1899) elencada por Devoto<sup>22</sup>, Juan Zorrilla de San Martín (1855-1931)<sup>23</sup> também figurou entre os principais nomes que buscaram reforçar a identidade nacional por meio da recorrência aos símbolos históricos da referida nação platina. Esses autores iniciaram sua atuação tanto política, quanto intelectual na década de 1870 e, ao buscarem analisar os mitos fundadores da nação uruguai em um contexto marcado por guerras civis e divergências partidárias entre os *blancos* e *colorados*, estes intelectuais focaram suas atenções na figura do general José Gervásio Artigas, considerado o herói da independência do país platino.<sup>24</sup> Desse modo, a atuação dos autores supracitados consistia em uma forma, segundo Pablo Rocca, de criar um imaginário de caráter nacionalista capaz de manter o recém-criado Estado uruguai “de pé”, além de representar uma oposição ideológica a alguns intelectuais daquele momento que defendiam “modelos” institucionais próprios dos Estados Unidos.<sup>25</sup>

<sup>20</sup> DEVOTO, Fernando J. La construcción del relato de las Orígenes en Argentina, Brasil y Uruguay: las historias nacionales de Varnhagen, Mitre y Bauzá. In: ALTAMIRANO, Carlos (dir.). **Historia de los intelectuales en América Latina**. Vol. Buenos Aires: Katz, 2008, p. 269.

<sup>21</sup> \_\_\_\_\_. La construcción del relato de las orígenes en Argentina, Brasil y Uruguay, p. 269, aspas do autor.

<sup>22</sup> No referido trabalho, além do historiador uruguai Francisco Bauzá, Fernando J. Devoto também aborda a atuação historiográfica do historiador brasileiro Francisco Varnhagen (1816-1878) e do historiador argentino Bartolomé Mitre (1821-1906). Para mais informações, ver: \_\_\_\_\_. La construcción del relato de las Orígenes en Argentina, Brasil y Uruguay, p. 269-289.

<sup>23</sup> Juan Zorrilla de San Martín teve uma agitada vida profissional, política e intelectual. Obteve as ocupações de advogado, poeta e diplomata e é conhecido como um dos maiores poetas da história uruguai. Foi opositor ao processo de secularização implementado gradualmente pelo Estado uruguai ao longo do século XIX e vivenciou muitas medidas reformistas empreendidas pelo governo de José Batlle y Ordóñez no início do século XX. Para mais informações, ver: ZUBILLAGA, Carlos. Um semillero de controvérsias: La Epopeya de Artigas de Juan Zorrilla de San Martín. **Revista Complutense de Historia de América**. vol. 33, 2007, p. 218-219. Para mais informações sobre o processo de secularização da sociedade uruguai ao longo da história do país platino, ver: CAETANO, Gerardo; GEYMONAT, Roger. **La secularización uruguaya (1859-1919): catolicismo y privatización de lo religioso**. Montevideu: Ediciones Santillana, 1997. t. 1. 274 p.

<sup>24</sup>ROCCA, Pablo. Los destinos de la nación. El imaginario nacionalista en la escritura de Juan Zorrilla de San Martín, Eduardo Acevedo Díaz y su época. In: ACHUGAR, Hugo; MORAÑA, Mabel. **Uruguay: imaginarios culturales. Desde las huellas indígenas a la modernidad**. Montevideu: Trilce, 1998. 329 p.

<sup>25</sup> \_\_\_\_\_. Los destinos de la nación, 329 p.



Neste sentido, buscamos, neste trabalho, apresentar e analisar a atuação do intelectual uruguai Juan Zorrilla de San Martín no período das reformas sociais, econômicas e culturais implementadas pelos governos *batllistas*<sup>26</sup> de José Batlle y Ordóñez e de Claudio Williman no Uruguai do início do século XX. O governo deste último presidente incumbiu Zorrilla de San Martín de produzir uma obra que tratasse sobre a memória do herói da independência nacional, José Gervásio Artigas. Esta obra, por meio da narrativa sobre os feitos e a vida de Artigas, teve a finalidade de auxiliar os escultores que produziram o monumento ao herói nacional localizado na Plaza Independencia<sup>27</sup> da capital uruguai, Montevidéu, no período supracitado e é intitulada *La Epopéya de Artigas*, publicada em 1910.<sup>28</sup>

Antes de darmos prosseguimento aos nossos objetivos, acreditamos ser pertinente tratar, de modo breve, sobre as principais informações acerca da obra *La Epopéya de Artigas*, escrita por Juan Zorrilla de San Martín e que consiste em nossa fonte documental. A obra que analisamos é composta por dois tomos contendo as conferências que Zorrilla de San Martín realizou ao narrar, para os escultores, os fatos da campanha de Artigas na época da independência. O tomo I possui 438 páginas e dezesseis conferências<sup>29</sup>, ao passo que o tomo II contém 441 páginas e outras onze conferências<sup>30</sup> que juntos, totalizam 879 páginas e vinte e sete conferências.<sup>31</sup>

Nesse sentido, para que nosso objetivo seja alcançado no presente trabalho, buscaremos abordar não somente o fato, em si mesmo, da “encomenda”, por parte do governo uruguai de então, da produção de *La Epopéya de Artigas* junto a Juan Zorrilla de San Martín, mas, também, analisar especificamente alguns trechos da referida obra que mais nos remetem ao que propomos desde o início de nosso trabalho: apresentar e refletir sobre como a memória de Artigas foi produzida de forma “enquadrada”, conforme as indicações de Michel Pollak<sup>32</sup>, a partir da iniciativa

<sup>26</sup> Para melhor explicarmos o que significam os termos *batllistas* e *batllismo*, nos apoiamos nas indicações que Marcos Alves de Souza realizou acerca desta questão quando afirma que a expressão “batllismo” associada às medidas reformistas empreendidas por José Batlle y Ordóñez a partir de seu primeiro mandato. Ainda segundo Souza, “é importante salientar que a historiografia uruguai denomina por ‘batllismo’ tanto o período histórico quanto o movimento político reformista e modernizador levado a cabo pela elite dirigente batllista, no controle do poder do Estado”. SOUZA, Marcos Alves de. **A cultura política do “batllismo” no Uruguai (1903-1958)**. São Paulo: Annablume/ Fapesp, 2003. p. 35. Para maiores informações sobre a vida, a obra e a atuação política de José Batlle y Ordóñez, além das disputas políticas no Uruguai do século XX, ver: \_\_\_\_\_. **A cultura política do “batllismo” no Uruguai (1903-1958)**, 168 p.

<sup>27</sup> ZUBILLAGA, Carlos. **Un semillero de controvérsias**, p. 218.

<sup>28</sup> ZORRILLA DE SAN MARTIN, Juan Zorrilla. **La Epopéya de Artigas**: Historia de los tiempos heróicos del Uruguay. Tomo I. Montevidéu: A. Barreiro y Ramos, [1907] 1910. 438 p.

<sup>29</sup> \_\_\_\_\_. **La Epopéya de Artigas**, Tomo I, 438 p.

<sup>30</sup> \_\_\_\_\_. **La Epopéya de Artigas**, Tomo II, 441 p.

<sup>31</sup> De acordo com Carlos Zubillaga, depois desta primeira edição por meio da qual embasamos nosso estudo, houve outras. A segunda edição também foi composta por dois tomos, publicados entre os anos de 1916 e 1917 e totalizando quase 1400 páginas. Além desta segunda edição, Carlos Zubillaga nos informa que a obra foi publicada outras duas vezes: uma em 1930, e outra, em 1963, que contou com o prólogo de Juan E. Pivel Devoto. Para maiores informações sobre as várias edições de *La Epopéya de Artigas*, ver: ZUBILLAGA. **Um semillero de controvérsias**, p. 217-240.

<sup>32</sup> POLLAK. Memória, esquecimento, silêncio, p. 9.

governamental, com a finalidade de difundir o sentimento patriótico da identidade nacional uruguaia de forma “palpável” ou “material” – de acordo com as ponderações de Miceli.<sup>33</sup> Nesse sentido, ao concordarmos com Pablo Rocca, isto poderia representar uma tentativa de “pacificação” e coesão nacional em meio aos embates políticos entre os *colorados batllistas* e nacionalistas (membros do Partido Nacional).<sup>34</sup>

Neste sentido, ao dialogarmos com autores como Pablo Rocca<sup>35</sup>, Gabriel Souza Sordi<sup>36</sup> e Carlos Zubillaga<sup>37</sup>, procuraremos oferecer uma proposta de análise sobre como esta obra poderia ter representado um elemento que contribuiria para a coesão e união nacional em um período de reformas que não eram unânimes dentro da sociedade uruguaia e que foram empreendidas depois de um longo período de guerras civis, assim como veremos a seguir.

### **O reformismo batllista e a produção de *La Epopeya de Artigas***

Entre o fim do século XIX e início do século XX, o Uruguai passava por uma complexa situação que era caracterizada por guerras civis<sup>38</sup> empreendidas pelos chamados “partidos tradicionais” (o *blanco* e o *colorado*), o que já havia motivado várias tentativas de pacificação e estabilização política e social, mas sem sucesso.<sup>39</sup> Nesse contexto, José Batlle y Ordóñez foi eleito e assumiu a presidência do Uruguai em 1903, em um período ainda marcado por várias turbulências políticas, as quais ainda representavam uma nação fracionada e desarticulada social e politicamente.<sup>40</sup> Dentre os mais variados conflitos ocorridos até então naquele país, tem destaque o levante realizado pelos setores rurais mais conservadores, os quais tinham vinculação ao Partido Nacional (antigo partido *blanco*).<sup>41</sup> Este levante, que foi intitulado de “Grande Guerra”,<sup>42</sup> também pode ser resumido de acordo com o seguinte trecho:

Este [...] conflito civil [...] durou nove longos meses e explodiu quando se começava a acreditar que as guerras entre partidos políticos já haviam sido

<sup>33</sup>MICELLI. **O mito do herói nacional**, p. 13.

<sup>34</sup> ROCCA. **Los destinos de la nación**, p. 247.

<sup>35</sup> \_\_\_\_\_. **Los destinos de la nación**, p. 247.

<sup>36</sup>SORDI, Gabriel Souza. Salvar la nación oriental: política e cultura no Uruguai dos anos 1910-1920. In: *Anais do XII Encontro Internacional da ANPHLAC*. Campo Grande: ANPHLAC, 2016. p. 1-12. Disponível em: <[http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/Gabriel%20Sordi\\_Anais%20do%20XII%20Encontro%20Internacional%20da%20ANPHLAC.pdf](http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/Gabriel%20Sordi_Anais%20do%20XII%20Encontro%20Internacional%20da%20ANPHLAC.pdf)>. Acesso em: 14/04/17.

<sup>37</sup> ZUBILLAGA, Carlos. **Un semillero de controvérsias**, 217-240.

<sup>38</sup> Algumas destas guerras próprias do século XIX foram a *Guerra Grande* (1839-1851), a *Revolución de Las Lanzas* (1970-1872) e vários levantes liderados pelos caudilhos locais ao longo do século XIX e mais intensamente na década de 1870, fuzilamentos motivados por conflitos menores ao longo deste mesmo século, entre outros conflitos. Para mais informações, ver: BARRAN, José Pedro. **Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco: 1839-1875**. t. 4. Montevidéu: Banda Oriental, 1990a. 145 p.; BARRAN, José Pedro; NAHUM, Benjamin. **Historia rural del Uruguay moderno: 1851-1914**. Montevidéu: Ediciones de la Banda Oriental, 1967. 653 p.

<sup>39</sup> \_\_\_\_\_. **Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco**, 145 p.

<sup>40</sup>SOUZA . **A cultura política do “batllismo” no Uruguai (1903-1958)**, 168 p.

<sup>41</sup> \_\_\_\_\_. **A cultura política do “batllismo” no Uruguai (1903-1958)**, p. 41.

<sup>42</sup> \_\_\_\_\_. **A cultura política do “batllismo” no Uruguai (1903-1958)**, p. 41.

definitivamente superadas. Na verdade, *foi aquele um enfrentamento entre dois países que ainda coexistiam dentro de fronteiras*. Um, principalmente *blanco*, exigia a liberdade eleitoral e uma democracia política completa, mas também incluía os estancieiros mais tradicionais que continuavam criando gado mestiço [...] e aceitava o paternalismo dos caudilhos para com seus peões. O outro Uruguai, predominantemente *colorado*, defendia o princípio de um governo unificado, mas também representava o novo país da criação de ovelhas, o gado melhorado que o frigorífico permitia colocar em mercado britânico, além do proprietário de terra como homem de negócios capitalista.<sup>43</sup>

Após os nacionalistas<sup>44</sup> terem sido derrotados, o Uruguai deixou de ser palco das inúmeras guerras internas e o país passou a vivenciar um período reformista protagonizado pelo governo de José Batlle y Ordóñez, que foi caracterizado por uma sólida centralização do poder estatal.<sup>45</sup> Em seu primeiro mandato<sup>46</sup>, Batlle y Ordóñez realizou reformas em vários âmbitos no país. No plano social e jurídico, houve a supressão da pena de morte; a lei do divórcio; a criação de um dispensário para tratar as pessoas com tuberculose, doença que se espalhou pelo país platino devido às péssimas condições sanitárias causadas pelas guerras anteriores.<sup>47</sup> Além disso, ainda no plano social, o primeiro governo de Batlle y Ordóñez colocou em vigência uma lei que garantia direitos de pensão aos trabalhadores em caso de acidente, além de ter sido aprovada a aposentadoria por idade equivalente aos 60 anos e por tempo de serviço, sendo correspondente a 30 anos de trabalho.<sup>48</sup>

O governo de Batlle y Ordóñez também buscou levar a educação de caráter público à totalidade da população do país platino daquele início de século por meio da lei que regulamentava a criação de vários liceus e escolas por todo o interior do Uruguai. No nível acadêmico, o número de cursos universitários aumentou, especialmente os de administração e de veterinária, pois havia uma intenção de fazer com que esses cursos pudessem suprir tanto as demandas burocráticas e estatais intensificadas pelo governo *batllista*, quanto as demandas próprias da área rural, setor no qual, até aquele momento, estava concentrada a principal atividade econômica do país.<sup>49</sup>

Além disso, consideramos importante destacar, assim como faz Marcos Alves de Souza, que, a despeito do governo de José Batlle y Ordóñez não ter sido considerado radical por causa de suas reformas, seu modo de governar e seu pensamento teriam incomodado os setores sociais mais

<sup>43</sup> ODONNE, Juan A. La formación del Uruguay moderno c. 1870-1930. In. BETHELL, Leslie (Ed.). **História de América Latina: América del Sur, c. 1870-1930**. Tomo 10. Barcelona: Editorial Crítica, 1992, p. 126, grifo nosso.

<sup>44</sup> No que tange à denominação de “nacionalistas” em nosso trabalho, seguiremos, mais uma vez, as indicações de Marcos Alves de Souza, que propõe a utilização desta expressão para nos referirmos aos membros do Partido Nacional. Para mais informações, ver: SOUZA. **A cultura política do “batllismo” no Uruguai (1903-1958)**, p. 11.

<sup>45</sup> \_\_\_\_\_. **A cultura política do “batllismo” no Uruguai (1903-1958)**, p. 41-42.

<sup>46</sup> José Batlle y Ordóñez foi presidente do país platino em duas ocasiões: a primeira, de 1903 a 1907, e a segunda, de 1911 a 1915. Para mais informações sobre os dois mandatos de José Batlle y Ordóñez, ver: \_\_\_\_\_. **A cultura política do “batllismo” no Uruguai (1903-1958)**, 168 p.

<sup>47</sup> ROMERO, Imaculada. **José Batlle**. Protagonistas de America. Madrid: Quorum, 1987. p. 78-79.

<sup>48</sup> \_\_\_\_\_. **A cultura política do “batllismo” no Uruguai (1903-1958)**, p. 43.

<sup>49</sup> \_\_\_\_\_. **A cultura política do “batllismo” no Uruguai (1903-1958)**, p. 42.



conservadores (grandes proprietários de terra e alguns intelectuais receosos das medidas mais liberais colocadas em prática por Batlle y Ordóñez). Isso podia ser verificado, ainda conforme as contribuições de Souza, devido às desconfianças destes setores ao “[...] ideário batllista, que propunha reformas que alterariam o seio familiar tradicional, como anticatolicismo e o divórcio pela vontade da mulher”<sup>50</sup>.

Após quatro anos de reformas, o governo de Batlle y Ordóñez foi sucedido pelo de Claudio Williman, entre os anos de 1907 e 1911. Em linhas gerais, o governo de Williman, segundo Marcos Alves de Souza, foi

[...] considerado mais moderado pelos conservadores, em comparação com o ímpeto reformista de seu antecessor. Pelos operários era visto como um reacionário, uma vez que a reforma social seria conduzida, neste governo, de maneira mais lenta e cautelosa.<sup>51</sup>

Ainda segundo Souza, o ponto de maior destaque do governo de Williman foi, em termos políticos, o esforço deste de propor um acordo junto ao Partido Nacional devido à forte oposição realizada pelos parlamentares deste último partido à política de exclusivismo *colorado* empreendida por Batlle y Ordóñez em seu primeiro mandato.<sup>52</sup> Isto teria contribuído para que a ala de maior relevo dentro do Partido *Colorado*, que ficou conhecida como *batllista* (comandada por Batlle y Ordóñez), se unisse às demais tendências do restante do partido e tivesse maior força política dentro do congresso uruguai. No entanto, o receio de Williman era que as discordâncias ainda existentes entre os dois partidos pudessem arrastar o país platino para mais uma guerra civil poucos anos após o final da *Grande Guerra* de 1904.<sup>53</sup>

É justamente nessa direção que nosso trabalho toma corpo e sustentação ao dialogarmos tanto com Gabriel Souza Sordi quanto com Carlos Zubillaga, autores que, assim como Marcos Alves de Souza, também tratam sobre este período em seus trabalhos. Assim como bem pontuou Gabriel Sordi ao dialogar com a historiadora argentina Patrícia Funes, a “salvação” da nação uruguai, de uma forma geral, não se encontrava tanto no âmbito artístico, mas sim na área da história da nação:

[...] embora profícua e digna de nota (e mesmo considerando-se que toda a produção artística evidencia, de uma maneira ou de outra, um posicionamento político), não foi no campo da poesia, da literatura ou das artes plásticas que o

<sup>50</sup> \_\_\_\_\_. *A cultura política do “batllismo” no Uruguai (1903-1958)*, p. 44.

<sup>51</sup> \_\_\_\_\_. *A cultura política do “batllismo” no Uruguai (1903-1958)*, p. 45.

<sup>52</sup> Embora o governo de Williman tenha seguido as tendências políticas *coloradas batllistas*, especificamente as colocadas em prática por Batlle y Ordóñez anteriormente, o governo daquele não foi caracterizado pela continuidade total das reformas empreendidas por este. Para maiores informações a respeito das medidas empreendidas pelo governo de Claudio Williman e a sua relação com as medidas do primeiro mandato de José Batlle y Ordóñez, ver: \_\_\_\_\_. *A cultura política do “batllismo” no Uruguai (1903-1958)*, 168 p.

<sup>53</sup> \_\_\_\_\_. *A cultura política do “batllismo” no Uruguai (1903-1958)*, p. 45-46.



Uruguai debruçou-se rigorosamente sobre uma salvação política de sua nação, campo analisado por Funes em outros países da América. Será em outro campo, o da revisão de sua “história oficial”, o lugar onde se operaria uma profunda cisão com visões passadas e novas projeções que idealizariam o Uruguai tanto de outrora, como o do porvir.<sup>54</sup>

Nessa direção, Sordi<sup>55</sup> nos apresenta como se deu essa revisão da “história oficial” uruguaias por meio da obra de alguns autores como Eduardo Acevedo Vásquez, com sua obra *José Artigas: Su obra cívica; Alegato histórico*, e Juan Zorrilla de San Martín, por meio de sua obra *La Epopéya de Artigas*, publicada em 1910. Além disso, Sordi também trata sobre como a “história oficial” uruguaias foi revista a partir da cunhagem de moedas e da mudança dos nomes de algumas localidades do país.<sup>56</sup> Neste sentido, a partir das informações que Sordi nos traz, o que nos interessa neste trabalho é analisarmos especificamente a obra *La Epopéya de Artigas*, elaborada por Zorrilla de San Martín, com o intuito de compreender, de forma mais detida, como a memória de Artigas foi produzida pelo poeta uruguaios a fim de atender aos interesses estatais na busca de uma coesão da nação por meio da (re)construção da identidade nacional uruguaias daquele contexto.

Nesse sentido, segundo Carlos Zubillaga, já havia a intenção de realizar-se a construção de um monumento dedicado à Artigas desde a década de 1880, mas que só foi concretizado no decorrer do reformismo *batllista*, mais especificamente em 1907, quando o governo de Williman abriu um concurso para que escultores tanto uruguaios, quanto estrangeiros, pudessem apresentar alguns esboços sobre tal monumento.<sup>57</sup> Alguns dos artigos do decreto que regulamentou a construção do monumento e a abertura de tal concurso para os escultores, que foi assinado pelo então presidente Williman e pelo ministro das Relações Exteriores, Jácobo Varela Acevedo, diziam o seguinte:

Artigo 1º. Erija-se na Praça da Independência um monumento à imortal memória do GENERAL JOSÉ ARTIGAS, precursor da nacionalidade oriental [...]. Artigo 4º. Designa-se ao DOUTOR JUAN ZORRILLA DE SAN MARTÍN para que, de acordo com as instruções do governo, prepare uma Memória sobre a personalidade do GENERAL ARTIGAS, e os dados documentais e gráficos que possam necessitar os artistas.<sup>58</sup>

O trecho anterior permite que façamos algumas constatações importantes. Primeiramente,

<sup>54</sup> SORDI. *Salvar la nación oriental*, p. 7. Aspas do autor.

<sup>55</sup> Acreditamos ser pertinente destacar que o referido trabalho de Sordi tem por objetivo central tratar sobre o debate acerca de como os intelectuais uruguaios das décadas 1910 e 1920 contribuíram para que a nação uruguaias pudesse ser “salva”, estendendo a discussão iniciada pela historiadora argentina Patrícia Funes que, por sua vez, tratou sobre este tema em países como Argentina, Peru e México no mesmo período. Para isso, Sordi não aborda somente a atuação de Juan Zorrilla de San Martín, mas também elenca vários outros intelectuais daquele contexto como o já citado Eduardo Acevedo Vázquez (1857-1948), Fernán Silva Valdés (1887-1975), Juana de Ibarbourou (1892-1979) e os artistas plásticos Pedro Figari (1861-1938) e Joaquín Torres García (1874-1949), entre outros, todos eles imersos no referido debate político. Para mais informações, ver: \_\_\_\_\_. *Salvar la nación oriental*, p. 1-12.

<sup>56</sup> \_\_\_\_\_. *Salvar la nación oriental*, p. 9-10.

<sup>57</sup> ZUBILLAGA. *Un semillero de controversias*, p. 218-220.

<sup>58</sup> ZORRILLA DE SAN MARTÍN. *La Epopéya de Artigas*, Tomo I, p. V-VI. Grifos do autor.



no Artigo 1º, notamos que está expressamente claro o reconhecimento, por parte do governo uruguai, de que Artigas representaria um dos maiores símbolos nacionais do país platino e, justamente por isso, a intenção em se construir um monumento em homenagem à sua memória considerada “imortal”, como podemos verificar. Além disso, também é possível percebermos que o governo de Williman parece confiar totalmente no trabalho de Juan Zorrilla de San Martín ao designar este intelectual para a produção de uma narrativa histórica que contribuísse para a construção do monumento pelos escultores a serem escolhidos. Neste sentido, a escolha de Zorrilla de San Martin pelo governo de Williman poderia ser compreendida, segundo Zubillaga, pelos seguintes motivos:

O encargo não somente reconhecia a idoneidade historiográfica e estética de Zorrilla de San Martín, mas também aludia ao clima de indefinição que ainda se apreciava o papel de Artigas na revolução rio-platense<sup>59</sup>, não obstante a decisão governamental de reafirmação identitária nacionalista que a exaltação pública daquele supunha e para consolidar o que foi essencial para a fixação de um cânone artístico.<sup>60</sup>

Além destas considerações, de acordo com a leitura que Pablo Rocca realiza sobre os argumentos de Nicolas Shumuay, alguns poetas latino-americanos do século XIX estavam mais vinculados ao estilo neo-clássico e romântico como José Trinidad Reyes Sevilla, José María Heredia, entre outros. Nesse sentido, Zorrilla de San Martín, assim como aqueles poetas, também demonstrou, ainda de acordo com Shumuay e Rocca, uma tendência em representar, em sua obra, as mitologias que tinham o papel de “justificar” e/ou legitimar a formação das sociedades na história dos países da América Latina. Dessa forma, ainda conforme Shumuay e Rocca, isto representava a tentativa de edificação de uma identidade de caráter coletivo, muito ligada a uma história dos mitos nacionais.<sup>61</sup>

Nessa direção, um trecho de fala do próprio Zorrilla de San Martín, no qual este autor, ao se pronunciar sobre a recorrência à figura de Artigas, expressa, de forma clara, a sua concepção de “identidade nacional” em carta de caráter confidencial enviada ao ministro das Relações Exteriores:

Parece-me que foi a esperança de que pudesse ser eu [...] o móvel do artigo 4º. do decreto de 10 de maio de 1907. Fui escolhido porque acreditei; porque minha vida inteira foi uma constante comunhão [...] com os fiéis do triunfante dogma cívico que, nesse homem Artigas, chamam, e não sem motivo, de o GRANDE CALUNIADO DA HISTÓRIA AMERICANA [...]. Esperava-se encontrar em mim um som de tantas almas, capazes de condensar, mais ou menos inteiramente, a alma coletiva deste povo: a tradição nacional, o conjunto de

<sup>59</sup> De acordo com Carlos Zubillaga, na passagem do século XIX para o XX, as interpretações sobre o papel de Artigas na independência uruguai eram permeadas por ambigüidades, marcadas por aceitação e rejeição à figura de Artigas, representado por um “anti-artiguismo”. Para mais informações sobre este assunto, ver: ZUBILLAGA. **Un semillero de controvérsias**, p. 217-240.

<sup>60</sup> \_\_\_\_\_. **Um semillero de controvérsias**, p. 219.

<sup>61</sup> SHUMUAY apud ROCCA. *Los destinos de la nación*, 245.



imagens amadas, e de emoções sentidas, e de nomes pronunciados, e de linhas e cores, e expressões preferidas, cuja comunidade constitui ainda mais do que o território, e até mais que a raça e a língua, a entidade moral que o homem chama pátria.<sup>62</sup>

No trecho acima, Zorrilla de San Martín se refere a Artigas como “o grande caluniado da história americana” como uma forma de reconstruir e, também, “redimir”, digamos, a figura história de Artigas. Em relação a essa tentativa de reconstrução e “redenção” de Artigas ao longo do tempo, Ana Freganós informa que houve, de fato, na história uruguai, essa recorrência a uma outra imagem histórica daquele que foi considerado o “herói nacional”. De acordo com Freganós, a atuação de Artigas na época da independência até sua morte era associada ao caudilhismo de uma forma negativa, tendo sido considerado um “bandido” ou até o “[...] ídolo de uma multidão ignorante”<sup>63</sup>. Neste sentido, a tentativa de reconstrução da imagem de Artigas foi impulsionada, segundo Freganós, pelas tendências daquela que ficou conhecida como a “história tradicional” uruguai, que foi representada, segundo a autora, por autores como Carlos María Ramírez (*Artigas*, 1885), Clemente Fregeiro (*Artigas: Estudio Histórico*, 1885), Francisco Bauza (*Historia de la dominación española en el Uruguay*, 1895-1897), o já citado Eduardo Acevedo Vázquez (*Artigas: Alegato histórico*, 1908-1910) e o próprio Zorrilla de San Martín, com *La Epopeya de Artigas*.<sup>64</sup> Estes intelectuais, ainda segundo Freganós, contribuíram para a

[...] recriação do personagem, transformando-o em “herói cívico-militar”. Retomou-se a noção hispânica do caudilho, guia e condutor de homens em tempos de guerra; recorreu-se à imagem bíblica de Moisés, como patriarca e herói civilizador de seu povo; concederam-lhe os atributos de estadista e estrategista, como apóstolo da ideia republicana, agente da soberania popular e porta-estandarte das ideias de humanidade e de ordem.<sup>65</sup>

Neste sentido, também é possível verificarmos um indício desta “virada” em torno do significado da figura histórica de Artigas, assim como apontou Freganós, na obra de Juan Zorrilla de San Martín. É justamente sobre este ponto que nos dedicaremos a partir de agora, procurando analisar como Zorrilla de San Martín retrata a memória de Artigas em *La Epopeya* de forma a representá-lo como “modelo” virtuoso, generoso e possuidor de um caráter exemplar. Nessa direção, Zorrilla de San Martín argumenta em prol da finalidade que a história teria na criação do patriotismo nos cidadãos: “[...] a finalidade primordial da história dos povos não é outra que a formação do patriotismo, ou seja, do sentimento RACIONAL de amor à Pátria, e o culto de seus

<sup>62</sup> SAN MARTIN. *La Epopeya de Artigas*, p. XII-XIII, grifos do autor.

<sup>63</sup> FREGA, Ana. La virtud y el poder. La Soberanía particular de los pueblos en el proyecto artiguista. In: GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo (comp.). **Caudillismos rioplatenses**: nuevas miradas a un viejo problema. 2<sup>a</sup> Ed. Buenos Aires: Eudeba, 2005, p. 104.

<sup>64</sup> \_\_\_\_\_. *La virtud y el poder*, p. 105.

<sup>65</sup> \_\_\_\_\_. *La virtud y el poder*, p. 105. Aspas da autora.



heróis [...]”<sup>66</sup>. Nesse sentido, Zorrilla de San Martín deixa claro que uma de suas intenções é desconstruir essa imagem e redimir a figura histórica de Artigas:

Por causas que os farei conhecer, uma lenda venenosa, uma fatal conspiração histórica pesou, até há pouco tempo, sobre a memória de nosso Artigas, e sobre o coração da pátria oriental, por conseguinte; uma maligna conspiração de irracionais ódios, e de rancores injustos. A história americana foi um sepulcro, mais que um sepulcro, um inferno cerco dantesco para esse altivo desdenhoso da glória. Não sem razão, o governo de meu país, no eloquente decreto em que me encarrega que os instrua de sua intenção, chama Artigas de *o grande caluniado da história americana*.<sup>67</sup>

Assim como podemos perceber, Zorrilla de San Martín se utiliza dos elementos históricos que seleciona e da narrativa que elabora em torno da figura de José Artigas para fins “palpáveis”, na expressão de Miceli<sup>68</sup>, com o intuito de demonstrar que aquele sempre teria sido “caluniado” e, consequentemente, revigorar a identidade nacional uruguaia daquele momento. Além disso, quando Zorrilla de San Martín afirma que a história não tem outra função a não ser a de construir um “sentimento patriótico racional”, ele explicita que isso é feito de forma consciente, a partir de motivações próprias de seu presente, assim como afirma Pollak.<sup>69</sup> Nesse sentido, uma das maiores motivações de seu presente, por exemplo, poderia ser representada pela possibilidade iminente de novas guerras civis no Uruguai, as quais poderiam ser causadas pelas muitas divergências ainda presentes entre os congressistas do Partido Nacional (antigos *blancos*) e os *colorados batllistas*, que, naquele momento, estavam no poder, assim como já vimos anteriormente. Dessa forma, a resolução destas questões poderia estar centrada na recorrência ao passado da nação para a elaboração, por Juan Zorrilla de San Martín a pedido do governo *colorado batllista*, da memória de Artigas de forma “enquadrada”.<sup>70</sup>

A partir dessa apologia ao caráter e pensamento de Artigas, Juan Zorrilla de San Martín busca recuperar e/ou reconstruir a memória do herói nacional uruguaio de forma que passa a representá-lo como possuidor não somente de um “caráter exemplar”, mas também de um “pensamento admirável”, segundo o poeta uruguai:

Artigas era o pensamento e o caráter. Como e de quais elementos se formou nesse homem extraordinário esse pensamento e esse caráter, é uma questão que me parece insolúvel. Os que pretendem resolvê-la disseram mais de uma loucura. Há quem viu nele um ignorante, um analfabeto, por que não se vê toga, o título acadêmico [...]; os outros se empenharam em apresentá-lo com suficiente ilustração e preparação intelectual para ter concebido uma doutrina política, um plano de ação e organização; estes se empenham em averiguar que livros pôde

<sup>66</sup> ZORRILLA DE SAN MARTÍN. *La Epopeya de Artigas*, tomo I, p. XI. Grifos do autor.

<sup>67</sup> \_\_\_\_\_. *La Epopeya de Artigas*, tomo I, p. 7. Grifos do autor.

<sup>68</sup> MICELI, Paulo. *O mito do herói nacional*. São Paulo: Contexto, 1988, p. 13.

<sup>69</sup> POLLAK. Memória, esquecimento, silêncio, p. 9.

<sup>70</sup> POLLAK. Memória, esquecimento, silêncio, p. 9.



ter lido. Livros! [...] nos documentos de Artigas que lemos, [...] se vê sempre o pensamento invariável, o espírito, o caráter, a ação de Artigas, em toda essa miscelânea de escritos.<sup>71</sup>

Além de todas as ponderações e reformulações elaboradas por Zorrilla de San Martín acerca dos feitos, do caráter e do pensamento de Artigas, o intelectual uruguai também se esforça para representar o “herói” da independência uruguai como um agente histórico que, por meio de sua liderança política de um século antes, contribuiu para uma maior “articulação” e “coesão” nacionais frente às forças das demais “ameaças”:

*Sua autoridade é tão indispensável quanto indiscutível; desaparecer Artigas e desaparecer a pátria oriental nesse momento é a mesma coisa. Mas Artigas [...] Conserva a autoridade e a influência necessárias para dar um núcleo de unidade, de coesão e de vida àquele organismo inarticulado e incipiente; faz sentir essa influência cada vez que a dissolução o ameaça; mas não afoga nela a vida espontânea; estimula-a, tonifica-a e, sobretudo, procura inocular-lhe o espírito democrático [...] o dos mais aptos, dos mais honestos, designados livremente pelo povo. Para isso, procura dar aos Cabildos<sup>72</sup> de toda a República, ao de Montevideu especialmente, [...] o maior número de atribuições; os incita a desempenhá-las com liberdade, se dirige a eles em termos de respeito, e até de acatamento; pede-lhes recursos, jamais dispõe destes por si mesmo; recomenda-lhes as obras de progresso, a proteção do povo, a dos deserdados principalmente, a consciência na administração, a conservação, sobretudo, da ideia e do sentimento de pátria, e de dever de defendê-la até o sacrifício.<sup>73</sup>*

O que podemos perceber no trecho acima é a existência de mais um exemplo da recorrente tentativa, por parte de Zorrilla de San Martín, de reforçar a ideia de uma “coesão nacional”, associando esta possibilidade a elementos democráticos e de liberdade política e, também, de um sentido moralizante para as atividades do Estado para com o povo, de modo que sempre ficasse explícita essa relação de unidade. Assim como destacamos no excerto acima, para Juan Zorrilla de San Martín, a autoridade, que era um elemento próprio de Artigas, dava o caráter unívoco entre este a nação. Em outras palavras, a imagem de Artigas se unia totalmente à existência da nação, o que não permitia, segundo Zorrilla de San Martín, uma dissolução entre um e outro: ambos estavam fundidos em algo único. Nessa direção, o poeta uruguai prossegue argumentando, em consonância com o que já havia defendido antes, que Artigas, ao exercer sua liderança, priorizou os elementos democráticos:

Artigas não cessa de encarecer o respeito à liberdade de sufrágio, e de estimular seu exercício. O povo começava [...] a exercitá-lo na vida institucional, e se vê com toda a clareza que Artigas não deseja outra coisa: criar e revigorar a entidade que deve substituí-lo na liderança política; não ser ele necessário à vida da nação

<sup>71</sup> ZORRILLA DE SAN MARTÍN. *La Epopeya de Artigas*, tomo I, p. 320-321.

<sup>72</sup> Os *Cabildos* são denominações atribuídas às repartições de caráter administrativo colonial espanhol, as quais exerciam atividades não somente administrativas, mas também de ordem legal e fiscal. Para mais informações sobre este assunto, ver: SOUZA, Susana Bleil de Souza. Política e administração na sociedade colonial hispânica. In: WASSERMAN, Claudia. América Latina: Cinco séculos (temas e problemas). Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 1996. 223 p.

<sup>73</sup> ZORRILLA DE SAN MARTÍN. *La Epopeya de Artigas*, tomo I, p. 378. Grifo nosso.



que criava.<sup>74</sup>

Embora já havia afirmado antes que a figura de Artigas e a existência da nação representassem algo único, Juan Zorrilla de San Martín, no trecho acima, defende que, para fazer com que o povo “oriental” continuasse caminhando de forma autônoma e democrática dali em diante, Artigas, ao desejar a coesão de toda a nação, tinha o interesse de que o povo não o visse como o “único” líder. Nesse sentido, segundo Zorrilla de San Martín, o maior interesse de Artigas era que o povo se inspirasse na figura do herói nacional para tal exercício institucional democrático autônomo a partir daquele momento. Além disso, algumas passagens de caráter simbólico são destacadas por Zorrilla de San Martín ao dar continuidade em sua narrativa sobre os feitos de Artigas. Uma delas diz respeito à ocasião em que Artigas convida um *gaucho*<sup>75</sup> para dividir um banquete com ele e seus oficiais e que foi realizado em Las Piedras:

Creio que o quadro é homérico. O gaúcho rio-platense viu sempre, naquele homem, um ser superior, mas um ser de sua espécie, digno de amor, assim como de respeito. Isso era o que o herói queria: não humilhar o povo; estar nele; ser considerado um semelhante pelos mais desgraçados; ser a forma pessoal, amável para todos, para esse desgraçado especialmente, da Pátria pela qual morriam.<sup>76</sup>

Nessa direção, como podemos verificar no excerto acima, ao buscar desconstruir a “calúnia” histórica que Artigas teria sofrido, Zorrilla de San Martín busca demonstrar que o “herói” da independência uruguaia possuía virtudes, entre elas, a de não colocar distâncias ou barreiras entre ele (a representação simbólica política e institucional do novo regime) e todas as camadas da população, especificamente as mais humildes, como os *gauchos*. Este fato poderia ser interpretado como mais um argumento que Zorrilla de San Martín elaborou e apresentou como forma de identificação e, consequentemente, construção de uma coesão maior da nação uruguaia de seu contexto político e social. Acreditamos que é sempre importante recordar que o referido período diz respeito às tentativas de acordo político realizadas pelo governo *coloradobatillistado* então presidente Claudio Williman junto aos congressistas e partidários do Partido Nacional no país platino, assim como Marcos Alves de Souza<sup>77</sup> já havia nos intuído anteriormente. Além disso, a narrativa de Juan Zorrilla de San Martín também buscou representar Artigas como um político piedoso com os prisioneiros que seus homens haviam feito em um dos combates contra os

<sup>74</sup>ZORRILLA DE SAN MARTÍN. *La Epopeya de Artigas*, tomo I, p. 378.

<sup>75</sup>Os *Gauchos* ficaram convencionalmente conhecidos como membros de parte das populações da área rural em algumas regiões do Sul da América do Sul e que, muitas vezes, estariam sob a influência política do caudilho ou dos grandes proprietários de terra nestes lugares. Para maiores informações, ver: SOUZA. *A cultura política do “batllismo” no Uruguai (1903-1958)*. 168 p.; LYNCH, John. Las repúblicas del Río de la Plata. In: BETHELL, Leslie (Org.). *Historia de América Latina*. América Latina Independente, 1820-1870. Tomo 6. Barcelona: Editorial Crítica, 1991. P. 264-315.

<sup>76</sup> ZORRILLA DE SAN MARTÍN. *La Epopeya de Artigas*, tomo I, p. 380.

<sup>77</sup> SOUZA. *A cultura política do “batllismo” no Uruguai (1903-1958)*, 168 p.



argentinos.<sup>78</sup> E o poeta uruguai pretendeu deixar isso claro no seguinte trecho, referente às memórias documentais do General Díaz citadas por Zorrilla de San Martín, de quase cem anos antes, nas quais este último também se baseou para a produção de sua narrativa:

A paz entre o General Artigas e os revolucionários de Buenos Aires era o fundamento das esperanças que nos tinha feito conceber aquele chefe: sua intenção, nesse caso, era a de ficar conosco, e colocar-nos em liberdade [...]. O General Artigas se aproximou de nós na metade do caminho, com vários chefes e oficiais que o acompanhavam, e deu [...] seu braço como apoio ao coronel Balbastro que estava enfermo". "Aproveitamos aquela ocasião para expressar ao General nossa gratidão por seu generoso procedimento para conosco [...]. Dissemos, então que, se houvesse podido ter lugar a paz, não haveria tido inconveniente em colocar-nos em liberdade; mas que os deputados portenhos não haviam quisto entrar em acordo com as proposições que lhes havia feito.<sup>79</sup>

Após citar estes trechos, Zorrilla de San Martín deu ênfase aos mesmos e os justificou da seguinte forma para os escultores presentes em sua conferência:

Aí tens Artigas, meus amigos artistas; esse é o homem, creio que o tens visto bem de perto. Os virtuosos de Buenos Aires [...], tem-no tratado de inculto, de bárbaro e sanguinário [...]. E como tal ingressou na história americana. Acredito que já acendemos a luz suficiente para afugentar para sempre essas sombrias ambições exteriores.<sup>80</sup>

Como podemos perceber, por meio dos trechos anteriores, Zorrilla de San Martín buscava sempre reforçar a necessidade de se empreender uma unidade, uma coesão nacional em sua narrativa sobre Artigas. Ao mesmo tempo, também se preocupava em desconstruir a imagem negativa que havia sido construída em relação à figura de José Artigas para, logo em seguida, reconstruí-la como exemplo de moral e de outros elementos que, para aquele intelectual uruguai, pareciam representar referenciais positivos para a identidade nacional uruguai daquele momento. Nessa direção, ao enfatizar, de forma recorrente, a figura histórica de Artigas como possuidor de "força" e "superioridade moral", Zorrilla de San Martín trata sobre as noções de "homens autoridade" e "homens não autoridade" para se referir ao "herói" da independência e àqueles que não possuíam estas características:

<sup>78</sup> Segundo John Lynch, existia, naquele momento, uma rivalidade entre Montevidéu e Buenos Aires que já vinha desde a época colonial. Para mais informações, ver: LYNCH, John. *Los orígenes de la independencia hispanoamericana*. In: BETHELL, Leslie (Org.). **Historia de América Latina**. La independencia. Tomo 5. Barcelona: Editorial Crítica, 1991. P. 1-40. De acordo com as informações de David Bushnell, Artigas conseguiu forte apoio dos *gauchos* ao iniciar, na área rural, um levante contra a metrópole, Espanha. Além disso, Artigas defendia a ideia de dar mais autonomia às províncias da região do Rio da Prata, ideia contrária ao que defendia o governo de Buenos Aires. Nesse sentido, Artigas se tornou o líder daqueles que eram considerados "anti-portenhos" e defendiam o federalismo na região em relação ao governo de Buenos Aires. Assim, ainda de acordo com as informações de Bushnell, dentre as batalhas entre a metrópole espanhola, Buenos Aires e aqueles liderados por Artigas, este saiu vencedor e, por isso, a capital Argentina lhe concedeu a que, hoje, é a capital do Uruguai, Montevidéu. Para maiores informações sobre esta temática, ver: BUSHNELL, David. La independencia de la América del Sur española. In: BETHELL, Leslie (Org.). **Historia de América Latina**. La independencia. Tomo 5. Barcelona: Editorial Crítica, 1991. P. 75-123.

<sup>79</sup> ZORRILLA DE SAN MARTÍN. *La Epopeya de Artigas*, tomo I, p. 419-420. Aspas do autor.

<sup>80</sup> \_\_\_\_\_. *La Epopeya de Artigas*, tomo I, p. 420.



Eu acredito que [...] a autoridade civil ou política não é outra coisa que a revelação, a encarnação melhor dizendo, em um ou mais homens, de um princípio ou força superior ao homem mesmo, e que é, também, *unidad, ordem, harmonia, felicidade*. Somente assim se concebe a superioridade do homem autoridade sobre o homem não autoridade, e o dever moral de obedecer ao primeiro [...]. O homem ou os homens que encarnam aquele princípio ou força ordenadora devem ser os melhores, os mais aptos, os mais abnegados, ou seja, os que, por seus dotes e virtudes, sejam mais capazes de esquecer-se de si mesmos, para pensar no bem comum, nesse que chamamos estado, pátria, ou como queirais chamá-lo. Esses são os legítimos, os verdadeiramente legítimos.<sup>81</sup>

O que mais parece se destacar na passagem acima, entre as demais informações, é a associação realizada por Zorrilla de San Martín entre o “homem autoridade” e as expressões “unidade”, “ordem”, “harmonia” e “felicidade”, as quais nos permitem refletir sobre seu uso por Zorrilla de San Martín naquele contexto. Devido às muitas guerras civis ocorridas no país causadas pelas divergências políticas entre os antigos partidos tradicionais, os *blancos* (que, posteriormente, se tornaram o Partido Nacional) e os *colorados*—embates armados que já mencionamos anteriormente neste trabalho -, é totalmente compreensível que Zorrilla de San Martín estivesse produzindo sua narrativa com a intenção de buscar a “unidade” da nação. Esta tentativa, por parte de Zorrilla de San Martín, se daria por meio da reafirmação da identidade histórica e da “memória nacional enquadrada” de Artigas, na expressão de Pollak<sup>82</sup>, embasadas na figura histórica e nos feitos do referido “herói” nacional uruguai. Esse apelo à “unidade” e “coesão” nacionais almejava a “harmonia” e a “ordem” política e social, ou melhor, o equilíbrio, a estabilidade política, que, juntos, poderiam conduzir à “felicidade” da nação uruguai daquele momento.

E, dentro destas relações supracitadas, podemos perceber, também, a referência e associação das características anteriormente citadas com outras, tais como a democracia e o republicanismo. De acordo com Juan Zorrilla de San Martín, estas seriam as formas de governo que deveriam necessariamente ser seguidas:

Os republicanos somos tais, enquanto, resistindo a acreditar na existência de homens predestinados [...] a ser os maiores e os mais aptos, os nascidos, por conseguinte, com o direito congênito ou divino de ser reis ou imperadores, ou como queirais chamá-los, julgamos que o meio que mais racionalmente conduz a dar com tais pessoas aptas, para acatar o princípio ordenador que nelas se encarne, é o que consiste designá-las pela vontade nacional. A democracia [...] é o direito divino porque a razão natural proclama que a potência política suprema resulta, naturalmente, da constituição da sociedade humana, e que, pela força dessa mesma razão, *ela pertence à sociedade toda*. Isso, como vedeis, não era outra coisa [...] que a atual *soberania popular*. O mundo moderno acredita hoje nisso como um em postulado; a democracia triunfou; ninguém pode duvidar; é a dona da sociedade. E é a República sua forma mais perfeita.<sup>83</sup>

<sup>81</sup> \_\_\_\_\_. **La Epopeya de Artigas**, tomo II, p. 8. Grifo nosso.

<sup>82</sup>POLLAK. Memória, esquecimento, silêncio, p. 9.

<sup>83</sup>ZORRILLA DE SAN MARTÍN. **La Epopeya de Artigas**, tomo II, p. 8-9. Grifos do autor.



A democracia e o republicanismo, associados à figura de Artigas, constituiriam a forma de governo que também representaria, de acordo com a ótica de Zorrilla de San Martín, um elemento de coesão nacional, pois as escolhas políticas da população seriam respeitadas dentro deste sistema político, o que não ocorria de forma consensual até a “Grande Guerra”, de 1904. Assim como já elencamos antes, vários conflitos ocorreram antes deste evento. Desde o final do processo de independência ocorreram assassinatos isolados de políticos<sup>84</sup>, fuzilamentos<sup>85</sup> e várias guerras ao longo do século XIX e início do XX, assim como já mencionamos anteriormente, todos causados por motivações políticas. Além disso, a expressão “soberania popular” foi destacada pelo próprio autor ao tratar da democracia como “vontade divina”, ou seja, como algo dotado de caráter místico e superior a qualquer tentativa de fragmentação e desunião da nação.

Nessa direção, acreditamos ser pertinente recorrer à informação que Pablo Rocca nos traz acerca do fato de que o primeiro governo de José Batlle y Ordóñez já havia conseguido trazer para seu lado o intelectual nacionalista de orientação *blanca* Eduardo Acevedo Díaz, em 1903, que, naquele momento, ainda segundo Rocca, era o principal líder do Partido Nacional (antigo partido *blanco*) na área urbana.<sup>86</sup> Além disso, ainda conforme as informações que Rocca nos fornece, o governo *batillista*, nesse caso, o de Williman, obteve mais um êxito, que foi o da cooptação de Juan Zorrilla de San Martín, com a finalidade de que este intelectual escrevesse a memória do herói nacional uruguai, José Artigas, em sua *Epopeya*.<sup>87</sup> Além disso, estamos de acordo com Rocca quando este autor trata sobre o significado da incumbência, por parte do Estado, da produção de uma obra que tratasse sobre a reafirmação da identidade nacional, que veio a ser intitulada *La Epopeya de Artigas* elaborada por Zorrilla de San Martín, conforme explícito no seguinte trecho:

No território da representação simbólica, essa força política modernizadora [...] cumpre com o imperativo da conciliação nacional, que encabeçava a burguesia e que todas as forças sociais reclamavam depois da guerra civil de 1904. [...] no Uruguai da primeira década do século XX este pacto social que hegemoniza o batllismo, transforma o nacionalismo liberal em um nacionalismo estatal.<sup>88</sup>

Nesse sentido, acreditamos que a análise que buscamos realizar da narrativa elaborada por

<sup>84</sup> Um dos casos mais emblemáticos foram os assassinatos de dois ex-presidentes da República, Bernardo Prudencio Berro e Veâncio Flores, ocorridos exatamente no mesmo dia, em 1868, após levantes armados, sendo que um deles foi liderado pelo próprio Berro contra o então presidente Flores. Para maiores informações sobre este assunto, ver: BARRAN. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco*, 145 p.

<sup>85</sup> Um destes fuzilamentos ocorreu em 1858, após mais uma tentativa de tomada do poder empreendida pelo então Partido Conservador. O resultado consistiu no fuzilamento dos participantes deste levante, o que contribuiu para minar uma das tentativas de pacificação do período idealizada pelo governo do então presidente Gabriel Antonio Pereira, que ficou conhecida como “política de fusão” dos partidos tradicionais como forma de se acabar com as disputas armadas pelo poder. Para maiores informações sobre este tema, ver: \_\_\_\_\_. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco*, 145 p.

<sup>86</sup> ROCCA. Los destinos de la nación.p. 247.

<sup>87</sup> \_\_\_\_\_. Los destinos de la nación.p. 247.

<sup>88</sup> \_\_\_\_\_. Los destinos de la nación.p. 247.



Juan Zorrilla de San Martín a respeitada memória do herói da independência, José Artigas, permite que possamos propor uma reflexão sobre tais fatos e sobre a questão política unida ao âmbito cultural, ambos, nesse caso, associados à tentativa de união e coesão da nação. Esses fatos nos remetem a refletir sobre apossível objetivação, por parte do governo uruguai *colorado batllista* de Williman, da tentativa de um consenso entre as maiores forças políticas do período, os *blancos* (que, já há um tempo, havia se tornado o Partido Nacional) e os *colorados batllistas*. Esta tentativa de união nacionalteria se dado por meio da (re)construção e difusão de uma identidade nacional pautada no sentimento de coletividade e embasado na elaboração da “memória enquadrada”, conforme a expressão de Michael Pollak<sup>89</sup>, produzida por Zorrilla de San Martín a respeito dos feitos e da história de Artigas. Em outras palavras, teria consistido na transformação do “nacionalismo liberal” em “nacionalismo estatal”, de acordo com as ponderações de Pablo Rocca presentes no trecho supracitado, as quais justificariam o que o próprio Zorrilla de San Martín afirmou em certo momento: sobre a função da história, que seria a de produzir o sentimento patriótico, ou seja, a história teria um sentido “palpável” ou “material”, conforme Paulo Miceli.<sup>90</sup> E, pelo que pudemos perceber, parece que foi isso que tanto Juan Zorrilla de San Martín, quanto o Estado uruguai de então buscaram realizar no contexto que abordamos neste trabalho.

---

<sup>89</sup> POLLAK. Memória, esquecimento, silêncio, p. 9.

<sup>90</sup> MICELI, Paulo. **O mito do herói nacional**. São Paulo: Contexto, 1988, p. 13.



# Transformações técnicas das lutas sob uma óptica da História Social: o boxe inglês entre os séculos XVIII e XIX

Technical transformations of fighting from a Social History perspective: the english boxing between the eighteenth and nineteenth centuries

**Fabrício Pinto Monteiro**

Doutor em História

Universidade Federal de Uberlândia

[fabriciomonteiro@bol.com.br](mailto:fabriciomonteiro@bol.com.br)

**Recebido em:** 29/04/2017

**Aprovado em:** 18/09/2017

**RESUMO:** O objetivo central deste artigo é discutir como a História Social pode contribuir com as pesquisas sobre as transformações técnicas de formas de luta no tempo. As mudanças sofridas pelo boxe inglês ao longo dos séculos XVIII e XIX são utilizadas para concretizar tal debate, que enfatiza como a compreensão das elaborações mais amplas das relações sociais são fundamentais para compreender-se também construções técnicas daquelas artes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Boxe, Lutas, História Social.

**ABSTRACT:** The aim of this article is to discuss how social history can contribute to research on the technical transformations of fighting systems over time. The changes undergone by English Boxing throughout the eighteenth and nineteenth centuries are used to materialize such a debate, which emphasizes how the understanding of the broader elaborations of social relations are fundamental to understand technical constructions of those arts too.

**KEYWORDS:** Boxing, Fighting, Social History.



## Introdução

O objetivo central desse artigo é levantar pontos de reflexão sobre a historicidade das construções técnicas de modos de luta, neste caso um sistema de autodefesa consolidado como um esporte de combate, utilizando-se para isso as transformações do boxe na Inglaterra, e em menor medida nos EUA, ao longo dos séculos XVIII e XIX. O foco da problematização será como diferentes golpes e movimentação dos lutadores, ritmos de combate, formas de treinamento, novas regras e limites para as lutas relacionam-se a transformações mais amplas nos *sentidos sociais* que tais formas de luta adquirem ao longo do tempo, tanto para praticantes como para toda rede de relações de indivíduos envolvidos socialmente naquelas práticas.

Afirmando de modo mais preciso, a historicidade dos modos de lutar (esportivamente ou não) em seus aspectos técnicos caminha unida às constantes construções de sentidos éticos e estéticos na sociedade. Não se separa de relações de tensão entre diferentes grupos sociais – em que os conflitos podem mostrar-se mais ou menos evidentes –, de interesses econômicos e estratégias de poder de diferentes indivíduos e instituições. É sob esse sentido mais geral de inspiração em algumas formas de análise e problematização que a História Social é apontada como orientação historiográfica para as discussões tecidas nesse artigo, sem, entretanto manter como paradigma ou amarra temas e conceitos que se tornaram “clássico” em sua formação, como a “industrialização” ou a “luta de classes”.<sup>1</sup>

A decisão de utilizar o boxe inglês para questionar essa historicidade social ocorreu por dois motivos: pragmaticamente, é uma forma de luta muito bem documentada em suas mudanças técnicas, nas formas de praticá-lo. Muito mais do que outras modalidades europeias de luta desarmada da mesma época, como o *wrestling* e o *savate* francês ou que qualquer arte marcial oriental chinesa ou japonesa, por exemplo. Desde 1747, quando o primeiro manual foi publicado em Londres pelo Capitão John Godfrey, literalmente dezenas de tratados e livros foram destinados a ensinar e discutir as técnicas de luta, formas de treinamento e regras do boxe ao longo de mais de duzentos anos.<sup>2</sup> Obviamente, cada uma destas obras carrega diferentes sentidos

1 Que certamente possuem imenso valor historiográfico. Aponto apenas que, eurísticamente, não são adequados para as problematizações deste artigo. Discuti um pouco sobre o tema em MONTEIRO, Fabrício. A construção da “teoria” social como construção de relações sociais: o materialismo histórico de Mikhail Bakunin. **História e Perspectivas**, Uberlândia, v.1, n.48, p. 239-282, jan./jun. 2013. Remeter também aos bem conhecidos HOBBSAWN, Eric. Da história social à história da sociedade. In: \_\_\_\_\_. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 e THOMPSON, Edward. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004 (3 volumes).

2 GODFREY, John. **A treatise upon the useful science of defence, connecting the small and back-sword...** London: T. Gardner, 1747. O levantamento feito para essa pesquisa abrange cerca de vinte manuais destinados ao autoaprendizado do leitor, do século XVIII às primeiras duas décadas do século XX. Parte deles será citada e discutida ao longo do texto.



sociais que serão discutidos quando conveniente.

A segunda motivação para a escolha do boxe inglês como objeto de problematização é a riqueza dos meandros sociais percorridos ao longo do lapso cronológico selecionado. Como será discutido ao longo do artigo, ele adquiriu diversas facetas junto a usos e significados sociais construídos muitas vezes de forma conflituosa: uma útil arte de autodefesa para cavalheiros; fonte viva de coragem e amor à nação britânica em uma época de conquistas e disputas internacionais; espetáculo para multidões e, consequentemente, um grande negócio a se investir; uma forma menos violenta de se resolver questões de honra que a esgrima ou as pistolas; um meio de exercitar-se e manter a saúde frente a fraqueza ou a “corpulência”...

De uma prática de diversão popular de classes trabalhadoras e meio de resolver-se querelas na comunidade, entre idas e vindas, o boxe foi aclamado por alguns como “ciência” a ser respeitada ou execrado como prática selvagem e brutal a ser combatida pelo poder público. A crueza das *prize fighting* (lutas premiadas) e seus combates de mãos nuas patrocinados pela aristocracia britânica com prêmios e apostas generosas, conviveu em parte do período estudado com as inovações de regras e equipamentos de segurança (como as luvas), destinadas a evitar ferimentos e escoriações e, assim, atrair à prática cavalheiros, ou mesmo damas, “respeitáveis”<sup>3</sup>.

É nesse sentido que uma questão conceitual merece ser exposta. Neste artigo, o boxe é tratado através de títulos conscientemente “vagos” e de conotação mais livre, como “sistema de luta”, “forma de luta” ou “modo de luta” quando, em especial no campo da Educação Física e do Esporte, considera-se que uma classificação mais precisa para ele seria “esporte de combate” ou “modalidade esportiva de combate”.<sup>4</sup> Entretanto, é preciso ter clareza do caráter historiográfico desta pesquisa, para a qual a fixação de um conceito *a priori*, que supostamente poderia balizar e clarificar a discussão, terminaria por eliminar a historicidade da prática do boxe no período estudado, socialmente longe de se limitar a um “esporte”.<sup>5</sup>

---

3 Thomas Hoyer Monstery (1824-1901), soldado e mercenário dinamarquês que montou uma *School of Arms* em Nova Iorque em 1888 mantinha duas turmas femininas de boxe. Atrizes famosas da época, como Mildred Holland, Adah Isaacs Menken e a controversa Lola Montez foram suas alunas. MONSTERY, Thomas. **Self-defense for gentlemen and ladies: a nineteenth-century treatise on Boxing, Kicking, Grappling, and Fencing with the cane and quaterstaff.** Berkeley: Blue Snake, 2015 [originalmente publicado como *Physical education for gentleman*, de forma seriada na revista *The Spirit of the Times*, Nova Iorque, em 1877].

4 Ver sobre esse tema, entre outros, CORREIA, Walter; FRANCHINI, Emerson. Produção acadêmica em lutas, artes marciais e esportes de combate. **Motriz**, Rio Claro, v.16 n.1 p.01-09, jan./mar. 2010; PAIVA, Leandro. Lutas, artes marciais ou modalidades esportivas de combate? In: \_\_\_\_\_. **Olhar clínico nas lutas, artes marciais e modalidades de combate.** Manaus: OMP, 2015.

5 GONÇALVES, Arisson; SILVA, Méri. Artes marciais e lutas: uma análise da produção de saberes no campo discursivo da educação física brasileira. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 35, n. 3, p. 657-671, jul./set. 2013, p. 659-661. Em caráter historiográfico mais amplo, KOSELLECK, Reinhart. **Futuro**



É verdade que as transformações técnicas discutidas ao longo desse artigo dão-se junto a um processo de, na falta de termo melhor, “esportivização” do boxe através de um discurso de transformação de uma prática rústica em alegada *ciência*. Entre seus variados usos sociais nos séculos XVIII e XIX em terras britânicas, ganha grande destaque sua promoção como método de autodefesa para enfrentamento da crescente violência urbana, quando “*science of self-defense*” torna-se um sinônimo de “*boxing*” e “*pugilism*”.<sup>6</sup> A partir do século XX ele ganha um sentido hegemônico de esporte de contato, bem moldado por regras, medidas de segurança para os praticantes e eficiência racional em suas táticas de luta e técnicas em geral. Apenas a partir dos primeiros anos dos 1900, esse sistema de luta (praticamente) não figura mais como *ciência de autodefesa*, sendo chamado apenas *pugilismo* ou *boxe*.<sup>7</sup> Trata-se, assim, de um processo repleto de riqueza histórica, que não pode ser cristalizado através de um conceito que também é datado e possui sentidos sociais específicos, como “modalidade esportiva de combate”<sup>8</sup>

O pugilismo “científico” - muitas vezes tratado também como “arte” - , carregaria em si as características éticas necessárias para seu bom uso pelo respeitável *gentleman* inglês: eficiência e elegância. Importante destacar como esse boxe como forma de luta científica, persistente nos 1800 e em declínio ante o boxe “esporte” com o avanço do século XX, não seria mais acessível a todos. “Selvagens” e os “rufiões” não seriam capazes de enfrentar tecnicamente o nobre pugilista das classes médias ou aristocráticas (mesmo que o boxe tenha reconhecidamente surgido entre as classes populares – esse será um dado importante para discutirmos esse processo de transformação técnica e social da luta), pois não teriam a capacidade comprehensiva e o

---

**passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ, 2006, p.97-98. Ver também a discussão sobre formação do campo de pesquisa do *Martial Arts Studies*, incentivado por Paul Bowman e Benjamin Judkins, cuja revista já apresentou diferentes artigos envolvendo essa problemática. Disponível em: <<http://masjournal.org.uk/>>. Acesso em: 05/01/2017.

6 Em afirmações exaustivamente repetidas em livros de instrução do século XIX, todo cavalheiro deveria ser capaz de se defender de ofensas e agressões de “rufiões” e “desordeiros” que assolavam as ruas das maiores cidades inglesas e norte-americanas. JAMES, Ed. **The complete handbook of boxing and wrestling; with full and simple instructions...** New York: Ed James, 1878; ANÔNIMO. **The complete art of boxing, according to the modern method...** London: M. Follingsby/M. Smith, 1788, p. VI; EGAN. **Boxiana; or sketches of ancient and modern pugilism, from the days of the renowned Broughton and Slack...** London: George Virtue/Ivy Lane, 1830 (vol.1), p. 9; MONSTERY. **Self-defense for gentlemen and ladies:** Introduction, p. 1.

7 Segundo levantamento geral da documentação utilizada para essa pesquisa e citada ao longo do texto.

8 Ainda no século XVIII, segundo Ruti Ungar, “preparar as baixas ordens para a guerra” teria sido a principal motivação do rei George I em mandar erguer um ringue de uso público no Hyde Park (Londres) em 1723, que deu grande impulso às lutas na época. UNGAR, M. **The boxing discourse in Late Georgian England. 1780-1820: a study in civic humanis, gender, class and race.** 194f Tese (Doutorado em Filosofia) - Universitat zu Berlin, Eingereicht an der Philosophischen Fakultät, Berlim, 2010. p. 23-24. O discurso da promoção da coragem e do caráter de orgulho e defesa nacional inglês através do boxe foi muito forte também no século seguinte. Entre vários outros: EGAN, Pierce. **Boxiana;**, p. V-VI e p. 2-4 e SWIFT, Owen. **The hand-book to boxing; being a complete instructor in the art of self-defense...** London: Nicholson, 1840, p. 4.



autocontrole necessário para dominar a verdadeira *science of self-defense*.<sup>9</sup>

### **Aristocratas, burgueses e trabalhadores: ascensão social e uma nova ética para o boxe**

A primeira luta de boxe organizada que temos noticiada na imprensa, no caso o jornal londrino *The Protestant Mercury*, ocorreu em 1681 na presença do Duque de Albemarle (Henry FitzJames, filho ilegítimo do Rei James II), sendo o vencedor, um açougueiro.<sup>10</sup> É uma luta importante, não exatamente pelo combate em si, mas por fornecer o primeiro indício de como o pugilismo começou a ser considerado relevante àqueles que tinham maior possibilidade de colocá-lo em registro escrito.

Evidentemente, a prática do boxe não se inaugurou entre os ingleses com aquela luta.<sup>11</sup> Há evidências de combates com os punhos e bastões na ilha desde o século XIII entre as classes populares e no século XVII estava entre os passatempos rurais da população que, como a briga de galos, chegou a ser proibido pelos puritanos do governo de Oliver Cromwell.<sup>12</sup> Entretanto, não há detalhes documentados sobre como seriam essas práticas, pois as classes letradas, até o momento, mantinham-se afastadas delas. Como o açougueiro vitorioso na luta noticiada no jornal, a maior parte dos boxeadores daquele momento eram profissionais de trabalho predominantemente pesado ou braçal, como carregadores, marinheiros e ferreiros.<sup>13</sup>

Aquele foi o início da ascensão das lutas de boxe como “*prize fighting*”, quer dizer, os combates eram arranjados como um jogo de apostas que rendiam prêmios ao vencedor.<sup>14</sup> A partir principalmente do século XVIII, cada vez mais lutadores das classes trabalhadoras eram atraídos pela possibilidade de ganho em dinheiro, mesmo com os riscos inerentes os confrontos com

9 WOOD, Ira. **Boxing for skill and health.** New York: Physical Culture Publishing, 1901, p. 10 e FITZSIMMONS, Robert. **Physical culture and self-defense.** London/Philadelphia/San Francisco: Drexel Biddle, 1901, p.62-63.

10 BODDY, Kasia. **Boxing: a cultural history.** London: Reaktion Books, 2008, p. 26. O jornal citado circulou entre 1696 e 1700, editado por J. Dawks.

11 Considerando, é claro, a historicidade do pugilismo. As formas da prática da luta de mãos inglesa foram se transformando desde o mencionado século XIII, mas mantendo de um modo um tanto genérico a palavra “boxe” para referir-me a elas em nome da clareza e fluidez da escrita.

12 BODDY. **Boxing;** p. 26.

13 \_\_\_\_\_. **Boxing**, p. 26 e UNGAR. **The boxing discourse in Late Georgian England. 1780-1820**, p. 29. Vários boxeadores da época levavam ao ringue apelidos relativos às suas profissões de origem, como Thomas King, “The Fighting Sailor”; Tom Lyons, “The waterman”; George Taylor, “The Barber”; George Millsom, “The Baker”; Jack Slack, “The Norfolk Butcher”; William Stevens, “The Nailer” etc. GRASSO, John. **Historical dictionary of boxing.** Lanhan: Rowman & Littlefield, 2013, p. 477-479.

14 As *prize fighting* não se restringiam ao boxe. Outras modalidades de luta também tornaram-se espetáculos públicos sustentados pela disputa de prêmios e redes de apostas neste e no século seguinte. É o caso do *wrestling* (luta livre) e combates com *quartersstaff* (bastão longo), *cudgelling* (bastão curto) e *backsword* (sabre).



poucas regras e limitações. Foram surgindo, assim, os primeiros pugilistas profissionais.<sup>15</sup>

Aos poucos, essa possibilidade de uso o boxe estendeu-se em uma nova rede de relações sociais e novos sentidos para as pessoas envolvidas em sua prática, direta ou indiretamente. Talvez mais importante que os prêmios pagos, o pugilista que conseguisse construir uma carreira minimamente estável e favorável entre vitórias e derrotas podia encontrar no boxe uma fonte de prestígio e renda após sua aposentadoria. Após se retirar das arenas, uma das metas almejadas por muitos lutadores ingleses do século XVIII era abrir uma taverna, que pelo renome de um proprietário campeão poderia atrair clientes de diferentes partes da cidade ou até turistas de outros locais. Muitos ringues e escolas de boxe foram instalados nos fundos de *pubs*.<sup>16</sup> Até o século seguinte ainda podemos encontrar afirmações como a de Owen Swift (1814-1879) que os melhores ginásios de boxe seriam aqueles construídos anexo às tavernas.<sup>17</sup>

Retomando aquele primeiro combate mencionado, de 1681, a presença do Duque de Albemarle é significativa. Especialmente a partir do século seguinte, alguns membros das classes aristocráticas e médias (“burguesas”, digamos) começam *publicamente* a manifestar interesse e apoio à realização dessas lutas antes típicas dos segmentos trabalhadores. Essa aproximação – seja como espectadores, patrocinadores ou praticantes – não deixava de ser polêmica e até certo ponto arriscada à reputação de figuras “respeitáveis” da nobreza e classes abastadas, como podemos perceber através do alerta do autor anônimo de um manual do século XVIII ao desencorajar seus leitores a procurarem diretamente uma escola de boxe para aprender a luta:

the professors or masters of this art are for the most part ignorant, illiterate, unintelligent men, who are totally unacquainted with politeness or elegance of expression; so that all the initiated pugilist can have for his loss of time, great expence, and disagreeable mixing with some of the lowest and most depraved part of the community is, a dumb art of manoeuving, without a single term of technical knowledge, either to judge form himself, or to apply to his antagonist at the most trying time of his manhood<sup>18</sup>!

Nas palavras do autor anônimo de *The complete art of boxing* (1788), “the science of Boxing

15 UNGAR. **The boxing discourse in Late Georgian England. 1780-1820**, p. 8 Nos EUA, os primeiros boxeadores profissionais foram negros livres, como o célebre Bill Richmond, “The Black Terror” (1763-1829). BODDY. **Boxing**, p. 44. No Brasil, o boxe teria chegado por volta da década de 1910, com exibições de marinheiros europeus e é exatamente pelos trabalhadores ligados aos portos que surgem os primeiros lutadores do país. CARATTI, Jônatas. “Calçando as luvas”: primeiros comentários sobre a formação do boxe gaúcho (Porto Alegre, 1920) **Revista Latino Americana de História**. Vol. 1, nº 3, p. 508-524, março de 2012, p. 510.

16 BODDY. **Boxing**, p. 52.

17 SWIFT. **The hand-book to boxing**, p. 16-17.

18 “...os professores ou mestres dessa arte são, em sua maioria homens ignorantes, analfabetos, não inteligentes, que não conhecem a polidez ou a elegância na expressão. Sendo assim, todo o pugilista iniciado pode ter perda de tempo, grande despesa e um desagradável envolvimento com algumas das partes mais baixas e depravadas da comunidade; é uma arte burra de manobrar, sem um único termo de conhecimento técnico nem forma de julgar a si mesmo ou de aplicar [as técnicas] em seu antagonista no momento de teste de sua hombridade!” ANÔNIMO. **The complete art of boxing, according to the modern method...**, p. VI



is now become so fashionable, that some of the first personages in the kingdom are known to patronize it”<sup>19</sup>. Aos poucos, alguns aristocratas, mas principalmente membros das classes médias, passariam além de assistir e fazer apostas nas lutas, também praticá-las, o que levaria à transformações importantes no boxe, como o uso de luvas para treinamento e, depois, para a luta em si – essas questões serão discutidas adiante.

Pode-se localizar cronologicamente a primeira metade dos anos 1700 como o período em que, de maneira mais forte, parte dos trabalhadores, classes médias e nobreza britânica passaram a dividir aparentemente o mesmo apreço pelo boxe. Contudo, as redes de relações sociais construídas por eles estavam longe de possuir os mesmos sentidos ou a mesma equivalência em termos de influência social. Alguns membros da aristocracia, grandes comerciantes e representantes da *landed gentry* inglesa, através do patrocínio direto a lutadores, manutenção de arenas, *pubs* e gerenciamento de sistemas de apostas tiveram um peso decisivo nas transformações da prática do pugilismo. Soma-se ainda a influência política e jurídica direta dos mesmos, essencial a um tipo de espetáculo público que ainda sofria grande oposição de parte da sociedade, com acusações de incitar a violência e crimes<sup>20</sup>.

Junto aos discursos nacionalistas, afirmando o boxe como uma luta inglesa por excelência (face, por exemplo, a esgrima francesa e os punhais espanhóis), fonte de coragem e hombridade para a população, é inegável que o lucrativo negócio gerado pelas apostas dos *prize fighting* despertou o interesse de alguns para investirem em atletas, ringues, publicidade e notícias esportivas, além dos os mencionados bares.<sup>21</sup>

Kasia Boddy defende que as largas somas envolvidas nos sistemas de apostas (incluindo as premiações aos lutadores) foram motivadores essenciais para o surgimento das primeiras formas de codificação de regras às lutas de boxe.<sup>22</sup> De fato, é um indicativo importante que entre os sete artigos das regras de Jack Broughton (1703/04-1789), divulgadas em 1743 e tidas como a primeira tentativa de fixar o que era permitido ou proibido na arena de boxe, um tratado diretamente da divisão do dinheiro entre os lutadores, que deveria ser feita sobre o ringue, às

19 “A ciência do Boxe tornou-se agora tão elegante, que alguns dos principais personagens no reino são conhecidos por patrocíná-lo”. *The complete art of boxing, according to the modern method...*, p. V.

20 “esta aparência de igualdade e sua retórica igualitária não se sustenta; o boxe foi de fato baseado em um sistema de patrocínio com uma clara estrutura hierárquica”. UNGAR. *The boxing discourse in Late Georgian England. 1780-1820*, p. 27-28.

21 BODDY. *Boxing*, p. 29 Os jogos e lutas de apostas eram extremamente populares na Inglaterra da época; além do boxe, as brigas de galo também frequentemente vinculavam-se às tavernas e faziam circular muito dinheiro. Ver MIDDLETON, Iris. Cockfighting in Yorkshire during the early eighteenth century *Northern History*. Vol. 40, p. 129-146, 2003.

22 BODDY. *Boxing*, p. 29.



vistas de todos (Regra V).<sup>23</sup>

Pode-se imaginar a frequência das discordâncias quanto ao andamento justo e ao resultado das lutas, com a consequente exaltação dos ânimos de apostadores e apoiadores de tal ou qual competidor, através de regras que hoje pareceriam desnecessárias de serem explicitadas. Por exemplo, Broughton faz questão de destacar a proibição de outras pessoas permanecerem no ringue ao iniciar-se a luta.<sup>24</sup> Ou ainda: excetuando nocautes evidentes, somente o próprio técnico (“*Second*”) do boxeador (e não o técnico adversário ou qualquer outra pessoa) poderia anunciar que ele não teria mais condições de lutar.<sup>25</sup>

O apoio financeiro e político de segmentos mais abastados da sociedade parece ter sido decisivo para o boxe naquele momento, sendo praticamente um consenso entre autores dos séculos XVIII e XIX – incontestados por pesquisadores atuais – a existência de “ondas” de ascensão e declínio do prestígio social do pugilismo na Inglaterra entre nobres e classes médias. Essas alternâncias abruptas ocorreriam ao longo dos 1700 e seriam mais estabilizadas a partir dos anos 1800.

Após a ascensão inicial de 1710-1740, o primeiro vale surgiria entre as décadas de 1750 e 1780, com início marcado pela derrota de Jack Broughton para Jack Slack (??-1768) em 10 de abril de 1750, cegado temporariamente por um soco entre os olhos após 14 minutos de luta. O Duque de Cumberland (1721-1765) (Príncipe William Augustus, filho do rei George II), patrono de Broughton, assistiu a luta:

The Duke of Cumberland, his stanch supporter upon all occasions, never could speaks of this transaction with any degree of temper, declaring, that *he* [Broughton] *had been sold*, and nothing could persuade him to the contrary, being só firmly persuaded that *Broughton* was every way so superior to *Slack*. His Royal Highness instantly turned his back upon him, and, by the interference of the Legislature, his Amphitheatre was shut up. *Broughton* never fought again<sup>26</sup>.

---

23 BROUGHTON, J. Broughton Rule's In: GRASSO. **Historical dictionary of boxing**, p. 497. Inicialmente feitas para seu próprio *Amphitheatre*, sua escola de pugilismo, as regras do boxeador Jack Broughton chegaram também a ser usadas em outros ringues até a publicação das mais detalhadas e universais *London Prize Ring Rules*, da *Pugilistic Society*, em 1838.

24 Artigo III: “[...] Everybody is to quit the Stage as soon as the Champions are stripped, before the set to”. BROUGHTON. Broughton Rule's In: **Historical dictionary of boxing**, p. 497.

25 Artigo IV: “That no Champion be deemed beaten, unless he fails coming up to the line in the limited time, or that his own Second declared him beaten.” BROUGHTON. Broughton Rule's In: GRASSO. **Historical dictionary of boxing**, p. 497.

26 “O Duque de Cumberland, seu partidário em todas as ocasiões, nunca mais falaria dessa relação com qualquer grau de calma, declarando que ele [Broughton] fora vendido e nada poderia convencê-lo do contrário, estando firmemente convencido de que Broughton era em todos os sentidos superior a Slack. Sua Alteza Real imediatamente virou as costas para ele, e, por interferência do Legislativo, seu Anfiteatro foi fechado. Broughton nunca lutou novamente.” EGAN. **Boxiana**, p. 59. Ver ainda BODDY. **Boxing**, p. 37 e ANÔNIMO. **The complete art of boxing, according to the modern method...**, p. 79.



Aos olhos atuais, a situação particular de um nobre, contrariado por uma derrota de seu protegido, ser capaz de iniciar o declínio do boxe por décadas na Inglaterra pode parecer exagero. Entretanto, é necessário levarmos em conta que a situação social do pugilismo até o século XIX era extremamente instável, abalada constantemente pelas disputas entre apoiadores e detratores, travadas seja no plano intelectual – com debates através de artigos nos jornais, livros, palestras e discursos – e também político, especialmente entre legisladores e magistrados.

Os autores dos manuais dos séculos XVIII e XIX citados nessa pesquisa ocuparam-se da defesa da prática do boxe na Inglaterra e EUA utilizando-se dos argumentos da promoção da coragem, de uma alternativa menos violenta para resolverem-se disputas que o duelo armado, um meio eficaz de autodefesa nas ruas, e, a partir dos 1800 (mas de forma mais evidente no século XX) um exercício físico para a promoção da saúde. Os questionamentos a essas ideias enfatizavam o “barbarismo” das *prize fighting*, impensável em países já civilizados. Soma-se o incentivo à violência e à falta de vontade de trabalhar, o vício em apostas e outros problemas relativos a crimes ocorridos nos eventos, como furtos e assaltos.<sup>27</sup> Destaca-se nesses últimos argumentos a ênfase nas origens populares do boxe, surgido entre “tribos de vagabundos”, “preguiçosos”, “ladrões” e “iletrados”<sup>28</sup>.

Com esses embates e a inexistência de leis que regulamentassem as *prize fighting*, seja proibindo ou garantindo o direito a sua realização, aqueles que sobreviviam da crescente rede econômica que passou a envolver o boxe ou simplesmente o apreciavam, buscavam apoio pessoal, moral e político, em figuras influentes da magistratura e do corpo legislativo de Londres. A dedicatória de algumas obras a determinados membros da nobreza inglesa demonstra-nos parte desse jogo extremamente instável, como percebemos no ocorrido entre o Duque de Cumberland e Jack Broughton.<sup>29</sup>

Após esse evento, ainda seguindo certo consenso historiográfico nas obras consultadas, o boxe só retomaria mais evidência social entre as classes abastadas – e, com isso, retomaria a rede

---

27 Entre os registros dessas vozes de oposição, podemos citar a carta do Reverendo Edward Barry aos deputados britânicos em 1789 (BARRY, Edward. *A letter on the practice of boxing, addresses to the King, Lords and Commons*. London: A. Grant/J. Bew/ Smith & Co., 1789.) e o discurso de William Vasey em um debate público em 1824. (VASEY, William. *Remarks on the influence of pugilism on morals...* Newcastle: T&J Hodgson, 1824).

28 VASEY. *Remarks on the influence of pugilism on morals...*, p. 12 e 5. Não nos aprofundaremos na discussão conceitual por afastar-se da problemática principal do artigo, mas podemos pensar tais relações de transformação social do boxe, em que sua prática “científica” envolvendo sentidos de eliminação da violência mais crua e do “barbarismo” através de regulamentação e promoção do autocontrole dos lutadores, como parte de um “processo civilizador” mais amplo da sociedade inglesa da época, no estreio das considerações de Norbert Elias. ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. (2 vol).

29 Ver, por exemplo, a dedicatória de Owen Swift de seu livro ao Marquês da Normandia (SWIFT. *The hand-book to boxing*, p. 3) e de Pierce Egan ao Lorde Panmure (EGAN, Pierce. **Every Gentleman's Manual: a lecture on the art of self-defense**. London: Flintoff, 1851, p. III (dedicatória originalmente escrita em 1845).

econômica de negócios, trabalho e serviços gerada pelos espetáculos das *prize fighting*, bem como o prestígio social de seus praticantes e apreciadores – com o destaque de um novo paradigma de lutador, representado particularmente por Richard Humphries (1760-1827).<sup>30</sup> Para Pierce Egan, autor de uma das primeiras obras historiográficas mais abrangente sobre o boxe moderno, *Boxiana*, publicada originalmente em quatro volumes entre 1813 e 1824, a luta de Humphries contra Samuel Martin (??-??) em 3 de maio de 1786 foi o gatilho para a saída do boxe do ostracismo após a derrota de Broughton em 1750.<sup>31</sup>

Egan apresenta-nos seus motivos para eleger aquele combate como estopim de um novo período de ascensão do boxe entre os círculos de poder econômico e político da sociedade britânica, e o destaque dado aos epítetos dos lutadores já nos revela alguns dos caminhos de sua trama narrativa. O grande vencedor é Richard Humphries, “O Boxeador Cavalheiro” (“*the Gentleman Boxer*”), vitorioso sobre Martin, “o Açougueiro de Bath” (“*the Bath Butcher*”).

Com uma estratégia eficiente de bloqueios com o braço esquerdo e golpes poderosos com a direita, que visava pontos objetivos como o plexo solar e a região sob as orelhas, Humphries encantou o Príncipe de Gales (futuro Albert VII), o Duque de York, o Duque de Orleans e vários nobres franceses, especialmente por “his genteel appearance and behaviour. Richard was a remarkably graceful boxer, and his attitudes were of the most elegant and impressive nature”<sup>32</sup>.

A capacidade intelectual e o comportamento elegante de Richard Humphries manifestava-se nos ringues, afirmavam seus admiradores, pela compreensão técnica do boxe como uma *ciência* e não simplesmente como um jogo de força ou violência animalesca. Ao recuarmos cronologicamente, percebemos que características correlatas – técnica e ciência como reveladoras de uma conduta moral e social distinta – eram evocadas desde a primeira “onda” dos anos 1710-40 para justificar o sucesso dos melhores lutadores. Seus adversários, em contraste, seriam brutos e bárbaros, representantes típicos de classes trabalhadoras.

Tal discurso é verificado desde aquele primeiro manual de pugilismo publicado, em 1747, *A treatise upon the useful science of defence*, do Capitão John Godfrey. Nele podemos verificar o que

30 Não há um consenso na documentação sobre a grafia do nome do boxeador, sendo em algumas obras transscrito como “Humphreys” e outras “Humphries”.

31 EGAN. **Boxiana**, p. 103. Um livro anterior a *Boxiana* sobre a história do boxe a partir do século XVIII é *Pancretia, or a History of pugilism*, publicado por W. Oxberry, em, pelo menos, 1812 (não encontrei edições anteriores), mas de muito menor sucesso.

32 “sua aparência e comportamento distintos. Richard era um boxeador notavelmente gracioso e suas atitudes eram da mais elegante e impressionante natureza.” EGAN. **Boxiana**, p. 104 e 109.



passaria a ser um mote do boxe moderno: “a arte/ciência supera a força”<sup>33</sup>. A pura experiência de luta é insuficiente ao pugilista se ele não for capaz de compreender e aplicar a *teoria* inerente às estratégias de combate. Este é o motivo pelo qual Thomas Fewtrell, em seu livro de 1790, afirma que o boxe permaneceu em decadência por décadas após a derrota de Jack Broughton.

The misconduct of its professors also gave a mortal wound to pugilism; intoxicated with popular applause, and confident of success in contests with the ignorant, they rashly took every occasion to quarrel, and thus formed a distinct and noxious class of beings in society. [...] Their *practice* was indeed great, but *theory* was a word with which they were completely unacquainted<sup>34</sup>.

Em concordância, Anônimo acusa a maioria desses boxeadores de apenas

pretended to great skill in the science of bruising, but were for the most part a set of drunken, dissipated, idle fellows [...] None better than hardy labourers or handy-craftsmen, for although most of them could bear a considerable share of beating, yet none were sufficiently skilled in the art<sup>35</sup>.

Os sentidos elaborados pelos termos “ciência” ou “arte” do pugilismo (ou *self-defence*) unem não só aspectos do conhecimento técnico do boxe, mas igualmente uma conduta moral dentro e fora das arenas. Ambos aspectos associados à qualidade geral do lutador eram tidos como necessários para ele ser vitorioso, *superior* a adversários brutos e ignorantes, aqueles que não conseguiam desvincilar-se de uma cultura social tida como baixa. Tal não seria a perplexidade, seguida de insuperável ressentimento, do Duque de Cumberland ao ver seu educado e “grande mestre da ciência” Broughton ser derrotado em poucos minutos por um desconhecido açougueiro?<sup>36</sup>

Sintetizando a discussão até aqui, pode-se considerar as transformações sofridas pelo boxe a partir dos anos 1700 como a elaboração de novos sentidos para a prática. Estes novos sentidos, voltados a um ideal de *ciência* (ou *arte*, que neste caso são tratados quase como

---

33 GODFREY. *A treatise upon the useful science of defence, connecting the small and back-sword...*, p. 46. A obra de Godfrey traz um primeiro capítulo sobre o sabre e espadim e, em seguida, sobre o boxe.

34 “A má conduta de seus professores também causou uma ferida mortal ao pugilismo; embriagados com o aplauso popular e confiantes de sucesso em disputas com os ignorantes, eles rapidamente transformavam todas as ocasiões em briga, formando assim uma classe distinta e nociva de seres na sociedade. [...] Sua *prática* era realmente grande, mas *teoria* era uma palavra que eles desconheciam completamente.” FEWTRELL, Thomas. *Boxing reviewed; or, The science of manual defence, displayed...* London: Scatcherd and Whitaker/Faulder/Champante and Whitrow, 1790, p. 44-45.

35 “fingiam grande habilidade na ciência dos golpes, mas eram em sua maior parte um conjunto de bêbados, falastrões, ociosos [...] Nada mais que trabalhadores braçais ou artesãos, pois embora a maioria deles pudesse suportar uma parcela considerável de castigo físico, nenhum era suficientemente habilidoso na técnica.” ANÔNIMO. *The complete art of boxing, according to the modern method...*, p. 79-80, 85.

36 Elogio a Broughton de ANONIMO. *The complete art of boxing, according to the modern method...*, p. 78. Pierce Egan registra uma única luta anterior importante de Jack Slack, contra George Taylor, no mesmo ano de 1750, na qual foi derrotado. EGAN. *Boxiana*, p. 61.



sinônimos), são construídos junto a novas redes de relações sociais, estabelecidas pelos indivíduos direta ou indiretamente envolvidos com o pugilismo. São relações que dão-se por meio de diálogos e embates – mais ou menos intensos de acordo com a situação, mas predominantemente desiguais – que podem aqui ser compreendidos como questões de classe, cultura, debates éticos/intelectuais e mesmo concorrência comercial e disputas político-institucionais na sociedade.

Nos próximos segmentos desse artigo, será discutido com mais precisão como o sentido de “ciência”, construído para o boxe entre os séculos XVIII e XIX, pode ser compreendido através das formas da prática da luta em si. Primeiro através dos diferentes conjuntos de regras – as delimitações do que o boxeador poderia ou não fazer no ringue – a partir dos primeiros artigos de Jack Broughton, de 1743, até o código atribuído ao Marquês de Queensberry, publicado em 1867. Em seguida, ainda junto aos sentidos desse processo de “cientifização”, será discutido como transformaram-se algumas de suas técnicas (o *round blow* e o *wrestling* em geral) e estratégias de luta (a movimentação do lutador na arena, a busca ou não pelo nocaute e o uso ou não de luvas).

### **A Construção de um boxe científico: nova ética na regulamentação das lutas**

Foi discutido como durante os séculos XVIII e XIX os debates a respeito do valor moral e pertinência social das *prize fighting*, e da prática do boxe de forma geral, foram intensos.<sup>37</sup> Para seus defensores, sejam através de artigos de jornais, palestras, debates públicos ou brochuras, os argumentos contra as acusações comuns de “barbarismo” e “violência” sustentavam-se, sobretudo, no comportamento de determinados campeões fora e *dentro* das arenas.

Sucessivos sistemas de regras foram sendo elaborados para que esses comportamentos tornassem-se padronizados institucionalmente a todos os lutadores, entre outros motivos, como tentativas indiretas de resposta àqueles ataques sofridos. Foi um processo que Kasia Boddy considera uma representação de “the great Enlightenment project of systemization and law-making thus extended to pugilism”; afirmava-se a possibilidade de um boxe científico, racional, justo e civilizado através da codificação de seus regulamentos.<sup>38</sup> Este é o tema tratado a seguir.

“The brutal practice of boxing” em *prize fighting*s incentivaria a insensibilidade dos espectadores frente a morte e ao sofrimento alheio. “A crowd, accustomed to a similar displayed

---

37 Debates que ainda existem hoje para o próprio boxe e, devido a sua expansão no *show business* do mundo das lutas, o MMA. Ver PAIVA, Lenadro. Consenso médico sobre o MMA: baseado em evidências? In: \_\_\_\_\_ **Olhar clínico nas lutas, artes marciais e modalidades de combate**. Manaus: OMP, 2015.

38 “o grande projeto Iluminista de sistematização e elaboração da lei estendeu-se assim ao pugilismo”. BODDY. **Boxing**, p. 29.



wantonness, *must* [...] grow callous to human suffering, and thirst for scenes of additional barbarity”<sup>39</sup>. São alguns exemplos de acusações à prática do boxe. É importante destacar, entretanto, que esse tipo de conflito social sob um discurso moralizante não se dirigia exclusivamente ao pugilismo, mas também a jogos apreço popular como as brigas de galo e as *bull-baiting*<sup>40</sup>.

Exatamente em defesa a essas acusações evocavam-se os exemplos de Jack Broughton, Daniel Mendoza e, com destaque, Richard Humphries.<sup>41</sup> Refinamento e eficiência técnica, inteligência e capacidade estratégica demonstrados nas lutas ganharam sentidos indissociáveis de uma ética e refinamento social. O domínio da *ciência* do boxe representaria todo esse conjunto de características, que passaria a ser evocado como um sentido geral para o pugilismo e não apenas como valores individuais de alguns lutadores. O estabelecimento de conjuntos de regulamentos passaram, ao longo dos séculos XVIII e XIX, a tentar controlar atitudes consideradas mais sanguinárias e incivilizadas no boxe, com a disciplinarização da área de combate, a violência controlada, a justiça nos julgamentos dos resultados e o incentivo ao decoro geral dos pugilistas.

Foram expostos anteriormente alguns elementos das regras do Anfiteatro de Jack Broughton, de 1743, que, apesar de limitadas em detalhes e abrangência, foram consideradas a primeira tentativa de regulamentação de uso geral nas *prize fighting*. Tratava-se apenas de sete artigos, que tiveram grande influência na época e no século seguinte não exatamente por seu conteúdo, mas muito mais como exemplo inicial de um modo de “civilizar” o boxe. Tal é o tom de Owen Swift que, em 1840, compara a situação dos arredores de Londres com outros condados ingleses e Irlanda:

In our northern counties, where boxing is imperfectly understood, the law of the ring unknown, the fight up and down: that is when one gets the other down, the one who is uppermost throttles, kicks, or jumps on the one down, till he has killed or disabled him. This, too, is pretty much the case in Ireland,

39 “A prática brutal do boxe”, “Uma multidão, acostumada a uma semelhante despreocupação exibida, deve [...] crescer insensível ao sofrimento humano e sede de cenas de barbaridade adicional.” Respectivamente BARRY. **A letter on the practice of boxing, addresses to the King, Lords and Commons**, p. 6 e VASEY. **Remarks on the influence of pugilism on morals...**, p. 15.

40 UNCAR. **The boxing discourse in Late Georgian England. 1780-1820**, p. 22. A *bull baiting* era uma espécie de luta entre um touro (que muitas vezes era amarrado ao chão com uma corda) e um grupo de cães, que buscavam mordê-lo nas orelhas, pESCOço e narinas; o *bulldog* inglês era a raça preferida para essa prática.

41 Daniel Mendoza (1764-1836), conhecido como “o Judeu” (“the Jew”). Ganhou celebridade com uma sequência de três lutas contra Humphries entre 1788 e 1790, tendo perdido a primeira e vencido as seguintes. O estilo de luta de Mendoza era extremamente inovador, com intensa movimentação e esquivas seguidas de golpes rápidos e *wrestling*, em uma época em que o formato padrão das lutas era mais estático, com os pugilistas parados demonstrando resistência aos socos do adversário. Foi por isso, ao longo dos anos 1700 diversas vezes chamado de covarde, acusação cessada apenas quando sua forma de lutar se disseminaria, tornando-se um novo padrão para o boxe. Ver FEWTRELL. **Boxing reviewed; or, The science of manual defence, displayed...**, p. 78; ANÔNIMO. **The complete art of boxing, according to the modern method...**, p. 88-89 e EGAN. **Boxiana**, p. 105-108.



and, indeed, all over the world, except in those parts of England where regular boxing is in use<sup>42</sup>.

Uma preocupação central de Jack Broughton foi demarcar claramente os limites da movimentação e ação no espaço de luta “to prevent disputes”, em suas palavras.<sup>43</sup> Além do destaque, mencionado anteriormente, a quem poderia permanecer na área de combate (Regra III), Broughton padronizou marcações em sua superfície, com um quadrado de mais ou menos um metro (um *yard*), onde se posicionariam os lutadores no início da luta, definindo que, caso derrubados, deveriam tentar se recuperar em até 30 segundos (podendo ser ajudados por seu *Second*) e retornar de pé ao quadrado (Regras I e II). Broughton cria um espaço mais controlado, onde apenas o lutador, seu técnico e ele mesmo – lembrando que eram inicialmente regras de um Anfiteatro particular –, que poderia subir ao tablado “to keep decorum” (Rule III).<sup>44</sup>

Sobre a luta propriamente dita, as regras de 1743 impuseram limites importantes a ações que passaram a ser compreendidas como desleais ou inadequadas ao boxe que se construía, sendo hoje impedimentos considerados “óbvios” por nós. Estaria proibido acertar o adversário caído ou ajoelhado e agarrá-lo pela perna, calças ou qualquer parte abaixo da cintura (Regra VII). A divisão dos lutadores em categorias de peso só seria criada três anos depois, em 1746, por apostadores das *prize fighting* em busca de uma equidade que passou a ser vista como justa e favorável às apostas. Adaptada de classificações de cavalos, os pugilistas passaram a ser divididos em leves, médios e pesados.<sup>45</sup>

As regras de Broughton, entretanto, ainda eram vagas em muito pontos, deixando lacunas para serem preenchidas por consenso em cada evento. Quase um século depois, com a crescente expansão do boxe profissional na forma das *prize fighting*, a *Pugilistic Society* – organização fundada pelo ex-campeão John Jackson, com sede em Londres, que existiu entre 1814 e 1861 – organizou o primeiro conjunto de regras realmente com a intenção de uso universal na Inglaterra (seria usado também nos EUA). As *London Prize Ring Rules* foram publicadas em 1838 e seriam revisadas e ampliadas em 1853.<sup>46</sup>

42 “Em nossos condados do norte, onde o boxe é imperfeitamente compreendido, a regra do ringue é desconhecida, a luta ocorre acima e abaixo: isto é, quando se lança o outro para baixo, aquele que está de pé estrangula, chuta ou salta no que está baixo, até que ele esteja morto ou desabilitado. Este também é bem o caso na Irlanda, e, de fato, em todo o mundo, exceto nas partes da Inglaterra onde o boxe regular está em uso.” SWIFT. **The hand-book to boxing**, p. 6.

43 “para evitar controvérsias”. Expressão utilizada nas Regras II e VI.

44 “para manter o decoro”.

45 BODDY. **Boxing**, p. 29.

46 LONDON PRIZE RING RULES, 1838 In: DOWLING, Vincent. **Fistiana**; or Oracle of the Ring... London: W. Clement, 1841 e REVISED LONDON PRIZE RING RULES In: GRASSO. **Historical dictionary of boxing**. Em resumo, a revisão deu mais poderes de decisão ao juiz central (“*Referee*”) face seus auxiliares (“*Umpire*”) (Regra



A primeira versão contava com 23 artigos e a segunda, 29. Destacam-se nessas regras proibições diretas a vários tipos de golpes e manobras, como mordidas, arranhões e dedos nos olhos (“gouging”) (Regra 16), além da cabeçada (Regra 13), chutes e também o impedimento do lutador cair sobre o adversário no chão (Regra 17). Longe de serem proibições aleatórias, as manobras excluídas pelas *London Prize Ring Rules*, usuais no boxe “popular” do passado, haviam ganhado desde o século XVIII o sentido de práticas incivilizadas de luta, caras às “classes inferiores” e aos “selvagens”.

Thomas Monstrey (1824-1901), mercenário dinamarquês e posterior instrutor de vários sistemas de combate armado e desarmado nos EUA, por exemplo, ao discutir sobre a autodefesa e as “armas naturais” do ser humano, afirma:

The savage has no idea of their capacities for anything but grasping and scratching, just as he has no idea of self-defense beyond the cumbersome expedient of the shield. The educated gentleman, who has trained his body as well as his mind, know that he possesses three natural weapons, each of which is terrible in its way – his head, his fist, his foot. The only one of these which is thoroughly and instantly available at all times, with the minimum of danger to the user, is the fist...<sup>47</sup>

Agarramentos, mordidas, arranhões, derrubadas, lutas no chão e chutes que Monstrey resume como “Rough-and-tumble fight”, são típicos de garotos de escola, homens do campo, classes criminosas, açougueiros e provincianos.<sup>48</sup> Lutadores do *savate* francês usam muitos chutes, mas, em sua visão, “kicking is a poor way of fighting against a man who knows how to counteract it”<sup>49</sup>. Já as cabeçadas, os únicos que conseguiriam utilizá-las cientificamente são os dinamarqueses, mas seria uma manobra fácil de defender; o estilo de luta dos negros consiste em tentar cabeçadas no estômago do adversário, porém, “there is no science in him”, concluindo-se que “negroes do not fight”<sup>50</sup>.

Em uma mesma direção, as palavras do boxeador norte-americano Ira Wood Jr. (??-??),

---

12, 21, 22); implementou uma multa para técnicos que se aproximasse dos lutadores durante o combate (Regra 7); deu detalhes do resultado das apostas caso a luta fosse interrompida (Regra 23); regulamentou saídas da área pelo lutador (Regras 24 e 26) e pedidos de objeção (Regra 25); aclareceu sobre a punição por uso de objetos escondidos nas mãos dos lutadores (Regra 27) e deu ao juiz o poder de encerrar o assalto caso um lutador ficasse em posição de risco (“por estrangulamento ou apoplexia”) nas cordas (Regra 28).

47 “O selvagem não tem ideia de suas capacidades para além de agarrar e arranhar, assim como ele não tem ideia de autodefesa além do desajeitado expediente do escudo. O cavalheiro educado, que treinou seu corpo, bem como sua mente, sabe que ele possui três armas naturais, cada um dos quais é terrível a sua maneira - a cabeça, o punho, o pé. O único destes que é completamente e instantaneamente disponível em todos os momentos, com o mínimo de perigo para o usuário, é o punho...” MONSTERY. **Self-defense for gentlemen and ladies**, Capítulo IX, p. 1.

48 \_\_\_\_\_. **Self-defense for gentlemen and ladies**, Capítulo IX, p. 2.

49 Tradução: “chutar é uma forma pobre de lutar contra um homem que saiba como reagir.” MONSTERY. **Self-defense for gentlemen and ladies**, Capítulo IX, p. 3.

50 “não há ciência nele”, “negros não lutam”. \_\_\_\_\_. **Self-defense for gentlemen and ladies**, Capítulo IX, p. 10 e 9 respectivamente.



em um manual publicado em 1901, são diretas: “fighting certainly belongs to the lower orders of society today as it always has done, but sparring [o exercício controlado do boxe] is quite as much of a gentlemanly as accomplishment as fencing, and one that is calculated to be more useful.”<sup>51</sup> Completando com a afirmação de que “savage nations have never been renowned as boxers”, pois para isso é preciso ter autocontrole (“self-control”).<sup>52</sup>

O último grande conjunto de regras para o boxe no período abarcado aqui, ainda sob a abrangente rede de sentidos sociais do pugilismo enquanto ciência, foram as famosas Regras do Marquês de Queensberry.<sup>53</sup> Na realidade, redigidas por John Graham Chambers (1843-1883), esportista e entusiasta do boxe, em 1865, os 12 artigos ganharam o nome do Marquês como uma homenagem a um apoiador aristocrata e busca de credibilidade através de sua posição social, sendo publicados dois anos depois. As regras de Queensberry não eram um novo código autônomo para o boxe, mas um complemento e mudanças específicos para a versão revisada da *London Prize Ring Rules*; os casos não mencionados naquelas, continuavam sendo regulamentadas pelo código de 1853.<sup>54</sup>

Apesar de seu caráter de “apêndice” das regras anteriores, os novos artigos trouxeram inovações realmente transformadoras para a forma de praticar-se o boxe. Serão discutidas três dessas mudanças na próxima parte deste texto: mudanças nas estratégias de luta, junto ao novo limite de 10 segundos para o nocaute (Regra 4); o uso dos *round blows* (golpes circulares), favorecidos pela obrigatoriedade do uso de luvas (Regras 8 e 9); o fim das manobras de *wrestling* (agarramentos e derrubadas) no boxe profissional (Regra 2).

### **Três exemplos de transformações técnico-sociais no boxe: estratégias de combate, *round blows* e *wrestling***

A seguir são apresentadas algumas dessas transformações, destacando sempre suas interações com as mudanças mais amplas nas relações sociais, conforme problematizado anteriormente. Inicialmente, as diferenciações nas *estratégias de combate* dos boxeadores.

51 “lutar certamente pertence às ordens inferiores da sociedade hoje como sempre foi, mas *sparring* [o exercício controlado do boxe] é realmente uma prática tão cavalheiresca quanto a esgrima e é deliberadamente mais útil.” WOOD JR., Ira. **Boxing for skill and health.** New York: Physical Culture Publishing Co, 1901, p. 10.

52 “nações selvagens nunca foram conhecidas como boxeadoras”. **Boxing for skill and health.**, p. 10.

53 MARQUESS OF QUEENSBERRY RULES In: GRASSO. **Historical dictionary of boxing**, p. 503. Ainda surgiram no século XIX alguns códigos que acrescentariam ou modificariam detalhes específicos para novas associações surgidas na Inglaterra e EUA. É o caso da *Amateur Boxing Association Rules* (em ALLANSON-WINN, Rowland. **Boxing**. London: A. D. Innes & Co, 1897, p. 360-363) e da *American Fair Play Rules* (DORAN, Bart. **Doran's science of self-defense**. Cincinnati: Press of Shiffer, 1889, p. 107); ambas, porém, mantendo sua base nas regras de Queensberry.

54 Regra 12. MARQUESS OF QUEENSBERRY RULES. In: GRASSO. **Historical dictionary of boxing**, p. 503.



### *Estratégias de combate*

Atualmente, pensando em uma luta esportiva ideal, provavelmente virá à mente das pessoas um encerramento da disputa com o nocaute de um dos contendores (ou, com o advento do MMA a partir da década de 1990 a “finalização” por desistência, conforme a acomodação do esporte à forma de lutar do jiu-jitsu Gracie).<sup>55</sup> Quando essa situação esperada não ocorre, o espectador que se contentar (com certo desapontamento!) com uma contagem de pontos, na qual privilegia-se o lutador que demonstrou mais efetividade em seus golpes.

Entretanto, é preciso considerar que uma luta, seja esportiva, em uma situação de autodefesa e mesmo em um conflito bélico, os significados da “vitória” e de como chegar a ela são elaborados distintamente de acordo com as relações sociais envolvidas. Nem sempre sua conquista advém da eliminação do oponente. No boxe a icônica imagem do pugilista vitorioso após um cruzado de direita no queixo do adversário, deixando-o inconsciente no chão, não era comum antes da segunda metade do século XIX. Longe disso, até essa época a estratégia de luta dominante entre os boxeadores visava muito mais exaurir gradativamente as forças do outro que eliminá-lo o mais rápido possível.

Como enfatizado nessa pesquisa, as técnicas de um modo de luta transformam-se em meio a mudanças de valores sociais, o que não deixa de ocorrer sem conflitos e desentendimentos. Os grandes lutadores do período inicial da ascensão do boxe inglês, como Jack Broughton, construíram-se como pugilistas e ajudaram a construir uma prática do boxe carregada de valores bem quistos pela aristocracia e classes mais ricas inglesas: o refinamento, a inteligência e a coragem, por exemplo. Estas características encarnavam-se em uma forma “científica”, “eficiente” e, em uma palavra, “correta” de se lutar.

Em um tratado publicado provavelmente em 1788, o escritor Henry Lemoine (1756-1812) dá-nos uma interessante descrição do estilo de luta de Broughton: “When he faced his antagonist, he stood square, with his legs even, and stopped and struck equally well with either hands. Sometimes his method was to catch blows with his open hand, and to change his guard, by which he frequently threw his antagonist from his”<sup>56</sup>.

---

55 CAIRUS, Jose. *The Gracie Clan and the Making of Brazilian Jiu-Jitsu: National Identity, Culture and Performance, 1905 – 2003*. 264f, Tese (Doutorado em Filosofia) – York University, Faculty of Graduated Studies, York, 2012, p. 95, 101, 131.

56 “Quando ele enfrentava seu antagonista, ele permanecia [em postura] reta, com as pernas idem, e bloqueava e batia igualmente bem com ambas as mãos. Às vezes, seu método era o de pegar golpes com a mão aberta e trocar de



A mencionada “postura reta” (ou “quadrada”) indica uma estratégia padrão dos boxeadores da “primeira onda” das *prize fighting*, entre os anos 1710 e 1750. Com uma estrutura firme, com as pernas abertas com os joelhos quase literalmente dobrados em ângulo reto, o lutador permanecia praticamente parado no ringue, trocando e bloqueando golpes. As esquivas e a movimentação como forma de finta e ajuste de distância em relação ao oponente (o “*footwork*”) era algo incomum.<sup>57</sup>

A partir daí podemos relacionar o perfil médio do boxeador da época, representado usualmente por açougueiros, ferreiros, carregadores, marinheiros e trabalhadores correlatos, que se adaptavam a esse tipo de luta (e construíam o boxe com essa característica), em que a resistência e força dos braços era fundamental.<sup>58</sup>

Quando Daniel Mendoza (1764-1836), chega ao cenário principal das *prize fighting* inglesas há um choque de valores frente a sua, então, estranha forma de lutar, baseada em grande parte em um trabalho de perfeito alinhamento corporal, movimentação e esquivas para acompanhar bloqueios e contra-ataques. Em suas próprias palavras, em um manual publicado em 1792, Mendoza destaca que o primeiro princípio do boxe “is to be perfectly master of the equilibrium of the body, so as to be able to change from a right to left-handed position; to advance or retreat striking or parrying; and to throw the body either forward or backward without difficult or embarrassment”<sup>59</sup>.

Daniel Mendoza diferenciou-se dos demais pugilistas de então por colocar a agilidade e os golpes rápidos como elementos centrais de sua estratégia de luta. Afirmava que “it is always better to avoid a blow by throwing the head and body back, at the same time covering the pit of the stomach, than to attempt to parry it”<sup>60</sup>. Ele teria também, nesse conjunto estratégico, aperfeiçoado o *half-arm bit* (retorno do golpe com o mesmo braço usado para defender) e o

---

guarda, com o que frequentemente arremessava seu antagonista de sua própria [guarda].” LEMOINE, Henry. **Modern manhood, or, The art and practice of English Boxing...** London: J. Parsons/ A. Cleugh/ J. Sudbury/ H. Lemoine, [1788], p. 58. Ver também FEWTRELL. **Boxing reviewed; or, The science of manual defence, displayed...**, p. 50.

57 LEMOINE. **Modern manhood, or, The art and practice of English Boxing...**, p. 58 e FEWTRELL. **Boxing reviewed; or, The science of manual defence, displayed...**, p. 34. BODDY. **Boxing**, p. 39. Ver também BODDY. **Boxing**, p. 39.

58 BODDY. **Boxing**, p. 26.

59 “É ter perfeita maestria do equilíbrio do corpo, de modo a ser capaz de mudar de uma posição destra para canhota, de avançar ou recuar golpeando ou aparando e de lançar o corpo para frente ou para trás sem dificuldade ou constrangimento.” MENDOZA, Daniel. **The art of boxing**. Dublin: M. O’Llary, 1792, p. 1-2.

60 “É sempre melhor evitar um golpe jogando a cabeça e o corpo para trás, ao mesmo tempo cobrindo a boca do estômago, do que tentar apará-lo.” MENDOZA. **The art of boxing**, p. 3.



*chopping* (golpe dado com as costas da mão).<sup>61</sup>

Entretanto, movimentar-se pelo ringue, esquivar-se e desferir contra-ataques rápidos foram mudanças que chocaram-se com os valores dados ao “boxe científico” daquele momento. Somado à discriminação por ser judeu (de origem portuguesa), Daniel Mendoza rapidamente foi acusado de ser fraco e covarde.<sup>62</sup> Apenas com o passar do tempo, especialmente após suas vitórias contra Humphries, o sentido de *covardia* para sua estratégia de luta seria gradativamente sobrepujado pelo de *elegância*, valor bem-aceito como um dos atributos cavalheirescos do boxe científico.<sup>63</sup> Com consciência disso, seu manual seria escrito retirando do boxe “any appearance of brutality to the learner, and reduced it into so regular a system, as to render it equal to fencing, in point of neatness, activity, and grace”<sup>64</sup>.

Uma segunda grande transformação na estratégia geral de luta no boxe surgiu e consolidou-se entre a segunda metade do século XIX e princípios do XX. Foi quando, a partir das regras do Marquês de Queensberry, de 1867, as luvas tornaram-se acessório obrigatório nos confrontos profissionais, tornando-se um padrão praticamente inquestionável a partir dos anos 1890, e o tempo de contagem para nocaute reduziu-se de 30 para 10 segundos.

Até então, as *prize fighting* e o boxe utilizado para autodefesa eram predominantemente praticados com as mãos nuas, ou em “*bare knuckle*”. Atribuiu-se a popularização (ou até a invenção) das *mufflers*, luvas finas e leves, a Jack Broughton como um equipamento de treinamento em seu *Amphitheatre*. Seu objetivo era claro: atrair cavalheiros para as aulas ao diminuir os riscos destes ganharem marcas e cicatrizes em seus rostos.<sup>65</sup> Em manuais do século seguinte, continuamos a encontrar instrutores anunciando o uso de luvas em seus ginásios como forma de tranquilizar potenciais alunos “as they are not apt to scratch the face or blacken the eyes...”<sup>66</sup>. Em síntese, argumentava-se que as luvas diminuíam a brutalidade e garantiam ao boxe um caráter civilizado.<sup>67</sup>

Como as demais mudanças na prática do pugilismo, conflitos de valores para sua prática

61 SWIFT. *The hand-book to boxing*, p. 17 e FEWTRELL, T. p. 24.

62 FEWTRELL. *Boxing reviewed; or, The science of manual defence, displayed...*, p. 77; ANÔNIMO. *The complete art of boxing, according to the modern method...*, p. 88-89 e EGAN. *Boxiana*, 1830, p. 253.

63 BODDY. *Boxing*, p. 39.

64 “qualquer aparência de brutalidade para o aprendiz e o reduzido a um sistema tão regular a ponto de torná-lo igual à esgrima em termos de nitidez, atividade e graça.”

65 UNGAR. *The boxing discourse in Late Georgian England. 1780-1820*, p. 24.

66 “como eles não são inclinados a arranhar o rosto ou enegrecer os olhos...” BENEDICT, George. *Manual of boxing, club swinging and manly sports*. New York/ Chicago: A. G. Spalding & Bros, [1886], p. 9.

67 O'REILLY. *Ethics of boxing and manly sport*, p. 5-6.

acompanharam o crescente uso de luvas nos treinamentos e, mais tarde, nas lutas profissionais.<sup>68</sup> Thomas Monstery, nos anos 1870, por exemplo, insistia em manter parte das aulas em sua escola de autodefesa sem luvas, enquanto Ned Donnelly, boxeador profissional, afirmou em 1879 que “a man who has boxed only with the gloves on, and has never had experience of a real fight, can be considered only as an amateur.”<sup>69</sup> E como uma das últimas vozes de questionamento, evocando claramente as diferenças entre o boxe como *esporte*, em completa ascensão, e um decadente boxe voltado à *autodefesa*, Allanson-Winn criticou em um livro de 1897 o, agora comum, uso das luvas como “escudo”. Para ele, estas deveriam ser um acessório para treino com menos riscos, mas ninguém deveria realizar no boxe algo que não funcionaria em um confronto real.<sup>70</sup>

Ao contrário do que se poderia supor, a padronização e obrigatoriedade do uso de luvas levou a um crescimento das vitórias conquistadas através de nocautes e de um dos lutadores caindo inconsciente no chão. Como descrito antes, nos tempos do *bare knuckle*, o boxeador mais habilidoso muitas vezes era quem levava o adversário ao esgotamento, mas

The five – or six – ounce gloves now used in professional contests in reality save the knuckles, and enable the hitter to continue the fight without that puffiness of the knuckles which, in the old days, resulted from repeatedly coming in contact with the harder portion of the adversary's head, and which rendered the hitting, at the close of many contests, quite ineffective<sup>71</sup>.

Diferente do que o cinema de artes marciais faz parecer, ao lutar de mãos desprotegidas a pessoa precisa preocupar-se com a segurança dos próprios punhos e dedos, muito facilmente trincados, luxados e fraturados ao chocarem-se contra o crânio, cotovelos e punhos do adversário. Os golpes tendem a ser mais contidos que ao usar-se luvas protetoras.<sup>72</sup>

O rápido acúmulo de traumas nas mãos abaixava a potência dos golpes dos pugilistas das

68 O norte-americano John Sullivan (1858-1918) foi considerado o primeiro campeão mundial, entre 1888 e 1889, na era de transição do *bare knuckle* para a luta com luvas. Sullivan foi um dos últimos a lutar profissionalmente nas duas situações.

69 “um homem que boxeou apenas com as luvas e nunca teve experiência de uma verdadeira luta, pode ser considerado apenas um amador.” DONNELLY, Ned. **Self-defence, or, The art of boxing.** London: Weldon & Co, 1881, p. V e MONSTERY. **Self-defense for gentlemen and ladies**, Parte 1, p. 33.

70 ALLANSON-WINN. **Boxing**, p. 143-144.

71 “As luvas de cinco ou seis onças usadas agora em confrontos profissionais na realidade pouparam os punhos e permitem que o atacante continue a luta sem que o inchaço dos punhos que, nos velhos tempos, resultava do repetido contato com a parte mais dura da cabeça do adversário, e que tornava o golpe, no fim de muitas competições, bastante ineficaz.” ALLANSON-WINN. **Boxing**, p. 144.

72 O mesmo desafio ao senso comum ocorre com o protetor de cabeça almofadado (sem grades), introduzido no boxe olímpico em 1984. Apesar de ter ajudado a reduzir os cortes no rosto devido à fricção do couro das luvas, o uso desse protetor aumentou a porcentagem das lutas terminadas antes do tempo (por nocaute ou incapacitação) de 17,3% para 21,8%. A hipótese para esse fenômeno é que os lutadores, sentindo-se mais protegidos, tornaram-se mais descuidados com a guarda. BIANCO, Massimiliano; LOOSEMORE, M. et. al. Amateur boxing in the last 59 years. Impact of rules changes on the type of verdicts recorded and implications on boxers' health **British Journal of Sports Medicine**. London, nº 47, p. 452-457, 2013, p. 455.



antigas *prize fighting*, diminuindo, assim, as chances de nocaute.<sup>73</sup> O combate transformava-se em uma luta de resistência aeróbica e aos ferimentos (hoje) “secundários” - característica reforçada pelo maior tempo permitido para a recuperação do lutador, 30 segundos, em relação aos 10 segundos da regra de Queensberry.

Com tudo isso, a estratégia geral de luta tendia a ser bem diferente das surgidas em fins do século XIX e início do XX, desfavorecida ou até tornada impossível pelas luvas. Os lutadores do *bare knuckle* buscavam pontos muito específicos para golpear, como a pequena região entre as sobrancelhas ou abaixo das orelhas e o próprio conhecimento da anatomia humana era evocado como parte da ciência do boxe.<sup>74</sup> Mais do que o queixo ou o rosto – regiões mais arriscadas para os punhos de um boxeador sem luvas em um golpe mais potente -, o plexo solar (ou celíaco) era um dos locais preferidos para incapacitar um oponente.<sup>75</sup> Em uma manobra impensável hoje, Richard Humphries buscava sempre atingir os punhos de seu adversário com seus cotovelos.<sup>76</sup>

Em suma, as transformações do boxe acompanhadas pelas regras do uso das luvas e da diminuição do tempo de recuperação do pugilista carregam ambiguidades importantes. As lutas tornaram-se mais rápidas e dinâmicas para os espectadores, entretanto, a alegada busca por um sentido mais forte de “civilização” e diminuição da violência através das mencionadas regras, terminaria, na prática, a levar à contusões mais sérias, com a ampliação dos golpes na cabeça desferidos com maior potência.<sup>77</sup>

### *Round blows*

Também relacionado à padronização e gradativo uso geral das luvas após as regras de Queensberry, de 1867, uma segunda mudança importante na prática do boxe durante o período discutido foi o advento gradual dos chamados *round blows*, ou “golpes circulares”. Tais golpes incluem variações de ganchos, *swings* e *uppercuts*, hoje comuns no boxe e outras modalidades de

---

73 ALLANSON-WINN. **Boxing**, p. 144.

74 GODFREY. **A treatise upon the useful science of defence, connecting the small and back-sword...**, p. 50-51.

75 GODFREY. **A treatise upon the useful science of defence, connecting the small and back-sword...**, p. 51, EGAN. **Boxiana**, p. 103. O nocaute pelo golpe no estômago era uma das grandes marcas de Jack Broughton. EGAN. **Every Gentleman's Manual**, p. 53.

76 LEMOINE. **Modern manhood, or, The art and practice of English Boxing...**, p. 86. Encontramos essa técnica também em diferentes manuais do período.

77 O que, em termos médicos ajudaria a desenvolver, entre outros problemas, o que mais tarde foi chamado *Dementia pugilistica*, ou “Encefalopatia Crônica Progressiva do Boxeador”, caracterizada pela perda de capacidade cognitiva e de memória e sintomas de Parkinson devido ao acúmulo de traumas no cérebro a longo prazo. Ver, como um artigo mais geral, AREZA-FEGYVERES, R; CARAMELLI, P.; NITRINI, R. Encefalopatia traumática crônica do boxeador (*dementia pugilistica*) **Revista Psiquiatria Clínica**. São Paulo, vol. 1, n° 32, p. 17-26, 2005.



lutas por ele influenciados.

Durante todo o século XVIII e grande parcela do XIX, os socos do boxe resumiam-se a golpes retos, no rosto ou no tronco.<sup>78</sup> As poucas variações, como o golpe rápido com as costas da mão de Daniel Mendoza (o *chopping*) recebiam importantes questionamentos e não tiveram tanta difusão a ponto de serem incluídos em manuais de pugilismo ou serem citados como destaque nas *prize fighting*. Os socos retos eram vistos sempre como mais rápidos, seguros e difíceis de se defender.<sup>79</sup>

Apenas a partir da década de 1880, encontram-se manuais que adicionaram um outro tipo de soco, o *uppercut*, golpe realizado de baixo para cima e com o braço dobrado em um “gancho” para atingir o queixo ou tórax. Mesmo assim, seu uso era indicado para uma situação muito específica: como um contra-ataque caso o adversário abaixasse a cabeça.<sup>80</sup> Os *round blows* em si, compreendidos como golpes circulares vindos lateralmente, só figurariam como sugestões válidas a partir anos 1890, embora ainda tenham sido encontradas ressalvas quanto a eles nessa época.<sup>81</sup> Apenas as obras sobre o boxe a partir da primeira década de 1900 não apresentariam mais “poréns” ao uso dos golpes circulares.

Neste ponto, pode-se lançar a pergunta: por que essa transformação de sentidos para um mesmo tipo de técnica, de algo explicitamente rejeitado a uma das principais manobras do boxe? Trata-se simplesmente de algum tipo de “progresso técnico” que permitiu mais eficiência e confiabilidade aos *round blows* ao longo do século XIX? Mais uma vez é preciso compreender as mudanças técnicas da luta junto à rede de relações sociais vividas pelos boxeadores.

Além de mencionarem a superioridade da velocidade e da dificuldade de defesa dos golpes retos, é possível notar uma outra característica repetida por diferentes instrutores e autores até a década de 1880 para os golpes circulares: eles representariam uma manobra grosseira e primitiva. Lançar o braço em um arco contra o oponente era considerado por muitos algo não-científico, um movimento primário e instintivo do ser humano.<sup>82</sup>

---

78 Que poderiam tornar-se *cruzados*, se a angulação relativa do lutador e seu oponente não for exatamente 180°. Fundamentalmente, porém, trata-se também de um golpe em linha reta.

79 As principais críticas ao *chopping* acusavam-no de fraqueza e facilidade de ser aparado. FEWTRELL. **Boxing reviewed; or, The science of manual defence, displayed...** , p. 23-24 e WALKER, Donald. **Defensive exercises; comprising wrestling as in...** London: Thomas Hurst, 1840, p. 44.

80 DONNELLY. **Self-defence, or, The art of boxing**, p. 91 e BENEDICT. **Manual of boxing, club swinging and manly sports**, p. 12.

81 Considerando como uma técnica válida, vemos DONNELLY. **Self-defence, or, The art of boxing**, p. 33-35. Com questionamentos, ALLANSON-WINN. **Boxing**, p. 58-59.

82 BENEDICT. **Manual of boxing, club swinging and manly sports**, p. 12; O'REILLY, John. **Ethics of boxing and manly sport**. Boston: Ticknor and Company, 1888, p. 8-9.



All natural fighters hit round, and it is to get over this tendency, so strongly marked in the tyro, that good teachers keep their pupils for such long periods at practising straight leads with the left. Watch two men who know nothing of boxing, and note carefully the number of occasions on which they completely miss their mark through taking swinging hits at one another<sup>83</sup>.

Não se trata de um valor elaborado apenas através da estética do movimento, mas em um critério de “ciência” sustentado nos resultados efetivos da técnica no tipo de luta em questão. Aos olhos da época, o “barbarismo” dos *round blows* comprovava-se nas *prize fighting* através da observação da maior incidência, ou risco de incidência, de fraturas e ferimentos nas mãos – em especial nos ossos dos dedos mínimo e anelar – ao lançarem-se em uma trajetória circular contra um alvo sólido. Vários autores alertavam para essa possibilidade.<sup>84</sup>

Com o tempo, porém, o uso crescente das luvas amenizou esse problema e, como com as esquivas e movimentação ágil de Mendoza, gradualmente a técnica teve seus sentidos transformados de algo negativo – grosseiro e primitivo – em “one of the best blows in boxing”<sup>85</sup>. Com o aperfeiçoamento dos *round blows*, atribuído a John Sullivan, James Corbett (1866-1933) e Jack Dempsey (1895-1983), ao avançar pelo século XX temos tal transformação técnica no boxe a ponto do próprio Corbett, em seu manual publicado em 1912, já poder conceder ao gancho na mandíbula o epíteto de “knockout blow”<sup>86</sup>.

### *Wrestling*

A última grande transformação técnica sofrida pelo boxe no recorte cronológico adotado aqui tem novamente as regras do Marquês de Queensberry como referência de regulamentação. Trata-se da eliminação total de técnicas de *wrestling*, ou seja, manobras de agarrar e arremessar, do pugilismo esportivo e, mais tarde, para autodefesa.

83 “Todos os lutadores naturais batem circularmente e é para superar essa tendência, tão fortemente marcado nos principiantes, que os bons professores mantêm seus pupilos por tão longos períodos praticando golpes retos com a esquerda. Observe dois homens que não sabem nada do boxe e note com cuidado o número de ocasiões em que eles perdem completamente sua guarda ao balançar golpes um no outro.” ALLANSON-WINN. **Boxing**, p. 58. Na linguagem da época, o “lutador natural” era aquele que não dominava qualquer ciência de luta e engalfinhava-se com o oponente de maneira desordenada e insegura. A “mark” referia-se, sobretudo, ao plexo solar, que era um dos principais pontos a serem protegidos através de uma boa postura do boxeador. O “swinging” aqui referia-se ao lançamento do braço para golpear através de um balanço amplo do corpo.

84 O'REILLY. **Ethics of boxing and manly sport**, p. 9-10; ALLANSON-WINN. **Boxing**, p. 141; MONSTERY. **Self-defense for gentlemen and ladies**, Capítulo X, p. 2. É interessante notar que entre as artes marciais orientais tradicionais mais conhecidas, como o karatê, kung fu ou taekwondo, por exemplo, desenvolvidas inicialmente para a prática sem luvas, sejam muito raros o uso de socos em ganchos laterais ou descendentes para golpear diretamente a cabeça do adversário.

85 “um dos melhores golpes no boxe”. FITZSIMMONS. **Physical culture and self-defense.**, p. 101.

86 “golpe nocauteador”. CORBETT, James. **Scientific boxing**. New York: Richard K. Fox Publishing, 1912, p. 71. Ver também AUSTIN, Sam. **Boxing and how to train**. New York: Richard K. Fox Publishing, 1904 e O'REILLY. **Ethics of boxing and manly sport**, p. 8-9.

Seu caso é importante para a problemática geral desse artigo porque revela o envolvimento de outras relações sociais, distintas das que acompanharam as mudanças nas estratégias de luta e dos *round blows*. Diferente desses últimos, por exemplo, o *wrestling* acompanhou o boxe desde suas práticas mais tradicionais, anteriores as *prize fighting* do século XVIII e manteve-se como parte de seu repertório técnico até a segunda metade dos 1800 sem grandes questionamento. Durante todo esse período e em toda documentação pesquisada, não foi encontrado qualquer indício de um sentido de “barbarismo” ou “violência” excepcional associado a ele.<sup>87</sup>

Grandes boxeadores dos anos 1700 eram adeptos das técnicas de derrubadas nas arenas, como Jack Broughton, que aperfeiçoou e deu notoriedade ao *cross-buttock*.<sup>88</sup> Daniel Mendoza, por sua vez, teria conseguido arremessar Richar Humphries seis vezes em seu primeiro confronto.<sup>89</sup>

Entre as técnicas mais comuns do *wrestling* utilizadas no boxe até sua proibição formal em 1867, estavam *fibbing* (agarrar a nuca do adversário com a mão, para socá-lo com a outra ou para desequilibrá-lo), *get the head in chancery* (ou uma chave de pescoço lateral, para socá-lo com a outra mão, ou prendendo a cabeça do adversário pela frente, sob a axila, na chamada hoje “guilhotina”), *cross-buttock* (após agarrar o pescoço e um braço do adversário, arremessá-lo sobre as costas/nádegas), *back-fall* (derrubá-lo de costas, enganchando uma perna nas pernas do oponente e empurrando-o) e *side-fall* (arremesso lateral, envolvendo a cintura do outro com um braço e utilizando uma perna por trás dele como um calço para derrubá-lo).<sup>90</sup>

O que, então, motivaria a eliminação de tais técnicas no boxe? Paralelamente ao pugilismo, embora com menor intensidade e iniciando um pouco mais tarde, o *wrestling* como uma luta exclusiva de agarramentos, arremessos e imobilizações também ganhava visibilidade na Inglaterra (e EUA). Apesar de não tanto quanto o boxe, a profissionalização dos combates do *wrestling* foi acompanhado por um processo de transformações técnicos e sociais correlato, como

87 Excetuando-se o *gouging*, que não é propriamente um agarramento ou arremesso, mas um ataque direto aos olhos do oponente.

88 FEWTRELL. *Boxing reviewed; or, The science of manual defence, displayed...* , p. 50.

89 LEMOINE. *Modern manhood, or, The art and practice of English Boxing...*, p. 81.

90 Ver descrições e algumas imagens: *fibbing* (PRICE, E. *Science of self defence*. New York: Dick & Fitzgerald, 1867, p. 76; JAMES, E. *The complete handbook of boxing and wrestling...* New York: Ed James, 1878, p. 23-24); *get the head in chancery* (\_\_\_\_\_. *Science of self defence*, p. 81-82; \_\_\_\_\_. *The complete handbook of boxing and wrestling...* New York: Ed James, 1878, p. 24; MONSTERY. *Self-defense for gentlemen and ladies*, Capítulo IX, p. 3-5; BENEDICT. *Manual of boxing, club swinging and manly sports*, p. 39); *cross-buttock* (SWIFT. *The hand-book to boxing*, p. 19; \_\_\_\_\_. *Science of self defence*, p. 93-94; EDWARDS, W. *Art of boxing and science of self-defence...* New York: Excelsior Publishing House, 1888, p. 95); *back-fall* (\_\_\_\_\_. *Science of self defence*, p. 88-89; \_\_\_\_\_. *Manual of boxing, club swinging and manly sports*, p. 36; \_\_\_\_\_. *Art of boxing and science of self-defence...*, p. 95; ALLANSON-WINN. *Boxing*, p. 36); *side-fall* (\_\_\_\_\_. *Science of self defence*, p. 91-92; \_\_\_\_\_. *Manual of boxing, club swinging and manly sports*, p. 36).



uma modalidade de origem nas classes trabalhadoras, mas que ganharia *status* de “ciência”.<sup>91</sup>

É nessa direção que Donald Walker, em um manual de 1840, cataloga e descreve quatro tipos diferentes de *wrestling* da Grã-Bretanha de sua época, nomeados de acordo com as regiões em que eram mais praticados (Cumberland, Westmoreland, Cornish e Devonshire).<sup>92</sup> Cada um deles possuía particularidades técnicas e de regras que, a partir das duas décadas seguintes passaria por um processo de codificação e padronização, semelhante ao boxe e a diferentes modalidades esportivas também apreciadas na Inglaterra, como o futebol (com a *Football Association*, de 1863) e o rugby (com a *Rugby Union Rules*, de 1871).<sup>93</sup>

Assim, podemos compreender as vozes contra o uso de técnicas de *wrestling* no boxe, que surgiam menos pela condenação das manobras em si – que, de fato, não eram entendidas como divergentes dos valores gerais desejados para o pugilismo – que por um desejo de definição de modalidades que se queria profissionalizar e racionalizar, criando identidades próprias através de definições de métodos e regras “científicos”. Nas palavras de Henry Lemoine, “the beauty of boxing is in *hitting clean*, guarding, fending, and keep off blows with judgment, all which depend upon the eye, but *hugging*, more properly, belongs to wrestling.”<sup>94</sup>.

### Considerações finais

Como qualquer outra construção social, os diferentes sistemas de luta e as artes marciais são repletas de historicidade, inclusive no âmbito técnico. Um golpe não é só um golpe ao atentar-se para as relações que lhe dão sentido de valor, pertinência e utilidade. É fácil notá-lo, em um exemplo, observando um aparentemente mesmo tipo de chute desferido por um aikidoista em treinamento com um colega no *dojo*, um atleta de taekwondo em uma seletiva olímpica e um lutador de MMA que compete para não ser eliminado de um *reality show*. Há significados sociais distintos para aquele chute e, assim sendo, haverão intenções diferentes entre os lutadores que o aplicam; como consequência, haverão também particularidades técnicas mais sutis ou mais evidentes para cada um deles.

91 PRICE. **Science of self defence**, p. 89. Uma grande quantidade de manuais de boxe continham também lições sobre outras formas de luta, como o *wrestling*, diversos tipos de espadas e bastões. Exemplos de manuais da época exclusivamente voltados ao *wrestling* são mais raros: ARMSTRONG, Walter. **Wrestling**. New York: Frederick A. Stokes Company, 1890; HITCHCOCK, E.; NELLIGAN, R. **Wrestling: catch-as-catch-can style**. New York: American Sports Publishing Company, 1912; SMITH, E. **Professional wrestling**. New York: American Sports Publishing Company, 1912.

92 WALKER. **Defensive exercises; comprising wrestling as in...** Walter Armstrong também faz esse mesmo tipo de levantamento, acrescentando também em sua obra a luta escocesa, francesa, alemã e japonesa, além da variação inglesa de Lancashire. ARMSTRONG. **Wrestling**.

93 BODDY. **Boxing**, p. 91.

94 “a beleza do boxe é bater limpo, proteger, defender e evitar golpes com juízo, tudo o que depende do olho, mas agarrar, mais propriamente, pertence ao *wrestling*.” LEMOINE. **Modern manhood, or, The art and practice of English Boxing...**, p. 87.



O estudo das histórias dessas modalidades – das incontáveis redes de relações e significados sociais que as envolvem ao longo do tempo – leva a questionar a afirmação de uma “evolução” dos sistemas de luta rumo a um estado de crescente e pura “eficiência”. Na contemporaneidade, esse mito foi, e ainda é, utilizado de maneira muito intensa como propaganda de campeonatos e programas milionários (ou nem tanto) de MMA, como *Pride* e o *UFC*.<sup>95</sup> Neles, um ambiente supostamente “neutro” de combate entre dois atletas e o mínimo de regras limitando-os, revelaria as técnicas que “realmente funcionariam” dos sistemas de luta e escolas de artes marciais tradicionais, como lemos até hoje no *website* dessa última organização, que se apresenta “as a competition to determine the most effective martial art for unarmed combat situations”<sup>96</sup>. Obviamente, tal cenário de “neutralidade” também foi construído em relações, objetivos e valores particulares, que imbricam-se intimamente com padrões e paradigmas técnicos específicos que os acompanham.

---

<sup>95</sup> *Pride Fighting Championship* foi um evento de lutas mistas fundado em meados da década de 1990 no Japão. Teve seus direitos comprados pelo UFC em 2007 e logo em seguida foi descontinuado. O *Ultimate Fighting Championship* foi criado nos EUA por volta de 1993 e obteve grande sucesso de audiência por suas lutas transmitidas em *pay-per-view* para vários países; tornou-se a maior empresa de organizações de lutas de MMA ao absorver seus maiores concorrentes, como o *Pride* e a *World Extreme Cagefighting*. Um estudo interessante sobre as relações entre diferentes modalidades de luta no Brasil, como o boxe, wrestling (luta romana), capoeira e jiu-jitsu no início do século XX é LISE, Riqueldi. **Entre diretos, ceintures avant, chaves de braço e rabos de arraia: os primórdios dos combates intermodalidades na cidade do Rio de Janeiro (1909-1929).** 151f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-graduação em Educação Física, Curitiba, 2014.

<sup>96</sup> “como uma competição para determinar a mais efetiva arte marcial para situações de combate desarmado”. Disponível em <<http://www.ufc.com/discover/sport>>. Acesso em: 05/01/2017.



# Petróleo, uso práctico del pasado y construcción de heroicidad en una historieta argentina: “Enrique Mosconi. Una historia de novela”

## Oil, practical use of the past and construction of heroism in an Argentine cartoon: "Enrique Mosconi. A novel story"

**Gabriel Alejandro Carrizo**

Doutor em Estudos Sociais da América Latina  
Universidad Nacional de la Patagonia - Argentina  
gabo.carrizo@gmail.com

Recebido em: 25/04/2017

Aprovado em: 11/09/2017

**RESUMEN:** En este artículo apelaremos a la categoría de “pasado práctico” para analizar la manera en que un determinado pasado es evocado en el presente. En este sentido, repasaremos los distintos usos de la figura del General Enrique Mosconi que han construido diversas tradiciones ideológicas en Argentina durante el siglo XX. Mosconi fue el primer director de Yacimientos Petrolíferos Fiscales en 1922, empresa creada por el gobierno de la Unión Cívica Radical. Es el símbolo máximo del nacionalismo petrolero en la Argentina, y reivindicado por nacionalistas, peronistas, radicales, militares y sectores de izquierda. Posteriormente, analizaremos una historieta referida a la vida y obra de Mosconi recientemente publicada, en la cual se replican todos los elementos que construyen una determinada heroicidad.

**PALABRAS-CLAVE:** uso práctico del pasado, petróleo, construcción de heroicidad.

**ABSTRACT:** In this article we will appeal to the category of "practical past" to analyze how a particular past is evoked in the present. In this sense, we will review the different uses of the figure of General Enrique Mosconi who have built diverse ideological traditions in Argentina during the twentieth century. Mosconi was the first director of Yacimientos Petrolíferos Fiscales in 1922, a company created by the government of the Unión Cívica Radical. It is the highest symbol of oil nationalism in Argentina, and claimed by nationalists, Peronists, radicals, military and sectors of the left. Later, we will analyze a comic strip related to the life and work of Mosconi recently published, in which all the elements that construct a certain heroicity are replicated.

**KEY WORDS:** Practical use of the past, Oil, Construction of heroism.



## Introducción

Desde hace unos años nos hemos dedicado a analizar los diversos usos políticos que se realizaron en torno de la figura del general Enrique Mosconi, quien fuera el primer director de la empresa petrolera argentina Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF). Nuestra investigación (actualmente en curso) abarca un período extenso que va desde las tempranas reivindicaciones realizadas por los socialistas en la década del '30, hasta las recientes alusiones a su figura expuestas por los gobiernos de Néstor Kirchner y Cristina Fernández de Kirchner con motivo de la recuperación de la YPF como empresa estatal en el año 2012. Nuestro interés radica en varias motivos: en primer lugar, porque ha sido apropiado por diversos sectores de diferentes adscripciones ideológicas: el kirchnerismo lo ha postulado recientemente como símbolo en la disputa contra las corporaciones, tanto sectores nacionalistas como de izquierda lo reivindicaron a lo largo de la historia como un luchador contra el capital extranjero, y la Unión Cívica Radical lo reconoce como parte del proyecto político del yrigoyenismo de la década del '20. En segundo lugar, porque constantemente se han destacado ciertas virtudes morales en Mosconi, las cuales han sido resaltadas por todos aquellos que lo han reivindicado: como empresario honesto y exitoso; como militar comprometido con el sistema democrático; como defensor de la explotación nacional del petróleo; como promotor de beneficios sociales destinados a los trabajadores; o como aquel que enfrentó a las corporaciones en nombre de la defensa nacional. En tercer lugar, porque se cumple aquello de la "premisa del destino inexorable", esto es, el héroe no es todavía héroe pero está destinado a serlo. Con respecto a este punto es conocida la anécdota referida a que Mosconi ya se preocupaba, en su temprano paso por la aviación, que el país dependía del capital extranjero. Con motivo de la finalización del año militar, la Escuela de Aviación organizó excursiones de entrenamiento. Al llegar el día, Mosconi se encontró con que la empresa norteamericana Wico (West Indian Oil Company), la única que importaba combustible para aviones en la Argentina, se negó a suministrarlo sin pago adelantado. En ese mismo momento, Mosconi comenzó a reflexionar sobre qué pasaría si ese combustible era requerido, no para una simple práctica aeronáutica, sino para la defensa aérea del territorio nacional. Más tarde comentará que en el mismo escritorio se juramentó cooperar con todos los medios legales para romper los trusts. En cuarto lugar, porque es una figura de actualidad, y su reciente reivindicación en el marco de la re estatización de YPF demuestra que la eficacia de los valores de la identidad nacional, ya sea para constituir subjetividades o para movilizar acciones, sigue existiendo. Por último, porque



su imagen ha sido idealizada, y todos pueden identificarse con su figura pues él realiza la unidad simbólica de los argentinos en torno al nacionalismo petrolero.

En este artículo nos interesa analizar la manera en que el pasado puede ser movilizado y utilizado para justificar distintos presentes, a través de eventos, sujetos y contextos pretéritos. En este sentido, apelamos a la categoría de “pasado práctico” acuñada por Hayden White, el cual es definido como aquel pasado diferente del que les interesa a los historiadores profesionales. Es aquel que se basa en un acercamiento al pasado de las personas comunes, el cual “está hecho de esos recuerdos, ilusiones, fragmentos de información vaga, actitudes y valores que el individuo o el grupo reúnen como mejor pueden para justificar, magnificar, excusar, encubrir o explicar las acciones a tomar en el proceso de un proyecto de vida”<sup>1</sup>. Es decir que se trata de aquel pasado que sirve de base para las situaciones de la vida diaria, que incluye la percepción de las circunstancias, la solución de problemas y los juicios de valores. Es un pasado que se elabora para el servicio del presente y que se relaciona con él de forma práctica, asumiendo que de allí se derivan lecciones útiles para así anticipar el futuro.

Teniendo en cuenta esta definición, en la primera parte de este escrito repasaremos los distintos usos prácticos del pasado que diversas tradiciones políticas e ideológicas han realizado de la figura de Mosconi, sobre todo aquellos usos que fueron centrales para convertirlo en ícono del nacionalismo petrolero. En segundo lugar, apelaremos al denominado “proceso de heroización” para luego analizar el esquema narrativo que presenta una historieta recientemente publicada, la cual replica (según nuestra hipótesis) todos los elementos que contribuyen a la construcción de heroicidad.

### **Los “usos prácticos” del pasado de Mosconi**

El General Mosconi tiene una presencia destacada en los distintos “lugares de memoria”<sup>2</sup> de la ciudad de Comodoro Rivadavia: una avenida, un barrio y el aeropuerto llevan su nombre, así como también su presencia predominante se materializa a través de varios bustos emplazados en aquellos espacios asociados a YPF. Su recuerdo se activa en cada acto del Día del Petróleo el 13 de diciembre, en donde las autoridades de la localidad se concentran frente a su monumento para homenajearlo.

Dicha ciudad se encuentra ubicada en la Patagonia central argentina, y desde su fundación en

---

<sup>1</sup> WHITE, Hayden. El pasado práctico. In TOZZI, Verónica y LAVAGNINO, Nicolás (comp.). **Hayden White, la escritura del pasado y el futuro de la historiografía**. Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2012, p. 31.

<sup>2</sup> NORA, Pierre. La aventura de Les lieux de mémoire. **Ayer**, nº 32, 1998.



1901 estuvo vinculada al puerto y la actividad ganadera. Pero será con el descubrimiento del petróleo el 13 de diciembre de 1907 a través de una expedición dependiente del Estado Argentino (a partir del relevamiento del subsuelo llevado a cabo por la Dirección de Minas, Geología e Hidrología), que la actividad extractiva se transformó en el pilar económico de la zona litoral del Golfo San Jorge. El Estado nacional pronto comenzaría a asumir actividades económicas que resultaban de importancia estratégica y de interés social en el desenvolvimiento de las bases materiales del país. En este sentido, a partir de 1910 la Dirección General de la Explotación Nacional del Petróleo de Comodoro Rivadavia (creada por el presidente Roque Sáenz Peña y dirigida por el Ingeniero Luis A. Huergo), dependiente del Ministerio de Agricultura, tendría a su cargo las tareas de producción y venta de petróleo.

Durante la etapa demarcada entre los años 1910 y 1922, el escaso presupuesto y los problemas de almacenamiento y transporte fueron límites que condicionaron el abastecimiento interno. Las circunstancias generadas por la Primera Guerra Mundial y la necesidad de diversificar la economía, fueron factores que hicieron reorientar la política petrolera por parte del gobierno de Hipólito Yrigoyen, postura que recibiría el apoyo de las Fuerzas Armadas. Por otro lado, la lejanía de la Patagonia del poder central reafirmó la necesidad de resguardo militar de una región como la del Golfo San Jorge que contaba con una riqueza petrolera incommensurable y apetecible, discurso que se había vuelto disponible por lo menos desde la década del '20.

Este tipo de argumentaciones sedimentó tempranamente cierta legitimidad con que contaría de allí en más los miembros del Ejército en la localidad. La posibilidad de acción en torno a la administración y dirección de organismos tales como las empresas estatales, las líneas aéreas o los puertos, proyectaría sobre la institución una imagen en la que se asociaban el poder y las posibilidades de desarrollo de la región. Precisamente un integrante del Ejército, Enrique Mosconi, uno de los más notorios “militares capitanes de industria”, tenía como objetivo fortalecer y ampliar la industria petrolera estatal para reducir el poder de las compañías petroleras extranjeras. Será a partir de la reorganización de la empresa petrolera estatal con el nombre de Yacimientos Petrolíferos Fiscales en 1922 que se concretaría “una empresa estatal verticalmente integrada, que no sólo produciría petróleo sino que lo refinaría y vendería los productos resultantes en el mercado a precios competitivos”.<sup>3</sup> Mosconi pronto formularía una ideología basada en el nacionalismo petrolero, que

---

<sup>3</sup> SOLBERG, Carl. **Petróleo y Nacionalismo en la Argentina**. Buenos Aires: Hyspamérica, 1982, p. 139.



“apuntaba a la necesidad de industrialización, autosuficiencia económica, hostilidad al capital extranjero y, fundamentalmente, a la necesidad de dar al Estado un papel activo como promotor de la empresa pública”<sup>4</sup>. Para todos estos objetivos trazados, contó con el fuerte respaldo del presidente Marcelo T. de Alvear traducido en el otorgamiento de una completa autonomía administrativa a la empresa estatal, cuestión que facilitó el plan de expansión de YPF desplegado entre 1924 y 1927. Esto significó, en términos concretos, la instalación de una refinería, lo que evitó que YPF siguiera perdiendo importantes ganancias en la refinación y distribución, rentabilidad que quedaba hasta ese momento en manos de las compañías petroleras privadas.

La historiografía ha mostrado que ese éxito de la empresa estatal bajo la conducción de Mosconi se debió (entre otros aspectos) a las políticas de persecución sindical y disciplinamiento del movimiento obrero que se desplegaron. La militarización de los yacimientos implicó para los trabajadores, sobre todo aquellos europeos con militancia de izquierda, experimentar la rigidez de las normas laborales. En el marco de una creciente legitimidad de las Fuerzas Armadas en la Patagonia, Mosconi desplegó una política antisindical en nombre del nacionalismo petrolero, siendo parte de un proyecto institucional que a partir de su preocupación por el control de los recursos petrolíferos para la defensa del país, se iba distanciando del control civil.

El accionar de Mosconi como Director de YPF concluyó abruptamente con el golpe de 1930 ejecutado por José Félix Uriburu, el cual dio inicio a la primera dictadura militar en la Argentina. Al no adherir al sector golpista, de allí en más sería asociado al estigmatizado régimen yrigoyenista, olvidado por sus pares del Ejército, y padeciendo problemas de salud que lo llevarían a la muerte en 1940. De hecho, una de las condiciones que facilitaron el proceso de heroización, es la de haber transitado una vida y una muerte igualmente trágica. Precisamente, “agonía” y “muerte civil” son las palabras que eligió Raúl Larra (quizás uno de los biógrafos más importantes) para describir el último tramo de la vida de Mosconi<sup>5</sup>. La ingratitud, la invisibilización de su obra y su destino obligado a Europa serían parte del castigo que recibió Mosconi según Larra por no adherir a dicho golpe.<sup>6</sup> A su regreso al país, luego de que se disiparan las turbulencias políticas, le otorgaron un cargo menor: el de la Dirección de Tiro y Gimnasia.

<sup>4</sup> FAVARO, Orietta. Estado y empresas públicas. El caso YPF, 1922 – 1955. **Estudios Sociales**, Año IX, nro. 16, Santa Fe, primer semestre, 1999, pp. 60 y 61.

<sup>5</sup> LARRA, Raúl. **Mosconi, General del petróleo**. Buenos Aires: Ediciones Anfora, 1976.

<sup>6</sup> POTASH, Robert. **El ejército y la política en la Argentina, 1928 – 1945. De Yrigoyen a Perón**. Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 1984, p. 86.



Pero como ya hemos anticipado, a partir de un “proceso de heroización”, Mosconi se convirtió a lo largo del siglo XX en el símbolo indiscutible del nacionalismo petrolero en la Argentina, por al menos cuatro razones: en primer lugar, porque representa a aquella tradición de militares que no intervinieron en golpes de Estado; en segundo lugar, porque su legitimidad está vinculada con el progreso de la región patagónica; en tercer lugar, porque al ser símbolo del nacionalismo petrolero se convirtió en bandera de resistencia frente a la privatización de YPF en la década del '90; y por último, porque está asociado a una época de esplendor de YPF, a partir de diversas bonificaciones sociales que recibían aquellos obreros identificados con el interés de la empresa.

Quienes tempranamente lo reivindicaron en la década del '30 fueron un grupo de intelectuales ligados a un sector del socialismo argentino, quienes promovían el desarrollo industrial del país. Preocupados tanto por la percepción del agotamiento de la economía basada en exportaciones agropecuarias como por el papel del capital extranjero en la economía, impulsaron el objetivo de alcanzar un desarrollo energético que posibilitara el autoabastecimiento de combustibles a costos reducidos para las empresas. De allí que figuras como el filósofo Francisco Romero o el diputado Julio V. González seleccionaron del pasado de Mosconi ya no su política antisindical, sino su enfrentamiento con el trust extranjero. Pero si bien los socialistas impulsaban a través de diversas publicaciones su rescate histórico, en Comodoro Rivadavia hasta antes de 1947 Mosconi sólo era recordado por las autoridades de YPF. Todavía en 1946 seguía siendo el personaje central del aniversario del 13 de diciembre Humberto Beghin, aquel empleado que comunicara a las autoridades el “mítico” descubrimiento de petróleo en 1907.

De allí que las condiciones históricas que posibilitaron la conversión de Mosconi en “héroe” indiscutible del petróleo argentino se concretaron recién en el marco del primer peronismo<sup>7</sup>. En 1947, durante los festejos de la denominada Fiesta Nacional del Petróleo, evento cultural organizado por el peronismo que tuvo gran repercusión a nivel nacional, la figura del primer Director de YPF fue ampliamente reivindicada. Dicha celebración daba cuenta del lugar que adquirió la explotación en el marco de las nuevas políticas industriales del peronismo, que colocaban a Comodoro Rivadavia en un nuevo status. En este sentido, el peronismo re significó el 13 de diciembre, provocando la

---

<sup>7</sup> CARRIZO, Gabriel. **Petróleo, peronismo y sindicalismo. La historia de los trabajadores de YPF en la Patagonia, 1944 – 1955**. Buenos Aires: Editorial Prometeo, 2016.



percepción de que por primera vez se realizaban los festejos en la localidad, a pesar de que desde 1943 dicha fecha era considerada feriado nacional. Es en el marco de este 40º Aniversario del descubrimiento del petróleo que Mosconi fue ampliamente reivindicado<sup>8</sup>, dejando en un segundo plano a Beghin.

En la segunda mitad del siglo XX se construyó en torno a Mosconi una “memoria militar”, sobre todo luego de la última dictadura cívico – militar de 1976 y de la Guerra de Malvinas en 1982. Una vez que empezaron a conocerse las violaciones a los derechos humanos durante el gobierno dictatorial, y sobre todo luego de la derrota de Malvinas, sectores castrenses apelaron a una figura militar del pasado que pudiera encarnar un ejemplo del rol estratégico en el desarrollo nacional, y por lo tanto, generara unánime adhesión en la sociedad civil. Claramente se apeló a la figura del General Mosconi con la pretensión de proveer al Ejército de nuevos símbolos y lenguajes para reconstruir su lazo con la nación. De allí que antes del inicio de la transición a la democracia, el Círculo Militar re editó el libro “El Petróleo Argentino” escrito por Mosconi, en una clara operación destinada a recomponer el vínculo del Ejército con la sociedad.

El otro período que abarcamos en nuestras investigaciones corresponde a la década de los '90, etapa que se inicia con la privatización de YPF en 1992 en el marco de las políticas neoliberales implementadas en la Argentina por el presidente Carlos Saúl Menem. En la conmemoración del centenario del descubrimiento del petróleo el 13 de diciembre del año 2007, las autoridades de la (ahora) empresa española Repsol YPF, invisibilizaron la figura de Mosconi no solamente por ser un símbolo de resistencia adoptado por aquellos sectores identificados con el nacionalismo petrolero, sino también por ser un ícono del enfrentamiento con el capital extranjero y su intervención en el país en materia petrolera<sup>9</sup>.

Mosconi volvió a adquirir presencia en el discurso político presidencial en la reciente resignificación que realizó de su figura el kirchnerismo. Si durante la presencia de la empresa española Repsol YPF se invisibilizó la figura de Mosconi por estar fuertemente asociada al nacionalismo petrolero, el discurso kirchnerista exaltó su legado, convirtiéndolo en un anclaje necesario para construir una narrativa patria. Nuestro análisis de esa memoria que construyó el

<sup>8</sup> CARRIZO, Gabriel. Un ‘héroe’ para la industria petrolera. El general Enrique Mosconi: de la reivindicación socialista a la exaltación peronista. **H-industri@**, Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad de Buenos Aires, n° 19, 2016.

<sup>9</sup> CARRIZO, Gabriel. De ‘militar autoritario’ a ‘héroe del nacionalismo petrolero’. Acerca de los usos políticos de Mosconi en la Argentina contemporánea. **Sociedad y Economía**, Universidad del Valle, Colombia, nro. 23, 2012.



kirchnerismo en torno a YPF y Mosconi nos permitió ver la articulación de tres aspectos centrales: las Fuerzas Armadas como “victimas” del neoliberalismo; la identificación del primer peronismo con ellas; y finalmente, la recuperación del rol industrial de la defensa para los intereses de la nación, y no en función de los intereses económicos de una corporación<sup>10</sup>.

Todos estos avances nos permitieron elaborar una lectura a lo largo de todo el siglo XX de las diversas apropiaciones de la figura de Mosconi por diversas tradiciones ideológicas. En la siguiente sección nos ocuparemos de analizar una historieta recientemente publicada, en donde desarrollaremos en qué consistió este uso práctico del pasado.

### **Mosconi y su arribo a la historieta**

Se ha señalado que los héroes nacionales son símbolos poderosos, encarnaciones de ideas y aspiraciones, y por ello constituyen soportes de identificación colectiva. Son por eso instrumentos eficaces para la legitimación de regímenes políticos, de allí que cada uno de ellos promueva el culto de sus héroes y construyan su propio panteón cívico. Es por ello que los héroes nacionales se constituyen en “personajes polisémicos”, pues pueden ser reivindicados por distintos grupos e ideologías en diversos períodos históricos. Es decir, sus valores pueden ser adaptados o enmarcados según las condiciones de posibilidad de cada contexto histórico<sup>11</sup>.

En algunos casos, los héroes surgieron casi espontáneamente de las luchas que precedieron al mero orden de cosas. En otros, de menor arraigo popular, fue necesario un esfuerzo mayor en la elección y la promoción de la figura del héroe. Este pareciera ser el caso de Mosconi. En estos casos el héroe se torna precisamente más importante. La falta de participación real del pueblo en la implantación del régimen conduce a un intento de compensación por medio de la movilización simbólica.

Pero, como la creación de símbolos no es arbitraria, no se hace en el vacío social, en esto también residen las mayores dificultades para la construcción de un panteón cívico. Como un héroe que se precie debe tener de algún modo la cara de la nación, necesariamente debe responder a alguna necesidad o aspiración colectiva, reflejar algún tipo de personalidad o de comportamiento que

<sup>10</sup> CARRIZO, Gabriel. De la invisibilización a la exaltación. Mosconi, YPF y el petróleo en el discurso kirchnerista. **THEOMAI**, nº 33, primer semestre, 2016.

<sup>11</sup> LEDERMAN, Florencia – GIORDANO, Verónica. La nación representada en los héroes. Las estrategias de legitimidad de las dictaduras de Brasil (1964 – 1985) y Argentina (1976 – 1983): visiones del tiempo y ejercicio del poder. **Antítesis**, Londrina, V. 8, nº 15.



corresponda a un modelo colectivamente valorizado. En ausencia de esa sintonía, el esfuerzo de mitificación de figuras políticas resultará vano, pues los pretendidos héroes serán, en el mejor de los casos, ignorados por la mayoría y, en el peor, ridiculizados.

En este sentido, entendemos por “proceso de heroización” a aquella construcción compleja mediante la cual una personalidad del pasado se convierte (de manera espontánea o no) en soporte de determinada identificación colectiva, es decir, un punto de referencia que pasa a encarnar ideas y aspiraciones que corresponden a un modelo colectivamente valorizado.<sup>12</sup> Dicha construcción de heroicidad depende mucho de una estructura narrativa, es decir, una suerte de relato que posea un conjunto de características distintivas que den forma a una especie de guion. Dicho esquema generalmente se ordena de la siguiente manera: “El camino del héroe comienza con un llamado a la aventura que el protagonista, antes de convertirse en héroe, acepta y emprende. Luego debe atravesar obstáculos y dificultades para superarse a sí mismo y, por último, otorgar el don de sus logros a sus contemporáneos”<sup>13</sup>.

Luego de la recuperación de la empresa YPF por parte del Estado durante la última gestión del gobierno de Cristina Fernández de Kirchner en el año 2012, la Universidad Nacional de la Patagonia San Juan Bosco desarrolló una serie de acciones con la finalidad de reivindicar a Mosconi. En el marco del denominado Observatorio Universitario Patagónico de Hidrocarburos y Energía (OUPHE) se re editaron sus libros, y se ofrecieron charlas en distintos ámbitos de la comunidad de Comodoro Rivadavia para divulgar su legado. Como parte de estas actividades que en el año 2016 las autoridades de la Universidad publicaron una historieta referida a su vida. Se presentó como una obra de divulgación destinada a estudiantes de escuelas primarias y secundarias, con el objetivo de que las nuevas generaciones aprendan de la historia del petróleo, y para que valoren la figura de Mosconi. En palabras del Rector de la Universidad:

<sup>12</sup> CARVALHO, José Murilo de. **La formación de las almas. El imaginario de la República en el Brasil**. Bernal, Universidad Nacional de Quilmes, 1997; BERTONI, Lilia Ana. **Patriotas, cosmopolitas y nacionalistas. La construcción de la nacionalidad argentina a fines del siglo XIX**. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2001.; KOHAN, Martín. **Narrar a San Martín**. Buenos Aires, Adriana Hidalgo Editora, 2005.; ARMijo, Lorena. La centralidad del discurso del héroe en la construcción del mito nacional: una lectura de la historiografía conservadora desde el género. **Revista de Sociología**, Universidad de Chile, nº 21, 2007; MICHELETTI, María Gabriela. Memoria local y política provincial en la celebración de un homenaje. La conmemoración del centenario de un caudillo federal en la Argentina decimonónica. **Memoria y Sociedad**, Universidad Javeriana, vol. 17, nro. 35, julio / diciembre, 2013; PALMISCIANO, Cristian. Hoy te convertís en Héroe. La construcción de la figura de Giachino. **Sudamérica**, nº 5, 2016.

<sup>13</sup> ARMijo. **La centralidad del discurso del héroe**, p. 163.



“Hoy por hoy lo vemos como ejemplo para que la juventud lo incorpore como símbolo de amor a la patria y entrega a los ideales. Porque son los ideales los que permiten las acciones, los que sirven para tomar conciencia y reflexionar sobre la historia. Ayer el golpe militar que llevó al poder del presidente de facto José F. Uriburu motivo el dicho de que ‘las revoluciones tienen olor a petróleo’, porque se asocian a los intereses de las multinacionales. Casi de manera permanente (hasta las políticas económicas de la actualidad) se ha intentado menoscabar a la empresa de bandera nacional YPF”<sup>14</sup>.

Alejandro Aguado fue el encargado de diseñar la historieta, tarea que lo acercó a conocer en detalle a Mosconi, trazando un perfil de su personalidad en la introducción de su obra:

“Para ello, tuvo que hacer frente a poderosas empresas extranjeras a las que, para el bien del país, logró quitarles el dominio del mercado nacional de combustibles. Su siguiente paso fue intentar sembrar la semilla de la independencia económica de Latinoamérica. Su obra quedó trunca con el Golpe de Estado de 1930. Por no plegarse a los golpistas y para contrarrestar al que era el General más prestigioso del país, fue detenido, difamado, perseguido, desterrado y finalmente sometido al silencio. Forzosamente retirado y enfermo, escribió varios libros en los que rescató y legó su obra y memorias. Antes de su muerte, los reconocimientos solo le llegaron desde el exterior y años después, en Argentina. Fue un Hombre con una enorme capacidad organizativa. Un nacionalista entregado al desarrollo de su país, con una visión industrialista y latinoamericana, siguiendo la visión de próceres como José de San Martín y Simón Bolívar”<sup>15</sup>.

La utilidad de la historieta en la escuela ha sido destacada por aquellos especialistas en el estudio de la didáctica de la historia. En un contexto donde todavía predomina el texto escrito en las clases de historia, la historieta puede convertirse en una excelente vía de entrada para que alumnos de distintos niveles accedan al conocimiento histórico y logren comprensiones significativas<sup>16</sup>.

El relato que aparece en la historieta sobre Mosconi está anclado en varios elementos, los cuales reproducen el proceso de heroización: allí aparece como el militar que se perfecciona constantemente en el exterior para servir al país; se destaca su capacidad organizativa; y se resalta la lucha emprendida por una causa que no es personal sino que está destinada para el usufructo de la comunidad. También forma parte de este relato el rebelarse ante una injusticia. Mosconi es aquel que se subleva ante las autoridades de la Standart Oil, cuando le recuerdan las condiciones de venta de combustible para abastecer a la aviación militar:

“¿Y si la operación aérea no se tratara de un simple raid de entrenamiento?

<sup>14</sup> AGUADO, Alejandro. **General Ingeniero Enrique Mosconi. Una historia de novela.** Comodoro Rivadavia: Edupa, 2016, p. 5.

<sup>15</sup> AGUADO. **General Ingeniero Enrique Mosconi**, p. 7.

<sup>16</sup> COUDANNES AGUIRRE, Mariela Alejandra. De la Universidad a la escuela con humor: una propuesta de materiales alternativos para la enseñanza de la historia. **Clio y Asociados**, n° 11, 2007.



¿Y si se tratara de un requerimiento urgente, derivado de una operación de guerra? ¿Es posible que nuestro país y sus Fuerzas Armadas, como brazo ejecutor queden librados al erróneo criterio o la desconfianza de un comerciante extranjero? Esto no puede continuar así. Juro que por todos los medios legales a mi alcance, voy a cooperar a acabar con los monopolios de estas empresas, que no responden a los intereses del país”<sup>17</sup>.

Otro pasaje interesante se titula “Un día en la vida de Enrique Mosconi (como Director General de YPF)”, en donde se lo muestra como alguien que destina todo su tiempo a YPF, pues se levanta a las 5 de la mañana y termina de trabajar a las 21.30hs. Se entrega por completo a una causa nacional: lograr el autoabastecimiento del país en materia petrolera.

Otro aspecto necesario en todo relato que construya heroicidad es la de enmarcarlo en una narrativa patria, el cual también aparece en la historieta. Mosconi afirma: “La independencia de 1810 debe ser integrada por la independencia de nuestros cañones”<sup>18</sup>. Este elemento es central para que ingrese al panteón de los héroes nacionales, asociando en este caso a Mosconi con José de San Martín, realizando un paralelismo con su lucha de liberación: si el prócer buscaba la emancipación de América del Sur de la corona española, Mosconi busca el mismo cometido en la región, pero en materia petrolera y en contra del capital extranjero.

Otro tramo relevante en este esquema narrativo es aquel momento en que Mosconi es castigado por no adherir y colaborar con el golpe de Uriburu. En la historieta, los militares golpistas de 1930 sostienen:

“A Mosconi lo tenemos vigilado y con sus comunicaciones intervenidas. ¡Bien! Se lo merece por negarse a colaborar por nosotros. Es el general más prestigioso, el más enérgico y por eso el más peligroso. Debemos evitar que conspire y nos haga un contragolpe. Lo voy a enviar lejos, desterrado”<sup>19</sup>.

Este aspecto se suma al destrato que recibió cuando lo obligan a abonar la entrada para ingresar a la Primera Exposición Petrolera Fiscal en 1932. La historieta da a entender que esta falta de reconocimiento le terminaron provocando consecuencias en su salud.

## Conclusiones

En la primera parte de este artículo nos hemos dedicado a analizar las distintas reivindicaciones que diversos sectores políticos realizaron en torno a la figura de Mosconi a lo largo

<sup>17</sup> AGUADO. *General Ingeniero Enrique Mosconi*, p. 30.

<sup>18</sup> AGUADO. *General Ingeniero Enrique Mosconi*, p. 23.

<sup>19</sup> \_\_\_\_\_, *General Ingeniero Enrique Mosconi*, p. 56.



del siglo XX y el período transcurrido en lo que va del siglo XXI. En la mayoría de esos usos, al igual que en otros casos de América Latina, podemos observar que la explotación petrolífera adquiere el significado de constituirse en causa nacional. De hecho, en las palabras del rector de la Universidad Nacional de la Patagonia San Juan Bosco en la presentación de la historieta, el principal valor a destacar en Mosconi es la de haber expresado “la idea de asimilar el petróleo con la bandera patria”<sup>20</sup>.

En la segunda parte hemos analizado la historieta, en la cual hemos visto que se reproduce cierto sentido común de la historia, replicando el proceso de construcción de heroicidad en Mosconi. Los especialistas han destacado los límites que implica la utilización de las historietas en las clases de historia:

“Tiende a estereotipar las virtudes y defectos de los seres humanos, y promueve la identificación con sus personajes típicos, reales (personajes históricos) o imaginarios (como los superhéroes creados por el comic norteamericano). En ambos casos se estimula el culto al héroe con función pedagógica. Lo que aparece como la lucha entre el bien y el mal en la historieta de ficción tiene su paralelo en el comic histórico, en la traducción de resistentes visiones maniqueas de la historia”<sup>21</sup>.

En el caso que hemos analizado, a Mosconi se lo coloca en una batalla entre buenos y malos, incomprendido, destratado, olvidado, no reconocido. Aquel que lo dio todo sin pedir nada a cambio. El desarrollo de YPF se debe a su exclusiva personalidad, resultando curioso que en la historieta no aparezcan los trabajadores del petróleo.

Esto no significa desalentar este tipo de producciones que se constituyen en importantes esfuerzos por divulgar el pasado en otros ámbitos por fuera de la academia, aun cuando no sabemos el impacto que tendrá la obra en la escuela. Y esto nos lleva a nuestra última reflexión vinculado a destacar como una tarea siempre pendiente la de que los nuevos enfoques de la investigación histórica no se ven reflejados en la enseñanza escolar. Y esto se debe en gran parte a que la tarea de divulgación no forma parte de la agenda de investigación en las Universidades, cuestión que ya ha sido alertada por los historiadores argentinos<sup>22</sup>. Se ha sostenido que estamos frente a un vacío en

<sup>20</sup> *General Ingeniero Enrique Mosconi*, p. 5.

<sup>21</sup> COUDANNES AGUIRRE. De la Universidad a la escuela, p. 49.

<sup>22</sup> ADAMOVSKY, Ezequiel. Historia, divulgación y valoración del pasado: acerca de ciertos prejuicios académicos que condenan a la historiografía al aislamiento. **Nuevo Topo**, n° 8, sept.-octubre, 2011; CONTRERAS, Gustavo Nicolás. Democratizar el conocimiento histórico. Una entrevista a Jesús Izquierdo Martín. **Pasado Abierto**, 2015; DI MEGLIO, Gabriel. Hay un mundo allá afuera. Reflexiones sobre algunas ausencias en la formación profesional de historiadores. **Investigaciones y Ensayos**, N° 63, Julio-Diciembre, 2016; MOREA, Alejandro – RECLUSA, Alejo. “El pasado en



cuanto a producciones que posibiliten pensar la historia desde un lenguaje accesible sin perder el rigor histórico. Ese sigue siendo el mayor desafío.

---

cuestión. Cruces entre la investigación académica y la divulgación popular. Entrevista a Ezequiel Adamovsky y Gabriel Di Meglio. **Pasado Abierto**, n° 4, Mar del Plata, julio – diciembre, 2016.



# O Vigia de *O Sol é Para Todos*: representações do racismo e das relações raciais sulistas na obra de Harper Lee

The *Mockingbird's Watchman*: racism and southern race relations in Harper Lee's work

Henrique Rodrigues de Paula Goulart

Mestrando em História

Universidade de São Paulo/USP (São Paulo – SP)

goulart.historia@gmail.com

Recebido em: 02/04/2017

Aprovado em: 03/07/2017

**RESUMO:** O presente trabalho dedica-se a uma leitura crítica de *O sol é para todos*, célebre romance publicado em 1960 pela escritora norte-americana Harper Lee e adaptado para o cinema em 1962. A proposta consiste em compreender as representações históricas produzidas pelas obras – literária e filmica – acerca dos embates raciais atravessados pelo Sul dos Estados Unidos no contexto do Movimento pelos Direitos Civis. Por último, pretende-se comparar tais representações às de *Vá, coloque um vigia*, versão original de *O sol é para todos* desconhecida do público até sua publicação inédita em 2015.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direitos civis; representações históricas; harper lee.

**ABSTRACT:** The present paper is dedicated to a critical reading of *To kill a mockingbird*, a celebrated novel published in 1960 by american novelist Harper Lee and adapted to the cinema in 1962. The proposal consists in analyzing the historical representations produced by the works - literary and filmic - regarding racial relations in the South during the Civil Rights Movement. Finally, it aims at comparing such representations to those of *Go set a watchman*, the original version of *To kill a mockingbird*, unknown to the public until its release in 2015.

**KEYWORDS :** Civil rights; historical representations; harper lee.



## Introdução: Um lugar ao sol para Atticus Finch?

Nascida na pequena cidade sulista de Monroeville, Alabama, a escritora Nelle Harper Lee (1926-2016) é reverenciada como uma das maiores ficcionistas norte-americanas do século XX. Em 1961, Lee foi premiada com um Prêmio Pulitzer de Ficção pelo romance *O sol é para todos*<sup>1</sup> (*To kill a mockingbird*, em inglês), publicado no ano anterior e prontamente aclamado como um grande *best-seller*. Em um ano de vendas, o livro atingiu a impressionante marca de 500 mil exemplares e em pouco tempo foi traduzido para 10 idiomas. Em 1962, a obra foi adaptada para o cinema<sup>2</sup> em um longa-metragem dirigido por Robert Mulligan e estrelado por Gregory Peck no papel principal de Atticus Finch. Indicado para oito Oscar, o filme recebeu três estatuetas dentre as quais a premiação de melhor ator concedida a Peck.

Desde então, *O sol é para todos* – auxiliado pela repercussão de sua adaptação ao cinema – vendeu mais de 40 milhões de exemplares mundo afora e consolidou-se no cânone da literatura norte-americana.<sup>3</sup> Ambientado na cidade fictícia de Maycomb, Alabama, durante os anos da Grande Depressão, o livro narra as lembranças de Jean Louise “Scout” Finch acerca da época em que seu pai, o advogado Atticus Finch, foi incumbido de defender Tom Robinson, um homem negro injustamente acusado de estuprar uma mulher branca.

No enredo, os acusadores, Mayella Ewell, e o pai, Bob Ewell, logram a condenação do acusado à pena capital, a despeito de Atticus ter provado a falsidade das denúncias. Em seguida, Robinson é executado em uma tentativa de fuga e Ewell, humilhado por ter sido desmascarado no julgamento, busca vingança atacando Jem e Scout, filhos do advogado. O ataque fracassa e a história termina com a morte de Ewell em um confronto com Boo Radley, o excêntrico vizinho dos Finch, cujo envolvimento no episódio é ocultado por Atticus e pelo xerife da cidade, Heck Tate.

Escrito e publicado durante a ascensão do Movimento pelos Direitos Civis à cena pública norte-americana, o livro foi amplamente celebrado como um libelo em prol da justiça racial. Naquele

<sup>1</sup> LEE, Harper. **O sol é para todos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2015

<sup>2</sup> **O sol é para todos**. Direção: Robert Mulligan. Roteiro Harper Lee e Horton Foote. Universal International Pictures, 1962. Disponível em: <<https://www.netflix.com/watch/1051852?trackId=13752289&ctx=0%2C0%2C3ebf0e61ac286876102ffb510116e9178bee1331%3A0361828689f5c313be31577ba231aed56707b37c>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

<sup>3</sup> METRESS, Christopher. The Rise and Fall of Atticus Finch. In: BLOOM, Harold (org.). **Bloom's modern critical interpretations**: Harper Lee's To Kill a Mockingbird. Updated edition. New York: Chelsea House Publishers, 2007, p. 142-143.



período, distintos setores do movimento negro estavam engajados no combate ao *Jim Crow*, nome pelo qual era designado o sistema de leis e práticas discriminatórias que institucionalizavam a segregação racial no Sul do país. Alvos de intensa cobertura midiática, ativistas como Rosa Parks e Martin Luther King Jr. – bem como diversas organizações negras – pressionavam autoridades governamentais a realizarem reformas na região que garantissem a cidadania plena aos negros até então privados do acesso a direitos civis e políticos básicos.<sup>4</sup>

Nesse contexto, parte importante do sucesso do enredo de *O sol é para todos* advém do forte poder moral exercido pelo papel de Atticus Finch em sua defesa de Robinson contra as acusações infundadas lançadas pelos racistas de Maycomb. Embora branco e sulista, Atticus simbolizava, então, uma postura progressista em termos de relações raciais que passou a ser reverenciada por um amplo público liberal<sup>5</sup> branco nos Estados Unidos. Assim, sua construção como personagem-modelo (acentuada no filme) caracterizado pela integridade e pela coragem frente às injustiças raciais de seu meio, elevou-o à condição de “herói nacional”, em um momento no qual grande parte do país “estava propenso à salvação fictícia”<sup>6</sup>.

Desde então, seja pela crença no funcionamento das instituições norte-americanas ou pela defesa de princípios morais humanistas, o romance – e, por extensão, Atticus – manteve seu prestígio entre a crítica e os leitores, especialmente com o público escolar para o qual ainda figura como leitura obrigatória nos currículos de educação básica. Mais recentemente, no entanto, o *status* da obra vem sendo questionado à medida que a crítica tem apontado ambiguidades e limitações nas perspectivas progressistas endossadas pelo enredo tanto no formato literário quanto no filmico.<sup>7</sup> A este respeito, o

<sup>4</sup> Nos primeiros anos do Movimento pelos Direitos Civis, organizações como a NAACP – *National Association for the Advancement of Colored People*, a SCLC – *Southern Christian Leadership Conference*, o CORE – *Congress of Racial Equality* e, posteriormente, o SNCC – *Student Nonviolent Coordinating Committee*, foram fundamentais para a luta contra a segregação racial na região Sul do país.

<sup>5</sup> No contexto do Movimento pelos Direitos Civis, o liberalismo a que se refere diz respeito a uma perspectiva progressista adotada por um público norte-americano branco simpático ao combate empreendido pelo ativismo negro contra a segregação racial no Sul do país. Este último, por sua vez, além de empregar estratégias de ação direta – manifestações, boicotes, ocupação de espaços segregados, dentre outros – valia-se também da articulação política entre grupos dos Direitos Civis, organizações sindicais e expoentes do Partido Democrata a fim de pressionar o governo federal a intervir em prol do Movimento.

<sup>6</sup> SUNDQUIST, Eric J. Blues for Atticus Finch: Scottsboro, *Brown*, and Harper Lee. In: BLOOM, Harold (org.). **Bloom's modern critical interpretations**: Harper Lee's *To Kill a Mockingbird*. Updated edition. New York: Chelsea House Publishers, 2007, p. 99.

<sup>7</sup> Para exemplos da recepção crítica mencionada, conferir METRESS, Christopher. The Rise and Fall of Atticus Finch. In: BLOOM, Harold (org.). **Bloom's modern critical interpretations**: Harper Lee's *To Kill a Mockingbird*. Updated edition. New York: Chelsea House Publishers, 2007, p. 141.



golpe mais duro à imagem de *O sol é para todos* foi desferido em 2015 com o lançamento inédito de *Vá, coloque um vigia*<sup>8</sup> (*Go set a watchman*, em inglês), a primeira versão da história cuja existência era desconhecida.

Para a surpresa da comunidade de leitores, o *Vigia*, manuscrito entregue à editora em 1957 e nunca publicado, constitui não somente uma versão preliminar do consagrado clássico de Harper Lee, mas um livro significativamente distinto tanto em tom quanto em substância.<sup>9</sup> Nele, o enredo se desenrola vinte anos mais tarde, em meados da década de 1950, quando o Movimento pelos Direitos Civis despontava no Sul dos Estados Unidos. Jean Louise, agora uma mulher adulta residente em Nova York, volta à cidade natal de Maycomb e, desta vez, é forçada a encarar Atticus não como o modelo paterno de integridade mas como o racista que ela até então desconhecia.

Narrado do ponto de vista da maturidade de Jean Louise, a ruptura realizada por *Vá, coloque um vigia* trouxe à tona muito mais do que um simples acerto de contas com o passado ficcional dos Finch. O desmoronamento do principal ícone de *O sol é para todos* aguçou a atenção da crítica para os limites e contradições da perspectiva progressista associada à obra e às personagens de Harper Lee. De forma mais ampla, contribuiu para um retorno à questão “do Sul como um problema norte-americano”<sup>10</sup>; isto é, à reavaliação histórica das representações do racismo e das relações raciais sulistas veiculadas nas obras literária e filmica.

Neste sentido, o presente trabalho busca analisar o romance e o filme *O sol é para todos*, atentando às representações construídas por estas produções acerca dos contextos históricos aos quais se vinculam: a Grande Depressão e, principalmente, o Movimento pelos Direitos Civis. Argumenta-se que, diferentemente do filme, o romance dá espaço a representações ambíguas acerca das relações e transformações raciais vivenciadas no Sul à época dos Direitos Civis. Já o longa-metragem, visando um público mais amplo, aprofunda a romantização de Atticus Finch, foco que camufla os vínculos estabelecidos entre a personagem e a hierarquia racial da sociedade sulista. Na conclusão, estes aspectos serão brevemente retomados à luz do romance *Vá, coloque um vigia* com o intuito de discutir os limites

<sup>8</sup> LEE, Harper. *Vá, coloque um vigia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2015

<sup>9</sup> MAHLER, Jonathan. The Invisible Hand Behind Harper Lee's 'To Kill a Mockingbird'. *The New York Times*, 12 de jul. 2015. Disponível em: <[http://www.nytimes.com/2015/07/13/books/the-invisible-hand-behind-harper-lees-to-kill-a-mockingbird.html?\\_r=2](http://www.nytimes.com/2015/07/13/books/the-invisible-hand-behind-harper-lees-to-kill-a-mockingbird.html?_r=2)>. Acesso em: 20 dez. 2016.

<sup>10</sup> Acerca das representações do “Sul como problema norte-americano”, cf. SUNDQUIST. Blues for **Atticus Finch**, p. 75-78.



da perspectiva liberal associada à obra de Harper Lee.

### **O presente passado: projetando os Direitos Civis na Grande Depressão**

Um aspecto central à compreensão das representações históricas construídas em *O sol é para todos* diz respeito às escolhas narrativas adotadas e os sentidos por elas produzidos. No que concerne às temporalidades que atravessam a obra, a opção pela narrativa em primeira pessoa impõe ao enredo dois recortes históricos distintos: o período da Grande Depressão econômica dos anos 1930, contexto do enredo narrado por Jean Louise “Scout” Finch, e o Movimento pelos Direitos Civis, cuja ascensão a partir de meados da década de 1950 corresponde ao momento de escrita e lançamento do livro. Tais temporalidades, entretanto, concorrem de maneiras distintas na estruturação do romance.

Embora ambientado no passado fictício da década de 1930, o enredo de *O sol é para todos* está profundamente imbricado no contexto político que cercavam os Estados Unidos à época de seu lançamento.<sup>11</sup> Assim, ao recuar temporalmente na elaboração da história, Harper Lee jamais perde o próprio presente de vista. Pelo contrário, a narrativa realizada retrospectivamente por Scout – que, mais velha, rememora episódios da infância em Maycomb – pressupõe um ponto de enunciação futuro a partir do qual personagem e autora discorrem e se aproximam.<sup>12</sup> Viabilizada pela forma narrativa, esta aproximação leva Harper Lee a concretizar um anacronismo: a projeção fictícia, no contexto da Grande Depressão, da crise racial vivenciada no Sul durante a década de 1950. Dessa maneira, recorrendo aos Finch e à Maycomb da Grande Depressão, *O sol é para todos* realiza uma “anatomia da segregação no momento de sua destruição legal”<sup>13</sup>.

Redigido pela autora em viagens realizadas entre Nova York – onde Lee residia – e o Alabama, o romance é, portanto, produto do ambiente de tensão racial que tomou conta do país principalmente a partir de 1954.<sup>14</sup> Naquele ano, no célebre julgamento de *Brown vs. Board of Education of Topeka, Kansas*, a Suprema Corte dos Estados Unidos determinou a inconstitucionalidade da segregação racial praticada nas escolas públicas sulistas. Marco importante para o Movimento pelos Direitos Civis, a

<sup>11</sup> CHURA, Patrick. Prolepsis and Anachronism: Emmett Till and the Historicity of *To Kill a Mockingbird*. In: BLOOM, Harold (org.). **Bloom's modern critical interpretations**: Harper Lee's *To Kill a Mockingbird*. Updated edition. New York: Chelsea House Publishers, 2007, p. 115.

<sup>12</sup> Esta identificação entre o ponto de vista de Harper Lee e de “Scout” Finch pela forma narrativa não é acidental. Afinal, aspectos biográficos da escritora inspiraram a construção da personagem: ambas são filhas de advogados atuantes no legislativo do Alabama, nasceram em pequenas cidades daquele estado e tinham a mesma idade durante os anos nos quais o enredo de *O sol é para todos* é ambientado (1932/33-1935).

<sup>13</sup> SUNDQUIST, Blues for Atticus Finch, p. 77-78.

<sup>14</sup> CHURA. Prolepsis and Anachronism, p. 128-129



decisão de *Brown* contestava as provisões anteriores de *Plessy vs. Ferguson*<sup>15</sup> (1896) para as quais a segregação de espaços públicos não violava a igualdade de direitos garantida pela constituição a todos os cidadãos do país.<sup>16</sup>

Fruto de uma longa batalha legal iniciada anos antes pela NAACP, *Brown* representou um importante golpe no edifício do *Jim Crow*. No entanto, a vitória na Suprema Corte não foi acompanhada de uma efetiva integração das escolas públicas sulistas. Pelo contrário, o Sul respondeu à decisão com uma intensa escalada da repressão racial. Organizados em *White Citizen Councils*<sup>17</sup>, os segregacionistas recorreram desde aos legislativos locais até ao emprego da violência física a fim de barrar a pressão exercida pelo ativismo negro – e pela “interferência” do governo federal – em prol da integração racial.<sup>18</sup>

Em meados dos anos 1950, a resposta a *Brown* baseava-se em uma mistificação do discurso sulista acerca da natureza das relações raciais na região. Ao associarem “segregação” às ideias de “separação”, “costumes”, “modo de vida sulista”, “autonomia constitucional dos Estados” (*states' rights*), seus adeptos mascaravam o caráter sistêmico da hierarquia racial que defendiam em prol de uma abordagem entendida em termos das relações interpessoais entre brancos e negros. Segundo o historiador Charles Payne, tal camuflagem produzia uma “confusão” em torno do tema voltada à proteção dos aspectos estruturais da opressão racial contra tentativas de mudança.<sup>19</sup>

Não obstante a pulverização discursiva mencionada, um ponto compartilhado pela reação racista como um todo dizia respeito ao temor dos segregacionistas de que o integracionismo de *Brown*

<sup>15</sup> Em 1896, a decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos no caso *Plessy vs. Ferguson* estabeleceu as bases legais sobre as quais se assentaram o *Jim Crow*, o sistema de segregação racial nos estados do Sul. Naquele contexto, *Plessy* determinou que a doutrina “separados mais iguais” não representava uma violação da 14<sup>a</sup> Emenda à Constituição segundo a qual todos os cidadãos norte-americanos eram iguais perante a lei. A partir daquele momento, os estados sulistas partiram à imposição da segregação racial em espaços e serviços públicos, submetendo a população negra norte-americana a instalações e instituições públicas separadas e muito inferiores em relação àquelas disponíveis aos brancos.

<sup>16</sup> SITKOFF, Harvard. **The struggle for black equality**. New York: Hill and Wang, 2008, p. 35-44. Para uma discussão recente acerca da periodização do Movimento pelos Direitos Civis, conferir HALL, Jacquelyn D. **The Long Civil Rights Movement and The Political Uses of the Past. The Journal of American History**, v. 91, n. 04, mar. 2005, p. 1233-1263.

<sup>17</sup> *White Citizen Councils* eram associações de segregacionistas surgidas em todo o Sul do país após a decisão de *Brown vs. Board* que se opunham à integração dos negros na sociedade sulista. Para tanto, recorriam a diversas táticas de intimidação e violência racial contra ativistas e grupos negros. A NAACP, por exemplo, foi banida do Alabama em 1956, estado natal de Harper Lee, e seus membros perseguidos pelo envolvimento no boicote aos ônibus da cidade de Montgomery realizado naquele ano.

<sup>18</sup> MARABLE, Manning. **Race, reform, and rebellion: the second reconstruction and beyond in Black America, 1945-2006**. 3. ed. Jackson: University Press of Mississippi, 2007, p 38-43.

<sup>19</sup> PAYNE, Charles M. “The Whole United States is Southern!”: *Brown vs. Board* and the Mystification of Race. **The Journal of American History**, v. 91, n. 01, jun. 2004, p. 84-85.



representasse um passo em direção à miscigenação.<sup>20</sup> Tabu maior do segregacionismo, a tensão com a possibilidade do sexo interracial – especialmente entre homens negros e mulheres brancas – muito frequentemente resultava em episódios de violência protagonizados por supremacistas brancos. Os exemplos a este respeito são abundantes. Entretanto, dois casos, um da década de 1930 e outro da de 1950, são particularmente significativos para a concepção do julgamento de Tom Robinson em *O sol é para todos*: o caso dos *Scottsboro boys* e o de Emmett Till.

Em 1931, nove jovens negros a bordo de um trem de cargas foram presos em *Scottsboro*, Alabama, falsamente acusados de terem estuprado duas mulheres brancas. O julgamento, um exemplo claro de que os “tipos de justiça administrados em linchamentos [*southern mobs*] e em tribunais sulistas eram frequentemente indistinguíveis”<sup>21</sup>, foi marcado por inúmeras irregularidades e terminou com a condenação de oito dos envolvidos a penas capitais. Para além da ameaça constante de linchamento por parte de grupos de “justiceiros” brancos, a presença de um júri exclusivamente branco e a privação do direito a representação legal indicavam violações flagrantes das garantias constitucionais dos acusados. Assim, no ano seguinte, acatando recurso da NAACP, a Suprema Corte determinou, em *Powell vs. Alabama*<sup>22</sup>, a realização de novas sessões que respeitassem os direitos constitucionais dos jovens.<sup>23</sup>

O caso – que ainda contou com mais uma decisão fundamental da Suprema Corte, *Norris vs. Alabama*<sup>24</sup>, questionando a exclusão dos negros do serviço de júri – se arrastou durante boa parte da década de 1930 ao final da qual, após anos de retenção, todos os envolvidos foram absolvidos. *Scottsboro*, assim como na história de Tom Robinson – cuja culpa foi previamente assumida por um grupo de “justiceiros” e depois injustamente confirmada por um júri segregado –, expõem o intrincado funcionamento do sistema de discriminação racial sulista à época da Grande Depressão. Por outro

<sup>20</sup> CHURA. *Prolepsis and Anachronism*, p. 117.

<sup>21</sup> SUNDQUIST. *Blues for Atticus Finch*, p. 79.

<sup>22</sup> Como mencionado, em 1932, a decisão da Suprema Corte em *Powell vs. Alabama* reverteu as condenações capitais estipuladas pelo judiciário do Alabama ao caso dos *Scottsboro Boys*. O episódio ganhou destaque graças a intervenção federal favorável ao direito dos acusados a um “julgamento justo”. Em especial, a Corte questionou o procedimento do judiciário do Alabama com base no fato dos acusados terem sido privados de representação e aconselhamento legal – isto é, do acesso a um advogado próprio ou a um defensor público.

<sup>23</sup> GREENBERG, Cheryl Lynn. *To ask for an equal chance: African Americans in the Great Depression*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2009, p. 77-78

<sup>24</sup> Em *Norris vs. Alabama*, um outro desdobramento legal do caso dos *Scottsboro Boys*, a Suprema Corte dos Estados Unidos determinou que a exclusão sistemática de negros norte-americanos do serviço de júri representava uma violação das garantias constitucionais previstas pela 14<sup>a</sup> Emenda à Constituição a todos os cidadãos norte-americanos.



lado, concebidos nos anos que se seguiram à *Brown*, tais paralelos entre história e ficção apontam, sobretudo, para a continuidade deste mesmo sistema no período em que Harper Lee escrevia.

A este respeito, o segundo exemplo mobilizado pela autora é ainda mais significativo que o anterior pela proximidade com o contexto de escrita do romance. Em 1955, o brutal assassinato do jovem negro Emmett Till, no estado do Mississippi, gerou uma onda de comoção e revolta por todo o país. Till, quatorze anos de idade, foi atacado por ter *supostamente* – é importante frisar – assediado para ou se dirigido a uma mulher branca. A indignação com o horror das agressões que marcaram o episódio, agravada pela absolvição dos assassinos por um júri branco, representaram um impulso decisivo para a nacionalização da agenda dos Direitos Civis. Pouco tempo depois, ativistas vinculados à NAACP lançaram o Boicote aos Ônibus de Montgomery, episódio importante à consolidação das pautas e estratégias do movimento negro nos anos seguintes.

Novamente, os paralelos do julgamento de Tom Robinson com o caso de Emmett Till são impressionantes. Em primeiro lugar, ambos episódios têm em *supostas* transgressões do “tabu sexual” sulista um denominador comum que orienta a violência racial da qual Robinson e Till são vítimas. A este respeito, o caso deste último é ainda mais dramático pela sua inserção no ambiente politicamente carregado que se seguiu à decisão de *Brown*, momento aquele de “entrincheiramento” do segregacionismo sulista. A lista de similaridades, entretanto, continua:

Ambos os casos são ouvidos por júris composto por fazendeiros brancos. Ambos os casos resultam em vereditos que se agarram tenazmente à hierarquia racial sulista às custas da justiça mesmo diante das evidências provarem o contrário. Em ambos os casos, é necessária que uma comunidade de brancos de classe média potencialmente moderada sustente, mesmo contra suas inclinações iniciais [...], o testemunho, obviamente falso, de um par de pobres brancos desprezados. [...] Em ambos os casos, o infanticídio ocupa um lugar proeminente na busca por vingança pela vergonha racial e social atravessada por uma classe de brancos sulistas pobres<sup>25</sup>.

Considerado um marco da consciência nacional referente à questão dos Direitos Civis, o assassinato de Till exprimiu a recorrente questão do “Sul como um problema norte-americano” em termos bastante claros para um audiência nacional. Inserida neste contexto, a redação de *O sol é para todos* pode ser compreendida, portanto, como uma tentativa da autora de elaborar as complexas questões morais e políticas colocadas pelo seu presente às suas origens sulistas.<sup>26</sup> Para isto, como

<sup>25</sup> CHURA. *Prolepsis and Anachronism*, p. 119.

<sup>26</sup> \_\_\_\_\_. *Prolepsis and Anachronism*, p. 132.



discutido, a escolha pela narrativa em retrospectiva desempenha um papel crucial, pois possibilita o cruzamento de contextos históricos distintos que costuram presente e passado no enredo do romance.

Uma vez definida a centralidade do contexto político para a concepção da obra, cabe agora investigar um pouco mais a fundo a visão do romance acerca dos embates raciais vivenciados no Sul da década de 1950. Na seção seguinte, esta questão será analisada pelo contraste entre as versões literária e filmica do clássico de Lee atentando às suas ambiguidades na representação da personagem de Atticus Finch.

### Romance e filme em perspectiva

- [Atticus Finch]: Atire em todos os gaios que quiser, se conseguir acertá-los, mas lembre-se: é pecado matar – um rouxinol [*mockingbird*].
- [Srta. Maudie]: Seu pai tem razão. O rouxinol não faz nada além de cantar para o nosso deleite. Não destrói jardins, não faz ninho nos milharais, ele só canta. Por isso é um pecado matar um rouxinol [*mockingbird*]<sup>27</sup>.

Além de contextualizar temporalmente o enredo, a estrutura narrativa empregada por Harper Lee constrói as representações históricas do romance a partir de um ponto de vista específico. É pela ótica de Jean Louise Finch, criança branca pertencente a uma classe média sulista, que a história é recuperada. Dessa forma, os diálogos protagonizados por ela, o irmão Jem e Atticus conferem à história um aspecto de parábola, uma pedagogia moral ajustada à perspectiva das personagens acerca dos eventos. Neste sentido, o vínculo estreito entre pai e filhos – indicado logo na citação de abertura da obra: “os advogados, suponho, um dia foram crianças” – funciona como um vetor da moralidade do romance.

Atticus, pai-viúvo, figura como a principal referência dos filhos – seguido de Calpúrnia, a doméstica negra que trabalha na casa dos Finch – e é quem representa para eles os princípios morais pelos quais o romance ficou conhecido. A despeito de sofrer o repúdio racista de boa parte de Maycomb pelo seu papel na defesa Tom Robinson, o advogado sempre se mantém impassível, justo, constantemente exortando Jem e Scout a terem empatia pelos seus conterrâneos. Uma de suas máximas – “você só consegue entender uma pessoa de verdade quando vê as coisas do ponto de vista dela” – é aplicada até para Bob Ewell, o odioso vilão do romance. Em certa ocasião, mesmo após ser

<sup>27</sup> Excerto do diálogo de Atticus Finch e sua vizinha, Srta. Maudie, com Jem e Jean Louise. In: LEE. **O sol é para todos**, p. 118.



agredido e ameaçado por Ewell, Atticus pede a Jem que o filho tenha compreensão e tente “se colocar no lugar dele”. Mais adiante no romance, ele alerta Scout de que “não é bom odiar ninguém” já que “a maioria das pessoas é boa [...] quando enfim as conhecemos”<sup>28</sup>.

Por todo o romance, a imagem de Atticus Finch é construída, portanto, em estreito diálogo com o enfoque dedicado às vivências das crianças – Jean Louise, Jem e Dill, amigo daqueles dois – durante a história. Neste aspecto, *O sol é para todos* é, também, uma história sobre a infância e os dilemas trazidos pela maturidade, narrada com uma cadência ajustada ao tempo do amadurecimento das personagens. Esta dinâmica, implícita na rememoração dos eventos por Scout, confere ao romance um ritmo nostálgico, lento, que é consideravelmente transformado na adaptação da obra ao cinema.

Lançado em 1962, o filme dirigido por Robert Mulligan desenvolve-se de maneira mais acelerada, comprimindo os distintos temas abordados no romance em prol do enfoque na questão da discriminação racial sulista.<sup>29</sup> Nesse processo,

os temas das relações familiares, da saída literal e metafórica da infância, da hipocrisia religiosa; todos eles, se eles sobrevivem no filme, sobrevivem apenas em momentos fugazes e não como partes fundamentais da história como eles indubitavelmente são no romance de Lee<sup>30</sup>.

Diferentemente do livro no qual as crianças são protagonistas, o longa-metragem torna Atticus Finch a personagem principal do enredo. Interpretada por Gregory Peck, a quase onipresença da personagem na tela direciona a ênfase do filme para o papel exemplar desempenhado por Atticus ao defender Tom Robinson. No processo, o advogado é ainda mais romantizado como modelo de coragem e integridade a ser reconhecido – e emulado – pelo público espectador do começo da década de 1960. Exemplo disto, na cena em que Atticus atira no cachorro raivoso que ameaçava a sua vizinhança, a câmera enquadra a admiração de Jem com a proeza do pai, exemplo de masculinidade com a qual uma vasta audiência norte-americana da época se identificava.<sup>31</sup>

<sup>28</sup> \_\_\_\_\_. **O sol é para todos**, p. 43; 272; 306-307; 349.

<sup>29</sup> NICHOLSON, Colin. Hollywood and Race: To Kill a Mockingbird. In: BLOOM, Harold (org.). **Bloom's modern critical interpretations: Harper Lee's To Kill a Mockingbird**. Updated edition. New York: Chelsea House Publishers, 2007, p. 65-66. No romance, o universo e as experiências infantis das personagens são detalhadamente construídos em mais de 100 páginas da narrativa. O filme, por sua vez, sobrevoa estas questões e dedica-se majoritariamente ao desenvolvimento da temática racial, ênfase com a qual Hollywood conseguiria, à época, apelar a uma audiência mais ampla.

<sup>30</sup> \_\_\_\_\_. **Hollywood and Race**, p. 66.

<sup>31</sup> \_\_\_\_\_. **Hollywood and Race**, p. 66.



Ao contrário do romance, portanto, o filme concentra-se desproporcionalmente na cena do julgamento. Nesta, para além da coragem a qual é associado, Atticus é caracterizado pela integridade dos princípios com que defende os direitos civis do negro Tom Robinson contra uma condenação prévia e injusta. Em seu apelo final ao júri, o advogado proclama sua crença no papel desempenhado pelo judiciário na promoção da “igualdade de todos os cidadãos perante a lei”:

Mas há algo neste país diante do qual todos os homens são iguais, há uma instituição que torna um pobre igual a um Rockefeller, um idiota igual a um Einstein e um ignorante igual a um reitor de universidade. Essa instituição, senhores, é o Tribunal de Justiça. [...] Como qualquer instituição, os nossos tribunais têm falhas, mas são os maiores niveladores deste país, para os nossos tribunais todos os homens nasceram iguais. Não sou idealista a ponto de acreditar piamente na integridade de nossos tribunais e do sistema judiciário, não se trata de um ideal, mas de uma realidade viva, que funciona. [...] Tenho certeza de que os senhores vão [...] chegar a uma decisão e devolver esse homem para a família dele. Em nome de Deus, cumpram o seu dever<sup>32</sup>.

Nesta cena de clímax dramático, o filme consolida uma perspectiva liberal acerca das relações raciais a qual tem em Atticus o seu porta-voz. Este a expressa por meio de uma profunda confiança no credo cívico nacional, isto é, na capacidade dos valores e das instituições norte-americanas de promover a justiça e zelar pelos direitos dos seus cidadãos – inclusive os de Tom Robinson – a despeito das provações as quais são submetidas.<sup>33</sup>

Consagrada pela atuação icônica de Gregory Peck, a personificação de uma consciência branca liberal na figura de Atticus Finch não ocorre, contudo, de maneira tranquila. Através desta personagem, longa-metragem e romance revelam contradições latentes no liberalismo do enredo que desestabilizam o discurso moral da empatia (tolerância) racial característico de *O sol é para todos*.

No filme, isto se manifesta pela construção da personagem do advogado em conformidade com uma hierarquia racial e de classe que estruturava a sociedade sulista da época de Harper Lee.<sup>34</sup> Assim, se observado atentamente, percebe-se que a idealização de Atticus tanto no tribunal quanto fora dele ocorre às custas do silenciamento das personagens negras, alijadas da história em prol do protagonismo das personagens brancas. Individualmente, tanto Calpurnia quanto Tom Robinson são representados de maneira digna, mas ainda sim figuram como coadjuvantes nas questões que os

<sup>32</sup> LEE. **O sol é para todos**, p. 255.

<sup>33</sup> Sobre o credo cívico nacional norte-americano ver POCOCK, J.G.A. America's Foundations, Foundationalisms, and Fundamentalisms. **Orbis**, v. 49, n. 01, jan. 2005, p. 37-44.

<sup>34</sup> HOLCOMB, Mark. To Kill a Mockingbird. A classic revisited. **Film Quarterly**, v. 55, n. 04, summer 2002, p. 36.



implicam diretamente.

A representação daquele último é ainda mais paradigmática das exclusões produzidas pela atenção narrativa dedicada à família Finch. Na alegoria que dá nome à história, a personagem é comparada a um rouxinol (*Mockingbird*), pássaro inofensivo cuja única função, segundo Atticus e a Srta. Maudie, seria “cantar para nosso deleite”. Robinson, descrito aqui à imagem de um menestrel, é submetido a uma condição subalterna na qual o direito à representação lhe é negado tanto histórica – por meio de um júri segregado – quanto metaforicamente – pela supressão de sua própria voz em benefício alheio.<sup>35</sup>

Em termos de classe, Atticus Finch é caracterizado pela sua diferença em relação à maioria da população de trabalhadores pobres de Maycomb. Em especial, Bob Ewell, pequeno agricultor branco e pobre que tenta punir Tom Robinson pela “transgressão sexual” cometida pela sua filha, surge como sua antítese completa. No filme, de maneira ainda mais acentuada do que no romance, Ewell personifica a vilania e a ignorância frente a integridade e a moralidade do pai de Scout e Jem. Aqui, a associação explícita entre Ewell e o ódio racial individualiza o racismo e o “atraso” sulista, associando-o a uma classe restrita de trabalhadores brancos, pobres e interioranos. Ao construir a discriminação racial prevalecente no Sul à imagem deste grupo, o longa-metragem obscurece o caráter estrutural da hierarquia racial que, à época, perpassava todos os estratos sociais da sociedade sulista. Graças a isto, Atticus é isento de responsabilidade pelo mesmo sistema no qual ele, respeitado membro da comunidade de Maycomb, está inserido.

No entanto, um olhar mais cuidadoso ao romance permite atentar aos vínculos, ainda que sutis, estabelecidos pelo herói da história com a discriminação racial em vigor no seu meio. Em especial, a pedagogia moral empregada pela personagem evidencia os limites da empatia como uma visão que se quer realmente transformadora do *status quo*. Assim, as mencionadas exortações de Atticus em prol da compreensão do ponto de vista alheio por vezes soam como um compromisso implícito com as práticas e perspectivas racistas que o romance busca condenar.

Isto é particularmente significativo, por exemplo, no reconhecimento da personagem de que, por piores que os conflitos em Maycomb se tornem, “não estamos lutando contra os ianques

---

<sup>35</sup> SUNDQUIST. *Blues for Atticus Finch*, p. 94. A passagem mencionada foi transcrita na abertura desta seção. Os menestrelés eram caracterizações racistas e estereotipadas dos negros (realizadas por atores brancos) veiculadas pelo teatro popular norte-americano do século XIX.



[nortistas], mas contra nossos amigos. [...] Eles continuam sendo nossos amigos e esta continua sendo nossa casa". Ou então nas afirmações dele de que tanto os júris quanto os grupos de "justicieros" (*mob*s) pelo sul são sempre formados por "pessoas que a gente conhece", "homens que são sensatos no dia a dia"<sup>36</sup>. Pouco à frente, em um diálogo com os filhos após a condenação de Robinson, Atticus lança um prognóstico nitidamente pessimista indicativo de sua preocupação com a manutenção do *status quo*: "para mim não há nada mais repugnante do que um branco de *quinta categoria* tirar vantagem da *ignorância* de um negro. Podem ter certeza: essa dívida está aumentando e *um dia vamos pagar essa conta*. Espero que até lá vocês tenham morrido"<sup>37</sup>.

Através destas falas, o advogado deixa entrever uma cumplicidade com a estrutura social de Maycomb e suas práticas discriminatórias, o que é intensificado pelo caráter sombrio da última citação. Nesta, Atticus demonstra uma inquietude com o estado das relações raciais sulistas e prevê, com temor, as transformações que marcariam a região duas décadas depois. Aqui, novamente, o cruzamento de temporalidades distintas no romance indica as vinculações da obra com o presente da autora, atribuindo a Atticus Finch – e, por conseguinte, ao livro – uma perspectiva conformista pouco ou nada engajada em mudar o racismo estrutural existente no Sul. Vinte anos mais tarde, frente o impacto da decisão de *Brown* e o ativismo da NAACP, a hesitação inicial demonstrada pelo advogado transforma-se-á em clara oposição ao nascente Movimento pelos Direitos Civis.

### Conclusão: um "lamento" para Atticus Finch

Em *Vá, coloque um vigia*, Jean Louise, agora uma mulher de vinte e seis anos, se vê às voltas com a concretização do prenúncio realizado pelo pai anos antes. Entretanto, para a surpresa dela – e, diga-se de passagem, de grande parte do público leitor de *O sol é para todos* – Atticus não era mais o ícone moral que havia defendido, por puro princípio, os direitos de Tom Robinson perante a condenação injusta das pessoas de Maycomb. Aliás, conforme o romance avança, descobre-se que ele nunca foi. Voltando ao Alabama de Nova York, onde residia, Scout se deparou com um pai segregacionista, leitor de publicações racistas e membro do *White Citizen Council* local. Revoltada com o que presenciou, ela o confronta em uma passagem bastante elucidativa principalmente acerca dos pontos em comum que

<sup>36</sup> LEE. **O sol é para todos**, p. 102; 197; 275.

<sup>37</sup> \_\_\_\_\_. **O sol é para todos**, p. 275. É interessante notar, nesta citação, a confluência da hierarquia de classe e de raça na distinção que o romance pretende estabelecer entre Atticus e as personagens "secundárias" do enredo – brancos pobres e negros. Grifos meus.



revela entre as personagens:

- [Atticus]: Posso lhe dizer os dois motivos para eu estar lá [participando do *White Citizen Council*]: o governo federal e a Associação Nacional para o Progresso das Pessoas de Cor [NAACP]. Jean Louise, qual foi a sua primeira reação à decisão da Suprema Corte?
- [Scout]: Fiquei furiosa.
- [Atticus]: Por quê?
- [Scout]: Bom, lá estavam eles, dizendo mais uma vez o que devíamos fazer...
- [Atticus]: Como assim?
- [Scout]: Bom, ao tentar respeitar uma emenda, parece que apagaram outra. A décima. É uma emenda pequena, apenas uma frase, mas de certa forma sempre achei que era a mais importante<sup>38</sup>.

Embora em outros trechos Jean Louise negue veementemente o racismo explícito de Atticus, pai e filha mobilizam o discurso dos “direitos constitucionais dos estados”, típico da retórica segregacionista após a decisão de *Brown vs. Board*, perante o que julgavam serem violações da autonomia sulista pelo governo federal. Na visão de Scout, ao deferir contra a segregação racial nas escolas, a Suprema Corte havia protegido os direitos civis da população negra – garantidos sob a décima quarta emenda constitucional – em detrimento da autonomia relativa reservada aos estados pela décima emenda. Atticus, contudo, vai mais além e identifica os ativistas da NAACP como “invasores” que, pela atuação em favor dos direitos civis dos negros, estariam, em sua visão, tentando “afundar” o modo de vida da região ao impor “exigências estapafúrdias e ideias fajutas de governo”<sup>39</sup>.

Em ambos os casos, o discurso racial empregado pelas personagens é acobertado por uma retórica difusa que embasa – principalmente para Atticus – a resposta sulista à ascensão do Movimento pelos Direitos Civis. Como lembra Payne, tal “mistificação” do assunto, prática comum do segregacionismo após *Brown*, ocultava a natureza estrutural do racismo em prol da sua apresentação em termos das relações interpessoais entre brancos e negros.<sup>40</sup> Neste ponto, portanto, pai e filha – a despeito de divergirem em diversos aspectos – vinculam-se a uma perspectiva branca e sulista da questão racial expressa, como mostrado anteriormente, pelas escolhas narrativas realizadas pela autora. Desse modo, evidencia-se aqui que tanto as personagens quanto o romance buscam restringir os termos pelos quais as transformações raciais ocorreriam no Sul, cuidando para minimizar os abalos

<sup>38</sup> Exerto adaptado da conversa entre Atticus e Scout ao fim do romance. Para o trecho do texto na íntegra, cf. LEE. **Vá, coloque um vigia**, p. 218.

<sup>39</sup> LEE. **Vá, coloque um vigia**, p. 225.

<sup>40</sup> PAYNE. “The Whole United States is Southern!”, p. 87. Isto, como argumentado, é particularmente visível na representação filmica do racismo não como um fenômeno estrutural, mas individualizado, resultante da “imoralidade” de um grupo social específico simbolizado pelos Ewell.



causados pelo Movimento pelos Direitos Civis à estrutura racial da região.

No entanto, esta postura que concebe a segregação racial como um “problema sulista a ser lidado interna e gradualmente”, já se insinuava na fala premonitória de Atticus Finch vinte anos antes em *O sol é para todos*.<sup>41</sup> Neste livro, como discutido, o comprometimento com a hierarquia racial de Maycomb encontrava-se implícito no discurso moralizante e humanista mobilizado pelo advogado durante o julgamento de Tom Robinson. Esta contradição fundamental da obra, até então camuflada pela idealização empreendida por Hollywood, foi escancarada décadas depois com a publicação de *Vá, coloque um vigia*, manuscrito original do clássico de Harper Lee. No processo, os limites estreitos do liberalismo associado ao romance e à sua personagem principal foram expostos, abalando o *status* gozado por ambos junto à opinião pública. Neste trajeto, que parte da celebração ficcional da obra e caminha em direção à análise das representações históricas nela construídas, herói algum, seja ele personagem ou romancista, liberta-se dos vínculos estabelecidos com o seu meio e tempo históricos.

---

<sup>41</sup> SUNDQUIST. **Blues for Atticus Finch**, p. 84-85; 87.



# Sobre os “vendavais”: história, memória e a efígie de Costa e Silva (Taquari/RS, 1976-2016)

About the "gales": history, memory and the Costa e Silva's effigy (Taquari/RS, 1976-2016)

**Márcia Solange Volkmer**

Doutora em História

UNIVATES (Lajeado – RS)

[marcia.volkmer@univates.br](mailto:marcia.volkmer@univates.br)

**Jandiro Adriano Koch**

Graduando em História

UNIVATES (Lajeado – RS)

[jandirokoch@gmail.com](mailto:jandirokoch@gmail.com)

**Recebido em:** 18/04/2017

**Aprovado em:** 20/09/2017

**RESUMO:** No final de 2014, o busto do ex-presidente Arthur da Costa e Silva foi removido da Lagoa Armênia, em Taquari/RS, sua cidade natal, gerando uma série de reações, muitas delas registradas pela imprensa. O presente trabalho tem como objetivo, a partir das fontes bibliográficas e jornalísticas, analisar os processos de produção de sentidos e usos do monumento. Mapeiam-se as motivações para a sua instalação, em 1976, bem como para a sua remoção, para refletir sobre o impasse entre aqueles que, *a posteriori*, defenderam a retirada e aqueles que a condenaram como ataque à memória e ao patrimônio locais. Sugere-se, a partir da análise da dicotomia instaurada, escapar de leituras maniqueístas. Apresenta-se a alternativa de ver no monumento um instrumento pedagógico pelo qual se possa vislumbrar a relevância da democracia e da liberdade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ditadura Civil-Militar, Memória, Costa e Silva.

**ABSTRACT:** At the end of 2014, ex-president Arthur da Costa e Silva's bust had been removed from Armênia Lagoon, in his hometown, Taquari/RS, generating a series of reactions, many of them registered by the press. The current work has the goal to analyse the processes of production of senses and uses of the monument, based on bibliographic and journalistics sources. The motivations for it's installation in 1976, as well as it's removal, are mapped down, as to consider about the impasse between those who, *a posteriori*, defended the withdrawal and those who condemned it as an attack to the local memory and heritage. It is suggested, from the analyses of the established dichotomy, to escape from Manichaean readings. It is presented the alternative of seeing the monument as a pedagogical instrument from which to glimpse the relevance of democracy and freedom.

**KEYWORDS:** Civil-militar dictatorship, Memory, Costa e Silva.



## AD-VENTO

À véspera da inauguração do busto em homenagem a Costa e Silva, em meados da década de 1970, o município de Taquari, no interior do Rio Grande do Sul, cidade natal do ex-presidente, foi atingido por um vendaval de grande monta do qual restou um rastro de destruição, muitos feridos e desabrigados. O temporal levou a municipalidade a adiar o ato inaugural em quase um mês. O aguaceiro parecia uma advertência. Um aviso. Um “sinal”, conservado o ceticismo de fato, das reverberações possíveis a partir daquela escolha, em 1976. Passadas algumas décadas, confirmado o (suposto) vaticínio, é viável pensar em termos de intempérie no processo que “derruba” a estátua e, novamente, atinge vários moradores - em defesa de memórias específicas.

Inicialmente, o artigo pretende dar conta de analisar o que a imprensa, especialmente a da cidade em questão, registrou logo após a retirada da efígie. Em seguida, retorna ao passado para identificar, na medida do possível, que interesses levaram à fixação do busto em um dos pontos turísticos mais conhecidos de Taquari, a Lagoa Armênia, e quais os personagens protagonistas de tal reconhecimento.

Com o panorama obtido a partir das notícias de jornal e, também, de fontes bibliográficas, relatadas as disputas políticas e ideológicas, o artigo passa a refletir, recorrendo a conceitos e perspectivas do campo patrimonial e antropológico, sem se eximir de observar as próprias limitações, consideradas as fontes utilizadas e as lacunas deixadas, para culminar na explanação sobre uma terceira via para encarar a manutenção de monumentos de um passado controverso (?) e não mais desejável (por quem?). A análise se insere em uma perspectiva que pretende mapear os sentidos e usos do passado, considerando a cultura como patrimônio. Reconhece-se que “o patrimônio cultural não se define como dado, mas como construção social e histórica e que se oferece à interpretação histórica”<sup>1</sup>.

O conceito de cultura histórica procura dar conta da relação efetiva e afetiva que um grupo mantém com seu passado. Não se restringe à historiografia, pois pretende abranger os múltiplos agentes envolvidos com sua elaboração, os meios pelos quais se difunde, as representações que legitima e, também, sua recepção. O estudo da cultura histórica engloba, portanto, as várias formas de elaboração da experiência histórica e sua articulação com a vida de uma comunidade, considerando que agentes sociais diversos contribuem nessa elaboração e muitas vezes concorrem entre si.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> KNAUSS, Paulo. Usos do passado e patrimônio cultural. In: REINHEIMER, Dalva e NEUMANN Rosane M. (org.). **Patrimônio histórico nas comunidades teuto-brasileiras**: história, memória e preservação. São Leopoldo: Oikos, 2014, p.16.

<sup>2</sup> GONTIJO, Rebeca. Sobre cultura histórica e usos do passado: a Independência do Brasil em questão. **Almanack**. Guarulhos, n.08, p.44-53, 2º semestre de 2014, p.45.



Abarca-se o campo das experiências e da relação com o passado, em uma imbricada teia que projeta as expectativas do futuro nas demandas do presente. Estuda-se “o modo concreto e peculiar com que uma sociedade se relaciona com o seu passado”<sup>3</sup>.

Assim, o patrimônio, longe de ser apenas uma construção acerca do passado, é também uma elaboração do presente, que se relaciona com o legado que se quer deixar para o futuro. Portanto, no objeto protegido pela sua condição de patrimônio cultural, há uma carga de tempo que o afirma pela sua historicidade, mas igualmente pelo seu valor extemporâneo, que se valoriza diante de qualquer tempo, para além de seu próprio tempo. Há um anacronismo produzido na proteção do bem histórico a partir da construção intelectual que o envolve.<sup>4</sup>

Nesse sentido, unem-se *história* e *memória* na produção de múltiplas narrativas, e na significação dos *lugares de memória* que para Nora supõem “a justaposição de duas ordens de realidades: uma realidade tangível e apreensível, às vezes material, às vezes menos, inscrita no espaço, no tempo, na linguagem, na tradição, e uma realidade puramente simbólica, portadora de uma história”.<sup>5</sup>

## O “TEMPORAL SIMBÓLICO”

No dia 16 de dezembro de 2014, o busto em homenagem ao presidente Costa e Silva foi “retirado” dos entornos da Lagoa Armênia, ponto turístico de Taquari, desencadeando uma série de reações. Optou-se por dar privilégio às matérias divulgadas pelo jornal *O Fato Novo* por se tratar de um periódico do mesmo município do ocorrido e, também, pela facilidade de acesso aos textos disponibilizados na internet<sup>6</sup>, para desvelar o fato e decorrências.

A imprensa trabalha, em seu discurso, de forma incessante com a “criação” de memórias sociais, ela transfigura-se em um lugar de memória, que pode (e deve) ser consultado, para se rememorar os “principais” acontecimentos de determinada sociedade em determinado espaço e tempo. Desse modo, em suas páginas estão elencados os fatos que foram “dignos” de serem lembrados, fora desse espaço há apenas o “esquecimento” que paira como uma nuvem sobre a sociedade. Quando se trata de uma memória coletiva, ou seja, quando tratamos de um acontecimento ao mesmo tempo singular e coletivo, usos e abusos da memória e da história são constantes. A mesma memória que irrompe é aquela que pode ser apagada, basta que perca sua “utilidade.” [...] A partir da conformação de um acontecimento na imprensa é possível, portanto, acessar as memórias que configuram essa dialética temporal entre o presente e o passado e,

<sup>3</sup> SÁNCHEZ MARCOS, Fernando. **Cultura Histórica**. Texto digital, 2009, p. 01. Disponível em: <[www.culturahistorica.es/sanchez\\_marcos/cultura\\_historica.pdf](http://www.culturahistorica.es/sanchez_marcos/cultura_historica.pdf)>. Acesso em: 28 fev. 2017.

<sup>4</sup> KNAUSS, Paulo. Usos do passado e patrimônio cultural. In: REINHEIMER, Dalva e NEUMANN Rosane M. (org.). **Patrimônio histórico nas comunidades teuto-brasileiras**: história, memória e preservação. São Leopoldo: Oikos, 2014, p.25.

<sup>5</sup> NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire**. Paris: Quarto Gallimard, 1997, p.22-26.

<sup>6</sup> É importante registrar que há grande número de matérias produzidas por diversos meios de comunicação a partir do fato. Os jornais *Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo* e *Zero Hora* - entre outros muitos periódicos, sites e blogs - se manifestaram. Como essas matérias não foram objeto de análise no presente trabalho, ao menos a indicação de sua existência nos ajuda a comprovar a dimensão da repercussão.



desse modo, vasculhar nas lembranças que emergem no discurso memórias que permanecem e memórias que se transformam.<sup>7</sup>

Foram consideradas onze notícias, sendo que a primeira é de alguns meses antes do fato gerador, de 26 de setembro de 2014, quando a comunidade é convidada a admirar a estatuária na área central da cidade: “Veja os monumentos da Lagoa Armênia e Praça da Bandeira”<sup>8</sup>. É interessante notar que são citados oito monumentos, dos quais cinco estão nas proximidades da Lagoa Armênia. São homenageados um escritor (Zeferino Brasil), o fundador da sede dos escoteiros em Taquari (Luiz Fernando Rodrigues), o pioneiro da apicultura racional no Brasil (Emílio Schenck), a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (Ascar) e um presidente do país (Arthur da Costa e Silva). Os antropônimos são todos de filhos da terra. Costa e Silva foi reconhecido por um

[...] monumento [que] possui mais de dois metros de altura, sustentado por um quadrilátero de três degraus. Contém o brasão da república, busto do Presidente [...] e uma placa, onde está escrita a frase ‘Mil vezes o excesso de brio à inanição covarde’, assinada pelo presidente; e o escrito ‘Nesta Lagoa Armênia, na infância, organizou seu primeiro pelotão de meninos. Em hora difícil, o Presidente da República comandou com altruísmo o Brasil e o povo brasileiro’. O monumento foi inaugurado em 1976 e está situado próximo à Rua Osvaldo Aranha na Lagoa Armênia. Está, consideravelmente, bem conservado, mas necessita do conserto de um dos vértices do terceiro degrau<sup>7</sup>.

Importante ressaltar a existência de outro monumento em homenagem ao presidente na mesma área. Trata-se do Núcleo Residencial Presidente Arthur Costa e Silva, estrutura sem efígie erguida por ordem do governador Walter Peracchi Barcelos<sup>9</sup>, em nome do estado do Rio Grande do Sul.

Pouco tempo depois, em 16 de dezembro de 2014, é veiculada breve nota sobre a demolição da base de sustentação e a retirada do busto. A notícia é acompanhada por uma foto em que aparece uma retroescavadeira na operação. O fotógrafo prefere um ângulo a partir do qual se enxerga a efígie no chão, poucos metros distante da estrutura em demolição, com a face virada para os escombros, como se estivesse observando sua “derrocada”. Dois servidores municipais

<sup>7</sup> ROSSATTI, João Paulo. Resenha DIAS, André Bonsanto. O presente da memória: usos do passado e as (re)construções de identidade da Folha de São Paulo, entre o “golpe de 1964” e a “ditabrandão”. Jundiaí: Paco Editorial, 2014. **Rev. CPC**, São Paulo, n. 21, p. 156-166, jan./jul. 2016, p.157-158.

<sup>8</sup> VEJA os monumentos da Lagoa da Armênia e Praça da Bandeira. *O Fato Novo*, Taquari, 26/09/2014. Disponível em: <[http://www.ofatonovo.com.br/noticias\\_detalhe.php?id=13934](http://www.ofatonovo.com.br/noticias_detalhe.php?id=13934)>. Acesso em: 28 out. 2016.

<sup>9</sup> Walter Peracchi Barcelos (1907-1936) fez carreira militar antes de se tornar governador do Rio Grande do Sul, entre 12/09/1966 e 14/03/1971, no período da Ditadura Civil-Militar. Não ter placa explicativa ou imagem que associe esse monumento ao presidente Costa e Silva pode ter ajudado a “salvá-lo”. Pode ser, ainda, que o alvoroço causado pela retirada do busto tenha impedido outras ações. É preciso considerar que há outros lugares de memória com o nome de Costa e Silva – como a Casa-Museu Costa e Silva – e o de seu pai, Aleixo Rocha da Silva, que foi homenageado com nome de uma rodovia.



acompanham os trabalhos: o secretário de Obras e o chefe da pasta de Esportes, Lazer, Cultura e Turismo, mas “não quiseram falar [...] sobre o assunto e não explicaram o motivo da retirada”<sup>10</sup>.

O tema merece maior espaço no dia 19 de dezembro, quando ocupa editorial e extensa matéria. A ordem para o ato teria partido do prefeito Emanuel Hassen de Jesus, conhecido como “Maneco”, sobre a atitude de quem se diz:

O prefeito não consultou ninguém, colocando abaixo um patrimônio público, investindo-se na condição de julgador da história, de detentor da verdade e desejo da população taquariense na medida em que decidiu sozinho pela retirada do monumento<sup>11</sup>.

De um lado, o prefeito teria alegado ter sido Costa e Silva um presidente não eleito pelo povo, um representante da Ditadura<sup>12</sup>. Quem escreve o editorial questiona a atitude de Maneco, interpretada como autoritária, afirmando que está marcada pela ausência de consulta popular e “maculada pela arbitrariedade”<sup>13</sup>. O incômodo é pautado em uma série de argumentos referentes à memória afetiva:

Faz parte da nossa [Taquari] história ter um filho da terra presidente da Nação, e isto é motivo de orgulho para a grande maioria. A derrubada do monumento, sem consulta, é um desrespeito ao sentimento dos taquarienses. Ninguém é dono dos sentimentos dos outros, e pode determinar de quem se deve ou não gostar e homenagear. O fato de Costa e Silva ter sido presidente, na época da ditadura, não torna o seu busto uma ameaça à democracia<sup>14</sup>.

O editorial segue afirmando que perceber o presidente apenas como um ditador é uma visão reducionista, ou seja, não dá conta da complexidade dele como ser humano. Já nessa matéria aparece nominada a Comissão Nacional da Verdade, constituída para “investigar os desmandos cometidos na época da ditadura, como o desaparecimento de presos políticos e casos de tortura”<sup>15</sup>. Todavia, é questionada a ciência e a responsabilidade de Costa e Silva sobre ações “praticada[s] em instâncias inferiores de poder”,<sup>9</sup> bem como os critérios que levam alguns a condenar a ditadura

<sup>10</sup>MONUMENTO a Costa e Silva é retirado da Lagoa Armênia. *O Fato Novo*, Taquari, 16/12/2014. Disponível em: <[http://www.ofatonovo.com.br/noticias\\_detalhe.php?id=14554](http://www.ofatonovo.com.br/noticias_detalhe.php?id=14554)>. Acesso em: 28 out. 2016.

<sup>11</sup>EDITORIAL: Busto de Costa e Silva. *O Fato Novo*, Taquari, 19/12/2014. Disponível em: <[http://www.ofatonovo.com.br/noticias\\_detalhe.php?id=14566](http://www.ofatonovo.com.br/noticias_detalhe.php?id=14566)>. Acesso em: 28 out. 2016.

<sup>12</sup> Apesar de se preferir a expressão “Ditadura Civil-Militar”, em consonância com os novos estudos sobre esse período da história brasileira, serão mantidas as palavras e termos utilizados pelo *O Fato Novo*, que utiliza “Ditadura Militar”, “Regime Militar” ou “Ditadura”, quando houver referência aos seus textos.

<sup>13</sup>EDITORIAL: Busto de Costa e Silva. *O Fato Novo*, Taquari, 19/12/2014. Disponível em: <[http://www.ofatonovo.com.br/noticias\\_detalhe.php?id=14566](http://www.ofatonovo.com.br/noticias_detalhe.php?id=14566)>. Acesso em: 28 out. 2016.

<sup>14</sup>\_\_\_\_\_. O *Fato Novo*, Taquari, 19/12/2014. Disponível em: <[http://www.ofatonovo.com.br/noticias\\_detalhe.php?id=14566](http://www.ofatonovo.com.br/noticias_detalhe.php?id=14566)>. Acesso em: 28 out. 2016.

<sup>15</sup>\_\_\_\_\_. O *Fato Novo*, Taquari, 19/12/2014. Disponível em: <[http://www.ofatonovo.com.br/noticias\\_detalhe.php?id=14566](http://www.ofatonovo.com.br/noticias_detalhe.php?id=14566)>. Acesso em: 28 out. 2016.

pós-1964, enquanto os mesmos relevam a de Getúlio Vargas. Apesar das críticas, há preocupação em se deixar claro que “[...] a democracia é um bem [...] temos que combater a ditadura”<sup>16</sup>.

A abordagem seguinte ao editorial traz algumas perspectivas de moradores. Diz um morador do Centro (31 anos): “Acho que é um pedaço da história que está indo para o espaço. Não discordo de tirarem daí, é uma parte feia da história, mas do jeito que foi, foi complicado. Poderiam ter retirado de maneira correta sem destruir”<sup>17</sup>. Uma comerciante aposentada (55 anos) teria considerado a forma autoritária, porque “ele foi um presidente”.<sup>18</sup> Também uma doméstica (46 anos) demonstra inconformidade: “Acho um absurdo o que está acontecendo na cidade. O busto é um memorial pra todos os taquarienses[...]. Acho uma pouca vergonha, tô muito triste com isto”<sup>19</sup>.

A notícia revela que o promotor de Justiça João Pedro Togni vai até a Casa Costa e Silva, para onde foi levado o busto, junto ao acervo do Museu. Conforme o jornal, Togni “instaurou [...] expedientes para apurar o ocorrido”<sup>20</sup>, por meio dos quais busca investigar possível dano ao patrimônio público “com remessa de fotocópia de todos os documentos para a Procuradoria dos Prefeitos para apurar a prática de crime previsto no artigo 163 do Código Penal, de dano qualificado”<sup>21</sup>. Na mesma matéria, conforme informações de Togni, se assinala que já existia Ação Civil Pública com a pretensão da reposição do busto, bem como estaria em fase de apuração se houve ou não improbidade administrativa por parte dos agentes públicos, conforme Lei. 8.429/92.

A Administração Municipal, por sua vez, envia comunicado por meio da Assessoria de Imprensa, em que informa ser de atribuição do Executivo a modificação em espaços públicos, e que o ato está justificado pelo relatório da Comissão da Verdade, em que “[...] restaram comprovadas as atrocidades cometidas no período da ditadura militar, especialmente naquele período conduzido por Costa e Silva. [...] Cidadãos de Taquari, inclusive, sofreram as mazelas daquele período”<sup>22</sup>.

<sup>16</sup> \_\_\_\_\_. O Fato Novo, Taquari, 19/12/2014. Disponível em: <[http://www.ofatonovo.com.br/noticias\\_detalhe.php?id=14566](http://www.ofatonovo.com.br/noticias_detalhe.php?id=14566)>. Acesso em: 28 out. 2016.

<sup>17</sup> POR ordem do prefeito, monumento do ex-presidente Costa e Silva é derrubado e retirado da Lagoa. O Fato Novo, Taquari, 19/12/2014. Disponível em: <[http://www.ofatonovo.com.br/noticias\\_detalhe.php?id=14595](http://www.ofatonovo.com.br/noticias_detalhe.php?id=14595)>. Acesso em: 28 out. 2016.

<sup>18</sup> \_\_\_\_\_. O Fato Novo, Taquari, 19/12/2014. Disponível em: <[http://www.ofatonovo.com.br/noticias\\_detalhe.php?id=14595](http://www.ofatonovo.com.br/noticias_detalhe.php?id=14595)>. Acesso em: 28 out. 2016.

<sup>19</sup> \_\_\_\_\_. O Fato Novo, Taquari, 19/12/2014. Disponível em: <[http://www.ofatonovo.com.br/noticias\\_detalhe.php?id=14595](http://www.ofatonovo.com.br/noticias_detalhe.php?id=14595)>. Acesso em: 28 out. 2016.

<sup>20</sup> \_\_\_\_\_. O Fato Novo, Taquari, 19/12/2014. Disponível em: <[http://www.ofatonovo.com.br/noticias\\_detalhe.php?id=14595](http://www.ofatonovo.com.br/noticias_detalhe.php?id=14595)>. Acesso em: 28 out. 2016.

<sup>21</sup> \_\_\_\_\_. O Fato Novo, Taquari, 19/12/2014. Disponível em: <[http://www.ofatonovo.com.br/noticias\\_detalhe.php?id=14595](http://www.ofatonovo.com.br/noticias_detalhe.php?id=14595)>. Acesso em: 28 out. 2016.

Enquanto o Poder Executivo ratifica a ação e a justificava, a opinião do Legislativo aparece através da manifestação dos vereadores. O presidente da Câmara, Ademir Bica Fagundes (PDT), mostra-se desconfortável com a falta de consulta aos representantes do povo, o que acredita ser conduta prévia inadequada. Ao mesmo tempo, emite opinião: “Eu não achei bom, é da história do município”<sup>22</sup>. O líder da oposição, João Batista Pereira, informa articulação com o Ministério Público para providências cabíveis, entendendo que não poderia ter sido feita a alteração sem a consulta aos edis. Outros são parcimoniosos, embora deixem claro que não veem a maneira como ideal. “Acho que não foi uma coisa ilegal. De repente, a forma como tiraram”<sup>23</sup>, alega Rejane Porto, do PT, mesmo partido do prefeito. Paulo Garcia enfatiza que “pra tudo precisa o diálogo”<sup>24</sup>.

Ainda, é arrolada a manifestação de Lina da Costa e Silva, nora de Costa e Silva, que lamenta: “Isto não se justifica”<sup>25</sup>. Essa manifestação encerra as considerações de um conjunto eclético: moradores, políticos, jornalistas, representante do Judiciário e familiar. Todavia, é preciso ter presente que, numericamente, esse extrato é ínfimo, além de que, com pouca margem de erro, é possível vislumbrar a preferência do periódico em registrar vozes quase uníssonas no desconforto com a retirada do busto.

A atitude do prefeito continua em debate entre os representantes políticos da cidade. “Derrubada do busto de Costa e Silva divide PDT”<sup>26</sup>, diz a chamada do dia 26 de dezembro de 2014, em que o PT aparece como partido em consenso sobre o apoio a Maneco, enquanto o partido do vice-prefeito, o PDT, estaria dividido. Gênis Muxfeldt, ex-vice-prefeito da cidade, salienta que a derrubada “foi um gesto unilateral, ditatorial e antidemocrático de alguém que, em nome da democracia, julgou que o poder lhe dá o direito de mudar a história”<sup>22</sup>.

Além de continuar a controvérsia, o jornal divulga nota sobre a Casa Costa e Silva, sugerindo que fechar suas portas poderia ser o próximo passo da Prefeitura. Novamente - existem

<sup>22</sup>MISTURA fina: derrubada do busto de Costa e Silva divide PDT. *O Fato Novo*, Taquari, 26/12/2014. Disponível em: <[http://www.ofatonovo.com.br/noticias\\_detalhe.php?id=14606](http://www.ofatonovo.com.br/noticias_detalhe.php?id=14606)>. Acesso em: 28 out. 2016.

<sup>23</sup>POR ordem do prefeito, monumento do ex-presidente Costa e Silva é derrubado e retirado da Lagoa. *O Fato Novo*, Taquari, 19/12/2014. Disponível em: <[http://www.ofatonovo.com.br/noticias\\_detalhe.php?id=14595](http://www.ofatonovo.com.br/noticias_detalhe.php?id=14595)>. Acesso em: 28 out. 2016.

<sup>24</sup>\_\_\_\_\_. *O Fato Novo*, Taquari, 19/12/2014. Disponível em: <[http://www.ofatonovo.com.br/noticias\\_detalhe.php?id=14595](http://www.ofatonovo.com.br/noticias_detalhe.php?id=14595)>. Acesso em: 28 out. 2016.

<sup>25</sup>\_\_\_\_\_. *O Fato Novo*, Taquari, 19/12/2014. Disponível em: <[http://www.ofatonovo.com.br/noticias\\_detalhe.php?id=14595](http://www.ofatonovo.com.br/noticias_detalhe.php?id=14595)>. Acesso em: 28 out. 2016.

<sup>26</sup>MISTURA fina: derrubada do busto de Costa e Silva divide PDT. *O Fato Novo*, Taquari, 26/12/2014. Disponível em: <[http://www.ofatonovo.com.br/noticias\\_detalhe.php?id=14606](http://www.ofatonovo.com.br/noticias_detalhe.php?id=14606)>. Acesso em: 28 out. 2016.



outros registros de negativa de entrevista do Poder Executivo nas matérias do dia 26/09<sup>27</sup> e 26/12<sup>28</sup> –, a Prefeitura parece ter negado se manifestar. Nesse sentido, pode-se ver indícios e talvez sugerir uma relação conturbada entre o periódico e os representantes do Executivo.

Adiante, o Poder Executivo se manifesta após prazo legal fixado pela juíza Andrea Caselgrande Silla. Segundo a Assessoria de Imprensa, a Lei Orgânica Municipal autoriza o prefeito a intervir na troca de lugar de monumentos. Também, a ação aparece justificada pelo relatório da Comissão Nacional da Verdade. A Administração Pública arrola outros casos decorrentes de posições pós-relatório da Comissão em processo no país. E cita a troca de nome da Ponte Rio-Niterói, oficialmente nominada Arthur da Costa e Silva, para respaldar o ato ordenado por Maneco.

No dia 09 de janeiro de 2015, reproduziu-se publicação do jornalista Carlos Chagas, que ocupou o cargo de assessor de imprensa do governo Costa e Silva. Chagas associava o ex-presidente com Getúlio Vargas, apontando o autoritarismo de seus governos, a prática de tortura não desconhecida por ambos, a perseguição aos comunistas. Entretanto, sugeria ser possível ver o aprimoramento nacional em ambas as gestões. Costa e Silva é vinculado à Transamazônica, à ponte Rio-Niterói, ao financiamento de metrôs no Rio de Janeiro e em São Paulo, à estabilidade econômica. O autor ainda alegava que Costa e Silva cogitava revogar o AI-5 quando foi acometido por um derrame cerebral e se viu incapaz de por em prática um projeto de constitucionalizar o país<sup>29</sup>.

No mesmo dia, nota dava conta de que entrava em pauta no Legislativo uma proposta para dar o nome de “Praça da Democracia” ao local em que se encontrava a estátua. O projeto acabara aprovado, conforme matéria de 23 de janeiro de 2015, em que o jornal questionava o papel do povo:

Na hora da eleição, o que mais se ouve dos candidatos a vereadores e a prefeito é que o povo será consultado, será ouvido, terá participação nas ações do futuro governo. Duas decisões ocorridas nos últimos meses, em Taquari, contrariam estes discursos. A primeira foi a do prefeito Maneco, que mandou derrubar o busto [...]. Passados alguns dias, o prefeito mandou um projeto dando nova denominação ao local onde estava o busto, que passou a se chamar Praça da

<sup>27</sup> VEJA os monumentos da Lagoa da Armênia e Praça da Bandeira. *O Fato Novo*, Taquari, 26/09/2014. Disponível em: <[http://www.ofatonovo.com.br/noticias\\_detalhe.php?id=13934](http://www.ofatonovo.com.br/noticias_detalhe.php?id=13934)>. Acesso em: 28 out. 2016.

<sup>28</sup> PREFEITURA apresenta justificativa a derrubada do busto de Costa e Silva ao judiciário. *O Fato Novo*, Taquari, 26/12/2014. Disponível em: <[http://www.ofatonovo.com.br/noticias\\_detalhe.php?id=14632](http://www.ofatonovo.com.br/noticias_detalhe.php?id=14632)>. Acesso em: 28 out. 2016.

<sup>29</sup>JORNALISTA Carlos Chagas escreve coluna sobre derrubada do busto costa e Silva. *O Fato Novo*, Taquari, 09/01/2015. Disponível em: <[http://www.ofatonovo.com.br/noticias\\_detalhe.php?id=14683](http://www.ofatonovo.com.br/noticias_detalhe.php?id=14683)>. Acesso em: 28 out. 2016.



Democracia. [...] não houve tempo para os vereadores consultarem a população<sup>30</sup>.

No final do ano de 2015, fica-se sabendo do desfecho das quizilas judiciais. A Promotoria Pública e o Município selam um acordo. Para o promotor Francisco Saldanha Lauenstein, “às vezes, os fatos históricos nos trazem não tão boas memórias, mas devem ser preservados para que eventuais erros não se repitam”<sup>31</sup>. A intenção inicial é de que a Casa Costa e Silva passe por uma grande restauração. O busto, restaurado, deve ficar dentro do museu, em um pedestal.

No entanto, em matéria de 18 de dezembro de 2015, foram denunciadas as constantes infiltrações, especialmente em dias de chuva, na Casa Costa e Silva<sup>32</sup>. Essa notícia não deixa escapar apenas que a restauração ainda não foi feita, mas põe em xeque o acordo feito com o Poder Executivo, notadamente quando a representante da Secretaria da Cultura afirmava que existia uma crise (econômica), embora se saiba da importância de preservar a história. Essa declaração evidencia demora ou empecilhos em viabilizar o concordado. Com a descrição desse impasse, encerra-se o panorama sobre os textos do jornal. Cabe, na sequência, verificar quais foram as representações de Costa e Silva na imprensa e na historiografia nacional, apurando-se, como foi lembrado *post mortem*, inclusive quando da construção de um lugar de memória em sua homenagem, em Taquari.

### **Costa e Silva para a “Nação”**

A historiografia costuma associar o nome de Costa e Silva ao “endurecimento” dos militares no poder, que aumentam seu controle sobre o governo e sobre os cidadãos<sup>33</sup>. O Ato Institucional nº 5 (AI-5), instrumento pelo qual a censura iniciou seu período áureo, é marca de sua gestão. Uma sucessão de atos e decretos aumentou o poder autoritário e a perseguição aos opositores, permeada por prisões arbitrárias e torturas. A edição do AI-5 marcou o início dos “anos de chumbo (1968-1973) [...] período] marcado pelo embate entre os grupos de esquerda que optaram pela luta armada e os mecanismos criados pelo Estado para combater esta forma de luta e tudo aquilo que fosse considerado subversão”<sup>34</sup>.

<sup>30</sup>LOCAL onde estava o busto de costa e Silva se chamará Praça da Democracia. *O Fato Novo*, Taquari, 09/01/2015. Disponível em: <[http://www.ofatonovo.com.br/noticias\\_detalhe.php?id=14705](http://www.ofatonovo.com.br/noticias_detalhe.php?id=14705)>. Acesso em: 28 out. 2016.

<sup>31</sup>PROMOTORIA e município fazem acordo no processo de retirada de busto de Costa e Silva. *O Fato Novo*, Taquari, 11/12/2015. Disponível em: <[http://www.ofatonovo.com.br/noticias\\_detalhe.php?id=16900](http://www.ofatonovo.com.br/noticias_detalhe.php?id=16900)>. Acesso em: 28 out. 2016.

<sup>32</sup>INFILTRAÇÕES no Museu Costa e Silva dificultam a preservação do acervo histórico. *O Fato Novo*, Taquari, 18/12/2015. Disponível em: <<http://ofatonovo.com.br/novo/2015/12/18/infiltracoes-no-museu-costa-e-silva-dificultam-a-preservacao-do-acervo-historico/>>. Acesso em: 28 out. 2016.

<sup>33</sup>SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Castelo a Tancredo. 1964-1985. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

<sup>34</sup>RODEGHERO, Carla Simone. Regime militar e oposição. In: GOLIN, Tau; BOERIA, Nelson (Org.). **República**: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985). Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. Volume 4. Passo Fundo: Méritos, 2007.



Todavia, existe uma memória nacional aferrada ao crescimento econômico do país nesses anos, “um surto de crescimento que, no seu apogeu, superou qualquer período anterior”<sup>35</sup>. Mesmo que esse “milagre econômico” tenha escondido perversa concentração de renda, as classes médias foram seduzidas pelo poder de consumo. Esse clima de euforia fez com que um período de extrema repressão fosse pouco criticado<sup>36</sup>.

Biografias sobre Costa e Silva foram lançadas buscando dissociar sua figura do autoritarismo extremo, mostrando que teria lutado para cumprir a “promessa dos revolucionários antes da posse e gozo do poder: a restauração da democracia”<sup>37</sup>, projeto fadado ao fracasso depois de severos problemas circulatórios (trombose), a partir de 28 de agosto de 1969, que resultam em derrame cerebral, do qual não se recupera, falecendo em 17 de dezembro de 1969. Alguns testemunhos orais e a redação de uma Constituição corroboram essa versão. Segundo relatos, o presidente somente acatou o AI-5, porque “não poderia ir contra o Exército”<sup>38</sup>.

Quando Taquari se preparava para o ceremonial de inauguração da estátua, considerados os jornais digitalizados pela Biblioteca Nacional, o evento foi noticiado sem grande destaque pelo *Jornal do Brasil*, em 30/09/1976, sob o título “Costa e Silva ganha busto no Sul”<sup>39</sup>, nota de pouco tamanho no canto direito da página anunciando a solenidade para o dia 03/10, dia de nascimento de Costa e Silva. No texto, encontramos as medidas do monumento (1,10 metros de busto com pedestal de granito preto polido de 2,60 metros); a informação sobre a arrecadação de fundos para a obra em campanha capitaneada pelo jornal *O Taquaryense* (totalizando Cr\$ 20.000 dos Cr\$ 250.000 investidos pela Prefeitura); e a autoria (do escultor Júlio Saenz Cánovas) de um antigo amigo da família de Costa e Silva.

O *Diário do Paraná*, em 01/10/1976, registrou o forte temporal que deixou mil pessoas sem teto, danificando 600 residências, causando ferimentos em 140 pessoas de Taquari. O vendaval atingiu a cidade em 30/10, sendo que, “em consequência, foi adiada a homenagem que seria prestada, no próximo domingo, ao ex-presidente”<sup>40-41</sup>. Segundo o prefeito Nildo Flores da Silva, a comemoração havia sido transferida. Mas, em um primeiro momento, não havia nova data

<sup>35</sup>SCHWARCZ, Lilia Mortiz; STARLING, Heloísa Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 452.

<sup>36</sup>\_\_\_\_\_. **Brasil**: uma biografia, 2015, p. 451-454.

<sup>37</sup>CARNEIRO, Maria Cecília Ribas; SILVA, Hélio. **Costa e Silva**: 23º presidente do Brasil, 1967-1969. São Paulo: Três, 1983, p. 20.

<sup>38</sup>\_\_\_\_\_. **Costa e Silva**: 23º presidente do Brasil, 1967-1969. São Paulo: Três, 1983, p. 73.

<sup>39</sup>COSTA e Silva ganha busto no Sul. *Jornal do Brasil*, 23/10/1976, 1º Caderno, p. 6.

<sup>40</sup>O *Diário de Pernambuco*, em 01/10/1976, p. A-9, registra o mesmo vendaval sob o título “Temporal fere 130 pessoas”, informando, também, a mudança *sine die* da homenagem a Costa e Silva.

<sup>41</sup>TEMPORAL deixa mil pessoas sem teto. *Diário do Paraná*, 01/10/1976, p. 1.



marcada. Poucos dias depois, em 23/10/1976, nota dá conta do dia exato. Fica marcado para o dia 24/10/1976, quando Taquari deveria prestar homenagem a “seu mais ilustre filho”<sup>42</sup>.

A última notícia localizada, publicada no dia seguinte ao ato solene, descreve o que aconteceu na inauguração. O discurso coube ao Comandante da 3<sup>a</sup> Região Militar, General Antônio Carlos de Andrade Serpa, que “criticou os que condenam a existência do AI-5 e do Decreto 477”<sup>43</sup>. Essa posição dá indícios de que a homenagem prestada já gerava controvérsias, embora não saibamos se a crítica é dirigida aos taquarienses ou, incluídos esses, para os “opositores” no país. Seguem as palavras de Serpa:

O que seria desse país sem essas medidas? [...] As mais adiantadas democracias do mundo, principalmente aquelas que conseguiram subsistir, só o foram e serão possíveis, porque está escrito em suas Constituições algo semelhante ao AI-5 e ao Decreto 477. [...] Todos nós temos um grande compromisso [...]. O compromisso de continuar a Revolução de 1964, porque só ela conseguiu dar ao nosso povo a paz e a tranquilidade<sup>44</sup>.

Conforme a mesma publicação, teriam estado presentes cerca de 3.000 pessoas, incluindo representantes do governo do estado do Rio Grande do Sul. Além de Serpa, discursou um representante da ARENA gaúcha, Sr. Lauro Pereira Guimarães, e a irmã do ex-presidente, a professora Sofia da Costa e Silva.

Da imprensa local e da bibliografia regional se pode recolher excertos nos quais é possível notar em que contexto e por quais mãos se tornou viável a deferência a Costa e Silva, em 1976, e quais as repercussões, especialmente em Taquari, desde então.

### **Costa e Silva para os taquarienses**

No livro *Taquari, terra da gente*, publicado em 2002, Augusto Becker traz um capítulo sobre Costa e Silva. Trata-se de uma nota biográfica, cerca de uma página, em que aparece como “um dos chefes do movimento de março/abril de 1964, que, depôs o presidente João Goulart”<sup>45</sup>. Entre as ações do governo, são citadas o combate à inflação, a retomada do crescimento econômico, a reforma universitária e, “como um desdobramento do movimento de março de 1964”<sup>46</sup>, o Ato Institucional nº 5.

Breves linhas dão conta de que “durante o governo do prefeito Léo Alvim Faller/Nildo Flores da Silva, foi inaugurada uma estátua em homenagem ao *filho mais ilustre de Taquari* (grifo

<sup>42</sup>INFORME JB. Homenagem. *Jornal do Brasil*, 23/10/1976, 1º Caderno, p. 6.

<sup>43</sup>GENERAL inaugura busto de Costa e Silva em Taquari. *Jornal do Brasil*, 25/10/1976, p.3.

<sup>44</sup>GENERAL inaugura busto de Costa e Silva. *Jornal do Brasil*, 25/10/1976, p.3.

<sup>45</sup>BECKER, Augusto. **Taquari: terra da gente**. Taquari: Edição do Autor, 2002.

<sup>46</sup>\_\_\_\_\_. **Taquari: terra da gente**. Taquari: Edição do Autor, p. 39.



nosso)<sup>47</sup>. Ao longo do livro, o nome do ex-presidente aparece esporadicamente, sempre vinculado ao progresso econômico da cidade. Em 1969, como incentivador da fundação da Cooperativa Certaja e, em 1970, da Sociedade Anônima Taquariense Indústria de Papel – Satipel, fomentada por Costa e Silva, mas inaugurada depois de sua morte<sup>48</sup>.

Para ilustrar a relevância do presidente para a população local, mesmo que se refira à atuação como dirigente nacional em vários momentos, é interessante recortar um trecho do Decreto 172, de 17 de dezembro de 1969, quando o prefeito João Carlos Voges Cunha informa luto oficial por oito dias, em Taquari, em decorrência do óbito de Costa e Silva:

Considerando a irreparável perda que sofre a Nação Brasileira, o Estado do Rio Grande do Sul e principalmente o município de Taquari, com o falecimento de seu eminente filho MARECHAL ARTHUR DA COSTA E SILVA que por dois anos, cinco meses e quinze dias dirigiu os destinos da Nação; considerando que foi um dos líderes da Revolução de março de 1964, que implantou a recuperação moral e cristã em nossa Pátria; considerando que o Ilustre Brasileiro, filho deste município, lega aos seus patrícios exemplos dignificantes de honradez, moralidade, patriotismo, virtudes cívicas e de administrador de larga visão, [...] considerando sobretudo os grandes benefícios prestados ao nosso Município [...]. É decretado luto oficial por oito dias, em todo o município, a partir desta data<sup>49</sup>.

Conforme matéria de 19 de dezembro de 2014, veiculada pelo jornal *O Fato Novo*, estão atrelados ao nome do presidente, também, a pavimentação asfáltica da Rodovia Aleixo Rocha da Silva, principal acesso ao município, o lançamento do loteamento IPE, a construção do Pavilhão da Laranja (que tem o seu nome) e os trâmites para a instalação do Banco do Brasil.

Um dado interessante que mostra a aura de respeitabilidade que o envolve é, talvez, a denominação do grupo de escoteiros “Presidente Costa e Silva”, que recebe concessão de direito real de uso de uma área de terras de 11.791,60 metros quadrados, enquanto existir oficialmente, pela Lei 994, de oito de novembro de 1978, assinada pelo prefeito Celso Luiz Martins. Esse grupo estava comemorando 45 anos de fundação em 2015<sup>50</sup>, o que deixa entrever que, a despeito da ação isolada do prefeito Maneco, caso a intenção fosse a remoção completa das representações do ex-presidente, uma estratégia bem mais consistente precisaria ser tomada. Mesmo assim, considerada a possibilidade de eliminar todas as referências materiais, ainda haveria a mentalidade dos locais,

<sup>47</sup> \_\_\_\_\_ . **Taquari**: terra da gente. Taquari: Edição do Autor, p. 40.

<sup>48</sup> \_\_\_\_\_ . **Taquari**: terra da gente. Taquari: Edição do Autor, p. 112-117.

<sup>49</sup> GOERCK, Balduíno. **Taquari**: após o retorno à vida democrática no Brasil em 1947. Legislação: 1<sup>a</sup> lei – 1º decreto – fatos pitorescos, curiosos e relevantes. Lajeado: Foortgraf, 2009.

<sup>50</sup> GRUPO escoteiro Costa e Silva comemora 45 anos de fundação. *O Fato Novo*, Taquari, 05/06/2015. Disponível em <[http://www.ofatonovo.com.br/noticias\\_detalhe.php?id=15575](http://www.ofatonovo.com.br/noticias_detalhe.php?id=15575)> Acesso em: 28/10/2016.



que poderia – como pode ter acontecido – reavivar suas lembranças (saudosistas) a partir de um movimento em oposição.

Na sede de *O Taquaryense*, ao lado da Praça da Matriz, foram acessadas as edições do ano de 1976. Fundado em 1887, por Albertino Saraiva, trata-se do segundo jornal mais antigo do Rio Grande do Sul ainda em atividade<sup>51</sup>. Monografia de Leonel Renato von Mühlen<sup>52</sup> examinou o teor das publicações desse periódico no período inicial da Ditadura Civil-Militar, entre 1964 e 1969. No trabalho, uma das hipóteses levantadas para as várias matérias em apoio à “revolução” foi a de que seriam, em parte, motivadas pela participação de Costa e Silva, então Ministro da Guerra, nas mudanças vislumbradas para o país, especialmente para Taquari, em diversas searas, naquele início de 1964.

A perspectiva criada pelas matérias do jornal, a de que o presidente nascido em Taquari pudesse trazer benefícios para os cidadãos taquarienses, contribuiria para despertar valores de prosperidade no imaginário de uma população “despolitizada” e “desinformada”<sup>53</sup>.

Os títulos já são ilustrativos, a exemplo do veiculado em 08 de outubro de 1966: “Hosanas a Taquari e ao seu Filho mais ilustre”<sup>54</sup>. Quando o presidente publicou o AI-5, o jornal “alega que a nova ordem política foi recebida com tranquilidade em todo o país, registrando-se numerosas manifestações de solidariedade ao ato governamental”<sup>55</sup>. Confirma a posição política, a campanha encabeçada para arrecadar fundos para a construção do busto. Na edição de 19 de junho de 1976, foi anunciada a abertura de uma conta para que as pessoas possam contribuir para a homenagem ao “inesquecível e benemérito filho desta terra”. Em 03 de julho, foram registradas seis contribuições, nomeados no jornal os doadores e as quantias. Em 07 de agosto, mais duas. Em 19 de setembro, quatro contribuições. Somente na edição de 30 de outubro saberemos do montante recolhido: Cr\$ 21.465,00.

Em 12 de junho de 1976, o jornal reproduziu um texto do *Diário de Notícias*, assinado por Vidal de Negreiros, em que este discorria sobre a homenagem ao “menino Arthur”, citado como “ídolo” do povo, como “herói” nacional. Foi reconhecida a contribuição espontânea da população,

<sup>51</sup>MÜHLEN, Leonel Renato von. **Poder e ideologia**: a imagem do regime militar no jornal *O Taquaryense* (1964-1969). Monografia do Curso de História. Lajeado: Univates, 2006.

<sup>52</sup>\_\_\_\_\_. **Poder e ideologia**: a imagem do regime militar no jornal *O Taquaryense* (1964-1969), 2006.

<sup>53</sup>MÜHLEN. **Poder e ideologia**: a imagem do regime militar no jornal *O Taquaryense* (1964-1969), p. 33.

<sup>54</sup>HOSANAS a Taquari e ao seu Filho mais Ilustre. **O Taquaryense**, Taquari, p. 1, 08 out. 1966.

<sup>55</sup>MÜHLEN, Leonel Renato von. **Poder e ideologia**: a imagem do regime militar no jornal *O Taquaryense* (1964-1969), 2006, p. 36.



que “deseja manter a sua memória bem viva, para que os seus feitos sejam comentados e lembrados por todos”<sup>56</sup>.

No dia 23 de outubro, no frontispício, aparecia o anúncio da inauguração. Nele somos informados de que o escultor havia falecido sem ver a obra sendo colocada em praça pública. Para o autor do texto, tratava-se de

[...] justíssima homenagem ao eminente brasileiro, que tanto dignificou a suprema magistratura da República e o Exército Nacional, foi uma iniciativa muito louvável do prefeito Nildo Flores da Silva, com o apoio de amigos e conterrâneos gratos pelos benefícios que o homenageado propiciou a sua terra natal<sup>57</sup>.

Como o jornal tem uma edição semanal, distribuída aos sábados, somente no número seguinte há um relato pormenorizado do evento. A matéria cita a presença de representações do Poder Executivo estadual e municipal, do Poder Legislativo local e do Exército, de uma irmã, de dois irmãos e de um tio de Costa e Silva. O ritual começa com o hasteamento da bandeira e o canto do hino nacional. O orador oficial é Lauro Pereira Guimarães, citado como ex-Procurador do Estado. De improviso, se pronuncia o general Antônio Carlos de Andrade Serpa, asseverando que estava se reconhecendo uma “vida de sacrifícios e de coragem, e durante a qual nunca houve espaço para omissões”<sup>58</sup>.

Serpa, comandante da 3<sup>a</sup> Região Militar, faz referência ao AI-5, ato que defende ao alegar: “todos nós temos o grande compromisso de continuar a Revolução realizada em março de 1964, porque só ela conseguiu dar ao nosso povo paz e tranquilidade”<sup>59</sup>. Após as falas, se apresenta um coral e um “bailado”. Por fim, os convidados seletos seguem para um churrasco.

A única obra na qual foi encontrada ressalva sobre esse monumento, embora tímida, foi a de Balduíno Goerck<sup>60</sup>, que faz uma compilação de leis e comentários sobre a cidade de Taquari. Ao reproduzir *ipsis litteris* a Lei 936, de 19 de abril de 1976, que autoriza a Poder Executivo a contratar os serviços de Júlio Saenz Cánovas para a feitura do busto de bronze, bem como a abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 250.000, 00, o autor intitula o texto como “O busto com a figura do mal. Arthur da Costa e Silva – 1976”<sup>61</sup>. Temos aí algumas representações deste passado agora revisitado.

<sup>56</sup>NEGREIROS, Vidal de. Rio Grande em Marcha: homenagem ao menino Arthur de Taquari. *O Taquaryense*, Taquari, 12 jun. 1976, p. 1.

<sup>57</sup>INAUGURAÇÃO amanhã do monumento ao presidente Costa e Silva. *O Taquaryense*, Taquari, 23 out. 1976, p. 1.

<sup>58</sup>TAQUARI reverenciou memória de Costa e Silva. *O Taquaryense*, Taquari, 30 out. 1976, p. 1.

<sup>59</sup>GENERAL inaugura busto de Costa e Silva em Taquari. *Jornal do Brasil*, 25/10/1976, p. 3.

<sup>60</sup>GOERCK, Balduíno. **Taquari**: após o retorno à vida democrática no Brasil em 1947. Legislação: 1<sup>a</sup> lei – 1º decreto – fatos pitorescos, curiosos e relevantes. Lajeado: Foortgraf, 2009.

<sup>61</sup>\_\_\_\_\_. **Taquari**, p. 135.



Es imposible acceder al pasado en cuanto que pasado. Para aproximarnos a él, debemos representarlo, hacerlo presente a través de una reelaboración sintética y creativa. Por ello, el conocimiento del pasado y su uso en el presente se enmarcan siempre dentro de unas prácticas sociales de interpretación y reproducción de la historia. La conciencia histórica de cada individuo se teje, pues, en el seno de un sistema socio-comunicativo de interpretación, objetivación y uso público del pasado, es decir, en el seno de una *cultura histórica*.<sup>62</sup>

Nesse sentido, estudar “a negociação social sobre o passado leva a compreender os dilemas sociais do presente e revela quais são as problemáticas axiológicas e políticas presentes no espaço público. A história é a arena onde se debatem a identidade presente e futura da comunidade”<sup>63</sup>.

### Percepções “a salvo” (?) da tempestade

Considerando-se os estudos na área patrimonial, é possível inferir sobre a existência de *monumentos intencionais* e *monumentos históricos*. Destacando a percepção de Camargo, o busto de Costa e Silva deve ser elencado entre os primeiros:

Primeiramente é preciso estabelecer que existem *monumentos intencionais*. A raiz da palavra de origem latina nos remete a monumento ou lembrança. Se quisermos, os monumentos, na acepção comum do termo, são edificações ou construções que pretendem *perpetuar a memória* de um fato, de uma pessoa, de um povo. Estão nesta categoria os obeliscos egípcios, os arcos do triunfo romanos, as lápides tumulares, as estátuas de personagens, etc. Em suma, elementos *co-memorativos*. Eles foram concebidos com[o] monumentos. Este não é o caso do *monumento histórico*, conceito construído pelo patrimônio nacional<sup>64</sup>.

Como monumento intencional, faz parte de um conjunto de símbolos produzidos por indivíduos, na maioria das vezes, pelos investidos de poder<sup>65</sup>. Enaltecer (supostos) heróis nacionais foi proposta encabeçada não somente pelos políticos positivistas, mas pela historiografia tradicional, que por longo tempo privilegiou o estudo das elites econômica e política, das quais os monumentos de outrora são a representação mais constante:

Em geral, as políticas de preservação são conduzidas por intelectuais de perfil tradicional (historiadores, artistas, arquitetos, escritores, etc.) que se propõem a atuar no Estado em nome de interesse público, na defesa da cultura, identificada com os valores das camadas cultas<sup>66</sup>.

Esses objetos não somente os representam, mas são parte do constante devir, constante “fazer-se” para o qual, muitas vezes, funcionam como instrumento pedagógico no contexto em que foram produzidos e para as gerações futuras:

<sup>62</sup>SÁNCHEZ MARCOS, Fernando. **Cultura Histórica**. Texto digital, 2009, p. 01. Disponível em: <[www.culturahistorica.es/sanchez\\_marcos/cultura\\_historica.pdf](http://www.culturahistorica.es/sanchez_marcos/cultura_historica.pdf)>. Acesso em: 28 fev. 2017.

<sup>63</sup>\_\_\_\_\_ . **Cultura Histórica**. p. 03.

<sup>64</sup>CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Aleph, 2002.

<sup>65</sup>FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio: uma questão de valor. In: FONSECA, Maria Cecília Lopes. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

<sup>66</sup>\_\_\_\_\_ . **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação, p. 23.



[...] a dimensão simbólica constitutiva da ação humana pode ser verbalizada no discurso, cristalizada no mito, no rito, no dogma ou incorporado aos objetos, aos gestos, à postura corporal, e está sempre presente em qualquer prática social. [...] esses sistemas simbólicos fazem parte da cultura na medida em que são constantemente utilizados como instrumento de ordenação da conduta coletiva<sup>67</sup>.

Além da intencionalidade (co-memorativa) e da função pedagógica, há evidente evocação da memória afetiva da população nesse processo, pois a construção deliberada “não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva”<sup>68</sup>.

Assim, nossa relação contemporânea com o tempo, marcada pelo regime de historicidade definido por François Hartog como presentista, supõe não apenas refletir sobre a escrita da história no seu sentido acadêmico, como produção do conhecimento, mas igualmente refletir sobre os usos do passado em nossa contemporaneidade. Implica, ainda, em formas peculiares de visibilidade para esse passado, entendendo-a como parte de uma estratégia social e política, se quisermos essa visibilidade como parte dos usos possíveis e necessários do passado. Refletir sobre o patrimônio, segundo entendo, como uma das formas possíveis de produção dessa visualização, impõe-nos uma reflexão em torno de uma forma específica das sociedades modernas e contemporâneas lidarem com a experiência do transcurso do tempo e seu resultado para o conjunto das realizações humanas<sup>69</sup>.

Considera-se Françoise Choay<sup>46</sup>, quando aponta sobre a possibilidade de controvérsias vindouras sobre os monumentos, quando, muitas vezes, surge o desejo de se apagar certo passado. A destruição é um dos recursos utilizados, podendo as ações ser motivadas por série de razões de ordem política, religiosa ou ideológica, atuando como categorias distintas ou mistas<sup>70</sup>. Interessante perceber na destruição negativa uma “prova *a contrario* [d]o papel desempenhado pelo monumento na preservação da identidade dos povos e dos grupos sociais”<sup>71</sup>, ou seja, há um claro “poder” (simbólico) naquilo que precisa ser apagado, demolido, escondido.

Ao caso de Taquari podem ser vinculadas causas políticas e ideológicas, posto estarem presentes concomitantemente justificações - explícitas e implícitas - acerca da transição de um regime ditatorial (a ser esquecido) para um regime democrático (a ser reforçado), enquanto a decisão esteve concentrada em mãos de representante político do Partido dos Trabalhadores, o prefeito Maneco, mesmo partido que está à frente do governo federal desde a criação da Comissão

<sup>67</sup>DURHAM, Eunice Ribeiro. **A dinâmica da cultura**: ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2004. p. 259-262.

<sup>68</sup>FONSECA, Maria Cecília Lopes. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação. 2009, p. 23.

<sup>69</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Vendo o passado: representação e escrita da história. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v.15. n.2, p. 11-30, jul-dez. 2007, p.17.

<sup>70</sup>CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2006.

<sup>71</sup>\_\_\_\_\_. **A alegoria do patrimônio**, p. 26.



Nacional da Verdade até seu relatório final.

Camargo, ao dizer que os “embates entre ideologias distintas podem produzir a necessidade de fazer desaparecer monumentos que simbolizam os opositores a que se quer combater”<sup>72</sup>, pontua que essas ações são percebidas em todos os tempos. A onda iconoclasta atingindo a França no período seguinte à Revolução Francesa, quando estava na ordem do dia destruir quaisquer referências ao período despótico anterior, costuma ser exemplo dessa intenção<sup>73</sup>. “Produz-se uma imagem para o passado a partir de uma percepção do desejável para o presente. Dentro desse contexto, qualquer patrimônio é entendido como uma escolha política e não como um dado natural, objetivo e incontestável”<sup>74</sup>.

O historiador D. Hermant dirá sobre a destruição dos monumentos representantes da Monarquia francesa que as ações são resultado de iniciativa popular e revolucionária, portanto legítimas<sup>75</sup>. A despeito de possível controvérsia sobre a interpretação de Hermant, pensando nesse sentido, há de se concluir que, em Taquari, a acusação dos inconformados com a saída do busto é justamente a unilateralidade do prefeito, que não consultou previamente o povo ou seus representantes, portanto perde o suporte da investida popular e democrática. Resta um paradoxo: o ato discricionário do prefeito, visto como autoritário e ditatorial, enquanto o discurso (de defesa) do Poder Executivo se alicerça na relevância do regime democrático.

A remoção do busto (com a ruína da estrutura que suportava o bronze) foi feita com a justificativa da recomendação constante no relatório da Comissão Nacional da Verdade, que “propõe a revogação de medidas que, durante o período militar, objetivaram homenagear autores de graves violações de direitos humanos”<sup>76</sup>. No Brasil, algumas modificações nesse sentido foram adotadas recentemente: escolas públicas e vias deixaram de ostentar o nome de presidentes da época da ditadura<sup>77</sup>, por exemplo. Um dos casos ocorreu na Bahia, onde o governo resolveu mudar

<sup>72</sup>CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Aleph, 2002. p. 13.

<sup>73</sup>CHOAY. **A alegoria do patrimônio**, p. 95-116.

<sup>74</sup>CARVALHO, Aline V.; FUNARI, Pedro P. Memória e patrimônio: diversidade e identidades. **Revista Memória em Rede**, v. 2, p. 7-16, 2010, p.10.

<sup>75</sup>CHOAY. **A alegoria do patrimônio**, p. 110.

<sup>76</sup>DIAS, José Carlos; FILHO, José Paulo Cavalcanti; KEHL, Maria Rita; PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Volume I. 2014. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/Capitulo%2018.pdf>>. Acesso em: 15/10/2016.

<sup>77</sup>Matérias foram acessadas em 28/10/2016 nos seguintes links: **Governador-assina-decreto-que-muda nome-de-escolas-publicas**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2016/01/governador-assina-decreto-que-muda nome-de-escolas-publicas.html>>. **Golpistas-de-1964 tem seus nomes removidos de ruas e edifícios públicos**. Disponível em: <<http://brasileiros.com.br/2016/06/golpistas-de-1964tem-seus-nomesremovidos-de-ruas-e-edificios-publicos>>. **Governo muda oficialmente nome de colégio de Medici para Marighella**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2014/02/governo-muda-oficialmente-nome-de-colegio-de-medici-para-marighella.html>>.



o nome do Colégio Estadual presidente Emílio Garrastazu Médici, em 2014, para Colégio Estadual Carlos Marighela. A decisão<sup>78</sup> foi feita após pedido conjunto de pais, alunos e professores. A escolha do novo nome – não se entrará no debate político ideológico transparente nessa opção – se deu por votação, respaldando-se a mudança em um (aparente) processo democrático.

No caso de Taquari, é importante fazer ressalvas às (poucas) colocações de moradores, entre outros personagens, trazidos a lume no decorrer do imbróglio. Antes, é necessário fazê-las à imprensa, aos textos dos periódicos. *Mutatis mutandis*, é pertinente o questionamento de Pierre Nora<sup>79</sup>: “Que vontade de memória [...]esses textos] testemunham, a dos entrevistados ou a dos entrevistadores?<sup>80</sup>”. A perspectiva de parcialidade da imprensa (suas escolhas, seus silêncios) não pode ser olvidada enquanto advertência para quem a essa recorre enquanto fonte, o que é bem assinalado por Stephanou<sup>81</sup> quando diz que:

A imprensa informa e forma; privilegia, dispõe e relaciona as notícias, elegendo os acontecimentos que merecem destaque e os que serão condenados ao esquecimento. Não registrando simplesmente o fato, ela o cria, na medida em que seleciona o que é e o que não é notícia, seja por critérios jornalísticos ou por interesses econômicos e políticos<sup>82</sup>.

Mühlen, por sua vez, evoca a possibilidade de que os taquarienses não tivessem interesse ou conhecimento real do que acontecia no Brasil, dando a entender que o jornal *O Taquaryense* se aproveitava dessa quase tábula rasa para imprimir o que bem entendesse<sup>28</sup>. Essa conclusão parece um tanto radical, posto que coloca um lado como completamente passivo, pronto para que nele se tatuem quaisquer dados. Dessa forma, é interessante indicar uma alternativa para compreender a “absorção-absolvição” da figura de Costa e Silva entre os taquarienses. Para tanto, questiona-se: até que ponto não houve um processo coletivo de não reconhecimento de parte do passado recente, portanto um mecanismo seletivo, em que se deixa de incorporar à memória (e ao que se reproduz dela) aspectos negativos à biografia de figura representativa para a comunidade? Nesse caminho, se pode ler que

[...] a dessolidarização em um nível extremo poderá levar ao esquecimento total e absoluto de determinado período do passado. Não necessariamente será esquecido o passado mais longínquo. O objeto do esquecimento poderá ser um período recente do passado, sobre o qual o esquecimento se aplicou

<sup>78</sup>INGRID, Maria Machado. **Governo muda oficialmente nome de colegio de Medici para Marighella.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2014/02/governo-muda-oficialmente-nome-de-colegio-de-medici-para-marighella.html>>. Acesso em: 28 out. 2016.

<sup>79</sup>NORA, Pierre. **Entre memória e história:** a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. Projeto História, nº 10, p. 7-28, São Paulo, 1993.

<sup>80</sup>\_\_\_\_\_ . **Entre memória e história:** p. 16.

<sup>81</sup>STEPHANO, Alexandre Ayub. **Censura no regime militar e militarização das artes.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

<sup>82</sup>STEPHANO. **Censura no regime militar**, p. 45.



lacunarmente. [...] esse passado deixa de pertencer, em todos seus matizes, à ordem do vivido e do concebido<sup>83</sup>.

Além de considerar essa espécie de esquecimento voluntário, não se pode deixar à margem a dificuldade do reconhecimento do elemento negativo para sociedades que se entendem de forma maniqueísta. Assumir a complexidade do ser humano demanda aceitar o “lado obscuro” em si, algo difícil, de forma geral, e ainda mais para uma pequena comunidade no interior gaúcho. Afinal: como pode servir, em termos pedagógicos, a estátua de um ditador para o aprendizado dos conceitos de democracia e liberdade? Talvez possamos entender nessa proposta a relação passado-presente e as projeções de futuro.

A memória torna o passado significativo, o mantém vivo e o torna uma parte essencial da orientação cultural da vida presente. Essa orientação inclui uma perspectiva futura e uma direção que molde todas as atividades e sofrimentos humanos. A história é uma forma elaborada de memória, ela vai além dos limites de uma vida individual. Ela trama as peças do passado rememorado em uma unidade temporal aberta para o futuro, oferecendo às pessoas uma interpretação da mudança temporal. Elas precisam dessa interpretação para ajustar os movimentos temporais de suas próprias vidas.<sup>84</sup>

De acordo com Rüsen, “a especificidade da consciência histórica repousa no fato de que a perspectiva temporal — na qual o passado está relacionado com o presente e através do presente com o futuro — é desenhada de modo mais elaborado e complexo”<sup>85</sup>. Para o autor, para lidar com o passado em nome do futuro torna-se necessário discutir história e memória:

De modo resumido, pode-se dizer que a memória *apresenta* o passado como uma força móvel do espírito humano guiado pelos princípios do uso prático, enquanto a consciência histórica *representa* o passado em um inter-relacionamento mais explícito com o presente, guiado por conceitos de mudança temporal e por reivindicações de verdade; ele reforça a especificidade temporal do passado como uma condição para sua relevância no presente. A memória é um relacionamento imediato entre passado e presente, enquanto que a consciência histórica é mediada. A memória está mais relacionada ao domínio da imaginação, a consciência histórica mais próxima da cognição. A memória está cravada no presente, a consciência histórica abre essa relação ao futuro.<sup>86</sup>

<sup>83</sup>CENTURIÃO, Luiz Ricardo Michaelsen. **Identidade, indivíduo & grupos sociais**. Curitiba: Juruá, 2002. p. 61.

<sup>84</sup>RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. Traduzido por Valdei Araujo e Pedro S. Caldas. **História da historiografia**, número 02, março 2009, p.164.

<sup>85</sup>RÜSEN. Como dar sentido ao passado. **História da historiografia**, p.168.

<sup>86</sup>\_\_\_\_\_. Como dar sentido ao passado: **História da historiografia**, p.166.



Como todas as outras culturas, a cultura histórica é multidimensional, apresentando expressões morais, pedagógicas, políticas e retóricas. Rüsen salienta a importância de se considerar as dimensões política (legitimização de certa ordem e relações de poder), estética (discursos e envolvimento dos sentidos humanos) e cognitiva (eventos passados significativos para o presente e seu futuro)<sup>87</sup>. Aborda-se, portanto, os procedimentos de memória que acabam gerando novos sentidos.

### **VENTO OU CALMARIA?**

Considerações feitas sobre a origem dos monumentos como representação de um poder constituído em vigência ou em função do seu reconhecimento póstumo; sobre os recortes feitos pela imprensa; e sobre eventual “esquecimento seletivo” da população local, resta refletir sobre o ato em si, a partir do que seguem as considerações finais, nas quais se busca escapar do “vendaval” no qual se transformou o debate.

Voltando algumas linhas acima, é interessante retomar a colocação do juiz Francisco Saldanha Lauenstein, que acredita que “às vezes, os fatos históricos nos trazem não tão boas memórias, mas devem ser preservados para que eventuais erros não se repitam”<sup>88</sup>. Para Choay:

Romper com o passado não significa abolir sua memória nem destruir seus monumentos, mas conservar tanto uma quanto outros, num movimento dialético que, de forma simultânea, assume e ultrapassa seu sentido histórico original, integrando-o num novo estrato semântico<sup>89</sup>.

Conforme Kersaint, por meio de monumentos ou lugares célebres, “mostrando-nos que nem sempre fomos livres, [revela-se], aos nossos olhos, o preço da liberdade”<sup>90</sup>. Acredita-se, portanto, que a retirada do monumento poderia ter sido dispensada sem prejudicar a intenção de, a partir da representação de Costa e Silva, apresentar um panorama histórico complexo, do qual resultaram determinados reconhecimentos (lugares de memória), questionáveis por alguns grupos ou indivíduos desde a sua construção, proposta analítica a ser desenvolvida em áreas da educação (educação patrimonial). Assim, “a evocação do passado é uma condição necessária para fornecer à vida humana um quadro cultural de orientação que abra uma perspectiva futura enraizada na experiência desse mesmo passado”<sup>91</sup>. Ao estar diante de experiências traumáticas, apresenta-se o desafio de enfrentá-las.

<sup>87</sup> \_\_\_\_\_. Como dar sentido ao passado: **História da historiografia**, p.172-173.

<sup>88</sup>PROMOTORIA e município fazem acordo no processo de retirada de busto de Costa e Silva. *O Fato Novo*, Taquari, 11/12/2015. Disponível em: <[http://www.ofatonovo.com.br/noticias\\_detalhe.php?id=16900](http://www.ofatonovo.com.br/noticias_detalhe.php?id=16900)>. Acesso em: 28 out. 2016.

<sup>89</sup>CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. p. 113.

<sup>90</sup> \_\_\_\_\_. **A alegoria do patrimônio**. p. 113.

<sup>91</sup> RÜSEN. Como dar sentido ao passado: **História da historiografia**, p.185.



Ao invés de suavizar experiências traumáticas pela teleologia, a história deve apresentar o fluxo do tempo como sendo obstruído na relação temporal entre o passado dos eventos traumáticos e a presença de sua comemoração. Descontinuidade, rompimento de conexões e destruição tornaram-se características de sentido na ideia geradora de sentido do curso do tempo.<sup>92</sup>

Essa possibilidade teria como meio o próprio monumento, ou seja, demandaria percebê-lo como um instrumento político-pedagógico de potencial questionador do que representa(va). Assim, terá funcionalidade “a contrário” de seu propósito primevo (naquilo em que se faz necessário), quando “uma política para o passado é, necessariamente, uma demanda da política do presente”.<sup>93</sup>

Ao olharmos, portanto, para um objeto do passado – sejam aqueles colocados em exposição para o olhar nos museus, sejam aqueles monumentalizados no espaço de nossas cidades – é a partir de uma outra gramática que o vemos, articulado como objeto histórico; como patrimônio histórico. Perdem o sentido para o qual foram criados e adquirem um novo, conferido pela qualidade de histórico, estabelecendo, por esse procedimento, uma relação entre o visível do tempo presente e o invisível do passado. [...] Submetido a uma nova sintaxe, o [busto] pode transformar-se, assim, em objeto de museu, vestígio de um passado controlado pelas exigências da lembrança que se quer ter no presente, e que se deseja projetar para o futuro. Curiosa transformação a que se desenrola no espaço da cidade, lugar onde a história se escreve com outros sinais e materiais, operando a partir do ato de lembrar-se. Ocupam-se os vazios com a lembrança possível de um passado que se quer superado, mas, também, com investimentos para um recordar-se num futuro<sup>94</sup>.

Mas pode a transformação ocorrer sem vendavais, em relativa calmaria? Essa dúvida direciona para várias outras inferências. Sobre como se processam as revoluções na história, das quais a violência não se separou. Da própria incapacidade humana de controlar as intempéries, que, no presente caso, diriam daquilo que o humano não consegue prever. Sobre o potencial real da educação e sobre a inserção da educação patrimonial para além de superficiais visitas (turísticas) aos espaços de memória. Talvez estejam nesses movimentos/vendavais as projeções de futuro.

<sup>92</sup> \_\_\_\_\_. Como dar sentido ao passado: **História da historiografia**, p.200.

<sup>93</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Vendo o passado: representação e escrita da história. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v.15. n.2., p. 11-30, jul-dez. 2007, p.16.

<sup>94</sup> \_\_\_\_\_. Vendo o passado: **Anais do Museu Paulista**, p.15-16.



# Chico Buarque: dramaturgo (1967-1978)

## Chico Buarque: dramaturgist (1967-1978)

**Mariana Rodrigues Rosell**

Mestranda em História

Universidade de São Paulo (São Paulo - SP)

rosell.mariana@gmail.com

**Recebido em:** 22/06/2017

**Aprovado em:** 22/09/2017

**RESUMO:** O presente artigo objetiva analisar a produção dramatúrgica de Chico Buarque, a fim de identificar a possível existência de uma linha de trabalho entre as quatro peças por ele escritas. Partindo do pressuposto de que o projeto de um dramaturgo se expressa na composição do roteiro teatral e não necessariamente nas encenações que nele se baseiam, tomou-se como fontes principais os quatro roteiros teatrais escritos por Buarque, cuja análise será cotejada por elementos a eles externos, sempre que se faça necessário. A partir desta análise, intenta-se contribuir para o adensamento dos estudos historiográficos do teatro, bem como para uma abordagem da obra buarqueana a partir de uma ótica ainda pouco explorada por historiadores: a sua escrita dramatúrgica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arte e política, História do Teatro Brasileiro, Chico Buarque.

**ABSTRACT:** This article aims to analyze the dramaturgical production of Chico Buarque, in order to identify the possible existence of a line of work between the four plays written by him. Assuming that the dramaturgist's project is expressed in the composition of the theatrical script and not necessarily in the scenarios based on it, the four theatrical scripts written by Buarque were taken as main sources and their analysis will be checked by elements external to them, whenever necessary. From this analysis, it is tried to contribute to the densification of the historiographic studies of the theatre, as well as to an approach of the Buarque's work from an optics still little explored by historians: his dramaturgic writing.

**KEYWORDS:** Art and politics, Brazilian Theatre History, Chico Buarque.

Apesar de amplamente analisada dentro do campo dos estudos literários, a dramaturgia de Chico Buarque ainda hoje é um alvo tímido dos estudos dentro do campo da historiografia.<sup>1</sup> Acompanhando as lacunas peculiares ao estudo de obras teatrais por historiadores<sup>2</sup>, sua produção teatral também se encontra em disparidade em relação aos estudos historiográficos sobre sua produção estritamente musical<sup>3</sup>. Neste artigo, objetiva-se analisar as quatro peças escritas por Buarque ao longo de cerca de uma década a fim de investigar a possível existência de uma linha de trabalho<sup>4</sup> no teatro deste importante multiartista.

### O teatro como objeto da História

A falta de estudos historiográficos sobre a obra dramatúrgica de Chico Buarque em face à sua produção musical, não é uma especificidade do autor. Se é bem verdade que as suas canções já foram amplamente analisadas por historiadores, é fundamental ponderar que o baixo índice de trabalhos historiográficos sobre teatro – de Chico Buarque e de modo geral – se dá em função da especificidade da fonte que, efêmera, dificulta o trabalho dos historiadores. Ao analisar uma obra teatral, o historiador está desafiado a olhar para um objeto efêmero que impõe dificuldade peculiar ao seu ofício por tentar “fixar no espaço e no tempo um fazer que acontece no espaço e no tempo como inscrição efêmera...”<sup>5</sup>. Sendo assim, o historiador se defronta com uma questão-problema que é fruto da essência do evento teatral: cada encenação que nunca será a mesma, nunca se repetirá e cuja atmosfera do momento não poderá ser reconstruída plenamente.

Embora os investimentos metodológicos específicos para a análise teatral dentro do

<sup>1</sup>No que tange às teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação em História, além dos trabalhos referenciados ao longo do artigo, ainda há os trabalhos apontados pelo levantamento a seguir que explicita o quanto ainda se trata de um campo a se explorar. Sobre *Calabar – o elogio da traição*, cf. MARTINS, Cristian Alves. **Rupturas e permanências: a recepção de “Calabar, o elogio da traição” de Chico Buarque e Ruy Guerra**. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de História, Uberlândia, 2013. Sobre *Gota d’água*, cf. HERMETO, Miriam. **“Olha a Gota que falta”**. Um evento no campo artístico-intelectual brasileiro (1975 - 1980). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte: 2010. É importante pontuar que a sua obra dramatúrgica recebeu muitos estudos em outras áreas do conhecimento como Letras e Comunicação. A lacuna que este trabalho pretende ajudar a preencher consiste, apenas, no que tange ao estudo historiográfico de sua obra teatral.

<sup>2</sup>Cf. BRANDÃO, Tânia. As lacunas e as séries: padrões de historiografia nas “Histórias do Teatro no Brasil”. In: MOSTAÇO, Edélcio (org.). **Para uma história cultural do teatro**. Florianópolis: UDESC/CEART, 2010.

<sup>3</sup>Com “produção estritamente musical”, busca-se diferenciar as canções que Chico Buarque compôs para sua discografia daquelas compostas por ele como parte integrante da dramaturgia de suas peças de teatro.

<sup>4</sup>Com isso, não se pretende esgotar as análises e ponderações sobre a obra dramatúrgica de Chico Buarque nem suplantar as peculiaridades de cada uma das peças ou mesmo as especificidades do lugar que cada uma delas ocupou a seu tempo. O que se pretende aqui é observar se, apesar de tudo que caracteriza cada uma das peças como um objeto singular, é possível identificar elementos que sejam frequentes nas quatro peças escritas por Buarque e, por isso, possam caracterizar, de certo modo, uma linha de trabalho preocupada com questões e debates que tais elementos suscitam.

<sup>5</sup>BRANDÃO, Tânia. **Uma empresa e seus segredos: Companhia Maria Della Costa**. São Paulo: Perspectiva; Rio de Janeiro: Petrobrás, 2009, p. 27.

campo historiográfico ainda estejam “engatinhando”, como afirma Tania Brandão, os estudos vêm crescendo e recentes pesquisas vêm tentando pensar propostas de metodologia para a abordagem do teatro pela História. Ainda que esse processo esteja em fase de maturação, a importância dos vestígios na reconstrução possível do espetáculo teatral e a noção de que o evento teatral é composto por diversos elementos – a escrita dramatúrgica e a escrita cênica que, conjugadas, propõem um espetáculo de teatro – são fatores importantes a serem investigados.

Porém, nem sempre se objetiva analisar o teatro enquanto evento, ou seja, em sua dimensão totalizante, sendo possível focar a investigação sobre um ou outro elemento que compõe a atmosfera teatral.<sup>6</sup> Este é o caso do trabalho que aqui se propõe. Busca-se, com esta análise, compreender a obra dramatúrgica de Chico Buarque, atentando para a trajetória que ele construiu em suas quatro peças que estiveram, todas, em diálogo imediato com o contexto sócio-político em que o autor as produziu. Entende-se que o projeto do dramaturgo se expressa na composição do roteiro teatral<sup>7</sup> que pode ser mais ou menos respeitado ou subvertido pela encenação que o levou aos palcos. Por essa razão, tomaram-se como fontes principais os roteiros teatrais elaborados por Chico Buarque, dois deles em parceria, cuja análise será pontuada, sempre que necessário, por elementos a eles externos. Em termos teatrais, o foco da análise recairá sobre a dramaturgia de Chico Buarque, colocando em segundo plano as encenações, que foram levadas a cabo por diferentes diretores, interpretadas por diferentes elencos e em diferentes momentos ao longo das décadas que se seguiram à escrita.<sup>8</sup>

### **Chico Buarque: um homem de teatro**

O primeiro contato de Chico Buarque com o teatro deu-se antes do grande sucesso que ele obteve no II Festival da Música Popular Brasileira da TV Record em 1966. A canção *A banda*, que o projetaria para o reconhecimento nacional, chegou ao público cerca de um ano depois de seu compositor aceitar o convite de Roberto Freire, então diretor artístico do TUCA (Teatro da Universidade Católica – PUC/SP), para musicar o poema *Morte e Vida Severina: auto de Natal pernambucano*, do poeta recifense João Cabral de Melo Neto. A encenação obteve enorme sucesso, nacional e internacional, recebendo o prêmio da crítica e do público no IV Festival de Teatro

---

<sup>6</sup>ROSELL, Mariana; BATISTA, Natalia. Teatro e história: uma proposta metodológica. *História e Cultura*, Franca, v.6, n.2, p.289-307, ago-nov. 2017, p. 290-292.

<sup>7</sup>Por roteiro teatral, entende-se “conjunto que abrange não só as “falas” da peça, mas também as rubricas e toda a sorte de informações fornecidas pelo dramaturgo que orientem a encenação de seu texto.” Cf. \_\_\_\_\_. Teatro e história: uma proposta metodológica, p. 293.

<sup>8</sup>Para maior compreensão da metodologia específica utilizada na análise dos roteiros teatrais, cf. \_\_\_\_\_. Teatro e história: uma proposta metodológica.

Universitário de Nancy (França) e seguindo em temporada na Europa.<sup>9</sup>

Este trabalho não se estenderá sobre a análise dessa peça, pois, como já foi dito, intenta-se aqui investigar a obra dramatúrgica de Chico Buarque e, em *Morte e Vida Severina*, ainda que ele tenha integrado um projeto de grupo, sua atividade artística se restringiu à composição de melodias para o poema cabralino<sup>10</sup>. Embora esse processo tenha se dado em diálogo constante com os demais integrantes do TUCA, chegando talvez a influir na dramaturgia do espetáculo e vice-versa<sup>11</sup>, *Morte e Vida Severina* não se enquadra no escopo analítico deste trabalho. Esses breves apontamentos se justificam na medida em que, com essa peça, tinha início o diálogo buarqueano com o teatro; além de se dedicar à dramaturgia, tantas outras vezes ele voltaria a compor canções para espetáculos alheios e para os seus próprios<sup>12</sup>. Canções essas que, gravadas pelo próprio compositor ou por outros intérpretes, muitas vezes ganhariam vida própria, podendo ser, constantemente, desvinculadas do roteiro teatral que as motivou.<sup>13</sup>

Também por essa razão é possível identificar afinidades temáticas entre a produção musical e a produção teatral de Chico Buarque, especialmente no universo mais amplo da intervenção sócio-política. Tendo iniciado sua carreira artística durante o regime militar, ele se consagrou como um dos principais compositores de protesto; é de interesse deste artigo destacar que também enquanto homem de teatro ele se coloca no campo da resistência contra o governo ilegítimo dos militares. O mesmo compromisso assumido no campo musical se manifestou também no campo dramatúrgico, buscando o autor escrever peças em diálogo direto com o contexto do país.

O diálogo entre os temas de suas canções – considerados subversivos de imediato – e os

<sup>9</sup>HOLANDA, Chico Buarque de. O gênio nasce. In: Melo Neto, João Cabral de. **Morte e Vida Severina: auto de Natal pernambucano**. 1<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2016, p. 75.

<sup>10</sup> Em entrevista concedida ao boletim interno da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, *Jornalivro Parandubas*, por ocasião do décimo quinto aniversário da estreia da peça, Chico Buarque afirma que “quando o Roberto me chamou, o texto já estava escolhido, acho. Pelo menos não participei de nenhuma discussão sobre o texto.” \_\_\_\_\_. O gênio nasce, p. 71.

<sup>11</sup>Elisabete Alfeld afirma em um artigo sobre a canção *Funeral de um lavrador* que “a composição da trilha sonora para o espetáculo foi decisiva. Nem todo o espetáculo estava alicerçado em cenas cantadas e a sincronia com a poética do espetáculo e o poema de João Cabral foi estabelecida com a poética musical a partir da seleção de quais estrofes das cenas-sequências do poema seriam musicalizadas.” ALFELD, Elisabete. Chico Buarque das palavras (quase) cantadas em “Funeral de um lavrador”. *Aletria*, v. 26, n. 2, Belo Horizonte, p. 31-45, 2016. p. 41. Apesar dessa afirmação, a pesquisadora não apresenta as fontes de onde extraiu tais informações tocantes ao processo criativo da peça.

<sup>12</sup>Além das canções para os espetáculos de sua autoria, destacam-se ainda a composição das canções das peças *O corsário do rei* (1985), de Augusto Boal, e *Cambaió* (2001), de Adriana e João Falcão; e das trilhas sonoras para os espetáculos de balé (aqui entendidos como inseridos dentro do campo das artes cênicas) *O Grande Circo Místico* (1982) e *Dança da Meia-Lua* (1987-1988), ambos em parceria com Edu Lobo. Para a lista completa de composições musicais de Chico Buarque para teatro, cf. [http://www.chicobuarque.com.br/construcao/menu\\_teatro.htm](http://www.chicobuarque.com.br/construcao/menu_teatro.htm). Acesso em: 08.mai.2017.

<sup>13</sup>A discussão sobre o percurso autônomo que muitas canções compostas para teatro tomam ao longo de sua circulação escapa ao escopo deste artigo.

de suas peças imprimiu à sua produção teatral a mesma vigilância e o mesmo forte controle da Censura dedicados à sua produção musical. Ainda que, à exceção do peculiar caso de *Calabar – o elogio da traição*, nenhuma das outras três peças de Chico Buarque tenha sido proibida quando da submissão do roteiro teatral ao Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP) e à Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), isso não significa que a sua dramaturgia não tenha sido afetada pela falta de liberdade de expressão. Ao se olhar para o quadro geral da produção buarqueana seria possível sugerir que a Censura dedicou uma perseguição menos dura ao teatro de Chico Buarque se comparada às suas canções, já que, bem ou mal, somente *Calabar* não estreou quando de sua escrita. Porém, a partir de um olhar mais atento, se identifica que a não proibição das peças não implica numa maior liberdade de expressão no campo teatral, mas está ligada à própria natureza dos objetos apreciados<sup>14</sup>.

De todo modo, o que se faz fundamental pontuar é que tanto a produção teatral quanto a produção musical de Chico Buarque se colocaram no campo da oposição ao regime militar, engajando-se na crítica às desigualdades socioeconômicas, à repressão e ao autoritarismo. Sendo assim, o teatro se constituiu em mais um espaço de expressão política de Chico Buarque, sendo possível identificar também, entre as quatro peças, afinidades temáticas que são retomadas e repensadas ao longo dos anos. A seguir, se tratará mais detidamente de cada uma de suas peças, buscando verificar a possível existência de uma linha de trabalho desenvolvida pelo dramaturgo.

### ***Roda Viva* (1967)**

A primeira investida de Chico Buarque na escrita dramatúrgica se tornou um dos eventos mais polêmicos do teatro brasileiro, especialmente pela linguagem estética adotada pelo seu diretor, José Celso Martinez Corrêa. *Roda Viva* é uma das mais importantes peças do teatro nacional, se construindo, ao longo dos anos, diferentes visões sobre ela que se organizam, de modo geral, entre os que a adoram e os que a odeiam, os que a idolatram e os que a desprezam.

---

<sup>14</sup>Para além da própria especificidade do público de teatro – majoritariamente de classe média – que, em determinados momentos, foi considerada como menos manipulável pelos discursos expostos no palco, ainda há que se considerar que a circulação de canções é muito mais ampla do que a de peças de teatro (mesmo se considerando a publicação dos roteiros teatrais em livro) e que o cerceamento de peças teatrais não se dava somente através de sua proibição, mas, também, dos inúmeros cortes que eram feitos no roteiro. Com isso se quer dizer que em função da própria natureza de um roteiro teatral, mais extenso, baseado em diálogos, há maior margem de negociação mediante cortes específicos ou uma imposição de faixa etária mínima para a assistência do espetáculo (que não é possível de ser determinada no caso da audição de canções). Para uma análise mais minuciosa da censura teatral durante o regime militar brasileiro, cf. GARCIA, Miliandre. **Ou vocês mudam ou acabam:** teatro e censura na ditadura militar (1964-1985). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Para uma análise da censura musical durante o regime militar, cf. HEREDIA, Cecilia. **A caneta e a tesoura:** dinâmicas e vicissitudes da censura musical no regime militar (1971-1985). Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.



O uso dos adjetivos não é casual, está relacionado ao fato de que boa parte da visão que se plasmou no imaginário social e na memória hegemônica sobre *Roda Viva* pautou-se pela recepção crítica da montagem.<sup>15</sup>

Entre os que reconheciam na peça uma linguagem estética inovadora e afinada com o caos em que se encontrava o país, e os que criticavam o posicionamento agressivo em relação ao público e identificavam nele um desserviço ao papel que a arte deveria desempenhar enquanto resistência ao regime militar, perdeu-se a dimensão de que muito do que foi levado aos palcos estava proposto no texto. A linguagem da encenação não se pautou por uma subversão completa do roteiro, mas captou, nas poucas rubricas, os elementos que serviam às pesquisas do diretor e os espaços em branco que seriam preenchidos livremente.

O enredo apresenta o processo que vai da construção à destruição de um ídolo da música popular pela indústria cultural que começava a se desenvolver a passos largos no Brasil, expondo os mecanismos de dominação do mercado de bens culturais sobre a vida dos indivíduos que por ele se aventuravam. De início, Benedito Silva (depois BenSilver e então Benedito Lampião) cede ao controle do Anjo, abrindo mão de sua privacidade e prejudicando suas relações pessoais para, ao final, acabar entregando a própria vida em nome da salvação de sua imagem de ídolo e do mito que em torno dele havia se construído. Mas, na prática, salvava apenas o Anjo da Guarda.

Ainda que dirija sua crítica à indústria cultural de maneira ampla, a peça dedica um olhar específico para a atuação da mídia, na figura do Anjo da Guarda (televisão) e do Capeta (mídia impressa). Através da representação alegórica, expressa, por exemplo, pelos nomes desses dois personagens, Buarque constrói uma crítica do processo pelo qual muitos artistas passavam naquele momento, inclusive o próprio autor, que se encontrava tragado pela roda viva midiática. O roteiro está repleto de referências ao contexto político e artístico daqueles anos, por exemplo, através da citação de nomes similares ao de cantores famosos – Geraldo Vanderbilt, Chico Pedreiro e Maria Botânica –, passando por canções (*Disparada*) e eventos relacionados ao universo musical (Show no Carnegie Hall)<sup>16</sup>. Além, é claro, da referência autobiográfica em que Benedito diz ter largado os estudos de arquitetura, tal qual Buarque havia feito anos antes.

Para além das citações diretas, outras questões latentes ao momento da escrita surgem de maneira mais ou menos explícita. No bojo da crítica à voracidade da indústria cultural, Buarque expõe o problema da falta de unidade da classe artística. Os artistas que se empurram uns aos

<sup>15</sup>CARVALHO, Jacques Elias de. *Roda Viva* (1968) de Chico Buarque: a dramaturgia e a cena teatral sob a ótica da crítica especializada. *Fênix*, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 1-14, 2004.

<sup>16</sup>BUARQUE, Chico. **Roda-Viva**. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968, p. 62-64.

outros na busca pelo melhor ângulo diante das câmeras de televisão exprimem a condição individualista própria do desenvolvimento capitalista que, ao chegar aos meios culturais, impõe uma atmosfera competitiva e coloca, uns contra os outros, aqueles que juntos seriam mais capazes de se organizar contra as condições de trabalho a eles impostas.

Outro tema central no debate cultural do período girava em torno da oposição entre os defensores da cultura nacional e os defensores da influência estrangeira na produção artística brasileira. Exemplo desse debate é a “Passeata contra as guitarras elétricas” (1967), em que artistas ligados à MPB marcharam contra a presença na música brasileira do instrumento que representava a cultura norte-americana. Entre eles, Elis Regina, Geraldo Vandré, Gilberto Gil e Edu Lobo. Chico Buarque não participou do evento e supera essa oposição ao mostrar um ídolo popular frágil que é Ben Silver ou Benedito Lampião de acordo com as tendências de mercado, chanceladas pelo IBOPE, personificado na peça como uma figura eclesiástica, uma entidade divina detentora do bem e do mal. Na lógica da peça, “estrangeirado” ou nacionalista, Benedito Silva não passa de um produto criado pela mídia. Estrangeirados ou nacionalistas, eram, todos, mercadoria, descartada ao primeiro sinal de inutilidade ou prejuízo, tendo vida e morte decretadas pelo mercado.

Ao mesmo tempo, na figura de Mané, amigo de Benedito que não foi cooptado/selecionado pela indústria cultural, Buarque indica a impossibilidade de se viver de arte fora da mídia. Mais um tema importante do debate no final dos anos 1960: o artista, especialmente engajado, deve ocupar os espaços da indústria cultural para obter meios de subsistência e de promover a sua produção artística ao grande público ou deve trabalhar à margem, porque livre das imposições do mercado? Na peça de Buarque, não há solução. Os diversos conflitos expostos ao longo do roteiro não são resolvidos nem indicam um desfecho favorável aos artistas. Tudo se encaminha para um beco sem saída, que traduz numa metáfora explícita a “roda viva” que nomeia a peça. Esse é o primeiro exemplo do uso da forma épica em *Roda Viva*.

O autor utilizou dispositivos anti-dramáticos que conferem ao roteiro uma quebra no pacto de realidade e que reforçam a denúncia da condição ficcional do mundo televisivo. A presença de um coro, identificado como o Povo, é um dispositivo épico, na medida em que ele, majoritariamente, exerce a função de comentador da cena. O exemplo mais significativo nesse sentido é quando o coro entoa um credo, que aqui se chamará “Credo da Televisão”. A cena em que o Anjo afirma a necessidade de Benedito Silva ser mais estrangeiro é “interrompida” pelo



“Credo da Televisão”, exercendo o coro sua função comentadora, já apontando que o mesmo Anjo que conduz Benedito ao sucesso, o levará às “trevas”, à destruição. O coro também se dirige à plateia, reforçando o dispositivo épico:

Creia na televisão  
E em sua luzinha vermelha  
Creia na televisão  
Como seu anjo aconselha  
Pois ela é quem vai julgá-lo  
Ela vai observá-lo  
Por todos os cantos, ângulos e lados  
E às trevas vai condená-lo  
Se cometeres pecado  
Como também redimi-lo  
Como também consagra-lo  
Se lhe fores um bom filho  
E fiel vassalo  
Sua luzinha vermelha  
É a luz eterna da glória<sup>17</sup>

Outro, bastante recorrente, é a quebra da quarta parede, que se realiza toda vez que algum personagem fala diretamente ao público, rompendo o pacto de realidade. Isso aparece indicado várias vezes no roteiro da peça, ficando evidente desde o início, quando Benedito entra em cena dirigindo-se à plateia a fim de desnudar a condição ficcional da encenação. Além disso, nesse mesmo trecho, rapidamente Benedito muda a impostação de sua voz e o vocabulário utilizado quando percebe estar diante de uma câmera de TV.<sup>18</sup> Dessa forma se evidencia um dos eixos temáticos da peça: a falsidade por trás do mundo televisivo. O nome de Mané, aquele que se recusa a adentrar o mundo da indústria cultural, e a sua estagnação durante toda a peça são dispositivos épicos por comentarem com ironia o *leitmotiv* de *Roda Viva*: ele é um “mané” por não ter a fama e o sucesso de Benedito, mas é também o único que comprehende o beco sem saída que o mercado cultural representa para os artistas. Daí que fique paralisado, sabendo que não há nada a fazer.

Faz-se necessário retomar a relação entre o roteiro teatral e a encenação de *Roda Viva*. Segundo Jacques de Carvalho, a recepção crítica da época plasmou a “separação imediata entre texto dramático e cena teatral.”<sup>19</sup> O historiador atribui esse papel especialmente a Yan Michalski<sup>20</sup> que, segundo ele, “estabelece um determinado olhar para o espetáculo e institui a separação

<sup>17</sup> \_\_\_\_\_. *Roda-Viva*, p. 29.

<sup>18</sup> \_\_\_\_\_. *Roda-Viva*, p. 15-16.

<sup>19</sup>CARVALHO. *Roda Viva* (1968) de Chico Buarque: a dramaturgia e a cena teatral sob a ótica da crítica especializada, p. 6.

<sup>20</sup> As críticas de Yan Michalski sobre a peça podem ser conferidas em: MICHALSKI, Yan; PEIXOTO, Fernando (org.). **Reflexões sobre o teatro brasileiro no século XX**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2004, p. 111-117 e MICHALSKI, Yan. *Roda-Viva. Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18.jan.1968, p. 10.

evidente entre dramaturgo e encenador [...] pois os consumidores da música de Chico Buarque não se identificam com o teatro ‘anárquico’ do diretor paulista.”<sup>21</sup> Provavelmente essa separação entre Buarque e Zé Celso já estivesse dada no imaginário social da época, uma vez que, em 1967, o encenador tinha levado aos palcos do Oficina a montagem de *O rei da vela*, que marcaria um novo momento do teatro brasileiro. Mas cabe ponderar também que, talvez, o esforço de Michalski em separar texto e encenação proviesse do próprio campo político em que ele se inseria. Próximo do grupo conhecido como engajado, ligado à esquerda nacionalista, talvez fosse do interesse do crítico trazer para seu lado a figura de Chico Buarque, artista consagrado e de referência, sendo, para isso, necessário desvinculá-lo das correntes de vanguarda<sup>22</sup>.

Porém, independente disso, não é possível determinar, a partir da análise das fontes, a separação total entre roteiro e encenação. Ainda que Zé Celso tenha aprofundado as proposições de Buarque, no sentido de encená-lo com base nas pesquisas estéticas que desenvolvia, roteiro e encenação não estavam em completo descompasso; o primeiro fornecia os instrumentos e as brechas necessárias para o recurso aos dispositivos épicos e à agressão. As enxutas rubricas são determinantes nesse sentido: apontam os momentos em que os atores se dirigem ao público, avançam para a plateia e com ela interagem.<sup>23</sup> Conforme as palavras de Chico Buarque no programa da peça, “Dotados de notável espírito criador, [Zé Celso e Flávio Império] deram a vida que faltava ao texto. E assisti com espanto a cada fase crescente da comédia pequenina, que resultou num espetáculo em que acredito plenamente.”<sup>24</sup> À parte as considerações possíveis sobre a fala, o próprio dramaturgo, à época, reconheceu seu roteiro na encenação.

### ***Calabar – o elogio da traição (1973)***

Se *Roda Viva* ficou marcada pela polêmica encenação, *Calabar* é lembrada pelo seu tortuoso processo de censura que, segundo Miliandre Garcia, seguiu uma trajetória bastante incomum para o cotidiano da DCDP. De acordo com a historiadora, o processo de *Calabar* “evidenciou contradições internas entre órgãos do governo, sobretudo os impasses da censura, bem como se constituiu num processo atípico na burocracia da censura, estendendo-se por mais

<sup>21</sup> \_\_\_\_\_. *Roda Viva* (1968) de Chico Buarque: a dramaturgia e a cena teatral sob a ótica da crítica especializada, p. 7.

<sup>22</sup>Uma das principais referências do debate que se travava dentro do campo teatral nesse período é o Caderno Especial da Revista Civilização Brasileira intitulado *Teatro e Realidade Brasileira*, publicado no mesmo ano da estreia da montagem de *Roda Viva*, 1968.

<sup>23</sup>Sobre a encenação de *Roda-Viva*, cf. PATRIOTA, Rosangela. A cena tropicalista no Teatro Oficina de São Paulo. **História**, Franca, v. 22, n. 1, p. 135-163, 2003; CARVALHO, Jacques Elias de. **Chico Buarque e José Celso: embates políticos e estéticos na década de 1960 a partir do espetáculo teatral Roda Viva (1968)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de História, Uberlândia, 2006.

<sup>24</sup>Programa da peça *Roda Viva*. Teatro Princesa Isabel, Rio de Janeiro, 1968, p. 33.

de um ano.”<sup>25</sup> Não cabe aprofundar a reflexão sobre as peculiaridades do caso, mas é importante ressaltá-las, uma vez que, provavelmente, a primeira coisa que salta à memória sobre a peça é a quase falência de seus produtores, Fernando Torres e Fernanda Montenegro, por conta do voto censório. Também é importante lembrar que, tal qual havia acontecido com *Roda Viva*, inicialmente o roteiro da peça foi liberado pelo diretor da DCDP, sendo posteriormente vetada toda e qualquer referência à peça.<sup>26</sup> Diferentemente de *Roda Viva*, *Calabar* não chegou a ir aos palcos quando de sua escrita.

O roteiro teatral de *Calabar* – ao contrário do de *Roda Viva* – é extremamente detalhista no que tange às rubricas; longas e constantes, elas direcionam a montagem em todos os sentidos: cenário, posicionamento dos atores, interferências sonoras, figurinos. Não cabe aqui inferir as motivações que levaram os autores a investir fortemente nas orientações para os futuros encenadores – a parceria entre um dramaturgo e um cineasta, o amadurecimento do dramaturgo Chico Buarque, a tentativa de controlar mais as futuras encenações. O que se intenta aqui é somente apontar a grande diferença entre o roteiro anterior e o de *Calabar* em termos de estrutura (diferença essa que se manteria nos roteiros posteriores).

O enredo da peça trata da ocupação holandesa no nordeste da então América Portuguesa no século XVII, sendo o tema da traição o eixo da discussão. Embora aparentemente se direcione a pensar apenas sobre o caso de Domingos Fernandes Calabar – personagem real que abandonou as tropas portuguesas para lutar ao lado dos holandeses – os questionamentos sobre traição são mais amplos; no decorrer da peça se evidencia que, mais do que uma exceção, ela é a regra daquele cotidiano, embora se sugira que há diferentes tipos de traição. No caso de Calabar, a traição seria legítima por estar motivada pelo ideal da busca pela emancipação real do que viria a ser o Brasil, ou seja, um interesse no bem coletivo. Nos demais casos (Frei Manoel do Salvador, Sebastião do Souto, etc.), seria condenável, porque movida somente pelos interesses individuais dos sujeitos.

Na verdade, a crítica de Buarque e Guerra consiste em apontar que portugueses e holandeses, na prática, se diferenciam por serem conservadores e modernos, respectivamente, sem deixarem de ser colonizadores. Daí que Calabar seja apenas um objeto de negociação para os holandeses, porque, também para estes, seu ideal emancipatório, de liberdade, é inadequado. Em cena protagonizada por Mathias de Albuquerque e Holandês, ambos são apresentados em

<sup>25</sup>GARCIA, Miliandre. A luta agora é na Justiça: o processo censório de *Calabar*. **PolHis - Boletín Bibliográfico Electrónico del Programa Buenos Aires de Historia Política**, Buenos Aires, v. 9, p. 267-282, 2012. p. 269.

<sup>26</sup>\_\_\_\_\_. A luta agora é na Justiça: o processo censório de *Calabar*, p. 272. Para saber mais, ver o artigo completo.



condições iguais: traídos, vencidos, vencedores, com cólicas. Estando igualados, se aponta a necessidade de uma independência real; nem Holanda nem Portugal, mas sim um Brasil livre. Eles discutem o futuro de Calabar como se ele nada fosse: o português só quer vingança, o holandês não o entrega por uma preocupação egocêntrica com a possível repercussão desse ato na História. Conforme diz o Holandês a Mathias de Albuquerque, “Que é que os historiadores vão dizer de mim se eu entrego Calabar?”<sup>27</sup>. Desenha-se, nessa cena, uma espécie de cumplicidade entre eles.

Além disso, há um esforço dos autores em representar os colonizadores expondo suas fragilidades, o que intensifica sua condição de homens comuns em oposição à condição heroica e mítica de Calabar. A chegada de Maurício de Nassau, contrariamente ao que aponta a história oficial, não representa mudanças estruturais no projeto dos holandeses para a colônia. Suas ações enquanto governador, como a defesa da liberdade religiosa e a promoção de grandes obras são apenas uma estratégia mais moderna e mais inteligente de controlar os viventes da região.

A recuperação do caso de Calabar surge como uma estratégia que se tornou comum durante o regime militar, na tentativa de despistar a Censura. Outras peças recorreram a essa estratégia, como *Arena conta Zumbi* (Augusto Boal e Gianfrancesco Guarnieri, 1965), *O santo inquérito* (Dias Gomes, 1966), *Arena conta Tiradentes* (Augusto Boal e Gianfrancesco Guarnieri, 1967), *Arena conta Bolívar* (Augusto Boal, 1970) e *Ponto de Partida* (Gianfrancesco Guarnieri, 1976). O deslocamento para o passado buscava, por um lado, discutir o presente sem fazer referência direta a ele e, por outro, recuperar personagens e acontecimentos históricos específicos na busca por uma atualização de mitos, eventos e heróis fundamentais para o engajamento na luta pela liberdade no presente.

*O santo inquérito* e *Ponto de Partida* se inserem no primeiro exemplo, pois se deslocaram no tempo para discutir a Censura e a tortura, na peça de Gomes, e o caso Vladimir Herzog, na peça de Guarnieri. As peças do Arena também estão relacionadas a esse primeiro elemento, mas objetivam muito mais recuperar Zumbi, Tiradentes e Bolívar como heróis da luta emancipatória e pela liberdade, exemplos para impulsionar o engajamento na luta contra o regime militar. *Calabar* talvez seja a peça que melhor equilibra os dois elementos, na medida em que se desloca ao passado para discutir o que significa trair o “Brasil: Ame-o ou deixe-o?” e atualizar a história oficial sobre Domingos Fernandes Calabar, numa referência direta ao caso de Carlos Lamarca, capitão do exército que aderiu à luta armada e se tornou líder da Vanguarda Popular

<sup>27</sup>BUARQUE, Chico; GUERRA, Ruy. **Calabar – o elogio da traição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974, p. 21.



Revolucionária (VPR)<sup>28</sup>.

De degredado pela história oficial, ele passa a herói na revisão feita por Buarque e Guerra, exemplo a ser seguido no momento em que a peça foi escrita. E embora seja bastante nítida a identificação entre Calabar e Carlos Lamarca, é interessante observar que o personagem-título nunca aparece em cena, sendo apresentado pelo olhar de outros personagens e pelos pedaços de seu corpo mutilado que surgem no palco. Ao não apresentarem um rosto para Calabar, os autores permitem a identificação do personagem com qualquer herói, expandindo para o coletivo a responsabilidade pela resistência à tirania e à opressão.

Outra referência ao presente é a prisão, o interrogatório e a morte de Calabar: fica evidente que ele deve ser torturado. Ainda que de maneira sutil, o representante máximo da Coroa Portuguesa naquela região ordena a Frei Manoel que torture Calabar: "...antes ou depois da confissão, tanto faz, proceda como é de uso nessas ocasiões, sem que os que mandam saibam disso, para que ele não carregue para o túmulo alguma informação do interesse geral que eu represento."<sup>29</sup> Na cena seguinte, Mathias se decepciona pela não delação de Calabar, chegando a questionar se ele era um traidor ou apenas exercia sua liberdade de pensamento: "MATHIAS: Oh, pecado infame, a infame traição de colocar o amor à terra em que nasci acima dos interesses do rei!/FREI: Que Deus.../MATHIAS: Me perdoe. Caso o contrário eu não seria digno de enforcar um homem, brasileiro como eu, que se atreve a pensar e agir por conta própria."<sup>30</sup>

Sem dar chance ao arrependimento, Mathias o condena à força em uma execução às escondidas para não ser lembrado. A eficácia dessa estratégia, no entanto, é questionada por Bárbara, companheira de Calabar, que afirma contundentemente que ele está vivo. Não de fato, mas na memória dela e da terra pela qual ele lutou.<sup>31</sup> Tem-se aqui nova referência ao contexto presente, remetendo às execuções ilegais e aos desaparecimentos de presos políticos, especialmente durante os anos de chumbo, que se tornaram prática corrente da repressão. Ao mesmo tempo, reitera-se que mesmo morto, o herói não pode ser esquecido, pelo contrário, deve ser lembrado e tido como exemplo; matam-se os homens, mas não se pode matar ideias e ideais. Calabar presente!

Também é importante destacar o papel das canções enquanto elemento corroborante do

<sup>28</sup>Por ter sido militar, o envolvimento de Lamarca com a guerrilha representava uma afronta ainda maior às Forças Armadas brasileiras: ele era desertor, traidor da pátria e do juramento militar. Foi caçado, emboscado e assassinado por agentes de segurança do governo no sertão da Bahia em 1971.

<sup>29</sup>BUARQUE; GUERRA. *Calabar – o elogio da traição*, p. 27.

<sup>30</sup>\_\_\_\_\_. *Calabar – o elogio da traição*, p. 31-32.

<sup>31</sup>\_\_\_\_\_. *Calabar – o elogio da traição*, p. 5.



enredo. Sendo um musical, é esperado que a música tenha relevância considerável no desenrolar da peça, mas muitas são as funções das músicas de cena.<sup>32</sup> Em *Calabar*, elas promovem um efeito de reconhecimento, estruturam o *leitmotiv*, “provoca[m] a expectativa da melodia e assinala[m] a progressão temática ou dramatúrgica.”<sup>33</sup> Ou seja, as canções reforçam explícita ou sugestivamente uma cena ou acontecimento, acompanhando uma tendência cada vez mais comum na dramaturgia daquele momento, de exercício de complementaridade entre essas duas linguagens.

Também as canções auxiliam na identificação de uma característica marcante na dramaturgia de Chico Buarque: as mulheres conscientes politicamente. É não só, mas também através das canções por elas cantadas que Bárbara e Anna demonstram possuir a visão mais ampla sobre a situação política em que estão inseridas. É Bárbara quem expõe definitivamente a hipocrisia dos que condenaram Calabar por traição, mas agem somente de acordo com seus interesses individuais.<sup>34</sup> É Anna quem evidencia o subjugio das mulheres pelos homens e aponta como todos eles são iguais.<sup>35</sup> Juntas, as duas personagens – que também se envolvem amorosamente – constroem a crítica geral da peça e desmistificam a história oficial e a visão corrente sobre os grandes temas abordados: traição, delação, lealdade, liberdade, poder, etc.

Vale lembrar o que apontou Christian Martins sobre a companheira de Calabar:

Forçoso é notar que, historicamente, Bárbara é um nome dificilmente aludido nos livros de História pesquisados pelos criadores teatrais, exceto apenas pela de Frei Manoel Calado. Talvez por esta ausência de registros, cênica e simbolicamente, a excluída “mameluca” tenha sido elevada à condição de protagonista da peça.<sup>36</sup>

Nesse sentido, também é possível considerar que a escolha de Bárbara como protagonista e como fonte de consciência da peça reitera um dos mais marcantes elementos na dramaturgia de Chico Buarque: a mulher forte e senhora de si, tal como se vê ao longo deste artigo.

### ***Gota d'água* (1975)**

O mesmo lugar de Bárbara e Anna é reservado à protagonista de *Gota d'água*, Joana. Na peça escrita por Buarque em parceria com Paulo Pontes, a tragédia *Medeia*, de Eurípedes, é

<sup>32</sup>Cf. PAVIS, Patrice. **Dicionário de teatro**. São Paulo: Perspectiva, 2011, p. 254-255.

<sup>33</sup>\_\_\_\_\_. **Dicionário de teatro**, p. 255.

<sup>34</sup>\_\_\_\_\_. **Calabar – o elogio da traição**, p. 63-64; p. 83-84

<sup>35</sup>Cf. \_\_\_\_\_. **Calabar – o elogio da traição**, p. 8-9.

<sup>36</sup>MARTINS, Cristian Alves. **Diálogo entre passado e presente: “Calabar, o elogio da traição” (1973) de Chico Buarque e Ruy Guerra**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de História, Uberlândia, 2007, p. 26.



atualizada para o contexto da periferia no Rio de Janeiro dos anos 1970.<sup>37</sup> Os moradores da Vila do Meio-Dia sofrem com os juros que dificultam o pagamento de suas casas a Creonte, dono do conjunto habitacional. Joana, mulher pobre e valorosa, sofre pelo abandono de Jasão, que a deixa por Alma, filha de Creonte, se tornando o futuro herdeiro do patrimônio de Creonte, que ainda o impulsiona ao sucesso na carreira de sambista. A peça se constitui a partir de um duplo eixo: 1) as questões afetivas de Joana e Jasão; 2) as questões socioeconômicas dos moradores do conjunto habitacional. O drama individual e o coletivo se imbricam na tragédia social que acomete a todos e nas tentativas de Egeu de convencer os vizinhos a se organizarem coletivamente para resolver os problemas de todos. Os eixos se articulam em equilíbrio na peça e Creonte se aproveita do poder econômico que exerce sobre Joana para garantir a manutenção do *status quo* e a felicidade de Alma.

Os autores expõem a falácia do “milagre econômico” que, à época da escrita da peça, já estava em sua fase minguante, sendo bastante perceptível o quanto a modernização que se levava a cabo no Brasil dos militares era conservadora e intensificadora das desigualdades sociais que sempre marcaram o país. Nessa peça, Buarque retoma a crítica ao sistema capitalista característica de suas peças anteriores, reiterando, cada vez mais, como a modernização não representava avanços no sentido de uma sociedade mais justa. Em *Roda Viva*, o desenvolvimento da indústria cultural massacrava os artistas; em *Calabar*, as grandes obras e os discursos modernizantes aparecem como mais uma forma de colonização. Em *Gota d’água*, apresentam-se os limites do progresso e a conta alta que as classes populares têm de pagar por ele, sendo a meritocracia (já tangenciada em *Roda Viva*) apontada como uma das responsáveis pela desmobilização do campo progressista das classes populares. Nas palavras de Yan Michalski, o “vigoroso e densamente poético” texto, injetou na tragédia clássica “uma forte carga de crítica contra a exploração imobiliária e a corrupção.”<sup>38</sup>

Nesse sentido, é importante colocar que a consciência política e social surge através de dois personagens: Joana e Egeu. Aos dois cabe o papel de explicitar a exploração a que estão submetidos, sendo que, especialmente Joana, o faz mesclando com a denúncia da covardia de Jasão que, além de abandonar mulher e filhos, ainda trai sua classe. Ou seja, a denúncia de Joana não se dá somente por uma traição no campo afetivo, mas também de uma traição no campo político; de fato, conforme a peça se desenvolve, evidencia-se que Jasão elabora o plano ideal

<sup>37</sup>A atualização da tragédia foi mediada por Oduvaldo Vianna Filho, uma vez que a peça de Buarque e Pontes foi baseada num roteiro televisivo que o dramaturgo, recém-falecido, havia feito pouco tempo antes.

<sup>38</sup>MICHALSKI, Yan. **O teatro sob pressão**. Uma frente de resistência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989, p. 64.



para que o futuro sogro pudesse desmobilizar a organização coletiva dos moradores da Vila do Meio-Dia (articulada por Mestre Egeu) a fim de apresentar-se como qualificado para controlar seus negócios.

Em diversos diálogos com outros personagens Joana elucida como tem ampla consciência da situação e do contexto que a envolve. Suas falas mesclam as duas naturezas da traição de Jasão, a afetiva e a de classe e, ao mesclar os dois elementos em sua fala, ela demonstra como comprehende que não foi traída somente enquanto mulher, mas também enquanto companheira de classe, natureza essa que estende a traição para os demais moradores da Vila do Meio-Dia. É o que se nota, por exemplo, quando Jasão vai até ela a pedido de Creonte para convencê-la a deixar a vila com os filhos do casal sem maiores contestações:

JASÃO: Não vim discutir. Vim pra ver/o que é que você pretende fazer...

JOANA: Nada, eu vou ficar aqui. E você?

JASÃO: Isso não dá...

JOANA: Por quê?...

JASÃO: Não dá...

JOANA: Por quê?

JASÃO: O dono do imóvel não quer...

JOANA: Otávio,/Creonte é ladrão...

JASÃO: Ele é proprietário...

JOANA: É proprietário seu...

JASÃO: Está co'a lei...

JOANA: Vou sair e perder o que paguei?

JASÃO: Você está atrasada...

JOANA: Eu sei, Jasão/Estou e nunca mais pago um tostão/O preço que constava na escritura/eu já paguei. [...] A prestação não me dava mais conforto/Quanto mais eu pagava, mais devia/Virei parteira, fiz mais de um aborto/Mas, entre me matar no dia-a-dia/e carregar comigo um peso morto,/eu não sei qual dos dois mais me doía/ - tu quase sempre lá no cais do porto/Quando vi, tinha pago o preço antigo/e já devia duas vezes mais/Que é isso? Não pago. Não tem castigo/E todo mundo aí já deu pra trás/Se vem falar de despejo comigo,/despeja todo mundo, meu rapaz/ - tu quase sempre foste um bom amigo/Por isso eu digo, Jasão, essa casa/é minha, sim, e Creonte é ladrão<sup>39</sup>

Já no caso de Egeu, se sobressai seu passado de militante comunista e líder operário que se transforma em presidente da associação de moradores da Vila do Meio-Dia e segue exercendo um papel de liderança sobre a comunidade. Ele segue defendendo a importância da organização coletiva e do diálogo, como se observa, por exemplo, quando ele se reúne com os moradores do conjunto habitacional a fim de convencê-los de que deveriam se organizar para defender Joana e conversar com Creonte em busca de uma solução pacífica. Ele convence os vizinhos, utilizando

<sup>39</sup>BUARQUE, Chico; PONTES, Paulo. **Gota d'água**. São Paulo: Círculo do Livro, 1975, p. 160-161.



vocabulário e método similares aos utilizados em assembleias, como levantar as mãos para votar uma proposta, o que provavelmente vem de sua experiência de militância operária. Sua liderança ainda é reforçada pelo fato de que ele vai à frente de todos no momento de conversar com Creonte.

EGEU: Não pode porque é suicídio. Se a gente/deixar Creonte jogar calmamente/essa mulher na rua, o despejado/amanhã pode ser você. Você/Você. Tá certo, Joana tratou mal/o locador. Problema pessoal, /não interessa a razão e o porquê/Mas ninguém pode viver num lugar/pelo qual pagou mais do que devia/e estar dependendo da simpatia de um cidadão pra conseguir morar/tranquilo. [...] E já que todo mundo que falar/com Creonte sobre essa prestação/que nunca acaba, por que não, então, /ir logo lá duma vez par matar/os dois assuntos/Vamos... [...] Bem, proponho que, sem agitação, /a gente vá lá, com comedimento,/com toda a calma...<sup>40</sup>

O exercício da consciência política se evidencia não apenas através da fala dos personagens, mas também do espaço que lhes é reservado no palco. De acordo com o roteiro, ele deve ser dividido em cinco *sets*: 1) Joana, 2) Egeu, 3) Creonte, 4) vizinhas e 5) botequim, além de uma “zona neutra”, que se supõem referir ao centro do palco italiano. Embora haja trânsito das personagens entre os diferentes *sets*, é notório que dentro da classe popular somente Joana e Egeu tenham um *set* privado, sendo possível relacionar tal condição ao exercício de sua consciência política e social.

No caso de Creonte, o *set* privado relaciona-se muito mais à expressão do seu poder econômico do que de sua consciência, embora ele saiba que tem, praticamente, poder de vida e morte sobre os moradores da Vila do Meio-Dia. Porém, essa consciência se refinará somente a partir da intervenção de Jasão que o convencerá a abandonar a truculência em nome da manipulação como forma de controle sobre seus inquilinos. Jasão, por sua vez, expressa a ausência de consciência política – que na peça se confunde com a consciência de classe *per se* – não só por não possuir nenhum *set* próprio, mas também por transitar entre todos os demais, se instalando, definitivamente, no *set* do sogro, o que concretiza sua traição.

Segundo Miriam Hermeto, todas as montagens de *Gota d'água* “entre 1975 e 1980, foram marcadas pelo hibridismo entre o teatro comercial e o político, mas parecem ter tido traços mais acentuadamente políticos no início e mais comerciais no fim do período”.<sup>41</sup> Acredita-se que esse esvaziamento do eixo político ao longo dos anos tenha se somado à carga dramática da

<sup>40</sup> \_\_\_\_\_. *Gota d'água*, pp. 172-173.

<sup>41</sup> HERMETO, Miriam. O engajamento, entre a intenção e o gesto: o campo teatral brasileiro durante a ditadura militar. In: AARÃO REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2014, p. 212.



interpretação de Joana por Bibi Ferreira e ajudado a nublar o fato – tão evidenciado no roteiro teatral – de que a “Medeia brasileira” não chora apenas enquanto mulher traída, mas também grita em nome de sua classe social. Do mesmo modo, o filicídio e o suicídio por Joana cometidos expressam não um desvario inconsequente e vingativo, mas, principalmente, denotam a impossibilidade da perpetuação das classes populares se há traição e desmobilização.

Ao mesmo tempo, as tentativas de Creonte de expulsar Joana do conjunto habitacional são menos motivadas pela ameaça que ela representa ao futuro casamento de Alma e mais pela ameaça que ela representa à ordem estabelecida. Em longo diálogo com Jasão, por exemplo, Creonte diz

porque eu já não posso mais conceber/que essa mulher fique abrindo o berreiro/contra mim, nas esquinas, no terreiro,/me esculhambando. Em tudo quanto é beco,/boteco, bilhar, eu escuto o eco/da voz dela me chamando ladrão,/explorador, capitalista, cão/botando os santos dela contra mim.../Eu vou deixar que ela me trate assim?/É justo que o crente tenha o seu culto,/mas que reze oração e não insulto/Não, religião é religião,/isso pra mim é agitação/Agora, você veja, tem noventa/apartamentos ali. Mais de oitenta/estão atrasados. A maioria,/é, quase todos, ninguém paga em dia/E eu fecho os olhos, relevo, comprehendo/Este mês não pode? Fique devendo/Essa mulher que está destratando/também não paga sabe desde quando? /E sai à rua pra me esculhambar/Outros se juntam pra não me pagar.../São ou não são ingratos, meu rapaz?<sup>42</sup>

Como se nota, o capitalista afirma ter chegado ao limite com Joana por ela ter exposto suas manifestações no espaço público, não podendo, portanto, ser toleradas.

Em nenhum momento Creonte demonstra preocupação com o noivado de Alma e Jasão, mas sim com o prejuízo que os “gritos” públicos de Joana podem lhe causar. Conforme apontou Diógenes Maciel, “Joana torna-se arauto da contestação, questionando o poder de Creonte, o valor das prestações das casas e as péssimas condições de moradia a que todos estão submetidos. A maneira encontrada para eliminar o incômodo é expulsar Joana da Vila, junto com os dois filhos.”<sup>43</sup> Na sequência do diálogo, a traição de Jasão se concretiza, pela “lição” que ele dá a Creonte sobre como agir em relação ao povo, “entregando” os pontos fracos e estratégias de mobilização de sua classe social de origem. Como representação simbólica dessa traição, Jasão assume a cadeira/o trono de seu sogro, definindo a sua ascensão social individual baseada na traição de classe.

<sup>42</sup>BUARQUE; PONTES. *Gota d'água*, p. 131-132.

<sup>43</sup>MACIEL, Diógenes André Vieira. O teatro de Chico Buarque. In: Rinaldo de Fernandes (org.). **Chico Buarque do Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond: Fundação Biblioteca Nacional, 2004.



*Gota d'água* é a peça de Buarque em que o tom de crítica de matriz comunista está mais acentuado, provavelmente em função da parceria com Paulo Pontes, que era filiado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Daí que o enredo apresente uma defesa tão forte, por um lado, da necessidade de organização coletiva e da solidariedade intraclass e, por outro, do diálogo e do comedimento como forma de luta política, em oposição ao que se poderia identificar como a ação direta. Conforme identificou Dolores Puga, Buarque e Pontes expressam na peça “discursos de herança marxistas”<sup>44</sup>. A escrita do roteiro em versos expressa característica marcante da dramaturgia de matriz comunista dos 1970: levar aos palcos brasileiros peças que recolocassem a palavra no centro do eixo dramático, em oposição às peças de vanguarda que, pelo contrário, deixavam o texto em segundo plano, valorizando, antes de mais nada, a performance e o gesto.<sup>45</sup>

Com *Gota*, Buarque e Pontes se inseriam num movimento – já disparado por Gianfrancesco Guarnieri (*Um grito parado no ar*, 1973) e Oduvaldo Vianna Filho (*Rasga coração*, de 1974) – de valorização do diálogo como meio de conscientização política do público pela razão. Conforme o prefácio da peça, “um teatro que ambiciona readquirir sua capacidade de compreender, tem que entregar, novamente, à múltipla eloquência da palavra, o centro do fenômeno dramático”.<sup>46</sup>

### ***Ópera do Malandro* (1978)**

Na *Ópera do Malandro*, última peça de Chico Buarque, ele retoma a prática da escrita sem parceiros, embora reconheça o papel que o futuro diretor, Luiz Antonio Martinez Corrêa, e parte do elenco desempenharam no processo criativo.<sup>47</sup> Personagens mulheres seguem desempenhando papel central no desenrolar do enredo. Com um adendo: aqui, a consciência política cabe também à personagem Geni, ou Genival, uma travesti, talvez a mais famosa do teatro brasileiro. Mais adiante se verá como se expressa, no roteiro, tal condição específica.

Também aqui Buarque recorre ao deslocamento temporal, ambientando o enredo na primeira metade da década de 1940 não só para referir-se ao presente indiretamente, mas, especialmente, para favorecer a crítica à modernização e à ilusão do progresso. Isso porque a década de 1940 no Brasil é marcada tanto pelos anos finais do Estado Novo e pelas

<sup>44</sup>SOUSA, Dolores Puga Alves de. **Pode ser a *Gota D'água*: em cena a tragédia brasileira da década de 1970.** Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de História, Uberlândia, 2009, p. 66.

<sup>45</sup>Cf. CARDENUTO, Reinaldo. **O cinema político de Leon Hirszman (1976-1981): engajamento e resistência durante o regime militar brasileiro.** Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

<sup>46</sup>BUARQUE, Chico; PONTES, Paulo. Prefácio. In: **Gota d'água**. São Paulo: Círculo do Livro, 1975, p. 16.

<sup>47</sup>BUARQUE, Chico. **Ópera do malandro**. São Paulo: Círculo do Livro, 1978, p. 17.



consequências que a Segunda Guerra Mundial legou ao país, quanto pela política desenvolvimentista levada a cabo pela ditadura de Getúlio Vargas.

O enredo se debruça sobre o cotidiano nebuloso do Rio de Janeiro, expondo as relações escusas que se dão de maneira indiscriminada entre os mais diversos sujeitos à margem da lei: Max Overseas, o malandro contrabandista, e seus capangas/homens de confiança; Fernandes e Vitória de Duran, casal unido pelo controle dos negócios da família (prostíbulos múltiplos na região da Lapa carioca e também agiotagem); Teresinha, jovem filha do casal; Inspetor Chaves, também conhecido como Tigrão, o policial corrupto; e, por fim, as prostitutas, que trabalham para a família Duran. Sobre a linha tênue que separa Mimi, Shirley e as demais prostitutas de Johnny, Phillip e os demais capangas de Max, está Geni, uma travesti bissexual que é vendedora ambulante dos produtos de beleza contrabandeados por Max. Quando Teresinha e Max se casam, às escondidas, a teia de relações espúrias se revela, pouco a pouco, com muito humor.

Aos poucos se evidencia que Duran, um contraventor, tem o inspetor de polícia, Chaves, nas mãos porque este lhe deve dinheiro. Mais adiante se revela que o namorado misterioso de Teresinha, que os pais almejavam ser até um Ministro de Estado, na verdade é Max Overseas, o malandro contrabandista que tanto desprezam. Numa cena que segue, é revelado ao público que Max não tem medo da polícia porque o mesmo inspetor Chaves é Tigrão, padrinho de casamento e amigo de infância do malandro. Também se percebe que Geni transita pelos dois universos que, aparentemente, são opostos: o de Duran e o de Max, pois é dela que Vitória Fernandes de Duran compra os produtos importados que, por sua vez, chegam ao Brasil pelos contrabandos de Max.

Essa oposição entre os dois universos, porém, é apenas uma impressão. O desenrolar da peça faz questão de colocá-los como profundamente relacionados e como manifestação de um mesmo processo. Por um lado, através da figura de Tigrão, fica evidente o eixo de ligação entre os negócios de Max e Duran: o dinheiro que o inspetor usa para pagar as dívidas que tem com Duran provém dos negócios escusos de Max, que, por sua vez, o suborna para não ter problemas com a polícia. Por outro, a contravenção que garante os lucros de ambos os malandros é fruto da intensificação do sistema capitalista e da americanização da sociedade brasileira.

A crítica ao processo de modernização brasileiro, eixo central do enredo, evidencia-se a partir de diversos elementos do roteiro, sendo um dos mais significativos a adoção do modelo estadunidense de “progresso”. Tal aspecto é explicitado pelos nomes de produtos, materiais e empresas em língua inglesa e pelos nomes dos homens de Max, que remetem a marcas famosas dos produtos que contrabandeiam (Johnny: Johnny Walker – bebidas alcoólicas; General:



General Eletric – eletroeletrônicos; Phillip: Phillip Morris – cigarros). Tal como inseridos na peça, os termos representam, com crítica e ironia, a ilusão que significava aderir ao “mimetismo da moda” da cultura e ritmo de vida americanos, como apontou Luiz Werneck Vianna no prefácio da peça.

Ao mesmo tempo, Teresinha, já casada com Max, se torna responsável pelos negócios dele quando o marido é obrigado a se esconder para fugir da polícia, ou seja, Tigrão, que, nesse momento está mais para Inspetor Chaves, pois está sendo forçado por Duran a prender o amigo. Com o poder nas mãos, ela desmonta o esquema de Max e moderniza sua “empresa”: faz dívidas em vários bancos e compra escritórios novos e bem localizados. Nas palavras dela para Max:

Uma firma tem que estar sempre devendo a todos os bancos. Tá tudo aqui no livro-caixa, meu amor, mas é meio complicado de explicar e não vai dar tempo de você conferir. Mas pra ter uma ideia, só de advogados, contabilidade e documentação, foram uns seis mil. E dez mil dólares eu dei de entrada num conjunto de salas na Avenida Central. Uma beleza, Max.<sup>48</sup>

Enquanto Max assiste e ouve a tudo atônito, praticamente sem nenhuma reação para além de assinar as notas promissórias e documentos que ela lhe mostra sem muita reflexão, ela também se entusiasma com as grandes obras “civilizatórias” e incorpora o discurso do *self-made-man*, do progresso, do avanço.

TERESINHA – [...] Tá todo mundo precisando duma coisa nova, mais aberta, mais limpa e arejada. Tá na cara que tem que mudar tudo e já! Tem que abrir avenidas largas, tem que levantar muitos arranha-céus, tem que inventar anúncios luminosos, e a MAXTERTEX [nome que ela dá à empresa que abre para gerir os negócios de Max] faz parte do grande projeto. Você devia se orgulhar, Max, porque nisso tudo tem um pedaço do teu nome e um pouquinho do teu espírito...

MAX – Que se foda meu espírito. Quem tá com medo é o meu corpo. É deste corpo aqui que eu gosto, gosto muito, adoro. Tô acostumado dentro dele e não quero sair.

TERESINHA – Sangue novo! A nova civilização! É claro que os malandros, os bandidinhos e os que acham que sempre dá-se um jeitinho, esses vão apodrecer debaixo da ponte. Mas nesse povo aí fora não dá só vagabundo e marginal, não. E vai ter um lugar ao sol pra quem quiser lutar e souber vencer na vida. É daí que vem o progresso, Max, do trabalho dessa gente e da nossa imaginação.<sup>49</sup>

Nesse momento, Max está preso e confiava no dinheiro que tinha guardado no cofre – que Teresinha usou para modernizar os negócios – para subornar a polícia e fugir da prisão. Daí o medo que ele expressa em relação a seu corpo. Sua mulher, porém, parece não se importar com isso, ignorando o temor do marido, completamente imbuída pelo fascínio diante do projeto de modernização no qual imagina tomar parte.

<sup>48</sup> \_\_\_\_\_. *Ópera do malandro*, p. 167-169.

<sup>49</sup> \_\_\_\_\_. *Ópera do malandro*, p. 170.

Como já apontou Nara Lya Cabral, “a obra apresenta um olhar crítico (e, muitas vezes, irônico) em relação ao amadurecimento do capitalismo no Brasil, relacionado a um processo de pretensa modernização.”<sup>50</sup> Ou seja, nessa peça de 1978, o autor se voltava ao primeiro momento de proeminência do desenvolvimento do sistema capitalista no Brasil para recuperar e criticar a série de acontecimentos que havia levado o país à condição em que se encontrava no final dos anos 1970. Em 1978, o Brasil estava ainda mais encalacrado do que poucos anos antes, quando, ao lado de Paulo Pontes – a cuja memória a peça é dedicada<sup>51</sup> – Buarque já havia denunciado o “capitalismo caboclo” e o trágico dinamismo que seu desenvolvimento havia atingido durante o regime militar.<sup>52</sup>

Conforme o prefácio da peça, que expressa a síntese da crítica central da peça de Buarque, “o americanismo consistiu numa práxis que em meio século transformou o país.”<sup>53</sup> Seguindo os passos do prefácio de *Gota d’água*, o de *Ópera do Malandro* continuava a fazer a ponte entre os momentos iniciais do processo de industrialização – que está referido nesta última peça – e o estado de desenvolvimento capitalista do país na década de 1970, evidenciando como a intensificação da modernização havia acarretado em ilusões e em aprofundamento da desigualdade social.

Nesse contexto, a personagem de Teresinha tem papel central porque é ela quem conduz (ou quem pensa conduzir) o processo de modernização dos negócios de Max, impossibilitando, inclusive, a continuidade de uma prática que havia caracterizado o trabalho do marido e permitido a sua subsistência: o suborno constante das autoridades. Ao investir todo o dinheiro que Max tinha de reserva na modernização e institucionalização de sua “empresa”, Teresinha inviabiliza a fuga do marido, o que representa, na verdade, a inviabilidade da continuidade de um modo de existência considerado arcaico no Brasil moderno. Evidentemente, práticas como o suborno não deixavam de existir, mas precisavam se modernizar, tal qual tudo que estava ao seu redor.

Também nesse sentido, *Ópera do Malandro* apresenta outra questão que já havia surgido em *Gota d’água*: a capacidade que o capitalismo tem de cada vez mais desmobilizar as classes populares e médias a partir da cooptação de parte de seus quadros, minando completamente a

<sup>50</sup>CABRAL, Nara Lya. O malandro em cena: representações da malandragem e identidade nacional em peças de Gianfrancesco Guarneri e Chico Buarque. *Revista Anagrama* (USP), São Paulo, v. 5, p. 1-18, 2012. p. 11.

<sup>51</sup>BUARQUE. *Ópera do malandro*, p. 17.

<sup>52</sup>Cf. BUARQUE; PONTES. Prefácio, p. 7-8.

<sup>53</sup>VIANNA, Luiz Werneck. O americanismo: da pirataria à modernização autoritária (e o que se pode seguir). In: BUARQUE. *Ópera do malandro*, p. 5.

possibilidade de florescimento e manifestação de uma certa tradição de rebeldia. Se em *Gota d'água* a cooptação de Jasão representava a derrocada da possibilidade de perpetuação do povo diante da traição de classe, em sua última peça, essa ideia surge consagrada pelo “Epílogo Ditoso”.<sup>54</sup> Trata-se da *Ópera* que, cantada por todos os personagens, consolida a união e as relações entre todos, que se encantam diante das promessas que o progresso trazia para o futuro.

Max e Teresinha fazem projetos de expansão dos negócios para outras regiões do país a partir da relação – que supõem de igual para igual – com empresas estrangeiras. Chaves oferece proteção policial “particular” para Max, e sua filha, Lúcia, que está grávida de Max, se ajeita com Barrabás, dando um pai ao futuro bebê. Vitória questiona o casamento da filha com o malandro que aos poucos se institucionaliza, pois não havia tido um sacramento religioso, mas tudo se resolve, já que Max indica a “mudança de crença” e o desejo de “pedir a benção no santo altar”. Duran, Max e Teresinha se entendem e sugerem uma associação nos negócios, que agora vão “ter um padrão moderno, cristão e ocidental”. Já os capangas de Max pensam que nesse processo deixarão de ser marginais para se tornarem “bons profissionais” e “doutores”. Quanto às prostitutas, se animam diante da passagem do sexo artesanal para o sexo em escala industrial.

O progresso aparece como a grande solução para os problemas de todos os personagens, independentemente de sua condição de classe: “Que sucesso/O progresso/Corta o mal/Pela raiz/Ai, meu Deus do céu/Me sinto tão feliz”<sup>55</sup>, embora a ironia esteja constantemente presente, sendo essa uma das principais características do uso da música de cena nessa peça. Além disso, o epílogo também aponta para o “apaziguamento das tensões sociais engendrado com o avanço do sistema capitalista, o que se reforça por meio da valorização, presente no ideal liberal, do trabalho como forma de ascensão.”<sup>56</sup> O trabalho, no mundo moderno, seria a ferramenta de inserção na alta sociedade; o que os personagens parecem esquecer, porém, é que, como já haviam apontado Pontes e Buarque, “o capitalismo é, por natureza, seletivo.”<sup>57</sup>

Conforme nos adverte o autor em nota introdutória à publicação do roteiro em livro, o texto de *Ópera de Malandro* foi baseado em outras duas peças: a *Ópera dos mendigos*, escrita em 1728 por John Gay, e a *Ópera dos três vintens*, escrita em 1928 por Bertolt Brecht e Kurt Weill. Enredo e canções apresentam aspectos referenciais especialmente à segunda, o que reitera o caráter crítico do roteiro, vinculando-o ao trabalho de Brecht, um dos principais nomes do teatro político do

<sup>54</sup>BUARQUE. *Ópera do malandro*, p. 181-189.

<sup>55</sup>\_\_\_\_\_. *Ópera do malandro*, p. 183.

<sup>56</sup>CABRAL. O malandro em cena: representações da malandragem e identidade nacional em peças de Gianfrancesco Guarnieri e Chico Buarque, p. 11.

<sup>57</sup>BUARQUE; PONTES. Prefácio, p. 10.

século XX. Conforme Adélia Bezerra de Meneses, as peças de teatro são a parte da obra de Chico Buarque em que a crítica social se apresenta de maneira mais contundente e, dentro desse campo, “será realmente na *Ópera do Malandro* – cujas canções compõem seu disco de 1979 – que se intensifica ao máximo a crítica social, não deixando intacto ‘valor’ algum”.<sup>58</sup>

Ao analisar o roteiro, se observa que são pelos menos dois os elementos formais que remetem à Brecht, para além da questão temática: o fato de se propor uma peça dentro de outra peça e o uso das canções. A introdução, o prólogo, a última cena do segundo ato (na qual se insere o Epílogo Ditoso) e o epílogo do epílogo se dão não no universo ficcional de Max, Teresinha e os demais, mas sim, num outro universo ficcional no qual aquele primeiro é uma peça de autoria do malandro João Alegre. Ao discutirem no palco questões relacionadas ao mundo da produção teatral, geralmente inacessíveis à plateia, o pacto de realidade é quebrado.

Já as canções cumprem o papel fundamental para a música de cena no teatro épico: a promoção do efeito de estranhamento<sup>59</sup>, nesse caso, através do exercício da ironia sobre o encenado. Para além da *Ópera*, que ataca no epílogo e expõe irônica e vergonhosamente a efusão diante da ilusão do progresso na voz de todos os personagens, há ainda outros importantes momentos em que a canção surge como um contraponto à cena. É o que ocorre na cena em que Max e Teresinha se casam, finalizada por *O casamento dos pequenos burgueses*. A canção, ao invés de reforçar a felicidade dos recém-casados, expõe a partir de uma matriz da moral comunista<sup>60</sup>, a hipocrisia característica dos casamentos que se dão por interesses e se sustentam pelas aparências.<sup>61</sup> O mesmo ocorre quando cantam *Pedaço de mim*; apesar da canção expressar a dor lancinante gerada pela saudade do ser amado, Max e Teresinha cantam-na logo após ela não expressar preocupação com as condições dele na prisão, estando mais interessada no deslanchar dos negócios.<sup>62</sup>

Outro importante exemplo da função épica das músicas de cena é *Geni e o Zepelim*.<sup>63</sup> Entoada por Geni na quarta cena do segundo ato, a canção tem um tom no qual ela é marginalizada socialmente por ser travesti, bissexual e ter muitos parceiros sexuais, contrariando

<sup>58</sup>MENESES, Adélia Bezerra de. **Desenho mágico. Poesia e política em Chico Buarque**. 2<sup>a</sup> ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2000, p. 39.

<sup>59</sup>Por efeito de estranhamento entende-se o efeito que “mostra, cita e critica um elemento da representação; ele o ‘desconstrói’, coloca-o à distância por sua aparência pouco habitual e pela referência explícita a seu caráter artificial e artístico (procedimento).” PAVIS. **Dicionário de Teatro**, p. 119.

<sup>60</sup>Sobre a moral comunista, cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O PCB e a moral comunista. **Lócus Revista de História**, v. 3, n. 1, p. 69-83, 1997.

<sup>61</sup>BUARQUE. **Ópera do malandro**, p. 75-78.

<sup>62</sup>\_\_\_\_\_. **Ópera do malandro**, p. 171-172.

<sup>63</sup>\_\_\_\_\_. **Ópera do malandro**, p. 161-163.



os pressupostos morais da sociedade. Apesar disso, ela se torna essencial na redenção da cidade, entregando-se contra a vontade ao comandante do zepelim para que ele não destruísse o horror e iniquidade que viu ao chegar ao local. Conforme Nara Lya Cabral, o narrador “humaniza a personagem central da canção, apresentando-a como possuidora de uma complexidade subjetiva ignorada pela opressão e pelo discurso moralista da cidade retratada na obra.”<sup>64</sup>

Na lógica da peça, o narrador da canção é a própria Geni, uma vez que é ela quem a entoa no mundo ficcional. A ironia de sua inserção na peça reside no fato de que Geni, apesar de ser xingada e humilhada, não é marginalizada naquele mundo; pelo contrário, transita entre os polos de Max e Duran. Assim como na canção, na peça ela tem nas mãos o destino do círculo social que frequenta, porém, na segunda, ele provém não do sexo, mas do conhecimento que ela detém: o paradeiro de Max. Ela o entrega em troca de dinheiro, sem haver, portanto, o caráter de mártir e reserva moral que Geni tem na canção.

Com isso se vê que o destino do malandro é determinado por Teresinha e Geni, estando concentrado nas mãos delas o poder de direcionar o futuro de Max e dos demais personagens. Contra o lugar social reservado para a mulher no mundo patriarcal, contra a condição reificada que os homens legam às mulheres – esposas, filhas, prostitutas –, inclusive na peça, emergem Teresinha e Geni, duas personagens femininas, uma mulher e uma travesti, que determinam – tanto quanto é possível dentro do sistema capitalista – o destino.

### **Uma linha de trabalho para a dramaturgia de Chico Buarque?**

Neste artigo se investigou a possível existência de uma linha de trabalho que teria marcado a produção teatral de Chico Buarque. Para isso, analisou-se brevemente os quatro roteiros teatrais por ele escritos, buscando identificar aspectos em comum: recorrências de temas, personagens-tipo<sup>65</sup>, escolhas estéticas. Foi possível observar os seguintes pontos que surgem em pelo menos três de suas quatro peças: 1) tratamento de personagens marginalizados social e/ou economicamente, inclusive pela tradição da esquerda engajada (prostitutas, malandros, cafetões, criminosos); 2) crítica ao capitalismo e à modernização conservadora; 3) o papel central exercido por personagens femininas conscientes de seu poder e/ou de seu lugar na sociedade (Bárbara,

<sup>64</sup> CABRAL, Nara Lya. Sexualidade e poder, transgressão e resistência: reflexões sobre a canção *Geni e o Zepelim*, de Chico Buarque de Holanda. **Revista JIOP** (Jornada Interartes Outras Palavras), v. 2, p. 106-129, 2011, p. 19.

<sup>65</sup> Aqui, utiliza-se o conceito de personagem-tipo formulado por György Lukács ao pensar o realismo. Trata-se da “síntese particular que, tanto no campo dos caracteres como no campo das situações, une organicamente o genérico e o individual”. LUKÁCS, György. *Saggi sul realismo*. Turim: Edinaudi, 1950, p. 17 *apud* KONDER, Leandro. **Os marxistas e a arte. Breve estudo histórico-crítico de algumas tendências da estética marxista**. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Expressão popular, 2013, p. 140.

Anna, Joana, Teresinha, Geni); 4) filiação ao gênero musical, em que as músicas de cena têm papel fundamental no desenrolar do enredo; 5) um posicionamento de resistência ao regime militar.

O principal eixo de ligação entre todas as peças é a crítica à modernização tal como se dava no Brasil. Em *Roda Viva* ela surge a partir da crítica à mídia e à indústria cultural; em *Calabar*, pela via da denúncia das grandes obras que se referiam aos empreendimentos milionários e de caráter duvidoso promovidos pelos militares. Em *Gota d'água* o tema ressurge, dessa vez evidenciando o quanto a modernização tão proclamada tinha natureza excludente e desigual e, por fim, na *Ópera do Malandro*, a denúncia da peça girava em torno da ilusão de inclusão social e desenvolvimento que o progresso representava. Em todas elas, expõem-se a falácia da concepção da modernização como algo que, por si só, representava um avanço; pelo menos no que tange a um avanço para todos e não somente para os grupos tradicionalmente mais privilegiados.

Segundo Adélia Bezerra de Meneses, há uma evolução em espiral na representação da figura feminina na obra de Chico Buarque, que gradativamente abandona a janela – ou seja, uma posição passiva e alheia. Especificamente sobre as mulheres em sua dramaturgia, Meneses sugere que “a mulher intensa que é a Joana [...] pode ter sua antecessora na personagem feminina de *Sem Fantasia* [canção que compõe o repertório da peça *Roda viva*], em que, no confronto masculino-feminino, é a mulher quem emerge como o ser forte.”<sup>66</sup> Ao mesmo tempo, ao analisar as canções de *Calabar* e *Ópera do malandro*, ela identifica uma ruptura com a visão social habitual da mulher, desmistificando os valores relacionados à figura feminina que sustentam a sociedade burguesa. Entre outros elementos, ela aponta a condição de poder que se confere à prostituição em canções como *Anna de Amsterdam* e *Folhetim*, e o amor homoafetivo entre mulheres, como sugere a canção *Bárbara*.

Para além dos elementos identificados por Meneses, há que se acrescentar que, pelo menos a partir de *Calabar*, personagens mulheres assumem um papel fundamental no que tange ao exercício da consciência política, seja na chave da denúncia (Anna, Bárbara e Joana), seja na chave da tomada da ação para si (aqui também inclusas Geni e Teresinha). Juliana é um caso peculiar. A princípio, ela reclama dos abusos do Anjo da Guarda e os expõe a partir de sua condição de mulher:

JULIANA: Benedito, meu bem, que história é essa?/De anjo da guarda e de vinte por cento?/Ele me chega, me passa uma peça/Me passa a mão sem meu consentimento

<sup>66</sup> MENESES. **Figuras do feminino na canção de Chico Buarque.** 2<sup>a</sup> ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2001, p. 96.



BENEDITO: Mas o que é que tem?/Isso não faz nexo/Você sabe bem/Que anjo não tem sexo

JULIANA: Benedito, meu bem, não é normal/Anjo da guarda com vergonha pouca/Depois você chega triunfal/E cintilante feito bicha louca

BENEDITO: Este anel bonito/A pose, o passe o truque?/E o último grito/Ou em inglês, “new look”!<sup>67</sup>

No desfecho da peça, porém, ela se entrega aos desmandos da indústria, assumindo então o lugar de objeto do Anjo que antes era ocupado por seu companheiro. Sendo assim, apesar da análise proposta por Meneses – de que ela emerge como o ser forte da relação com Benedito Silva –, com a qual se está de acordo, a personagem mulher da primeira peça de Buarque ainda não desenvolveu completamente sua consciência política e social. Ela representa, portanto, o ponto inicial da espiral conceituada por Meneses, diferenciando-se, por isso, das demais mulheres aqui destacadas.

Em todas as peças se verificam inserções mais ou menos explícitas de um posicionamento de oposição e resistência ao regime militar. Seja exclusivamente no plano do discurso ou temático mais amplo, seja através de referências indiretas à violência e a repressão, seja pela crítica ao projeto de país que os militares promoviam ou pela representação explícita de passeatas e repressão policial, todas as peças de Chico Buarque se colocaram no campo oposicionista e, mais, resistente. Como visto, assim como em suas canções, a crítica social, política e econômica deu o tom, a partir da desmistificação de diversos valores, de toda a sua obra.

É evidente que as peças de Chico Buarque podem e devem ser analisadas a partir de diversas óticas e com diferentes propostas. Aqui, se buscou analisar brevemente os principais aspectos formais e de enredo das peças, a fim de compreender se e como se configurou uma linha de trabalho no processo de escrita dramatúrgica de um dos principais artistas brasileiros da segunda metade do século XX. Nesse sentido, é possível afirmar que, se há uma linha de trabalho em sua dramaturgia, ela se pauta pela crítica sócio-política ampla, que tangencia desde aspectos sociais mais elementares, como a desigualdade social, até aspectos mais profundos como as estruturas e mecanismos que promovem tal desigualdade. Destacam-se, nesse processo, o papel das personagens femininas que, tal qual em muitas de suas canções, são fundamentais para a elaboração e a representação desta crítica.

---

<sup>67</sup>BUARQUE. **Roda-Viva**, p. 24.



# Minha honra se chama lealdade: a mítica cavaleiresca no imaginário nacional socialista - usos propagandísticos de um passado lendário (1933 – 1945)

My honor is loyalty: The chivalry myth in the national socialist imaginary – propagandistic uses of a legendary past (1933-1945)

**Mauricio da Cunha Albuquerque**

Mestrando em História  
Universidade Federal de Pelotas  
mauricioalbuquerque@hotmail.com

**Fernando de Oliveira Botafogo**  
Graduando em Relações Internacionais  
Universidade Federal de Pelotas  
desertbriton@gmail.com

**Rafael Oliveira Mansan**  
Graduando em História  
Universidade Federal de Pelotas  
rafaelomansan@hotmail.com

**Recebido em:** 21/04/2017

**Aprovado em:** 18/09/2017

**RESUMO:** Neste artigo, analisamos cinco materiais propagandísticos do NSDAP produzidos entre os anos de 1933 e 1945. Nossa estudo se foca em artefatos publicitários (pôsteres, cartões postais e capas de revistas) que fazem referência direta ou indireta ao que nomeamos “mítica cavalheiresca” – ou seja, que reproduzem ícones, símbolos e/ou padrões imagéticos amparados na figura do cavaleiro medieval como construção mítica. Neste sentido, acreditamos que o uso desta referência pela indústria midiática Nacional Socialista possui relevante papel retórico e discursivo; a representação do herói cavaleiresco como representante da ordem, da justiça e da moral vigente, possui um caráter eminentemente polissêmico, capaz de se adaptar a visões políticas e ideológicas distintas. Trata-se também de um trabalho que busca compreender os valores e simbolismos atrelados a determinadas imagens “canônicas” da cultura ocidental e as razões que levam à sobrevivência destas no imaginário coletivo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Propaganda Nazista, Imaginário, Alemanha (1933-1945).

**ABSTRACT:** In this paper, we analyze five NSDAP propaganda materials produced between the years 1933 and 1945. This study focuses on advertising artifacts (posters, postcards and magazine covers) that refer directly or indirectly to what we call “mythical chivalry” - that reproduce icons, symbols and/or image patterns based on the figure of the medieval knight as a mythical construction. In this sense, we believe that the use of this reference by the National Socialist media industry has a relevant rhetorical and discursive role. The image of the chivalric hero as a representative of order, justice and valid morality has an eminently polysemic character, capable of adapting to different political and ideological visions. It is also a work that seeks to understand the values and symbolisms attached to certain “canonical” images of Western culture and the reasons that lead to their survival in the collective imaginary.

**KEY-WORDS:** Propaganda, Imaginary, Germany (1933-1945).



## Introdução

Segundo o sociólogo neerlandês Jan Nederveen Piterse, as nações, para fins de legitimação de suas próprias agendas e identidades nacionais, criam sobre, e para si próprias, um “corpo metafórico”, uma expressão daquilo que desejam mostrar de si mesmas. Este “corpo” é composto por um complexo aparato simbólico. As narrativas de identidade que a cultura de massa, o teatro, os romances, os educadores, os artistas e os políticos (re)produzem ao longos dos anos, numa contínua *praxis* discursiva, contribuem para a consolidação de projetos e perspectivas a respeito do passado, do presente e do futuro do estado nacional. Em suma, “Nações como “comunidades imaginadas” são mantidas e recriadas por meio de narrativas [, mitos e signos] que ajustam os legados a novas condições”<sup>1</sup>. Heróis do passado, obras literárias, símbolos pátrios, hinos, monumentos. Imensuráveis são os elementos operantes tratando-se da estruturação e manutenção de consciências coletivas e programas políticos. Não raro, em momentos de crise, e/ou por meio de intervenções engendradas por grupos específicos, este mesmo “*corpus* simbólico” pode sofrer transformações significativas. Sob a égide do presente, nesta perspectiva, ícones, símbolos, mitos e narrativas patrióticas podem ser relido(a)s, ressignificado(a)s e até instrumentalizado(a)s em prol de anseios políticos e partidários dos mais diversos. Para o pesquisador em germanística Álvaro Alfredo Bragança Junior

[...] a história, vivida e feita por homens, por muitas vezes lança mão de uma base fabular para consolidar determinado modelo ideológico. As evidências históricas aliam-se às crenças, tradições e costumes, que têm na literatura talvez seu repositório mais amplo. Nesse momento, é possível um mal uso, em geral proposital, dessas fontes na criação e instauração de sistemas de ordem totalizante e totalitária.<sup>2</sup>

Os esforços empreendidos pelos regimes totalitários do século XX – em especial, pelo regime Nacional Socialista – atestam a favor deste argumento. Como demonstrado por David B. Dennis, a ditadura de Adolf Hitler se apropriara ao máximo da história, da arte e dos bens culturais da sociedade alemã, adaptando-os a partir de um viés racialista, antissemita e antibolchevista, no intuito de agregar ao governo do *Führer* uma aura de legitimidade inquestionável. Na visão deste autor, “[...] Hitler estava determinado a repetir implacavelmente os princípios mais importantes da ideologia nacional-socialista para fazer seus seguidores adquirirem

<sup>1</sup> PITERSE, Jan Nederveen. **O Fim do Império Americano?**: Os Estados Unidos depois da Crise. Trad. de Tommaso Besozzi. Belo Horizonte: Geração editorial, 2009. P. 21

<sup>2</sup> JÚNIOR BRAGANÇA, Álvaro Alfredo. O germano e os *Ritter* a serviço do nacional-socialismo – propaganda e reapropriação política da imagem dos germanos e dos cavaleiros medievais na Alemanha nos 40. **Brathair**, São Luiz, v. 14, n. 2, 2014, p. 80.



uma familiaridade próxima a da certeza religiosa.”<sup>3</sup>. Organizações como a *Ahnenerbe Forschungs und Lebengemeinschaft* e a *Schutzstaffel*, amparadas pela poderosa máquina publicitária alemã, coadunaram para que praticamente toda a história e folclore alemães fossem relidos e aparelhados em benefício da ideologia do NSDAP.

Parafraseando Daniele Gallindo Silva, “Não há dúvidas em afirmar que a história da Alemanha é povoada de mitos, desde seus primórdios até os dias atuais”<sup>4</sup>. De tal forma, “[...] o mito possui uma dimensão simbólica, que auxilia em determinadas construções sociais”<sup>5</sup>, atuando, por vezes, como elemento catalizador, e, por outras, como peça basilar de discursos de autolegitimação. No que tange ao uso de motivos históricos, assim como de referências culturais “canônicas” por parte do *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* em seu repertório discursivo-propagandístico, um ponto, em especial, chama nossa atenção: a presença da temática cavaleiresca em pôsteres, selos, cartões postais e cartazes de recrutamento.

Como já demonstrado por Haley E. Claxton no artigo *The Knights of the Front: Medieval History’s Influence on Great War Propaganda* (2015), elementos “medievais”, em especial, com referências diretas ou indiretas ao imaginário cavaleiresco, foram utilizados à exaustão em materiais de propaganda ideológica em ambos os conflitos mundiais, tanto pelas nações europeias quanto pelos países da América anglo-saxã. Segundo a acadêmica

The visualizations and rhetorical techniques of propaganda were artfully constructed to draw parallels between ancient battles and the more modern war effort. [...] The influence of medieval-themed posters had its roots in the European cultural memory of chivalry, masculinity and knighthood during the Middle Ages. [...] For European nations in particular, chivalry and knighthood are widely regarded as historical concepts of great pride. In the centuries between the Middle Ages and the start of the First World War in 1914, stories of knights, chivalric codes, and other forms of medieval history were well recognized and formed a prism through which the contemporaries viewed the present. This history had been told and retold through scholarly works, folk tales, epic poems, ballads, and more. With each retelling and rewriting, certain facts were highlighted, others discarded, and some even invented to augment what was already there. [...] Historical events, time periods, and symbols are often referred back to in many different situations and elements emphasized in diverse ways in order to stir universally underlying ideals.<sup>6</sup>

Mesmo em discursos e manifestações políticas da atualidade, noções (tanto imagéticas quanto conceituais) da Cavalaria medieval são constantemente associadas em cartazes, estampas,

<sup>3</sup> DENNIS, David B. **Desumanidades**: Interpretações Nazistas da Cultura Ocidental. Trad. de João Barata. São Paulo: Madras, 2014. P. 41.

<sup>4</sup> SILVA, Daniele Gallindo Gonçalves. Para uma (Re)Mitificação dos *Nibelungen* no Período entre Guerras Mundiais. **Revista Eletrônicas Literatura e Autoritarismo**. Cascavel, v.\_. nº 23, 2014, p. 62.

<sup>5</sup> \_\_\_\_\_. **Revista Eletrônicas Literatura e Autoritarismo**, p. 62.

<sup>6</sup> CLAXTON, E. Haley. The Knights of the Front: Medieval History’s Influence on Great War propaganda. **Crossing Borders: A Multidisciplinary Journal of Undergraduate Scholarship**. Kansas; v. 1, Issue 1. 2015, p.2.



ou mesmo na internet, sob o formato de *memes*, difundidos em sua maioria por páginas e grupos de orientação nacionalista ou conservadora. A razão deste tema ser evocado com tamanha assiduidade em representações de natureza política, em especial, tratando-se dos vieses supracitados, é a problemática que norteia este artigo. Nossa proposta consiste em analisar cinco representações alusivas à mítica cavaleiresca em peças produzidas pela indústria cultural do Terceiro Reich entre os anos de 1933 e 1945. Pretendemos com este trabalho refletir sobre dois pontos chave: 1) A instrumentalização de um determinado mito referente ao imaginário medieval para fins de doutrinação, propaganda e promoção ideológica; e 2) A ressignificação deste mesmo mito por parte de um grupo político-social específico. Para isso, nos amparamos no conceito de representação a partir do teórico anglo-jamaicano Stuart Hall. Para ele, a linguagem opera como um sistema representacional. Isto significa que “Na linguagem, fazemos uso de signos e símbolos – sejam eles sonoros, escritos, imagens eletrônicas, notas musicais e até objetos – para significar ou representar para outros indivíduos nossos conceitos, ideias e sentimentos”<sup>7</sup>. Desta forma, “a representação pela linguagem é, portanto, essencial aos processos pelos quais os significados são produzidos”<sup>8</sup>. No que tange ao estudo das representações e dos processos de significação, Hall afirma que existem duas abordagens possíveis: a semiótica e a discursiva.

Uma diferença fundamental é que a abordagem *semiótica* se concentra em *como* a representação e a linguagem produzem sentido – o que tem sido chamado de “poética” –, enquanto a abordagem *discursiva* se concentra mais nos *efeitos e consequências* da representação – isto é, sua “política”. Examina não apenas como a linguagem e a representação produzem sentido, mas como o conhecimento elaborado por determinado discurso de relaciona com o poder, regula condutas, inventa ou constrói identidades e subjetividades e define o modo pelo qual certos objetos são representados, concebidos, experimentados e analisados.<sup>9</sup>

Nossas fontes de análise consistem em pôsteres, cartões postais e a capa de uma edição da revista *NS-Frauen-Warte*. Nestas atribuições, vale salientar que, tanto pela natureza dos objetos de estudo, quanto pela importância do elemento visual para a propaganda política Nazista, esta empreitada tem como foco o âmbito imagético-discursivo. Ou seja: Em nossa percepção, imagens não são apenas e unicamente “reflexos” das opiniões, percepções e sensibilidades de seus criadores. Devido seu potencial retórico e de convencimento, elas constituem agentes ativos dentro dos processos sociais e culturais em que estão inseridas. Como afirma Cibele Aldrovandi,

Se a imagem tem por função o discurso, diferente do texto escrito, que possui maior flexibilidade no que diz respeito à sua extensão, ela precisa ser concisa e direta, uma vez que está circunscrita ao espaço formal da obra. Neste sentido,

<sup>7</sup> HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Trad. Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2016. p.18.

<sup>8</sup> \_\_\_\_\_. **Cultura e Representação**, p.18.

<sup>9</sup> \_\_\_\_\_. **Cultura e Representação**, p.27.



esta propriedade da imagem, aqui chamada sintética, e seu próprio caráter visual propiciam uma difusão mais ampla, e, portanto, mais direta, ágil e persuasiva no discurso que engendra<sup>10</sup>.

Para melhor organização das ideias e dos argumentos aqui apresentados, dividimos este escrito em duas sessões. Na primeira, traçamos um panorama contextual a respeito da ideologia da *Schutztaffel*. Esta organização, liderada pelo ministro do interior, e uma das figuras mais proeminentes do regime, Heinrich Himmler, tivera papel fundamental na difusão de ideais místicos e pseudo-históricos sobre a raça ariana/germânica e o seu papel em relação a outros povos, como judeus, eslavos e ciganos. Acreditamos que a compreensão do pensamento da SS, assim como do imaginário Nacional Socialista como um todo, é um passo fundamental para este trabalho. Reiterando as afirmativas de Aldrovandi, a arqueologia da imagem volta-se essencialmente

à análise de conteúdos temáticos presentes no conjunto imagético e, além disso, busca inseri-los em seu contexto de surgimento e desenvolvimento no intuito de reconstruir e compreender os aspectos sociais, econômicos, políticos e religiosos que propiciaram sua criação.<sup>11</sup>

Não se trata em momento algum de relativizar – tampouco ter como legítimas, ou justificáveis – as motivações por trás da confecção de uma imagem, mas sim de demonstrar circunstâncias, explicar situações e apresentar as conjunturas que propiciaram a sua composição material e simbólica. Na segunda sessão, realizamos o estudo de caso supracitado. Faz-se necessário mencionar que, ao longo de nossa triagem em busca de representações da mítica cavaleiresca em peças de propaganda do NSDAP, rastreamos em torno de cinquenta fontes específicas<sup>12</sup>. Não sendo possível abranger neste escrito tamanho corpus documental, optamos em trazer para esta discussão aquelas que julgamos de maior credibilidade quanto a suas origens e com maiores informações a respeito da produção de tais artefatos. Por fim, especificamos o que temos por “mítica cavalheiresca” a partir do argumento de Pierre Bonassie, presente na obra *Heróis e Maravilhas da Idade Média* de Jacques Le Goff.

Foi o mito – o mito do cavaleiro que busca o absoluto e vinga os oprimidos – que, através da lenda e da literatura, terminando no cinema, sobreviveu nas mentalidades coletivas. Em outras palavras, a imagem que nós geralmente concebemos hoje do cavaleiro medieval não é outra senão uma imagem ideal: é precisamente a representação que a casta cavaleiresca pretendia dar de si mesma

<sup>10</sup> ALDROVANDI, Cibele Elisa Viegas. A Imagética Pretérita: Perspectivas Teóricas sobre a Arqueologia da Imagem. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, v.\_, nº 19, 2009, p. 43.

<sup>11</sup> \_\_\_\_\_. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, p. 39.

<sup>12</sup> Aos pesquisadores interessados em verificar as imagens por nós coletadas, seja fins de pesquisa futura, ou no intuito de confirmar ou discordar dos argumentos apresentados neste artigo, ver a pasta “*Propaganda Nazi – Representações do Medieval*”, no site *Pinterest*. Link para acesso: <<https://br.pinterest.com/rafaelomansan/propaganda-nazi-representa%C3%A7%C3%A7%C3%A5es-do-medievo/>>



e que ela conseguiu, através dos trovadores, impor à opinião.<sup>13</sup>

Sendo a concepção arquetípica do cavaleiro medieval uma imagem idealizada, e o termo “mítica” como algo referente, pertencente ou originado através de um mito, podemos conceber a mítica cavaleiresca como: o aparato simbólico-conceitual que distancia – sem necessariamente desvincular – o herói-cavaleiro lendário de sua contraparte histórica; o conjunto de representações que concebe a figura do cavaleiro dentro de uma utopia; a construção imaginária do herói medieval dentro de uma base fabular.

### A ideologia presente nas *Schutzstaffel*

A noção de que o povo germânico era dotado de uma superioridade pré-existente já dispunha de um apoio que pode ser traçado desde a segunda metade do século XIX. Tais teorias giravam em torno da premissa de que povos “fortes” tinham um direito natural de dominar ou exterminar aqueles mais “fracos” como forma de garantir a sua sobrevivência. Além disto, havia também uma sustentação dita científica de todo este ideário. Um dos primeiros proponentes desta ideologia racial era um teórico chamado Alfred Rosenberg, pertencente à Sociedade Thule, um grupo especializado em filosofia anti-bolchevique e anti-semita. Em sua obra *O Mito do Século XX* foi concluído que qualquer cultura iria entrar em decadência quando ideais humanitários obstruíssem o direito da “raça dominante” de governar quem a ela fosse subjugado.

Com isso, Richard Walther Darré, um dos admiradores do ideário rosenbergiano, expandiu as proposições feitas em *O Mito do Século XX* indo ainda mais além, conforme destaca Robin Lumsden, colocando que a fonte vital da raça nórdica era a agricultura.<sup>14</sup> Em termos gerais, as ideias de Darré podem ser resumidas como uma maneira de priorizar o agricultor como fonte fertilizante para a terra e o sangue germânico, assim sendo renovado de por uma consecução de gerações que trabalham no campo. Aqui se torna claro o porquê de haver cartazes propagandísticos que fazem alusão à importância do agricultor para a defesa do Reich, pois era visto na figura do agricultor uma peça basilar para a sustentação político-econômica da estrutura governamental do Reich.

Não obstante, a união destas duas correntes axiomáticas fez com que isto tudo fosse incutido no ideário político presente nas *Schutzstaffel* (SS), chegando ao ponto de que aqueles que não eram “racialmente puros” não deveriam fazer parte desta unidade. Traçando um paralelo com o mundo feudal-ideal de Heinrich Himmler, as SS então eram vistas como uma “elite racial”

<sup>13</sup> LE GOFF, Jacques. **Heróis e Maravilhas da Idade Média**. Trad. De Stephanía Matousek. Petrópolis: Editora vozes, 2009. p. 88.

<sup>14</sup> LUMSDEN, Robin. **Himmler's Black Order: A history of the SS, 1923-1945**. Stroud, Reino Unido: History Press Limited, 2005. p. 64-66.



em uma nova Europa feudal, aonde esta elite iria administrar os feudos, e a vanguarda desta “elite racial” seria a SS. Doravante, por trás disto havia também uma forte idealização de um novo arquétipo de cavaleiro, e segundo Keegan, que deveriam possuir uma gama de características físicas que eram consideradas “puras” o suficiente para serem aceitas no rol de membros da SS.<sup>15</sup>

Por tanto, este imaginário de “pureza racial” era tão forte que até mesmo os casamentos de membros da SS eram regulamentados por uma espécie de “Secretaria de Raças” e também sendo necessária uma avaliação prévia da ancestralidade daquele que almejasse fazer parte desta organização. Já naquilo cerne a questão do cavaleiro ideal que era retratada na SS, é possível afirmar que sua inspiração pode ser traçada desde a existência da Ordem Teutônica, ou até mesmo nos próprios Jesuítas, conforme coloca Michael Burleigh.<sup>16</sup> Isto, pois as ordens anteriormente citadas tinham enraizadas nos seus matizes de ideias uma profunda dedicação a uma causa maior. Isto tudo coadunou com uma forma muito semelhante de código de comportamento que existia nos cavaleiros medievais<sup>17</sup>, permitiu ainda mais a perpetuação de um espírito de corpo pertencente a uma ordem que não apenas possuía forte hierarquia, mas também era alicerçado em antigas práticas de ocultismo.

Em relação a essas tradições que existiam dentro das SS, é possível afirmar que elas eram instrumentalizações de um passado romantizado através de tradições inventadas, sendo que até mesmo a ideia do povo nórdico era uma criação do fim do século XIX.

Nas palavras de Hobsbawm:

The race destined through Hitler to dominate the world did not even have a name until 1898 when an anthropologist coined the term Nordic. Hostile as it was on principle to the heritage of the eighteenth-century Enlightenment and the French revolution, fascism could not formally believe in modernity and progress, but it had no difficulty in combining a lunatic set of beliefs with technological modernity in practical matters, except where it crippled its basic scientific research on ideological grounds.<sup>18</sup>

### **Os impactos da política militarista sobre a propaganda**

<sup>15</sup> KEEGAN, John. **Waffen-SS – Os Soldados da Morte**. Tradução de Edmond Jorge. Rio de Janeiro: Renes, 1973. p. 31-33.

<sup>16</sup> BURLEIGH, Michael. **The Third Reich: A New History**. Nova York: Hill & Wang, 2000. p. 80.

<sup>17</sup> JÚNIOR BRAGANÇA, Álvaro Alfredo. O germano e os *Ritter* a serviço do nacional-socialismo – propaganda e reapropriação política da imagem dos germanos e dos cavaleiros medievais na Alemanha nos 40. **Brathair**, São Luiz, v. 14, n. 2, 2014, p. 85.

<sup>18</sup> HOBSBAWM, Eric. **Age of Extremes: The short Twentieth Century 1914-1991**. Londres: Abacus, 1995, p. 118.

<sup>19</sup> WETTE, Wolfram. The National Socialist Ideology of Violence and Hitler’s War Plans. In: DEIST, Wilhelm; MESSERSCHMIDT, Manfred; VOLKMANN, Hans- Erich; WETTE, Wolfram (orgs.). **Germany and The Second World War**. Oxford; Clarendon Press, 1990, p. 17.

O militarismo é mais do que um fenômeno ideológico, pois pode se relacionar com economia, ordem social, armamentos, política doméstica e outros campos, mas é uma característica marcante do *Reich* de Hitler e também das ideologias que permeavam a República de Weimar. É interessante notar aqui que, antes mesmo da figura do soldado ou do cavaleiro medieval começar a ser utilizada pela propaganda nacional socialista, já havia toda uma utilização da ideia do soldado como uma figura basilar para a sustentação de uma comunidade.<sup>19</sup> Assim, se comprehende que a glorificação da guerra, o uso indiscriminado da força e o apelo à guerra são características comuns do nazismo sendo também reproduzido diretamente tanto no seu discurso quanto em sua propaganda.

Continuando, ao ter como princípios os conceitos acima descritos, a atitude de Hitler em relação ao uso da força na política não era baseado em considerações funcionais ou cálculos puramente racionais, mas sim em uma ideologia que naturalizava a guerra através de uma argumentação que afirmava que, não somente a guerra era algo inerente às nações, mas também aos indivíduos propriamente ditos. Ao se apropriar da Teoria de Guerra clausewitziana e afirmar que, o propósito comum da política doméstica e exterior é preparar e projetar o poder político através de meios belicosos, a guerra é uma condição normal, de ocorrência regular, que só era possível distinguir da paz por causa da diferença de força existente entre estas duas. Entende-se que a concepção e adoção de objetivos específicos era precedido pela abstrata ideologia da força, logo, o militarismo no *Reich* é mais uma declaração de guerra permanente dotado de um valor místico inerente a sua existência, e suas consequências- a reconstrução do Estado alemão - são meros estratagemas que formam as bases da política de guerra nacional-socialista.

Por se tratar de um regime totalitário, o Estado alemão em 1933 conseguiu já a supressão dos direitos de imprensa e livre expressão, criando uma importante base para monopolização das notícias políticas e supressão de opiniões hostis ao regime, bem como a criação de uma propaganda uniforme através da força que seria implementada nos próximos anos. Assim, a conquista desta forma poder ideológico fora apoiada inclusive por indivíduos que trabalhavam no governo, mas não eram membros do partido nazista, contando inclusive com apoio de militares, industrialistas e até mesmo os círculos agrários que representavam. Isto, por sua vez, permitiu que houvesse um monopólio ideológico intencional que seria construído através da força do governo sendo empregada em diversos sentidos, e esta organização refletia a intenção do regime em controlar todos os aspectos da vida política e intelectual do regime, e pretendia fazer isto através do uso extensivo de um aparelho de propaganda quase onipresente para exercer este



controle.

Destarte, o objetivo primário desta propaganda era radicalmente reestruturar a sociedade alemã, para que a classe dominante, bem como as lealdades sectárias, pudessem aceitar uma nova consciência nacional. Um nível considerável de misticismo fora envolvido no lugar de profundos e conflitantes valores de uma comunidade nacional. Esse desejo de unidade é a força de um passado idealizado do que um presente *per se*. O sucesso desta propaganda se deu pela determinação com que o regime objetivava isto tentando camuflar estas ações com um ar de legalidade.

Em uma época de industrialização e luta de classes, os proponentes do nacional-socialismo argumentavam que o sentimento de alienação do homem (*Mann*) deveria ser transformado em um sentimento de pertencimento a uma comunidade (*Volk*).<sup>20</sup> Para criar um consenso, a máquina de propaganda do Terceiro Reich iria constantemente exigir que a população depositasse sua fé em slogans de impacto como o famoso “Um Povo! Um *Reich*! Um *Führer*?”.

Para tanto, a função da propaganda era a de coordenar a vontade política da nação com os objetivos do Estado, desta forma desempenhando um papel de força ativa para pavimentar o caminho para uma comunidade nacional conjunta, utilizando inclusive de mídias de massa para instruir o povo sobre as atividades governamentais e por que o Estado Nacional Socialista exigia apoio total.

De uma forma intrinsecamente ligada à ideia de “comunidade nacional” era a crença na necessidade por uma “pureza racial”, algo que envolvia também a questão relacionada aos judeus, mas que também englobava dois outros povos considerados inimigos: os poloneses e a Rússia. Ao estabelecer uma dita conspiração de cunho marxista, hebraico-bolchevique, o maquinário ideológico do *Reich* foi capaz de fundir estas duas percepções de inimizade em uma figura só, isto sendo feito através da justaposição de tais adversários como inimigos de Estado e o Partido Nacional-Socialista como a única força capaz de combater esta dita ameaça. A proposta, por tanto, desta propaganda racial era o desejo de trazer à nação uma consciência comum em relação a sua unidade étnico-política.<sup>21</sup> Continuando, havia uma relação entre a ideia de pureza racial e conceitos como *Blut und Boden* (Sangue e Solo) e *Volk und Heimat* (Povo e Pátria). O primeiro derivava diretamente do segundo e tentava definir a fonte da força da raça ariana através das virtudes agrárias, o passado nórdico, o guerreiro nórdico, a sacralidade do solo germânico.

<sup>20</sup> WELCH, David. **The Third Reich: Politics and Propaganda**. Londres: Routledge, 2005. p. 61.

<sup>21</sup> WELCH. **The Third Reich: Politics and Propaganda**. p.83.



Isto, pois a ideologia nazista também se baseava em conceitos presumidos acerca das tradições germânicas procurando resgatar um passado místico aonde as antigas tradições ajudariam o povo a superar o caso no presente. Como resultado, toda esta propaganda fez com que certos estereótipos fossem criados para transformar a ideologia em um elemento unificante. Para tanto, foram utilizadas duas vias.

Conforme Welch

[...] First, propaganda attacked modern degenerate trends in painting and sculpture, [...] second, such *unkultur* was replaced by official Nazi art which purported to represent the healthy instincts of the Germanic utopian community of the master race (*Herrenvolk*). [...] In practice, this meant the idealization of blonde Nordic Stereotypes, described by one race theorist as ‘blond, tall, long-skulled, with narrow faces, pronounced chins, narrow noses with high bridges, soft fair hair, widely spaced pale colored eye, pinky-white skin’.<sup>22</sup>

Desta maneira, é possível observar uma polarização não somente da ideia de um inimigo em comum através da criação de uma mega-narrativa que traz consigo uma espécie de conspiração “bolchevique-judaica” para derrotar a Alemanha, mas também como todo esse processo é capaz de agravar a si mesmo através de sua mera execução. Isto ficaria ainda mais em evidência quando a própria invasão da União Soviética para assegurar o *Lebensraum*, ou espaço vital, para a coexistência do povo germânico foi posta em prática. Ademais, as próprias campanhas militares da *Heer* foram arquitetadas no sentido de criar uma atmosfera estrategicamente benéfica o suficiente para convergir os esforços no sentido de derrotar a União Soviética em uma única campanha.<sup>23</sup>

### **A Mítica Cavaleiresca na promoção do *Blut und Boden***

Para cimentar o ideário *Blut und Boden* e propaga-lo de forma efetiva na psique alemã, a *Schutzstaffel* lançara mão de modelos familiares ao imaginário popular teutônico que fossem compatíveis com a agenda do NSDAP. Dentre eles, o *Wehrbauer*, o soldado-agricultor. Este conceito, apesar de não ser original do Nacional Socialismo, uma vez que fora criado por um movimento agrário de cunho nacionalista chamado *Artamanen-Gesellschaft* no fim do oitocentos, tivera fundamental importância para o estabelecimento da noção do *Lebensraum*, assim como do papel de proteção e defesa que o camponês médio deveria ter para com a manutenção e defesa deste espaço vital. Dentre os símbolos do *Reich* que elucidam este discurso, encontra-se a espada de gume duplo – um símbolo cavaleiresco que representa a belicosidade, a honra e a coragem em

<sup>22</sup> \_\_\_\_\_, *The Third Reich: Politics and Propaganda*, p.84.

<sup>23</sup> GRAY, Colin S. *War, Peace, and International Relations: An Introduction to Strategic History*. Londres: Routledge, 2013, p. 126.



campo de batalha – ao lado do ramo de trigo, o item que gera o alimento da nação.

Em uma figura específica (VER FIGURA Nº 1, à direita), datada de 1941, é possível contemplar ambos os ícones (a espada e o trigo) com o acréscimo de um arado, o que ressalta o elemento rural. O ponto principal da imagem se encontra no texto escrito: “Camponeses e soldados ficam juntos lado a lado para fornecer as pessoas seu pão diário e para proteger a liberdade de seu Reich/Império”. Nota-se, desta forma, que a ideia de proteção da terra está atrelada a uma constante vigilância. Os soldados-camponeses deveriam assegurar que as terras germânicas não fossem usurpadas por judeus, eslavos ou poloneses (os povos “inferiores”, ou *Untermenschen* no imaginário Nazi).

Além de regular a produção e distribuição de bens agrícolas, o *Reichsnährstand* também promovia festividades voltadas à celebração de colheitas e safras anuais, como a *Reichserntedankfest* (“Festival de Agradecimento pela colheita do Reich”). O festival possuía uma versão regional na cidade de Goslar, localizada na Baixa Saxônia, chamado *Reichsbauerntag* (“Dia dos Agricultores do Reich”). Em um *plakat* (“cartaz”) de 1936 voltado à divulgação da sexta edição do evento (VER FIGURA Nº 1, à direita), se sobressai a figura de um soldado da *Schutzstaffel* trajando uma armadura “medieval” – com exceção do elmo/capacete, que corresponde ao equipamento da *Wehrmacht*.

O guerreiro é representado com certa translucidez, o que significa que sua representação está ligada a valores espirituais e ideológicos. Abaixo do soldado, o lavrador, protegido pelo gigantesco vulto, cultiva a terra em direção ao leste, em uma insinuação à *Ostsiedlung*. Da mesma forma, o espírito guardião observa atento a estrela vermelha no canto direito superior da imagem e posiciona seu proeminente escudo para bloquear a tempestade que vem do oriente. A luminosidade também contribui para o estabelecer de um determinado componente semântico; o lado esquerdo da imagem (uma menção provável à Alemanha) é claro e iluminado, enquanto o direito (a União Soviética) é escuro, e o céu carregado. O soldado, defensor do *Reich*, incorpora então as virtudes cavaleirescas da honra, da proteção e do cumprimento de deveres feudo-vassálicos – o que neste caso se traduz como a obediência aos princípios institucionais do Nacional Socialismo.



(FIGURA N° 1<sup>24</sup>)

Este motivo se repete de forma deveras semelhante na edição nº 20 da revista *NS-Frauen-Warte* (VER FIGURA N° 2). A gazeta era – como dito na capa do periódico – *Die Einzige Parteiamtliche Frauenzeitschrift* (“A única revista oficial das mulheres do Partido”), distribuída pelo “braço” feminino de NSDAP, o *Nationalsozialistische Frauenschaft*. Desta vez, a personagem que incorpora os valores de cavalaria não é um soldado profissional, mas sim o homem ariano comum, o não militar. A imagem pode ser compreendida em três planos: no primeiro, se encontra a mulher (modelo perfeito de mãe e esposa nas convicções do Nazismo) com o bebê em seu colo; no segundo, o homem ariano (pai e marido) empunhando espada e escudo; e, no terceiro, o agricultor com o arado. Trata-se de uma imagem de planos concêntricos no âmbito conceitual. A mãe ariana é protegida pelo marido que, por sua vez, se encontra amparado pelo agricultor. Aqui, os preceitos de honra (*Äre*), comprometimento (*Gefolgschaft*) e fidelidade (*Triuwe*)

<sup>24</sup> Link para a imagem à esquerda:< <https://www.buchfreund.de/Wochenspruch-der-NSDAP-1941-Folge-41-Dr-Goebbels-Bauern-und-Soldaten-Reichspropagandaleitung-der-NSDAP-Hg.56761491-buch?v=1>>. Link para a imagem à direita:< <https://www.google.com.br/url?sa=i&rct=j&q=&esrc=s&source=images&cd=&ved=0ahUKEwio44zqkqDTAhXCD5AKHeSXDcQQjBwIBA&url=https%3A%2F%2Fs-media-cache-ak0.pinimg.com%2F564x%2F7a%2Fa0%2F02%2F7aa002007209cf0c1ae946439bdd3352.jpg&bvm=bv.152180690,d.Y2I&psig=AFQjCNGVwJgI.GLQfNQsq8PQHn4DClwpkdQ&ust=1492128730381831>>. Ambos os endereços acessados em 12/04/2017.



se mesclam a um terceiro valor cavaleiresco: a cortesia (*Höflichkeit*). A adição deste último princípio, que possui entre seus elementos constituintes a cordialidade e a defesa daqueles que não podem portar armas (no caso, mulheres e crianças), eleva o homem ariano comum à mesma posição do *Ritter*, o “cavaleiro-cavalheiro” germânico. Nas palavras de Bragança Júnior

Todo um ideal de cortesia regulamentava o comportamento padrão desse “novo homem”, guerreiro e gentle man, em que o cavaleiro –Ritter –, aquele que monta o cavalo, porém apresenta virtudes outras como bravura (mannesmuot); fidelidade (triuwe);[é] observador da devida medida (diu mâze);[possui] coração forte e elevados ideais (hôher muot); constância (staete); generosidade (milte); honra (êre) e principalmente [objetiva] a graça de Deus (gotes gulde)<sup>25</sup>

Referindo-se a um produto que tinha por objetivo elevar determinados padrões comportamentais pautados em expectativas e construções de gênero, a mensagem trazida tem por objetivo a orientação da mulher ariana média. Orientação não apenas em relação ao seu próprio papel dentro do *Reich*, como esposa, guardiã do lar, e mãe, genitora dos futuros jovens germânicos, mas também em relação à escolha do parceiro ideal: aquele que (além das características biológicas e fenotípicas que lhe são esperadas) traz consigo as virtudes caval(h)eirescas. A conexão com o passado, a idealização da masculinidade guerreira e do *ethos* cortês, contribuem para a (re)produção de um discurso utópico, semi-mítico, fundamentado no ideal familiar. A “tradição” exerce um papel notavelmente retórico na medida em que age não como matéria argumentativa, mas sim persuasiva, agregando potência ao processo de significação.

<sup>25</sup> BRAGANÇA JÚNIOR, Álvaro Alfredo. Do guerreiro germano ao cavaleiro do século XIII Personagens históricos e modelos civilizacionais no mundo germânico continental: faces e interfaces. In: LÊNIA MÁRCIA MONGELLI. (Org.). **De cavaleiros e cavalarias. Por terras de Europa e Américas.** 1 ed. São Paulo: Humanitas, 2012. p. 79



(FIGURA N° 2<sup>26</sup>)

### Inimigos “Dracônicos”

Assim como a temática cavaleiresca, o arcabouço mítico do imaginário cristão-medieval não constituía uma novidade durante as campanhas eleitorais e subsequente ascensão do NSDAP. Outrora, no estabelecimento do partido já existia uma *praxis* midiática que legitimava as apropriações do imaginário cristão e do medievo como forma de transmitir um discurso de esforço nacional ou político. Na maioria das vezes, tal prática semiótica era proposital, com a comparação de datas históricas, mitos e hinos com a imagem representada, em um esforço de aproximar o discurso do presente ao passado imaginado, estabelecendo, assim “credibilidade” e “naturalidade” à imagem apresentada. Esta naturalização de modelos histórico-literários – mais imaginários do que históricos em si – constituía uma peça importante da propaganda nazi, pois tornava ainda mais porosas as fronteiras entre a realidade material e a utopia nacional socialista.

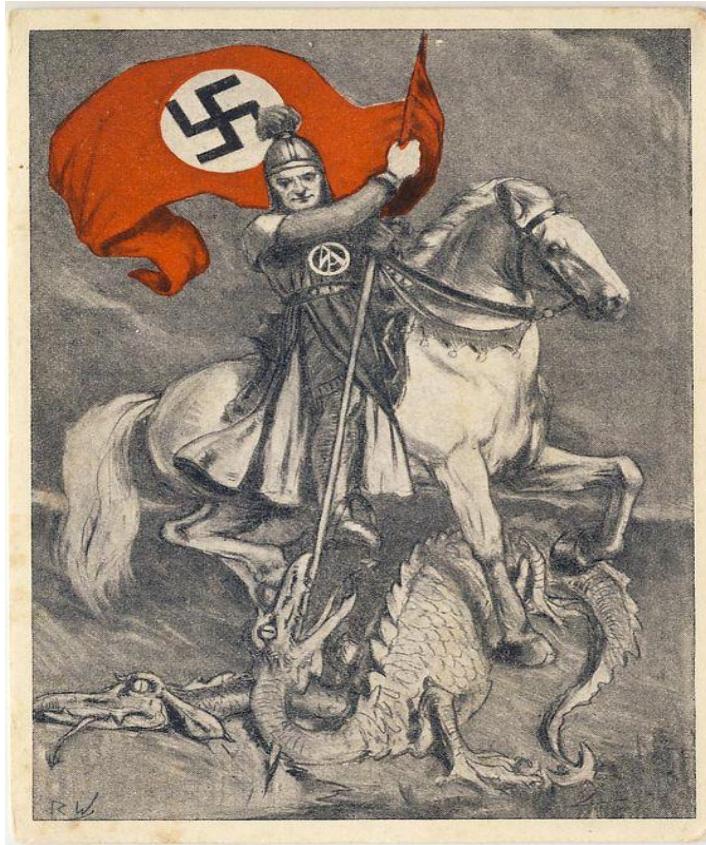
<sup>26</sup> Link para acesso: <<https://s-media-cache-ak0.pinimg.com/564x/5a/ed/05/5aed054459571df55049d9c22e3b3b1e.jpg>> Acessado em 12/04/2017.



Apesar da presença constante de um discurso dirigido, a subjetividade religiosa tinha papel singular na construção do mito e no seu caráter homogeneizante; a crença nos mitos cristãos – ou nas releituras destes mitos projetadas pela máquina propagandística do Reich – naturalizava determinadas concepções racialistas e xenófobas. Incidentes como o dos "Anjos de Mons" eram creditados como verídicos tanto por uma parcela do público quanto por militares. Apropriar-se de mitos como o de São Jorge, portanto, pareceria uma etapa padrão no esforço de transmitir ideais de "guerra justa".

Para melhor analisar essa prática no contexto de seu uso pelo NSDAP, analisaremos agora três exemplares, sendo dois deles produzidos com fins de promulgar a imagem positiva da *Sturmabteilung* (SA) durante seu esforço de propaganda, sendo todos [os exemplares] apoderando-se da imagem de São Jorge.

A primeira imagem (VER FIGURA N° 3), trata-se de um cartão postal com o intuito de arrecadar doações para a milícia do *Reich*, onde é possível observar claramente a subversão do imaginário cristão com propósito de promover o caráter heróico e salvador da mesma e do NSDAP face aos inimigos da nação. Apesar do inimigo ser representado apenas como um dragão, tanto a suástica do NSDAP como a insígnia da *Sturmabteilung* estão representadas como parte da heráldica de São Jorge. O caráter da primeira imagem se apropria do imaginário subjetivo, do dragão como inimigo e representação do "mal", do caos, onde a mensagem mais direta é transmitida a partir dos símbolos heráldicos.



(FIGURA N° 3<sup>27</sup>)

Em contrapartida, a segunda imagem (VER FIGURA N° 4) abandona o discurso subjetivo para transmitir uma mensagem mais agressiva, através do apontamento direto de quais são estes inimigos: Nas cabeças da hidra, identifica-se indumentárias e esteriótipos daqueles que eram considerados como os inimigos do NSDAP no período. Em ordem de cima para baixo, é possível apontar o *czapka* (ou *rogatywka*), chapéu típico de uso militar polonês, a estrela do Partido Comunista da União Soviética, e a estrela de Davi Judaica, assim como o nariz acentuado, também presente na primeira cabeça. No corpo também estão presentes as siglas de outros inimigos como o KPD (*Kommunistische Partei Deutschlands*, ou Partido Comunista Alemão), novamente a Estrela de Davi, a RF (*Republik Frankreich*, ou República da França) e o SPD (*Sozialdemocratische Partei Deutschlands*, ou Partido Social Democrata da Alemanha). Igualmente, a imagem de São Jorge é invocada, sendo possível identificar o seu equipamento de cavaleiro assim como a cruz cristã. Nessa instância, porém, ele apoia diretamente o membro da *Sturmabteilung*, reforçando o apoio das tradições do passado para com o esforço Nazista.

<sup>27</sup> Link para acesso: <https://br.pinterest.com/pin/552816922994269051/>. Acessado em 15/04/2017

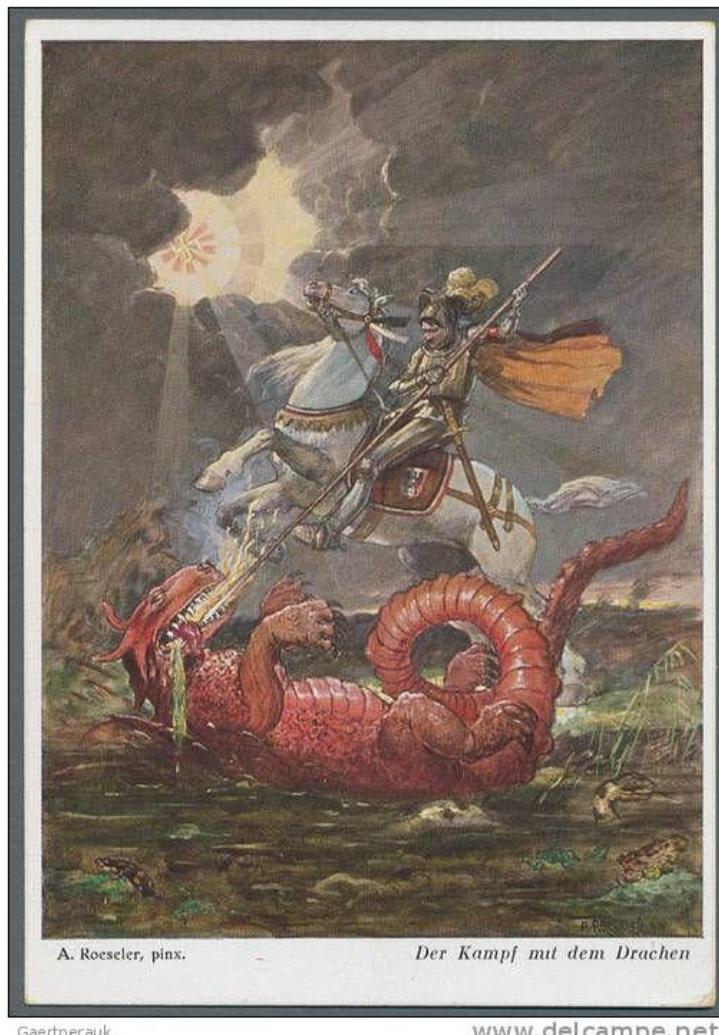


(FIGURA N° 4<sup>28</sup>)

Diferente das duas primeiras imagens, que utilizam São Jorge como forma de induzir a legitimidade (e em certo ponto a sacralidade) do Nazismo, a terceira (VER FIGURA N° 5) não apenas se apropria, mas insere-se dentro do mito, com o próprio *führer*, Adolf Hitler, tornando-se o santo guerreiro. Nesta representação feita por August Roeseler, além do *Führer*, estão presentes outros símbolos contemporâneos como a suástica e o brasão de armas do Império Alemão. Por ser elaborada antes da morte de Paul Von Hindenburg, a *Reichsdienstflagge* prussiana, ainda está presente. É interessante notar que Hitler, trata-se do cavaleiro, São Jorge, que toma as rédeas para derrotar o dragão vermelho (uma possível alusão à URSS e aos valores político-ideológicos por ela representados), e a antiga Alemanha Prussiana, transfigurada sob a forma do cavalo, o que pode ser interpretado como uma demonstração de poder perante Hindenburg, considerando a aversão de Hitler com a velha elite. Da mesma forma, o líder do partido conduz o cavalo com mastria, sugerindo que com esta mesma destreza o *Führer* governará a nação alemã. A *Reichsdienstflagge* fora abolida pelo governo nazista em 1935. Portanto, torna-se viável supor que a representação da *Hakenkreuz* (“suástica”) nazista como o sol possui um significado de que o

<sup>28</sup> Link para a imagem: <<https://br.pinterest.com/pin/466826317596870861/>>. Acessado em 15/04/2017

partido traria uma "iluminação" sobre os tempos "nebulosos" da Alemanha na década de 1930.



(FIGURA N° 5<sup>29</sup>)

### Considerações Finais

Reapropriar tradições, ressignificar símbolos, e quimerizar passados são práticas correntes no universo político, não apenas em regimes autoritários, mas também nas (ditas) "democracias-liberais". As motivações que levam a tais agenciamentos são ilimitadas, contudo nota-se, na maioria destes fenômenos, um ponto de grande coesão: o passado opera como instrumento legitimante de ações presentistas. O estudo aqui conduzido demonstrou que o passado medieval possui grande potencial comunicativo, retórico, e discursivo. Estas interfaces serviam tanto para reenfatizar as doutrinas do *Reich*, quanto para difamar seus adversários, quaisquer fossem eles. A imagem do cavaleiro medieval se destaca por ser extremamente poderosa, devido aos valores que

<sup>29</sup> Link para a imagem: <<https://br.pinterest.com/pin/502292164671467111/>>. Acessado em 15/04/2017.

lhe foram atribuídos em um processo de longa duração. A proteção dos fracos, o respeito à ordem e à justiça, a contenção do corpo e do espírito a partir de um rígido código de conduta. Todos estes elementos convergem a favor de um herói atemporal, que sobrevive nas mentalidades coletivas através da literatura, do cinema e de outras mídias. Considerando a natureza da propaganda em si, é deveras comprehensível (o que não significa legítimo) que o regime de Adolf Hitler, ao buscar no passado e no imaginário popular modelos que agregassem valor à agenda do NSDAP, tenha se apropriado de uma figura tão cara à história e cultura ocidentais.

Em um momento futuro, será possível avaliar como medievalismos muito semelhantes a estes foram utilizados nos cartazes de recrutamento das *Schutzstaffel* (SS), dentro de uma visão pan-europeista. Também será possível elucidar que outros adversários – além dos comunistas e soviéticos, que tiveram maior destaque neste texto – foram depreciados nestas (re)apropriações do imaginário medieval. Todavia, é necessário mencionar dois fatores que tangenciam o estudo por nós conduzido e que, acreditamos, podem ser de certa validade para o(s)as pesquisadore(a)s que pretendam prosseguir com este debate: 1) Estes usos (e abusos) do passado não eram novos. Como aponta a obra de Stefan Goebels, intitulada *The Great War and Medieval Memory: War, Remembrance and Medievalism in Britain and Germany (1914-1940)* (2007), ou mesmo o supracitado artigo de Claxton, tais representações eram frequentes em campanhas políticas de vários países europeus, em especial nas primeiras décadas do século XX. Por tanto, um estudo posterior poderia se voltar às continuidades e as rupturas dos devidos agenciamentos em relação a períodos anteriores. 2) Por mais que as intenções doutrinárias destes materiais sejam facilmente detectáveis a partir da análise dos signos inerentes ao seu conteúdo imagético, medir seu impacto e peso na sociedade alemã é uma tarefa que requer outros instrumentos, técnicas e documentos. Na verdade, este obstáculo é enfrentado por muitos pesquisadores do *mass media*. É possível analisar uma imagem e decodificar a mensagem que lhe fora designada por parte do produtor/artista, seu discurso, seus artifícios semânticos, assim como os jogos de poder que estão em seu entorno, ou mesmo sua genealogia estética. Mas quantificar sua recepção e seus efeitos “reais” é uma tarefa de maior complexidade. Este seria um dos principais “pontos-cegos” deste trabalho e que acomete muitos dos estudos relacionados ao campo das imagens. A grande presença de elementos medievais, ou tidos como “medievais”, na propaganda nazista permite alguma especulação a respeito, mas nenhum argumento que possa sair do nível hipotético.

Tratando-se da popularidade que a temática medieval adquirira nos últimos anos, se faz importante uma última reflexão para o encerramento deste artigo. Em uma matéria recente para a



página *Public Medievalist*, Andrew Elliot levantara argumentos sobre a problemática da “pós-verdade” na era nas mídias e das redes sociais<sup>30</sup>. Na perspectiva deste acadêmico – assim como na nossa – o gosto que grupos políticos nacionalistas nutriram (e ainda nutrem) pelo medievo é um tema que gera grande receio e inquietude em diversos pesquisadores. A apreensão dos intelectuais na atualidade se justifica não apenas pelo recrudescimento de grupos extremistas, tanto na Europa quanto na América, mas também pela disseminação de informações extremamente equívocas e tóxicas a respeito da Idade Média em si. O fato do medievo ser frequentemente associado à fantasia, misticismo, proezas heroicas, aventuras épicas, assim como à supremacia dos valores cristãos frente à diversidade cultural, étnica e/ou religiosa da Europa contemporânea, contribui para uma maior instrumentalização deste período para fins político-ideológicos.

A complexidade do problema impossibilita-nos de propor uma solução prática sem que sejam realizadas pesquisas de maior acurácia quanto aos usos políticos do passado medieval neste e em outros âmbitos. Apesar de haver bibliografia considerável sobre o tema, as (re)apropriações (fantasiosas ou não) da história e do imaginário medieval devem ser compreendidas e estudadas em suas peculiaridades. A sugestão de um engajamento maior por parte dos medievalistas em relação a estes fenômenos é uma ideia propositiva que deve ser trazida a debate em eventos, congressos e seminários da área. Esta inserção é relevante não só no combate a demagogias e informações pseudo-históricas que circulam nos espaços virtuais, mas também para que o(a)s medievalistas repensem seu ofício e seu papel social. Ademais, em um momento em que a indústria do entretenimento lucra exponencialmente com temáticas direta ou indiretamente relacionadas ao medievo, é razoável que os acadêmicos da área retomem e revitalizam o debate a respeito dos usos do passado. Parafraseando Patrick geary: “Mesmo que isto não funcione, e até com a certeza de serem ignorados, os historiadores têm a obrigação de soltar o verbo”<sup>31</sup>.

<sup>30</sup> Link para a matéria: <<http://www.publicmedievalist.com/vile-love-affair/>> Acessado em 15/04/2017.

<sup>31</sup> GEARY, Patrick. **O Mito das Nações**. São Paulo: Conrad, 2005.



# O pincel de Timantes: pintura, erudição e panegírico na *História da América Portuguesa*, de Sebastião da Rocha Pita (1730)

Timanthes' Brush:  
Painting, Learning and Panegyrics in Sebastião da Rocha Pita's  
*História da América Portuguesa* (1730)

**Pedro Telles da Silveira**

Doutorando em História

Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS (Porto Alegre –RS)

doca.silveira@gmail.com

**Recebido em:** 07/02/2017

**Aprovado em:** 30/08/2017

**RESUMO:** Exploro neste artigo a aproximação entre pintura e história realizada tanto por Sebastião da Rocha Pita quanto pelos censores da obra *História da América Portuguesa* (1730). Rocha Pita mobiliza frequentemente referências pictóricas em auxílio a uma prosa histórica que se aproxima do panegírico. Essa prosa tem por objetivo tornar os acontecimentos visíveis através de uma narração ornada. Numa época, entretanto, na qual os preceitos da erudição e da crítica documental ganhavam força em Portugal, essa é uma escolha arriscada por parte do autor, que se vê forçado a protestar a veracidade de sua história assim como o estilo elevado que escolheu para sua narrativa. Uma mirada ampla para os problemas da historiografia setecentista, com atenção aos desdobramentos com relação às artes visuais e à poesia, permite compreender a extensão do que está em jogo nos diferentes entendimentos sobre o que é a escrita da história efetuado pelos personagens desta trama.

**PALAVRAS-CHAVE:** Período Colonial, Historiografia, Retórica.

**ABSTRACT:** I explore here the convergence between painting and history made not only by Sebastião da Rocha Pita but also by the censors of the *História da América Portuguesa* (1730). Rocha Pita mobilizes pictorial references along with a historical prose that comes close to panegyrics. This kind of writing tries to render the past events visible through an ornate narrative. At a time, however, when the precepts of method and scholarly critique gathered strength in Portugal, this is a risky choice by Rocha Pita, who is forced to defend the veracity of his *História* as well as the elevated stile he chose for its narrative. A wider look at the problems of eighteenth-century historical writing, with attention to its connections with visual arts and poetry, allows understanding the extent of what is at stake in the different meanings of what is historical writing brought by the players in this drama.

**KEYWORDS:** Brazilian Colonial Period, Historiography, Rhetoric.



A *História da América Portuguesa* já foi simultaneamente elogiada e condenada pelo mesmo motivo: a indeterminação de sua prosa, que oscila entre a frase adequada a uma história e a apropriada ao discurso laudatório, ao panegírico. O que pouco se tem percebido é que essa controvérsia não se origina da recepção da obra nos dois séculos posteriores à sua publicação, em 1730, mas se encontra em seu próprio processo de publicação. O primeiro parecer escrito sob a égide da Academia Real da História Portuguesa, datado de 10 de agosto de 1726 e de autoria de Antônio Rodrigues da Costa, traduz bem o problema: a obra é “mais elogio, ou panegírico, que História”<sup>1</sup>. Levadas ao século XIX, essas suspeitas são naturalizadas pelo processo de constituição de uma história-ciência seja por via do elogio ao pioneirismo da obra e seu incipiente nacionalismo seja através da condenação dos exageros “retóricos” de seu estilo e sua inabilidade em fornecer a evidência documental dos fatos que narra.<sup>2</sup> O autor e sua obra adquiriram fama que apenas recentemente vem se modificando graças a um melhor entendimento das letras coloniais.<sup>3</sup>

O próprio Rocha Pita reconhece que sua obra, conquanto uma história, aproxima-se do panegírico. Dirigindo-se ao leitor, ele pede que este compreenda que “Se em alguns termos o estilo te parecer encarecido, ou em algumas matérias demasiado o ornato”,

reconhece, que em mapa dilatado a variedade das figuras careça da viveza das cores, e das valentias do pincel; e que o meu ainda está humilde nas imagens, que aqui pinto, assim por falta de engenho, como por não ter visto todos os originais, fazendo a maior parte das cópias por informações, das quais me não pode resultar o acerto de Apeles no retrato de Helena pelos versos de Homero; mas se te não conciliar agrado pelas tintas a pintura, não deixem de merecer-te atenção pela grandeza os objetos<sup>4</sup>.

Percebe-se, entre as justificativas do autor para sua obra, não apenas a preocupação com o estilo de escrita, a atenção aos documentos (ou à sua ausência) e o reconhecimento de um ponto de vista que, para o autor, parece justificado pela própria grandeza da América Portuguesa, mas também um forte discurso pictórico que serve constantemente de referência para o entendimento da obra. Essa relação com a pintura se expressa não apenas na escolha de termos derivados da arte pictórica quanto na referência a outros artífices antigos:

<sup>1</sup> ROCHA PITA, Sebastião da. Da Academia Real. In: **História da América Portuguesa**. Lisboa Ocidental: Na Oficina de José Antônio da Silva, 1730, sem página.

<sup>2</sup> WOLF, Ferdinand. **O Brasil Literário** – História da Literatura Brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

<sup>3</sup> SINKEVISQUE, Eduardo. **Doutrina seiscentista da arte histórica**: discurso e pintura das guerras holandesas (1624-1654). São Paulo: FFLCH/USP, 2005, tese de doutoramento; \_\_\_\_\_. Sebastião da Rocha Pita (1660-1738), IN: VARELLA, Flávia; OLIVEIRA, Maria da Glória; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **História e historiadores no Brasil**: da América Portuguesa ao Império do Brasil c. 1730-1860. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2015, pp. 17-42.

<sup>4</sup> ROCHA PITA. Prólogo. In: **História da América Portuguesa**, sem página.



Nela verá Vossa Majestade em *grosseiro risco delineada* a parte do Novo Mundo, que entre tantas do Orbe antigo, que comprehende o círculo da sua Coroa, é a maior da sua Monarquia. (...) Se o *quadro* parecer pequeno para *ideia* tão grande, em curtos círculos se *figuram* as imensas Zonas, e Esferas celestes; em *estreito mapa* se expõem as dilatadas porções da terra: uma só parte para representar a grandeza de um corpo; um só Simulacro para simbolizar as Monarquias do Mundo: *faltar-lhe-á o pincel de Timantes, para em um dedo mostrar um Gigante* (...)<sup>5</sup>.

O objetivo do presente ensaio é compreender o funcionamento deste discurso pictórico no conjunto dos *paratextos*<sup>6</sup> anexados à *História da América Portuguesa* junto do manejo, por parte de Sebastião da Rocha Pita, dos argumentos que situam sua obra na proximidade do gênero panegírico. Compreendendo-se que a oscilação entre a história e o panegírico – mediadas pela pintura – não é apenas um efeito das leituras realizadas nos séculos posteriores à publicação da obra mas uma tensão presente em sua própria tessitura, procurarei compreender as remissões à pintura e ao discurso encomiástico como signo de um compromisso entre os diferentes públicos, objetivos e métodos que a *História* de Rocha Pita, por diversos motivos, tem de mediar.

### **Em torno ao autor e sua obra**

Sebastião da Rocha Pita nasceu no dia 3 de maio de 1660 em Salvador, na Bahia, capital do Estado do Brasil. Filho de João Velho Gondim e D. Brites da Rocha Pita, ele pertencia a uma família de relativo destaque na sociedade colonial. Como anota em sua *História da América Portuguesa*, seu avô materno participara da administração portuguesa durante as invasões holandesas.<sup>7</sup> Assim como outros letRADOS de sua época e local, ele começou seus estudos sob os auspícios dos jesuítas, transferindo-se posteriormente para Coimbra, onde obteve o título de Bacharel em Cânones. Contraiu matrimônio com Ana Cavalcanti de Albuquerque, com quem teve três filhos e fixou residência em Cachoeira, perto da capital, dedicando-se à lavoura e às letras.

Entre o final do Seiscentos e o início do Setecentos, Salvador era casa para uma intensa atividade literária. Segundo João Adolfo Hansen, “os poetas de Salvador se reuniam nas tardes de sábado na Quinta do Tanque”, chácara pertencente aos jesuítas, para limar seus versos e concorrerem em “concursos de improvisação poética feitos muitas vezes segundo o modelo medieval do ‘mote e glosa’”<sup>8</sup>. A obra atribuída a Gregório de Matos, personagem com a qual Rocha Pita possuía certa inimizade, resulta em grande parte destes encontros.

<sup>5</sup> ROCHA PITA. Dedicatória. In: **História da América Portuguesa**, sem página; *grifos meus*.

<sup>6</sup> GENETTE, Gerard. **Paratexts**: Thresholds of Interpretation. New York: Columbia University Press, 1997.

<sup>7</sup> ROCHA PITA. **História da América Portuguesa**, p. 258.

<sup>8</sup> HANSEN, João Adolfo. Barroco, neobarroco e outras ruínas. **Terese**, São Paulo, 2000, vol. 2, p. 32.

A partir deste contexto, o coronel baiano legou extensa obra. Para além de poemas dispersos, são de sua autoria o relato das exéquias fúnebres do monarca D. Pedro II celebradas na Bahia<sup>9</sup> e a descrição do falecimento de D. Leonor Josefa de Vilhena, esposa de Gonçalo Ravasco de Cavalcante, secretário de Estado do Brasil.<sup>10</sup> Essas duas obras deixam claro que o papel do letrado se constituía na proximidade ao poder. Compreende-se o letrado “mais como um *caráter, ou um éthos*”, resultante da intersecção entre “uma forma de atividade religiosa ou econômica com outra, simbólica”<sup>11</sup>, de onde

A identidade social do letrado não se define especificamente no campo das letras, como campo literariamente autônomo, mas no de outros serviços (...). Então, quem escreve é designado por categorias profissionais (Ouvidor Geral; Juiz de Fora; Desembargador; Vigário; Coronel de Milícia; Provedor dos Almazéns etc.); por categorias de posição (fidalgo/não-fidalgo) e, ainda, da própria formação letrada,

chamando-se de letrado aquele que se formou em Direito em Coimbra.<sup>12</sup> Rocha Pita detinha muitas destas posições, pois além de bacharel era também coronel da milícia baiana.

Em 1724, o autor estava entre os membros fundadores da Academia Brasílica dos Esquecidos, agremiação letrada estabelecida em Salvador sob o patrocínio do vice-rei, Vasco Fernandes César de Meneses. A Academia realizaria dezoito reuniões entre abril daquele mesmo ano e fevereiro do ano seguinte. Sebastião da Rocha Pita foi ativo membro da agremiação, apresentando 67 poemas em suas reuniões (PINTO, 2007) e tendo presidido a segunda conferência da Academia, ocasião na qual apresentou parte de seu *Tratado Político*, escrito por volta de 1715 e inédito até o século XX.<sup>13</sup>

Ainda que a Academia dos Esquecidos tenha escolhido “como matéria principal de seus estudos a História Brasílica”<sup>14</sup>, Rocha Pita não foi um dos “mestres da história” designados para compor e apresentar dissertações históricas em suas reuniões. Não deixa de ser curioso, porém que a *História da América Portuguesa* se encerre justamente em 1724, ano em que o vice-rei erigira “uma doutíssima Academia, que se faz em Palácio na sua presença”<sup>15</sup>. Apesar de se encerrar com

<sup>9</sup> ROCHA PITA, Sebastião da. *Breve compêndio, e narração do fúnebre espetáculo que na insigne Cidade da Bahia, cabeça da América Portuguesa, se viu na morte de El Rei D. Pedro II, de gloriosa memória*. Lisboa Ocidental: Na Oficina de José Antônio da Silva, 1709.

<sup>10</sup> ROCHA PITA, Sebastião da. *Sumário da Vida, e Morte da Excelentíssima Senhora, Dona Leonor Josefa de Vilhena*. Lisboa Ocidental: Na Oficina de Antônio Pedroso Galram, 1721.

<sup>11</sup> HANSEN. *Barroco, neobarroco e outras ruínas*, p. 45

<sup>12</sup> \_\_\_\_\_. *Barroco, neobarroco e outras ruínas*, p. 41.

<sup>13</sup> ROCHA PITA, Sebastião da. *Tratado Político*. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1972; \_\_\_\_\_. *Tratado Político*. São Paulo: EdUSP, 2014, nova edição com estudo introdutório, transcrição e notas por Eduardo Sinkevisque.

<sup>14</sup> CASTELLO, José Aderaldo. *O movimento academicista no brasil (1641-1820/22)*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969, vol. I, tomo 1, p. 3.

<sup>15</sup> ROCHA PITA. *História da América Portuguesa*, p. 656.



a referência à agremiação baiana, a *História da América Portuguesa* parece ter sido escrita com outra agremiação em mente.

Em dezembro de 1720, foi instituída a Academia Real da História Portuguesa, em Lisboa. A agremiação tinha por objetivo escrever uma história secular e, outra, eclesiástica, de Portugal em língua latina e, para isso, se colocou a tarefa de dirimir as dúvidas a respeito destas por meio de *memórias históricas*, escritos nos quais as questões duvidosas seriam debatidas antes de se passar à composição da história. A Academia Real da História adquiriria forte prestígio no cenário intelectual português da primeira metade do Setecentos<sup>16</sup>, além de ter se convertido em destacado fórum de discussão historiográfica e ter sido responsável pela introdução de muitos dos métodos da erudição crítica em Portugal. Sebastião da Rocha Pita já aparece como acadêmico supranumerário em 1722 e, neste mesmo ano, se corresponde com a Academia Real, informando acerca da composição do quarto de dez livros que pretende para sua *História*.<sup>17</sup> Ele novamente se corresponde com a agremiação lisboeta em 1724<sup>18</sup> e, um ano mais tarde, remete a Portugal “o livro, que se ofereceu para compor”, pedindo que, caso aprovado, ele pudesse estampar no rosto da obra o título de membro da Academia Real da História.<sup>19</sup> Após inúmeras idas e vindas entre os órgãos da censura imperial portuguesa, a *História da América Portuguesa* viu a luz do dia em 1730. A obra é composta por dez livros, sendo os dois primeiros dedicados à descrição da terra brasílica e, os seguintes, ao relato dos acontecimentos que tomaram lugar nos domínios portugueses. Quanto a seu autor, por sua vez, ele encerraria sua longa vida oito anos mais tarde, no dia 2 de novembro de 1738, cercado por sua família em sua propriedade na Bahia.

### O paralelo das artes

Para compreendermos o paralelo entre a pintura e a escrita da história, é preciso repassar o paralelo – bastante mais conhecido – entre a pintura e a poesia assim como é necessário ter uma ideia do que a tradição pictórica pode ter significado para um historiador como Rocha Pita. Em primeiro lugar, as referências pictóricas de Rocha Pita são todas antigas, e não modernas. Apeles e Timantes são nomes transmitidos pela tradição clássica cuja recepção já indica algo

<sup>16</sup> MOTA, Isabel Ferreira da. **A Academia Real da História**: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico. Coimbra: Minerva, 2003; SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. Poder e *episteme* na erudição histórica do Portugal setecentista: uma abordagem do programa historiográfico da Academia Real da História Portuguesa (1720-1721). **História da Historiografia**, Ouro Preto, nº 3, setembro de 2009, pp. 204-215.

<sup>17</sup> Academia Real da História Portuguesa. Notícias da Primeira Conferência, que fez a Academia Real da História Portuguesa no terceiro ano da sua instituição em 23 de Dezembro de 1722. **Coleções dos Documentos, e Memórias da Academia Real da História Portuguesa**. Lisboa Ocidental: Na Oficina de Pascoal da Silva, 1723, p. 3.

<sup>18</sup> \_\_\_\_\_. Notícias da Conferência de 8 de Março de 1724. **Coleção dos Documentos, e Memórias da Academia Real da História Portuguesa**. Lisboa Ocidental: Na Oficina de Pascoal da Silva, 1724, p. 4.

<sup>19</sup> \_\_\_\_\_. Notícias da Conferência de 22 de Novembro de 1725. **Coleção dos Documentos, e Memórias da Academia Real História Portuguesa**. Lisboa Ocidental: Na Oficina de Pascoal da Silva, 1725, p. 3.

bastante específico sobre o relacionamento entre as duas artes. A menção à produção artística de sua época não seria descabida ou impossível, uma vez que, por exemplo, o tratado não publicado de Manuel Pires de Almeida intitulado *Poesia, e Pintura ou Pintura, e Poesia*, datado de meados do Seiscentos, faz referência a artistas que, se não são de seu século, ao menos pertencem ao período do Renascimento.<sup>20</sup> Uma segunda consideração preliminar deriva daí, pois Rocha Pita não ignora possíveis obras de arte com as quais entra em contato em sua experiência; estas, porém, são qualificadas de acordo com referências da pintura antiga. Ao descrever o aparato fúnebre erigido em honra a D. Pedro II na Bahia, por exemplo, ele relata como nos capitéis de sua estrutura estavam esculpidas representações das “quatro partes do Mundo, que cinge o Domínio Lusitano”,

tendo cada qual aos pés na forma de um bruto o mais generoso parto, que em cada uma delas produz a Natureza; uns, e outros simulacros tão destramente lavrados, que a ser a matéria pedras, e metais, *pareceriam as estátuas de Fídias, e Praxíteles*.<sup>21</sup>

Estas duas considerações e o exemplo mencionado implicam em que Rocha Pita não se interessa pela arte pictórica em si, mas sim pela pintura como parâmetro a partir do qual medir a composição literária. Essa apropriação letrada do debate entre as duas artes caracteriza a correlação entre pintura e poesia na Idade Moderna, lança sua sombra sobre a própria reflexão artístico-pictórica e reforça uma “irmandade entre as artes” ainda que mantenha “os termos de similitude e diferença entre elas bastante ambíguos”.<sup>22</sup> As obras de arte antigas e seus criadores são legados por uma tradição que os coleta enquanto parte de um extenso anedotário relacionado com as práticas e as virtudes da imitação.<sup>23</sup> Os nomes citados por Rocha Pita – Apeles, Timantes, Fídias, Praxíteles – são parte desse anedotário, e onde ele aparece de forma mais extensa é na *História Natural*, de Plínio, o Velho.

Segundo o compilador romano, Timantes era um artista “altamente engenhoso”<sup>24</sup> que se alçou à proeminência após derrotar Zéuxis num concurso em Samos. Pouco sabemos deste concurso, porém Plínio registra que Timantes possuía a particularidade de ser, “dentre os artistas, aquele em cujos trabalhos sempre há mais algo sugerido por seu pincel do que o que é

<sup>20</sup> MUHANA, Adma. **Poesia, e Pintura ou Pintura, e Poesia**: Tratado seiscentista de Manoel Pires de Almeida. São Paulo: EdUSP, 2002, p. 10.

<sup>21</sup> ROCHA PITA. **Breve compêndio**, p. 3; *grifo meu*.

<sup>22</sup> BARKAN, Leonard. **Unearthing the Past**. Archaeology and Aesthetic in the Making of the Renaissance Culture. New Haven: Yale University Press, 1999, p. 65.

<sup>23</sup> \_\_\_\_\_. **Unearthing the Past**, pp. 65-66.

<sup>24</sup> PLINY, THE ELDER. **Natural History**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1961, vol. IX, livro 35, capítulo 36, §73, p. 315.

manifestamente mostrado e cuja execução, ainda que da mais alta qualidade, é sempre ultrapassada pela inventividade de seu engenho”<sup>25</sup>. Uma prova disso é dada na pintura em que, para expressar o desespero de Agamêmnon ante o sacrifício de sua filha, Ifigênia, ele o representa ocultado a face com um manto, solução pictórica que foi louvada por Quintiliano como exemplo do poder expressivo do silêncio.

Muito é dito acerca da estrutura narrativa da *História Natural* que o artifício utilizado por Timantes neste caso tenha sido, em essência, o mesmo de que se valera Parrhasius para, também ele, derrotar Zêuxis em outro concurso. Trata-se de uma conhecida passagem do texto pliniano e que vale a pena transcrever integralmente:

Este último [Parrhasius], está registrado, entrou em um concurso com Zêuxis, que realizou uma pintura de uvas tão perfeitamente representadas que os pássaros voavam em direção a elas; enquanto Parrhasius fez uma pintura tão realista de uma cortina que Zêuxis, orgulhoso do juízo dos pássaros, pediu que a cortina fosse removida para que se mostrasse a pintura; e quando ele percebeu seu erro, com uma modéstia que muito o honrava, abandonou o torneio, afirmando que enquanto ele enganara pássaros, Parrhasius havia enganado a ele, um artista<sup>26</sup>.

A narrativa pliniana é construída pela interrelação entre diferentes “etiologias da fama” através da qual é a “autoimortalização do artista e a natureza logocêntrica da fama que aproximam o historiador e o artista”<sup>27</sup>, ainda – ou, nestes casos, ainda mais – que ele menos mostre do que esconda. Um artífice suplanta o outro e assim a prática artística avança no tempo.

A segunda menção a Timantes é a referenciada por Rocha Pita. A fim de representar um ciclope, Timantes decidiu representar apenas um dedo do pé de proporções gigantescas sendo examinado por dois sátiros.<sup>28</sup> Trata-se de uma espécie de analogia visual da sinédoque e, nesse sentido, uma referência muito bem mobilizada pelo autor da *História da América Portuguesa*; por enquanto, é preciso entender como os exemplos citados acima transformam a relação entre pintura e poesia num problema epistemológico.

<sup>25</sup> \_\_\_\_\_. **Natural History**, vol. IX, livro 35, capítulo 36, §§73-74, pp. 315; 317.

<sup>26</sup> Tradução nossa: “This last, it is recorded, entered into a competition with Zeuxis, who produced a picture of grapes so successfully represented that birds flew up to the stage-buildings; whereupon Parrhasius himself produced such a realistic picture of a curtain that Zeuxis, proud of the verdict of the birds, requested that the curtain should now be drawn and the picture displayed; and when he realized his mistake, with a modesty that did him honour he yielded up the prize, saying that whereas he had deceived bids Parrhasius had deceived him, an artist”, \_\_\_\_\_. **Natural History**, vol. IX, livro, 35, capítulo 36, §§65-66, pp. 309; 311. No original latino lê-se: “(...) Parrhasius descendisse hic in certamen cum Zeuxide traditur et, cum ille detulisset uvas pictas tanto successu, ut in scaenam aves advolarent, ipse detulisse linteum pictum ita veritate representata, ut Zeuxis alitum iudicio tumens flagitaret tandem remoto linteo ostendi picturam atque intellect errorre concederet palmam ingenuo pudore, quoniam ipse volucres fecellisset, Parrhasius autem se artificem”.

<sup>27</sup> BARKAN. **Unearthing the Past**, p. 75.

<sup>28</sup> PLINY, THE ELDER. **Natural History**, livro 35, capítulo 36.

Segundo Leonard Barkan, a imagem artística para Plínio é compreendida como uma espécie de decalque do real. “Ainda que a representação e a coisa representada não sejam idênticas”, afirma ele, “o ato de representar subordina-se completamente ao real”<sup>29</sup>. Não é à toa que o artista compete para que sua obra se confunda com a natureza e, em último caso, confunda a própria natureza. Pássaros atacando paredes são um dos efeitos que se espera que a arte seja capaz de causar. Por outro lado, conforme a narrativa apresenta competição após competição, o que acaba por se destacar é o gênio do artista, que se sobrepõe ao modelo imitado. A história da representação artística contém em si uma história da evolução interna da técnica através da qual seu modelo não é mais a realidade ou seu objetivo a verossimilhança, mas sim “algo como a ilusão da verossimilhança”<sup>30</sup>. Para Plínio, nenhum outro artífice representa tão bem essa evolução quanto Apeles.<sup>31</sup>

Por motivos de brevidade, mencionarei apenas dois exemplos relacionados a este pintor. O primeiro é quando Apeles visita outro artista, Protógenes, do qual nutria especial consideração. Não o encontrando em casa, ele toma um pincel e traça um risco na parede, o mais fino que fora capaz de fazer. Quando Protógenes retorna, ele imediatamente reconhece que Apeles o visitara, pois apenas Apeles seria capaz de fazer um traço de tal qualidade. Vendo isso, Protógenes lança mão do pincel e traça outra linha, de cor diferente, ainda mais fina que a primeira e sai de casa. Quando Apeles retorna, encontra esta segunda linha e, tomando um pincel, traça, com uma terceira cor, ainda mais uma linha dividindo os dois traços anteriores. Quando vê a nova intervenção de Apeles, Protógenes só tem a reconhecer sua própria derrota.<sup>32</sup> Neste pequeno concurso particular, a técnica não se subordina mais à representação; avançando para além da verossimilhança, o poder demiúrgico do artista traz a possibilidade de uma arte em si mesma e, como lembra Barkan, o “ponto final lógico deste movimento para além da coisa representada e em direção ao método de representação é uma obra de arte que não possui nenhum objeto”<sup>33</sup>. É isso que faz Apeles ser capaz de representar o que não pode ser representado, como raios, trovões e tempestades.<sup>34</sup>

O segundo exemplo é o mencionado por Sebastião da Rocha Pita. O coronel baiano, todavia, provê a referência errada e menciona Apeles, quando Plínio cita Zêuxis como aquele que compõe o retrato de Helena a partir da combinação das feições de diferentes mulheres. Esta

<sup>29</sup> BARKAN. *Unearthing the Past*, p. 84.

<sup>30</sup> \_\_\_\_\_. *Unearthing the Past*, p. 85.

<sup>31</sup> PLINY, THE ELDER. *Natural History*, livro, 35, capítulo 36, §79, p. 319.

<sup>32</sup> \_\_\_\_\_. *Natural History*, livro 35, capítulo 36, §§81-83, pp. 321-323.

<sup>33</sup> BARKAN. *Unearthing the Past*, p. 87.

<sup>34</sup> PLINY, THE ELDER. *Natural History*, livro. 35, capítulo 36, §96, p. 333.



mesma passagem foi também mencionada na oração de abertura da sexta conferência da Academia dos Esquecidos<sup>35</sup> e participa, portanto, do universo de referências dos letrados baianos. Anedota melhor detalhada em Cícero, no *De inventione*, ela demonstra que a pintura, assim como a poesia, “não imita particulares da natureza, mas refaz a composição de partes que naturalmente a razão encontra no mundo”<sup>36</sup> ou, como no exemplo anterior, pode representar sem ter por base o real ou o natural.

A comparação com a poesia, portanto, emerge no contexto de uma discussão sobre as virtudes da representação a partir de sua relação com a imitação do real e a possibilidade de, através da emulação e da superação deste real, trazer como consequência uma maior atenção para a representação em si do que para o que está sendo representado.

### **Pintura, retórica e agudeza**

Mais do que uma doutrina, a expressão *ut pictura poesis* (“a poesia é como a pintura”) define um campo de problemas, tanto mais amplo quanto mais se procura delimitá-lo. A fórmula é conhecida desde a Antiguidade e quem lhe deu forma foi Horácio em sua *Arte poética*. Segundo o autor,

Poesia é como pintura; uma te cativa mais, se te deténs mais perto; outra, se te pões mais longe; esta prefere a penumbra; aquela quererá ser contemplada em plena luz, porque não teme o olhar penetrante do crítico; essa agradou uma vez; essa outras dez vezes repetidas, agradará sempre<sup>37</sup>.

A passagem horaciana provê um enquadramento para a comparação entre as artes – uma *tópica* –, entendendo-a como uma forma de pensar um problema, e não tanto um conjunto de definições a respeito da poesia ou da pintura. Sendo assim, nos interessa aqui apreender, ainda que em voo alto, sua recepção na Idade Moderna e alguns desdobramentos da preceptiva poética seiscentista.

Na preceptiva de Leon Battista Alberti acerca da pintura, estão “disseminados os conceitos retórico-poéticos latinos fundamentais que possibilitava estipular as similitudes entre a poesia e a pintura”<sup>38</sup>. Estes conceitos servem a diversos propósitos, entre eles o de suprir a ausência de uma preceptiva pictórica específica assim como a necessidade de “instituir um lugar

<sup>35</sup> CASTELLO. **O movimento academicista no Brasil**, vol. I, tomo 2, p. 130.

<sup>36</sup> MUHANA. **Poesia, e Pintura ou Pintura, e Poesia**, p. 25.

<sup>37</sup> HORÁCIO. *Arte poética*. In: *A poética clássica*. São Paulo: Cultrix, 2005, p. 65.

<sup>38</sup> MUHANA. **Poesia, e Pintura ou Pintura, e Poesia**, p. 12.

social próprio para o pintor, cujo modelo é buscado no dos letrados, que têm na retórica a sua disciplina mestra”<sup>39</sup>:

[...] como a poesia, a pintura observa uma *imitatio* e um *decorum* no que respeita à arte; partilha dos efeitos do *docere*, *movere* e *delectare* o espectador ou “vente”; e exige uma conduta e um conhecimento da técnica por parte de quem a pratica. Em comum, a consideração de que, como a retórica, a poesia e a pintura são arte (*ars*), cujas obras (*opera*) têm uma finalidade, e cujo ofício é desempenhado por alguém que conhece seus preceitos (*artifex*)<sup>40</sup>.

Esta aproximação se reforça a partir da década de 1540, quando emergem as primeiras traduções e comentários da *Poética* aristotélica, texto até então praticamente desconhecido.<sup>41</sup> O estatuto do *ut pictura poesis* tende a se consolidar como doutrina a partir da recepção deste texto, quando não fosse pelas próprias remissões feitas pelo filósofo ao paralelo entre ambas as artes:

[...] a epopeia e a tragédia, assim como a comédia e a poesia ditirâmbica, e em sua maior parte a aulética e a cítarística, todas são, em geral, imitações [...]. Pois tal como há os que imitam muitas coisas, traçando sua imagem com cores e figuras [...] e outros com a voz, assim também nas sobreditas artes: todas imitam com o ritmo, a linguagem e a harmonia<sup>42</sup>,

ou seja, a poesia, a música e a pintura são todas atividades míméticas. Em termos aristotélicos, são todas *poéticas*.

Entretanto, se a poesia e a pintura são artes imitativas, a rigor, dada a condenação aristotélica da história no famigerado capítulo IX da *Poética*, então a história não seria mimética e, logo, o paralelo entre a história e a poesia somente seria possível por uma transgressão da preceptiva. Para compreender como é possível esta virada, é preciso adicionar a história como termo – até então ausente – da reflexão sobre a pintura e a poesia.

Segundo a influente *Poetica d'Aristotele vulgarizzata et sposta* (1570), de Lodovico Castelvetro, “la poesia è cosa più da filosofante, & da assottigliato negli studi, che non è l'istoria”, sendo por isso que a “poesia diz mais as coisas universais, & a história as particulares”<sup>43</sup>. A poesia trata do verossímil; a passagem seria aristotélica caso o tratadista não entendesse que a verdade precede a verossimilhança, de modo que “a coisa representada [é] anterior à coisa que representa, & por isso, a verossimilhança depende toda da verdade.”<sup>44</sup> Ainda que “toda a preceptiva acerca da arte da poesia e da pintura” até o final do XVIII seja aristotélica,<sup>45</sup> ela não obstante é filtrada por uma

<sup>39</sup> \_\_\_\_\_. *Poesia, e Pintura ou Pintura, e Poesia*, p. 13.

<sup>40</sup> \_\_\_\_\_. *Poesia, e Pintura ou Pintura, e Poesia*, pp. 12-13.

<sup>41</sup> MUHANA, Adma. *A epopeia em prosa seiscentista*: uma definição de gênero. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, p. 22, nota 17.

<sup>42</sup> ARISTÓTELES. Arte poética. In: *A poética clássica*. São Paulo: Cultrix, 2005, capítulo I, 47a, 13-22.

<sup>43</sup> CASTELVETRO, Ludovico. *Poetica d'Aristotele vulgarizzata et sposta*. Vienna: Gaspar Stainhofer, 1570, f. 102.

<sup>44</sup> \_\_\_\_\_. *Poetica d'Aristotele vulgarizzata et sposta*, ff. 3v-4.

<sup>45</sup> MUHANA. *Poesia, e Pintura ou Pintura, e Poesia*, p. 16.



concepção que subordina a poesia ao real, entendendo pelo real o plano de atuação da providência divina.

Este desdobramento, entretanto, acompanha um desenvolvimento da própria reflexão sobre a pintura. Segundo Alberti, no *Quattrocento*, a pintura divide-se em circunscrição, composição e recepção de luzes. A primeira e a segunda dizem respeito ao desenho, enquanto a última, à cor.<sup>46</sup> Mais tarde, nas *Vidas* de Giorgio Vasari, a competição entre as artes da pintura, da escultura e da arquitetura é resolvida em favor da eleição do *desenho* como matriz das demais técnicas artísticas.<sup>47</sup> Como resultado, a *composição* sobrepõe-se como elemento que distingue a representação artística da natureza – não é à toa que Zéuxis é lembrado como paradigma da arte imitativa.

Esta valorização da composição poderia se tornar uma abertura para a noção de verossimilhança poética, tal como definida por Aristóteles, caso ela não fosse percebida sob a noção de um *desenho interno*, o *conceito*, que orienta a representação e que é governado pelo juízo e pela razão, excluindo a fantasia. Para a preceptiva poética seiscentista, a “cópia da natureza é por si inconveniente, destituída de ordem e de sintaxe”,

e não é da arte a representação da totalidade da natureza, uma vez que, dela, o poeta há de selecionar para imitação apenas o que é necessário e bastante para a construção do verossímil, desprezando as diferenças que não se assemelham à verdade<sup>48</sup>.

A composição do artista passa a ser governada pela noção de *decoro*, a qual fixa os limites de sua capacidade de *invenção* nos limites daquilo que é prescrito pela conveniência e pela razão. Os conteúdos presentes na razão, entretanto, são ditados pela potência divina e o *desenho interno* é traduzido como *designio*, mormente de Deus.<sup>49</sup> A composição artística pressupõe que o real, governado pela razão, domínio do que é ou deve ser e, logo, próprio à história, contrapõe-se ao natural, campo da desrazão e da invenção desregrada. A doutrina do *conceito* ou do *desenho interno*, que redunda numa prática poética dominada pela *agudeza*, acaba por generalizar a fórmula do *ut pictura poesis*, uma vez que todo discurso é pensado como metáfora e a expressão poética é considerada uma tradução do *conceito* cuja imagem se forma na consciência do artífice. Da imagem à palavra, ou da palavra à imagem, esta correlação só é possível, porém, com uma arte-mestra do discurso, a retórica, que dita as regras da verossimilhança e das circunstâncias de enunciação.

<sup>46</sup> KOSSOVITCH, Leon. A emancipação da cor. In: NOVAES, Adauto (org.). **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 183.

<sup>47</sup> \_\_\_\_\_. A emancipação da cor, p. 191.

<sup>48</sup> MUHANA. **A epopeia em prosa seiscentista**, pp. 54-55.

<sup>49</sup> HANSEN, João Adolfo. *Ut pictura poesis* e verossimilhança na doutrina do conceito no século XVIII colonial. In: **Floema**, ano II, nº 2, outubro de 2006, pp. 114-115.



### *Ut pictura historia*

A seção anterior trouxe a recomendação de se desconfiar, se não das preceptivas, ao menos de uma tradição tratadística única. Ainda que os preceitos se repitam e os nomes invoquem uma genealogia sempre mais longa, seus significados mudam a cada vez que são enunciados e as regras antes estabelecidas são posteriormente transformadas, adaptadas e apropriadas. O mesmo vale para a tradição, muito menos constituída, do que pode ser chamado de *ut pictura historia*. Que pintura e, mais importante, que história se escondem sob este paralelo?

A retórica helenística e romana, lembra Adriana Zangara, procedeu ao enquadramento retórico do gênero histórico.<sup>50</sup> Este processo se tornou possível através do alargamento do gênero epidíctico. Segundo a retórica aristotélica, existiriam três gêneros do discurso: o deliberativo, que trata de uma decisão a ser tomada a respeito de um acontecimento futuro; o judiciário, que estabelece o mérito a respeito de uma ação passada; e o epidíctico, ou demonstrativo, o qual aborda o valor de uma ação presente, realizando o elogio ou a condenação de uma personagem.<sup>51</sup> O importante é destacar que, apesar de todas as modificações que esse esquema tripartite sofrerá, ele se estrutura a partir de um corte: os gêneros deliberativo e judiciário são agonísticos, buscam resolver uma disputa e, por isso, lançam mão de provas, enquanto o epidíctico apenas mostra e, por isso, não prova.<sup>52</sup> A história pertencia ao discurso epidíctico, ainda que tratasse de ações que ocorreram no passado; por causa disso, a história, como refere Quintiliano, é escrita *ad narrandum*, e não *ad probandum*.<sup>53</sup>

O alargamento do gênero demonstrativo lhe faz ser identificado com todos os gêneros que não possuem utilidade direta, isto é, que não são proferidos no fórum. Nesta concepção, a história aproxima-se da poesia e adquire sua finalidade: preservar a memória das ações passadas elencando os exemplos que merecem ser imitados e os que devem ser evitados. É também a partir da comparação entre a poesia e a história que se propõe a aproximação com a pintura.

Quando Sebastião da Rocha Pita escreve na década de 1720, o paralelo entre diferentes *artes* já aparecera em algumas obras que, muito provavelmente, compuseram algumas de suas referências ou modelos. Na dedicatória a suas *Décadas*, João de Barros já defendera iniciativa anterior sua de escrever história como um “debuxo” que era uma “pintura metafórica de exércitos, & vitórias humanas”<sup>54</sup>; na historiografia que trata das invasões holandeses, como

<sup>50</sup> ZANGARA, Adriana. *Voir l'histoire*: Théories anciennes du récit historique. Paris: VRIN/EHESS, 2007, p. 139.

<sup>51</sup> ARISTÓTELES. *On Rhetoric*. A Theory of Civic Discourse. Mineola: Dover, 2004, 1358b.

<sup>52</sup> ZANGARA. *Voir l'histoire*, p. 140.

<sup>53</sup> \_\_\_\_\_. *Voir l'histoire*, p. 146.

<sup>54</sup> BARROS, João de. *Década primeira da Ásia*. Lisboa: Jorge Rodrigues, 1628, *sem página*.



estudado por Eduardo Sinkevisque, o paralelo também é recorrente.<sup>55</sup> Luiz de Menezes, na *História de Portugal Restaurado* se contrapõe um tanto quanto amargamente àqueles que compartilham da

opinião comum, que assenta, que a história é paralelo da pintura: porque é tanto mais privilegiado o pintor que o Escritor, que teve lugar Apeles, pondo em público uma figura sua que havia pintado, de lhe emendar a roupa, que um artífice delas lhe condenou por imperfeita, & de castigar a ousadia de outro, que não sendo pintor se atreveu a arguir-lhe o perfil da figura<sup>56</sup>.

Enquanto o pintor pode corrigir a representação caso o representado não esteja satisfeito com ela, ao historiador não é dada a mesma opção:

Não é concedida aos Escritores tanta liberdade: porque no mesmo ponto que os sinetes do prelo acabam de selar a história que escreveram, logo perderam toda a ação de emendá-la, & na dificuldade de satisfazer a um Mundo de juízos diversos, fica provado o desengano, de que não pode haver história bem avaliada de todos<sup>57</sup>.

A passagem vem corroborar sua impressão de “Que importa, que a verdade da história & pureza do estilo a formem como o Sol perfeita, se os Leitores pretendem avalia-la como querem, & não como merece”<sup>58</sup>?

Luiz de Menezes trata, todavia, apenas da recepção da obra. No que toca à composição e as funções do discurso histórico, pode-se acreditar que ele seguia mais de perto a opinião do tratadista italiano Agostino Mascardi, autor do influente *Dell'arte istorica*, originalmente publicado em 1636. Citado tanto pelo historiador italiano quanto pelos acadêmicos baianos, Mascardi não apenas estabelece a analogia entre a história e a poesia mas também entre a história e a pintura:

[...] se pode lhes dizer, ao encontro com ela, que a pintura é mestra do povo; pois os homens vulgares que são mal providos de entendimento e de letras, e as crianças, que quanto a isso devem ser consideradas junto ao povo, não possuem outro livro que a pintura, a qual, representando com cores os eventos passados, vem insinuar nos ânimos grosseiros por meio dos olhos, como se fosse uma história muda [*muta istoria*], o exemplo do bem e do mal, que outros, mais doutos, leriam nas memórias dos escritores<sup>59</sup>.

No excerto citado do preceptista italiano, portanto, a pintura e o discurso são semelhantes e a pintura é uma “história muda”, *topos* retirado também ele da tradição clássica, sendo referido por Plutarco como originado de Simônides.

<sup>55</sup> SINKEVISQUE. **Doutrina seiscentista da arte histórica**.

<sup>56</sup> MENEZES, Luiz de, Conde da Ericeira. Prólogo. In: **História de Portugal Restaurado**. Lisboa: Na Oficina de João Galrão, 1671, tomo I, sem página.

<sup>57</sup> \_\_\_\_\_. Prólogo. In: **História de Portugal Restaurado**, sem página.

<sup>58</sup> \_\_\_\_\_. Prólogo. In: **História de Portugal Restaurado**, sem página.

<sup>59</sup> MASCARDI, Agostino. **Dell'arte istorica**. Firenze: Felice LeMonnier, 1859, p. 177.



O paralelo entre pintura e história aparece por duas vezes nas *dissertações históricas* da Academia dos Esquecidos. Na primeira dissertação sobre a história natural do Brasil, de Caetano de Brito e Figueiredo, o acadêmico se propõe descrever o continente americano, sendo seu desafio “reduzir o dilatado âmbito de tantas mil Léguas aos breves períodos de epilogado discurso”:

Reconheço que as palavras, e os caracteres, a pena, e a língua são os índices, e intérpretes do entendimento, que representam, e dão a conhecer as imagens, que nele se concebem, e na fantasia se formam,

ou seja, aquela concepção imagética e *conceituosa* do discurso que vimos acima; todavia,

[...] há muitas, que por materiais, e corporais com os rasgos do buril, e com os debuxos do pincel mais facilmente se percebem. Mostra-se na grande máquina do Universo, que explicando-se dificultosamente com profusa, e larga narração, instantaneamente à vista de abreviado Mapa se faz comprehensível. Sucedem o mesmo com o Sol, que sendo muitas vezes maior que a terra, contudo deixa que o divisem, retratado em pequeno círculo. *Conhece-se finalmente pelo debuxo de um dedo a desmedida estatura de um Gigante*<sup>60</sup>.

A referência a Tímantes lhe abre espaço para considerar que seria “mais fácil, [...] mais perceptível o conhecimento desta quarta, e grande parte do mundo”, se ele a fizesse com os “coloridos do pincel”, e não com as “cláusulas da voz”. Sua obrigação, entretanto, é “discorrer, e não debuxar”<sup>61</sup>.

Todas estas passagens estabelecem um campo de problemas, e não soluções definitivas. Elas compõem um conjunto de referências pelas quais os historiadores, os acadêmicos e os tratadistas – muitas vezes a mesma pessoa – podiam aproximar ou distanciar a escrita histórica da representação pictórica. A constância da referência entre as duas artes (ou três, caso se conte a poesia) demonstra a existência de uma “forma ou técnica de pensamento” que “operava pela reunião de elementos já disponíveis”, cercando um problema e aplicando o repertório de figurações conhecidas<sup>62</sup>; ou seja, a tópica. Não estranha, portanto, que a mesma aproximação entre história e pintura poderia vir carregada de valorações opostas entre si.

Nesse sentido, enquanto Caetano de Brito e Figueiredo estabelece uma relativa oposição entre “debuxar” e “discorrer”, Gonçalo Soares da Franca, seu colega de agremiação, traz a tópica para o interior da própria história. Segundo o acadêmico, nas dissertações sobre a história eclesiástica do Brasil que está encarregado de escrever utilizará três diferentes estilos. “O primeiro

<sup>60</sup> FIGUEIREDO, Caetano de Brito e. *Dissertações acadêmicas, e Históricas*, nas quais se trata da História Natural das Coisas do Brasil. In: CASTELLO. **O movimento academicista no Brasil**, vol. I, tomo 5, p. 147; *grifo meu*.

<sup>61</sup> \_\_\_\_\_. *Dissertações acadêmicas, e Históricas*. In: CASTELLO. **O movimento academicista no Brasil**, vol. I, tomo 5, p. 147.

<sup>62</sup> ALCIDES, Sérgio. **Estes Penhascos**. Cláudio Manuel da Costa e a Paisagem das Minas. São Paulo: Hucitec, 2003, pp. 128-129.



será chão, e cheio, com palavras mais significativas, que pomposas”; o segundo, por sua vez, será “mais ativo, ou com expressões mais vivas, como para persuadir”, enquanto o último será

mais levantado, ou com visos de poético (dentro porém de sua esfera) como quem pinta, porque se a pintura é como a poesia = **ut pictura poesis erit** = pelo que retrata, porque não será a perspectiva histórica como a poética, pelo que expressa?<sup>63</sup>.

Ou seja, pintura, poesia e história.

### **A erudição e as *leis da história***

A passagem de Gonçalo Soares da Franca fornece uma importante abertura para a compreensão da escrita da história no século em que a escrevem os Esquecidos – e é importante contextualizá-la em seu discurso de modo a compreender melhor os dilemas da *História da América Portuguesa*. A distinção dos estilos empregados nas dissertações vem complementar a definição da estrutura das mesmas; segundo o acadêmico, como “não há matéria sem forma, terá esta forma a mesma história”:

Nas matérias controversas primeiro proporei as opiniões contrárias, ou as razões opostas, e depois estabelecerei as próprias conclusões: nos sucessos líquidos só se ouvirá a narração (...)<sup>64</sup>.

Para Franca, as matérias controversas e, por isso, que ainda são objeto de disputa, têm de ser julgadas através do confronto entre diferentes opiniões, enquanto os temas sobre os quais não há controvérsia podem simplesmente ser narrados. Essa distinção reflete a natureza mista das dissertações, as quais, como afirma outro acadêmico, Inácio Barbosa Machado, têm de combinar “o suave da História em o contencioso das disputas, o sério da jurisprudência, com o ameno das notícias”<sup>65</sup>. Esta mesma preocupação aparece em Caetano de Brito e Figueiredo, para quem suas dissertações “se animam com o caráter da História, donde só com o expressivo da narração, e não com o rigor da disputa deve declarar-se o verdadeiro”<sup>66</sup>. O ponto de encontro entre todas estas opiniões é a concepção de que, como expressa outro acadêmico, Luís de Siqueira da Gama, a história é “narração das coisas passadas, decorosamente referidas, segundo a série dos tempos em que sucederam”<sup>67</sup>. O conjunto de procedimentos eruditos praticados pelos historiadores, das quais as dissertações dos acadêmicos Esquecidos não deixam de ser uma expressão, trazia a

<sup>63</sup> FRANCA, Gonçalo Soares da. “Dissertações da história eclesiástica do Brasil”. In: CASTELLO. **O movimento academicista no Brasil**, vol. I, tomo 5, p. 229; *grifo no original*.

<sup>64</sup> \_\_\_\_\_. Dissertações da história eclesiástica do Brasil. In: CASTELLO. **O movimento academicista no Brasil**, vol. I, tomo 5, p. 229.

<sup>65</sup> MACHADO, Inácio Barbosa. As dissertações da história militar do Brasil. In: MORAES, Carlos Eduardo Mendes de. **A Academia Brasílica dos Esquecidos e as práticas de escrita no Brasil colonial**. São Paulo: FFLCH/USP, 1999, tese de doutoramento, vol. II, f. 15.

<sup>66</sup> FIGUEIREDO. Dissertações acadêmicas, e Históricas. In: CASTELLO. **O movimento academicista no Brasil**, vol. I, tomo 5, p. 159.

<sup>67</sup> GAMA, Luís de Siqueira da. Dissertações altercadas, e resolutas, para melhor averiguação da verdade na história do Brasil. In: CASTELLO. **O movimento academicista no Brasil**, vol. I, tomo 5, p. 12.



demanda de levantar e resolver as dúvidas que concerniam ao passado através do confronto entre as opiniões dos historiadores pretéritos e do exame de documentos de arquivos e outras fontes de primeira mão; todavia, se a história era escrita *ad narrandum*, e não *ad probandum*, esta pressão exercida pela prática da erudição tornava cada vez mais difícil conciliar a narração histórica com a deliberação das disputas. É no contexto destas tensões entre a erudição e as definições tradicionais do gênero histórico que a ornada dicção de Rocha Pita tanto valoriza sua obra quanto a aproxima do panegírico. Antes de passarmos à avaliação do historiador baiano, todavia, precisamos considerar como estes debates eram tratados na Academia Real da História Portuguesa.

Ainda que procurasse escrever uma história eclesiástica e uma história secular em língua latina do Reino português, os acadêmicos reunidos em Lisboa se dedicavam à composição de *memórias históricas*, gênero que servia como uma espécie de propedêutica erudita a uma história propriamente dita. Neste gênero de escritos, afirmam os acadêmicos, se possui liberdade “para examinar questões, e pontos difíceis, e alegar documentos, e Autores”<sup>68</sup>. As características das *memórias* são depois exploradas mais atentamente por Manuel Pereira da Silva Leal, para quem sua composição exige, além dos requisitos esperados do historiador, “a obrigação de examinar os fatos controversos, ponderar, e refletir os fundamentos das opiniões, que achou, e declarar o juízo, que fez sobre eles”, enquanto nas *histórias* é necessário se preocupar somente com a “ligadura do estilo seguido sem interrupção”<sup>69</sup>. As *memórias históricas* são um dos gêneros historiográficos ligados à erudição e, nesse sentido, elas apresentam uma sofisticada crítica de documentos, são realizadas através da pesquisa em arquivo e outros acervos bibliográficos, confrontam opiniões de autores diferentes e exigem que seus escritores cheguem a um juízo mais acertado a respeito das matérias que tratam; os acadêmicos, entretanto, não as confundem com as *histórias*, e um dos motivos é por que, nas *memórias*, “é necessário a cada passo interromper a lição, para distribuir as matérias” e disputa-las e resolvê-las.<sup>70</sup> A erudição acaba por se chocar com a economia do discurso histórico. Quais seriam, porém, as características da *escrita* da história que a erudição acabaria por violar?

<sup>68</sup> Academia Real da História Portuguesa. Sistema da História feito pelo Conde da Ericeira, e pelo Padre D. Manoel Caetano de Sousa. In: **Coleções dos Documentos, Memórias e Estatutos da Academia Real da História Portuguesa**. Lisboa Ocidental: Na Oficina de Pascoal da Silva, 1721, p. 1.

<sup>69</sup> SILVA LEAL, Manuel Pereira da. **Memórias para a História Eclesiástica do Bispado da Guarda**. Lisboa Ocidental: Na Oficina de José Antônio da Silva, 1729, tomo I, pp. VII-VIII.

<sup>70</sup> SILVA, José Soares da. **Memórias para a História de Portugal, que compreendem o governo del Rei D> João o I do ano mil e trezentos e oitenta e três até o ano de mil e quatrocentos e trinta e três**. Lisboa Ocidental: Na Oficina de José Antônio da Silva, 1730, tomo I, p. VI.



Como salienta Mark Salber Philips, ainda que tratando de contexto diverso, para nenhuma outra “literatura de descrição social [...] o problema formal da narrativa era tão significativo para a contínua identidade do próprio gênero”<sup>71</sup>. Na narrativa se materializavam os dois objetivos da escrita histórica, o deleite e a instrução. Isso não significa que o *gênero* história rejeitasse as práticas eruditas; na época, porém, pesquisa e narrativa históricas frequentemente vinham separadas em gêneros literários distintos, de modo que as operações de crítica documental que o historiador porventura viesse a fazer não necessariamente transpareceriam em seu discurso.

Em Sebastião da Rocha Pita, é possível encontrar o autor se esquivando da controvérsia erudita de modo a seguir o fio de sua narração. Um exemplo desta situação se encontra em momento do primeiro livro no qual trata da origem dos indígenas; segundo ele,

Deixo a controvérsia sobre a origem dos primeiros habitadores, que a esta Região passaram, e de donde vieram, se de Troia, de Fenícia, de Cartago, de Judeia, dos fabricadores da Torre de Babel, ou se de Ofir Indo, porque sobre este ponto não têm mais força, que algumas débeis conjecturas, as opiniões dos Autores<sup>72</sup>.

A *história* trata de matérias já assentadas e não possui espaço para a disputa de pontos controversos, ainda mais quando as opiniões dos autores não são confiáveis e precisam ser minuciosamente examinadas. Esta concepção a respeito da escrita histórica era compartilhada pelos membros da Academia Real, para os quais “o trabalho de escrever memórias, era dispor os materiais para se formar uma História”, de modo a oferecer uma grande cópia de fatos, documentos e resoluções para aquele “a quem está destinada a composição da História”<sup>73</sup>. No caso da origem dos indígenas, por exemplo, o assunto mereceu *duas* dissertações por parte dos Esquecidos, encontrando largo espaço na discussão, mas pouco na narração.

Se essas eram as características da escrita das *histórias* na época, como então a obra de Rocha Pita se mede frente às expectativas de seu tempo? Segundo o parecer do primeiro examinador do Santo Ofício, frei Manoel Guilherme, o “Autor desempenha todas as leis da História, que ouço dizer são muitas, e de difícil observância”<sup>74</sup>; para o segundo parecerista eclesiástico, frei Boaventura de São Gião, o acadêmico baiano

Pontualmente cumpre todos os preceitos da narração, e as leis da História; porque determina ações, ajusta anos, observa tempos, distingue lugares,

<sup>71</sup> PHILIPS, Mark Salber. **Society and Sentiment** – Genres of Historical Writing in Britain, 1740-1820. Princeton: Princeton University Press, 1999, p. 7.

<sup>72</sup> ROCHA PITA. **História da América Portuguesa**, p. 51.

<sup>73</sup> Academia Real da História Portuguesa. Notícias da Conferência de 2 de Novembro de 1724. In: **Coleção dos Documentos, e Memórias da Academia Real da História Portuguesa**, pp. 1-2.

<sup>74</sup> ROCHA PITA. Do Santo Ofício. In: **História da América Portuguesa**, sem página.



demarca a terra, individua sucessos, reduzindo a abreviados períodos o que pudera ser matéria de copiosos trabalhos<sup>75</sup>,

e ele segue em sua avaliação,

Estou certo se há de ler a presente História com gosto, e sem fastio pela boa ordem, e admirável disposição com que está composta, novidades, que refere, particulares, que relata, elegância com que se adorna; porque o estilo é grave, especioso, e agradável, natural sem artifício, e culto sem afetação, e tão singular, que não tem regra ociosa, oração supérflua: não tem período, que não seja próprio, palavra, que não esteja em seu lugar: não há tempo, que se não perceba com clareza, que se não veja com distinção; igualmente convida a curiosidade, e desafia a emulação; porque historiar desta sorte, é felicidade de poucos, e inveja de muitos<sup>76</sup>.

Os extensos elogios dos dois pareceristas são ecoados em uma terceira opinião, agora de José Barbosa, que além de religioso também era agremiado da Academia Real:

Esta História está escrita com tanta elegância, que só tem o defeito de não ser mais dilatada, para que os Leitores se pudessem divertir com maior torrente de eloquência. Todos os sucessos estão escritos com tão artificiosa brevidade, que se percebem sem efeito das notícias necessárias, porque de outra sorte ocupariam muitos volumes os negócios políticos, e as ações militares de tão grande número de nações, como são as que habitam o dilatadíssimo Sertão da nossa América<sup>77</sup>.

Elegância, individuação, descrição pormenorizada aliada à concisão, bom julgamento, estes são os critérios pelos quais se julga a pertinência da *História da América Portuguesa* – e, entendida nestes termos, ela vai além das expectativas ou, até mesmo, do que esperavam os pareceristas a partir de região tão agreste do Império lusitano. Segundo Martinho de Mendonça de Pina e Proença, avaliador do Desembargo do Paço e também ele acadêmico da Academia Real da História, o livro de Rocha Pita:

se vê, que a soberana proteção, que Vossa Majestade concede às artes, e ciências, inspirando os maiores escritores da Europa, anima também os das mais distantes partes do Mundo; pois as remotas, e dilatadas Províncias da América lhe tributam mais preciosos tesouros, que os de suas minas neste livro, o qual se adorna com os sucessos históricos, que refere, e brilha com vários ornatos poéticos de largos episódios, frequentes figuras, e discretos panegíricos, que contém<sup>78</sup>.

Estes pareceres demonstram que o conhecimento histórico possuía uma dimensão escriturária que era tanto mais relevante quanto a historiografia era melhor considerada. Essa dimensão escriturária alça a primeiro plano a tensão constitutiva de qualquer discurso, ainda mais daquele que trata do passado: a potencial contradição entre os feitos (*res*) e o discurso (*uerba*). O

<sup>75</sup> ROCHA PITA. Do Santo Ofício. In: **História da América Portuguesa**, sem página.

<sup>76</sup> \_\_\_\_\_. Do Santo Ofício. In: **História da América Portuguesa**, sem página.

<sup>77</sup> \_\_\_\_\_. Do Ordinário. In: **História da América Portuguesa**, sem página.

<sup>78</sup> \_\_\_\_\_. Do Desembargo do Paço. In: **História da América Portuguesa**, sem página.

reconhecimento desta dificuldade indica que, para aqueles que leem história, a elocução e a narração se encarregam de confeccionar um texto no qual a distância entre texto e realidade seja, ainda que ilusoriamente, elidida ou suprimida. Os ornamentos, logo, não são nunca mero artifício retórico, mas sim o meio pelo qual se pode materializar a unidade enunciativa proposta pela história, aquela entre “*ars dicendi e rerum cognitione*”, de modo que “articuladas, torna-se difícil assinalar se é a *res* que dá brilho à *oratione* ou se é a *uerba* a iluminar seus pensamentos”<sup>79</sup>. A erudição, por sua vez, parece ser necessária apenas quando esta unidade entre o que é dito e o que é sabido está quebrada, de modo que o uso de procedimentos derivados da crítica documental visa montar novamente uma imagem unificada do passado.<sup>80</sup>

Uma narração histórica apropriada é aquela que consegue mostrar visivelmente ao público os acontecimentos da história, fazendo-o esquecer o próprio instrumento – a linguagem – por meio do qual este efeito é obtido. A confirmar esta impressão está um dos significados, à época, do verbo *historiar*, qual seja,

HISTORIAR alguma cousa. Escrevê-la a modo de história. Representá-la, como se se tivesse visto<sup>81</sup>.

Agora sim, *ut pictura historia*.

### Panegírico, história e erudição

Se a *História da América Portuguesa* é tão elogiada por seus contemporâneos, por que se lança sobre ela a suspeita de panegírico? Mais importante ainda, por que Sebastião da Rocha Pita se vê obrigado por vezes a “protestar” a verdade de sua história? A partir do que foi trabalhado acima, podemos concluir nosso percurso levantando algumas hipóteses para justificar a mútua desconfiança entre o autor e (alguns) de seus leitores.

Uma possibilidade é o próprio influxo da erudição sobre a escrita da história. Conquanto as iniciativas eruditas tivessem dificuldade em se traduzir sob a forma de uma narração, elas não obstante exerciam grande pressão – quando não concorrência – sobre outros gêneros historiográficos, como a própria *história*. Em Portugal, o prestígio de uma instituição como a Academia Real da História, onde as letras e a nobreza se cruzavam, fazia as discussões eruditas

<sup>79</sup> TEIXEIRA, Felipe Charbel. **Timoneiros**: retórica, prudência e história em Maquiavel e Guicciardini. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010, p. 167; SINKEVISQUE. **Doutrina seiscentista da arte histórica**, p. 37.

<sup>80</sup> O que confirma o papel persuasivo desempenhado pela *ekphrasis*, isto é, a utilização da linguagem de modo tão vívido que criava, para o leitor, o efeito de presença daquilo que era lido pelo leitor (ou ouvido pelo espectador no auditório). Sendo persuasiva, a dimensão escriturária da *ekphrasis* sobrepuja-se à validação argumentativa que provinha dos documentos. Para o assunto, além do livro já citado de ZANGARA. **Voir l'histoire**, ver também WEBB, Ruth. **Ekphrasis, Imagination and Persuasion in Ancient Rhetorical Theory and Practice**. Farnham/Burlington: Ashgate, 2009, cujo foco recaiu sobre os exercícios de formação retórica (*progymnasmata*) da Antiguidade.

<sup>81</sup> BLUTEAU, Rafael. **Vocabulário Português, e Latino**. Lisboa: Na Oficina de Pascoal da Silva, 1712, vol. 3, p. 41.



repercutirem para muito além do círculo daqueles que as considerariam de seu interesse. Segundo Isabel Ferreira da Mota, as notícias de suas conferências circulavam em panfletos por todo o Reino – e, possivelmente, em suas possessões – antes de serem recolhidas nas *Coleções da Academia*.<sup>82</sup> Os Esquecidos, por exemplo, mostram até certo ponto conhece-las,

[...] sei e sabemos todos que os Ilustres Acadêmicos da Real Academia Portuguesa principiando as suas conferências há mais de dois anos, até aqui só tem sabido a luz, com dúvidas, perguntas, e aparatos para a sua história<sup>83</sup>.

A passagem também registra um pouco das dificuldades que a agremiação lisboeta tinha para concluir seus trabalhos. Sebastião da Rocha Pita, por seu turno, demonstra mais de uma vez consciência de que a composição histórica tem de atender aos preceitos da erudição e da crítica documental. Nas advertências à *História da América Portuguesa*, ele informa que

[...] as matérias, e notícias, que nela trata, são colhidas de relações fidedignas, conferidas com os Autores, que estas matérias tocaram, e com particulares informações modernas, (que nelas não tiveram) feitas por pessoas, que cursaram as maiores partes dos continentes do Brasil, e as dispuseram fielmente como testemunhas de fato, com a ciência de que o Autor as inquiria para compor esta História, cujo essencial instituto é a verdade<sup>84</sup>.

O autor adverte que sua obra é composta através de documentos originais, autores e informações prestadas por pessoas de autoridade e distinção que podem diminuir suas dúvidas – e, em certos momentos, é possível ver a utilização destes testemunhos e relações fidedignas na trama de sua história. No primeiro livro, por exemplo, quando relata a história de Diogo Álvares, o Caramuru, ele expõe que a referirá “pelo que consta de verdadeiros manuscritos, que se conservam em várias partes desta Província, em muitas circunstâncias diferentes de forma, em que escrevem os Autores, que nela falaram”<sup>85</sup>. Quando celebra a participação de seu avô na implementação do tributo estipulado por Matias de Albuquerque, ele afirma se basear “Na ordem, que [Albuquerque] lhe deu por escrito, *a qual ainda hoje se conserva*, e contém termos, e palavras mais decorosas das que costumam os Generais usar com os Vassalos”<sup>86</sup>.

Se a comprovação por meio dos procedimentos da crítica erudita era cada vez mais necessária, porém, não se pode esquecer que ela trazia dificuldades para uma concepção de história baseada sobretudo na narração. Uma vez que a história se aproximava da poesia, restava ainda a questão de como conferir unidade ao discurso histórico. Como organizar os tópicos variáveis e acidentais do mundo secular? O problema só aumenta com a erudição, cujas disputas

<sup>82</sup> MOTA. **A Academia Real da História**, p. 129.

<sup>83</sup> FRANCA. Dissertações da história eclesiástica do Brasil. In: CASTELLO. **O movimento academicista no Brasil**, vol. I, tomo 5, p. 227.

<sup>84</sup> ROCHA PITA. Advertência. In: **História da América Portuguesa**, sem página.

<sup>85</sup> \_\_\_\_\_. **História da América Portuguesa**, p. 57.

<sup>86</sup> \_\_\_\_\_. **História da América Portuguesa**, p. 258; *grifo meu*.

poderiam parecer aos leitores como nada mais que digressões enfadonhas e desinteressantes. Para traçar o plano da história, era preciso selecionar os eventos e aprender a ligá-los, mostrando como eles se deram e que consequências causaram.

Este problema aparece em preceptiva lida pelos Esquecidos e, possivelmente, por Sebastião da Rocha Pita, a *Introduction generale à l'histoire*, do historiografo francês Jean-Baptiste de Rocoles. Hoje um obscuro trabalho, para Rocoles, “É próprio de um Escritor judicioso reconhecer a natureza dos assuntos, a necessidade que ele tem de não separá-los”, uma vez que

Não é que um Historiador não deva às vezes se acomodar às matérias que expõe; de modo que para não lhes abandonar de todo imperfeitas, & afim de não deixar jamais o espírito de seu Leitor confuso e mal satisfeito, ele não as possa reunir, & dar em uma única narração, aquilo que somente aconteceu em tempos diferentes<sup>87</sup>.

O historiador, portanto, não incorreria em mentira e falsidade se ele reorganizasse suas matérias para melhor atenderem à forma do relato, reordenando a sequência temporal de acordo com os diferentes níveis da trama que compõe. A indicação vem em socorro de dois problemas bastante comuns na historiografia do período. Primeiro, como relacionar eventos que aconteceram simultaneamente em dois locais diferentes? Segundo, se o historiador não deve omitir, como encontrar limites para conter a cadeia de fatos que são passíveis de serem abordados? Sebastião da Rocha Pita torna explícito os meios que encontrou para contornar as duas questões, circunscrevendo o espaço e o tempo das ações que relata:

Que não põe nela [na História da América Portuguesa] o cômputo dos tempos em número sucessivo de anos, porque desde o mil e quinhentos, em que foi descoberta a América Portuguesa, por largo curso, até o de mil e quinhentos e trinta e cinco, em que se doaram algumas Províncias, e se principiou a fundação dela, *não aconteceram outros progressos mais [...]*,

porém desde 1549, “em que veio o primeiro Governador do Estado”,

leva a conta deles pela sucessão dos Governos, e ordem dos fatos, *mediando ainda alguns largos espaços sem ações para a escritura; falta, que precisamente interrompe a série dos anos, mas não altera a verdade da História*, nem as notícias do Brasil<sup>88</sup>.

E, nas mesmas advertências, explica que, da América, trata apenas da porção meridional e, desta, apenas a que é de posse dos portugueses.<sup>89</sup> A ausência de fatos a serem narrados fere não apenas a continuidade da narrativa como também a credibilidade do historiador, que pode tê-los

<sup>87</sup> Tradução nossa : “Ce n'est pas qu'un Historien ne doive quelque-fois s'accomoder aux matières qu'il expose ; de sorte que pour ne les pas abandonner du tout imparfaites, & afin de ne laisser iamais l'esprit de son Lectur confus & mal satisfait, il ne puisse les reunir, & donner en vne seule narration ; ce qui n'est arriué qu'en des temps vn peu differens”, ROCOLES, Jean-Baptiste. *Introduction generale à l'histoire*. Paris: Denis Becket, 1644, p. 42.

<sup>88</sup> ROCHA PITA. Advertência. In: **História da América Portuguesa**, sem página; *grifos meus*.

<sup>89</sup> \_\_\_\_\_. Advertência. In: **História da América Portuguesa**, sem página.

omitido. O historiador baiano, todavia, é louvado justamente pela concisão de sua narrativa, que não perde de vista os acontecimentos, os conecta e os apresenta de forma clara para o leitor. Esse princípio de seleção aproxima a obra do panegírico, uma vez que o discurso encomiástico se principia pelo retrato do elogiado ao qual se segue uma descrição dos seus feitos, maximizando-se os honrosos e minimizando-se os vergonhosos.<sup>90</sup> A *História da América Portuguesa*, de modo similar, se abre com a descrição do Brasil (nos dois primeiros livros) e, depois, segue os principais fatos que nele aconteceram. Pode-se dizer que toda a *História* de Rocha Pita é modelada a partir do panegírico. Não é à toa, portanto, que ele tenha escolhido Timantes como emblema para sua história, pois este, ao pintar o pouco para sugerir o muito, simboliza, de alguma forma, como as virtudes da composição e da seleção operadas pelo panegírico acabam por salvar a história de sua própria dispersão.

Resta, por fim, a elocução, sobre a qual o próprio autor admite “ter carregado nas tintas”. São inúmeros os exemplos do estilo elevado escolhido pelo autor para sua obra, os quais podem ser encontrados sobretudo nos dois primeiros livros de sua *História*, dedicados à apresentação da natureza brasílica. Segundo Rocha Pita, o Brasil é “Terreal Paraíso descoberto, onde tem nascimento, e curso os maiores rios”<sup>91</sup>; a respeito da influência salutar dos ventos que batem nesta quarta parte do mundo, o autor os compara – em desafio – àqueles relatados pelos antigos, pois “Deixem os Poetas de pintar ao Cavalo Pégaso com asas, os antigos de fabular, que as éguas da Lusitânia concebem do Zéfiro; porque as do Brasil têm partos tão ligeiros, que correm parelhas com os ventos”<sup>92</sup>; por fim, a própria natureza baiana é digna de rasgados elogios:

O Céu, que o cobre, é o mais alegre; os Astros, que o alumiam, os mais claros; o clima, que lhe assiste, o mais benévolos; os ares, que o refrescam, os mais puros; as fontes, que o fecundam, as mais cristalinas; os prados, que o florescem, os mais amenos; as plantas aprazíveis, as árvores frondosas, os frutos saborosos, as Estações temperadas<sup>93</sup>.

Seria ocioso enumerar todas as passagens em que o autor se vale de uma descrição vívida para transmitir a realidade americana para o leitor. Mais interessante é perceber como o “carregar nas tintas” se transforma em mais um argumento a constituir não apenas a trama mas também a autoridade de Rocha Pita.

<sup>90</sup> PÉCORA, Alcir. A história como colheita rústica de excelências. In: SCHWARTZ, Stuart; PÉCORA, Alcir (eds.). **As excelências do governador**: o panegírico fúnebre a d. Alonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676). São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 48-49; SINKEVISQUE. **Doutrina seiscentista da arte histórica**, pp. 36-37.

<sup>91</sup> ROCHA PITA. **História da América Portuguesa**, p. 4.

<sup>92</sup> \_\_\_\_\_. **História da América Portuguesa**, p. 39.

<sup>93</sup> ROCHA PITA. **História da América Portuguesa**, pp. 69-70.



Escrevendo em primeira pessoa para seu público, ele pede, no prólogo, que “se entenderes, que o compus [o livro] com aplauso, e reverência do Clima em que nasci, podes crer, que são seguras, e fiéis as notícias, que escrevo, porque os obséquios não fizeram divórcio com as verdades”<sup>94</sup>. O estilo, novamente, pode comprometer a credibilidade do relato. O que Rocha Pita faz, porém, é trazer a erudição – as *notícias fiéis* – justamente para os momentos onde seu estilo é mais altissonante e “poético”.

Segundo o autor, existe no Brasil uma planta que se não fosse “tão autorizada, e fidedigna a pessoa, que como testemunha de vista o depôs, o não escrevêramos”<sup>95</sup>, planta esta que amolece o metal deixando-o como papel. Noutro momento, ele lista em favor da vinda do apóstolo São Tomé ao Brasil o fato de terem restado

Impressos e retratados em lâminas de pedra os sinais de seu cajado, e dos seus pés, uns ainda permanentes nas estampas, e todos constantemente venerados nas tradições (se pode assegurar-se esta pia opinião, com os autorizados testemunhos, e Escritores, que em abono dela trataremos logo)<sup>96</sup>.

Ao que se segue uma lista de argumentos, retirados de autores eclesiásticos, cosmógrafos e outros, que comprovariam a passagem do apóstolo pelo continente americano. Em ambos os casos, o que narra seria inverossímil se não houvesse testemunhos que o tornassem crível – a legitimidade do relato, entretanto, é mais reforçada por ele dizer que conferiu a validade daquelas evidências do que por efetivamente mostrar fazê-lo. Estas passagens demonstram a coexistência de duas formas de argumentação no relato do autor, aquela associada à crítica erudita, resultado do manejo de diferentes tipos de evidências, e aquela que *cria* evidências através da narrativa, que “faz ver, para que se creia nela, faz ver para se tornar mais persuasiva, portanto eficaz, útil”<sup>97</sup>, associada a uma concepção *retórica* e/ou *literária* do discurso histórico. O estilo elevado de Rocha Pita, todavia, acaba por ser uma alta aposta que ele faz naquele contexto, uma vez que ele pode tanto tornar visível o que narra quanto tornar obscuros os acontecimentos do passado, trazendo maior atenção para sua prosa do que para os eventos que noticia:

[...] nos dois primeiros livros descreve o corpo natural, e material desta Região, as maravilhosas obras, que nela fez a natureza, as admiráveis produções em vários gêneros, e espécies, e as sumtuosas fábricas, que para o trato Civil, e Político das suas Povoações foi compondo a arte, no retrato de tanta formosura, precisada a ser pincel a Pena, não teme sair dos preceitos da História, quando altera a pureza das suas leis com as ideias da pintura, que

<sup>94</sup> \_\_\_\_\_. Prólogo. In: **História da América Portuguesa**, sem página.

<sup>95</sup> \_\_\_\_\_. **História da América Portuguesa**, pp. 28-29.

<sup>96</sup> \_\_\_\_\_. **História da América Portuguesa**, p. 48.

<sup>97</sup> SINKEVISQUE. **Doutrina seiscentista da arte histórica**, p. 37.



requer mais valentes fantasias, tendo por exemplar portentos, em que a mais elevada frase Poética é verdade ainda mal encarecida<sup>98</sup>.

Através da elevação do estilo e da proximidade com o panegírico, Sebastião da Rocha Pita consegue alcançar algo como um “efeito de real”, realizando uma *pintura da história* em uma época de erudição.

\*

A primeira metade do século XVIII representou um momento de grande ampliação do público leitor de histórias em Portugal.<sup>99</sup> Este incremento do público é seguido por um relativo alargamento das práticas metodológicas e das possibilidades de escrita da história, das quais as *memórias históricas*, para citar apenas um caso, são exemplo. Esta variedade de iniciativas historiográficas gera certo número de tensões a respeito da escrita da história, seus procedimentos e seus fins. A história enquanto um gênero literário centrado na narrativa, de pretensões pedagógicas e que traz à mente do leitor imagens vivas dos exemplos do passado não perderá seu prestígio, porém necessitará reconhecer que outros públicos – como o erudito – leem a história com outros olhos. Considerada positivamente, uma disputa como a relatada aqui, na qual Sebastião da Rocha Pita elenca tão destramente justificativas e argumentos, somente paga tributo a uma época, anterior à emergência de uma historiografia disciplinar, onde diferentes formas de historiografia tinham de encontrar maneiras de conviver.

De certa forma, o longo parecer escrito por Antônio Caetano de Sousa sob a égide da Academia Real da História Portuguesa sintetiza todos os fios da argumentação que vimos. Sebastião da Rocha Pita recolher aqui para justificar a escrita de sua *História da América Portuguesa*:

É Sebastião da Rocha Pita nascido na Bahia; e não é muito, que o amor da Pátria o obrigue a engrandecer, ou ornar com especiosas vozes aquelas coisas, que a nós se nos fazem mais estranhas, ou por serem raras vezes vistas, ou somente cridas, pelas informações com que as sabemos. É sem dúvida, que *aquela parte do Mundo contém prodígios, que excedendo aos hipérboles, não ofendem a verdade, lei mais essencial da História, do que os outros mais rigorosos preceitos, com que ela se deve compor*. Este Autor o faz em estilo tão elegante, que tem muito de Poético, em que lhe acho companheiros de tão grande nota, como algum de eminentíssimo caráter, e este será o motivo, porque concilie na maior parte dos leitores aplauso, e louvor; porque entendo, que não será menos estimada esta História, do que outras, que vemos de semelhante estilo na nossa língua, e na dos nossos vizinhos, aonde tem bastante reputação. *Por diferentes meios conciliam os Autores a aura popular com que os seus livros são estimados. [...] Quantas vezes ouvimos criticar aqueles Mestres da História, de quem os outros, que se*

<sup>98</sup> ROCHA PITA. Advertência. In: **História da América Portuguesa**, sem página.

<sup>99</sup> MOTA. **A Academia Real da História**, pp. 127-130.



seguiram, beberam não só o método, mas ainda o mesmo estilo? *Nesta parte são bem diversos os gostos*, porque também alguns enfastiados da eloquência, pretendem seja a História uma narração tão nua de vozes, como de reflexões, de sorte, que a querem antes insulsa, que com algum adorno; porém estes discursos são tidos de uns por paradoxos, e de outros por afetos de melancolia, que os domina de modo, que o não chegam a executar nesta parte ainda os mais austeros Censores<sup>100</sup>.

---

<sup>100</sup> ROCHA PITA. Da Academia Real. In: **História da América Portuguesa**, sem página; *grifos meus*.



# Súditos da “Princesa do Igaraçu”: trabalhadores em Parnaíba-PI na década de 1970

Subjects of the “Princess of Igaraçu”: workers in Parnaíba-Pi in the 1970s

**Pedro Vagner Silva Oliveira**

Mestrando em História

Universidade Federal de São Paulo

[pedro\\_w@rocketmail.com](mailto:pedro_w@rocketmail.com)

**Recebido em:** 15/12/2016

**Aprovado em:** 04/09/2017

**Resumo:** Esta investigação tem por objetivo analisar a partir da imprensa de Parnaíba, os trabalhadores que moravam e labutavam nos povoados situados na Ilha Grande de Santa Isabel na década de 1970. Parnaíba, cidade litorânea piauiense, nesse período, possuía domínios tanto no continente, quanto em uma ilha. Nossa intenção é iluminar os sujeitos históricos, mais precisamente os trabalhadores que habitavam nessa insula. Enquanto a “cidade” era descrita na imprensa como “imã”, atrativo para os trabalhadores da região, os povoados eram entendidos enquanto provedores de alimentos para a *urbe*. Por sua vez, esses trabalhadores que alimentavam a cidade pouco eram contemplados na imprensa do período. Com o advento do turismo no cenário piauiense, os povoados aos poucos foram ganhando novo significado, passando a ser entendidos não apenas como “despensas”, mas também como pontos turísticos.

**Palavras-chave:** Parnaíba, Trabalhadores, Cidade.

**Abstract:** This investigation aims to analyze, starting from the Parnaíba's press, the workers who lived and toiled in the towns settled on Ilha Grande de Santa Isabel in the 1970s. Parnaíba, a seaside city of Piauí, in this period, had domains both on the continent and on an island. Our intention is to highlight the historical subjects, more precisely the workers who inhabited this island. While the "city" was described in the press as "imam", attractive to the workers of the region, the towns were understood as *urbe*'s food suppliers. In their turn, these workers who fed the city were little contemplated in that period's press. With the advent of tourism in the Piauí's scenery, towns gradually gained new meaning, becoming understood not only as "pantries" but also as tourist spots.

**Keywords:** Parnaíba, Workers, City.



## Introdução:

As cidades não são somente um emaranhado de ruas, prédios e logradouros. Elas são também campos de lutas e conflitos sociais, espaços de projetos políticos e de vivências. Partindo desse mosaico de vários “lugares” dentro de um, que são as cidades, este trabalho visa estudar trabalhadores na cidade de Parnaíba, no litoral piauiense.

O *corpus* documental desta investigação é composto por jornais que circulavam em Parnaíba durante a década de 1970 e que se encontram preservados. Este estudo se faz importante devido um “sintoma” que observamos na historiografia local: a pouca visibilidade acerca de trabalhadores não-urbanos de Parnaíba. O historiador Paulo Knauss afirmou que “toda cidade tem muitas histórias”. Contudo, de acordo com ele, “nem sempre a historiografia sobre as cidades reconhece essa multiplicidade”<sup>1</sup>.

No caso de Parnaíba, a maioria dos trabalhadores investigados eram indivíduos que moravam na denominada parte urbana, como por exemplo, ferroviários<sup>2</sup>, homens e mulheres comerciantes<sup>3</sup>. Esses grupos e outros trabalhadores urbanos, são de certa forma contemplados em estudos na área de história pelos historiadores locais. Tendo isso em vista, o presente trabalho tem por objetivo, contribuir para o debate sobre os trabalhadores, abordando sujeitos que viviam fora da malha urbana e possuíam grande importância para a economia da cidade em questão.

Observa-se que esses habitantes têm sido – ainda que timidamente – contemplados pela historiografia local<sup>4</sup>, deixando a condição de sujeitos “invisíveis” pela escrita da história de

---

<sup>1</sup> KNAUSS, Paulo. A cidade como sentimento: história e memória de um acontecimento na sociedade contemporânea - o incêndio do GranCircus Norte-American em Niterói, 1961. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 27, n. 53, p. 25-54, jan/jun. 2007, p. 25.

<sup>2</sup> CERQUEIRA, Maria Dalva Fontinele. **Entre trilhos e dormentes**: a estrada de ferro central do Piauí na história e na memória dos parnaibanos (1960-1980). Dissertação (mestrado em História); 169 f. Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em História, Teresina, 2015. 146 p.

<sup>3</sup> TOURINHO, Mary Angélica Costa. **Por dentro da história**: mulheres operosas no mundo do comércio em Parnaíba (1930 a 1950); 240 p. Tese (doutorado em História). Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-Graduação em História, Assis, 2015. 211 f.

<sup>4</sup> Aos poucos, estudantes de História do Campus de Parnaíba da Universidade Estadual do Piauí, têm mostrado preocupação em investigar em algumas monografias uma “outra Parnaíba”, em especial aos lugares situados na outra margem do Igaraçu. São esses pesquisadores e seus respectivos trabalhos: BRAGA, Daniel Souza. **Catadores de Caranguejo do Delta**: história e memória (1960-2010) Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Piauí, Campus Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba, 2013. GOMES, Luana Bittencourt. **“Ilha de brancas dunas”**: história e memória do bairro Tatus em Ilha Grande do Piauí (1975- 2015); 56 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Piauí, Campus Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba, 2015. 39 p.; OLIVEIRA, Pedro Vagner Silva. **Correndo na vela**: experiências e modos de vida de trabalhadores do Delta (1975-2014). 98 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Piauí, Campus Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba, 2014, 98 f; SOUZA, Matheus Oliveira. **A urbe, o rio e a ilha**: Parnaíba através de suas relações com os trabalhadores ribeirinhos do Delta do Rio Parnaíba (1975-2015). 123 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Piauí, Campus Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba, 2015. 99 p e SANTOS, Edgleison Souza dos. **Vozes que vem do mar**: natureza, cultura e relações de poder no litoral parnaibano (2008-2016) 50 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Piauí, Campus Alexandre Alves de Oliveira,



Parnaíba. Partindo disso, nosso intento é também iluminar um pouco esses sujeitos e lugares pouco analisados, contribuindo desse modo para uma “outra” historiografia parnaibana.

O centro da cidade de Parnaíba é descrito na historiografia local pelos seus espaços de sociabilidades e pelos casarios de diversos períodos. Este conjunto arquitetônico localiza-se ao longo da atual avenida Presidente Vargas entorno. A Praça da Graça, um dos principais espaços do centro parnaibano, possuía e ainda possui duas igrejas, da Graça e do Rosário. Recanto não apenas de missas e festejos religiosos, mas também de passeios, flertes e divertimentos. Segundo Sérgio Mendes, até a década de 1970, “a população parnaibana tinha na Praça da Graça o seu local de encontros e acontecimentos mais festejados, era portanto, um dos lugares mais praticados pelos cidadino”<sup>5</sup>.

Para Daniel Braga, “quando se fala de diversão e sociabilidade em Parnaíba logo se pensa no Cassino, no Cine Éden, nos passeios e namoros na praça da Graça”<sup>6</sup>. Esses lugares marcaram a memória dos parnaibanos que moravam ou moraram no espaço urbano durante anos, porém, nem toda a população citadina ocupava alguns desses espaços. Um desses locais, era o Cassino 24 de Janeiro, nele eram realizados os carnavais de salão, frequentado somente pela elite - os trabalhadores pobres urbanos ficavam à parte, festejando na rua.

Se aqui havia a materialidade do espaço urbano e vivências citadinas, na outra borda do rio Igaraçu, no acidente geográfico chamado Ilha Grande de Santa Isabel<sup>7</sup>, localizavam-se povoados pertencentes ao município de Parnaíba que possuíam aspectos rurais. Eram alguns desses povoados: Morros da Mariana, Canto do Igarapé, Cal, Tatus e Pedra do Sal. Locais pobres e que funcionavam como provedores<sup>8</sup> de alimentos para Parnaíba. Os elos em comum entre esses lugares

---

Parnaíba, 2017. 43 p. Alguns desses estudos foram adensados em dissertações de mestrados defendidas nos programas de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Piauí – UFPI e da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP. Conf. BRAGA, Daniel Souza. **Corp-oralidades**: experiência corporal e memória de trabalhadores dos rios e dos mangues no povoado dos Morros da Mariana/PI (1970-1980). 145 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em História, Teresina, 2016. 125 p; e OLIVEIRA, Pedro Vagner Silva. **Mar à venda**: pescadores e turismo no “Piauí novo” (anos 1970). 205 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, Guarulhos, 2017. 174 p.

<sup>5</sup> MENDES, Sérgio Luís da Silva. **Sem medir as palavras**: atuações do *Jornal Inovação* em Parnaíba – PI (1977-1982) .138 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em História, Teresina, 2012, p. 94-95.

<sup>6</sup> BRAGA, Daniel Souza. **Corp-oralidades**: experiência corporal e memória de trabalhadores dos rios e dos mangues no povoado dos Morros da Mariana/PI (1970-1980). 145 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-graduação em História, Teresina, 2016, p. 123.

<sup>7</sup> No período em questão a Ilha Grande de Santa Isabel era pertencente ao município de Parnaíba. No começo dos anos 1990, parte da ilha desmembrou-se de Parnaíba, ganhando autonomia política e dando lugar a um novo município chamado de Ilha Grande do Piauí.

<sup>8</sup> Termo utilizado pelos periódicos parnaibanos da época para se referirem ao território para além do rio Igaraçu. Em uma das edições analisadas, pode-se ler, “os habitantes da Ilha Grande e adjacências [...] formam o maior celeiro econômico do município [de Parnaíba]. Conf. Não é sonho mas realidade. *Folha do Litoral*. 26 de fev. 1975, p. 1.

são vários, desde as funções econômicas até as necessidades mais básicas da população e a riqueza da paisagem natural.

Nos periódicos analisados, a “outra margem do Igaraçu” nos anos 1970 era lugar de mazelas, falta de urbanização, higiene precária e pobreza material. Em reportagem datada de 1977, o jovem estudante Reginaldo Costa para o *Jornal Inovação*<sup>9</sup> afirmou, “a ponte Simplício Dias da Silva serve de divisa de um mundo para outro, para inúmeros pontos que, no conceito geral, podem se chamar de ‘povoados’”<sup>10</sup>. Os indivíduos desses povoados viviam da pesca, agricultura, pecuária e do extrativismo animal, como por exemplo a cata de caranguejos e mariscos e da extração vegetal.

Opondo-se à imagem insular de atraso e pobreza<sup>11</sup>, a Parnaíba continental<sup>12</sup> era concebida nos mesmos periódicos como torrão de enorme potencial econômico. Seja econômica ou simbólica, a “cidade” era tributária da Ilha Grande de Santa Isabel e também das demais ilhas do Delta. O inverso também ocorria: havia forte relação de dependência entre esses locais. Parnaíba era alimentada pelos “celeiros”, ou melhor, pelos povoados. Dentre estes, Morros da Mariana, que segundo o matutino *Norte do Piauí*<sup>13</sup>, era “uma das nossas grandes fontes de abastecimento em arroz, frutas, verduras, legumes diversos, etc”<sup>14</sup>.

Com a finalidade de delimitar o espaço temporal, essa investigação tem como recorte a década de 1970. Esta fatia temporal justifica-se pois, no começo dos anos 1970 observamos nos periódicos os discurso que pautavam o desenvolvimento parnaibano, o turismo e a exploração das paisagens naturais. Até a primeira metade dessa década, o estado estava aos poucos se transformando, ganhando nova “roupagem”.

Sob a chefia do executivo do estado entre 1971 a 1975, estava o engenheiro parnaibano Alberto Tavares Silva. Sua agenda política e principal meta, era alterar a imagem do estado

---

<sup>9</sup> Fundado em 1977 pelos jovens parnaibanos Francisco José Ribeiro e Reginaldo Ferreira da Costa, possuía a tiragem de 1000 edições mimeografadas e circulava mensalmente, sobrevivendo por cerca de 10 anos. Suas primeiras edições tinham a média de 20 páginas, ao longo do tempo, o número de páginas foram diminuindo ou oscilando entre essa dezena.

<sup>10</sup> COSTA, Reginaldo. Canto do Igarapé. *Jornal Inovação*. dez. 1977, p. 2.

<sup>11</sup> Sobre o atraso na parte insular de Parnaíba conferir. COSTA, Reginaldo. A cidade. *Jornal Inovação*. fev. 1978, p.4. Ressaltamos, contudo, que nem toda a Parnaíba do continente possuía a imagem de rica. Os subúrbios parnaibanos, tais como a Quarenta, Coroa e Tucuns - atuais Mendonça Clarck, Bairro do Carmo e São José respectivamente - dentre outros, eram tidos na imprensa citadina como bairros proletários e igualmente pobres. Sobre isso conf. O flagelo. *Norte do Piauí*. 06 de jul. 1974, p.1.

<sup>12</sup> Utilizamos o termo “Parnaíba continental” para designar toda a parte do município que não se situava na Ilha Grande de Santa Isabel. Desse modo fazia parte de “Parnaíba continental” o centro e os bairros da cidade.

<sup>13</sup> Fundado em 1963 por Mario Meireles. De acordo com algumas edições do seu contemporâneo *Folha do Litoral*, o *Norte do Piauí* na segunda metade da década de 1970 era propriedade de um vereador ligado à Aliança Renovadora Nacional-ARENA e redigido por outro ligado ao Movimento Democrático Brasileiro-MDB. Sobre isso conferir *Folha do Litoral*. 04 de jun. 1975, p.1

<sup>14</sup> Estrada “Morros da Mariana” In: *Norte do Piauí*. 4/5 de nov. 1978, p.1.



nordestino, mostrando-o dinâmico e em consonância com o ideário de “Brasil grande” vivido na época do “milagre brasileiro”, isto é, entre 1968-73. Nessa gestão, investimentos foram trazidos ao estado e sua capital era o principal símbolo dessa emergente imagem. Para Claudia Fontineles, Teresina era “considerada a vitrine da modernização nas décadas de 70 e 80”<sup>15</sup>. Ainda segundo Fontineles, durante a gestão de Alberto Silva, “a um Piauí miserável contrapunha-se um Piauí prospero, que acordava para o progresso, parceiro inseparável do novo”<sup>16</sup>.

Fábio Nadson Mascarenhas afirmou que “o ‘milagre’ não chegava ao município de Parnaíba, onde as comunidades dos bairros marginalizados não tinham acessos aos mais elementares benefícios do poder público”<sup>17</sup>. Discordamos em partes da análise deste historiador. O “milagre” foi sentido sim em Parnaíba, prova disso era a edificação da Ponte Simplício Dias da Silva. Símbolo do governo Alberto Silva em sua cidade natal e do “milagre” em terras parnaibanas, sendo inclusive tratado de tal forma pelos periódicos. Em um de seus editoriais, o *Folha do Litoral*<sup>18</sup> afirmava que essa obra era “o maior feito do engenheiro Alberto Silva, na sua cidade”<sup>19</sup>.

Entretanto, concordamos com Mascarenhas que nem todo o município sentiu os efeitos positivos do “milagre”. A partir de 1975, notamos o agravamento de problemas sociais enfrentados pela população mais pobre de Parnaíba. Dentre eles, em um editorial datada de 1978, o jornal *Folha do Litoral* afirmava que era “elevado o número de desempregados existente nesta praça”<sup>20</sup>, para o periódico, isso “é[era] de certa forma uma prova de que Parnaíba não está tão bem como pensam”<sup>21</sup>.

Além disso, havia ainda a impotência do projeto turístico para o litoral piauiense. O turismo, apesar de ainda ser acreditado até os anos 1980 como uma nova atividade geradora de riqueza para o município, mostrava-se com o passar dos anos, ineficaz. Compreende-se ainda, a partir desse mesmo material pesquisado, as relações de poder no território parnaibano como um todo e o silenciamento no trato com os trabalhadores que moravam fora da área urbana de Parnaíba.

<sup>15</sup> FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. **O recinto do elogio da crítica:** maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí. Tese (Doutorado em História). 375f. Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História. 2009, p. 20.

<sup>16</sup> \_\_\_\_\_. **O recinto do elogio da crítica**, p. 150.

<sup>17</sup> MASCARENHAS, Fábio Nadson. **Inovadores parnaibanos:** a produção do Jornal Inovação em Parnaíba de 1977 a 1982. 120f. Dissertação (mestrado em História) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2009, p. 61.

<sup>18</sup> Fundado em 1960 por João Batista da Silva, homem ligado ao Movimento Democrático Brasileiro – MDB. Este jornal era simples e com poucas imagens que em sua maioria eram anúncios e fotos de políticos que ilustravam alguma matéria, a cada três dias uma nova edição circulava entre seus leitores. Contava com uma média de 6 páginas por edição. O *Folha*, além dos colaboradores em Parnaíba, tinha correspondentes no Rio de Janeiro e em Fortaleza.

<sup>19</sup> Editorial. A cidade está em festas. *Folha do Litoral*. 9-10 de mai. 1975, p. 2.

<sup>20</sup> Editorial. A ociosidade em Parnaíba. *Folha do Litoral*. 08 de jul. 1978, p. 1.

<sup>21</sup> Editorial. A ociosidade em Parnaíba. *Folha do Litoral*. 08 de jul. 1978, p. 1.



## Parnaíba: “Princesa do Igaraçu”

Ao longo de sua história, Parnaíba foi um importante centro urbano. Desde o começo de sua ocupação a cidade se firmou como lugar de progresso<sup>22</sup>. Palco de trocas intensas, de comércio e pioneira entre as cidades do estado do Piauí<sup>23</sup>, a cidade tornou-se espaço privilegiado para a comunicação de ideias e costumes.

Gercinair Gandara, categoriza Parnaíba enquanto uma “cidade-beira”. De acordo com a historiadora, cidade-beira é aquela que “além das ribeiras de águas doces margeia também as águas salgadas e os diversos meios de circulação e de contato, via férrea, estradas, caminhos, rodovias, pistas de pousos, linha de telégrafo, vizinhanças de um modo geral, etc.”<sup>24</sup>.

Com todo esse aparato que propicia as migrações e o fluxo de pessoas, as chamadas cidades-beiras se distinguiram das cidades ribeirinhas, pois, Gandara entende que essa segunda categoria de cidades são lugares que estão “às margens de águas doces, rios, ribeirões e córregos”<sup>25</sup>.

A cidade-beira permite a troca de experiência, de costumes e de técnicas devido à comunicação de pessoas propiciada por uma série de aparatos, tais como: ferrovias, estradas, aeroportos, portos marinhos ou hidroviários. Em concordância com Gandara e a partir dessa ótica de cidade-beira, Parnaíba foi por nós pensada. Referência para o norte piauiense, a referida era entendida nesse período como “mercado natural e centro de convergência das populações e terras adjacentes do delta parnaibano”<sup>26</sup>. A cidade historicamente serviu de válvula de escape para os problemas sociais de municípios vizinhos. Maria Dalva Fontenele Cerqueira afirma que “em razão da atividade comercial e marítima, Parnaíba possuía e ainda possui representatividade e importância econômica entre os municípios que compõem a região Norte do Estado do Piauí”<sup>27</sup>.

Nos anos 1970, assim como atualmente, pessoas vindas do Delta ou de municípios da região norte do Maranhão e Ceará se constituíam como habitantes temporários ou migrantes

<sup>22</sup> Não somente os periódicos e a historiografia local afirmam o privilégio de Parnaíba em termos geográficos, o que teria favorecido seu desenvolvimento, mas também fontes oficiais fazem essa indicação. De acordo com o recenseamento feito no começo da década de 1980 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, “esta cidade, dada a sua localização no delta do Parnaíba, à pequena distância do mar, foi durante décadas a mais populosa e o principal entreposto comercial do Piauí”. Conf. **Sinopse preliminar do Censo demográfico: Piauí**. IBGE, Rio de Janeiro. 1981, p.17.

<sup>23</sup> São vários os artigos dos periódicos que afirmavam o pioneirismo da cidade, qualidade essa bastante “disseminada” em edições que veiculavam na semana do aniversário de Parnaíba. Dentre eles conf. Aniversário da cidade. *Folha do Litoral*, 15 de ago. 1973, p.1.

<sup>24</sup> GANDARA, Gercinair Silvério (org.). **Natureza e Cidades**: o viver entre águas doces e salgadas. Goiânia: Editora PUC/UNIEVANGÉLICA Goiás, 2012, p.116.

<sup>25</sup> \_\_\_\_\_ **Natureza e Cidades**, p. 116.

<sup>26</sup> TAVARES, J. de Castro. Perfis e conceitos In: **Almanaque da Parnaíba**. 1978, ano 55, p.215.

<sup>27</sup> CERQUEIRA. **Entre trilhos e dormentes**, p. 75.

sazonais, que se dirigiam à Parnaíba para fazer compras, vender suas mercadorias ou morar, na esperança de mudar de vida. Os mais jovens que tinham oportunidade, transitavam “diariamente para os Ginásios em nossa cidade”<sup>28</sup>. Os pais quando possuíam algum parente na cidade enviam os filhos para morarem com eles, a fim de que as crianças estudassem e tivessem um futuro melhor para que, assim, ajudassem à família.

A “cidade” era tratada nos jornais, *Folha do Litoral*, *Norte do Piauí* e *Inovação* como oposição à pobreza material a qual os povoados viviam. Idealizada pelos seus habitantes, a cidade, grosso modo, não é apenas espaço físico ou território, ela é ainda local em que as pessoas sociabilizam e criam uma forte identidade, extrapolando a paisagem natural sendo assimilada também para o plano simbólico, perpassando para o imaginário das pessoas.

Segundo José D’Assunção Barros, o imaginário pode ser entendido como “um sistema ou universo complexo e interativo que abrange a produção e circulação de imagens visuais, mentais e verbais, incorporando sistemas simbólicos diversificados e atuando na construção de representações diversas”<sup>29</sup>. Como será visto adiante, a ponte Simplício Dias dentro do contexto aqui estudado, foi um ícone de (res)significação.

Parnaíba nos periódicos da década de 1970 aparecia como lugar de orgulho para os seus habitantes. Vê-se nas páginas dos jornais o ufanismo apresentado por parte dos parnaibanos. Em alusão ao 130º aniversário da cidade, o *Norte do Piauí* em seu editorial mostrava aos leitores que a cidade ao longo de sua história estivera “à frente do desenvolvimento do Estado com seu pioneirismo”<sup>30</sup>. Este passado, dito “glorioso”, era constantemente revisitado nos editoriais, matérias e textos das fontes hemerográficas do período em questão.

O continente, isto é, a cidade, tinha a identidade marcada pela opulência de seu pretérito. “Cidade invicta”<sup>31</sup>, outro termo bastante utilizado pela imprensa da época para referir-se à Parnaíba,

<sup>28</sup> Estrada “Morros da Mariana”. *Norte do Piauí*. 4/5 de nov. 1978, p.1.

<sup>29</sup> BARROS, José D’Assunção. *Imaginário, Mentalidade e Psico-História – uma discussão historiográfica*. **Labirinto**. Porto Velho, ano 5, n. 7, p. 1-30, jan/jun. 2005, p. 8.

<sup>30</sup> 130 anos. *Norte do Piauí*. 14 de out. 1974, p.1.

<sup>31</sup> Durante a pesquisa não foi encontrado o significado desse termo nos jornais analisados, contudo o uso desse epíteto era recorrente nos periódicos para referir-se à Parnaíba, apesar disso, encontramos no site “Portal Costa Norte”, um artigo do ex-prefeito de Parnaíba, Lauro Andrade Correia (1963-1966), o qual afirma que tal epíteto foi alcançado pela cidade “quando os parnaibanos, todos estiveram unidos em 1943 na memorável Campanha Cívica pela manutenção do nome da cidade, pois decreto-lei federal estabeleceu que a nossa Parnaíba passava a ser denominado POTI, ficando a cidade Parnaíba, em São Paulo, com sua denominação conservada” (CORREIA, 2016). Para conferir o artigo na íntegra, acessar <http://portalcostanorte.meionorte.com/parnaiba-duas-cidades>. Acessado em 19/07/2016. A campanha pela conservação a qual se referiu o ex-prefeito, pode ser vista no artigo especial publicado no *Almanaque da Parnaíba* de 1944, por Alarico da Cunha que categoricamente afirmava, “na revisão do quadro territorial do Brasil, pretende o governo [sic] da República evitar a repetição dos topônimos das cidades e vilas. Em vista dessa determinação legal, Parnaíba sentiu-se ameaçada de perder o seu nome secular, por estar provada que a sua homônima de São Paulo

indicava a importância dessa urbes. Dentro do seu território continental, a cidade buscava elementos, símbolos de seu “poderio”, estes quase sempre localizados nos espaços centrais do município.

Para Raquel Rolnik, “a cidade guarda marcas de vários tempos e processos sociais no espaço urbano construído, materializando sua própria história como uma espécie de escrita no espaço”<sup>32</sup>. No caso de Parnaíba, o centro tornou-se, se é possível a comparação, um palimpsesto. A área “mais urbanizada”, mostra em suas artérias e logradouros as diversas ocupações feitas ao longo do tempo<sup>33</sup>.

O centro por ter sido durante anos lugar de moradia<sup>34</sup> da elite e centralizar – contudo vale lembrar que não monopolizava – os serviços, investimentos urbanísticos e o comércio do município, formaria as bases da identidade citadina. De modo igualmente interessante, pode-se notar as relações entre Parnaíba continental e a insular a partir dos periódicos. Para além dos periódicos, algumas fotografias também são indícios desses fluxos de pessoas.

Na imagem a seguir, a ponte Simplício Dias não aparece; ela ainda não havia sido construída. Em primeiro plano se vê o rio Igaraçu, que, como dito anteriormente, separa a Ilha do continente. No lado esquerdo da foto, existem vários barcos aportados com uma espécie de cobertura. São os vareiros do rio Parnaíba, barcaças movidas pela força humana que traziam carvão vegetal e transportavam pessoas que moravam nas cidades ribeirinhas ao rio até a capital. Ao centro tem uma canoa, meio de transporte que fazia a travessia Ilha/Parnaíba.

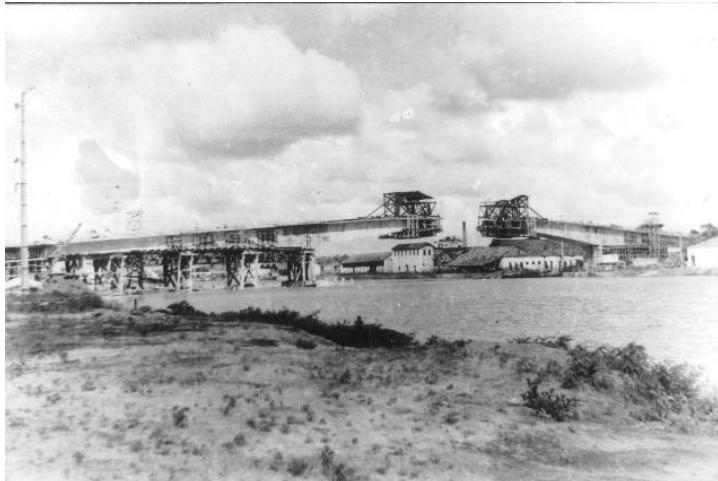
---

é mais antiga [...] A vetuste cidade bandeirante, que pode ser considerada um subúrbio da imponente capital paulista, é apenas um núcleo industrial, ofuscado pelo progresso das grandes cidades edificadas naquele florescente Estado da Federação brasileira; ao passo que a Parnaíba do Piauí, além de ser uma cidade litorânea e sede de Comarca desde 1833; é a mais comercial deste Estado e portadora de um nome de glória nos anais da Pátria”. CUNHA, Alarico da. O Nome de Parnaíba In: *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba: Gráfica Americana. 1944, p. 237. Como exemplo conf. FILHO, R. Ferraz. Parque Humberto de Campos. *Folha do Litoral*. 25 de fev. 1978, p. 4.

<sup>32</sup> ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 9.

<sup>33</sup> Apoiamos a ideia de que o centro de Parnaíba é um palimpsesto pois, outros estudos abordam as diversas ocupações humanas ao longo da história da cidade. Palimpsestos eram pergaminhos que se apagavam antigos escritos e os quais coisas novas eram escritas no lugar do que fora apagado. Essa região da cidade aqui em estudo se assemelha a essa ideia. Sobre a arquitetura como marca de diversas “escritas” humanas sobre o tecido central parnaibano, conferir. MELO, Neuza Brito de Arêa Leão. **O Ecletismo Parnaibano**: hibridismo e tradução cultural na paisagem da cidade na primeira metade do século XX. 200f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011, p. 200.

<sup>34</sup> Sobre a ocupação do centro como moradia da elite parnaibana conferir. FIGUEIREDO Diva Maria Freire. Arquitetura e Urbanismo no Piauí: formação e identidade In: ARAÚJO, Maria Mafaldo Baldoino de; EUGÊNIO, João Kennedy. **Gente de longe**: histórias e memórias. Teresina: Halley, 2006.



Construção da ponte Simplício Dias da Silva, começo dos anos 1970<sup>35</sup>.

A “cidade” até meados da década de 1970 mantinha relação com a Ilha de Santa Izabel e seus povoados exclusivamente por meio de barcos e canoas que faziam a travessia de pessoas pelo rio Igaraçu. Nesses cruzamentos feitos diariamente, os trabalhadores deveriam aproveitar o momento para se socializar, rever amigos, parentes e inclusive, debater sobre a política local. Em uma nota, o *Folha do Litoral* de 1973 relatava que “duas verdureiras conversavam na canoa da passagem, sobre o acesso político do João”<sup>36</sup>.

Esse sujeito que ascendeu politicamente era morador do povoado Morros da Mariana. A nota do Folha do Litoral indica que mesmo que com pouca instrução formal, os trabalhadores dos povoados insulares não eram sujeitos ignorantes sobre a política local, pelo contrário, eles possuíam consciência do cenário político, chegando até mesmo a debater sobre esse tema nos momentos mais ordinários de se cotidiano, por outro lado, se observa a importância desse tema na vida desses grupos.

Encontramos várias edições que retrataram essas travessias, dentre elas, uma matéria datada de 1973 do *Folha do Litoral*<sup>37</sup>. Segundo esse jornal, o cruzamento era realizado “em frágeis embarcações, sujeitas, muitas vezes, à fatalidade de um naufrágio, o que já quase se torna comum no período invernosso, quando a correnteza, naquele rio, é muito veloz, perigosa mesmo”<sup>38</sup>. Com

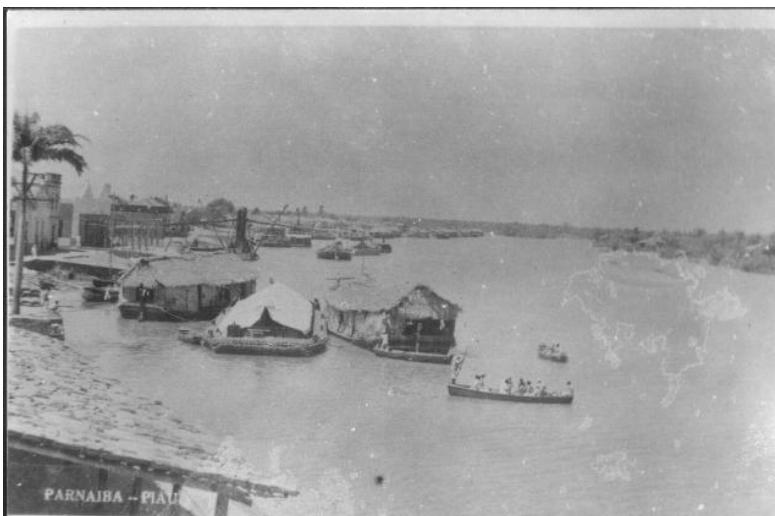
<sup>35</sup> Imagen disponível em: <<https://parnaibaemfoco.files.wordpress.com/2013/09/construc3a7c3a3o-porto-das-barcas.jpg>>. Acesso em 20 de setembro de 2017.

<sup>36</sup> B. Fofocalizando. *Folha do Litoral*. 19 de mai. 1973, p.6.

<sup>37</sup> Jornal fundado em 1960, circulava uma nova edição a cada três dias. Contava com uma média de 6 páginas por edição. Além dos colaboradores em Parnaíba, o *Folha do Litoral* possuía correspondentes no Rio de Janeiro e Fortaleza.

<sup>38</sup> A ponte. *Folha do Litoral*. 24 de out. 1973, p.1.

as fortes chuvas, o rio Igaraçu ganhava maior volume e profundidade, as águas tornavam-se mais barrentas e velozes, aumentando a periculosidade da travessia.



Travessia do Igaraçu, Parnaíba, meados do século XX<sup>39</sup>.

Para além dos periódicos e das memórias orais<sup>40</sup> e escritas<sup>41</sup>, fotografias de Parnaíba, como por exemplo, a imagem acima, ilustram as travessias. Nesse clichê, há uma canoa de madeira com algumas pessoas. A nave estava indo em direção à Ilha. Pescados, assim como o arroz e outros produtos agrícolas, eram trazidos pelos moradores de diversas comunidades a fim de serem comercializados no mercado de Parnaíba.

No ano de 1975 houve uma mudança significativa no município. Nos últimos anos da gestão do já citado Alberto, foi construída a ponte Simplício Dias, cuja função era integrar a parte parnaibana insular ao continente. A construção traria melhoria tanto para os povoados da Ilha quanto para a região do Delta. Símbolo de “avanço”, a obra para a imprensa da época era “mais um atestado do nosso progresso, do nosso desenvolvimento, de que estamos trabalhando e marchando com o Brasil”<sup>42</sup>. A ponte simbolizava que Parnaíba se alinhava com o discurso desenvolvimentista da ditadura civil-militar.

<sup>39</sup> Diderot Mavignier. Foto calibrada por Giorgio Richard Nunes Silvério.

<sup>40</sup> Não discutiremos essa fonte nesse artigo. Contudo, os trabalhos já mencionados sobre os povoados utilizaram narrativas orais de indivíduos que vivenciaram essa experiência.

<sup>41</sup> Sobre as travessias do Igaraçu retratadas nos livros de memórias conferir. SILVA, Maria da Penha Fonte e. A Ponte Simplício Dias In: **Parnaíba, Minha terra (crônicas)**. Parnaíba, 1987, p.16.

<sup>42</sup> A ponte. *Folha do Litoral*. 22 de out. 1973, p.6.



Um ano após a inauguração da ponte, isto é, em 1976, o jornalista R. Ferraz Filho<sup>43</sup> observava para o *Folha do Litoral* as múltiplas benfeitorias que esta trazia para Parnaíba: “construída sobre o rio Igaraçu [a ponte] é uma obra de utilidade pública que vem servindo aos habitantes de Parnaíba, aos moradores da Ilha Grande de Santa Isabel e todos aqueles que, em função turística, procuram a famosa Pedra do Sal”<sup>44</sup>. Elo que trazia trabalhadores e estudantes para o centro, permitia ainda que visitantes começassem, como será exposto mais a frente, a descobrir o que o Igaraçu “separou” por anos: a natureza insular.

Um ano mais tarde, o *Jornal Inovação*, em 1977, assinalava para outra função da obra, dessa vez, servindo não somente para unir: “a ponte Simplício Dias da Silva serve de divisa de um mundo para outro, para inúmeros pontos que num conceito geral, podem se chamar de ‘povoados’”<sup>45</sup>. A edificação – que teria o caráter de integrar e ligar a “cidade” à Ilha, demarcava, concretizava o limite entre a “cidade” e os “celeiros” do município.

A imagem acima tem como elemento central a ponte Simplício Dias da Silva em fase de construção. Nela é possível ver as estruturas usadas para fazer a edificação. Como se pode perceber pela foto, a ponte foi construída “vinda” dos dois lados. A julgar pelo enquadramento da foto, o autor da imagem estava na área insular de Parnaíba, isto é, na Ilha de Santa Izabel. Nota-se pelo ângulo, que no mesmo território não consta a presença de nenhuma obra que seja feita pela ação humana. O lugar está vazio, sendo composto apenas pelo substrato e por uma rala vegetação, possivelmente sobras de mata ciliar que deve ter sido originalmente retirada para dar lugar a alguma plantação.

Já do lado continental, vê-se o Porto das Barcas, local que marca o comércio parnaibano, uma de suas gêneses. O contraste entre a ideia da Ilha como sinônimo de vazio e ruralidade e a cidade de Parnaíba, com sua arquitetura representando a urbes, é apenas mais uma maneira de reforçar o imaginário do atraso social ilhéu. Por ora chega ao fim a excursão sobre a cidade. Faz-se necessário agora reconstruir os “celeiros” de Parnaíba.

### **Povoados insulares**

Atravessar o rio a fim de vender o peixe, o arroz e os demais produtos era para as pessoas que moravam no interior da ilha, antes da edificação da ponte, uma jornada bastante longa e

<sup>43</sup> Raimundo Ferraz Filho era jornalista e proprietário da Gráfica Americana. Colaborava para a imprensa parnaibana e para o *Folha do Litoral* desde sua fundação. Foi também presidente do Sindicato dos Jornalistas de Parnaíba. Conferir. FILHO, R. Ferraz. *Folha do Litoral*. 05 de mar. 1980, p. 6.

<sup>44</sup> FILHO, R. Ferraz. Ponte sobre o Igaraçu. *Folha do Litoral*. 25 de mai. 1976, p.4.

<sup>45</sup> COSTA, Reginaldo. Canto do Igarapé. *Jornal Inovação*. dez. 1977, p. 2.

cansativa. Até os idos de 1975, “ir à Parnaíba quase sempre era uma atividade que exigia esforço físico, disponibilidade, força de vontade e, principalmente, tempo”<sup>46</sup>. Dependendo do povoado, demorava-se horas para chegar até a margem do Igaraçu. Moradores dos povoados mais distantes do centro de Parnaíba, como Cal e Tatus, por exemplo, precisavam acordar cedo para chegar aos mercados parnaibanos.

Os periódicos da época, em certa medida mencionam o trabalho de homens e mulheres para levar o alimento até o centro, o qual posteriormente, seria consumido pelos cidadinos. Contudo, estes documentos quase nunca mencionam a faina diária de inúmeros roceiros, pescadores e verdureiras dentre outros trabalhadores e trabalhadoras que abasteciam a “cidade”.

Na década de 1970 a pobreza era uma experiência comum a quase todos os moradores dos povoados que se situavam na “outra margem” do Igaraçu. O historiador Daniel Braga ao pesquisar a comunidade de Morros da Mariana entre a década de 1970/80 afirmou que “o entendimento de pobreza, sobretudo a partir dos anos 70, abarcou, além dos requisitos nutricionais, outras exigências, como água potável, saneamento básico, educação e cultura”<sup>47</sup>.

O isolamento, a falta de políticas públicas bem como a ausência da ação do Estado não era exclusividade apenas desse povoado, mas também de todos os demais que se localizavam na ilha pertencente à Parnaíba. Energia elétrica e água encanada eram in-existentes, lampiões e lamparinas à querosene iluminavam as casas no período noturno. Quando não possuíam dinheiro para comprar o combustível, esses sujeitos iam até as matas pegar a lenha.

Uma matéria do *Jornal Inovação* de 1979, retratava as agravas dos moradores dos povoados em busca de água. Segundo a matéria, a “água (para uso doméstico e geral) é[era] apanhada das cacimbas e de lagoas, obrigando dessa forma, as donas de casa, muitas já idosas, a andarem pela areia frouxa com latas d’água na cabeça”<sup>48</sup>. Cacimbas eram buracos feitos no chão arenoso com o auxílio de alguma “coité”, pá ou enxada. Ao atingir algum lençol freático, a água ia aos poucos minando. De lá, as mulheres e não somente idosas como a matéria do *Jornal Inovação* afirma, mas possivelmente meninas, também buscavam a água para ser consumida. Chegando em casa, o líquido era coado em um pano ou fervido na intenção de filtrar e remover as impurezas, após esse processo, a água era armazenada em potes de barro e consumido no dia a dia. Embora “filtrado”,

<sup>46</sup> SOUZA, Matheus Oliveira de. **A urbe, o rio e a ilha:** Parnaíba através de suas relações com os trabalhadores ribeirinhos do Delta do Rio Parnaíba (1975-2015). 123 f. Monografia (Graduação em História) - Universidade Estadual do Piauí, Campus Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba, 2015, p. 42.

<sup>47</sup> BRAGA. **Corp-oralidades**, p. 28.

<sup>48</sup> COSTA, Reginaldo. Tatus e Cal – povoados unidos até no abandono. *Jornal Inovação*. set. 1979, p. 4.

é bastante provável que os moradores sofressem com doenças causadas pelo líquido ingerido.

A necessidade material obrigava os pais a empregarem seus filhos já na infância. “Muito cedo essas crianças tinham contato com a lida nas roças, e a aprendizagem para vida adulta se dava na prática cotidiana”<sup>49</sup>. Meninos e meninas tinham suas funções pré-estabelecidas, “as crianças assimilavam a distinção do papel masculino e feminino por meio da observação dos pais e familiares”<sup>50</sup>. Segundo Luana Gomes, esses primeiros “desde cedo eram induzidos a acompanhar seus pais no serviço”<sup>51</sup>, por sua vez, as meninas “ajudavam em casa realizando trabalhos domésticos e cuidado dos irmãos menores enquanto suas mães saiam para trabalhar na roça ou para realizar outros serviços, como lavaram roupa no rio”<sup>52</sup>.

Vivia-se do trabalho nos rios, no mar e na roça. A labuta na roça era “um trabalho masculino, pois exigia mais força, porém, mulheres exerciam a função de roceiras tanto no plantio quanto na colheita”<sup>53</sup>. O arroz era um dos principais gêneros plantados nos povoados insulares, “fonte de sustento de grande parte da população da região”<sup>54</sup> e seus “campos de produção [estavam] situados em diversas lagoas e nas margens do Delta do Parnaíba”<sup>55</sup>.

Quando a plantação ficava em ilhas próximas, os sujeitos saiam de casa cedo levando consigo farinha de mandioca, feijão, água e rapadura - a mistura poderia ser algum peixe, camarão ou caranguejo capturado nos próprios rios e mangues da região do Delta do Parnaíba. Estas correntes fluviais funcionavam como vias de acesso às plantações. Chegando na roça, o trabalho destas pessoas só começava, “para ‘limpar’ o solo, ateavam fogo nas zonas mais altas ou mesmo utilizavam da maré alta nas partes mais baixas da roça a fim de que fosse retirada a mata nativa, tendo dessa maneira, local para realizar o plantio”<sup>56</sup>.

Os homens desdobravam-se trabalhando na roça e nos rios. As mulheres se dividiam entre as tarefas domésticas, a pescaria e o desgastante trabalho na roça. O que esses indivíduos não conseguiam produzir, era comprado nas poucas vendas existentes na própria ilha, “a compra em

<sup>49</sup> \_\_\_\_\_ **Corp-oralidades**, p.32.

<sup>50</sup> BRAGA. **Corp-oralidades**, p.32.

<sup>51</sup> GOMES, Luana Bittencourt. “**Ilha de brancas dunas**”: história e memória do bairro Tatus em Ilha Grande do Piauí (1975 - 2015). 56 f. Monografia (Graduação em História) Universidade Estadual do Piauí, Campus Alexandre Alves de Oliveira. Parnaíba, 2015. 22 p. 35.

<sup>52</sup> \_\_\_\_\_ “**Ilhas de brancas dunas**”, p. 35.

<sup>53</sup> \_\_\_\_\_ “**Ilhas de brancas dunas**”, p. 35.

<sup>54</sup> Importante e oportuno requerimento aprovou a Câmara Municipal. *Folha do Litoral*. 02 de out. 1976, p. 3.

<sup>55</sup> FERRAZ, R. Ferraz. Produção de arroz em parte sacrificada. *Folha do Litoral*. 24 de jan. 1976, p. 2.

<sup>56</sup> ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira; OLIVEIRA, Pedro Vagner Silva. Memórias sobre modernidade e exclusão: narrativas de agricultores dos Povoados Cal e Tatus, na cidade de Parnaíba (PI) sobre o “milagre econômico” (1969/73) In: FONTINELES. Cláudia Cristina da Silva (et al). **Itinerários da pesquisa em História**: a polifonia de um campo. Teresina: EDUFPI, 2014, p. 206.



pequenos comércios locais e quitandas era uma ação constante em situações de necessidade”<sup>57</sup>. Nestes casos, vendia-se para pagar depois, era o famoso “fiado”, que nem sempre era cedido aos trabalhadores. Rovai e Oliveira utilizando os procedimentos da história oral, entrevistaram trabalhadores da região. Ao analisar a memória de trabalhadores rurais, os historiadores afirmaram que este tipo de venda ocasionava vergonha e desconfiança sobre os trabalhadores dos povoados insulares: “os comerciantes não vendia com bom grado, uma vez que os agricultores não tinha dinheiro e nem sabiam quando iriam receber”<sup>58</sup>.

Se a desconfiança se dava sobre os agricultores, de acordo com Braga, sobre os catadores de caranguejo recaiam o desprezo social e preconceito. Por serem um grupo de trabalhadores que passam horas na lama fétida dos mangues, sua labuta era associada à sujeira e os sujeitos ao próprio animal que capturavam: o caranguejo. Mesmo parte da sociedade insular não os via com bons olhos. Para Braga, “o preconceito não se dava só contra o trabalhador, mas contra a sujeira, a pobreza, a cor da pele”<sup>59</sup>.

Para a cidade eram levados por homens e mulheres, peixes da água doce e da salgada; dos mangues vinham o caranguejo; das coroas dos rios, moluscos, tais como os mariscos. A pequena criação de aves que havia nos quintais das modestas casas feitas de barro e coberta de palha de carnaúba, além de suprir essas pessoas em casos de necessidade, também eram levada até os mercados de Parnaíba.

Os moradores de alguns povoados da Ilha ainda aproveitavam as frutas das estações tais como murici e puçá. Dentre eles, era significativo na vida desses indivíduos o caju. Cajueiros frutificavam em abundância na região que servia para a “alimentação do homem e dos próprios animais racionais”<sup>60</sup>. Além do consumo próprio, o pseudofruto era dado como alimento aos porcos e galinhas. Outra tática de sobrevivência adotada por esses sujeitos, era vender tanto o caju, como a castanha nos mercados, ambos muitos apreciados pelos moradores da “cidade”<sup>61</sup>.

As famílias em sua maioria eram constituídas por grande quantidade de filhos, todos os membros precisavam labutar para se manter. Além da família consanguínea, as relações de compadrios e amizade eram também formas de sobrevivência desses homens e mulheres. Os laços de solidariedade criavam “vinculo identitário entre os moradores”<sup>62</sup>. Baseado em respeito mútuo e

<sup>57</sup> \_\_\_\_\_. *Itinerários da pesquisa em História*, p. 208.

<sup>58</sup> ROVAI; OLIVEIRA, *Itinerários da pesquisa em História*, p. 208.

<sup>59</sup> BRAGA. *Corp-oralidades*, p.99.

<sup>60</sup> FILHO, R. Ferraz. Produção do caju. *Folha do Litoral*. 30 de set. 1978, p. 3.

<sup>61</sup> FILHO, R. Ferraz. Produção do caju. *Folha do Litoral*. 30 de set. 1978, p. 3.

<sup>62</sup> \_\_\_\_\_. *Itinerários da pesquisa em História*, p. 212.

união, esta forma de combater a pobreza era reforçada a partir do trabalho cotidiano na roça ou nos rios.

As fontes hemerográficas colocam os diversos povoados como lugares de miséria e “carentes de meio de transporte e comunicação”<sup>63</sup>. Percebe-se nessa documentação a falta de atendimento por parte do serviço público e a exclusão social que os habitantes enfrentavam. Poucos jornais abordam, mas alguns, principalmente as edições dos anos de 1977, 1978 e 1979 do *Jornal Inovação*, informam a ineficácia das ações do Estado nesses espaços. Nas páginas desse periódico, pode-se analisar as contradições do desenvolvimento em Parnaíba desse período.

Embora os periódicos indiquem que a penúria nos povoados aqui estudados, eram no período em questão “evidente”. Algumas pesquisas históricas anteriores feitas sobre estas mesmas comunidades, apontam que a década de 1970 propiciou relativa melhoria na vida de seus habitantes. A construção de estradas e a inauguração da “ponte sobre o Igaraçu” foram um dos benefícios trazidos tanto aos povoados quanto à Parnaíba que vivia sob o signo do “Piauí Novo”.

A estrada feita no começo dos anos 1970<sup>64</sup> trouxe certa comodidade para parte dos trabalhadores dos povoados insulares. Contudo, a obra favoreceu principalmente os habitantes de Morros da Mariana, “as demais comunidades um pouco mais afastadas como Baixão, Cal e Tatus, continuavam sem acesso direto, ou seja, sem estrada. A população dessas localidades, para chegar em Parnaíba permaneciam vindo a pé ou de embarcações”<sup>65</sup>.

Os Morros da Mariana era o “mais populoso”<sup>66</sup> dos povoados e agia como pequeno centro dentro da Ilha. Embora fosse o maior dos povoados, a situação de seus moradores era bastante semelhante das localidades vizinhas. A referida comunidade agia como “polo” e era, na época, “a maior dispensa da nossa cidade”<sup>67</sup>. Não obstante, frisamos que não somente os Morros, mas outros povoados eram igualmente necessários, “aquela região é[era] de grande importância para a nossa economia de subsistência”<sup>68</sup>, afirmava categoricamente Reginaldo Costa em reportagem para o *Jornal Inovação* do ano de 1979.

<sup>63</sup> Morros da Mariana, Cal e Tatus beneficiados. *Folha do Litoral*. 20 de set. 1978, p. 1.

<sup>64</sup> De acordo com um artigo do *Folha do Litoral*, a estrada dos Morros da Mariana foi “feita e conservada pelo ex-Prefeito Carlos Carvalho. Estrada desintegrada. *Folha do Litoral*. 06 de mai. 1973, p.1. Carlos Furtado de Carvalho foi prefeito de Parnaíba entre 1971 e 1972.

<sup>65</sup> GOMES. “Ilha de brancas dunas, p. 22.

<sup>66</sup> Infelizmente não encontramos dados demográficos oficiais sobre os Morros da Mariana da década de 1970, contudo, em uma das edições de 1985, o *Jornal Inovação* afirmava que nos anos 1980, cerca de 45,52% da população parnaibana encontrava-se no interior do município, por sua vez, o povoado em questão possuía 13,26% do contingente populacional de Parnaíba. Conf. Batista Teles. Parnaíba: crescimento populacional. *Jornal Inovação*. mar/abr. 1985, p.4.

<sup>67</sup> MENDES, R. Fonseca. Asfaltamento. *Folha do Litoral*. 16 de dez. 1974, p.4.

<sup>68</sup> COSTA, Reginaldo. Tatus e cal – povoado unidos até no abandono. *Jornal Inovação*. set. 1979, p. 19.

O povoado Tatus, possuía um movimentando porto fluvial que recebia fluxo de trabalhadores e mercadorias das mais diversas áreas do Delta do rio Parnaíba. Devido seu porto, era inegável o valor dessa comunidade para o município tendo em vista que ele era “um grande produtor agrícola”<sup>69</sup> e agia ainda como “entreposto comercial e forte zona pesqueira”<sup>70</sup>. Próximo aos Tatus, o Cal era moradia também de trabalhadores que usavam o solo, os rios e os mangues para sobreviver. Menos importante ainda era o povoado praiano de Pedra do Sal, vila pesqueira que abastecia os mercados parnaibanos com os pescados e que servia em períodos de férias escolares, como um dos balneários<sup>71</sup> do município.

A natureza da ilha, ou melhor, os elementos naturais tais como rios, mangues, mar e vegetação servia para que os moradores dos Morros da Mariana, Cal e Tatus, conseguissem driblar a pobreza material presente em suas vidas. De acordo com Braga,

nos rios não faltavam peixes e camarões; as canoas atracavam no porto abarrotadas de pescados; os mangues de outros tempos eram verdes, viçosos, e ocupavam vastas áreas repletas de caranguejo. As roças, por sua vez, não paravam de produzir, seja arroz, banana, cana-de-açúcar, enquanto as fábricas de pilar arroz viviam cheias<sup>72</sup>.

Se a falta de capital era uma constante para esses indivíduos, por outro lado, a abundância dos recursos naturais da região os ajudavam a sobreviver. Relativamente distante um dos outros, as condições de vida de todos esses lugares eram semelhantes. Na crítica social contida em uma das edições de 1979 do *Jornal Inovação*, podia-se ler sobre a condição da população parnaibana mais humilde que morava na “outra margem” do rio Igaraçu.

Os indivíduos eram “marcados pelo sofrimento, angustia e opressão, somos o Piauí do canto do Igarapé, Morros da Mariana, Ilha Grande e Tatus, para não ir mais longe”<sup>73</sup>. A crítica do jornal veiculava aos seus leitores o descompasso, ou melhor, as contradições da cidade.

Apesar dos bairros suburbanos do continente serem igualmente pobres, o *Jornal Inovação* nessa matéria absteve-se da pobreza urbana, selecionando os povoados ilhéus enquanto torrões de miséria. O desenvolvimento parnaibano, tão bem quisto nas páginas dos jornais na primeira metade

<sup>69</sup> Estrada particular. *Jornal Inovação*. dez. 1979, p. 4.

<sup>70</sup> Estrada particular. *Jornal Inovação*. dez. 1979, p. 4.

<sup>71</sup> Sobre a função balneária de Pedra do Sal pode-se ler os livros de memórias sobre Parnaíba. Conf. Carlos Araken. Pedra do Sal tinha uma rainha, era a Glorinha In: **Estórias de uma cidade muito amada**. Parnaíba: [s.e], 1988, p.30; CAMPOS, Humberto de. Pedra do Sal In: **Memórias inacabadas**. São Luís: Instituto Geia, 2009, p. 108 e ARAÚJO, Maria Elita Santos de. **Parnaíba**: o espaço e o tempo. Parnaíba, 2002, p. 83. Para além dos memorialistas, há indícios nos periódicos de que a praia era explorada mesmo antes da construção da ponte, um aviso impresso na segunda página do *Folha do Litoral* do dia 04 de janeiro de 1973, sinaliza que existia um bar na referida praia, bem como ônibus que iam até Pedra do Sal.

<sup>72</sup> BRAGA. **Corp-oralidades**, p. 70.

<sup>73</sup> EDITORIAL. “O milagre” piauiense e o santo de casa. *Jornal Inovação*. 31 de jan. 1979, p 5.



da década de 1970, aparecia no *Jornal Inovação* no final desse período como incongruente.

Outras matérias assinalavam as incoerências do desenvolvimento parnaibano no tempo em questão. O *Jornal Inovação* em uma matéria veiculada no fim dos anos 1970, afirmou: “os povoados de Tatus e Cal são apenas uma demonstração mínima de que a imagem de um ‘Piauí Novo’ criada demagogicamente, não funciona. Portanto, não existe”<sup>74</sup>. Há que se entender que os periódicos são espaços de lutas.

As ideias circuladas nas páginas dos jornais não apenas informam. A imprensa e as demais mídias além de informarem e expressarem opiniões, “delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos”<sup>75</sup>. Nota-se o embate de ideias entre os três jornais do período, enquanto o *Norte do Piauí* e o *Folha do Litoral* propalavam aos seus leitores as modificações ocorridas em Parnaíba na década de 1970, o *Jornal Inovação*, como vimos anteriormente, ressaltava os problemas enfrentados pelas áreas mais pobres do município.

Não obstante, frisamos que o desenvolvimento da cidade sentido nesse momento era publicado também no referido jornal, como pode ser visto em uma de suas matérias saída em 1979, “a pacata Parnaíba tem perdido muito de sua beleza e pureza de pequena cidade, consequência no natural processo evolutivo”<sup>76</sup>. Contudo, comparado aos outros dois jornais do período estudado, este fazia críticas mais constantes e incisivas. Reginaldo da Costa, um dos fundadores do *Jornal Inovação*, no artigo “3º Polo turístico nacional – a piada da década de 70”, saído em novembro de 1979, energicamente concluía: “é a maior piada da década de 70, dizer que Parnaíba é a cidade-sede do 3º Polo Turístico Nacional”<sup>77</sup>.

O que chama atenção apesar das discordâncias e embates na imprensa parnaibana do período, é a valorização da natureza. No primeiro número do *Jornal Inovação*, Reginaldo Costa Lima escreveu, “são maravilhosos os espetáculos que nos oferece a paisagem parnaibana onde a bela natureza de tal modo se esmera em suas grandes, que consegue prender e enfeitiçar os olhos de qualquer visitante”<sup>78</sup>. A paisagem natural era quase sempre associada à exploração econômica, enquanto que os trabalhadores dos povoados pouco apareciam nas mesmas matérias. No contexto dos anos 1970, Parnaíba passou a ser o “3º polo turístico nacional”<sup>79</sup>. Título este que, embora contestado pelo *Jornal Inovação* em fins dessa década, era largamente ostentado e veiculado não

<sup>74</sup> COSTA, Reginaldo. Tatus e Cal – Povoados Unidos até no Abandono In: *Jornal Inovação*. ?? de set. 09. 1979, p. 4.

<sup>75</sup> CRUZ, Heloisa; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, v. 35. n 35, p. 253-270, dez. 2007, p.258.

<sup>76</sup> Progresso? *Jornal Inovação*. mar. 1979, p. 10.

<sup>77</sup> COSTA, Reginaldo. 3º Polo turístico nacional – a piada da década de 70. *Jornal Inovação*. nov. 1979, p. 13.

<sup>78</sup> LIMA, Reginaldo Costa. Paisagem parnaibana. *Jornal Inovação*. dez. 1977, p. 7.

<sup>79</sup> *Almanaque da Parnaíba*. 1974, p. 39.



apenas nos jornais *Folha do Litoral* e *Norte do Piauí*, mas inclusive no *Jornal Inovação*.

Embora *lócus* de pobreza, alguns dos povoados, de acordo com os periódicos analisados, eram importantes para a cidade pois, além dos alimentos que forneciam, eram entendidos como um dos pontos turísticos do município e deveriam ser explorados pela sua paisagem natural.

### Natureza e turismo

A ponte Simplício Dias e a estrada que ligava Parnaíba aos Morros da Mariâna (sede da Ilha Grande) e à Pedra do Sal como já foi mencionado, serviram para melhor escoar os produtos agrícolas e pesqueiros para a cidade. Porém, tendo em vista que as cidades são espaços de disputas, o poder público e suas ações bem como as obras na *urbe* devem ser desnaturalizadas e problematizadas.

A arquiteta Raquel Rolnik afirma que no contexto urbano “a lógica capitalista passa a ser então um parâmetro essencial na condição de uma política de ocupação da cidade, que se expressa também na intervenção do Estado”<sup>80</sup>. Dessa forma, a ponte Simplício Dias não pode ser compreendida apenas como obra de utilidade pública como informavam algumas matérias dos periódicos. Não estamos contestando as benesses que essa obra trouxe para os “dois lados” de Parnaíba, todavia, é importante buscar compreender as transformações que ela trouxe para a população parnaibana.

A partir da análise sobre os jornais do período, nota-se que a ponte não tinha apenas a intenção de favorecer os trabalhadores dos povoados. Dado o contexto de efervescência do turismo e de sua imagem enquanto geradora de capital, é provável que a ponte possuísse como foco favorecer não apenas o curso diário dos trabalhadores insulares para o centro da cidade, mas possibilitar também o fluxo de turistas para a Ilha.

A partir dos periódicos percebeu-se que a natureza da Parnaíba insular era enormemente valorizada na década de 1970. Dos povoados localizados nessa ilha, Pedra do Sal era a mais explorada – por causa do mar – nas páginas dos periódicos. Das várias matérias encontradas que falavam sobre Pedra do Sal, transcrevemos um texto de R. Ferraz Filho publicado no *Folha do Litoral*, observemos a apologia que este autor faz sobre a paisagem do lugar.

É considerado como parte do terceiro plano Turístico do Norte, a bela e encantadora [...] Pedra do Sal. [...] Quem conhece a Pedra do Sal, tem a magnífica ideia de que a natureza proporcionou a aludida praia, tudo que se fazia necessário para a formação de encantos e rara beleza, que podemos dizer que tem todos os caracteres de cortins que ornamenta grande parte do **NOSSO** litoral e desperta

---

<sup>80</sup> ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 54-55.



pela sua rara beleza, curiosidades e admiração a todos aqueles que dela se aproxima, para contemplarem dali de cima das lindas pedras que localizadas as margens do litoral piauiense, trazem aos seus visitantes, saudades e recordações<sup>81</sup>[Grifo nosso].

A contemplação da paisagem praiana da Pedra do Sal, de acordo com o autor deste texto, trazia sensações: saudades e recordações. O artigo enaltecia a paisagem natural, convidando inclusive o leitor a conhecer o lugar. O texto de Ferraz Filho possivelmente tinha duas intenções, a primeira, - a qual suprimimos em parte - galgar melhorias na infraestrutura, tais como a pavimentação da estrada que se encontrava deteriorada em 1976.

Para o referido autor, era primoroso reivindicar “o transporte rodoviário para proporcionar aos turistas, meios para atendimento de seus desejos, que são, sem dúvida, de conhecerem a mais bela praia do norte brasileiro”<sup>82</sup>. Desse modo, um dos objetivos do jornalista era chamar a atenção das autoridades públicas e dos leitores. Em sua visão, o transporte seria um suporte necessário para que os visitantes chegassem nesta praia.

A segunda intenção de Ferraz Filho era, provavelmente fazer os parnaibanos tomarem para si a qualidade da praia no cenário turístico e sua importância. O jornalista aparentava ter como um dos objetivos, fazer com que os citadinos se apoderassem de seu patrimônio natural. A “posse” citadina sobre a praia da Pedra do Sal parece ter sido algo comum na imprensa local analisada.

A valorização da paisagem nas páginas dos periódicos parnaibanos motiva-se devido o interesse econômico, mais precisamente acerca do mar como atrativo turístico que traria benefícios sociais e econômicos para Parnaíba. Os adjetivos empregados nas descrições dos elementos que formavam o “quadro” que Ferraz Filho “pintou”, podem ser compreendidos como recurso apelativo que causava sensações nos leitores.

A forma de mostrar que Pedra do Sal fica em outro território, separada de Parnaíba por uma corrente de água fluvial e que uma ponte liga as duas regiões, faz em certa medida acepção, cria distanciamento além de físico, imaginário das áreas praianas e central. Essa separação que o autor enfatiza é por nós percebida como recurso.

De acordo com Maria da Glória Lanci da Silva “a produção da paisagem turística envolve, de um lado, os meios de comunicação que veiculam as imagens e descrições dos lugares; de outro, a construção de cenários de lazer pelas intervenções urbanísticas e através da arquitetura”<sup>83</sup>. Partindo desse pensamento e transportando para o contexto estudado, comprehende-se a

<sup>81</sup> FILHO, R. Ferraz. Pedra do Sal. *Folha do Litoral*. 25 de set. 1976, p.3.

<sup>82</sup> FILHO, R. Ferraz. Pedra do Sal. *Folha do Litoral*. 25 de set. 1976, p.3.

<sup>83</sup> SILVA, Maria da Glória Lanci. **Cidades turísticas**: identidades e cenários de lazer. São Paulo: Aleph, 2004, p. 27.



valorização das paisagens naturais de Parnaíba nos jornais circulados nessa cidade durante os anos 1970.

Os periódicos parnaibanos agiriam não somente como meios de circulação de ideias, mas também, de imagens, em especial das paisagens. Ora, os turistas, visitantes e mesmo parnaibanos moradores do continente que lessem os jornais do período, eram incitados a conhecerem aqueles locais descritos nas páginas dos periódicos. Não somente a Ilha era explorada, mas espaços localizados na área urbana, por exemplo, a Casa Grande, a Praça da Graça ou a Praça Santo Antônio eram considerados “pontos turísticos”<sup>84</sup>.

Dessa maneira, observa-se que não somente a natureza era admirada, mas também, lugares históricos ou monumentos eram considerados importantes para a chamada “indústria sem chaminés”. Ainda que interessante, não iremos nos ater em profundidade sobre esses demais lugares, tendo em vista que fugiria da discussão aqui proposta. Dos povoados mais bem exploradas pelos periódicos em relação ao turismo e aos seus interesses, ressaltamos a Pedra do Sal.

É interessante analisar a forma como os periódicos tratavam esse lugar. A praia da Pedra do Sal por estar situada em uma ilha, ganhou “reforço” pela imprensa. Essa conferia para a referida praia a imagem de lugar exótico. A fim de compreender esse exotismo, convém retornar para o problema da praia de Parnaíba (Pedra do Sal), estar localizada em uma insula.

O próprio território onde Pedra do Sal se encontra já é uma especificidade, afinal a praia encontra-se numa ilha separada da “cidade” por um rio. As ilhas habitam o imaginário das pessoas, espécie de microcosmos, são compreendidas como recintos de paz e recanto de belezas. Lugares únicos e que repassam mistérios e fascínio. As insulas ao longo da história povoaram e ainda povoam o imaginário humano.

Para Antônio Carlos Diegues, “a chegada à ilha implica numa viagem, num transportar-se a outro espaço do qual sempre se retorna”<sup>85</sup>. A ponte, retratada em algumas edições como limes entre os dois territórios de Parnaíba, agia de maneira dúbia: separar/ligar. Desta feita, quando separava, no caso do turismo, ela possuía também a função de seduzir, ou melhor, atrair visitantes. O Igaraçu, fronteira natural que separava a “cidade” dos povoados, assinalava que uma travessia deveria ser feita para que se pudesse chegar à outra margem.

O ato de atravessar o mar ou um rio para se chegar a um pedaço de terra rodeado por água é um desafio que cria expectativa e ânimo nas pessoas. É esse o principal atrativo das ilhas oceânicas

<sup>84</sup> Conf. NEVES FILHO, Ademar Gonçalves. Pontos Turísticos de Parnaíba. *Folha do Litoral*. 27 de set. 1978, p.4.

<sup>85</sup> DIEGUES, Antônio Carlos. **Ilhas e mares**: simbolismo e imaginário. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 107.



para turistas, uma encantadora aventura. Todavia, para se chegar até a Ilha Grande de Santa Isabel não era preciso atravessar o mar, a insula não é oceânica, mas fluvial e marítima, localizando-se a poucos metros depois do rio. Por muitos anos atravessou-se o rio Igaraçu em canoas, mas a partir da construção da ponte Simplício Dias em 1975, bastava apenas cruzar a ponte e o visitante já estaria na referida insula, ou melhor, no “outro lado do Igaraçu”.

A travessia, embora curta, não desqualifica a especificidade da aventura. “Não é necessário que a ilha seja longínqua, nem mesmo de acesso difícil: o importante é que uma fronteira visível marque seus limites, menos como um obstáculo material que como um sinal de *alteridade*”<sup>86</sup>. Dessa forma, observa-se uma relação dupla de separação/integração da ilha e, por conseguinte da praia com a cidade.

Ao subir a ponte, o turista poderia em olhar panorâmico, ver o espetáculo que lhe aguardava. Entretanto, a aventura não se findava com a travessia do Igaraçu. De acordo com um artigo de 1978 do *Folha do Litoral*, ao ir à Pedra do Sal, os visitantes seguiam viagem em “rodovia asfaltada, descortinando um belo cenário verdejantes carnaubais e frondosos cajueiros contrastando com as alvas dunas”<sup>87</sup>. A natureza parnaibana, esta riqueza<sup>88</sup> abundante e seus elementos acompanhavam os visitantes.

Com o advento do turismo na região, as funções das comunidades insulares foram ressignificadas. O que anteriormente eram comunidades formadas por indivíduos que se utilizavam dos solos, rios, mangues e mar para sobreviverem - foram sendo entendidas também, a partir desse momento pelos periódicos, como “pontos turísticos”. Observa-se que não necessariamente a imagem dos que moravam nos povoados insulares tenha se modificado na imprensa. Apesar da natureza e de sua importância para o turismo, essas pessoas continuarem sendo entendidos como trabalhadores pobres.

Chama atenção que o *Jornal Inovação* apresentava em algumas de suas edições as contradições sociais sentidas na Ilha Grande de Santa Isabel. No ano de 1979, Reginaldo da Costa em outro artigo publicado no referido jornal, afirmou a ineficácia da indústria do turismo no litoral piauiense: “neste empobrecido estado [...] do outro lado da ponte Simplício Dias da Silva, onde a imagem de um ‘Piauí novo’ não funciona, querem transformar um povoado em celeiro turístico às

<sup>86</sup> RACAULT *apud* DIEGUES, Antônio Carlos. As ilhas e arquipélagos tropicais brasileiros: práticas sociais e simbólicas In: \_\_\_\_\_, Antônio Carlos (org.). **Ilhas e sociedades insulares**. São Paulo: NUPAUB, 1997, p. 13.

<sup>87</sup> LIMA, Olavo Araújo. 12. Pedra do Sal. *Folha do Litoral*. 21 de out. 1978, p.3

<sup>88</sup> EDITORIAL. Desprezo. *Folha do Litoral*. 29 de mai. 1976, p.1.



custas da miséria popular. Trata-se da Pedra do Sal<sup>89</sup>.

No trecho transcrito, mais uma vez a ponte figura como fronteira, o qual o “outro lado” é caracterizado pelo pauperismo e miséria social. A Pedra do Sal aparecia nesse artigo do *Jornal Inovação*, não como balneário ou enquanto lugar de belezas naturais onde o mar encontrava-se com os rochedos, mas como espaço explorado, o qual sua gente, marcada pela pobreza era relegada à segundo plano, importando mais a natureza que o fator social. O artigo sombriamente concluía essa exploração: “o povo da Pedra do Sal não pode ser marginalizado sob preferência dos exploradores materialistas desprezando as condições humanas de subsistência ou então acabarão contribuindo para o desajuste daquela comunidade antes tranquila, hoje poluída, destruída, ignorada?”<sup>90</sup>.

O turismo, em tese, buscava trazer no período estudado, nova imagem à “outra Parnaíba”, a qual era território de belas paisagens, os moradores desses lugares e sua pobreza material ainda permaneciam, sendo inclusive veiculados nos jornais citadinos da década de 1970. Em outubro de 1979 o *Jornal Inovação* publicou que uma nova modificação estrutural estava sendo feita na outra margem do Igaraçu:

É fabulosa a obra que estão construindo na ilha Grande de Santa Izabel: Trata-se da estrada Morros da Mariana – Pedra do Sal. Pois bem: não somos contra um anseio do povo dos Morros, achamos ignorância e falta de visão daquilo que realmente significa um feito que venha beneficiar as comunidades as comunidades mais carentes<sup>91</sup>.

Acreditando ser uma obra que não atendia as demandas populares dessas comunidades, mas a dos políticos, percebe-se a crítica do periódico acerca da estrada. Os jovens do *Jornal Inovação* em editorial saído em dezembro de 1979, censuravam uma vez mais a construção dessa estrada.

Parnaíba está construindo uma estrada que liga Morros da Mariana a Pedra do Sal. Ora, esta estrada é supérflua, pois não tem nenhum cunho socio-econômico, além de essa ligação já ser feita através do entroncamento com a estrada Parnaíba – Pedra do Sal [...] é uma burrada e dinheiro gasto desnecessariamente<sup>92</sup>.

Como pode-se ler, esse editorial tinha como objetivo alertar os seus leitores tanto sobre a irrelevância da obra – tendo em vista que pouco atendia as populações locais- quanto mostrar o real interesses de seus empreendedores. Segundo ambas as matérias citadas anteriormente, a construção da estrada ligando Morros da Mariana à Pedra do Sal, não tinha nenhum benefício

<sup>89</sup> COSTA, Reginaldo da. Crianças da Pedra do Sal clamam por escolas. *Jornal Inovação*. Parnaíba, mai. 1979. p.17

<sup>90</sup> COSTA, Reginaldo da. Crianças da Pedra do Sal clamam por escolas. *Jornal Inovação*. Parnaíba, mai. 1979 p.18.

<sup>91</sup> Canto do Igarapé. *Jornal Inovação*. out. 1979, p. 20.

<sup>92</sup> Estrada particular. *Jornal Inovação*. dez. 1979, p.4.



social.

Os objetivos dessa estrada eram para o *Jornal Inovação*, político e econômico, tendo em vista que possibilitaria aos visitantes conhecerem e desfrutarem de ambos os lugares. Atendendo assim aos turistas e não aos moradores dos povoados. Os trabalhadores do Cal e Tatus, por exemplo, continuariam a levar seus produtos em barcos e canoas até Parnaíba ou então, carregavam em suas costas as mercadorias até os Morros da Mariana, para somente a partir dali transportar nos ônibus - caso pudessem pagar - seus produtos até o centro da “cidade”.

### **Considerações finais:**

A década de 1970 era apresentada na imprensa parnaibana como período em que a cidade tornava a se desenvolver. Nesse contexto, os povoados serviam como celeiros para cidade. Os trabalhadores que alimentavam Parnaíba continuaram sua vida em seus esforços diários, o mar, os rios, roças e mangues eram as oficinas desses indivíduos que viam no trabalho tanto a forma se manterem vivos.

Para além da abundância dos recursos naturais, os trabalhadores dos povoados insulares lançavam mão de outros artifícios para poder burlar a pobreza material. A vivencia cotidiana, as amizades e o compadrio eram importantes formas de se ampararem ante as adversidades. Embora boa parte dos periódicos fizessem silêncio no tocante ao cotidiano e dificuldades vivenciadas pelos moradores desses lugares e mencionassem apenas brevemente as condições e também acerca do trabalho que realizavam, compreendemos diante do exposto que esses indivíduos não eram passivos: eles combatiam a pobreza pelo trabalho que era realizado utilizando os recursos naturais da região.

Por outro lado, a natureza insular nesse período foi valorizada pela imprensa da cidade, não no sentido de preservar, mas sim de explorar as paisagens naturais. Observa-se esse interesse principalmente acerca da antiga vila pesqueira de Pedra do Sal, torrão da cidade que começou a ganhar maior valorização pela imprensa citadina. O turismo era retratado nos jornais de Parnaíba dessa década, como uma forma que traria em tese, desenvolvimento para a cidade.

Contudo, para isso, era necessário zelar esses bens naturais, fazendo bom uso deles. Em um editorial de novembro de 1979 o *Jornal Inovação* afirmou: “os nossos recursos naturais, considerados centros turísticos estão desprezados. Lagoa do Portinho, Pedra do Sal, Morros da Mariana [...] estão necessitando de cuidados de toda ordem”<sup>93</sup>. Desse modo não bastava

---

<sup>93</sup> EDITORIAL. A luta continua - Urbanização da zona de turismo. In: *Jornal Inovação*, Parnaíba, out. 1979, p. 3.



simplesmente deter o domínio sobre as paisagens. Era igualmente importante a manutenção desses lugares.

Entendidos como pontos turísticos, compreendeu-se que a natureza desses locais era importante para a cidade, sendo largamente explorada pela imprensa. Contudo, a pobreza e as privações que os moradores sofriam, pouco eram mencionadas nos jornais. A pobreza material dos trabalhadores insulares eram contrastada pela natureza do lugar em que viviam.

Apesar da ponte Simplício Dias ter facilitado o transporte desses indivíduos da Ilha para Parnaíba - as transformações que o turismo deveria trazer e o desenvolvimento parnaibano tão bem quisto e mencionado nos periódicos da década de 1970, não atendia, ou contemplava toda a cidade, tampouco os trabalhadores que moravam nos povoados insulares. A ideia do turismo enquanto atividade que traria desenvolvimento para Parnaíba não se findou no período aqui estudado. A ideia do turismo, da “indústria sem chaminés” permaneceu mesmo na década de 1980, muito embora Parnaíba e sua posição de “3º Polo Turístico” fosse ainda contestada<sup>94</sup>.

---

<sup>94</sup> GENUINA, Sólima. Turismo vocação frustrada. *Jornal Inovação*, Parnaíba, jun. 1984, p.6.



# O último discurso de Amílcar Cabral: um projeto de Estado binacional para Guiné-Bissau e Cabo Verde (1973)<sup>1</sup>

Daniel Precioso

Doutor em História

Universidade Federal Fluminense

daniel.precioso@gmail.com

Recebido em: 09/02/2017

Aprovado em: 18/09/2017

**RESUMO:** O documento comentado consiste em um pronunciamento realizado por Amílcar Cabral no dia 1º de janeiro de 1973, no qual realiza um balanço da luta de libertação de Guiné-Bissau e Cabo Verde em 1972. Além de trazer informações valiosas para os estudos sobre a descolonização no continente africano, como procuraremos enfatizar, o documento transscrito delineia o projeto de um Estado binacional para Guiné-Bissau e Cabo Verde.

**PALAVRAS-CHAVE:** Amílcar Cabral, Estado binacional, Guiné-Bissau e Cabo Verde.

**KEYWORDS:** Amílcar Cabral, Binational State, Guinea-Bissau and Cape Verde.

O nome de Amílcar Cabral (1924-1973) está indissociavelmente relacionado com a libertação de Guiné-Bissau e Cabo Verde. Morto em uma emboscada feita pelas tropas colonialistas, Cabral não pôde ver se consumar a libertação de Cabo Verde e a construção de um Estado Binacional com Guiné-Bissau. Guineense, filho de cabo-verdianos, Cabral formou-se em agronomia em Lisboa, tendo desempenhado a sua profissão em Guiné-Bissau e Angola até entrar na clandestinidade. Foi liderança principal e fundador, em setembro de 1956, do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Acabou por tornar-se um símbolo da luta pela libertação em África, tendo contribuído para a formação de outros movimentos libertadores, como o Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA).<sup>2</sup>

Os historiadores africanos Joseph Ki-Zerbo, Ali Mazrui, Christophe Wondji e Albert Adu Boahen, observaram que Cabral, “por intermédio da disciplina do marxismo-leninismo, tentou uma integração entre os valores do socialismo e do nacionalismo”<sup>3</sup>. Apenas essa associação

<sup>1</sup> CABRAL, Amílcar. Mensagem de ano novo de 1973 (último discurso). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=RabQNsqt9dk&t=185s>>. Acesso: 09/02/2017.

<sup>2</sup> LOPES, Carlos. Amílcar Cabral: uma inspiração para os dias de hoje. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral**. São Paulo: Editora UNESP, 2012, p. 9.

<sup>3</sup> KI-ZERBO, Joseph, MAZRUI, Ali A., WONDJI, Christophe, BOAHEN, Albert Adu. Construção da nação e evolução dos valores políticos. In: MAZRUI, Ali A. (dir.). **História Geral da África - VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010, p. 582.



poderia, na visão de Cabral, dar vazão aos anseios políticos populares, abrindo caminho para a criação do poder popular, para o desenvolvimento socioeconômico e para a garantia da justiça social. Tornava-se, contudo, indispensável uma ação política enraizada nos “valores civilizatórios da gente ordinária”,<sup>4</sup> ou seja, que se dirigisse ao povo com exemplos de sua vida cotidiana – e não através de leituras abstratas das estruturas econômicas. Não à toa, foi chamado de “pedagogo da Revolução”<sup>5</sup>, tendo se preocupado com a criação de um “homem novo” que fosse capaz de viver em uma sociedade socialista. As “Escolas Piloto” criadas pelo PAIGC materializavam esse anseio, contribuindo para a instrução do povo nos valores nacionais e patrióticos. Como observou o sociólogo guineense Carlos Lopes, “Cabral compreendeu que os fundamentos da luta pela libertação nacional eram políticos e, portanto, a vitória só seria possível se os movimentos de libertação conseguissem articular posições políticas, e só depois justificar a ação militar”<sup>6</sup>. Nesse sentido, era fundamental conhecer e lidar com a realidade do povo. O PAIGC adotou o lema “Unidade e Luta”, acionando o dispositivo nacional – possível antídoto para as rivalidades étnicas.

A luta de libertação realizada pelo PAIGC foi a mais bem sucedida entre àquelas promovidas pelos demais movimentos de libertação das ex-colônias portuguesas. Não por acaso, Guiné-Bissau foi a primeira colônia portuguesa a se tornar independente, em 24 de setembro de 1973. Cabo Verde, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe completaram os seus processos de independência apenas em 1975. A maior dimensão que o marxismo-leninismo adquiriu no continente africano se deve, entre outras coisas, aos movimentos de libertação das ex-colônias portuguesas. Embora outras nações africanas já tivessem adotado a perspectiva socialista, o desmantelamento do império português, em 1974, deu novo impulso ao socialismo em África. Angola e Moçambique se declararam abertamente “Estados marxistas-leninistas”. Guiné-Bissau, contudo, apenas flirtou, durante certo tempo, com a ideologia de esquerda.<sup>7</sup> Cabral não era um marxista “ortodoxo”. A fecundidade de seu pensamento político residia em sua premissa de que a nova nação, que pretendia forjar, deveria pensar cada problema concreto a ser resolvido, de modo a encontrar a solução mais conveniente nas condições específicas de sua terra e da sua luta.

O discurso de Amílcar Cabral que transcrevemos a seguir foi proferido nos seus últimos dias de vida e nos anos finais da luta de libertação de Guiné-Bissau e Cabo Verde, quando as

<sup>4</sup> KI-ZERBO, MAZRUI, WONDJI, BOAHEN. *Construção da nação*, p. 582.

<sup>5</sup> PEREIRA, Amílcar Araújo, VITTORIA, Paolo. A luta pela descolonização e as experiências de alfabetização na Guiné-Bissau: Amílcar Cabral e Paulo Freire. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 25, n. 50, jul.-dez./2012, p. 194.

<sup>6</sup> LOPES. *Amílcar Cabral*, p. 9.

<sup>7</sup> \_\_\_\_\_, *Construção da nação*, p. 599.



forças portuguesas já haviam perdido muitos territórios (inclusive a capital Bissau) e se encontravam debilitadas. O pronunciamento do líder do PAIGC foi transmitido pela *Rádio Libertaçao*, responsável pela transmissão dos informes à população guineense. Cabral iniciou seu discurso em tom comemorativo, fazendo referência aos dez anos que a luta armada completava. Lembrando que as tropas de libertação já haviam banido os colonialistas da maior parte do território guineense, Cabral pretendia que 1973 fosse o ano do “golpe de misericórdia” nos inimigos. Conclamava, para tanto, todos os homens das duas colônias a integrarem a luta armada. O líder do PAIGC pretendia a manutenção das áreas retomadas dos portugueses e uma incursão violenta sobre os territórios ainda em posse dos oponentes. A luta dos guineenses e cabo-verdianos, segundo Cabral, deveria passar, assim, a um novo e último patamar.

Muitos informes foram passados por Cabral, que realizou um balanço prévio da luta de libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde. O balanço completo do ano anterior, 1972, seria divulgado posteriormente pela *Rádio Libertaçao* e “por meio de outros meios de comunicação”. Mais importante do que a apresentação do histórico da luta, o discurso de Cabral, que doravante transcrevemos, é relevante porque nele é apresentado um projeto de nação para um Estado Binacional. No ano de 1972, o PAIGC havia realizado “eleições com voto universal e secreto nas regiões libertadas para a criação dos conselhos regionais e da primeira assembleia geral.” As listas dos candidatos foram elaboradas após oito meses de “debates democráticos”, quando foram selecionados os representantes de cada setor. Reunidos os conselhos regionais eleitos, estes elegeram, por sua vez, entre os seus membros, o representante da Assembleia Nacional Popular, que tinha 120 membros – dos quais oitenta foram eleitos entre as “massas populares” e quarenta entre os “quadros políticos, militares, técnicos, profissionais e outros”<sup>8</sup>.

O discurso de Cabral foi feito em meio à elaboração de uma Constituição para Guiné-Bissau. A Assembleia Nacional Popular era o “órgão supremo” da soberania. Alimentando o seu sonho de união das duas colônias após a concretização da independência, Cabral fazia os votos de que, em um “amanhã” próximo, uma assembleia do mesmo tipo fosse fundada em Cabo Verde, em cujo território deveriam concentrar-se as ações armadas do PAIGC em 1973. As duas assembleias, com a reunião de seus membros, formariam a “Assembleia Suprema” do povo de Guiné-Bissau e Cabo Verde. A criação da assembleia em Guiné-Bissau representava a materialização da independência e o alto grau de “consciência nacional” do povo guineense. O novo desafio era fazer funcionar a assembleia recentemente eleita, tarefa crucial para o novo ano

<sup>8</sup> CABRAL. Mensagem de ano novo de 1973.



de luta que se iniciava. A “nação africana, forjada na luta”, na visão de Cabral, estava firmemente marchando para a independência. O executivo do Estado seria, sob a direção do PAIGC, “o único, verdadeiro e legítimo representante” do povo guineense e cabo-verdiano<sup>9</sup>.

O tom pan-africanista de Cabral pode ser notado em sua afirmação de que a luta de libertação promovida pelo PAIGC tinha o apoio de todo o povo africano e de todos os antirracistas e anticolonialistas (inclusive, na Europa e América). Vale lembrar que a Organização da Unidade Africana (OUA), fundada em 1963, oferecia ajuda aos movimentos de libertação nacional, entre os quais o PAIGC. Embora a OUA tenha obtido poucos resultados efetivos na década de sua criação, na década seguinte acumulou vitórias, sendo exemplares os casos das independências das ex-colônias portuguesas de Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, que também são o reflexo – ou, em uma perspectiva africana, a causa – da Revolução dos Cravos (1974). Na Conferência dos Sete Estados de Governos Africanos, ocorrida em Rabat (Marrocos), assim como em conferências anteriores, o PAIGC havia sido escolhido como representante das lutas de libertação em África. A luta do PAIGC ainda contava com o apoio dos povos vizinhos da Guiné (Cronacri) e Senegal.

A Organização das Nações Unidas (ONU) também apoiava o PAIGC, tendo discursado Cabral em sua vigésima sétima seção. Uma resolução da ONU se pronunciou a favor da independência das colônias portuguesas, encorralando ainda mais o Salazarismo – que contava com a reprovação da própria opinião pública portuguesa. Cabral relembrou que a resolução de 1972 do Comitê de Descolonização da ONU reconhecia o PAIGC, por aclamação, como “único e legítimo representante do povo da Guiné e Cabo Verde”. Uma “resolução histórica” do conselho de segurança da ONU – “pela primeira vez presidido por uma mulher”, a “camarada e guineense Jeanne-Martin Ceci”<sup>10</sup> – condenou o colonialismo português e exigiu do governo de Portugal que cessasse a guerra colonial em África e retirasse as suas tropas de ocupação, de modo a entrar em negociação, o menos tardar, com o PAIGC. Essas conquistas evidenciam a postura diplomática de Cabral, ou o seu “pragmatismo revolucionário”, já que ele conseguiu angariar apoio de países do bloco socialista e capitalista, além de ter sido recebido pelo papa Paulo VI no Vaticano<sup>11</sup>.

Cabral também fez referência aos planos econômico, social e cultural. Saúde e educação, sobretudo, deveriam ser os carros-chefes no plano social. Pretendia “educar o povo pela

<sup>9</sup> \_\_\_\_\_. Mensagem de ano novo de 1973.

<sup>10</sup> \_\_\_\_\_. Mensagem de ano novo de 1973.

<sup>11</sup> PEREIRA, VITTORIA. **A luta pela descolonização**, p. 195.



revolução”, pela luta de libertação, de modo a formar novos quadros para o partido. As “Escolas Piloto”, criadas pelo PAIGC, como já nos referimos, cumpriam esse objetivo de educar o povo, articulando consciência política e patriótica.<sup>12</sup> No plano econômico, Cabral ressaltava a necessidade de um plano de subsistência para os tempos de seca. Felicitava as colheitas exitosas dos anos anteriores, fruto do esforço dos trabalhadores do campo. A esse respeito, projetava a construção dos “Armazéns do Povo”, voltados para o estoque de alimentos para os anos de secas. Relembra o apoio da União Soviética e dos demais países socialistas, fundamental para o desenvolvimento econômico da futura nação. Os diversos órgãos humanitários – como a UNICEF – também contribuíam com Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Na arrematação do discurso, Cabral advertiu que a guerra de libertação não se dirigia aos portugueses em geral, mas apenas contra as tropas fascistas de Salazar, que teimavam em ocupar a África. Assim como Portugal havia se libertado de Castela e Espanha, Guiné-Bissau e Cabo Verde pretendiam alcançar a sua “própria expressão política nacional”, a sua independência. Cabral estava ciente da contrariedade da opinião pública portuguesa em relação ao colonialismo. Para Cabral, a vitória era certa, “pois nada poderia parar a marcha da História”<sup>13</sup>. Porém, Cabral foi brutalmente assassinado em Guiné-Cronacri pelas tropas repressoras. Não pôde, portanto, assistir à consumação da independência e à formação do Estado de Guiné-Bissau e Cabo Verde. Coube a seu meio irmão, Luís de Almeida Cabral, dar continuidade à luta e à instalação de um regime singular, tornando-se o primeiro presidente de duas nações governadas por um único partido.

Com a morte de Cabral, o projeto socialista de um poder popular não encontrou campo fecundo para florescer. O projeto de uma nação unificada sobreviveu por uma década após a independência, terminando com um golpe de Estado, ocorrido em 1980, conhecido como Movimento Reajustador.<sup>14</sup> Os guineenses – de cujo grupo majoritariamente saíam os quadros militares – se viam alijados dos cargos políticos e administrativos, que eram ocupados pelos cabo-verdianos. Estes eram os que mais frequentemente possuíam curso superior e experiência prévia, tendo alguns deles servido – na condição de “assimilados” – como agentes do regime colonialista. Guiné-Bissau e Cabo Verde, apesar da proximidade geográfica e da luta comum de libertação,

<sup>12</sup> \_\_\_\_\_. **A luta pela descolonização**, p. 198.

<sup>13</sup> CABRAL. Mensagem de ano novo de 1973.

<sup>14</sup> O chamado Movimento Reajustador consistiu em um golpe de Estado ocorrido em 14 de novembro de 1980, sob a liderança do 1º ministro, “Nino”, que derrubou o presidente Luís Cabral e o governo composto por maioria cabo-verdiana. Deu-se o fim do projeto de unificação, desvinculando-se os dirigentes políticos cabo-verdianos do PAIGC ao fundarem o PAICV (Partido Africano para a Independência de Cabo Verde). CASSAMA, Daniel Júlio Lopes Soares. **Amílcar Cabral e a independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde**. Araraquara: Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-Graduação em História, Araraquara, 2014.



possuíam formações sociais e identitárias distintas. Enquanto em Guiné-Bissau predominavam as rivalidades étnicas, em Cabo Verde sobressaia uma identidade mestiça.

À chegada dos portugueses, no século XV, Cabo Verde era um grupo de ilhas inabitadas. Os colonizadores portugueses transportaram escravos – em sua maioria, guineenses – para os dois conjuntos de ilhas. Como observou o historiador cabo-verdiano António Leão Correa e Silva, essa composição social levou a um intenso processo de miscigenação, a respeito (não seria à semelhança) do que ocorreu no Brasil.<sup>15</sup> O próprio tratamento dado por Salazar dferia de colônia para colônia africana. A política de assimilação – copiada dos franceses – previa diferentes formas de tratamento. De acordo com Miguel Vale de Almeida, enquanto os cabo-verdianos e sãotomenses eram vistos como intermediários “assimilados”, os guineenses, angolanos e moçambicanos eram tidos como indígenas “não civilizados”. Assim, os assimilados de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe compunham uma camada intermediária entre os colonialistas portugueses e os “indígenas”<sup>16</sup>.

No discurso colonial, Cabo Verde era uma continuidade de Portugal, sendo os seus habitantes assimilados – em teoria, “cidadãos portugueses”, embora, na prática, desfrutassem de uma cidadania que, na melhor das hipóteses, era de segunda categoria. Essa diferenciação de Cabo Verde perante a Guiné Portuguesa se dava em virtude da sua localização estratégica, de suas circunstâncias históricas de ocupação e do seu papel na formação de mão-de-obra qualificada para as demais colônias. Essa suposta cooperação dos cabo-verdianos com o regime colonial fomentou uma rivalidade com os angolanos, moçambicanos e, principalmente, guineenses.<sup>17</sup> A imagem do líder do PAIGC, nascido em Guiné-Bissau mas filho de cabo-verdianos, servia, assim, como um elo entre as duas ex-colônias portuguesas. Da mesma maneira que adotava como suas as duas nações, Cabral não via motivos para que elas não tivessem os seus destinos nacionais entrelaçados, haja vista a proximidade geográfica e o passado colonial comum.

Apesar das “divergências e distinções” entre as duas ex-colônias e os “conflitos entre suas elites no poder”<sup>18</sup>, durante os dez primeiros anos pós-independência, as nações da Guiné-Bissau e

<sup>15</sup> CORREA E SILVA, António Leão. **Combates pela história**. Praia: Spleen, 2004. A comparação com o Brasil não é fortuita, pois muitos intelectuais cabo-verdianos se espelharam na obra de Gilberto Freyre para defender a identidade mestiça de sua pátria. MOURÃO, Daniele Ellery. Guiné-Bissau e Cabo Verde: identidades e nacionalidades em construção. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 1 (58), p. 83-101, jan.-abr. 2009.

<sup>16</sup> ALMEIDA, Miguel Vale de. O projeto crioulo. Cabo Verde, colonialismo e crioulidade. In: \_\_\_\_\_. **Outros destinos: ensaios de antropologia e cidadania**. Porto: Campo das Letras, 2004, p. 255-319.

<sup>17</sup> HERNANDEZ, Leila Leite. **Os filhos da terra do Sol: a formação do Estado-Nação em Cabo Verde**. São Paulo: Selo Negro, 2002.

<sup>18</sup> MOURÃO. **Guiné-Bissau e Cabo Verde**.



Cabo Verde foram governadas por um único partido – o PAIGC.<sup>19</sup> Com o Movimento Reajustador de 1980, o PAIGC deixa de governar as duas nações. Hinos e bandeiras próprias são confeccionados em Guiné-Bissau.<sup>20</sup> Era o fim do projeto de Cabral de união do país com Cabo Verde. Durante os anos 1990, o problema da “etnização da política” – uma das principais mazelas das nações africanas no pós-independência<sup>21</sup> – instalou-se no coração da política guineense. Desde a independência foram estabelecidas hierarquias entre as etnias de Guiné-Bissau, mas a partir da década de 1990 essas dissensões invadiram em cheio o terreno político. A etnia balanta, majoritária no país e nas forças armadas, iniciou um processo de criação de uma fronteira étnica para com os fulas, mandingas, manjacos e papeis, ao qual podemos chamar de “balantização”<sup>22</sup>. Essa situação de tensão ocasionou a guerra civil de 1998. Desde então, Guiné-Bissau enfrenta graves crises econômicas e golpes de Estado.

## Transcrição

Camaradas e compatriotas,

Neste momento, em que começamos um novo ano de vida e de luta, o nosso combate pela independência do nosso povo africano completa dez anos, devo lembrar a todos – militantes, combatentes, responsáveis dirigentes do nosso grande partido – que a hora é de ação, e não de palavras. Ação cada dia mais vigorosa e mais eficaz na Guiné para impingir maiores derrotas aos colonialistas portugueses e tirar-lhes todas as pretensões tão criminosas como vãs de reconquistar a nossa terra. Ação cada dia mais envolvida e organizada em Cabo Verde para passar a luta a uma fase nova, de acordo com as aspirações de nosso povo e os imperativos da libertação total da nossa pátria africana.

Devo, no entanto, respeitar a tradição para vos dirigir algumas palavras. Nesta hora em que todos os seres humanos são os que querem a paz, a liberdade e a felicidade para todos os homens, renovam as esperanças e a certeza de uma vida melhor para a humanidade, e na dignidade, na independência e no progresso verdadeiro de todos os povos. Como todos sabem,

<sup>19</sup> O unipartidarismo consistia em uma das teses principais de Cabral, sendo, a seu ver, um meio necessário para criar o poder popular e garantir a união dos dois países. O unipartidarismo, na visão de Cabral, não redundava em uma decadência dos valores democráticos, como sugeriram KI-ZERBO, et.al.. *Construção da nação*, p. 565-602.

<sup>20</sup> DOWBOR, Ladislau. *Guiné-Bissau. A busca da independência econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 9.

<sup>21</sup> KI-ZERBO, Joseph. *Para quando a África?: entrevista com René Holenstein*. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

<sup>22</sup> MOURÃO. *Guiné-Bissau e Cabo Verde*. “O processo de ‘balantização’ iniciou-se por parte de um membro da etnia balanta, Kumba Yalá, que para chegar ao poder fez sua campanha política presidencial, no ano de 1999, pautada na valorização de símbolos de sua etnia, e no valor dessa em detrimento das demais”. *Guiné-Bissau e Cabo Verde*.



realizamos no ano findo as eleições gerais nas regiões libertadas, com voto universal e secreto, para a criação dos conselhos regionais e da primeira assembléia nacional da história do nosso povo. Em todos os setores de todas as regiões, as eleições decorreram num ambiente de grande entusiasmo por parte da população. Os eleitores votaram em massa pelas listas que haviam sido elaboradas, depois de oito meses de debates públicos e democráticos, em que foram selecionados os representantes de cada setor. Reunidos os conselhos regionais de eleitos, estes elegeram, por sua vez, entre os seus membros, os representantes da assembléia geral popular. Esta terá 120 membros, dos quais 80 foram eleitos entre as massas populares e 40 entre os quadros políticos, militares, técnicos, profissionais e outros do partido. Como sabem, os representantes dos setores ocupados temporariamente pelos colonialistas foram escolhidos a título provisório.

Hoje, o nosso povo africano da Guiné dispõe, pois, de mais um órgão de soberania, a assembléia nacional popular. Esta será, de acordo com a constituição que estamos a elaborar, o órgão supremo da soberania do nosso povo na Guiné. Amanhã, com o desenvolvimento certo de luta, criaremos também a primeira assembléia nacional popular em Cabo Verde. E a reunião conjunta dos membros desses dois órgãos formará a assembléia suprema do povo da Guiné e Cabo Verde. A criação da primeira assembléia nacional popular na Guiné é uma vitória transcendente de luta difícil, mas gloriosa, de nosso povo pela independência. Ela abre perspectivas novas para o avanço de nossa ação política e militar. É o resultado dos esforços e sacrifícios consentidos pelo nosso povo nesses dez anos de luta armada. É uma prova concreta de soberania de nosso povo e do seu elevado grau de consciência nacional e patriota.

Quero, pois, neste momento, endereçar as minhas felicitações calorosas ao nosso povo. A todos os eleitores e eleitoras, que, como mulheres e homens conscientes, souberam cumprir tão dignamente os seus deveres de cidadão livres da nossa nação africana. A todos os militantes, responsáveis dirigentes que nas comissões eleitorais, ou outros setores de atividade, deram a sua melhor contribuição. Por ouvir-se dessa realização, ficará na história da nossa terra. Solicito com igual entusiasmo os valorosos combatentes de nossas forças armadas, que pela sua ação corajosa criaram em todos os setores a segurança necessária à realização das eleições, apesar de todas as tentativas criminosas do inimigo colonialista no sentido de evitar que elas se realizassem. Mas, uma assembléia nacional, como qualquer órgão de qualquer corpo vivo, deve poder funcionar para valer a sua existência. Temos, por isso, uma tarefa maior a cumprir no quadro da nossa luta nesse novo ano de 1973. Devemos fazer funcionar a nossa assembléia nacional popular, e vamos fazê-lo para realizar completamente as decisões tomadas pelo nosso grande partido na reunião do



conselho superior de luta de agosto de 71, decisões que foram entusiasticamente apoiadas pelo povo.

Vamos, no decurso deste ano, e tão cedo quanto seja possível e conveniente, reunir a assembléia nacional popular na Guiné para que ela cumpra a primeira missão histórica a que lhe compete, a proclamação da existência do nosso Estado, a criação do executivo para esse Estado e a promulgação de uma lei fundamental, a da primeira constituição de nossa história, a qual será a base da existência ativa da nossa nação africana. Quer dizer, os representantes legítimos e primeiros que foram escolhidos pelas populações, eleitos livremente por cidadãos conscientes e patriotas da nossa terra, vão proceder ao ato mais importante da sua vida e da vida do nosso povo: o de afirmar perante o mundo que a nossa nação africana, forjada na luta, está irreversivelmente decidida a marchar para a independência, sem esperar pelo consentimento dos colonialistas portugueses. E que, a partir desse modo, o executivo do nosso Estado terá, sob a direção do nosso partido, o PAIGC, o único, verdadeiro e legítimo representante do nosso povo em todos os programas nacionais e internacionais que lhe dizem respeito.

A situação da colônia que dispõe de um movimento de libertação, e cujo povo já libertou em dez anos de luta armada a maior parte do seu território nacional, vamos passar à situação de um país que dispõe do seu Estado de que tem uma parte do seu território nacional ocupada por forças armadas estrangeiras. Esta mudança radical na situação da nossa terra corresponde à realidade concreta da vida de luta do nosso povo da Guiné, baseia-se nos resultados concretos da nossa luta e tem o firme apoio de todos os países e governos africanos e de todas as forças anticolonialistas e antiracistas do mundo. Ela corresponde também aos princípios da Carta das Nações Unidas e às resoluções adotadas por essa organização internacional, nomeadamente na sua vigésima sétima seção. Nada, nenhuma ação criminosa ou manobra ilusionista dos colonialistas portugueses poderá evitar que o nosso povo africano, dono do seu próprio destino e consciente dos seus direitos e deveres, dê esse passo transcendentemente decisivo para a realização do objetivo fundamental da nossa luta: a conquista da independência nacional e a construção, na paz e na dignidade reconquistadas, do seu progresso verdadeiro, sob a direção exclusiva dos seus próprios filhos e sob a bandeira gloriosa do nosso partido.

A importância transcendente da formação da assembléia nacional popular e da proclamação do Estado na Guiné e da criação dos órgãos executivos correspondentes, os quais não serão provisórios nem viverão no exílio, implica necessariamente muito maior responsabilidade para o nosso povo e, em particular, para os militantes, combatentes,



responsáveis e dirigentes do nosso partido. A essas iniciativas históricas exigem de nós todos mais esforços e sacrifícios cotidianos, mais pensamento para agir melhor, mais atividade para melhor pensar. Pensar cada problema concreto que temos a resolver, de modo a encontrar para ele a solução mais conveniente nas condições específicas de nossa terra e da nossa luta. Elas exigem que intensifiquemos e desenvolvamos a nossa ação política e militar na Guiné, sem descuidar das importantes atividades que temos desenvolvido nos campos econômico, social e cultural. Elas exigem que façamos com êxito os esforços necessários para o avanço da luta política em Cabo Verde, para que o nosso povo das ilhas passe o mais breve possível a uma ação direta sistemática contra os criminosos colonialistas portugueses.

Nessa perspectiva, não podemos esquecer nem um só momento que estamos em guerra e que o inimigo principal do nosso povo e da África, os colonialistas fascistas portugueses alimentam ainda com o sacrifício e a miséria do seu povo e por meio de manobras as mais pérfidas e de atos os mais bárbaros a criminosa intenção e a vã esperança de destruir o nosso partido, aniquilar a nossa luta e recolonizar o nosso povo. Por isso, a maior parte da nossa atenção e das nossas energias e dos nossos esforços deve ser dedicada à luta armada, à guerra, à ação completa das nossas forças armadas tanto nacionais como locais. Por isso, devemos no decurso de 1973, pôr todas as nossas capacidades e possibilidades humanas e materiais em ação para intensificar ainda mais a luta em todas as frentes para tirar o maior rendimento dos homens, das armas e da experiência de que dispomos para dar golpes mais duros ao inimigo colonialista, aniquilando o maior número das suas forças vivas. Porque a história das guerras coloniais e a nossa experiência de dez anos de luta nos ensinam que os agressores colonialistas e, muito particularmente, os repressores colonialistas portugueses só compreendem uma linguagem: a da força. Só medem uma realidade: o número de cadáveres. É verdade que, em 1972, impingimos grandes derrotadas e perdas muito importantes aos criminosos e agressores colonialistas portugueses. Dentro de alguns dias, os nossos serviços de informação tornarão público o balanço da nossa ação no ano findo, o qual será amplamente divulgado pela nossa emissora, Rádio Libertação, e por outros meios de informação.

Mas devemos reconhecer que o inimigo, disporá de mais aviões e helicópteros, que lhes são fornecidos por seus aliados a nato, aumentou significativamente o comportamento dos assaltos colonialistas contra nossas regiões libertadas, tentou e está tentando criar situações difíceis com os seus planos de reocupação de algumas localidades dentro dessas regiões. Mas devemos, sobretudo, reconhecer que, com os homens, as armas e a experiência de que dispomos, poderíamos e deveríamos ter feito mais e melhor. E isso é o que devemos fazer. Devemos fazer,



com certeza, em 1973, tanto mais que vamos utilizar em todas as frentes armas e outros meios de guerra mais poderosos ainda. Com base em maior número de quadros e combatentes mais preparados e com maior experiência, vamos utilizar com maior eficácia todos os meios de que dispomos e de que vamos dispor para dar golpes decisivos e mortais aos criminosos agressores colonialistas portugueses.

Ao mesmo tempo em que intensificamos a ação armada em todas as frentes, devemos ser capazes de evolver a nossa ação a retaguarda do inimigo, no coração do inimigo, lá onde eles se sentem mais seguros. Solicito, aqui, dos corajosos militantes que, com a sua ação decidida, deram no ano findo alguns golpes importantes ao inimigo, particularmente em Bissau, Bafatá e Bula. Mas chamo a atenção de todos para a necessidade de desenvolver e intensificar esse tipo de ação. Chegou, na realidade, a hora de, com base numa organização clandestina, eficaz e sólida, destruir o maior número possível de meios humanos e materiais dos criminosos agressores colonialistas portugueses nos centros urbanos de nossa terra. Na realidade, nós enfrentamos um inimigo bárbaro, que não tem o menor escrúpulo nas suas ações criminosas, que usa todos os meios para tentar destruir-nos onde quer que nos encontrem. Por isso, em que lutamos em nossa terra pelos direitos sagrados de nosso povo a independência, a paz e o progresso verdadeiro, devemos nesse momento decisivo dar ao inimigo colonialista, racista, a ele, aos seus agentes e aos seus meios, golpes demolidores onde quer que se encontrem. A esta é uma tarefa urgente apesar de dedicar-se com maior atenção todos os responsáveis e militantes deste setor de luta e, muito especialmente, os camaradas que, com coragem e decisão, militam nos centros urbanos e em áreas ainda ocupadas pelos inimigos.

Quero me referir, aqui, a um problema importante da guerra colonial que enfrentamos: as grandes tentativas que o inimigo tem feito para ocupar ou voltar a ocupar alguns locais de nossas regiões libertadas. Lembro aos camaradas do partido e ao nosso povo que estas tentativas, tenham ou não êxito, são próprias das guerras coloniais e, como comportamentos, os assaltos terroristas fazem necessariamente parte da ação do agressor colonialista, sobretudo quando as formas patriotas libertaram já a maior parte do território nacional, como é o nosso caso. Deveríamos, pois, encarar esse problema com realismo e dar-lhe o justo valor que tem no quadro geral de nossa luta sem desdenhar nem diminuir a sua importância. Como sabem os camaradas e, sobretudo, os dirigentes responsáveis do partido, o agressor colonialista enfrenta no quadro da sua guerra colonial uma contradição principal, sem solução, na qual se debate durante toda a guerra. É a seguinte contradição: para ter a sensação de que domina o território, ele é obrigado a dispersar as suas tropas, levando-as a ocupar o maior número de localidades possível. Mas,



dispersando as suas tropas, ele fica mais fraco. E, assim, as forças patrióticas, concentradas, podem dar os golpes mais duros e mortais. Então, ele é obrigado a retirar-se para concentrar as suas tropas, para tentar evitar grandes perdas em vidas humanas, para melhor resistir ao avanço das forças nacionalistas contra as quais pretende ganhar tempo. Mas, concentrando as suas tropas, deixa sem a sua presença militar e política vastas áreas do país que são organizadas e administradas pelas forças patrióticas.

Na fase atual da nossa luta e da guerra colonial portuguesa, o inimigo, cego pelo desespero e pelas derrotas que sofreu e sofre tanto na nossa terra como no plano internacional, está a tentar vãmente, é certo, fazer o rio Corubal voltar ao Futa Djalon, em vez de correr para o Geba e para o mar. Essa tentativa, como na de enganar o nosso povo com a miragem do mar Guiné melhor à portuguesa, como é de fazer os africanos baterem as contas africanas, está condenada ao fracasso. Não poderá libertar-se da contradição principal da suja guerra colonial. Para nós, o que importa, com base no conhecimento da estratégia a que o inimigo é forçado pelas vias objetivas da guerra colonial, não é preocuparmos muito porque o inimigo quer instalar-se em Gampará, em Gabu-chan, em Cadique, ou outras localidades. O que importa é, por um lado, levarmos para frente os nossos próprios planos de luta e, por outro, fazermos tudo para liquidar o maior número possível de forças vivas do inimigo quando se instala ou se move para instalar em qualquer localidade de nossas regiões habitadas. O que importa é dar-lhes golpes duros, não deixá-los suicidar. Fazer do ponto ocupado um cemitério para as suas tropas até obrigá-lo a retirar-se, como fizemos em Balena, Gandembel e, mais recentemente, na Tabanca Nova-Guiné-Bissau. Isso devemos fazer, podemos fazer de certeza em qualquer parte de nossas regiões habitadas de que o inimigo ocupa. Isso temos também de fazer nos seus quartéis e campos fortificados ainda existentes no nosso país. Naturalmente, teremos que continuar, em 1973, a intensificar o trabalho político no seio das massas populares tanto nas regiões libertadas quanto nas regiões ocupadas de Guiné e Cabo Verde.

Sem diminuir em nada o valor do trabalho já realizado nesse domínio, que conduziu à falácia de tão mentirosa quanto apregoada política de Guiné maior, devemos reconhecer que alguns setores, senão regiões, quando a ação política ainda é deficiente. Teremos no decurso deste ano de fazer todos os esforços necessários para melhorar a nossa ação neste setor, pois como saber seja qual for a importância de nossa ação armada, a nossa luta é fundamentalmente uma luta política que visa um objetivo político concreto: a independência e o progresso de nossa terra.



Felicitando os camaradas que, na Guiné e Cabo Verde, lideraram muito trabalho político no ano findo, encorajo todos a redobrar esforços para consolidar e desenvolver as conquistas políticas do partido e da luta para elevar, cada dia mais, a consciência política e o posto ativo da massa popular, dos militantes e dos combatentes. Para reforçar o olhar administrativo de nosso povo, base silenciar do sucesso de nossa luta. Para, no domínio da segurança e do controle, reforçarem a vigilância contra o inimigo e seus agentes, contra todos aqueles que, por oportunismo, ambição, fraquezas morais ao servilismo, na relação ao inimigo possam tentar destruir o nosso partido e, portanto, a luta justa do nosso povo pela independência.

Em Cabo Verde, os acontecimentos de setembro de 1972, que constituíram o primeiro choque entre as populações do arquipélago e as forças da repressão colonialista vieram dar mais uma prova do nível de tensão em que se encontra aí a situação política. Ao felicitar os patriotas da Praia de Santiago, que agiram com coragem e decisão perante a provocação dos colonialistas e dos seus agentes, encorajo-os a melhorar cada dia a organização clandestina, a agir com segurança e sempre manter o inimigo, liquidar os quadros nacionalistas e a preparem-se por todos os meios ao seu alcance para a fase nova da nossa luta no arquipélago que exigem a teimosia criminosa dos colonialistas portugueses. Reafirmo que a direção do partido está mais do que nunca a fazer tudo o que é possível para o avanço da luta em Cabo Verde. Tendo em conta os progressos já feitos nas ilhas e a complexidade dos problemas específicos a resolver, torna-se necessária e urgente, em meu entender, uma modificação realista na estrutura de organização do partido para dar a alguns camaradas a possibilidade de duplicarem toda a sua atenção ao desenvolvimento da luta em Cabo Verde. A modificação será proposta na próxima reunião da direção do partido.

Ainda no plano político, chamo a atenção dos camaradas para a diversidade de problemas novos que temos de estudar e resolver de maneira adequada, os quais resultam das novas perspectivas de desenvolvimento da luta que serão abertas pela proclamação do Estado na Guiné. No interior, melhoria e desenvolvimento dos serviços administrativos, criação de organismos de controle das nossas atividades, novo recenseamento da população, identificação de todos os elementos que a formam, etc. E, no exterior, organização, controle e proteção dos cidadãos emigrados. Sua identificação com correspondente, distribuição de passaporte. Mobilização de jovens residentes no estrangeiro para a luta, etc. Sem falar dos tipos das relações a estabelecer no plano internacional. São, é certo, problemas novos, mas muito importantes, que devemos dar aprofundamento e resolver a tempo. As preocupações com a guerra e com o trabalho político não devem, no entanto, fazer-nos esquecer ou, ao menos, subestimar a importância das nossas atividades nos planos econômico, social e cultural. Fundamento da vida nova, estamos criando



em nossas regiões libertadas. Devemos todos, mas principalmente os quadros especializados nesses assuntos, dar a melhor atenção aos problemas da economia, da saúde, da assistência social, da educação e da cultura para melhorar o nosso trabalho de maneira significativa e estarmos aptos a resolver os grandes problemas que teremos que enfrentar com a nova situação que a luta está criando.

Nesta perspectiva, temos desde já de encarar com determinação e afínco os problemas maiores de melhoria do abastecimento e das condições de vida das nossas populações, dos impostos e da fiscalidade, da vida financeira nova que devemos estabelecer, da moeda que teremos de usar e etc., assim como do tipo de assistência social que desenvolveremos com base na experiência já vivida, da escolarização e da formação de mais quadros para reconstrução nacional e para construção do progresso do nosso povo. Tantos problemas novos, qual deles o mais complexo, mas também o mais exaltante, e que teremos que ser capazes de resolver, ao mesmo tempo em que intensificamos e melhoramos a nossa ação vigorosa no plano político-militar para expulsar as tropas colonialistas das posições que ainda ocupam nas nossas terras de Guiné e Cabo Verde.

Os quadros especializados do partido devem indicar 70 membros ao estudo e à solução desses problemas ao cumprir o seu dever para com o nosso povo. Em nome da direção do partido, felicito os nossos produtores agrícolas da Guiné pelas colheitas obtidas o ano passado, apesar da escassez de chuvas. Encorajo todos a fazer mais e melhor neste ano para garantir uma boa produção porque, como sabemos, essa é a base principal da nossa vida e da nossa luta, acuar os criminosos agressores colonialistas portugueses que tentam destruir por todas as formas, quando não podem roubar-nos os frutos do trabalho do nosso povo. Mas é com pesar que lembro aqui que neste momento ainda as populações de Cabo Verde são ameaçadas de fome. Isso por culpa dos colonialistas portugueses, que nunca souberam nem nunca quiseram criar no arquipélago o mínimo de condições econômicas e sociais para garantir a subsistência e uma vida decente às populações nos anos de secas prolongadas.

Forçado pelo avanço impetuoso da luta e pela denúncia feita pelo nosso partido perante a opinião mundial, o governo colonial fascista de Portugal tem conseguido empréstimos e subsídios a Cabo Verde para – dizem os colonialistas – debelar a crise. Quer dizer, para evitar que muita gente morra de fome ao mesmo tempo, mas sem evitar que os mais débeis, sobretudo as crianças, morram lentamente de fome específica ou mesma total. Levanto mais uma vez a minha voz, em nome da direção do nosso partido, para protestar contra uma tal situação e para



denunciar o crime que tem perpetrado o governo colonial fascista de Lisboa ao transferir para Portugal cerca de 15 a 20 mil jovens caboverdianos para o trabalho nas minas, para servirem de varredores nas cidades principais, para as funções de operários não qualificados, causando, assim, uma grande sangria nas forças vivas de Cabo Verde, no intuito de barrar caminho ao avanço de nossa luta libertadora. Apelo para os patriotas caboverdianos e guineenses residentes em Portugal a fim de que se unam cada dia mais e se organizem para, juntamente com todos os trabalhadores forçados e seus afins de Cabo Verde, desenvolver a sua ação patriótica ao serviço do partido, do nosso povo e da África. Para num momento oportuno darem os golpes devidos ao inimigo, fazendo, assim, voltar-se o feitiço contra o feiticeiro.

Chamo a atenção dos responsáveis pelo abastecimento das populações e, principalmente, os trabalhadores dos armazéns do povo, para o fato de que, neste ano, o partido disporá mais do que nunca de quantidades importantes de artigos de primeira necessidade, que devemos ser capazes de pôs à disposição das populações de todas as regiões libertadas, sejas quais forem as dificuldades que teremos de enfrentar. Na realidade, tanto dos países socialistas, nomeadamente da União Soviética, como da Suécia, Noruega e de outros países, ou de organizações humanitárias, recebemos uma ajuda que nos prometerá melhorar grandemente a ação dos armazéns do povo, assim como das instituições sanitárias e da educação. Espero que todos farão os esforços necessários para fazer de 1973 um ano de maior eficácia ainda ao abastecimento das nossas populações em artigos de primeira necessidade.

Como todos sabem, 1972 foi um ano de grandes e decisivas vitórias de nosso grande partido, de nosso povo, no plano internacional. Entre os principais êxitos alcançados, quero aqui lembrar apenas o seguinte: a visita, doravante histórica, da missão especial das Nações Unidas às regiões libertadas da nossa terra, a qual trouxe consequências importantes para o prestígio não só do nosso partido e da nossa luta, mas para todos os movimentos de libertação em África. Ao lembrar esse acontecimento, é que opressões colonialistas portugueses quiseram opor-se com seus crimes mais bárbaros, saúdo nesse começo de novo ano, os povos do Equador, da Suécia, da Tunísia, do Senegal e do Japão, cujos filhos corajosos visitaram nossa terra, integrados na missão especial. Agradeço os governos respectivos por terem consentido que os seus representantes fizessem tal visita e o secretário geral das Nações Unidas pela maneira decidida como pôs em prática uma resolução histórica e transcendente da organização geral internacional.

A resolução do Comitê de Descolonização da ONU, na sua seção 2.072, pela qual o nosso partido foi reconhecido por aclamação como único, verdadeiro e legítimo representante do



povo da Guiné e Cabo Verde. As resoluções das assembléias gerais das Nações Unidas que, entre outras decisões importantes, confirma o reconhecimento do nosso partido como único e legítimo representante do nosso povo africano e pedem todos os Estados, governos, organizações nacionais e internacionais e os órgãos especiais da ONU para reforçarem a sua ajuda ao nosso partido e para tratarem sempre com ele – só com ele – todos os problemas relativos ao povo da Guiné e Cabo Verde. A resolução histórica do Conselho de Segurança, pela primeira vez sob a presidência de uma mulher, a nossa irmã e camarada guineense, Jeanne-Martin Ceci, adotou por unanimidade uma resolução que condena o colonialismo português e exige do governo de Portugal que cesse a guerra colonial em África e retire as suas tropas de ocupação e entre em negociações com as forças patrióticas respectivas sem tardar, forças essas que na nossa terra são representadas pelo nosso partido.

Pela primeira vez, a luta política e diplomática contra o colonialismo português, o nosso partido falou na ONU, com o estatuto de observador e os próprios aliados do governo colonial fascista de Portugal votaram em bloco contra ele. No seio do Conselho de Segurança das Nações Unidas, esta resolução tem e terá, pois, um caráter de primeira importância no desenvolvimento ulterior de nossa ação política e militar para expulsar da nossa terra os criminosos agressores colonialistas portugueses.

Por último, mas não menos importante, lembro-vos noções de solidariedade e de apoio incondicional e total adotadas pela Conferência dos Chefes de Estados dos Governos Africanos, em Rabat, na qual o nosso partido foi, mais uma vez, escolhido como porta-voz de todos os movimentos de libertação em África. O ano findo foi, de fato, um ano de grandes vitórias no plano internacional, tanto mais quanto é certo que temos hoje a certeza do apoio moral, político e, em alguns casos, material dos Estados africanos independentes, em primeiro lugar, dos países vizinhos e irmãos – as Repúblicas da Guiné e de Senegal –, assim como de todos os países e forças verdadeiramente anticolonialistas e antiracistas. Recebemos e vamos receber, neste ano, mais ajuda material da União Soviética e de todos os outros países socialistas, assim como da Suécia, da Noruega, da Dinamarca, da Finlândia, de diversos partidos e organismos políticos da Europa e de instituições humanitárias, como o Conselho Mundial das Igrejas, a *Rounded* na Inglaterra, o *Outlet Service*, o *Secours populaire français* da França, a Cruz Vermelha internacional e de vários comitês de apoio criados no mundo. Organismos subsidiados ou autônomos, como as Nações Unidas, como a Comissão Econômica para a África, a UNESCO, a UNICEF, a Organização Mundial da Saúde, o Alto Comissariado para Refugiados e a Organização Social do



Trabalho desenvolvem e vão desenvolver, cada dia mais, a cooperação com o nosso partido e, amanhã, seguramente, com o nosso Estado.

Camaradas e compatriotas, compreendem todos, assim, porque é que o governo colonial fascista de Marcelo Caetano e o seu representante na nossa terra tenham razões bastantes para estarem desesperados e para, como gente sem escrúpulos que são, gente que despreza os direitos e interesses dos povos, inclusive a de seu próprio povo, lançarem mão de todos os meios, de todos os crimes para tentarem parar a nossa luta. E compreendem, assim, porque que os criminosos colonialistas portugueses que o seu chefe na nossa terra estão assanhados mais do que nunca. Intensificam os abordamentos e multiplicam os assaltos contra as nossas regiões libertadas. Fazem tudo para tentar reocupar algumas localidades nessas regiões a fim de se consolarem das derrotas militares, políticas e diplomáticas que lhes impingimos. A fim de verem se conseguem, com os novos crimes que estão a conter, desmoralizar as nossas forças e desmobilizar as nossas populações. São as derrotas que sofreram em 72, tanto na nossa terra como no plano africano internacional que explicam a agressão intensificada contra as nossas regiões libertadas, em particular contra a região de Conbucaré, que foi visitada em abril pela missão especial das Nações Unidas. O desespero do governo colonial fascista de Portugal é tanto mais compreensível quanto é certo que faliu completamente a chamada política de “Guiné-Melhor”, e sinto que também vai falir a mentira da política de um “Cabo Verde Melhor”. Em relação à Guiné, é o próprio governo colonial fascista de Lisboa que, pela voz do chefe dos criminosos agressores colonialistas, confessa essa falência, quando afirma que o que quer o homem africano é ter, e nós citamos, “a sua própria expressão política e social”. É isso, exatamente, o que quer o homem africano de Guiné-Bissau e Cabo Verde, mas nós chamamos a isso independência, quer dizer, a soberania total do nosso povo, no plano nacional e internacional, para construir ele mesmo, na paz e na dignidade, a custa dos seus próprios esforços e sacrifícios, marchando com os seus próprios pés e guiado pela sua própria cabeça, o progresso que tem direito, como todos os povos do mundo. E isso é em cooperação com outros povos, incluindo o povo de Portugal, o qual, em três guerras de libertação contra Castela ou Espanha lutou para conquistar a sua própria expressão política e social, a sua independência, e venceu. Nós, como outros povos que lutaram e venceram, continuaremos em luta sob todas as formas, o tempo que seja necessário, porque estamos na nossa terra e porque temos a certeza de vencer.

Acontece, ainda, como vocês sabem, que enquanto as populações dos centros urbanos ocupados por colonialistas se interessam, cada dia mais, pelo partido e pela luta, como prova o grande número de jovens que tem abandonado Bissau e outras praças para se juntarem às frentes



de combate, a situação em Portugal se degrada aceleradamente. E o povo português afirma, cada vez com maior vigor, a sua oposição à criminosa guerra colonial. Por isso, o governo colonial fascista de Lisboa e os seus agentes na nossa terra estão apressados em ver se conseguem mudar a situação, antes que fiquem completamente perdidos na sua própria terra também. Mas perdem o seu tempo e fazem perder em vão e sem glória as vidas dos jovens portugueses que mandam para a guerra, como terão ainda mais crimes contra a nossa população. Foram, ainda, muitas tentativas de manobra para tentar destruir o nosso partido e a luta. Farão certamente, ainda, vários atos de agressão desavergonhada contra os países vizinhos, mas tudo em vão, porque nenhum crime, nenhuma força, nenhuma manobra, demagogia dos criminosos agressores colonialistas portugueses será capaz de parar a marcha da História, a marcha irreversível do nosso povo africano de Guiné e Cabo Verde para a independência, a paz e o progresso verdadeiro a que tem direito.

Avante, camaradas e compatriotas na nossa luta heróica de libertação nacional! Saúde, longa vida e êxitos cada vez maiores ao nosso povo africano, aos nossos corajosos combatentes, a todos os militantes responsáveis e dirigentes do nosso grande partido! Vamos proclamar a existência do nosso Estado na Guiné e avançar com a luta gloriosa do nosso povo em Cabo Verde! Vamos expulsar os colonialistas tugas do Cobucaré, assim como de todas as regiões de nossa terra! Viva o PAIGC, força, luz e guia do nosso povo da Guiné e Cabo Verde! Morte aos criminosos agressores colonialistas portugueses!



## Entrevista com Daniel Aarão Reis Filho

**Daniel Aarão Reis Filho** é graduado e mestre em História pela Université de Paris VII (1975 e 1976). Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1987). É professor titular de História Contemporânea da Universidade Federal Fluminense e Pesquisador 1A do CNPq. Desenvolve atualmente duas linhas de pesquisa: Os intelectuais russos e as modernidades alternativas (séculos XIX e XX), onde tem trabalhado com as relações entre literatura e história; e História da Cultura Política Nacional-Estatista no Brasil (1937 aos dias atuais). Temas principais de reflexão: Intelectuais, política, literatura, revoluções socialistas, nacional-estatismo no Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/5545617046802074>

Entrevista concedida via correio eletrônico a **João Batista Teófilo Silva e Henrique Brener Vertchenko**, doutorandos na linha História e Culturas Políticas do Programa de Pós Graduação em História da UFMG e membros do Conselho Editorial da Temporalidades, gestão 2017/2018.

**[Revista Temporalidades]: Professor, primeiramente, gostaríamos de dizer que é um imenso prazer fazer esta entrevista com você para o atual dossiê da Revista Temporalidades. Em 2017, você retoma os temas da revolução e do socialismo em duas obras: “Manifestos Vermelhos e outros textos históricos da Revolução Russa”, obra que você organizou e na qual há uma série de documentos traduzidos desse período, e “Viagem ao Socialismo Perdido”, que é uma segunda edição de “De volta à Estação Finlândia”, publicada em 1993, mas acrescida de um posfácio. A respeito da primeira obra, gostaríamos que você apontasse qual foi o eixo norteador para a seleção desses documentos e, sobre a segunda, quais novas reflexões você incorporou e de que maneira uma crônica de viagem como essa - que passou por países como Alemanha, Polônia e Rússia no início dos anos 1990 - pode nos ajudar a compreender o que foi o socialismo real e construir novas perspectivas de análise?**

**[Daniel Aarão Reis Filho]** O prazer é todo meu em dialogar com esta brava revista. Preliminarmente, devo aduzir que acaba de ser publicado, de minha autoria, um terceiro livro sobre os 100 anos da revolução russa: "A revolução que mudou o mundo", reunindo oito ensaios sobre as revoluções russas, mais bibliografia e cronologia a respeito do processo que se estendeu entre 1917 e 1921.



Quanto ao "Manifestos Vermelhos", foi muito difícil efetuar a seleção. Tinha disponíveis mais de 400 textos e era impossível, por falta de tempo e espaço, traduzi-los e editados todos. Ao proceder à seleção, e considerando que toda seleção é injusta, procurei elaborar um quadro plural e diverso, não apenas do ponto de vista das formulações políticas (bolcheviques, mencheviques, polícia política, artistas, etc.) como também do tipo de fontes (canções, poesias, hinos, textos estritamente políticos, manchetes de jornal, manifestos artísticos, resoluções de organizações populares, etc.). Esta dupla diversidade foi pensada como favorável à construção de uma perspectiva crítica.

A reedição da "Viagem ao socialismo perdido" respondeu a uma demanda reprimida - desde os anos 1990, quando houve duas reimpressões desta crônica de viagens, muita gente queria conhecer este relato que só era encontrado, como raridade, nos sebos da vida. Para conferir uma consistência à segunda edição, adicionei um posfácio sobre a desagregação do socialismo e mais uma cronologia e uma bibliografia sobre o assunto.

É importante ressaltar que a crônica de viagens é perpassada por uma pensata a respeito das características e do legado do socialismo na Rússia/URSS/Rússia e na China. Assim, neste ano do centenário de 1917, me pareceu adequado lançar esta segunda edição.

**[RT]: Revoltas e revoluções evidenciam a efervescência política do século XX, marcado por diversas experiências históricas que já foram objetos de análise para muitos estudiosos, mas que ainda se constituem como um campo em aberto para novos debates ou novos olhares sobre debates antigos. Nesse sentido, há também um segundo livro seu a ser lançado agora em setembro, intitulado “A Revolução que Mudou o Mundo”. Como você vê o atual estado da historiografia sobre o tema no Brasil? E quais questões estarão presentes nos ensaios contidos nessa sua obra e de que maneira ela pode contribuir na popularização de um tema que desperta a atenção não apenas de especialistas?**

**[DARF]** Nas três publicações, tento evitar a demonização (historiografia liberal da guerra fria) e a celebração acrítica (historiografia soviética e comunista). Em virtude das pesquisas que realizei nos arquivos soviéticos, elaborei melhor algumas questões que me pareceram interessantes e que podem suscitar debates: a relevância - subestimada - da revolução de fevereiro; a discussão sobre outubro (golpe ou revolução); o caráter democrático dos decretos revolucionários aprovados após a insurreição de outubro; a importância decisiva das guerras civis, que trato no plural, quando se processou (é o que sustento) uma nova revolução, ou uma revolução na revolução; a

relevância da revolução de Kronstadt, também muito subestimada na historiografia, cujo esmagamento, a meu ver, foi decisivo para a modelagem do socialismo autoritário que surgiu após as guerras civis.

**[RT]: O tema da Revolução Russa e os movimentos que ela inspirou já foram largamente estudados. Entretanto, trata-se de questão complexa, que acabou por gerar um regime que se manteve por longo tempo no poder e exerceu controle sobre outros países no contexto da Guerra Fria. Nesse sentido, que questões a respeito desse tema você apontaria como ainda não exploradas ou pouco exploradas e se elas podem ser consideradas tabus pela historiografia?**

**[DARF]:** Salvo para determinadas correntes (liberal e comunista), não creio que ainda existam tabus na historiografia sobre a Rússia/URSS/Rússia. Mas ainda me parece muito promissora a exploração das pistas formuladas pela história social, sobretudo a questão de como se comportaram as "pessoas comuns" sob a ditadura revolucionária soviética. Também deste ângulo, da história social, me parece ainda vasto o campo de estudos sobre as revoluções russas (1905-1921), na linha de relativizar partidos e lideranças políticas e enfatizar a dinâmica dos grandes movimentos sociais que, afinal, fizeram a revolução acontecer.

**[RT]: No Brasil, durante a ditadura militar, os projetos revolucionários das esquerdas, inspirados em revoluções vitoriosas ou em curso nos anos 1960, como Cuba, Vietnã e Argélia - sobre os quais você já produziu diversos estudos - nas memórias que se construíram posteriormente no contexto de lutas pela anistia, são acusados de silenciarem sobre seu caráter revolucionário e tão somente forjarem uma resistência democrática à ditadura, algo que você denominou como sendo um processo de “universalização da resistência democrática”. Tal questão evidencia os problemas da equivalência que se faz entre História e Memória no debate historiográfico, mas também o desafio que é para o historiador lidar com temas recentes que suscitam polêmicas em virtude de uma disputa de interpretações do passado travada entre aqueles que o viveram e os historiadores que se propõem a contá-lo. Em sua opinião, qual o papel do historiador nas disputas narrativas sobre o nosso passado ditatorial?**



**[DARF]:** Sempre haverá disputas a respeito da História. Entre os historiadores. Entre estes e os discursos memorialísticos. Sem esquecer outras agências ou fontes que produzem também narrativas históricas (canções populares, instituições governamentais, culturais, políticas, etc.).

Cabe aos historiadores, porém, marcar as especificidades de seu ofício, entre as quais destacaria: a busca da verdade (cuidando sempre de nos afastarmos dos que a encontraram), o compromisso de não omiti-la; o respeito pelas fontes e pelas evidências e o compromisso de não distorcê-las ou ignorá-las quando convém; o acionar de uma pluralidade de fontes e de uma pluralidade de ângulos de análise; a consulta a mais exaustiva à historiografia existente (evitar arrombar portas abertas); o diálogo com outras disciplinas e a autonomia face a instituições políticas e ao Estado. Distinguindo-se, os historiadores constroem a fidedignidade e a credibilidade de seu ofício.

**[RT]: Segundo palavras de Eric Hobsbawm, a Revolução Russa evidenciou que “A humanidade estava à espera de uma alternativa”. O Senhor trabalhou longamente a partir da ideia de “modernidades alternativas”, como aquelas surgidas no século XVII em oposição aos programas liberais de modernidade, e que ao longo do século XX se desdobraram em novas e diversas propostas, seja à esquerda ou à direita. Como você avalia os impactos dessas “modernidades” na formação de culturas políticas durante o último século? E qual seriam as continuidades e descontinuidades desse legado nos dias atuais?**

**[DARF]:** A afirmação de grande historiador inglês me parece eivada de messianismo, mas é fato que muitos pensadores e lideranças políticas, desde as grandes revoluções (inglesa, americana e francesa), esboçaram e propuseram, e refletiram sobre, a necessidade de alternativas de modernidade ao programa liberal de modernidade.

As revoluções socialistas do século XX tentaram construir este caminho, mas perderam esta perspectiva. Cabe analisar criticamente as experiências, evitando anacronismos, celebrações acríticas e demonizações. A reinvenção do socialismo no século XXI passa pelo resgate do caráter radicalmente democrático da aventura socialista e pelo enfrentamento das questões suscitadas pelos movimentos dos anos 1960 (autonomia das gentes face aos estados e aos partidos políticos; emancipação das mulheres; respeito pelas particularidades étnicas e pelas preferências quanto a comportamentos sociais e preferências sexuais. Mais fácil de dizer do que de fazer. Uma tarefa de gerações, como acertadamente disse o ex-presidente uruguai, José Mujica.